

Mariana Pereira Chaves Pimentel

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO EM TURISMO NA AMÉRICA LATINA:
UM ESTUDO COMPARADO DE ARGENTINA, BRASIL E MÉXICO**

Juiz de Fora

Junho de 2016

Mariana Pereira Chaves Pimentel

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO EM TURISMO NA AMÉRICA LATINA:
UM ESTUDO COMPARADO DE ARGENTINA, BRASIL E MÉXICO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, linha de pesquisa: Políticas Públicas e Desigualdade Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Ignácio José Godinho Delgado

Juiz de Fora

Junho de 2016

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Pereira Chaves Pimentel, Mariana.

Políticas Públicas de Educação em Turismo na América Latina : um estudo comparado de Argentina, Brasil e México / Mariana Pereira Chaves Pimentel. -- .

376 p.

Orientador: Ignácio José Godinho Delgado

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, .

1. Políticas Públicas. 2. Turismo. 3. Educação. 4. América Latina.
I. Godinho Delgado, Ignácio José , orient. li. Título.

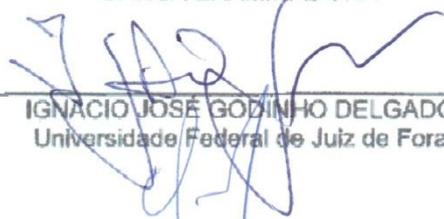
Mariana Pereira Chaves Pimentel

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO EM TURISMO NA AMÉRICA LATINA:
UM ESTUDO COMPARADO DE ARGENTINA, BRASIL E MÉXICO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, linha de pesquisa: Políticas Públicas e Desigualdade Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor.

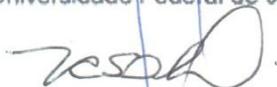
Aprovada em 07 de junho de 2016.

BANCA EXAMINADORA



IGNACIO JOSÉ GODINHO DELGADO
Universidade Federal de Juiz de Fora

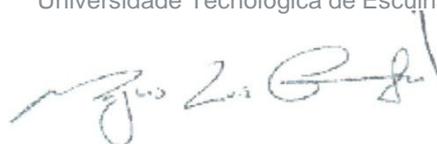
EDUARDO ANTONIO SALOMÃO CONDÉ
Universidade Federal de Juiz de Fora



VIRGÍLIO CÉZA DA SILVA E OLIVEIRA
Universidade Federal de Juiz de Fora



AR VRO SANTAMAR A GOMEZ
Universidade Tecnológica de Esquina a



MAGNUS LUIZ EMME.NOOERFER
Universidade Federal de Viçosa

RESUMO

Esse trabalho teve o objetivo de analisar o processo de ascensão, consolidação e implementação da política de educação em turismo na agenda pública de Argentina, Brasil e México. Para alcançar esse objetivo recorreu-se aos estudos acerca do turismo enquanto objeto de conhecimento, da educação e da educação em turismo; das políticas públicas e das políticas em turismo. Constatou-se que não há uma definição universalmente aceita de turismo, mas que sobressai uma concepção de turismo enquanto indústria. Buscou-se construir uma epistemologia do turismo a partir da noção de viagem, ou movimento, pois se acredita que essa perspectiva suscita uma reflexão mais abrangente do turismo. Quanto a educação, partiu-se de um breve transcurso pela sociologia da educação com vistas a situar o debate acerca da educação em turismo. Percebeu-se que, de modo geral, os cursos apresentam majoritariamente uma orientação técnica para os níveis operacionais e de supervisão para atendimento ao mercado de trabalho. A discussão sobre as políticas públicas e as políticas em turismo partiu da indagação sobre como explicar o contraste entre as políticas em turismo em diferentes nações. Teoricamente tomaram-se em consideração os cinco estágios do ciclo das políticas públicas, e foram investigados três deles, a definição da agenda, a tomada de decisão e a implementação. Metodologicamente partiu-se de uma abordagem historicamente fundamentada, que enfatiza os contextos e os processos políticos nos quais as decisões políticas foram tomadas. Nos países analisados, observou-se que as políticas em turismo entram na agenda dos três países na década de 1920. Na Argentina, a política de turismo nasce orientada para o mercado doméstico, como um direito social, enquanto que no Brasil e no México a política apresenta objetivos de desenvolvimento econômico. A partir da década de 1960 as políticas em turismo se consolidam com um único objetivo, o desenvolvimento econômico, em conformidade com diretrizes internacionais. A partir da década de 1990, o turismo irá não apenas permanecer na agenda como se tornar prioridade para os governos, principalmente na Argentina e no México. Quanto às políticas de educação em turismo, constatou-se que se alinham às políticas em turismo mais gerais nos três países. Foi possível perceber que nas primeiras décadas a agenda de educação em turismo dos três países era distinta, porém, fatores externos as conformaram de modos semelhantes. Quanto a implementação, em síntese, a análise da oferta educacional instalada permitiu verificar que seu intuito é contribuir para os objetivos das políticas em turismo, atrelados ao desenvolvimento do turismo enquanto setor da economia. Porém, por isso, sua contribuição parece menos determinante para a produção de novos conhecimentos, capacidades e técnicas em turismo. Especificamente quanto a pós-graduação, apesar de ainda incipiente, contribui para a construção científica, para a qualidade do ensino, e para a resolução de problemas regionais, apesar da abordagem gerencial da indústria do turismo ainda estar muito presente, principalmente no México. Conclui-se também que uma visão unilateral das políticas em turismo, e das políticas de educação em turismo, limita ao avanço da educação em turismo e o desenvolvimento do turismo nessas nações.

Palavras-chave: Política Pública. Educação. Turismo. América Latina. Argentina. Brasil. México.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the ascension, consolidation and implementation of tourism education policy on the public agenda of Argentina, Brazil and Mexico. To achieve this goal we used studies on tourism as an object of knowledge, education and tourism education; public policies and tourism policies studies. It was found that there is no universally accepted definition of tourism, but it prevails a conception of tourism as industry. He sought to build an epistemology of tourism basen on the trip notion, or movement, as it is believed that this approach raises a broader reflection of tourism. About education, it started with a short course in the sociology of education in order to situate the debate on tourism education. It was noticed that, in general, the courses have mostly technical guidance to operational and supervision levels to meet the labor market. The discussion on public policies and in tourism policies left the question about how to explain the contrast between the policies on tourism in different nations. Theoretically it took into account the five stages of the policy cycle, and were investigated three of them, agenda setting, decision making and implementation. Methodologically departed from a historically grounded approach, which emphasizes the contexts and political processes in which political decisions were taken. In the countries analyzed, it was observed that the tourism policies enter the agenda of the three countries in the 1920s, in Argentina, tourism policy is born oriented to the domestic market, as a social right, while in Brazil and Mexico the policy has economic development objectives. From the 1960s, the tourism policies are consolidated on the public agenda with a single objective, economic development, in accordance with international guidelines. From the 1990s, tourism will not only remain on the agenda as become a priority for governments, mainly in Argentina and Mexico. As for tourism education policies, it was found that aligns with the more general tourism policies in the three countries. It was possible to see that in the first decades tourism education agenda of the three countries was different, however, the external factors conformed them in similar ways. About implementation, in summary, the analysis of the installed educational provision has shown that its purpose is to contribute to the objectives of tourism policies, linked to the development of tourism as a sector of the economy. However, so their contribution seems less crucial to the production of new knowledge, skills and techniques in tourism. Specifically as post graduate, although still incipient, it contributes to the scientific construction, the quality of education, and for the resolution of regional problems, despite the managerial approach of the tourism industry is still very present, especially in Mexico. It also concludes that a unilateral vision of tourism policy and tourism education policies limits the advancement of education in tourism and tourism development in these nations.

Key-words: Public Policy. Education. Tourism. Latin America. Argentina. Brazil. Mexico.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
1.1	TEMA E PROBLEMA.....	9
1.2	OBJETIVOS, HIPÓTESES E JUSTIFICATIVAS.....	12
1.3	METODOLOGIA.....	15
1.3.1	Abordagem de pesquisa.....	15
1.3.2	Procedimentos operacionais.....	16
1.3.3	Métodos de coleta de dados.....	17
1.4	ESTRUTURA.....	18
2	PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E EDUCAÇÃO EM TURISMO.....	19
2.1	PRODUÇÃO DE CONHECIMENT EM TURISMO.....	19
2.1.1	Desenvolvimento do turismo no mundo.....	19
2.1.2	O que é o turismo?.....	24
2.1.3	O turismo como objeto de conhecimento.....	36
2.1.4	Por uma epistemologia do turismo enquanto movimento humano.....	40
2.1.5	Considerações preliminares.....	48
2.2	A EDUCAÇÃO EM TURISMO.....	49
2.2.1	Sociologia da Educação: um breve excursão ao longo do tempo.....	50
2.2.2	Emergência e desenvolvimento da educação em turismo.....	52
2.2.3	Desafios e possibilidades contemporâneas da educação em turismo.....	67
2.3	CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS.....	71
3	POLÍTICAS EM TURISMO NA AMÉRICA LATINA.....	74
3.1	POLÍTICAS PÚBLICAS EM TURISMO NA AMÉRICA LATINA.....	76
3.1.1	Políticas públicas de turismo na Argentina.....	87
3.1.2	Políticas públicas de turismo no Brasil.....	104
3.1.3	Políticas públicas de turismo no México.....	125
3.2	QUADRO E SÍNTESE COMPARATIVA.....	145
3.3	CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS.....	151
4	POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO EM TURISMO NA AMÉRICA LATINA.....	153
4.1	BREVE RECONTO SOBRE A EDUCAÇÃO NA AMÉRICA LATINA.....	153
4.1.1	Políticas públicas de educação em turismo na Argentina.....	160
4.1.2	Políticas públicas de educação em turismo no Brasil.....	174
4.1.3	Políticas públicas de educação em turismo no México.....	183

4.2	QUADRO E SÍNTESE COMPARATIVA.....	194
4.2.1	Antecedentes.....	195
4.2.2	Entrada na agenda pública.....	196
4.2.3	Consolidação.....	199
4.2.4	Prioridade.....	200
4.3	CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS.....	203
5	A OFERTA DE EDUCAÇÃO EM TURISMO NA ARGENTINA, BRASIL E MÉXICO.....	205
5.1	ARGENTINA.....	208
5.1.1	Instituições de Ensino Superior: existência ou não de curso em turismo.....	208
5.1.2	Distribuição Espacial das Instituições de Ensino Superior.....	209
5.1.3	Posição do Curso na Estrutura Organizacional.....	209
5.1.4	Oferta Educacional de Cursos de Turismo.....	210
5.1.5	Ênfase dos Cursos.....	217
5.1.6	Existência de órgão formal dedicado à pesquisa em turismo.....	217
5.1.7	Existência de Publicação Periódica Científica em Turismo pela IES.....	222
5.1.8	Outras Informações Relevantes.....	224
5.1.9	Considerações Provisórias.....	224
5.2	BRASIL.....	224
5.2.1	Instituições de Ensino Superior: existência ou não de curso em turismo.....	224
5.2.2	Distribuição Espacial da Oferta Educativa em Turismo.....	225
5.2.3	Posição da Oferta Educativa na Estrutura Organizacional.....	226
5.2.4	Oferta Educacional de Cursos em Turismo.....	228
5.2.5	Ênfase dos Cursos.....	237
5.2.6	Existência de Órgão Formal Dedicado à Pesquisa em Turismo.....	238
5.2.7	Existência de Publicação Periódica Científica em Turismo pelas IES.....	249
5.2.8	Outras Informações Relevantes.....	252
5.2.9	Considerações Provisórias.....	252
5.3	MÉXICO.....	252
5.3.1	Instituições de Ensino Superior: existência ou não de curso em turismo.....	252
5.3.2	Distribuição Espacial da Oferta Educativa em Turismo.....	253
5.3.3	Posição do Curso na Estrutura Organizacional.....	254

5.3.4	Oferta Educacional de Cursos de Turismo.....	256
5.3.5	Ênfase dos Cursos.....	265
5.3.6	Existência de Órgão Formal Dedicado à Pesquisa em Turismo.....	266
5.3.7	Existência de Publicação Periódica Científica em Turismo pela IES.....	268
5.3.8	Outras Informações Relevantes.....	271
5.3.9	Considerações Provisórias.....	271
5.4	SÍNTESE COMPARATIVA.....	272
5.5	CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS.....	279
6	O TURISMO NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTU SENSU</i>.....	281
6.1	O ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ARGENTINA, BRASIL E MÉXICO.....	281
6.2	PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTU SENSU</i> EM TURISMO NA ARGENTINA.....	285
6.3	PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTU SENSU</i> EM TURISMO NO BRASIL.....	292
6.4	PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTU SENSU</i> EM TURISMO NO MÉXICO.....	304
6.5	SÍNTESE COMPARATIVA.....	333
6.6	CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS.....	336
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	339
	REFERÊNCIAS.....	347

1 INTRODUÇÃO

1.1 TEMA E PROBLEMA

A partir da segunda metade do século XX, com a expansão do capitalismo global, do desenvolvimento das tecnologias de transporte e comunicação, da divisão social e internacional do trabalho e da reivindicação dos trabalhadores por tempo livre, o turismo se tornou um novo setor da economia mundial e uma prática social (ARAUJO; GELBCKE, 2008). Desde a Segunda Guerra Mundial, o crescimento do turismo e sua promoção pelas organizações de financiamento internacional como um agente de rápido desenvolvimento econômico não têm precedentes (APOSTOLOPOULOS, 2001).

Em virtude do crescimento da atividade turística mundial, o turismo passa a ser considerado a partir de 1950 um importante setor para a economia, e muitos Estados deixam de considerar o turismo uma atividade econômica secundária (BID, 2006). Nesse contexto, alguns países que atravessavam crises no pós-guerra viram no turismo a possibilidade de obter divisas no curto prazo, outros visualizaram no turismo de massa uma grande oportunidade de negócio (ALMEIDA, 2012), como os Estados Unidos e países do norte europeu, enquanto outras nações apostaram no turismo como alternativa de desenvolvimento, como os latino-americanos (ANSARAH, 2001). O turismo se tornou desde então uma indústria que rivaliza em tamanho com a produção econômica de nações inteiras. É um setor que emprega milhões de pessoas e tem participação significativa na economia de muitos países (OMT, 2014).

Apesar dos vastos impactos econômicos e socioculturais do turismo, o estudo do fenômeno tem sido lento, e mesmo sendo o maior deslocamento pacífico de pessoas conhecido (GREENWOOD, 1972), o turismo é o fenômeno “simultaneamente mais promissor, complexo e subestudado” (TURNER, 1994, p. 253). De fato, apenas nos últimos trinta ou quarenta anos tem-se observado um esforço sistemático de pesquisadores de diversas áreas, como a psicologia, economia, geografia, sociologia, política, para desenvolver o tema enquanto campo legítimo de investigação científica. No âmbito das ciências sociais, especificamente, muitos pesquisadores ainda veem o campo de pesquisa como pouco científico, devido à ausência de um objeto e um método científico próprios, sendo, portanto, relegado a marginalidade acadêmica. Enquanto isso pode refletir, em parte, a visão do senso comum do turismo como frívolo, fútil e indigno de investigação séria (APOSTOLOPOULOS,

2001), pode refletir também o fato de que o turismo, enquanto fenômeno social, ainda não está completamente integrado ao debate científico e epistemologicamente tematizado.

De modo geral, a pesquisa sociológica em turismo recai em quatro principais áreas temáticas: o turista; as relações entre turistas e moradores; os impactos e resultados do turismo; e a estrutura e funcionamento do sistema turístico (COHEN, 1984). O presente estudo esbarra em algumas dessas discussões, mas tem como objeto um tema ainda pouco debatido tanto no âmbito da pesquisa em ciências sociais como no rol das investigações sobre o turismo, a educação em turismo, e pretende contribuir para uma sociologia da educação em turismo (cf. YOUNG, 2000), ao discutir questões sobre como a educação em turismo tem sido discutida, quais os problemas em pauta, e quais novos temas são necessários.

A educação, por si, tornou-se de interesse para a sociologia ao longo do século XX, e desde então vários enfoques e abordagens discutiram o tema. Hodiernamente, a sociologia da educação deixa de considerar a educação como sinônimo de preparação para o mundo do trabalho e lança seus olhares sobre as especificidades dos sujeitos para além das demandas do mercado, e neste sentido busca repensar os currículos, os métodos e as políticas educacionais.

O turismo, por sua vez, vem conquistando espaço nas ciências sociais à medida que se desponta como um fenômeno relevante econômica e socialmente, tanto nas economias centrais como para os países periféricos. A política de turismo emergente nas últimas décadas do século XX, influenciada pelo neoliberalismo econômico que reduziu o peso do Estado e promoveu a ação privada e a redução da despesa pública (PAES DE PAULA, 2005), foi transformada. Passa a enfatizar a eficiência, a rentabilidade dos investimentos, o papel do mercado e a relação entre os envolvidos e os órgãos de turismo reduzem suas funções de planejamento em favor da comercialização e promoção (HALL, 2010).

À exceção de alguns países do Caribe e o México, de histórico mais remoto e dependência mais significativa da atividade para sua economia, é neste contexto de redefinição política e econômica que o turismo se consolida na estrutura de muitos Estados latino-americanos. Durante muito tempo ao longo do século XX, o turismo foi uma fonte de ingressos relativamente marginal para as finanças da América Latina, em geral, e uma atividade que recebeu moderada atenção e intervenção pública.

Focalizado inicialmente em poucas cidades e zonas praieiras, já no final do século e mais recentemente no século XXI o turismo se converteu em um tema central nas sociedades latino-americanas, não apenas porque se registra um contínuo crescimento nos ingressos, empregos e turistas, mas também porque esta atividade se converteu em uma das novas rotas

pelas quais os governos da América Latina buscam alcançar desenvolvimento econômico (OCDE, 2012).

Na economia do México, por exemplo, o turismo tem notável importância desde décadas iniciais do último século, quando Acapulco e posteriormente Cancun se consolidaram como destinos turísticos internacionais, e em 2014 foi a décima maior economia turística do mundo em chegadas internacionais (OMT, 2015). É notório também o crescimento da economia turística da Argentina, que apresenta o maior crescimento do número de turistas estrangeiros comparativamente aos países da América Latina (OCDE, 2012)¹. Na Argentina, o turismo se converteu na primeira década deste milênio em uma importante fonte de empregos, dando trabalho a 1.047.000 milhões de pessoas, o que representava 9,93% do total nacional em 2011 (OCDE, 2012). No Brasil, o turismo no ano 2010 deu trabalho a 98.200 pessoas, 2,9% do total ocupado no país, a mesma proporção de 2006 (OCDE, 2012), o que representa uma estagnação. Em 2009, o turismo deu emprego a 2,45 milhões de pessoas no México, quer dizer, 6,9% do total de pessoas empregadas.

Não é de surpreender, tendo em vista esse panorama, que uma vasta infraestrutura tenha evoluído em torno da produção, promoção e distribuição do produto turístico ao público nesses países. Aparato este que emerge em um contexto de, e a reboque do, crescimento da importância relativa da atividade turística na economia dos países e, por extensão, do seu potencial de geração de empregos. Neste sentido, um dos aspectos dessa complexa infraestrutura é relativo à formação profissional em turismo, que será amplamente ofertada a partir de 1990, em instituições públicas e privadas (DENKER, 2006).

O ímpeto de expansão da oferta de educação em turismo leva a muitas indagações². O que pretendem os Estados com essa política? Quais são os efeitos esperados? Visam a formação de mão de obra para os níveis operacional e gerencial ou profissionais capazes de renovar conceitos e técnicas para transformação socioeconômica das nações? Dar capacitação para garantir a empregabilidade ou dar qualidade para garantir competitividade? Afinal, de que se trata a política de educação em turismo?

Considera-se que, mesmo as reformas educativas homogeneizantes iniciadas na década de 1990 na região, tanto na leitura das realidades nacionais quanto nas suas propostas,

¹ No ano 2000 chegaram ao México 20,6 milhões de turistas estrangeiros, 5,3 milhões no Brasil e 2,9 milhões na Argentina. Já em 2011 o México recebeu 23,4 milhões, crescimento de 13,5%, enquanto o Brasil registrou 5,4 milhões, crescimento de 1,8%, e à Argentina chegaram 5,7 milhões, quer dizer, cresceu 96,5% (OCDE, 2012).

² Ver o projeto “Mapeamento dos centros de pesquisa e da oferta educacional de cursos de Turismo no Brasil e no exterior”, coordenado pelo professor Thiago Pimentel e apoiado pelo CNPQ. Essa tese de doutorado é, em parte, integrante e complementar ao projeto citado.

impondo uma padronização de política educacional para a região (CASASSUS, 2001), se processam em sociedades com diferentes instituições, culturas políticas e arranjos setoriais diversos que interferem, de alguma forma, na concretização das mudanças. No caso do turismo, seu desenvolvimento nos países da região era bastante heterogêneo na década, em alguns países se despontava, em outros crescia e noutros se consolidava. Assim, a educação em turismo apresentava-se como tema de política emergente ou urgente, dependendo da sua nacionalidade.

Assim, resta conhecer como a combinação entre a tendência exterior de homogeneização da política de turismo e fatores internos atuaram na configuração dos sistemas de educação em turismo de Argentina, Brasil e México; em suma, as causas, os contextos e a sequência dos acontecimentos que levaram à conformação e implementação de uma agenda de educação em turismo nesses países.

Neste sentido, se por um lado há uma aparente convergência de influências e/ou interesses quanto ao desenvolvimento do turismo no contexto latino americano, outros fatores, como a dependência de trajetória (*path dependence*)³, arranjos institucionais, arenas política ou circunstâncias políticas e econômicas⁴ distintas, podem impactar nas políticas resultantes ou nos resultados das políticas.

Por essas razões, torna-se interessante para este estudo investigar sob perspectiva histórica e comparada três países nos quais o turismo tem ganhado grande atenção dos governos recentemente, Argentina, o Brasil e o México. O Brasil, país que adquiriu notoriedade internacional por seus resultados em termos de políticas econômicas e sociais ao longo dos anos 2000, tem realizado esforços de investimento no desenvolvimento do turismo no período, inclusive com a criação do Ministério do Turismo; o México como o país que tem os melhores resultados na indústria do turismo entre os países latino-americanos; e a Argentina, com o segundo melhor resultado em número de turistas internacionais na América Latina, e com a maior taxa de crescimento nas chegadas internacionais em anos recentes.

³ O conceito de dependência de trajetória pretende explicar como o conjunto das decisões para dadas circunstâncias é limitado por decisões tomadas no passado (MAHONEY, 2000).

⁴ Por exemplo, nos anos 2000, o Brasil passa por um período de retomada de objetivos desenvolvimentistas, sacrificados por governos anteriores para contenção da inflação galopante. Diferentemente, a Argentina passa por uma profunda crise econômica em fins dos anos 1990 que adentrará a década seguinte, impactando diretamente a capacidade de ação dos governos. Já o Estado mexicano assume uma forte orientação neoliberal desde 1990 que se mantém na atualidade, ao passo que na Argentina e no Brasil se nota maior intervenção estatal a partir dos governos Kirchner e Lula.

Diante desse cenário, a pergunta que orienta esse trabalho de investigação é *como se configuram as políticas públicas de educação em turismo na América Latina, tomando como referência os casos de Argentina, Brasil e México?*

1.2 OBJETIVOS, HIPÓTESES E JUSTIFICATIVAS

Este estudo teve o objetivo de *analisar o processo de ascensão, consolidação e implementação da política de educação em turismo na agenda pública latino-americana, tomando como referência os casos de Argentina, Brasil e México.*

Para auxiliar na busca de repostas para aquela questão e no alcance do objetivo proposto tomaram-se em consideração os cinco estágios do ciclo das políticas públicas (*policy cycle*) definidos por Howlett e Ramesh (1995), quais sejam, definição da agenda, formulação da política, tomada de decisão, implementação, e avaliação. Para a análise do processo de configuração das políticas de educação em turismo foram investigados neste trabalho três estágios do *policy cycle*, a definição da agenda, a tomada de decisão e a implementação. Inicialmente se pretende investigar as razões para a inserção do turismo, e da educação em turismo, na pauta política. Posteriormente, parte-se para a investigação das razões que justificam as opções de políticas adotadas. E, finalmente, se volta para a análise da oferta educacional instalada, com o intuito de verificar sua contribuição para os objetivos da política formulada.

Como suposição, tem-se o entendimento de que as políticas de educação em turismo na América Latina se apoiam operacionalmente na estrutura das instituições de ensino de nível superior. Por isso, para a análise do processo de implementação, optou-se pela investigação da oferta educacional instalada em nível superior. Tal suposição, sabe-se, visa explicar o fenômeno provisoriamente, isto é, até que os fatos venham a contradizê-la ou afirmá-la (RAMPAZZO, 2005). Sendo assim, ela tem a função de orientação do pesquisador, tanto teoricamente com na procura por resultados.

Então, definiram-se como objetivos específicos:

- Investigar como o turismo, em suas principais abordagens, tem sido tratado enquanto objeto de conhecimento; e a emergência, abordagens, desafios e possibilidades contemporâneas da educação em turismo.
- Analisar as causas, contextos e trajetórias das políticas em turismo e políticas de educação superior em turismo na Argentina, Brasil e México.

- Levantar e analisar a oferta de educação superior em turismo na Argentina, Brasil e México e sua vinculação com as políticas nacionais em turismo e de educação em turismo.
- Analisar a contribuição do ensino superior em turismo para a qualidade do ensino, da pesquisa e para produção de novos conhecimentos em turismo, e, assim, para o desenvolvimento do turismo nessas nações.

Como hipóteses, definiu-se que:

- Existe uma falta de coordenação entre a política de turismo e a política educacional em turismo. Presume-se que a política de educação em turismo ancorada no ensino superior não atenda aos objetivos das políticas em turismo, que pretendem desenvolver uma indústria turística que necessita de mão de obra operacional e gerencial.
- Existe uma desvinculação entre as políticas de educação em turismo e a oferta de ensino superior em turismo. Supõe-se que as políticas de educação em turismo, devido à diversidade de abordagens do turismo, permita o crescimento de uma oferta educacional heterogênea, que pode não se vincular aos objetivos gerais das políticas de educação em turismo.
- Existe uma desvinculação entre oferta de educação superior em turismo e a produção de pesquisas e conhecimentos nas instituições ofertantes, sejam teóricos ou aplicados, que limita o desenvolvimento do turismo enquanto objeto de conhecimento; a educação em turismo; a capacidade de intervenção sobre o desenvolvimento da atividade turística; e seus potenciais benefícios para os países.

São quatro as principais discussões presentes neste trabalho que justificam e pretendem contribuir teórica, e quiçá empiricamente, para os campos das ciências sociais, da política pública e do turismo. A primeira é relativa ao entendimento do turismo, que aqui se apoia no aporte teórico das ciências sociais. Ao final, espera-se que a reflexão possa colaborar para o fortalecimento teórico do campo de investigação em turismo, bem como contribuir para o debate teórico das ciências sociais a partir da análise do turismo enquanto movimento humano moderno de implicações sociais.

A segunda refere-se à necessidade de se reconhecer que nos países latino-americanos ainda há muito que fazer em matéria de investigação em turismo, tanto em termos do conhecimento da realidade do setor quanto com relação à sua interpretação teórica contextualizada. Apesar de haver nesses países muitos problemas de naturezas semelhantes, quanto ao turismo houve ainda pouco esforço para seu exame em âmbito regional. Este ponto dedica-se, então, a entender os modos de atuação dos países da região sobre o setor, que apesar de novo vem ganhando participação na balança comercial, na agenda pública e na distribuição da população ocupada. Até o presente, pouco se sabe sobre as opções, decisões e resultados relativos s políticas em turismo e de formação profissional em turismo. Os estudos acerca das políticas de turismo são ainda relativamente pouco desenvolvidos em relação a outros temas de pesquisa, tanto em termos de desenvolvimentos teóricos e empíricos, como na extensão dos trabalhos publicados. Uma vez que as políticas exigem teorias (BROOKS, 1993), o estudo das políticas de turismo empreendido pode, então, contribuir para a tomada de decisões nesses países.

A terceira questão, a educação em turismo, foi tomada como objeto de estudo devido ao fato de que, se por um lado o turismo em muitas regiões é uma das principais, se não a principal atividade na economia, e em crescimento, conhecida como uma importante geradora de oportunidades de emprego, por outro resta reconhecer a dinâmica que cerca a formação dessa categoria profissional, seja como política educacional, seja como política em turismo, os problemas que lhe dão origem e as medidas que estão sendo postas em ação para equacioná-los.

Finalmente, se as políticas públicas variam em consonância com as características políticas, sociais e econômicas nacionais, a natureza do processo de *policy-making* em qualquer país varia ao longo do tempo e do espaço, variando também entre políticas setoriais ou comunidades políticas (HALL, JENKINS, 2004). Por isso, se justifica a iniciativa de se analisar histórica e comparativamente a política de educação em turismo na Argentina, Brasil e México, pois se considera que pode esclarecer a participação do turismo, e da política de educação em turismo, no enfrentamento dos problemas nacionais e as opções políticas adotadas para tal.

1.3 METODOLOGIA

1.3.1 Abordagem de pesquisa

A pesquisa é de caráter qualitativo. Segundo Malhotra (2004, p. 155) a pesquisa qualitativa é uma “metodologia de pesquisa não-estruturada e exploratória baseada em pequenas amostras que proporciona percepções e compreensão do contexto do problema”. Caracteriza-se pela utilização de vários tipos de métodos como, por exemplo, a semiótica, a análise do discurso, a análise de conteúdo, a história oral, o método biográfico (ou história de vida), a análise de narrativas, o estudo de caso, observação participante, análise de documentos, dentre outros.

Segundo Denzin e Lincoln (1994), na pesquisa qualitativa o pesquisador tem a liberdade de escolher, combinar até criar as práticas e métodos de pesquisa que se adéquem de maneira mais pertinente ao objeto e ao contexto que se deseja estudar, sendo aquele, portanto, um “*bricoleur*”. Assim, visto que esta estratégia de pesquisa contribui para a compreensão da realidade em profundidade como processos socialmente construídos, considera-se que a mesma seja pertinente a este estudo. A pesquisa qualitativa recobre, hoje, um campo transdisciplinar, envolvendo as ciências humanas e sociais, e adota multi-métodos de investigação (CHIZOTTI, 2003).

Quantos aos seus objetivos, a pesquisa é exploratória, pois tem o intuito de discutir um problema ainda pouco debatido cientificamente, a educação em turismo, visando promover maior compreensão sobre ele, isto é, torná-lo mais explícito. A grande maioria das pesquisas exploratórias envolve o levantamento bibliográfico e estudos de casos que estimulem a compreensão do problema.

1.3.2 Procedimentos operacionais

Este trabalho foi realizado em três etapas. A primeira para atendimento aos dois primeiros objetivos específicos, em que foi adotado como procedimento de pesquisa o levantamento bibliográfico. Na segunda etapa, para atendimento aos objetivos específicos terceiro e quarto, foram tomados como procedimentos de pesquisa o levantamento bibliográfico e a pesquisa documental. Já a terceira etapa pretendeu responder aos objetivos específicos quinto, sexto e sétimo, para a qual o procedimento de pesquisa adotados foi a pesquisa de levantamento.

A pesquisa bibliográfica foi adotada como método de pesquisa para a construção das discussões relativas ao conhecimento e educação em turismo. As pesquisa bibliográfica é feita

a partir do levantamentos de referências teóricas construídas e publicas, e permite ao pesquisador recolher informações sobre o problema a respeito do qual se procuram respostas. Já a pesquisa documental recorre a fontes como jornais, relatórios, documentos oficiais, vídeos e outros, sem tratamento analítico (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Para Pimentel (2001), estudos baseados em documentos como material primordial, sejam revisões bibliográficas, sejam pesquisas historiográficas, extraem deles a análise, organizando-os e interpretando-os segundo os objetivos da investigação proposta. De acordo com Ball (2001), textos de política não estão enclausurados em seus significados; estes nem sempre estão fixados ou são claros. Ademais, a tentativa de “transportar” os significados de uma arena política para outra está sujeita a equívocos de interpretação e contestação (BOWE; BALL, 1992). Finalmente, a pesquisa de levantamento é utilizada em estudos exploratórios para o levantamento de uma amostra, nesse trabalho uma amostra de instituições de ensino superior. Entre as vantagens dos levantamentos, tem-se o conhecimento direto da realidade e o agrupamento de dados em tabelas que possibilitam uma riqueza na análise (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Ainda, recorre-se ao estudo de caso como método de análise empírica uma vez que o objetivo é analisar o processo de configuração das políticas de educação em turismo em três países, Argentina, Brasil e México. O estudo de caso visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Aqui se realizou um estudo de casos múltiplos, em que três estudos foram conduzidos simultaneamente em três países latino americanos.

1.3.3 Métodos de coleta de dados

Em cada país estudado, um levantamento preliminar do número de instituições educacionais de ensino superior foi feito a partir do Ministério da Educação de cada país, e dessa forma obteve-se a listagem das instituições e seus respectivos endereços eletrônicos. A partir de então foi realizado um levantamento preliminar em diferentes fontes e bases de dados para gerar uma listagem o mais próxima possível da realidade do número de instituições educacionais de ensino superior em cada país. Essa lista das instituições de ensino superior de cada país, após pesquisas em seus sítios eletrônicos, deu origem a uma segunda listagem de instituições educacionais de superior em turismo, em cada país, gerando o instrumento básico de coleta de dados desta pesquisa. Em seguida, se passou a coleta e análise

de dados a partir dos endereços eletrônicos das instituições de ensino superior em turismo de cada país com base nos dados específicos para o objetivo da pesquisa, tais como:

Instituição – identificação da instituição educacional de ensino superior no país;

Unidade - a localização dos cursos na estrutura organizacional das instituições foi assumida como um indicador da orientação dos cursos;

Área temática - foram criadas áreas próprias ao turismo. Essas áreas demonstram as perspectivas de estudo do turismo nas instituições;

Cursos Ofertados – este indicador refere-se à identificação do conjunto dos cursos encontrados em cada uma, e na totalidade, das instituições de ensino. Foram identificados os cursos e classificados segundo a modalidade (online, complementar), e o nível (graduação, especialização, mestrado, doutorado);

Corpo Docente – formação e áreas de atuação indicam a competência instalada dos docentes dos cursos em turismo e, sua adequação à formação pretendida;

Grupos/projetos de Pesquisa – indica se as instituições possuem grupos/projetos de pesquisa institucionalizados, o que indica a produção de conhecimento em turismo no país;

Revista científica – as revistas tem o propósito de discutir e debater temas relacionados ao turismo, indicando a área de conhecimento científico produzido nos cursos.

1.4 ESTRUTURA

Este trabalho está dividido em seis partes, sendo a primeira delas esta **Introdução**. O primeiro capítulo, intitulado **Produção de Conhecimento e Educação em Turismo**, se dedica a perseguir o primeiro e o segundo objetivos específicos deste trabalho. O segundo capítulo, **O Turismo como Política Pública na América Latina**, se dedica a refazer o percurso histórico das políticas em turismo na Argentina, Brasil e México, para atender ao terceiro objetivo específico. No terceiro capítulo, **A Educação em Turismo na América Latina**, o intuito é revisar historicamente as políticas de educação em turismo na Argentina, Brasil e México, com o intuito de responder ao quarto objetivo específico. No capítulo quatro, **A Oferta de Educação em Turismo na Argentina, Brasil e México**, realizou-se o levantamento da oferta de educação superior em turismo na Argentina, Brasil e México, a analisou-se sua vinculação com as políticas nacionais em turismo e de educação em turismo, em conformidade com o quinto objetivo específico. No quinto capítulo, **O Turismo nos Cursos de Pós-Graduação *Strictu Sensu***, buscou-se analisar seus objetivos, currículos e

vinculação com as políticas nacionais em turismo e de educação em turismo, em atendimento ao sexto objetivo específico. Finalmente, a partir das considerações construídas até esse ponto, tecem-se algumas **Considerações Finais** acerca da configuração das políticas de educação em turismo nos países estudados, e sobre como a educação superior em turismo contribui para a qualidade do ensino, da pesquisa e para a produção de novos conhecimentos em turismo, e, assim, para o desenvolvimento do turismo nessas nações.

2 PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E EDUCAÇÃO EM TURISMO

Desde a expansão do capitalismo, do desenvolvimento das tecnologias, da divisão social e internacional do trabalho e da reivindicação dos trabalhadores por tempo livre, quando o turismo se tornou uma prática social e um novo setor da economia mundial, a partir da segunda metade do século XX (ARAÚJO; GELBCKE, 2008), teve início o debate acerca do que seria o turismo. À medida que se fazem notar seus impactos, o turismo ganha relevância social, atenção pública e validade acadêmica, porém ainda é um objeto de estudo subexplorado e pouco debatido nas ciências sociais.

Por essas razões, este capítulo expressa a inquietação com a escassez de reflexões teóricas acerca do turismo, especialmente no Brasil, e visa contribuir para o preenchimento dessa lacuna. Propõe-se a constituir-se em um ensaio teórico orientado para a compreensão das principais discussões sobre o desenvolvimento do turismo e deste enquanto objeto de conhecimento, e para a proposição de um novo entendimento do turismo, enquanto movimento humano, que, entende-se, pode contribuir, no âmbito teórico, para uma definição mais abrangente do fenômeno, assim como empiricamente, por exemplo por meio da elaboração de políticas públicas mais alinhadas com sua totalidade.

2.1 PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM TURISMO

2.1.1 Desenvolvimento do Turismo no Mundo

A história do desenvolvimento do turismo mundial é, fundamentalmente, uma história ocidental. Os marcos temporais ou eventos relevantes são frequentemente os pilares das muitas tentativas de delimitar as diferentes etapas do desenvolvimento turístico, geralmente europeu.

Normalmente tomam-se como marco inicial as experiências de lazer das elites da antiga Grécia e de Roma, como a visita a grandes monumentos, os cuidados de saúde nas regiões termais, os centros de peregrinação religiosa e os Jogos Olímpicos, que levaram a procura por alojamento e outros serviços que se podem considerar como as primeiras manifestações da oferta turística (COHEN, 1992; GRABURN, 1989; KORSTANJE, 2007). Por esta altura desenvolveu-se entre os gregos o sentido de hospitalidade e os estrangeiros eram protegidos por Zeus. A hospitalidade era um ato de honra e instituiu-se a

obrigação de receber com benevolência os estrangeiros. Foram designados cidadãos que tinham por missão recebê-los, orientá-los e, no caso de surgirem complicações, ajudá-los a regressar. Também os romanos desenvolveram o espírito de hospitalidade e criaram os *hospes* (estalagem), os *hospitium* (hotel) e os *hospitalia* (estalagem pública) (MILHEIRO, MELO, 2005).

O colapso do império romano do ocidente criou enormes dificuldades às viagens, que se tornaram difíceis e perigosas, deixando de ser associadas ao prazer. Mais tarde, na Renascença, são retomadas as viagens que tinham como principais motivações a religião e as peregrinações. Até o século XVIII, as viagens caracterizavam-se pelo fato de serem individuais e de se realizarem fundamentalmente por razões comerciais, religiosas, de saúde, políticas ou de estudo (KORSTANJE, 2007). A partir de então, produziram-se grandes mudanças, tanto do ponto de vista tecnológico, como do ponto de vista económico, social e cultural, que introduziram mudanças significativas nas viagens. Na Inglaterra, o incremento do comércio internacional e a Revolução Industrial incrementaram as relações internacionais e, na França, as novas ideias favorecem a abertura ao mundo e o cosmopolitismo. Em toda a Europa constroem-se estradas. Na segunda metade do século XVIII, iniciam-se as viagens e estadas de longa duração pela Europa, continuando a tradição iniciada no século anterior pelo “Grand Tour”⁵ (KORSTANJE, 2011)..

Já no século XIX, as viagens já não eram uma exclusividade da aristocracia. A burguesia abastada começou também a viajar e a motivação desses novos turistas não era, exclusivamente, o enriquecimento cultural mas, antes, o desejo de escapar dos rigores do inverno para o Sul da Europa ou fugir do calor do verão para o frescor do interior. As viagens, graças aos desenvolvimentos tecnológicos produzidos durante a Revolução Industrial e aplicados ao setor de transportes, tornaram-se mais rápidas, confortáveis e possíveis para um grande volume de pessoas (GRABURN, 1989). A recém-nascida classe média surgiu então como um novo potencial consumidor das atividades de lazer, o que levou à criação das agências de viagens e à propagação do turismo internacional (PANAZZOLO, 2005).

A partir de meados do século XX, após o período entre guerras, o crescimento económico na Europa e nos Estados Unidos, assim como a conquista da redução da jornada de trabalho e das férias pagas, que aumentaram o poder de compra das famílias e permitiram

⁵ O *Grand Tour* eram viagens de jovens aristocratas ingleses, do sexo masculino, educados para carreiras de política, governo e diplomacia, que, para complementarem os seus estudos, embarcavam numa viagem pela Europa, com duração de dois a três anos, regressando a casa quando a sua educação cultural estivesse completa. Era uma espécie de ritual educativo a que a nobreza britânica (MILHEIRO, MELO, 2005).

que o turismo fosse incorporado definitivamente entre suas práticas de lazer, criaram as condições para a retomada e crescimento das viagens turísticas. O incremento da aviação comercial encurtou as distâncias e a banalização do transporte terrestre permitiu viagens mais independentes e a difusão do turismo principalmente entre regiões vizinhas. Os operadores de viagens formatavam produtos de massa, tendo por base os transportes de avião fretado e as cadeias hoteleiras no mediterrâneo. A partir da década de 70, intensificam-se as viagens turísticas da Europa para as Américas, Ásia, África e Médio Oriente, e desde a década de 1980 o turismo se estende para o globo (KORSTANJE, 2007; MILHEIRO, MELO, 2005).

Pode-se notar, através dessa trajetória, o turismo se dispersando geograficamente desde a Europa ocidental para as “periferias” do mundo, a partir das classes abastadas para os estratos médios até atingir a massa trabalhadora. Mesmo as três etapas do desenvolvimento turístico definidas por Molina (2005), úteis para uma visão panorâmica do turismo internacional mundial, consideradas referenciais pelos estudiosos do turismo, não abandonam essa visão eurocêntrica, internacional e elitista do fenômeno. Segundo Molina (1995), as etapas de desenvolvimento do turismo são o pré-turismo, o turismo industrial, subdividido em turismo industrial inicial e maduro, e o pós-turismo. O pré-turismo tem como marco o Grand Tour. Os destinos de sol e praia eram os destinos de maior afluência de turistas. A oferta turística e as empresas dispunham de muito pouca tecnologia, baixa capacitação, nenhuma promoção e careciam de sistemas administrativos e contábeis. Ainda hoje se podem encontrar produtos pré-turísticos no mercado.

O turismo industrial inicial vai do século XIX até a Segunda Guerra Mundial. No período desenvolve-se o transporte terrestre, são criados os primeiros órgãos governamentais de turismo, os primeiros grandes hotéis costeiros e urbanos surgem, e emergem os primeiros destinos turísticos na América Latina. As empresas começam a incorporar práticas científicas na gestão administrativa. São criadas as primeiras agências de viagens com serviços incluídos.

O turismo industrial maduro é marcado pelo crescimento ininterrupto do turismo a partir da década de 1950, passando de 25 milhões de turistas internacionais para mais de 600 milhões nos anos 1990 (MOLINA, 1995). O turismo interno apresenta aumento mais moderado, mas crescente. O turismo como indústria baseia-se nos princípios de uniformização, centralização e maximização, como na indústria tradicional. A organização do setor e seus canais de distribuição são hierarquizados e burocráticos. Os governos nacionais assumem protagonismo na organização da atividade, ditando leis de fomento e regulação e criando organismos públicos encarregados de estabelecer políticas nacionais para o

desenvolvimento do turismo. O turismo se converte em um fenômeno de massa e seus impactos positivos e negativos começam a ser percebidos. O turismo de sol e praia ainda é o impulso da expansão da atividade, até que no turismo pós-industrial outros produtos começam a apresentar crescimento maior comparativamente.

Em meados da década de 1980 se somam novas tendências ao turismo que o vão gradualmente permeando e transformando de uma forma notável, formando uma nova cultura turística entre a demanda, os prestadores de serviços e os governos. Os mercados altamente disputados exigem estratégias competitivas que vão ser cruciais nessa nova fase, como a diferenciação de produtos e serviços, a segmentação do mercado e personalização dos serviços, descentralização dos negócios e da indústria, preocupações ambientais e sociais, hospitalidade. As novas tecnologias desempenham um papel cada vez mais determinante que afetam o comportamento da demanda, o desempenho dos negócios, a efetividade do poder público, e o papel das comunidades locais.

Na última etapa, o pós-turismo, a informação é utilizada de maneira intensiva, sendo o conhecimento, as novas técnicas e modelos usados para saber mais acerca do mercado. A base tecnológica é o elemento fundamental no desenvolvimento de produtos pós-turísticos, de maior valor agregado e rentabilidade que o tradicional sol e praia. São produtos com uma grande especialização funcional lúdica, podendo ser espaços desenvolvidos para essa finalidade, como os parques temáticos e os destinos turísticos integralmente planejados como Cancun, ou cidades como Las Vegas, Sydney ou Tokyo.

Visando acompanhar o crescimento da atividade, Fayos-Sola (1996) observa que os governos buscaram desenvolver políticas de turismo que objetivavam inicialmente a pura promoção do turismo, mas que, gradualmente, cederam lugar às políticas voltadas para o desenvolvimento de produtos diversificados com o intuito de manter a competitividade (FAYOS-SOLA, 1996). Essa mudança de orientação dos governos deveu-se, segundo Fayos-Sola (1996), à mudança na própria natureza do setor turístico, que exigiram dos governos uma mudança na substância das políticas públicas de turismo. O autor estabelece três gerações de políticas públicas de turismo principalmente na Europa e Estados Unidos, quais sejam: o turismo de massa ou fordista de 1930 a 80, uma nova era na década 1990, e a competitividade global de fins do século XX e século XXI.

Neste sentido, o conteúdo das políticas de turismo tem variado muito ao longo dos anos. Uma primeira geração de políticas de turismo que abrange as primeiras décadas da era fordista do turismo é caracterizada pelo objetivo, implícito ou explícito, de estimular o

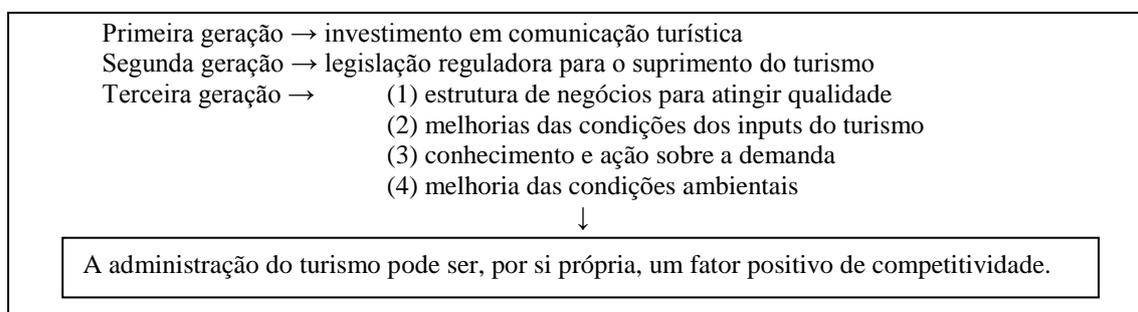
turismo de massa a partir de um ponto de vista quantitativo. Nesta primeira fase, as políticas são formuladas para aumentar o número de visitantes e maximizar o total das receitas do turismo, a fim de contribuir para a estabilidade da balança de pagamentos, a melhoria dos níveis de renda e a criação de empregos (FAYOS-SOLA, 1996).

As dificuldades econômicas que começaram a aparecer em 1970 e no início da década de 1980, quando o turismo foi marcado por sucessivas fases de recessão e crescimento, pavimentaram o caminho para uma segunda geração de políticas de turismo. Nesta geração, os impactos sociais, econômicos e ambientais da atividade turística são mais bem compreendidos, e os instrumentos jurídicos, econômicos e financeiros são utilizados na tentativa de redefinir o objetivo de aumentar a contribuição do turismo para o bem-estar dos residentes. Esta fase é marcada por uma preocupação crescente no que diz respeito a fazer a política setorial do turismo congruente com as políticas econômicas gerais. No entanto, o surgimento de um novo paradigma em meados da década de 1980 mudou o padrão de ações do governo no que tange ao turismo (FAYOS-SOLA, 1996).

A competitividade da terceira geração de políticas de turismo tornou-se o foco das estratégias do turismo, e o objetivo das políticas de turismo se volta para a criação e manutenção de uma estrutura turística competitiva. Tal competitividade é entendida como a capacidade de gerar lucros superiores aos benefícios normais, se possível de forma sustentável. Requer a implementação de metodologias orientadas para atingir a qualidade nos serviços turísticos e fazê-los de forma eficiente (FAYOS-SOLA, 1996).

Fayos-Sola (1996, p. 409) apresenta esquematicamente as fases do desenvolvimento das políticas públicas observadas principalmente em áreas como a Europa e a América do Norte, como segue na figura abaixo:

Figura 2.1.1i Evolução das políticas de turismo no mundo



Fonte: Sola (1996, p.409).

De modo geral, as visões apresentadas subvalorizam as práticas de turismo informais, rotineiras e mais localizadas, bem como o modo como elas têm variado entre e dentro de países e culturas. Experiências que envolvem menos tempo e despesas, mas são, no entanto, significativas na vida dos praticantes, foram negligenciadas. As segundas residências⁶, por exemplo, têm longa data. Apesar da história usual do turismo estar confinada à Europa, há evidências de sua prática nos arredores de Istambul, Argélia e na China desde o século XI (TOWNER, 1995).

Na América Latina, Hiernaux-Nicolas (2005) analisa o caso mexicano, onde o turismo internacional representou em 2001 apenas 17% total de turistas no país, 20 dos 113 milhões de viajantes com pernoite em meios de hospedagem, não se contabilizando os 55 milhões de viajantes sem pernoite e aqueles acomodados em casas de parentes ou amigos. Além disso, para o turismo no país, a importância dos grupos de renda média-baixa e baixa, 31% dos viajantes domésticos, é significativa tanto em termos absolutos como em termos de aporte de valores econômicos, pois mesmo com pouco gasto individual contribuem, em volume, para o aporte total. Pode-se supor que o número de viajantes domésticos pode ser bastante superior ao contabilizado oficialmente sabendo-se que esses grupos têm como motivação principal a visita a parentes e amigos, e muitas vezes se hospedam em suas residências, ficando por isso fora das estatísticas.

Assim, considera-se que os estudos convencionais acerca do desenvolvimento do turismo no mundo produziram certas eras de ouro e declínio do turismo e compartimentalizações temporais que uma análise contextual mais profunda e detalhada das experiências de lazer e turismo nos países latino-americanos possivelmente fariam entender diferente, tanto no seu desenvolvimento quanto na definição do que é o turismo propriamente.

2.1.2 O que é o turismo?

Williams e Shaw (1988, p. 2) já observavam que “a definição de turismo é uma empreitada particularmente árida”, mas também, como eles mesmos reconheceram, “crucialmente importante”.

Inicialmente, não há uma definição universalmente aceita de turismo. Os vários conceitos, definições e descrições do turismo são característicos da natureza multidisciplinar do objeto. Por ser uma área temática relativamente nova, os desenvolvimentos teóricos e

⁶ Segundo Tulik (1995) a segunda residência consiste em “um alojamento turístico particular, utilizado temporariamente, nos momentos de lazer, por pessoas que têm seu domicílio permanente num outro lugar”.

empíricos têm sido desenhados sobre as bases de outras disciplinas aplicadas ao turismo, como a Geografia, Economia, Sociologia, Psicologia, Administração e outras.

O termo turismo, porém, carrega um duplo sentido que lhe confere uma aparente imprecisão, mas que, de fato, reflete suas perspectivas ao mesmo tempo distintas e complementares, isto é, o turismo como uma prática identificada pelas motivações e experiências do sujeito, e como a indústria de serviços facilitadores dessa prática.

Nesse sentido, entende-se que a compreensão da essência do turismo encontra-se na combinação de ambas as perspectivas, o turismo enquanto prática e indústria. Considera-se que a busca dessa combinação deve superar as limitações e confusões de cada uma das perspectivas, por isso e com esse intuito, foram analisadas aqui diferentes definições do fenômeno, tomando-se as trajetórias conceituais sugeridas por Gilbert (1990) e Panosso Neto (2009), para a identificação de princípios comuns definidores do turismo.

Segundo Gilbert (1990), o Dicionário Webster (GILBERT, 1990, p. 47) aponta que o termo turista é derivado da palavra *tour*, significando “uma jornada na qual se retorna ao ponto de partida; uma viagem circular usualmente para negócios, lazer ou educação durante a qual vários lugares são visitados e para a qual um itinerário normalmente é planejado”. Essa definição apresenta uma série de motivações para as viagens, cada uma das quais permite criar diferentes mercados. Muitas definições então irão dar ênfase ao turista como uma unidade de despesa, menos que como sujeito reflexivo.

As primeiras definições davam poucas indicações quanto a natureza do turismo ou do por que as pessoas viajam (REJOWSKI, 2002). Tampouco entre os países havia consenso sobre o que o turismo envolve. De acordo com Gilbert (1990, p. 48), em 1910 o economista australiano Von Schullard definiu o turismo como “a soma total das operações, principalmente de natureza econômica, diretamente relacionada com a entrada, permanência e movimento de visitantes dentro e fora de um país, cidade ou região”. A busca por uma definição para fins internacionais levou aos especialistas da Liga das Nações a definirem, em 1937, o turista como quem viaja por um período de 24 horas ou mais por motivo de negócios, lazer, saúde ou família, em um país diferente daquele do local usual de residência. Essas definições, como se vê, dão ênfase ao turismo internacional em detrimento do turismo doméstico. Além disso, enfatizam aspectos operacionais como a estadia em equipamentos turísticos (meios de hospedagem comerciais), provavelmente em função da facilidade e comodidade em termos de coleta de dados e elaboração de estatísticas.

Durante os 30 anos seguintes esse entendimento não se altera substancialmente. Até que em 1963 é elaborada durante a Conferência das Nações Unidas a definição mais amplamente usada e reconhecida, que será posteriormente adotada pela Organização Mundial do Turismo. Surge o termo visitante, subdividido nas categorias de turista e excursionista. Turista para aqueles em estadia com pernoite, e excursionista para aqueles em visita sem pernoite. O visitante era qualquer pessoa visitando um país que não seja seu local usual de residência, por qualquer razão que não seja uma ocupação remunerada no país visitado. O turista internacional era o visitante temporário que permanece ao menos vinte e quatro horas no país visitado e que tem como propósito de viagem o lazer (recreação, férias, saúde, estudo, religião e esporte) ou negócios (família, encontros).

Se por um lado a adoção de definições similares pelas nações permitiu a comparação entre países e regiões, por outro criou um entendimento do turismo ligado às trocas econômicas, em que são privilegiados os benefícios em detrimento dos custos do turismo. A ênfase então recai sobre os aspectos objetivos e mensuráveis do turismo, enquanto aspectos subjetivos são preteridos. Assim, essa definição tem utilidade estatística, legislativa ou comercial, mas é insatisfatória para a maior parte dos trabalhos sociológicos. Além disso, é voltada para uma das faces do turismo que é o turismo internacional, sendo pouco útil para definir o turismo interno e as práticas de turismo sem pernoite.

Hunziker e Krapf⁷ se propuseram lançar uma nova abordagem entre a prática humana e a atividade econômica. Eles definiram o turismo como “a totalidade das relações e fenômenos ligados à estadia de estrangeiros em uma localidade, desde que não exerçam uma atividade principal, permanente ou temporariamente remunerada” (HUNZIJER; KRAPP, 1942, p. 50-51). Porém, essa definição não altera substancialmente a de Schullard. Mais uma vez, essa conceitualização reforça a necessidade de pernoite no destino, excluindo-se assim as viagens de curto prazo sem utilização de meios de hospedagem. Ainda, ao assumir um viés subjetivista, não incorpora os aspectos objetivos úteis para finalidades de mensuração e estatística.

Burkart e Medlik (1974), por sua vez, argumenta Gilbert (1990), defendiam que poderia ser útil distinguir entre os aspectos técnicos e conceituais das definições de turismo. Seu intuito era estabelecer os limites que definissem as características particulares do turismo e o distinguissem enquanto domínio de estudo. Baseado nessa ideia, em 1979 a Sociedade Britânica de Turismo definiu que o “turismo inclui qualquer atividade relativa com o

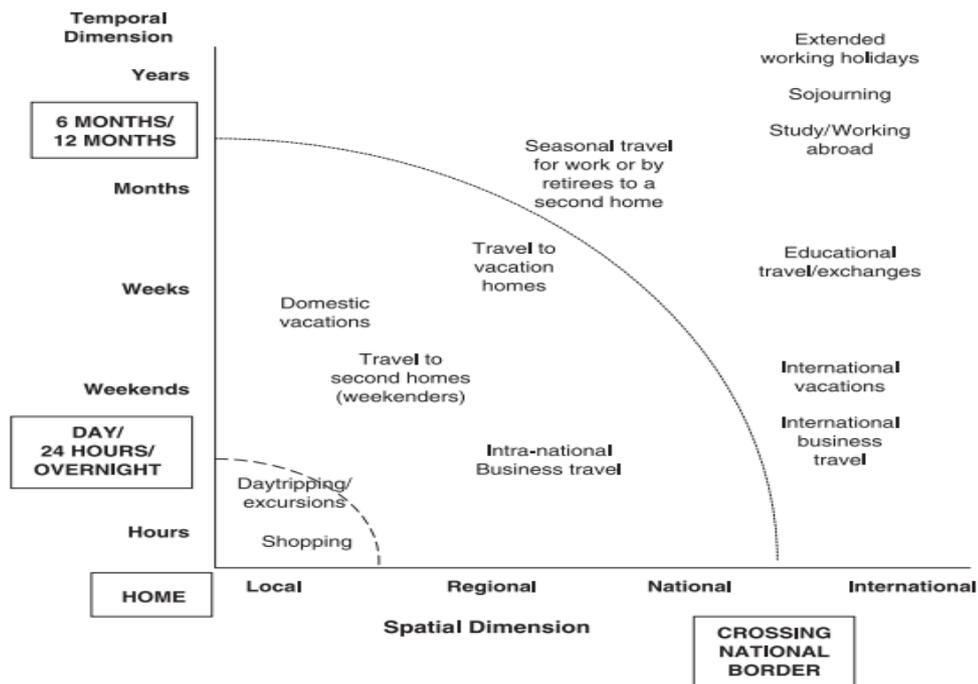
⁷ Hunziker, W., Krapf, K. (1942).

movimento de pessoas temporário e de curto prazo para destinações fora dos locais usuais de residência e trabalho, e as atividades durante a estadia nessas destinações” (GILBERT, 1990, p. 51).

Nesta definição pode-se identificar a inclusão das atividades envolvidas na estadia ou visita às destinações, não se percebe a exigência de estadia com pernoite ou a insistência com as viagens internacionais, o que permite sua aplicação para as visitas domésticas e de um dia. Por outro lado, essa definição não é, contudo, consensual. Outras apresentam maior preocupação com a distância ou o tempo de permanência, como o Bureau Australiano da Indústria Econômica, que em 1979 definiu o turista como “uma pessoa visitando um local ao menos 40 km distante de seu local habitual de residência, por um período de no mínimo 24 horas e não excedendo 12 meses” (GILBERT, 1990, p. 52).

A Figura 2.1.2i fornece uma representação bidimensional de alguns dos conceitos-chave da mobilidade humana turística no espaço e no tempo. A figura ilustra os pontos críticos de tempo para propósitos conceituais, segundo os quais permanecer por 24 horas ou pernoitar fora de casa é geralmente um critério usado para diferenciar entre excursionismo e turismo (OMT, 1991). Dependendo da jurisdição, o tempo é também utilizado para diferenciar migração e turismo. Em alguns países, o tempo máximo de permanência do turista no destino é de seis meses enquanto que em outros é de 12 meses. Contudo, o turismo tem sido historicamente classificado principalmente pela dimensão espacial. Por exemplo, a passagem de uma fronteira nacional separa o turismo doméstico do internacional, assim como separa a migração doméstica da internacional. Limites espaciais também são utilizados como o determinante de regionais e estatísticas locais turísticos. A Comissão de Turismo da Austrália Ocidental (WTTC) (1997), por exemplo, estimou que, em 1996, mais de dez milhões de excursões de até 1 dia foram empreendidas na Austrália Ocidental (GILBERT, 1990).

Figura 2.1.2i Mobilidade temporária no espaço e no tempo



Fonte: Reproduzido de Hall (2000)

Outras formulações, ainda, por sua intenção de descrever a prática, não circunscrevem suas análises a critérios espaciais ou temporais, o que inviabiliza a definição para fins de mensuração, como a definição adotada pela Associação Internacional dos Especialistas e Pesquisadores em Turismo – AIEST, de Hunziker e Kraft (1942), para a qual o turismo é o conjunto das inter-relações e fenômenos ocasionados pelas pessoas viajando para, e parando em, lugares nos quais não mantém residência permanente ou vínculo de trabalho.

Abordagens holísticas tentaram incorporar outras dimensões ao conceito e incluir aspectos subjetivos da prática, como as necessidades e impactos dos turistas sobre o ambiente receptor, como em Jafari (1997, p. 8): “turismo é o estudo do homem distante de seu habitat usual, da indústria que responde às suas necessidades, e dos impactos que ambos, o homem e a indústria, provocam sobre os ambientes sociocultural, econômico e físico receptores”.

Outra abordagem alternativa foi forjada por Michel Hoerner e Catherine Sicart (2003) onde se defende a pertinência de se considerar as viagens e a indústria do turismo para definir os rumos de uma ciência social própria, a *turismologia*, como a síntese de uma ciência social multidisciplinar e uma ciência aplicada.

A divergência principal com a OMT deve-se a este organismo considerar os atores envolvidos no turismo na sua capacidade oficial, enquanto os autores consideram que é a indústria do turismo que oferece suporte ao turismo. As duas definições são ajustáveis. A

OMT considera o turista como o ator principal da indústria do turismo. E consideramos a indústria do turismo sem negligenciar a qualidade do turista ou seu *status*.

Na visão dos autores, as diferenças nas definições estão nas restrições qualitativas. Por um lado a OMT desconsidera os consumidores da indústria do turismo que não tem *status* de turista, em particular os que frequentam os estabelecimentos como um “ambiente habitual”. Por outro lado, nós desconsideramos o viajante individual que usa os estabelecimentos turísticos marginalmente. Isso traz duas consequências. A primeira, diz respeito aos resultados da OMT ao negligenciar turistas locais de centros turísticos próximos às áreas urbanas. A segunda, explica nossa oposição voluntária entre viajantes e turistas do ponto de vista socioeconômico.

Esta divergência não impede de destacar a atividade turística no *corpus* da definição da OMT e seu desejo por mostrar o peso econômico e social do turismo. Não eliminaram-se as atividades da indústria do turismo, mas é preciso determinar o objetivo central dos campos norteadores da indústria do turismo, da indústria de viagens, da indústria hoteleira e das indústrias integradas, como as companhias aéreas.

Propõe-se este problema já que os cientistas estão atados aos conceitos do turismo e não a uma estrutura de todas as ciências sociais, que as usam para um campo de estudo. Nossas reflexões não são apenas geopolíticas e filosóficas, mas uma tentativa de integrar a uma percepção estrutural. Este é o objetivo da ciência do turismo, ou turismologia, a afirmação de seus próprios conceitos e buscar uma metodologia mais aplicada que teórica.

Como fruto de uma discussão institucionalmente levada a cabo em 2001 no Fórum da Associação Mundial para a Formação em Hotelaria e Turismo (AMFORTH), em Marrakesh, se gerou uma declaração que define a *turismologia* como uma ciência multidisciplinar, que tem o objetivo de estudar as viagens na estrutura da indústria do turismo.

É necessário que os pesquisadores do turismo tenham sua própria ciência, para que seus resultados possam ser avaliados, e assim seja possível corrigir os conceitos que isoladamente são suscetíveis de adequação.” Quando vincula-se a uma ciência precisa tem-se a base para toda epistemologia, que pode sofrer crítica do meio externo, mas ser mudada somente a partir do meio interno. [...] Esta nova ciência do turismo deve ser nomeada “turismologia” e não “turistologia” [...]. De fato, o turismo em geral interessa mais que o turista. Portanto, discordamos com a OMT que usa conceitos e definições que percorrem os “visitantes” em detrimento da indústria do turismo. [...] A turismologia é o estudo das viagens ou deslocamentos de pessoas, chamados de turistas, dentro de um amplo sentido do termo, que gastam dinheiro em um estabelecimento da indústria turística. É considerada uma ciência humana pluridisciplinar de síntese, mais aplicada que fundamentada. [...] O termo “ciências sociais” foi usado no sentido global da definição americana de *Social Science*. O aspecto multidisciplinar da turismologia permite a integração com trabalhos de

outras ciências humanas e sociais, mesmo que se queira diferenciá-los. (HOERNER; SICART, 2003)

Seus métodos estão situados junto às ciências sociais, e o que os franceses chamam de ciências humanas, assim como no desenvolvimento de ferramentas e conceitos específicos. A proposta da turismologia é elevar o nível de treinamento profissional na indústria hoteleira e do turismo, para dar autonomia a pesquisa, já que é ativa, para otimizar as ferramentas de trabalho dos profissionais do turismo e para levar o ramo do turismo a um corpus de conhecimento científico.

O debate sobre o turismo enquanto indústria também é frutífero para seu entendimento, e há uma contínua discussão sobre se, e quando, o turismo se constitui numa indústria. Enquanto alguns creem que o turismo é um mercado de pessoas em movimento mais que uma indústria (LICKORISH, 1991), outros aceitam que o turismo é uma indústria, pois se um produto, tangível ou intangível, que serve para satisfazer uma necessidade humana, é considerado um produto industrial, e se existe um vínculo entre produtos unitários de várias firmas que caracteriza sua função geral e determina seu lugar na vida econômica, ele também deve ser considerado um produto industrial (WAHAB, 1975).

Mas o que torna o turismo tão difícil de definir é a amplitude de sua natureza prática como dos serviços de apoio. O turismo envolve várias outras indústrias como companhias aéreas, ferroviárias, marítimas, hoteleiras, alimentícias, de entretenimento. Também envolve a organização, venda e operação das viagens, passeios e atrações, assim como uma gama de serviços públicos. Como definiu Young (1973), é um grupo heterogêneo que envolve uma larga variedade de setores e indústrias que têm como função comum o atendimento das necessidades dos viajantes, o que dificulta o reconhecimento de uma forma que conecte ordenadamente esses componentes.

Por ser uma atividade que implica um conjunto de elementos, mas que não se resume a nenhum deles, e sim resulta das relações entre eles, a partir da década de 1970 a perspectiva do turismo como sistema é impulsionada por investigadores e periódicos acadêmicos, e se tornará o paradigma dominante de análise do fenômeno.

Panosso Netto (2009) reconstrói o panorama histórico das abordagens epistemológicas do turismo tomando como referência a visão dominante do turismo como sistema⁸. Para ele,

⁸ O sistema turístico é considerado um sistema aberto que realiza trocas com o meio que o circunda e, por extensão, é interdependente, e não autossuficiente. É composto por três conjuntos: conjunto de relações ambientais, conjunto de relação estrutural e conjunto de ações operacionais (BENI, 1988).

uma abordagem pré-paradigmática compõe-se pelos primeiros autores que se dedicaram a analisar teoricamente o turismo, como Fuster (1971), Hunziker e Krapf (1942) e Burkart e Medlik (1974), anteriores à análise sistêmica do turismo. Na segunda abordagem predomina o paradigma da Teoria Geral dos Sistemas, que tem como representantes Leiper (1979), Boullón (1999) e Beni (1988). Essa visão adquire grande difusão, alcance e utilização na área, e ainda é considerada por muitos a melhor maneira de explicar a dinâmica do turismo, apesar das limitações. Sob esse prisma, para Cooper *et al* (1993, p.4) o turismo pode ser entendido como o conjunto de indivíduos, negócios, organizações e lugares que se combinam de modo a possibilitar uma experiência de viagem”.

Outros, contudo, consideram necessária a proposição de novas formas de análise do turismo que busquem superar o paradigma sistêmico seja reformulando-o, como Krippendorf (1985, 1989) e Molina (1995), ou buscando novas perspectivas, como Jafari (1997), Tribe (1997, 2006) e Urry (1996), que se utilizam de fundamentos micro sociológicos.

Para Jafari (1997, p. 5), o “turismo é o estudo do homem (o turista) longe de seu local habitual de residência, das redes e serviços turísticos, dos mundos cotidiano (não-turístico) e não-cotidiano (turístico) e das relações dialéticas entre eles”. Já Tribe (1997, p. 640) define o turismo como

“uma atividade exercida por seres humanos e pelo mínimo de recursos que precisam existir para que se possa dizer que houve o ato de viajar de um lugar para outro, um conjunto particular de motivos para se engajar nessa viagem (excluindo-se viagens pendulares para trabalho), e o engajamento em atividades no destino”.

Essas novas perspectivas vão incorporar a partir dos anos 1990 diferentes temáticas, como os estudos preocupados com a sustentabilidade do turismo nos âmbitos ambiental, econômico e social, e as análises que buscam situar o setor de serviços e o turismo no contexto pós-moderno do final do século XX, e compreender os problemas que permeiam a sociedade atual diante das novas tecnologias, do mundo do trabalho, das mudanças na educação e das novas concepções de tempo e espaço, e como se relacionam com o turismo convencional ou de massa. Nesse sentido, Trigo (1998, p. 65) considera que o turismo e o lazer se tornam elementos fundamentais no estabelecimento de novos modelos sociais, já que “a condição pós-moderna induz a um novo estilo de vida baseado no conforto e no bem-estar”.

Panosso Neto (2009) elabora sua definição utilizando-se de ‘princípios fundamentais e desejáveis’, sendo fundamentais os princípios inerentes ao turismo, dentre eles o sujeito, deslocamento, retorno, motivação, hospitalidade, experiência, comunicação e tecnologia; e desejáveis aqueles que não estão necessariamente presentes no desempenho da atividade,

dentre os quais a sustentabilidade, igualdade, supremacia do público sobre o privado, alteridade e ética. Somando-se tais princípios, tem-se que:

“O turismo é um fenômeno causado pela partida e retorno de serem humanos de seu local habitual de residência, por razões que podem ser reveladas ou ocultas. Pressupõe hospitalidade, encontros e comunicação com outras pessoas além de empresas que oferecem serviços e tecnologias pelos quais os atos de ir e vir são possíveis. Gera experiências sensoriais e psicológicas bem como efeitos positivos e negativos nos ambientes econômico, político e sociocultural” (PANOSSO NETO, 2009, p. 59).

De modo sintético, a reconstituição panorâmica das definições de turismo apresentada, na medida em que demonstra a fragmentação e as divergências conceituais, possibilita a identificação de princípios essenciais ao turismo fundamentais para a construção de um novo entendimento, mais abrangente, por tentar apresentar o turismo como um único domínio de estudo e conciliar aspectos presentes em diferentes abordagens, conceituais, subjetivas, objetivas e ideais. As abordagens mais técnicas do turismo são características das primeiras análises do fenômeno, mas até hoje são predominantes no campo. Contudo, a partir da década de 1970, ganham espaço as análises mais subjetivas, interessadas nas motivações e experiências do turista e nas relações entre turistas e anfitriões. A partir dos anos 1990 novas temáticas entram no debate, dentre eles aspectos não inerentes, mas que passam a ser desejáveis ao turismo.

O entendimento do turismo como experiência individual ou prática social toma como objeto de análise o sujeito das viagens, o turista, e seu envolvimento em relações sociais e de poder com não-turistas, outros turistas, residentes e produtores do turismo. O turismo é visto como uma atividade de não-trabalho, produto do modo de viver contemporâneo. Pensado como indústria, o turismo caracteriza-se pela oferta de produtos e serviços para atendimento das necessidades dos consumidores-turistas.

Existem alguns aspectos que, por serem importantes tanto para a experiências do turista como para a produção do turismo, encontram-se na interseção entre essas abordagens, apesar de serem mais comumente tematizados pelas abordagens subjetivistas. A informação, o espaço e o tempo aparecem nas abordagens industriais do turismo quando a tecnologia reduz as percepções de distância e tempo e dispersa o acesso à informação, que facilitam o consumo e a oferta do turismo. As abordagens industriais do turismo tendem a ressaltar os impactos positivos do turismo, enquanto que as análises mais subjetivistas discutem principalmente os impactos negativos sobre o local de destino e as relações turista-anfitrião. Entende-se por hospitalidade o ato de receptividade e cordialidade do anfitrião que afeta a experiência total

do turista, mas para a indústria a hospitalidade deve agregar valor monetário ao produto turístico.

Já o turismo como ideal baseia-se numa crítica ao modelo de turismo tradicional, de alto impacto sócio-cultural e ambiental e baixa distribuição dos ganhos, e pretende a incorporação de valores como responsabilidade ambiental e justiça social ao turismo. Define-se aqui o turismo como ciência, ou a turismologia, como o estudo dos deslocamentos, movimentos ou viagens de pessoas que envolvem alguma motivação turística, não exclusiva, e o despendimento de tempo e dinheiro, parcial ou exclusivamente, em estabelecimentos, serviços ou produtos da indústria turística. O movimento, sem o qual não há turismo, é de modo geral pouco discutido conceitualmente, a não ser com finalidades estatísticas. Nesse sentido, o turismo como ciência dedica-se ao desenvolvimento de análises, conceitos, explicações, ferramentas e técnicas, por meio de pesquisas teóricas ou aplicadas, para a construção de um *corpus* de conhecimentos científicos que contribua para a compreensão, intervenção e formação de profissionais para atuação em quaisquer dos domínios do turismo, ou seja, como experiência, indústria ou a própria ciência.

A tabela abaixo propõe a consideração do turismo como um domínio único de estudo a partir da síntese de princípios ideais, da prática, da indústria e da ciência do turismo.

Figura 2.1.2ii O turismo como um único domínio de estudo

Fonte: elaboração própria

TURISMO COMO UM ÚNICO DOMÍNIO DE ESTUDO				
Princípios Fundamentais				Princípios Desejáveis
Turismo como ciência	Turismo como experiência	Interseção	Turismo como indústria	Turismo como ideal
Viagens	Sujeito		Demanda	
	Motivação		Marketing	
	Experiência		Oferta	
Movimento		Espaço	Tecnologia	Endogeneidade
		Tempo		
		Informação	Cadeia de suprimentos	
		Hospitalidade		
		Impactos (econômicos, ambientais, socioculturais)		Sustentabilidade
	Relacionamentos (turista-turista, turista-não turista)	Relacionamentos (turista-anfitrião)	Serviços públicos	Governança (governo, comunidade anfitriã, empresas, organismos internacionais)
				Igualdade
				Responsabilidade
				Ética

a) Princípios do turismo como ciência

a.1) Viagens: deslocamento de um local a outro, normalmente, mas não obrigatoriamente, diferente do local habitual de residência, que envolve uma área de partida, uma área de passagem ou passeio, e outra de destino.

a.2) Movimento: o turismo envolve o movimento temporário de pessoas, isto é, ida e retorno, de curta ou longa duração.

b) Princípios do turismo como experiência individual ou prática social

b.1) Sujeito: para existir o turismo, deve existir o turista. O turista subjetivamente negocia os significados de suas práticas, seja por si mesmo ou sob influência de outros sujeitos ou da indústria.

b.2) Motivação: o turista sempre tem alguma razão para viajar, explícita ou oculta. As motivações para as viagens podem ser as mais variadas.

b.3) Experiência: além dos aspectos materiais, há elementos e serviços imateriais que fazem da experiência sensorial e psicológica um componente importante da experiência total do turista, que o motivam a viajar novamente em busca de novas experiências.

b.4) Relacionamentos: O turista desde o lugar de partida até a chegada ao destino se envolve em relacionamentos com não-turistas, outros turistas, fornecedores de serviços públicos ou privado, anfitriões. Esses relacionamentos podem ser breves ou intensos.

c) Princípios do turismo como indústria

c.1) Demanda: a demanda turística pode ser real, representada pelas pessoas que já viajaram para certo destino; ou potencial, aquela em condições de viajar.

c.2) Marketing: tem a responsabilidade de criar as oportunidades e possibilidades de que os produtos e serviços oferecidos pela oferta sejam conhecidos e atendam às necessidades e desejos da demanda.

c.3) Oferta: composta por empresas hoteleiras, restaurantes, transportadoras e empresas de entretenimento capazes satisfazer as necessidades do turista. Não existe uma empresa que possa satisfazer a totalidade das demandas do turista.

c.4) Tecnologia: a tecnologia tornou possível a expansão do turismo para uma massa global de pessoas. Aplicada aos transportes e à comunicação, tem dispersado o turismo para locais e para pessoas até então não acessados pelo turismo.

c.5) Cadeia de suprimentos: pode se iniciar pela compra de um pacote numa operadora, pelo serviço de transporte no local de origem ou pela utilização dos serviços no destino. A cadeia que conecta o consumidor e os fornecedores deve beneficiar seus participantes.

c.6) Serviços públicos: o deslocamento e permanência do turista nos locais de destino exigem infraestrutura e oferta de serviços públicos como aeroportos, estradas, sinalização, segurança, dentre outros.

d) Princípios comuns ao turismo como prática e indústria

d.1) Espaço: subdivide-se em região de origem, de onde o turista sai e para onde retorna; região de destino, capaz de atrair visitantes temporários; e região de trânsito, que conecta as regiões de origem e destino e também pode oferecer atrativos aos viajantes.

d.2) Tempo: relativo à determinação do tempo mínimo e máximo de permanência no destino. É denominado excursionista o visitante permanece menos de 24 horas no destino sem

pernoitar, já o turista deve pernoitar no destino por um período máximo definido pelo órgão regulador. Essa periodização tem função estatística, não conceitual.

d.3) Informação: a melhoria da qualidade e a facilidade de acesso a informação tem modificado a comunicação com o turista, a apresentação dos produtos turísticos, a prestação do serviço, a comercialização.

d.4) Hospitalidade: relativa a receber e ser recebido em ambiente doméstico, público ou comercial. Em ambiente comercial, a hospitalidade é considerada um serviço e recebe um valor monetário.

d.5) Impactos: os impactos do turismo podem ser econômicos, sociais, culturais, ambientais ou políticos, e incidir sobre os locais emissores ou receptores, sobre os turistas ou anfitriões, e ser positivos ou negativos.

e) Princípios desejáveis

e.1) Endogeneidade: refere-se a participação de pessoas ou recursos próprios dos destinos turísticos nos processos de decisão, produção e consumo do turismo.

e.2) Sustentabilidade: visa conciliar o atendimento às necessidades dos turistas e dos locais visitados sem desprezar, e procurando preservar, a cultura regional, o ambiente natural e a participação econômica e política dos anfitriões.

e.3) Igualdade: reconhecimento de que todas as pessoas são seres humanos, independente da condição econômica, religiosa, de cor ou raça, e devem ser tratadas em igualdade de condições e profissionalmente.

e.4) Responsabilidade: baseia-se no respeito e responsabilidade de turistas, anfitriões ou outros sobre a diversidade cultural, étnica, racial, de crenças religiosas, filosóficas ou morais.

e.5) Ética: perpassa pela busca do bem, da justiça e da vida virtuosa. Relativa ao turismo, requer a submissão de desejos e interesses individuais à deliberação e escolha do que deve ser feito para alcançar a justiça e o bem coletivo.

e.6) Governança: se refere à capacidade de ação estatal na implementação de políticas públicas e na consecução de metas coletivas elaboradas por meio de procedimentos de participação de atores privados e da sociedade.

2.1.3 O turismo como objeto de conhecimento

O desenvolvimento do turismo enquanto objeto de conhecimento é atravessado por influências de diferentes disciplinas e paradigmas, tendências econômicas e sociais, e mudanças no próprio campo do turismo. Os primeiros trabalhos que tomaram o turismo para estudo, elaborados pela primeira geração de pesquisadores do tema nos anos 60 e 70, envolveram economistas, antropólogos, sociólogos e geógrafos que lançaram as bases para o desenvolvimento do turismo como campo de investigação multidisciplinar. Esse florescimento enquanto campo de investigação surgiu como tentativa de entender e explicar o crescimento fenomenal do turismo a partir da segunda metade do século XX.

As perspectivas sociológica e antropológica foram bastante significativas no campo até anos 80 e 90, tendo perdido destaque para outras abordagens a partir de então. Ainda hoje, a sociologia do turismo é uma especialidade em consolidação, preocupada com o estudo das motivações, regras, relações e instituições turísticas, e seus impactos sobre os turistas e as comunidades receptoras. São principalmente quatro as áreas de estudo na sociologia do turismo, o turista, as relações entre turistas e moradores, os impactos do turismo e a estrutura e funcionamento dos sistemas turísticos (COHEN, 1984).

A investigação sobre o turista é extremamente variada, e lida principalmente com as características demográficas e socioeconômicas dos turistas, como a frequência, motivação, duração e tipo de viagem, tipos de atividades realizadas, etc. Segundo Cohen (1984), um grande número de publicações trata principalmente das relações entre moradores e turistas. Tais encontros são de natureza transitória e, essencialmente, não repetitiva e assimétrica, regulados por dois sistemas socioculturais distintos, o sistema do nativo, que é invadido pelo turismo, e o próprio sistema turístico emergente. Os impactos do turismo são a questão mais intensivamente pesquisada na sociologia do turismo. A maioria enfoca a comunidade receptora, enquanto o efeito sobre o país de origem dos turistas é negligenciado. A maioria dos autores distingue os efeitos socioeconômicos e socioculturais do turismo, positivos e negativos (UNESCO, 1976⁹). À medida que o subsistema turístico amadurece e se desenvolve, constitui-se como um sistema independente, o que tem levado alguns sociólogos a estudarem a dinâmica do sistema turístico principalmente nos níveis regional e local, nos quais observam a criação de um tipo de ‘causalidade cumulativa’, que dá origem a uma nova base econômica e relações sociais (COHEN, 1984).

⁹ Carta de Turismo Cultural (UNESCO, 1976).

Na década de 1990, uma onda de mudanças ocorreu e abordagens gerencialistas passaram a dominar o turismo filosófica e institucionalmente (REN, PRITCHARD, MORGAN, 2010). Esses estudos incluíam temas como o marketing turístico, planejamento estratégico e a gestão do turismo. Essa mudança foi resultado da ampliação deste enfoque em outros setores, ao aumento da demanda e da oferta do turismo de massas¹⁰, bem como do decréscimo da lucratividade empresarial naquele momento.

A partir dos anos noventa, se gestam ainda novas temáticas, como a consciência ambiental e as mudanças climáticas, as quais terão impacto sobre a comunidade acadêmica do turismo que então fará surgir uma corrente orientada para a sustentabilidade em diversos âmbitos, econômico, social e obviamente ambiental. Surge a preocupação com a sustentabilidade dos destinos turísticos, sua competitividade, a melhoria da qualidade de vida dos habitantes e a conservação ambiental para as gerações futuras.

A maioria das pesquisas historiográficas do turismo sugerem que imperativos científicos positivistas sempre dominaram o conhecimento produzido no campo, que atualmente se sustenta por valores liberais de *performatividade*, consumismo e rentabilidade (REN, PRITCHARD, MORGAN, 2010; TRIBE, 2006, 2008). Isto se deve em grande parte à localização de muitos pesquisadores do turismo nas escolas de negócios, os quais recentemente têm sido criticados com dureza pela dificuldade em promover investigações que abordem questões sociais e políticas fundamentais, e por estarem tecnicamente orientados para a resolução de problemas de micro escala. Assim, muitos pesquisadores do turismo, numericamente poucos em relação à coletividade acadêmica onde os “interesses do conhecimento” técnico e instrumental dominam (HABERMAS, 1987), têm pouca margem para produzir e publicizar estudos em perspectiva alternativa (REN; PRITCHARD; MORGAN, 2010).

É sabido que o pesquisador ativamente molda a pesquisa por suas escolhas ontológicas, epistemológicas e metodológicas, e por isso o conhecimento que produz é histórico, institucional e subjetivamente construído. Esse conhecimento, uma vez elaborado, é submetido a revisão pelos pares, que irão tecer suas considerações e críticas, contribuindo assim para o desenvolvimento teórico do campo. Os pesquisadores do turismo, contudo, apesar de se envolverem cada vez mais com abordagens plurais, raramente sujeitam ao escrutínio as hierarquias que servem como guardiãs acadêmicas do campo. Os principais

¹⁰ É chamado “turismo de massa” é o fenômeno de massificação do turismo a parcelas mais amplas da sociedade, vinculado à consolidação do capitalismo. Se caracteriza pela sazonalidade, de baixo custo e alto impacto.

pesquisadores do campo têm tradicionalmente sido do sexo masculino, estudiosos de primeira geração, ocidentais, fundamentados na tradição de pesquisa anglocêntrica e locados em departamentos de negócios, geografia ou, no caso dos Estados Unidos, recreação. Mais de três quartos dos editores das revistas científicas dedicadas ao turismo estão baseados nos EUA, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia e Canadá, enquanto as publicações dessas revistas são igualmente dominadas por instituições desses países (REN, PRITCHARD, MORGAN, 2010).

Esta constatação afeta tanto a acessibilidade de novos pesquisadores ao campo como a renovação do conhecimento nele produzido. A fim de obterem acesso e serem reconhecidos como parte da comunidade científica, os pesquisadores, e as pesquisas, podem estar sendo estimulados a conformarem-se às questões que estão no centro da disciplina (REN; PRITCHARD; MORGAN, 2010). Tribe (2010), apesar de reconhecer a relevância das ciências sociais e gerenciais no campo do turismo, ressalta o surgimento de outras áreas, como o turismo sustentável e os estudos críticos do turismo. Estes últimos desenvolveram-se a medida que os estudiosos das segunda e terceira gerações se envolveram com estudos críticos nos anos 1990 e com os desafios de criar uma vida mais sustentável, equitativa e segura (ATELJEVIC; PRITCHARD; MORGAN, 2007), preocupações que passavam a tomar amplo alcance no período em diversas disciplinas e em várias partes do mundo.

O campo de pesquisa em turismo é hoje caracterizado por um espantoso crescimento e fragmentação. Houve uma explosão do número de cursos de graduação e pós-graduação relacionados com o turismo. Tribe (2008) a área de educação em turismo, tanto em níveis técnico e tecnológico quanto em nível superior – e sobretudo neste – vem apresentando cada vez mais importância e atraindo um maior corpo de pesquisa. Para se ter ideia da relevância e extensão que vem adquirindo tal área, o número de periódicos nos temas do turismo e das viagens cresceu de uma dúzia na década de 70 para cerca de 150 títulos atualmente, e 60% de todas as revistas dedicadas ao turismo foram estabelecidas após 2000 (ATELJEVIC; PEETERS, 2006). Ademais, a quantidade de artigos publicados sobre formação profissional em turismo tem aumentado significativamente nas últimas décadas, passando de 51 trabalhos na década de 1980 para 256 na década de 1990, no *Annals of Tourism Research*, um dos periódicos mais conceituados mundialmente na área de turismo (TRIBE, 2008).

No entanto, apesar deste crescimento, Goeldner (2005), refletindo sobre o papel dos periódicos na produção de conhecimento do turismo, argumenta que pesquisadores e editores de revistas de turismo não têm conseguido resolver a lacuna teórica dentro dos estudos do

turismo. Ele observa como os pesquisadores têm até agora favorecido estudos empíricos estreitos em detrimento da construção de conceitos e teorias (2005, p. 49).

Por outro lado, sempre houve também uma corrente de trabalho na investigação em turismo que se envolveu com a teoria crítica (BOTTERILL, 2003; TRIBE, 2007; 2008), mas somente a partir dos anos 2000 ela entrou em evidência (BIANCHI, 2009; HIGGINS DESBIOLLES, 2006). Para Tribe (2007), a liberdade pós-modernista desarmou o poder dos paradigmas dominantes em muitas ciências, e não foi diferente com o turismo. Neste contexto, uma nova revista científica foi lançada, a *Tourist Studies*, com o intuito de promover uma plataforma para o desenvolvimento de perspectivas críticas acerca da natureza do turismo como fenômeno social. Muitos foram os temas abordados pelos estudiosos críticos do turismo. De sua parte, Moesch (2004) estabelece uma crítica ao domínio conceitual, aos métodos e fundamentos utilizados no ensino do turismo como um campo disciplinar, isto é, no que se refere ao viés empirista, funcionalista e sistêmico. Hollinshead (1998) convoca os pesquisadores do turismo a considerar o que sistematicamente e repetidamente é privilegiado na representação do turismo e o que é sistematicamente negado e desconsiderado.

No Brasil, os estudos sobre a produção científica em turismo começaram a ser realizados na década de 1990 com o desenvolvimento de duas pesquisas de Mirian Rejowski, sua tese de doutoramento em 1993 e de pós-doutoramento em 1997. A primeira enfocou inicialmente a evolução, natureza e sistematização da pesquisa científica em turismo no país. A segunda aprofundou a análise temática e metodológica dos trabalhos. Como resultados têm-se que as principais áreas produtoras de conhecimento turístico eram a comunicação, a administração e a geografia. Em relação às temáticas, eram principalmente planejamento e marketing turístico, desenvolvimento local e regional, e a relação espaço e turismo. A maior parte da pesquisa é exploratória, mas a autora já notava um crescimento de pesquisas descritivas e explicativas. O estudo da produção científica em turismo teve continuidade nos níveis de graduação, mestrado e doutorado, e tem sido divulgado em periódicos e eventos científicos. A revisão histórica permitiu notar a diversificação de objetos de estudo da produção científica em Turismo no Brasil, mas também que são raros os estudos a integrar diferentes áreas de conhecimento, e que os avanços teóricos e metodológicos observados no exterior, por sua vez, não se repetiram nas pesquisas brasileiras (REJOWSKI, 2010).

É curioso notar, contudo, que apesar de grandes viagens terem sido retratadas por navegadores, naturalistas e pelos próprios viajantes desde o século XV, a viagem turística apenas muito recentemente vem sendo reivindicada como um campo de investigação

científica. Mais recentemente, estudiosos das Ciências Sociais e da História têm voltado a sua atenção para essa temática, buscando apreender o seu significado contemporâneo (PIMENTEL, 2001; IANNI, 1996; LEED, 1991).

Na sequência, serão discutidas algumas das problematizações teóricas mais recentes acerca das viagens, de um modo geral, e do turismo, especificamente, buscando demonstrar quando e por que se distinguem. Finalmente, se discute como o entendimento do turismo enquanto movimento humano pode contribuir para sua conceitualização e para políticas públicas coerentes com o fenômeno em sua totalidade.

2.1.4 Por uma epistemologia do turismo enquanto movimento humano

Muitos povos, em outros tempos, viajavam. Eram nômades, errantes, em busca de lugares apropriados para se estabelecer. As viagens tinham então outra conotação, pois nem sempre elas significavam ida e volta. Até que os homens se distribuíssem pelo planeta e ele atingisse o formato que possui atualmente, apesar das constantes migrações que continuam movimentando os diferentes povos, centenas de milhares de viagens foram empreendidas.

Diferente de outros tempos, quando as viagens eram fundamentalmente meios de conhecer e mapear o mundo, de atingir outros lugares e melhores condições de sobrevivência, hoje a viagem é uma maneira comum com que seus membros ligam as suas vidas e consomem um mundo de lugares e significados (LEED, 1991). Por isso, o crescimento e a padronização das viagens hodiernas têm influenciado a realização de pesquisas interessadas em compreender o comportamento e organização dos fluxos gerados pelo movimento de pessoas no espaço intra e internacional.

Entretanto, muitas vezes, a problematização desses movimentos consiste no questionamento de como transportar, alojar, regularizar o fluxo e atrair essa massa de pessoas em movimento, e menos na compreensão da natureza mesma desse movimento (BOYER, 2003). No contexto brasileiro, as diretrizes do Ministério da Educação ajudam a sustentar tal concepção ao se notar que a área de conhecimento do turismo é frequentemente tratada como uma técnica a serviço da profissionalização de um mercado global (ALMEIDA, 2013).

É justamente a identificação desta lacuna nos estudos sobre as viagens e o turismo que justifica essa seção, que tem como intuito discutir como a viagem turística pode ser entendida no rol dos movimentos humanos, como isso implica na própria conceitualização do turismo e nas políticas públicas para a atividade. Para isso, parte-se das narrativas das viagens de

descobrimiento e das viagens “The tour” para a compreensão de alguns movimentos espaciais que, mais tarde, culminariam com a chamada “revolução turística” (BOYER, 2003).

As viagens antigas se distinguem das modernas, entre outras coisas, por apresentarem sentidos diferentes. Para Pimentel (2001), os sentidos de penitência e purgação eram percebidos pelos antigos viajantes diante das dificuldades enfrentadas durante as viagens terrestres ou marítimas. De acordo com Leed (1991), a purificação que as viagens possibilitavam causava um progressivo efeito moral sobre o viajante, já que “as fadigas da viagem e seus sofrimentos permanecem como a causa e a medida da extensão com a qual um viajante é marcado e testado pela experiência, tornando-se ‘vagabundo’, ‘errante’ e ‘sábio’.

Um dos significados de vagabundo é errante. Errante é o sujeito que vagueia de maneira incerta pelo mundo, sem destino. Já o sábio, no contexto da errância, pode ser compreendido como o sujeito que adquire conhecimento da vida a partir da experimentação do mundo. A viagem, nesse sentido, adquire um significado de experiência de vida, a partir da abertura do sujeito ao mundo. Viajar, nesses termos, é experimentar o mundo e adquirir sabedoria. A sabedoria, aqui, pode ser interpretada como o resultado das experiências errantes (ALMEIDA, 2013). A viagem pode, assim, ser considerada como uma forma de movimento humano significativo na medida em que os indivíduos, através dele, experimentam relevantes diferenças no mundo humano e natural (LEED, 1991).

Se as viagens modernas muito se diferenciam das antigas, tanto pelas motivações como pelas condições em que são realizadas, é de se notar que elas guardam ainda a ideia de purgação. Quanto mais se aproxima da ideia de aventura, mais a viagem indica a possibilidade da liberdade. Em certo sentido, os perigos e as fadigas de uma viagem ainda são tidos como um teste do heroísmo do viajante. Para Ianni (1996), “na medida em que viaja, o viajante se desenraíza, solta, liberta. Tanto se perde como se encontra, ao mesmo tempo que se reafirma e modifica”.

Pimentel (2001) comenta que, inicialmente, o homem só se mudava de lugar coagido por uma necessidade superior, seja para fugir de um inimigo, enriquecer ou obedecer à uma ordem divina. A viagem aparece quando as condições econômicas e sociais permitem ao indivíduo romper com o seu meio, isto é, quando as condições econômicas favorecem, há segurança nas estradas, há curiosidade e tédio, quer dizer, nasce nas classes superiores das sociedades desenvolvidas. A associação entre as viagens e o poder significa a aquisição e detenção de meios, sejam eles intelectuais ou materiais, que possibilitam o desenraizamento

do sujeito. Não é por outro motivo que para os primitivos e para os camponeses, nada mais estranho que a ideia de viajar.

Imposição, purgação, manifestação de poder, o sentido das viagens entre os homens tem mudado no transcorrer da história. Considerando-se os tempos modernos, vê-se que um fator determinante desta mudança é a presença de uma atitude voluntarista como propulsora das viagens. Para Leed (1991), essa mudança tem origem nas viagens dos cavaleiros medievais, desprovida de caráter utilitário, voluntárias, reveladoras da natureza livre do cavaleiro.

Essa natureza livre, auto-referenciada, que já fora característica da nobreza, segundo Leed (1991), vai ser no século XVII considerada um atributo da natureza humana. Para Pimentel (2001), contudo, viajar não é atitude nata ao ser humano, um fato social como diria Durkheim, pois muitos vivem toda a vida num mesmo lugar, e para outros as viagens são dispensáveis ou até mesmo um martírio.

Atualmente a viagem é uma opção, de livre escolha, oportunidade de demonstração de uma identidade, forma de acesso a um novo mundo material e imaterial, uma forma de distinção para usar o termo *bourdieusiano*. Almeida (2013), porém, considera que, além do voluntarismo, a abertura do sujeito ao exercício da aventura, do arriscar-se pelo mundo, seria um fator definidor das experiências das viagens. Desse modo, mesmo as viagens obrigatórias poderiam, no caso dos sujeitos que desejassem o exercício da experiência, possibilitar sua transformação.

O final do século XVII e início do século XVIII é considerado o período marcante de um novo padrão de viagem, denominado *The Tour* ou *The Grand Tour*, como já assinalamos. *The Tour* nasceu e se desenvolveu na Inglaterra, berço da Revolução Industrial, e para Cunha (2010) também da Revolução Turística. No período, os estudiosos consagram-se à busca do conhecimento orientado pela razão, em que o questionamento, a investigação e a experiência vão ser considerados as formas válidas de apreensão do conhecimento da natureza e da sociedade, para o qual as viagens serão consideradas um precioso auxiliar. São os testemunhos dos pensadores da época que as estimulam afirmando as viagens como uma nova forma de instrução (ALMEIDA, 2013).

Como sugere Cunha (2010), Montaigne enaltece a utilidade das viagens “porque o espírito terá nisso um contínuo exercício ao encontrar coisas novas e desconhecidas”; Locke preconiza a função educativa das viagens; e para Francis Bacon a viagem é, para os jovens parte da educação e, para os mais velhos, parte da experiência (CUNHA, 2010).

Assim, a viagem no século XVIII ressalta o sentido de mudança ao espírito dos jovens aristocratas, mas consolida-se, antes de tudo, como um evento social de elite, uma “formação cultural” de distinção da aristocracia em relação à burguesia ascendente. The Tour eram viagens sem obrigação para os jovens educados nos melhores colégios, a educação recebia seu acabamento com o tour. Acompanhados de seus mentores, munidos de guias e relatos de viagens, eles faziam o *tour* da Europa Ocidental (CUNHA, 2010).

Segundo Pimentel (2001), o *tour* era a viagem circular, em que se saltava de um ponto a outro, sem preocupação com o que havia nos entremeios dos lugares visitados. Para os participantes do tour, só contavam os lugares que deveriam ser vistos, aqueles mencionados pelos guias e agências de viagem. Os *tour*-istas, praticantes do *tour*, eram preparados através de conhecimentos específicos para a apropriação cultural e espacial.

Assim, por um lado o termo turista parece nascer devedor em relação ao viajante, uma vez que expressa um empobrecimento da experiência da viagem, visto que o *The Tour* se caracteriza como uma expedição de descobrimento por caminhos já descobertos. Por outro lado, as viagens intencionalmente controladas não excluem necessariamente a possibilidade de experimentação do mundo se o sujeito se permitir o encontro com o outro, e este encontro provocar a transformação do seu eu. Almeida sugere que no tour o “entre” dos “lugares” de interesse, muitas vezes desconhecidos, as lacunas, as ausências no *tour*, são espaços potenciais para a elaboração de experiências errantes, e permitiriam ao viajante atento do *The Tour* o acontecer próprio das experiências de abertura, de fronteira, e dariam sentido ao encontro, à viagem e a si próprio.

A natureza do movimento criador da experiência de viagem, não se refere, nessa perspectiva, à movimentação do sujeito pelo espaço, mas aos processos de transformação subjetiva possibilitados pelo sujeito atento ao mundo. Sujeitos que buscam no encontro permanente com o mundo e os outros (os outros homens, a natureza, o outro não humano, e o outro espiritual) conhecerem-se a si e aos outros. Assim, as transformações proporcionadas pela elaboração da experiência resultariam na criação e recriação constante dos sujeitos.

Mas é na pós-modernidade que o homem iria se impregnar pela errância, segundo Maffesoli (2001). Essa afirmação, segundo o autor, transparece, por exemplo, nas migrações do trabalho e do consumo, nas migrações induzidas por desigualdades econômicas e nas migrações sazonais do turismo e das viagens. A pulsão da errância seria resposta a um mundo que não satisfaz mais. Por isso, para Maffesoli (2001), não faz sentido opor uma errância elitista a uma errância da pobreza, a da migração em busca da liberdade ou à procura de um

trabalho. Ambas têm sua parte de miséria, existencial para os primeiros, física para os últimos, tornando-os parte de um mesmo nomadismo. A errância, em seu sentido mais estrito é um "êxtase" que permite escapar da pluralidade de facetas do "eu" pós-moderno, e o que move o sujeito é o desejo de evasão.

A tese de Maffesoli abre novas perspectivas para a compreensão do sentido das viagens para o sujeito contemporâneo e novas possibilidades teóricas no campo do turismo. O turismo enquanto área de investigação acadêmica esteve, até pouco tempo, ausente das iniciativas recentes de compreender a variedade das mobilidades. No rol das viagens humanas contemporâneas, o turismo tem sido caracterizado, de um lado, dentro de uma investigação baseada nas ciências sociais, por exemplo, nas relações turista-anfitrião, nas tipologias de turistas e nas motivações dos viajantes. De outro lado, estão aqueles trabalhos com uma forte orientação econômica e de gestão, cujo âmbito de investigações são a qualidade da hospitalidade, o grau de satisfação e o nível de organização e promoção dos destinos, concebendo-se o turista como *homo economicus*.

O problema desta dicotomização da investigação reside na falta de integração do turismo aos discursos sobre o movimento humano elaborados em diversos campos das ciências sociais. As teorias da mobilidade, ao contrário das teorias de médio alcance, podem contribuir para o melhor conhecimento dos sistemas sociais contemporâneos. Deste modo, a noção de sujeito emprestada por Deleuze¹¹ pode contribuir para os estudos do turismo e dos turistas enquanto sujeitos processuais e históricos.

Atualmente, novas formas de viagem e turismo são derivadas ou derivam em outras formas de movimentos humanos, materiais e virtuais, cada vez mais mutuamente imbricados neste início de milênio. Apesar dos avanços na compreensão da motivação e psicologia dos turistas, o turismo ainda fracassa em reconhecer-se como uma forma de mobilidade voluntária que supõe um acoplamento com outros campos interessados nas mobilidades, como o transporte, o comércio ou os movimentos migratórios (COLES; DUVAL; HALL, 2005).

¹¹ A noção de sujeito que se toma neste ensaio segue Deleuze (2001), ao descartar a noção de uma unidade evidente atribuída ao sujeito, ou seja, a noção de um ser prévio que permanece (MANSANO, 2010). Para ele, o sujeito não está dado, mas se constitui nos dados da experiência, no contato com os acontecimentos. É nos encontros com o outro, este outro compreendido como um ser social, a natureza, os acontecimentos, ou tudo que produz efeitos no corpo ou no modo de viver do sujeito, que ele exercita sua potência para diferenciar-se de si mesmo e dos que o cercam. Os efeitos desses encontros, se não são desprezíveis para o sujeito, forcem-no a produzir sentido àquela experiência.

Esses encontros podem passar praticamente despercebidos ou podem ser fortes e marcantes. Assim, as forças externas ao sujeito, ao propiciarem a produção de sentido pelo sujeito, passam a compô-lo e dar-lhe uma forma provisória, convencionalmente chamada de "eu". O sujeito, nesta perspectiva de análise, só pode ser entendido a partir de uma processualidade, que não conhece sossego, que não está dado definitivamente. Dessa maneira, ele só pode ser percebido como uma existência provisória e histórica (MANSANO, 2009).

Algumas áreas de investigação sobre as mobilidades contemporâneas trataram de integrar o turismo a outros movimentos humanos. Alguns autores retomam o aporte teórico da “geografia do tempo” para analisar as mudanças ocorridas nas últimas décadas no padrão e na estrutura da rotina dos indivíduos, na qual se insere o turismo (HALL; PAGE, 2000; DUVAL, 2004). A geografia do tempo, interessada nas restrições que conformam as rotinas da vida diária, enfatiza o significado do caráter prático das atividades diárias para a constituição da conduta social (GIDDENS, 1984). Contudo, a compressão espaço-temporal produziu mudanças fundamentais em tempos recentes e permitiu que a viagem de compras, educativa, de saúde ou as segundas residências se tornassem agora elementos cada vez mais regulares e habituais nas rotinas sociais. A partir dessa perspectiva, o turismo, até então entendido como um meio para se adentrar na vida não cotidiana dos indivíduos, no exótico, através dos cartões postais, das fotos e dos relatos de experiências, cada vez mais possibilita o conhecimento da própria vida cotidiana (HALL; PAGE, 2000).

Com relação a investigação sobre as migrações, o reconhecimento de que os nexos sociais se manifestam não apenas entre origem e destino, mas também com outras localidades representa um aspecto relativamente novo, que precipita formas diferentes de viagem e turismo entre emigrantes com orientação internacional. Dentre essas novas formas de viagem encontra-se uma forma comum de viagem por prazer, as viagens conhecidas como “visita a parentes e amigos”. Em seu sentido diaspórico, a comunidade utiliza essa estratégia para voltar à terra natal, assim como para outras localidades ocupadas pelo grupo, e são muito significativas quantitativamente. Também se devem considerar como novas formas de viagem os “espaços de trânsito” que canalizam os movimentos diaspóricos (HALL; PAGE, 2000).

Esses novos horizontes vacacionais¹² de influência diaspórica fizeram surgir pacotes de serviços e atrações para os turistas de diáspora. Ainda, governos e entidades privadas têm reconhecido que as diásporas são potencialmente um grande negócio e representam uma oportunidade para que alguns destinos desenvolvam propostas neste sentido. Desses exemplos se pode inferir que o turismo de diáspora, como uma forma de turismo diferente daquele modelo desenvolvido no *The Tour*, requer novas abordagens teóricas e metodológicas para sua análise e compreensão.

Por essas razões, a viagem e o turismo não podem ser entendidos em seu sentido estereotipado, visto que algumas formas de viagem e turismo derivadas de outras formas de movimento humano são únicas para os sujeitos que as praticam. Assim, supõe-se que as novas

¹² Derivado do inglês *vacation*, no sentido de ócio, lazer, desobrigação.

formas de produção e consumo do turismo são melhor entendidas em referência a suas ligações com outras formas de atividades no espectro mais amplo do movimento humano.

Por isso, propõe-se uma reavaliação do modelo de Hall; Page (2000), conforme a Figura 2.1.4i. Entende-se que uma conceitualização adequada do turismo necessita de uma abordagem mais ampla que envolva as diversas perspectivas do turismo, do lazer e de outras práticas sociais que envolvem o movimento humano.

Tal ampliação envolve rever a definição de que as viagens sem pernoite não se configuram como viagens turísticas. Essa delimitação implica em deixar de considerar o quanto a convergência entre tempo e espaço tornou mais fácil o movimento daqueles com tempo e orçamento suficientes. A viagem, que uma vez levou dois ou três dias para se realizar agora pode ser concluída em um dia. Além disso, a viagem física foi facilitada pela comunicação e tecnologia de informação, que tornaram o movimento ainda mais ágil.

Igualmente, ao se estipular o tempo máximo de duração da viagem em 6 ou 12 meses excluem-se novas tipologias de viagens que se caracterizam por sua longa duração, como os *backpackers*¹³ por exemplo, viajantes que se caracterizam por organizar sua viagem de modo independente, flexível e econômico, visitando múltiplos destinos em uma mesma e longa viagem. Pode-se perceber que a dimensão temporal da viagem tem finalidade de mensuração, mas ofusca o entendimento das práticas para fins de conceituação do fenômeno.

Outro ponto que merece atenção é relativo ao que se convencionou chamar ‘local habitual de residência’. Inicialmente tinha a intenção de distinguir o ambiente cotidiano do extra-cotidiano, cabendo ao turismo as experiências que extrapolassem a esfera do cotidiano. As viagens para segundas residências foram consideradas viagens turísticas, mas desde que se distinguíssem da residência usual. Contudo, não são poucos os casos de que as segundas residências se tornaram um hábito, nas quais indivíduos ou grupos permanecem uma parte do ano, semanas ou meses, todos os anos (MÜLLER 2002; 2004). Há ainda aqueles que dividem o ano entre as residências de inverno e verão, entre os hemisférios norte e sul, principalmente aposentados. Por isso, as noções de casa e vínculo espacial, e com elas identidade, requer outras investigações. Sendo assim, uma terminologia mais atenta às práticas turísticas poderia partir do termo ‘local de residência predominante’.

Finalmente, o entendimento do turismo como movimento humano permite uma conceitualização do fenômeno que não se restringe aos aspectos da experiência individual ou

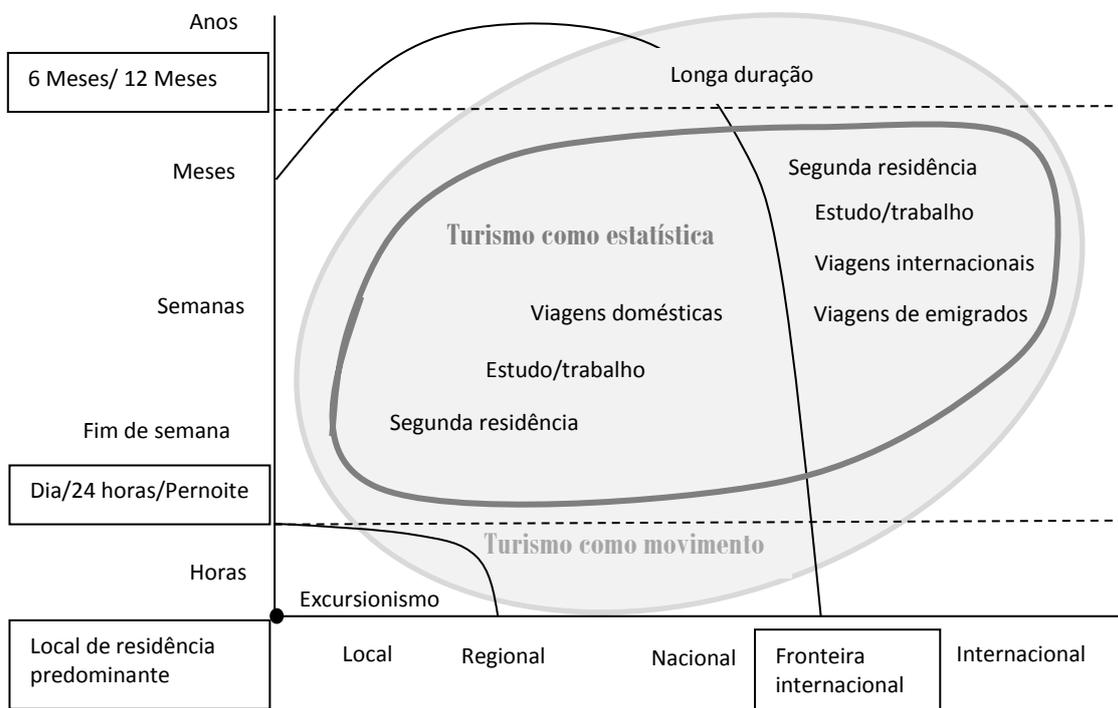
¹³ SORENSEN, A. Backpacker ethnography. *Annals of Tourism Research*, V 30, I. 4, 2003.

da indústria do turismo, mas expressa as práticas que tem surgido tanto pelo próprio desenvolvimento dessa indústria como por demanda dos sujeitos em cada espaço e tempo.

O turismo entendido como movimento humano se define, então, pela totalidade das práticas de turismo, ao incorporar práticas como as viagens de curta distância e curto prazo sem pernoite, as viagens de longa duração, as viagens de emigrados, novas práticas de turismo e outras práticas que envolvem o movimento humano, cada vez menos raras e mais incorporadas como práticas habituais.

Compreender os movimentos humanos requer a análise dos sujeitos, dos fluxos, da estrutura e dos entraves que condicionam esses movimentos. Por isso, compreender o turismo como movimento humano pressupõe a consideração de aspectos subjetivos, relativos ao sujeito em movimento, suas motivações e as experiências que o fazem desejar novas viagens; e também requer a consideração dos aspectos objetivos que estruturam, induzem ou limitam o movimento, através dos quais os sujeitos buscam ter suas necessidades atendidas.

Figura 2.1.4i Turismo como movimento humano



Fonte: Elaboração própria baseado em Hall (2005)

2.1.5 Considerações preliminares

A história do desenvolvimento do turismo é, fundamentalmente, uma história ocidental predominantemente europeia, de elite e de caráter internacional. Tem geralmente como ponto de partida as viagens das elites gregas, mas é na Inglaterra que se apontarão as características definidoras do turismo moderno, que mais tarde irão se disseminar enquanto prática de massa.

Já no final do século XX, a medida que os efeitos do crescimento do turismo se fazem notar, o fenômeno ganha relevância social, espaço nas agendas governamentais e validade acadêmica. Contudo, devido ao caráter multidisciplinar do turismo, diferentes influências e paradigmas de análise se debruçaram sobre esse campo de estudos buscando entendê-lo e defini-lo. De modo geral, duas abordagens predominaram, os estudos gerenciais e os sociológicos do turismo, os primeiros dedicados a análise do turismo como indústria, e últimos ao entendimento dessa prática social característica da modernidade.

Contudo, novas formas de viagem e turismo são derivadas ou derivam em outras formas de movimentos humanos. Por isso, não podem ser entendidas em seu sentido estrito, já que podem ser melhor entendidas em conexão com outros tipos de movimento, como os movimentos circulares para estudo e/ou trabalho, de curta distância e duração, ou de longa duração como a migração. Neste sentido, as viagens turísticas estabelecem ligações e relações entre diferentes formas de mobilidades "temporárias" e "permanentes".

Algumas dessas novas formas de viagem e turismo foram incorporadas as rotinas dos indivíduos, minando o exotismo que caracterizava as viagens turísticas, resignificando-as, o que as torna um campo frutífero de investigação.

A abordagem do turismo enquanto movimento humano também pode ter aplicações práticas, uma vez que os fluxos de movimento podem ser utilizados com objetivos de desenvolvimento ou para a previsão ou regulação dos impactos sobre os locais e as populações. Neste sentido, as políticas públicas para a atividade devem ser formuladas considerando-se a totalidade do movimento de consumo e produção do turismo.

Considera-se assim, que o estudo da natureza das viagens e do turismo suscita, portanto, uma reflexão crítica sobre o turismo enquanto fenômeno social contemporâneo, e de seu potencial, enquanto campo de estudos, para a construção de conhecimento sobre a sociedade. Para tratar desses temas, a construção e a disseminação do conhecimento em turismo, a seguir será apresentado o percurso histórico da educação em turismo, os principais dilemas encarados, os avanços, e os desafios e possibilidades com os quais se defronta a educação em turismo contemporânea.

2.2 A EDUCAÇÃO EM TURISMO

De acordo com Young (2000), uma retrospectiva panorâmica da sociologia da educação permite identificar três perspectivas de análise do campo. A primeira, a versão funcionalista, destaca a busca de se estabelecer regularidades, propiciar o treinamento cognitivo e cuidar do planejamento educacional, visto como uma ferramenta técnica. A segunda, a perspectiva empirista, preocupa-se com as avaliações, medições, comparações, índices, exames e promoção de habilidades, tão em voga na condução das políticas públicas na atualidade. E uma terceira perspectiva, a crítica, acompanhou o desenvolvimento das tensões e demandas sociais e as relações sociais resultantes. Esta nova sociologia olha a escola diferentemente, faz a crítica aos objetivos, ao currículo, aos métodos de ensino, e às barreiras entre as formas de saber.

Tendo em vista esses enfoques, questiona-se, a partir de então, como a educação em turismo tem sido discutida, quais são as questões atuais, e quais novos temas são necessários. Indaga-se se a discussão acerca da educação em turismo gira em torno do estabelecimento de regularidades, padrões e estruturas uniformizadoras, importantes para campos de estudo em consolidação como o turismo. Questiona-se se assume a perspectiva empirista, em que as competências, resultados e comparações são o foco de atenção. Ainda, interroga-se se esse debate se propõe a criticar a oferta educacional, os objetivos, currículos e obstáculos ao desenvolvimento científico do campo. De modo geral, este trabalho irá analisar e discutir esses três pontos ao longo de seu desenvolvimento, de modo a contribuir para uma socióloga da educação em turismo na América Latina a partir dos estudos de Argentina, Brasil e México.

Para iniciar esse esforço, antes de tratar propriamente da educação em turismo, esse capítulo se propõe a apresentar brevemente as formulações de alguns autores que contribuíram para a construção da sociologia da educação, especificamente com o intuito de problematizar a constituição da educação em turismo na América Latina. Na sequência, serão apresentados os principais êxitos temáticos do debate sobre a educação em turismo, seus avanços e as indefinições ainda presentes no seu transcurso. Finalmente, se discutem alguns desafios e possibilidades postos à educação em turismo na contemporaneidade, discutindo-se algumas evidências e argumentos que desafiam a educação superior em turismo, dentre eles, as mudanças do ambiente socioeconômico e tecnológico; as mudanças advindas do aumento da competição global; as mudanças no mercado estudantil; as mudanças na indústria; os

desafios aos educadores e métodos de ensino; o desafio da pós-graduação e pesquisa em turismo; e a incorporação de valores desejáveis à indústria; além de apresentar algumas possibilidades frente a esses desafios para o futuro.

2.2.1 Sociologia da Educação: um breve excuro ao longo do tempo

Ao longo do século XX muitos teóricos debruçaram-se sobre a área da educação e adensaram o campo de estudos e pesquisas da sociologia da educação. Por isso, existem vários enfoques e abordagens, dentre os quais as correntes positivista, marxista, estruturalista, crítica e pós-modernista (GOHN, 2012).

Estima-se o surgimento da Sociologia, como ciência particular da Educação, por volta de 1870, na França, visando estudar o papel das instituições oficiais de educação, a função do grupo de ensino, a força da tradição e as alterações educacionais (GOHN, 2012). Um dos primeiros a teorizar a educação no âmbito da sociologia foi justamente um dos pais da disciplina, Emile Durkheim. A ideia central de Durkheim, ao propor a sociologia no campo da educação, era preparar as novas gerações para uma nova civilização. A educação, para ele, significava o mesmo que socialização e tinha por objetivo formar o ser social (DURKHEIM, 2002).

Segundo essa perspectiva, posteriormente, segundo Gohn (2012), Nobert Elias (1993) contribuirá para o debate ao abordar a formação do ser humano e elaborar vários argumentos para uma teoria do processo de civilização. Este processo realiza-se via relações sociais de interdependência entre as pessoas, não é homogêneo e nem retilíneo, mas é um processo longo, lento, que pode ter avanços, mas também retrocessos. Sob esse prisma, podem-se perguntar quais avanços tem conquistado a educação em turismo, e quais os entraves ou retrocessos assolam essa área educacional.

Em Weber, por sua vez, podem ser encontrados os fundamentos para o estudo da sociologia da educação. Para Weber (1982), a educação tem o papel de apropriação de bens culturais, de desenvolver códigos simbólicos e processos de escolarização/socialização. Ele considerava a educação uma dimensão dos processos de racionalização da sociedade moderna.

No pensamento filosófico e sociológico das primeiras décadas do século XX, Karl Mannheim deu seguimento às abordagens de Weber, desenvolvendo propostas no campo da intervenção e planejamento na área educacional. Preocupado com a educação para a formação

de cidadãos numa ordem democrática, Mannheim via uma dupla função na escola, 1) contribuir para a manutenção da ordem, mas também, 2) alterar esta ordem, formando agentes de desenvolvimento social, via planejamento racional. (MANNHEIM; STEWART, 1972). Quanto a educação em turismo, resta responder se contribui para a manutenção do estado atual das coisas ou se permite a formação de profissionais e sujeitos para a transformação da realidade das nações, tendo em vista especialmente os problemas da América Latina.

Retomando os aspectos tratados por Weber, relativos aos bens culturais, Pierre Bourdieu (1998) relaciona-os à teoria do poder e as formas de dominação, assim como com a formação do capital cultural na vida dos indivíduos, e também articula-os com Durkheim dentro de uma visão de reprodução da ordem social. No campo da sociologia da educação, Bourdieu será a partir de 1970 um dos teóricos de maior influência na análise do sistema educacional, em várias partes do mundo.

Também a corrente marxista influenciou a sociologia da educação e teve muitos seguidores, dentre seus inúmeros enfoques e autores. Karl Marx situava a educação no campo das relações sociais, dentro de uma sociedade dividida em classes sociais. Na abordagem marxista, após 1950, Louis Althusser teve grande influência nos estudos sobre os sistemas escolares, ao relacionar ideologia e educação segundo uma visão estrutural. A escola é analisada como um dos principais aparelhos ideológicos do Estado, difundindo ideologias de aceitação de formas de dominação existentes, mera reprodutora de uma ordem social dada pelo lugar que os indivíduos ocupam no sistema de produção (ALTHUSSER, 1985). Derivar-se-ia desse particular, por exemplo, a indagação de quais são os objetivos dos Estados com relação à educação em turismo, como estruturam a oferta e, assim, o que se pode esperar da formação em turismo disponível nos países.

A teoria crítica da Escola de Frankfurt, ao longo do século XX, também contribuiu para a construção do campo temático da sociologia da educação abordando as formas de controle e de dominação existentes na sociedade e as possibilidades de alternativas via cultura. Adorno trata da educação para a emancipação, preocupado com a barbárie predominante na sociedade ocidental, onde a indústria cultural e seus meios de comunicação produzem a banalização da vida humana (ADORNO; HORKHEIMER, 1986). Assim, ao tentarem de se adaptar às demandas do mercado, os indivíduos negam suas possibilidades de emancipação. O sistema escolar, neste processo, atua como elemento a reiterar esses novos valores. A escola deveria, para Adorno, favorecer o esclarecimento, a reflexão crítica e as formas de resistência contra a tirania do capital. Em suma, a escola deveria favorecer uma

formação para a emancipação.

Cabe questionar, desse modo, se a oferta de educação em turismo tal qual ela está estruturada nos países latino-americanos favorece a reflexão crítica emancipatória ou se atua para a conformação dos sujeitos e, assim, para a perpetuação da ordem tal qual ela se apresenta para a América Latina.

Habermas, outro *frankfurtiano*, retoma a questão do papel da educação na sociedade contemporânea a partir de dois temas: a formação das identidades dos indivíduos e sua capacidade de agir. Afirma que as identidades se formam nas relações sociais. Elas dependem das interações dos indivíduos como portadores de características físicas, afetivas, sexuais, culturais, étnicas etc. A construção dessas identidades depende de processos de aprendizado de normas e valores e da capacidade de reflexão dos indivíduos na vida em sociedade. Por isso, os processos reflexivos são fundamentais, e Habermas preconiza que o currículo escolar deve atentar a este ponto, deixando de priorizar o conhecimento legitimado pelo costume e tradição, estimulando o conhecimento gerado por meio de processos reflexivos, onde haja diálogo baseado na argumentação livre (HABERMAS, 1987).

Neste sentido, pouco se sabe sobre os perfis e currículos dos cursos de turismo ofertados na América Latina, se existe uma base comum a todos ou se são heterogêneos, quais disciplinas tem priorizado, e se elas estimulam a reflexão e o debate ou se perpetuam conhecimentos padronizados ou exógenos à realidade da região.

Na atualidade, a sociologia da educação consolidou-se e ampliou seu escopo e novos temas ganharam centralidade, como políticas públicas educacionais, participação da comunidade educacional, cultura escolar, gestão democrática, inclusão (escolar, social, digital) e violência. Mas a grande inovação é dada pela perspectiva de como as novas temáticas são tratadas sob enfoques de gênero, diversidade cultural, classe, religião, justiça social e, fundamentalmente, da cidadania, que recoloca a discussão da formação dos indivíduos para a vida e questiona a formação centrada na perspectiva de atender demandas do mercado. A nova sociologia da educação também tem lançado olhares para propostas alternativas de formação no ensino superior, mais centradas na especificidade dos sujeitos e suas demandas, reivindicações e pertencimentos.

2.2.2 Emergência e Desenvolvimento da Educação em Turismo

Após a Segunda Guerra Mundial, uma série de mudanças no turismo, no ensino

superior e na sociedade em geral fizeram emergir o turismo como objeto de estudo e como uma área clara de estudo e investigação. Desde então, a demanda e o reconhecimento da educação em turismo se expandiram, tanto em número de estudantes, estudiosos, pesquisas e publicações. Este percurso fez da educação em turismo uma área educacional independente e justificável (AIREY; TRIBE 2005), que ao longo do tempo demonstrou muitos avanços. Contudo, apesar de seu crescimento e institucionalização ainda apresenta muitas indefinições, que têm acompanhado seu desenvolvimento ou surgido em consequência dele. Essa seção trata, pois, dos avanços e indefinições da educação em turismo.

a) Avanços

É difícil colocar uma data precisa sobre o início da educação em turismo, mas sabe-se que ela se originou na Europa ocidental. Ao longo do século XX se desenvolveu na Europa ocidental uma tradição em estudos do lazer inicialmente focada na classe trabalhadora, mas que posteriormente estabeleceu como objetivo educar as pessoas para e sobre seu tempo de lazer. Após a Segunda Guerra, com o intuito de se criar uma sociedade melhor, aumentam o número de pesquisas aplicadas e se fortalece o interesse pelo planejamento do tempo de lazer. No contexto do Estado de bem-estar do pós-guerra, a noção de lazer alinhada a expansão da educação superior abriram espaço na academia para novas carreiras e para a introdução do turismo no ensino superior europeu.

De acordo com Fúster (1991, p. 676), o desenvolvimento do ensino profissional em turismo tem a sua origem nas escolas de hotelaria. Para Cooper *et al.* (1993) e Cunha (1997), a formação em turismo acontece com a abertura da Escola Hoteleira de Lausanne, inaugurada em 15 de Outubro de 1893 (AIREY; JONHSON, 1998).

Segundo Hall e Page (2000), citado em Airey e Tribe (2005), o surgimento do turismo como objeto de estudo na academia se deu de forma pontual, dentro de disciplinas já estabelecidas, como parte de uma nova problemática emergente da sociedade moderna que passou a ser visível e requerer explicação. Assim, o turismo como matéria a ser estudada dentro de outros cursos, como, sobretudo, geografia e economia, se deu por volta de 1920.

Com a emergência da atividade turística, sobretudo, no contexto pós Segunda Guerra Mundial, na década de 1960 no Reino Unido já se possuía o ensino do turismo nos programas

de graduação e pós-graduação de gestão em hotelaria e *catering*¹⁴. No entanto Airey (2004) argumenta que este só veio a ser objeto de estudo de tese somente em 1981, onde se tem o primeiro registro no Reino Unido.

No continente americano a educação em turismo teve seu prelúdio nos Estados Unidos. A Universidade de Cornell, a pedido da Associação Americana de Hotéis, realizou o primeiro curso em 1922 (CHUNG, 2000), na qual se estabelece o primeiro programa de Hotelaria, sendo a Universidade Estadual de Michigan a pioneira na oferta de graduação em turismo, com o início do seu curso em 1969.

O movimento expande-se a outras universidades americanas e europeias e deixa de centrar-se apenas na hotelaria, ampliando os currículos para outras áreas do turismo em geral. Os programas de gestão hoteleira acrescentam o turismo em seus currículos, e o turismo enquanto disciplina começa, então, a estender-se a outros programas e departamentos, como economia, administração de empresas, recreação e humanidades.

São muitas as razões para essa dispersão, como as mudanças sociais da modernidade, a valorização da educação para o desenvolvimento das nações, as condições políticas e econômicas favoráveis ao desenvolvimento do turismo. Fato é que durante a primeira parte do século XX várias universidades europeias haviam estabelecido programas de turismo. Em outras partes do mundo, os cursos superiores e de pós-graduação em turismo tardaram um pouco mais a aparecer.

Nos países subdesenvolvidos, de modo geral, em fins dos anos 1970 surgem os primeiros cursos de educação superior em turismo. A Argentina se antecipou, com o primeiro curso em 1959. Na China, por exemplo, cursos de hospitalidade tiveram início em 1978 e os de turismo em 1979. O México iniciou a formação em turismo na década de 1970, como o Brasil. Por aqui, a graduação em turismo iniciou em 1971, na Faculdade de Turismo do Morumbi (hoje Universidade Anhembí Morumbi) (TRIGO, 1991).

Para muitos autores, a partir da década de 1960, quando o turismo internacional registrava uma grande expansão, tanto no movimento de viajantes como na geração de ingressos e postos de trabalho, e passava a se despontar como um dos setores líderes da economia mundial (BID, 2006) é que se dispersaram os programas de ensino em turismo. De acordo com Airey e Tribe (2005, p.13), a dispersão da educação em turismo se deve a "uma série de mudanças fundamentais no turismo, na educação e na sociedade em geral", que levaram ao surgimento do turismo "tanto como uma área clara de investigação, quanto como

¹⁴ Fornecimento de comida preparada e alguns serviços correlatos (taças, louças, toalhas, etc) para festa, restaurante, companhias de aviação, dentre outros.

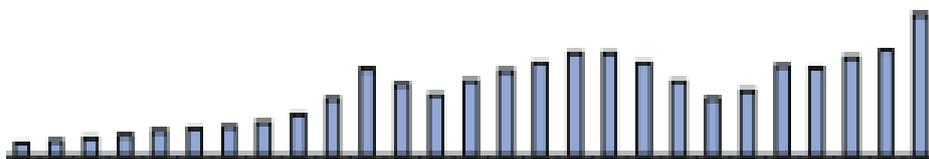
objeto de estudo em nível de graduação e como foco de análise”.

Sob esse prisma, a medida em que o setor se desenvolvia algumas preocupações surgiam relativas a qualidade e disponibilidade de pessoal capacitado, remuneração e benefícios, jornada e condições de trabalho, uso de mão de obra ilegal ou informal, e dificuldades ao emprego e a educação em turismo. Para solucionar muitos desses problemas a educação em turismo foi sugerida. Assim, a oferta educacional emergiu para atender a um ambiente que demandava (AMOA; BAUM, 1997, p.5):

- Manter a indústria alinhada com as últimas tendências e tecnologias;
- Disponibilidade de mão de obra qualificada;
- Profissionais para as novas e crescentes indústrias turísticas;
- Regulação do emprego;
- Absorção da mão de obra nacional;
- Responder ao aumento das exigências dos consumidores;
- Reconhecimento do profissional em turismo.

De fato, no caso da Europa e América do Norte a expansão da educação em turismo se justificou pelo crescimento da demanda e da oferta de turismo. O curioso, porém, é que nos países latino-americanos, de modo geral, o crescimento do turismo e a intensificação de sua participação na economia regional irá ocorrer apenas na década de 1990, o que levanta o interesse sobre as causas da ampliação dessa oferta educacional na região iniciada na década de 1970. Um exemplo desse impacto econômico retardatário pode ser observado a partir do caso brasileiro (como segue na Figura 4), no início dos anos 1980, em que o país registrou um pouco mais de 1 milhão de visitantes, enquanto que no mundo esse número era de mais de 286 milhões (OMT, 1996). Por sua vez, a década seguinte apresenta um forte crescimento das chegadas ao Brasil, alcançando 5 milhões de visitantes.

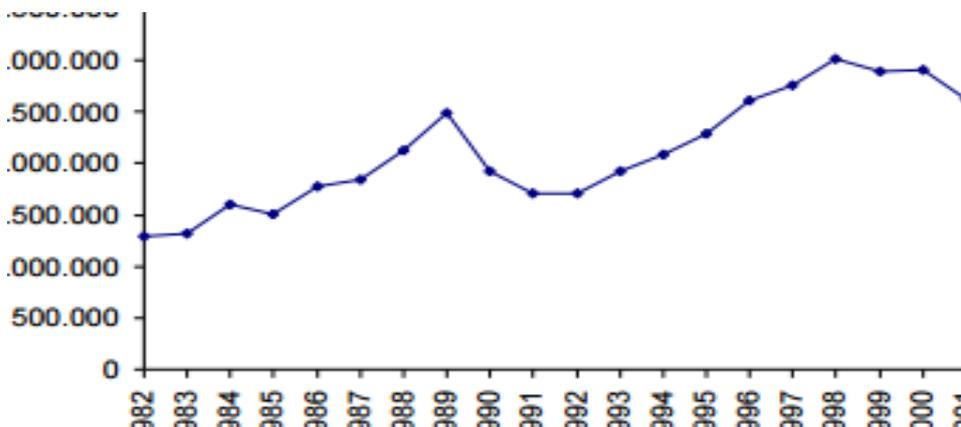
Figura 2.2.2i Evolução da entrada de turistas no Brasil 1970-1998.



Fonte: Embratur (1998). Em Saab (1999, p. 290).

De modo semelhante, em princípios dos anos 1980 a Argentina recebeu menos de 1,5 milhões de turistas internacionais, enquanto que em 1998 esse montante havia praticamente sido duplicado, chegando a quase 3 milhões.

Figura 2.2.2ii Evolução da entrada de turistas na Argentina 1982-2002.



Fonte: INDEC, Ministerio de Economia - Argentina. Em Guardella, Lupo e Aguayo (2005, p.130).

Porém, mesmo no início da década de 1990 a chegada de turistas na América Latina correspondia a 8,7% do mercado mundial, dos quais 3,9% para o México e apenas 1,7 para a toda a América do Sul. Já a América do Norte recebia 12,4% dos turistas internacionais e a Europa 60,1%.

Figura 2.2.2iii Chegadas de turistas internacionais por região do mundo 1994-2004.

	1990	1995	2000	2004	90/95	95/00	00/04	90/04	1990	1995	2000	2004
Estados Unidos y Canadá	54,5	60,5	70,9	65,2	11,0	17,2	-8,0	19,6	12,4	11,2	10,4	10,4
América Latina y el Caribe	38,2	48,5	57,2	60,6	27,0	17,9	5,9	58,6	8,7	9,0	8,4	8,4
América do Sul	11,4	14,0	17,1	18,2	22,8	22,1	6,4	59,6	2,6	2,6	2,5	2,5
América Central	1,9	2,6	4,3	5,8	36,8	65,4	34,9	205,3	0,4	0,5	0,6	0,6
América do Norte	7,7	11,7	15,2	16,0	51,9	29,9	5,3	107,8	1,7	2,2	2,2	2,2
México	17,2	20,2	20,6	20,6	17,4	2,0	0,0	19,8	3,9	3,8	3,0	3,0
Europa	264,8	309,3	384,1	416,4	16,8	24,2	8,4	57,3	60,1	57,5	56,4	56,4
América do Pacífico	57,7	85,0	114,9	152,5	47,3	35,2	32,7	164,3	13,1	15,8	16,9	16,9
América do Oriente	15,2	20,4	28,2	33,2	34,2	38,2	17,7	118,4	3,5	3,8	4,1	4,1
Mundo Médio	10,0	14,3	25,2	35,4	43,0	76,2	40,5	254,0	2,3	2,7	3,7	3,7

Fonte: OMT (2005). Em Altés (2006, p. 12).

A hipótese aqui é que as publicações e relatórios divulgados por organismos internacionais como o Banco Mundial, BID, OCDE, agências das Nações Unidas como a

Organização Mundial do Turismo (OMT) e a Organização para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), e outras organizações congêneres desde os anos 1960 trouxeram novos temas para a agenda dos governos latino-americanos, dentre eles a educação em turismo.

A tese de que o Banco Mundial exerceu e exerce enorme influência sobre as políticas públicas dos países em desenvolvimento após 1945 é representativa do pensamento sistematizado como o Consenso de Washington (HAWKINS; MANN, 2007; LEHER, 1999; SGUISSARDI, 2000). Por isso, vale uma reflexão sucinta sobre a relação entre as diretrizes do Banco e a educação em turismo na América Latina.

Após a Segunda Guerra Mundial, planejadores e economistas dessas organizações começam a desenvolver investigações acerca do turismo e, na década de 1960, os benefícios econômicos do setor são lançados ao público como inquestionáveis e infalíveis, principalmente aqueles relativos a produção de receita e de emprego. Essas publicações ressaltavam a força econômica do turismo mundial e sua capacidade de contribuir para os resultados desejados pelos países subdesenvolvidos, como o desenvolvimento econômico e a redução da pobreza, viabilizados por meio de suporte técnico e empréstimos do Banco para a implementação de projetos turísticos (HAWKINS; MANN, 2007)¹⁵.

O argumento era que a chegada de turistas estrangeiros traria divisas necessárias para reduzir o déficit estrutural da balança de pagamentos dos países subdesenvolvidos. Nota-se tal posicionamento durante a Conferência da ONU em Roma, em 1963: "...o turismo pode prover e provém efetivamente uma contribuição vital para o crescimento econômico dos países em vias de desenvolvimento". Essa abordagem entende o turismo como uma operação de importação-exportação que respeita às leis de oferta e procura submetidas às flutuações do competitivo mercado internacional. Dessa maneira, a demanda define o crescimento do turismo, e se estabeleceu como fator explicativo, e necessário, para o desenvolvimento do turismo nos países subdesenvolvidos. Essa concepção, porém, impossibilita a análise das ideologias e das lutas pelo poder envolvidas no processo de desenvolvimento turístico e, paralelamente à aplicação da Teoria General dos Sistemas na interpretação e explicação da dinâmica do turismo, fez das análises do desenvolvimento turístico um processo conjuntural e "naturalmente" instável. Desta forma, se priva ao turismo de sua dimensão histórica e processual, enquanto que os conflitos e as lutas pelo poder que o atravessam são então considerados desequilíbrios circunstanciais.

No final dos anos 70, já havia se passado uma década de defesa do valor econômico

¹⁵Hawkins e Mann (2007) analisaram 330 projetos apoiados pelo Banco Mundial em 86 países.

do turismo e de financiamentos de projetos de desenvolvimento do turismo. Nos anos 1990, 80% dos 56 países com metas de redução da pobreza para o Desenvolvimento do Milênio¹⁶ citam o turismo como uma opção para o crescimento econômico, o emprego e a redução da pobreza. Dentre eles, alguns (Etiópia, Tanzânia, Uganda, Gana, Nigéria, Moçambique, Quênia, Camboja e Honduras) dão-lhe o mesmo peso que a agricultura e a indústria (HAWKINS, MANN, 2007).

Já nos anos 2000 o Banco Interamericano de Desenvolvimento (2006) afirmava que o peso do turismo na economia de muitos países da América Latina vem aumentando, assim como crescem os investimentos públicos dirigidos a fomentar o desenvolvimento turístico nos países da região e a demanda dos governos por apoio financeiro de organizações internacionais nesse sentido.

No que se refere ao cenário educacional, durante os anos 1960 uma rápida transformação, marcada pela independência política e pelo comunismo em alguns países, ameaçava a estabilidade do mundo ocidental e promoveu mudanças na orientação do Banco Mundial. Na presidência de McNamara (1963-68), a ênfase no problema da pobreza fez a educação sobressair entre as prioridades do Banco. Para atender às necessidades das populações dos países em desenvolvimento e ao mesmo tempo atingir diretamente aquelas parcelas possivelmente sensíveis ao comunismo, uma estratégia da instituição foi o estímulo a instalação da oferta de ensino técnico e profissional (LEHER,1999). No que concerne ao ensino superior, face ao risco de proliferação da doutrina marxista no sistema educacional e no pensamento econômico da América Latina, a recomendação foi ampliação da oferta educacional em instituições privadas (LEHER,1999).

A educação em turismo foi apontada como um componente garantidor da sustentabilidade do turismo na região por duas razões, por um lado por seu potencial de geração de emprego e, por outro, para garantir o controle de seus efeitos e o desenvolvimento da sociedade. Supõe-se que, por isso, os governos tenham então se atentado para a educação em turismo, uma vez que a educação é considerada a base do desenvolvimento nacional (TRIBE, 2005).

Desde então, a oferta de educação e formação profissional para o setor varia desde cursos isolados até cursos com área de concentração minoritária ou majoritária em turismo, tanto em nível técnico, como de licenciatura ou bacharelado, e na pós-graduação, públicos e privados. Supõe-se, então, que muitos países latino-americanos tenham assumido desde os

16

anos 1960 o estímulo ao turismo como uma alternativa para o desenvolvimento e a educação em turismo como uma das estratégias neste sentido.

Talvez por essa orientação à formação para o atendimento à indústria se justifique a afirmação de Cooper *et al.* (1993) de que a educação em turismo sempre assumiu uma orientação técnica para formar os quadros operacionais do setor. Segundo Lickorish e Jenkins, (1997), nos países subdesenvolvidos a formação em turismo, apesar de ainda ser bastante rudimentar com grandes carências de qualificação e formação dos trabalhadores, apresenta uma orientação muito técnica. O que não difere dos países desenvolvidos, como os Estados Unidos e o Canadá, que valorizam os programas de gestão da indústria de viagens e turismo. No Canadá, por exemplo, a maioria dos cursos seria de nível operacional e de supervisão.

Nos países desenvolvidos desde os 1980, e nos restantes na década de 1990, assiste-se a uma rápida expansão do ensino superior em turismo, principalmente nos países onde a participação dessa indústria é importante. Para Cunha (2003), é neste período que a educação em turismo assume uma orientação mais acadêmica.

Quanto a expansão da oferta educacional em turismo na década de 1990 na América Latina, entende-se que, por um lado o aumento da participação do turismo nas receitas nacionais e, por outro, a dispersão do setor privado de ensino superior levaram a uma explosão da oferta de formação em turismo. De acordo com Durham e Sampaio (2000), a análise feita por Levy (1986) sobre as ondas de expansão do setor privado de ensino superior na América Latina distingue três momentos: o primeiro diz respeito ao surgimento e/ou consolidação das universidades católicas; o segundo, das instituições privadas de elite; e o terceiro das instituições privadas voltadas para a absorção da demanda de ensino superior em grande escala, que começa a se intensificar a partir de meados deste século.

Estas últimas foram criadas para a absorção da demanda de estudantes que não lograram ingressar nas universidades públicas ou nas instituições privadas mais seletivas e concentram sua oferta de serviços em carreiras de alta demanda e baixo custo, oferecendo títulos em troca de lucro (DURHAM; SAMPAIO, 2010).

Se, segundo Durham e Sampaio (2010) essa terceira onde tem início nos anos 1960 – vale notar que coincide com o período em que o Banco Mundial propõe a privatização do ensino superior - nos anos 1990 ela se intensificou. No Brasil, a partir do governo Fernando Henrique Cardoso, o MEC assume a condução da expansão do ensino superior pela via privada, visando a ampliação e qualificação da formação de mão-de-obra para atender ao crescimento econômico, o que resultou na maior expansão do ensino superior privado no

Brasil até o início dos anos 2000 (CORBUCCI, 2002).

Do total de cursos de nível superior em turismo no Brasil no ano 2000, 94% deles eram ofertados em instituições privadas e 6% em instituições públicas (3% federais, 2% estaduais e 1% municipais). Contudo, dos 565 cursos ofertados em 2005, restaram em 2007 apenas 398 (SOGAYAR, REJOWSKI, 2011). Isso se deveu, por um lado, pela mudança de orientação das políticas educacionais que aliaram a oferta privada instalada com a ampliação do acesso à educação em instituições públicas e, por outro, pela própria saturação da demanda.

Não apenas no Brasil isso ocorreu. A oferta de cursos de turismo foi durante algum tempo sustentada por uma crescente demanda de alunos. No entanto, esta tendência inevitavelmente levou a um excesso de oferta de egressos na indústria (EVANS, 1993; BUSBY, 2008) e a uma queda na empregabilidade desses egressos.

Em alguns países em desenvolvimento, o rápido crescimento do turismo em um curto período criou uma demanda imediata por instalações e pessoal para atender aos turistas. Em muitos casos, esses países se concentraram inicialmente em fornecer a infra-estrutura de transporte e hospedagem, e à formação e treinamento de pessoal foram dadas menor prioridade. Durante algum tempo, houve uma escassez de pessoal capacitado para atuação no setor, que em muitos países da região ainda é marcado por problemas como a falta de planejamento, pelos danos ambientais e sociais, pela informalidade, pelo amadorismo e outras deficiências e, também por isso, a contribuição do turismo para o desenvolvimento econômico e social durável desses países continua sendo um porvir.

O curioso, porém, é que desde os anos 1990 a oferta educacional em turismo explodiu nos países latino-americanos, acompanhando o crescimento do volume do turismo na região, o que nos faz indagar sobre as razões para a permanência de tais problemas após mais de 20 anos de instalação do ensino em turismo, e sobre o real potencial de contribuição da educação em turismo tal como ela é oferecida para o desenvolvimento do setor e dos países.

Por vários anos, algumas universidades em todo o mundo inauguraram, além dos cursos técnicos e de graduação, seus programas de pós-graduação em turismo com cursos de especialização, mestrado e doutorado em turismo, hotelaria e lazer, além das diversas áreas que passaram a incluir o turismo como linha de pesquisa.

Os primeiros cursos de pós-graduação em turismo tiveram início no Reino Unido na década de 1970. Airey (2004) argumenta que este só veio a ser objeto de estudo de tese somente em 1981, onde se tem o primeiro registro no Reino Unido. Airey (2004), fazendo

referência ao contexto internacional, e em particular ao contexto inglês, pontua que no começo os cursos de turismo apresentavam forte orientação profissionalizante. Segundo Tribe (2008) o desenvolvimento dos cursos de turismo nos primeiros anos se baseou no conhecimento *extradisciplinar*, ou seja, este se desenvolveu a partir da indústria do governo, grupos de estudos e instituições de pesquisa, dentre outros que se interessavam pelo tema.

Mas ao longo do seu desenvolvimento foram surgindo cursos quais não eram profissionalizantes desde o início, como observado no Reino Unido que implantou o programa de mestrado em antropologia do turismo. De acordo com Airey (2004) o que impulsionou o desenvolvimento do turismo como campo de estudo foi a criação de dois cursos de mestrado em 1972 nas Universidades de Strathclyde e Surrey, na Inglaterra. Tribe (2008) argumenta que este agora se encontra caminhando para *interdisciplinaridade*, que é a utilização de várias áreas do conhecimento para se explicar um problema específico.

Já nos Estados Unidos os programas emergem sob diferentes influências, uma combinação entre os ecos dos estudos do lazer da Europa ocidental e a criação dos departamentos de saúde, educação física e recreação. No Brasil, o primeiro programa de pós-graduação *stricto-sensu* em turismo iniciou em 1994, já em 1996 eram quatro em turismo, hotelaria e lazer, sendo 3 cursos de mestrado e um de doutorado. O primeiro curso de especialização iniciou em 1983, e em 1996 já eram 21 os cursos de turismo, hotelaria e lazer (ANSARAH; REJOWSKI, 1996). Alguns autores atribuem a ampliação da oferta de pós-graduação em turismo, principalmente privada, à tentativa de capturar os egressos dos cursos de turismo e hotelaria, assim como de outros cursos.

Apesar do crescimento da educação em turismo em todo o mundo, entende-se que as diferenças entre as administrações públicas, os sistemas educativos, os objetivos das instituições de ensino e a própria organização do setor de turismo nos países resultaram em diferentes abordagens.

De modo geral, os debates nos programas de turismo parecem centrar-se em buscar um equilíbrio entre duas abordagens usuais, a vocacional e a acadêmica. Os cursos superiores de turismo são muitas vezes considerados como vocacionais, que buscam formar profissionais capacitados com habilidades de gestão para a indústria.

A abordagem vocacional origina-se nas escolas europeias como resultado da necessidade de profissionais treinados, sendo esses currículos dominados pelo foco nas habilidades operacionais específicas do setor. Neste sentido, Busby (2003) notou que a educação em turismo buscou acompanhar o desenvolvimento da indústria, tanto as disciplinas

acadêmicas como outras práticas educacionais, que estavam intimamente relacionadas com as necessidades específicas do mercado, como planejamento, finanças ou marketing. Ainda, os estudantes percebem essa orientação ao mercado como benéfica para sua empregabilidade, pois eles assim se tornam munidos com os conhecimentos e experiências exigidos pelos empregadores.

Por isso mesmo, muitos pesquisadores sugerem que alguns cursos se desenvolvem especificamente para atender às necessidades dos alunos e dos profissionais, entregando um “pacote” de serviços que os habilita a funcionar na indústria após a formatura. Porém, há que se questionar quais são as necessidades da indústria atual e futura, quais são seus problemas e dilemas a serem solucionados para a própria manutenção dessa indústria e a empregabilidade desses estudantes. Essas questões incluem a viabilidade da manutenção do status quo, a reprodução acrítica da prática presente e as habilidades necessárias ao futuro do turismo e do profissional.

Então, cabe a pergunta, qual o propósito da educação em turismo, é essencialmente o treinamento? Para buscar essa resposta vale lembrar que o modo como se define o turismo influencia na maneira como ele é percebido e examinado. Aqui se entende que ao mesmo tempo em que o turismo é um conjunto de atividades econômicas é também um movimento de pessoas e um fenômeno social. Então, apesar da muita atenção que é depositada nos valores positivistas do turismo enquanto atividade econômica, há que se atentar para os impactos intangíveis, mas reais sobre a cultura, o crime, os comportamentos tanto dos anfitriões como dos turistas, que são muitas vezes negligenciados. Ainda, enquanto movimento humano, a identificação e análise de valores humanos são requeridos pela educação em turismo. Contudo, pouca atenção e esforços têm sido exercidos para expor aos estudantes, que determinarão o futuro da indústria, essas questões mais amplas do fenômeno.

Para Etchner (1995), nos países em desenvolvimento a educação em turismo deveria envolver o cultivo de três tipos de habilidades: profissional, vocacional e empresarial. A primeira categoria, educação profissional, é geralmente caracterizada por sua natureza acadêmica e formação em nível superior. Este tipo de educação apoia-se em conceitos teóricos e desenvolve a capacidade dos alunos de interpretar, avaliar e analisar. O resultado é uma mais ampla e mais profunda compreensão da natureza, potencial e limitações do turismo. Como tal, a educação profissional em turismo produz a mão-de-obra qualificada necessária no nível estratégico, tanto no setor público como privado.

O principal objetivo do segundo tipo de formação, vocacional, é possibilitar que as

habilidades ensinadas possam ser aplicadas em posições específicas, como na gestão hoteleira, em operadoras e agências de viagens ou na organização de eventos. O conteúdo desses programas é muito prático, com foco em tarefas específicas. Essa formação é fundamental a fim de entregar efetivamente os produtos e serviços exigidos pela indústria do turismo.

A terceira habilidade seria o desenvolvimento da iniciativa empresarial, à qual se tem dado menor atenção no debate sobre educação em turismo. Por não incentivar e cultivar o desenvolvimento do empreendedorismo no turismo, uma parcela importante do potencial dos recursos humanos formados em turismo não tem sido aproveitada, segundo Etchner (1995). De fato, tem-se sugerido que uma das necessidades mais críticas dos países em desenvolvimento é a promoção tanto de empreendedores como um de um ambiente no qual o empreendedorismo possa florescer (NEHRT 1987, p.76 *apud* ETCHNER, 1995).

Dale e Robinson (2001) propõem que a educação em turismo deve basear-se em três domínios: a) graus genéricos, que fornecem ampla compreensão do turismo e competências interdisciplinares; b) graus funcionais, que se concentram em áreas particulares do turismo, tais como marketing, sistemas de informação, ou planejamento; e c) graus de mercado, que incidem sobre o desenvolvimento de um determinado produto ou mercado. Todos os três programas pretendem proporcionar aos alunos o conjunto de conhecimentos e habilidades para capacitá-los a funcionar de forma eficaz na indústria (DALE; ROBINSON, 2001).

Aqui se consideram 5 domínios para a organização dos programas de turismo, o domínio científico; experiencial; contextual; funcional e valorativo, que não se limitam a entender o turismo apenas como indústria e baseiam-se nos princípios fundamentais e desejáveis para o entendimento do turismo em seu aspecto mais amplo, como se vê na tabela.

Tabela 2.2.2iv Domínios para a organização dos programas de turismo.

TURISMO COMO UM ÚNICO DOMÍNIO DE ESTUDO				
Princípios Fundamentais				Princípios desejáveis
Turismo como ciência	Turismo como experiência	Interseção (Contexto)	Turismo como indústria	
Domínio científico	Domínio experiencial	Domínio contextual	Domínio funcional	Domínio valorativo

Fonte: Elaboração própria.

O domínio científico pretende, a partir de investigações e técnicas sistemáticas, produzir, disseminar e aplicar conhecimentos científicos para o desenvolvimento do turismo, dos territórios e das comunidades onde se insere. O domínio experiencial visa fornecer aos alunos uma visão micro, sobre o sujeito em movimento, os motivos que o move, suas

experiências, sentimentos experimentados e significados atribuídos às viagens turísticas. O domínio contextual inverte o plano de análise para os aspectos macroambientais do turismo, as relações de produção e consumo do turismo no espaço e no tempo, as características da mobilidade contemporânea, os sistemas de informação, os relações interpessoais e midiáticas, e os impactos do turismo nos locais de origem e destino. Já o domínio funcional se dedica então aos aspectos operacionais e funcionais para atendimento à indústria e ao mercado turístico, aqui deve ser incorporada a habilidade empreendedora. Finalmente, o domínio valorativo visa apresentar para os estudantes os princípios desejáveis ao turismo em um futuro próximo, e discutir outros aspectos para a transformação do turismo e pelo turismo para o desenvolvimento humano e regional.

b) Indefinições

Como uma nova área de estudo não é surpreendente que os primórdios do turismo tenham sido marcados por incertezas. Porém, o que surpreende é o aumento dessas incertezas ao longo do tempo. A medida que se desenvolveu, mais perguntas e tensões inerentes ao estudo desta atividade foram expostas, de modo que hoje há menos certeza sobre a direção do conhecimento e da educação em turismo.

Algumas das dúvidas que acompanharam a educação em turismo foram, por exemplo, os objetivos dos cursos de turismo, sua seriedade, os currículos, a abrangência ou especificidade das disciplinas e as diferenças de entendimento entre acadêmicos, indústria e governos. Essas são questões para o debate dessa sessão.

O campo de estudos em turismo foi formado inicialmente por conhecimentos extra-disciplinares, isto é, a partir da indústria, governos, consultorias e organizações não governamentais, em outras palavras, de fora da academia (TRIBE, 1999), sendo ainda marcado pela multidisciplinariedade e pela influência de profissionais de diversas áreas do conhecimento. A partir de tal fato se poderia esperar uma grande indefinição nos programas de turismo. Contudo, Airey (2004) esclarece, citando Stuart-Hoyle (2003, p. 62), que o "objetivo principal da maioria dos programas de graduação em turismo é a preparação de graduados para uma carreira na indústria do turismo". No entanto, a própria autora chama a atenção para o fato de que "o modo como as instituições organizam os cursos para cumprir esse objetivo varia significativamente", e ainda sugere que as perspectivas dos docentes podem ser muito diferentes desses objetivos vocacionais. Em poucas palavras, parece haver

uma indefinição que é resolvida através dos currículos.

Tabela 2.2.2v 20 principais objetivos dos cursos de graduação em turismo na Inglaterra 1997/98.

Classificação	Objetivos	Nº casos (99)
1	Oportunidades de emprego	76
2	Empregabilidade/elo com empregador/trabalho	53
3	Indústria do turismo: grande/importante/global/crescimento	50
4	Profissional/habilidades necessárias/teoria e prática	48
5	Indústria do turismo: oportunidades internacionais	45
6	Administração/habilidades gerenciais	36
7	Oportunidades no setor público/privado	31
8	Habilidades relevantes e transferíveis para outras indústrias	28
9	Educação sólida/entendimento acadêmico	25
10	Base ampla/amplo escopo/base completa	22
11	Atender às demandas do mercado	21
12	Tomada de decisão/análise/discernimento	20
13	Contexto europeu/oportunidades	20
14	Contexto social/turismo sustentável	19
15	Profissional/profissionalismo	17
16	Qualidade/excelência	17
17	Flexibilidade	14
18	Prestação de serviços/setor de serviços/cliente	14
19	Sucesso/êxito	10
20	Competitivo/competir	7

Fonte: Airey e Johnson (1999) *apud* Airey (2004)

Apesar dessa tendência, muitos acadêmicos defendem outras abordagens do turismo. Para Higgins-Desbiolles (2006, p. 1192), "o discurso do turismo como uma indústria tem ofuscado outras conceituações do fenômeno do turismo", prejudicando uma compreensão do turismo que tem benefícios mais amplos para a sociedade.

Desde os primórdios, houve dúvidas sobre se esta é realmente uma área séria de esforço acadêmico e digna de titulação em nível superior. No entanto, segundo Airey (2004), com igual regularidade por que passa por escrutínio, os programas de turismo têm sido relatados como bastante consistentes em proporcionar aos alunos uma educação adequada às perspectivas de empregabilidade do setor, isto é, se seu intuito é fornecer mão de obra capacitada para atuação na indústria turística os programas de turismo têm sido capazes de atingir esse objetivo com êxito.

Com base em um total de 109 instituições, um relatório da britânica *Quality Assurance Agency for Higher Education*, do ano 2000, reafirmou a qualidade global da experiência dos alunos em programas de educação superior nas áreas relacionadas com hospitalidade, lazer, recreação, esporte e turismo (AIREY, 2004). A agência considerou que a qualidade do ensino é alta e caracterizada por uma rica diversidade de abordagens, incluindo muitas iniciativas apoiadas pela indústria. Uma influência importante dos cursos analisados foi sua localização

em departamentos que oferecem formação em gestão hoteleira e restauração, que demonstraram laços estreitos com os empregadores e foco no funcionamento prático da indústria.

Contudo, em outros países essa visão otimista dos programas não é consensual. Por muitos anos e em diversas nações a educação em turismo tem sido acusada de não prover os estudantes com as habilidades requeridas pela indústria (KNOWLES; TEIXEIRA; EGAN, 2003), além de oferecerem uma visão muito estreita sobre ela. Airey e Tribe (2000, p. 282) notam que em anos recentes os cursos têm mudado para incluir uma abordagem mais ampla e conceitual, entretanto “a orientação vocacional permanece a essência dos currículos”. Todavia, se essa orientação não atende plenamente a indústria para a qual se dedica, a educação não atinge os próprios objetivos estabelecidos, tampouco tem redefinido esses objetivos.

A ideia de um currículo base foi um dos importantes debates da educação em turismo no início de 1990. Como uma ampla gama de acadêmicos havia entrado no campo, havia um sentimento de que, sem um currículo acordado, o turismo poderia ser retratado como aquilo que os membros dos programas quisessem retratar. Havia então o perigo de fragmentação e confusão entre empregadores, alunos, acadêmicos e governos quanto ao entendimento do turismo. Isto provocou uma série de esforços para discutir o que seria o núcleo comum dos currículos do turismo. Trabalhos como os de Tribe (1997) e Airey e Johnson (1998) sugeriram que a maior parte dos programas, porém, revelou mais semelhanças do que diferenças. Tribe (1997) aponta que a esmagadora maioria dos programas apresenta uma "abordagem de negócios".

Mas, ao mesmo tempo em que a maioria dos programas de turismo são basicamente semelhantes, na pequena minoria existe diversidade e falta de acordo curricular (AIREY, 2004). Vale notar, também, a ambiguidade existente entre as pesquisas em turismo e os currículos dos cursos, uma vez que as pesquisas publicadas apresentam ampla diversidade e generalidade de temas enquanto os currículos se restringem a uma abordagem dominante.

Um ponto menos definido é se o turismo pode ser representado como um corpo de conhecimento teórico distinto e coerente. A distinção de Tribe entre três tipos diferentes de conhecimento em turismo ajuda a entender esta questão. Ele identifica primeiro o “conhecimento extra-disciplinar”, que vem de fora do domínio acadêmico. É importante para a compreensão do turismo mas dificilmente representa um corpo da teoria. Em segundo lugar, ele identifica "conhecimento multidisciplinar", que, como o nome sugere, vem a partir de uma

gama de disciplinas. Dadas as suas perspectivas e origens as mais diversas esse conhecimento dificilmente é considerado próprio ao campo acadêmico do turismo. Finalmente, há o que ele chama de "conhecimento interdisciplinar", que surge a partir da discussão ou reunião de saberes de uma ou mais disciplinas para tratar especificamente das questões do turismo e produzir conhecimento sobre e a partir dele. Para Airey (2004) e outros, porém, o turismo ainda se utiliza substancialmente da produção acadêmica de outras disciplinas.

A educação em turismo tal como se apresenta parece, assim, enclausurar a produção e disseminação do conhecimento em turismo aos estudos das empresas e do mercado turístico, numa altura do desenvolvimento do setor em que a construção de um corpo teórico consistente é crucial para sua manutenção e renovação, bem como para o estabelecimento do turismo enquanto área de estudo independente e válida. A investigação em turismo subsumida em outras áreas torna-se invisível (BOTTERILL; GALE, 2005), e a dispersão do turismo não encontra correspondência na produção de conhecimento acerca do fenômeno em sua totalidade.

Os cursos de turismo são oferecidos de muitas formas e sob muitos títulos diferentes, e não há uniformidade quanto à sua natureza ou conteúdo. A maioria dos cursos de turismo tem a denominação de Turismo, Gestão de Turismo ou vem acompanhados de complementos como Lazer ou Hospitalidade. A falta de um entendimento comum do que constitui a graduação em turismo e de como ela se difere de outros cursos relacionados (Hotelaria, Lazer, Recreação) pode ser confuso para empregadores, estudantes e governos.

Ainda, os desafios enfrentados pelos acadêmicos do turismo são grandes devido ao fato de que grande parte da indústria do turismo é composta por pequenos negócios que se utilizam de uma oferta de trabalho semi ou não qualificada (MacLAURIN, 2005), e que não consideram a formação superior em turismo como requisito necessário para o emprego (EVANS, 1993). A incerteza entre os empregadores quanto a natureza e o conteúdo dos cursos de turismo contribuem para restringir as oportunidades de emprego para graduados em turismo.

Quanto aos governos, MacLaurin (2005) comenta a disparidade de interesses entre os educadores e o governo, que no caso canadense tende a se concentrar em questões de interesse imediato, como pesquisa de mercado e coleta de dados para acompanhar o desempenho da indústria, enquanto pesquisas estratégicas como comportamento do consumidor, questões econômicas e políticas, e o comércio eletrônico são temas pouco pesquisados.

Ainda, as mudanças mais gerais na intervenção estatal sobre a educação, que emana das mudanças na economia global e das influências da indústria, como a privatização¹⁷ do ensino superior latino-americano a partir de 1960, tendem a forçar o ensino superior em geral a responder às necessidades de uma sociedade em constante mudança e cada vez mais diversificada, que induz a homogeneização dos programas em prejuízo das especificidades próprias a cada um.

2.2.3 Desafios e Possibilidades Contemporâneas da Educação em Turismo

Nesta sessão procurou-se identificar e discutir evidências e argumentos que desafiam a educação superior em turismo, dentre eles, as mudanças do ambiente socioeconômico e tecnológico; as mudanças advindas do aumento da competição global; as mudanças no mercado estudantil; as mudanças na indústria; os desafios aos educadores e métodos de ensino; o desafio da pós-graduação e pesquisa em turismo; e a incorporação de valores desejáveis à indústria; além de apresentar algumas possibilidades frente a esses desafios para o futuro.

Nas últimas três décadas as sociedades pós-industriais têm sido submetidas a um processo de substancial transformação estrutural. Tal transformação produziu mudanças fundamentais na base produtiva da sociedade, em que o conhecimento substituiu os tradicionais fatores de produção (terra, capital e de trabalho) como resultado do aumento da penetração do conhecimento científico na esfera produtiva bem como na vida social e cultural. E o turismo não está isento dessas mudanças. O uso intensivo da informação pelo turismo, o aumento das necessidades e exigências dos turistas, bem como a penetração das tecnologias de informação e comunicação em todos os aspectos das operações de negócios estão intensificando a mudança da indústria para a economia do conhecimento, e transformando o tipo de conhecimento e as habilidades necessárias para o trabalho no setor (SIGALA, BAUM, 2003). Assim, ao mesmo tempo em que se apresentam como desafios, essas mudanças devem cada vez mais ser absorvidas como possibilidades de renovação do turismo no futuro, e a educação em turismo deve nutrir e entregar conhecimentos e competências para o desenvolvimento e uso da informação em turismo.

¹⁷ O termo privatização tem sido usado para designar experiências muito distintas. Visto frequentemente como resultado de uma conspiração neoliberal dirigida pelo Banco Mundial, o termo privatização reúne, no Brasil, tanto a cobrança de taxas e anuidades nas instituições públicas quanto a expansão das matrículas no setor privado, todas as formas de análise e de propostas de controle de custos, assim como diferentes iniciativas de avaliação institucional (DURHAM, SAMPAIO, 2000).

Quanto ao ensino superior, também tem passado por um grande processo de reestruturação e transformação impulsionado, por um lado, pela crescente participação das instituições privadas e, mais recentemente, pela introdução da oferta de ensino virtual. Esta última oferece alternativas educacionais altamente flexíveis e de baixo custo, além de conseguir alcançar públicos muito além de suas limitações geográficas, desafiando a tradição das instituições físicas mais consolidadas. Esses novos entrantes no cenário educacional induzem à readaptação das instituições tradicionais pela utilização de recursos multimídia e de métodos de ensino virtual. Deste modo, nas universidades tradicionais as tecnologias de informação e comunicação podem ser utilizadas para informar ou como recursos para inovação pedagógica ou metodológica.

A crescente demanda por ensino superior é outro fator provocador de mudanças no setor educacional. A nova geração de estudantes é consciente da importância crescente da educação atribuída tanto pelos sujeitos individualmente como pela sociedade como um todo e, conseqüentemente, mais e mais pessoas querem uma forma flexível de ensino em uma instituição acadêmica que seja capaz de oferecer serviços do modo como lhes convém. A aprendizagem flexível tem sido muito valorizada pelos estudantes, particularmente aqueles que trabalham em tempo parcial ou integral e que, portanto, exigem mais flexibilidade dos processos de ensino e aprendizagem. De acordo com Sigala e Baum (2003), Pritchard e Jones (1996) argumentaram que as universidades devem proporcionar duas formas de flexibilidade: a) flexibilidade na entrega, para que os alunos possam aprender quando, onde e na proporção que lhes convier; e b) flexibilidade no conteúdo e nos resultados, desse modo os alunos podem adquirir qualificações e obter resultados individuais por meio de sua escolha e conforme seus estudos.

Para facilitar a aprendizagem, as tecnologias de informação e comunicação podem contribuir na divulgação de eventos científicos, na diversificação do material de ensino, na automatização de processos e facilitação do trabalho em bibliotecas ou laboratórios. Além disso, mesmo a interatividade do ensino tradicional pode ser facilitada por meio de ferramentas tecnológicas (um-para-um, um-para-muitos) (SIGALA, BAUM, 2003). Em outras palavras, essas ferramentas fornecem aos educadores a possibilidade de multiplicarem seus recursos didáticos em vez de se multiplicar a si próprios. De modo geral, ampliam o acesso, as opções e as situações de instrução. Contudo, o equilíbrio entre a apresentação por parte do educador e as dinâmicas em ambientes de aula virtuais não deve ser abandonado.

Além desses fatores externos ao setor, mudanças nas características da própria

indústria turística tem desafiado os acadêmicos do turismo (SIGALA, BAUM, 2003). A padronização da oferta turística tem cedido lugar à diversificação dos serviços visando atender tanto às expectativas dos consumidores como mudanças legais; a diversificação da rede de vendas para meios eletrônicos tem impactado todas as empresas, mas em particular as pequenas empresas; a mobilidade do profissional do turismo requer modos de estudo e certificação que podem ser acessados em qualquer lugar e que são válidos em toda parte. Não apenas a indústria força mudanças na academia, mas os próprios círculos acadêmicos buscam mudanças e reivindicam legitimidade. Contudo, apesar de existirem duas abordagens na educação em turismo, a acadêmica e a vocacional, que reflete o debate em curso entre o profissional acadêmico e funcional do turismo, é improvável que o status do profissional de turismo no futuro mude a menos que, tanto a indústria como a academia, reconheçam o valor de se desenvolver profissionais devidamente qualificados e altamente competentes.

Para isso, a participação de empresas e governos na elaboração dos programas de estudo pode ajudar os educadores a tomarem contato com a realidade e a reconhecer os conhecimentos e práticas essenciais ao profissional, ao setor e à região. Esta colaboração pode realizar-se também na definição dos perfis, objetivos e necessidades educativas do setor. A carência de uma formação prática nos estudos do turismo é um dos fatores apontados para o desequilíbrio existente entre as necessidades do setor e a demanda dos egressos por trabalho (WADA, 2011). A formação prática, entretanto, é mais custosa que a teórica, requer instalações, materiais, grupos pequenos, etc. Isto exige alternativas como a formação de convênios com empresas e governos e programas de cooperação ou intercâmbio interinstitucional que complementam a formação teórica e que as próprias instituições de ensino podem potencializar com a cooperação das políticas do setor e as partes interessadas.

Outro desafio para a educação em turismo refere-se ao fomento à pesquisa, uma questão que tem tomado pouca atenção dos educadores do turismo, enquanto em outras carreiras e indústrias tem sido peça fundamental para a inovação e seu desenvolvimento. Considera-se que este é um dos pontos mais importantes para a melhoria da qualidade do setor turístico e sua efetiva contribuição para as nações latino-americanas, tendo em vista seus objetivos de redução da pobreza e desenvolvimento econômico e social. Dois sinais positivos indicam a possibilidade de reversão desse cenário: i) a ampliação do acesso ao ensino de pós-graduação e a oferta de bolsas de estudos tendem a atrair os egressos dos cursos superiores para os programas de pós-graduação e estimular a pesquisa em turismo; e ii) o número crescente periódicos científicos dedicados ao tema do turismo facilitam o acesso à informação

e a divulgação dos resultados. Ainda, outros mecanismos podem contribuir para a qualidade das pesquisas desenvolvidas, como os intercâmbios nacionais e internacionais entre professores, alunos e investigadores em diferentes centros de ensino, que contribuem para o desenvolvimento de pesquisas conjuntas, seu alcance e visibilidade.

Finalmente, deve-se buscar incorporar valores desejáveis a indústria turística. Muitas vezes se esquece na elaboração dos programas de turismo que a educação em turismo é também educação, e que, portanto, deve desenvolver no indivíduo o espírito de aprender; a capacidade de diagnóstico, análise, síntese e crítica; a criatividade funcional ao invés do puro conhecimento prático, já que este pode mudar em função de mudanças sociais ou tecnológicas. Esses valores, como ética, igualdade, alteridade e sustentabilidade podem ser incorporados aos currículos, visando sua dispersão através dos egressos pela indústria. Quanto à sustentabilidade, apesar de ser tema bastante discutido nos círculos acadêmicos do turismo e em outras áreas, sua adoção pela indústria tem sido tarefa árdua, tendo em vista que implica em custo para as organizações, e tem sido inibida também pelo aumento da competição entre os destinos consolidados e pela entrada de outros novos. Em muitos países tem havido uma mudança gradual na preocupação pública quanto aos impactos do desenvolvimento do turismo e à proteção da cultura e do ambiente natural, onde o setor tem sido pressionado a repensar seus modos de atuação (COHEN, 2004). Essa via, da informação, conscientização e pressão popular pode representar uma possibilidade para a assimilação de tais valores pela indústria.

2.3 CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

Como se viu inicialmente, a área da educação é permeada por múltiplas abordagens e correntes de pensamento. Na sociologia, alguns autores procuraram compreender o processo educacional e entenderam que neste longo e lento processo os avanços são atravessados por intercorrências e até retrocessos. A partir desse prisma, buscou-se então compreender o processo de desenvolvimento da educação em turismo na América Latina a partir da investigação de suas origens, avanços, incertezas, desafios e possibilidades para o futuro.

A educação em turismo se origina na América Latina na década de 1970, após a publicação por organizações internacionais dos benefícios da educação e do turismo para o desenvolvimento das nações. Observou-se que a educação em turismo na região, menos que acompanhar o desenvolvimento do turismo, que crescia nos países desenvolvidos, mas que na

região era ainda incipiente, emparelhou-se às diretrizes do Banco Mundial que estimulava o incremento do setor turístico como alternativa para o desenvolvimento econômico.

Desde então, uma vasta oferta desde cursos de nível médio, superior e de pós-graduação, pública e privada, tem sido instalada, com o intuito, principalmente de atender a indústria turística nascente. Por essa razão, os cursos apresentam majoritariamente uma orientação técnica para os níveis operacionais e de supervisão.

Quando o turismo começa a apresentar forte crescimento, nos anos 1990, a oferta de cursos superiores em turismo vai experimentar grande expansão, principalmente em instituições privadas em função da orientação política do período. Já nos anos 2000 apresentará sinais de declínio de demanda em razão do excesso de profissionais e da dificuldade de sua absorção pela indústria.

Justamente no momento em que a oferta educacional se expande a educação em turismo assume uma vertente mais acadêmica. Os primeiros programas de pós-graduação em turismo latino-americanos datam dos anos 1980, *lato e stricto sensu*. De modo geral, esses programas não acompanharam o desenvolvimento do setor, que crescia rapidamente enquanto os cursos de mestrado e doutorado ainda eram muito poucos.

Por ser relativamente recente, a educação em turismo padece de muitas indefinições características não apenas na região, mas em todo o mundo, relativas aos objetivos dos cursos, sua seriedade, currículos e diferenças de entendimento entre acadêmicos, indústria e governos.

Em sua maioria, os cursos têm como objetivo a preparação de profissionais para atuação na indústria turística. Mas em uma minoria os objetivos podem ser mais diversos. Quanto a seriedade dos cursos, enquanto alguns defendem a capacidade dos cursos de habilitar os egressos com as habilidades requeridas pelo mercado de trabalho, outros questionam que, apesar de ser essa a essência dos cursos, muitos não conseguem oferecer programas de qualidade e colocar os estudantes no mercado.

A dificuldade de empregabilidade dos egressos pode ter outras causas alheias a academia. Por um lado, a dificuldade de se criar um entendimento comum do que deve constituir a graduação em turismo para os acadêmicos, para a indústria e para os governos dificulta a aceitação do profissional titulado. Por outro, como a indústria turística é composta em grande parte por pequenos negócios, que se utilizam de mão de obra semi ou desqualificada, a formação acadêmica não é vista como um requisito necessário para o emprego.

Restam muitos desafios para a educação em turismo. O uso intensivo da informação pelo turismo, o aumento das necessidades e exigências dos turistas, bem como a penetração das tecnologias de informação e comunicação em todos os aspectos das operações de negócios estão intensificando a mudança da indústria para a economia do conhecimento, e transformando o tipo de conhecimento e as habilidades necessárias para o trabalho no setor, além de impor desafios para as instituições de ensino e para os educadores.

Considera-se que um dos maiores desafios para a melhoria da qualidade do setor turístico e sua efetiva contribuição para as nações latino-americanas seja a pós-graduação e a pesquisa em turismo. Por meio delas, acredita-se, pode-se contribuir para o desvelamento de processos e para a produção de informações úteis para a mudança. Ainda, a incorporação pela indústria de valores como responsabilidade e sustentabilidade, apesar de desafiar os acadêmicos, tem apresentados avanços quando forças populares informadas pressionam por mudanças na indústria.

Essas discussões são relevantes para a montagem de um panorama acerca da educação em turismo de modo geral, como base para as discussões próprias aos contextos, objetivos e desafios da educação em turismo na América Latina, e particularmente na Argentina, Brasil e México. Com esse intuito, os capítulos seguintes se dedicam a analisar a emergência, trajetória e escopo das políticas em turismo e das políticas de educação em turismo, visando identificar como elas configuram, e como se vinculam as políticas em turismo e as políticas de educação em turismo, em cada nação.

3 POLÍTICAS EM TURISMO NA AMÉRICA LATINA

O turismo emergiu como uma das maiores indústrias e de mais rápido crescimento em todo o mundo no século XX. A partir dos anos 1980, sobretudo, o crescimento nas atividades deste setor se deu de forma rápida e intensa. É uma das atividades econômicas de maior geração de divisas em nível mundial. Segundo Hong (2008), nesse âmbito, o resultado financeiro estimado do turismo em 2005 foi de 6.2 trilhões dólares, o que representaria 10,6% da produção econômica do mundo, e 221 milhões de empregos em turismo, que representa cerca de 8,3% de emprego em todo o mundo. Estimativas apontam ainda que até 2015 a taxa de crescimento real da atividade foi de aproximadamente 4,6%, atingindo 10,7 trilhões de dólares.

Devido a sua natureza intrinsecamente exportadora e à exigência de um baixo valor agregado, em termos de investimento em sua produção se comparado a outros tipos de atividades econômicas, “o setor do turismo tem sido um dos poucos setores que trouxe uma boa notícia para muitas economias. [...] [pois] tem mostrado uma notável capacidade de se adaptar às novas condições de mercado para promover o crescimento e a criação de emprego em todo o mundo, apesar dos desafios econômicos e geopolíticos persistirem” (OMT, 2014, s/p). Especula-se que o turismo esteja entre os três tipos de atividade de maior faturamento e lucratividade do mundo, competindo nesse ranking, com a indústria do petróleo, a automobilística e a farmacêutica.

No período de 2010 a 2012, o mundo obteve um fluxo total de 2.956.600.000 turistas, com 32% no primeiro ano, 33% no segundo ano e 35% no último ano, segundo o Ministério do Turismo brasileiro (2013). Nos mesmos anos, a América do Sul teve um fluxo total de 76.600.000 turistas, conferindo uma média de cerca de 25 milhões de turistas/ano (MTUR, 2013).

Desse montante, no mesmo período, o Brasil recebeu um fluxo total de 16.271.526 turistas de diversos continentes do mundo, sendo 32% (5.161.379) de turistas desse total em 2010, seguido de 33% em 2011 e 35% em 2012, o que corresponde a uma média simples de 5.4 milhões de turistas/ano (MTUR, 2013). Guardadas as devidas proporções, apenas para efeitos de ilustração, o México, que apresenta similaridades com o Brasil em termos de tamanho, grau de desenvolvimento e, sobretudo, nos desafios enfrentados, somente no ano de 2013 recebeu 23.7 milhões de turistas, quase o mesmo montante de toda a América do Sul e cinco vezes mais do que o Brasil.

Na América Latina¹⁸, assim como em outras partes do globo, a oferta de infraestrutura, serviços e estímulos ao turismo pelos Estados tem sido heterogênea, pois apesar de ser um setor que envolve diretamente o Estado no funcionamento da economia, efetua-o de diferentes maneiras e entrelaça grupos de interesses e recursos diversos. Embora os participantes da arena política do turismo sejam diferentes em cada país, supõe-se que nenhum país tenha formulado suas políticas de turismo sem a determinação de um ambiente dinâmico em torno dessas decisões políticas.

O que explica o contraste entre as políticas de turismo em diferentes nações? Considera-se que o turismo pode se desenvolver como resultado de determinadas condições políticas, sociais e econômicas; pode ser uma opção de culturas nacionais distintas; pode ser reflexo de influências externas, no entanto, nenhum desses fatores frequentemente citados explica de forma convincente as diferentes abordagens e resultados das políticas de turismo formuladas nas democracias vacilantes e de industrialização tardia da América Latina.

Embora estes fatores de fato moldem as políticas de turismo em alguns países em alguns momentos, supõe-se que sua importância e efeito têm divergido entre os países e ao longo do tempo. Entende-se que dar sentido a essas diferenças requer uma abordagem sensível à interação entre os fatores históricos que levaram os países a adotar determinadas políticas em distintos momentos. Assim, ao invés de considerar as políticas de turismo como resultado de uma ou algumas variáveis, parte-se de uma abordagem historicamente fundamentada, que enfatiza os contextos e os processos políticos nos quais as decisões políticas foram tomadas. Como as políticas adotadas em um ponto no tempo reestruturam e reformulam as dinâmicas políticas subsequentes, e uma vez que o contexto dos debates sobre o turismo mudou ao longo do tempo, a evolução das políticas nacionais de turismo não pode ser explicada sem uma compreensão da sequência das grandes intervenções dos governos no setor.

Para analisar a emergência, trajetória e objetivos das políticas de educação em turismo na Argentina, Brasil e México, primeiramente parte-se de uma análise histórica das políticas de turismo na América Latina e em cada um dos países em estudo para, posteriormente, se realizar uma análise histórica da organização dos sistemas de educação nos países buscando tão somente indicar como afetam a educação em turismo. Isto porque, se acredita, as políticas educacionais em turismo nesses países se integram ao conjunto das políticas educacionais

¹⁸ Em 2003, o turismo foi responsável por 7,3% das exportações totais de 26 países latino-americanos¹⁸. O México é o destino líder na região, gerando 32% do total de ingressos desses países, enquanto que Argentina, Brasil e República Dominicana em conjunto geram outros 25% (BID, 2006).

nacionais, que por sua vez acompanham as transformações nas esferas econômica, política, social e cultural produzidas ao longo do século XX e no início do XXI.

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS EM TURISMO NA AMÉRICA LATINA

Desde o século passado, a importância relativa do turismo na economia nacional dos países latino-americanos tem aumentado, até converter-se em uma atividade de grande relevância para muitos deles. Presentes há quase um século na América Latina, ainda intermitentes e desordenadas em suas primeiras décadas, as políticas de turismo chamam cada vez mais a atenção de governos e acadêmicos, mas de fato, poucos esforços se detiveram em conhecer os processos que delinearão seu desenho atual, bem como seus acertos e desacertos. Para se discutirem as configurações das políticas de turismo na América Latina, faz-se necessário inicialmente conhecer o debate acerca das políticas públicas.

A política pública enquanto área de conhecimento nasceu nos EUA dando ênfase aos estudos sobre a ação dos governos, rompendo a tradição europeia de estudos que se concentravam, sobretudo, na análise do Estado e suas instituições (SOUZA, 2006).

Inicialmente, a ciência política considerava as políticas públicas quase exclusivamente como *outputs* do sistema político, o que justificava o fato da atenção dos investigadores ter se concentrado inicialmente nos *inputs*, isto é, nas demandas e articulações de interesses para sua elaboração. Em um segundo momento, a partir da década de 1950, passou-se à consideração das próprias políticas públicas como unidade de análise, o que gradualmente conferiu destaque aos distintos atores, estatais e não estatais, usualmente envolvidos (FARIA, 2003).

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Para Rua (1997), as políticas públicas envolvem atividade política. Política, para a autora, mais que a simples resolução de conflitos, refere-se às relações de poder produtoras de procedimentos formais e informais para a gestão pacífica dos bens públicos. As políticas públicas, segundo Rua (1997), resultam do processamento, pelo sistema político, de *inputs* ambientais e *withinputs* (demandas do próprio sistema político), sendo que tanto os *inputs* como os *withinputs* expressam demandas (serviços, participação) ou suporte (regulamentos, tributos). Dye (2009, p. 1) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”.

Essas definições, centradas prioritariamente na tomada de decisão governamental, cederam gradualmente lugar a outras perspectivas, em que novos atores políticos

(ARRETCHE, 1996; MILANI, 2008), arranjos institucionais (FARAH, 2001), redes¹⁹ (MARQUES, 2006; STONE, 2008, HECLO, 2008), e arenas²⁰ (LOWI, 1964) ganham notoriedade.

A ciência política apresenta diferentes abordagens no que se refere ao estudo das políticas públicas. Uma delas, clássica, questiona qual seria a ordem política correta, o que seria um bom governo, e qual o melhor Estado para atender a sociedade. Outra se refere às forças políticas envolvidas no processo decisório. Ainda, pode-se interessar pelos resultados produzidos por determinado sistema político, que consiste na avaliação das estratégias selecionadas para a resolução dos problemas (FREY, 1999).

Apesar da possibilidade de modificações no processo de elaboração das políticas, presente tanto na concepção de Heclo como de Lowi, os processos político-administrativos de resolução de problemas têm caráter dinâmico, por isso, o *policy cycle* subdivide o agir público em fases parciais e seqüenciais. Segundo Howlett e Ramesh (1995) são cinco os estágios do *policy cycle*, a definição da agenda, a formulação da política, a tomada de decisão, a implementação, e a avaliação, assim definidos:

- Definição da agenda: decide se um tema deve ser inserido na pauta política atual ou se o tema deve ser excluído ou adiado para uma data posterior. Segundo Frey (1999), neste estágio é pelo menos conveniente o envolvimento dos relevantes atores políticos.
- Formulação da política: consiste no processo de definição, consideração e aceitação ou rejeição de opções pelos formuladores. Para Frey (1999, p.13), em regra geral, a instância de decisão responsável decide sobre um “programa de compromisso” negociado já anteriormente entre os atores políticos mais relevantes, e decisões “verdadeiras” sobre várias alternativas de ação são raras exceções.
- Tomada de decisão: refere-se à escolha entre as alternativas geradas durante o estágio de formulação em face aos seus efeitos sobre os problemas estimados. Esta tomada de decisão não é apenas um processo técnico, mas político, pois as decisões criarão “vencedores” e “perdedores”, ao manterem ou modificarem o *status quo*. São modelos de tomada de decisão: o modelo racional, que lista todas as alternativas estratégicas e conseqüências significantes para a escolha dos meios mais eficientes e menos onerosos para atingir os objetivos políticos; o modelo incremental, para o qual as

¹⁹ *Policy networks* seriam redes sociais suficientemente regulares para o surgimento e manutenção de valores comuns e confiança, baseada na distribuição de papéis organizacionais, para a implementação de determinada política (HECLO, 1978).

²⁰ A *policy arena* parte do pressuposto de que os custos e ganhos que as pessoas esperam de medidas políticas tornam-se decisivos para a configuração do processo político (LOWI, 1964).

decisões muitas vezes são tomadas representando o que é politicamente factível ao invés do que é desejável, devido a limitações de análise às alternativas e conseqüências conhecidas, ou de custos de reformulação ou revisão; o modelo lata de lixo (*garbage can*), que sugere que tomadas de decisão ótimas consistiriam de uma busca rápida de alternativas, adotando-se aquela que se mostra mais promissora.

- Implementação: é o estágio pelo qual programas e políticas são realizados, o que denota a transposição dos planos em prática. Frey (1999) salienta que freqüentemente os resultados e impactos reais de certas políticas não correspondem aos impactos projetados na fase da sua formulação, os chamados “déficits de implementação”, que podem ter causas diversas.
- Avaliação: processo de descoberta sobre uma política pública em ação, os meios empregados e os objetivos perseguidos e alcançados. Caso os objetivos tenham sido alcançados, pode-se levar ou à suspensão ou ao fim do “*policy cycle*”, ou no caso contrário, à iniciação de um novo “*policy cycle*”, ou seja, a uma nova fase de percepção e definição e à elaboração de um novo programa político ou à modificação do programa anterior.

Na prática, afirma Frey (1999), os atores político-administrativos dificilmente se atêm a essa sequência de passos do modelo de *policy cycle*, especialmente os programas políticos mais complexos que se baseiam em processos de reações mútuas e interações permanentes. Tal fato não indica necessariamente que o modelo seja inadequado para a explicação destes processos, mas sublinha o seu caráter de tipo idealizador enquanto instrumento de análise.

Apesar do amplo debate acerca das políticas públicas, no Brasil os estudos sobre políticas públicas vêm sendo realizados apenas recentemente, principalmente após a redemocratização (SOUZA, 2006; FARIA, 2003, 2005; PAIVA, 2010). Segundo Frey (1999, p.26), os estudos brasileiros foram predominantemente embasados em teorizações elaboradas em países desenvolvidos, e precisam ser ajustados às particularidades das democracias recentes da América Latina, marcadas pela “multiplicidade, volatilidade e inconstância dos arranjos institucionais e dos processos políticos”. Se o estudo das políticas públicas no Brasil é recente, a política de turismo, apesar de vir ganhando espaço na agenda governamental nos últimos anos, tem também seus processos e repercussões ainda pouco conhecidos.

O desenvolvimento do turismo na América Latina desde o início do século XX foi gradual e intermitente, mas a partir da década de 1990 alcançou uma grande expansão. O

crescimento massivo do turismo e do envolvimento dos governos fez crescer não apenas as expectativas quanto ao crescimento da atividade turística na América Latina, como para muitos países em todo o mundo o turismo está convertendo-se em uma alternativa para o desenvolvimento econômico e social (ANSARAH, 2001).

Conseqüentemente, desde a década de 1970, a política pública de turismo tornou-se alvo de muitos governos dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. E mais recentemente, os processos de globalização das economias, de internacionalização dos mercados financeiros, de crescimento maciço das corporações multinacionais, de reestruturação econômica, os danos ambientais, e, mais recentemente, o terrorismo têm coletivamente afetado a decisão e ação do setor público no que diz respeito ao turismo.

A política e as políticas públicas são aspectos extremamente importantes para o turismo por seu papel na regulação da indústria e da prática do turismo. A análise da política de turismo tende a ser tradicionalmente focada na tomada de decisão em nível federal (RICHTER, 1983; 1989; HALL; JENKINS, 2004), no entanto, a política de turismo alinha-se cada vez mais com estratégias de comercialização e promoção no nível regional, enquanto os papéis do governo municipal e das organizações internacionais estão apenas começando a ser reconhecidos e avaliados (HALL; JENKINS, 2004).

Muitas são as discussões que tentam lançar as bases para o entendimento da política de turismo, principalmente a partir da década de 1950, em função da amplitude econômica e social do fenômeno em vários países do mundo. Geralmente, a política de turismo é considerada uma área da política econômica (MIR, 2000), “desenhada para atingir objetivos específicos relevantes ao turismo estabelecido nos níveis municipal, estadual ou federal” (GEE; FAYOS -SOLÁ, 1997, p. 390).

De acordo com French-Davis, Leiva e Madrid (1993, p. 24), são três as principais razões econômicas para esta tendência, "os governos estão interessados em reduzir a dependência de empresas públicas sobre os orçamentos públicos, na redução da dívida pública com a venda de bens do Estado, e no aumento da eficiência técnica pela comercialização". No entanto, as razões econômicas estão envoltas em racionalidades políticas que dizem respeito a perspectivas filosóficas mais amplas, e que foram frequentemente associadas com a "nova direita", rotulada em vários países foram como "Reaganismo", nos Estados Unidos ou "Thatcherismo"²¹, no Reino Unido.

²¹ Termos usados para descrever a política econômica dos governos dos Estados Unidos presidido por Ronald Reagan e da Inglaterra sob a presidência de Margareth Thatcher durante os anos oitenta, baseada nas teorias

Mas outras visões também são encontradas. Stock sugere um motivo político, além do econômico, para o desenho da política de turismo em Israel (ELLIOTT, 1997, p. 56):

[Em Israel] a elaboração das políticas baseia-se nos valores das partes interessadas em desenvolvê-la, e, desta perspectiva, a política (policy) é uma expressão do que se acredita ser certo por aqueles no governo. Assim, a política de turismo de governos marxistas, como os da China, Coreia do Norte, Cuba e Vietnã, ocasionou que os visitantes estrangeiros foram inicialmente fortemente controlados, uma vez que alguns líderes do Partido Comunista [sentiram] que o turismo de estilo ocidental poderia introduzir a poluição moral”.

Uma visão cada vez mais importante é aquela que defende que as comunidades ou redes políticas possuem uma participação importante no levantamento de questões e no processo de formulação de políticas. Assim, alguns autores enfatizam que a elaboração de políticas é um processo humano, em vez de um processo científico racional. Como defendem Stevenson, Airey e Miller (2008, p. 744), a “política de turismo é essencialmente sobre a comunicação”.

Para Hall (2000, p.10), a formulação de políticas de turismo envolve escolhas e “é acima de tudo uma atividade política, influenciada pela situação econômica, características sociais e culturais, pelas estruturas formais de governo e outras características do sistema político local”. De modo semelhante, para Dredge e Jenkins (2003, p. 10) “política envolve a consideração do debate político sobre qual é a agenda, quais são os problemas, que será envolvido ou afetado, e os cursos alternativos de ação para resolver os problemas”. Hall e Jenkins (2004, p. 529) definem a política de turismo como “a ação, inação, decisões e não-decisões dos governos”, o que implica em uma escolha deliberada entre alternativas.

Outras definições tentam estender para além do governo o *policy cycle* e incluir as “organizações turísticas (órgãos nacionais de turismo, escritórios de informação, associações de consumidores), a indústria do turismo (hotéis, restaurantes, operadores turísticos, agências de viagens), e até mesmo grupos de pressão nos processos de formulação de políticas” (VAN DOORN, 1982, p. 155).

Alguns autores tentam tecer definições holísticas, na tentativa de incorporar as possíveis dimensões da política de turismo, como em Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002, p.294) e Beni (2001, p. 177):

“um conjunto de regulamentações, regras, diretrizes e estratégias de desenvolvimento e promoção que fornece uma estrutura na qual são tomadas as decisões coletivas e individuais que afetam diretamente o desenvolvimento turístico e as atividades dentro de uma destinação.”

“a política de turismo é a espinha dorsal do “formular” (planejamento), do “pensar” (plano), do “fazer” (projetos, programas), do “executar” (preservação, conservação, utilização e ressignificação dos patrimônios natural e cultural e sua sustentabilidade), do “reprogramar” (estratégia) e do “fomentar” (investimentos e vendas) o desenvolvimento turístico de um país ou de uma região e seus produtos finais”.

Essas diferentes concepções da política de turismo refletem as influências de uma multiplicidade de diferentes perspectivas, conceituações e metodologias em políticas públicas. Stevenson, Airey, Miller (2008), em sua revisão de literatura, argumentam que alguns pesquisadores acreditam que as abordagens dominantes são desenvolvidas a partir do paradigma racional. Eles consideram que essas abordagens são reducionistas e produzem uma descrição que ignora a dinâmica do ambiente, e que não possuem as ferramentas analíticas para investigar o contexto. Outros, por sua vez, usam teorias mais amplas para concentrar a atenção sobre o meio ambiente, a interação entre as diferentes iniciativas, as redes e as comunicações entre as pessoas envolvidas no processo de elaboração das políticas de turismo. Estas abordagens englobam debates sobre o contexto social em que as políticas são feitas e examinam as relações entre os aspectos contextuais, em vez de técnicas e métodos detalhados envolvidos na preparação de um plano.

Abordagens institucionais são desenvolvidas a partir da percepção de que a política pública é feita no interior de instituições políticas, que estruturam e restringem sua natureza e dimensões. Análises institucionais foram usadas, segundo Stevenson, Airey, Miller (2008), por investigadores que chamam atenção para as regras formais e tradições, descobrindo diferentes convenções e procedimentos. Destacam as complexas características do processo de formulação de políticas e chamam atenção para a contribuição da literatura institucionalista no desenvolvimento de teorias ao questionar o pensamento racional determinista, ou seja, a ideia de que as organizações desenvolvam e implementem políticas para minimizar os custos e otimizar retornos, e o pensamento normativo, pelo qual as políticas são desenvolvidas e depois aplicadas. No entanto, de acordo com os autores, a análise institucional tem sido criticada por desvalorizar os processos políticos e sociais.

Já a abordagem pluralista reflete a preocupação de que algumas pesquisas são muito racionais e não são aplicáveis ao mundo real. Destacam a "pluralidade de grupos de interesses e a natureza política do ajuste dos objetivos e da implementação às características da política (STEVENSON; AIREY; MILLER, 2008). Por sua vez, a abordagem de redes foca as "comunidades políticas" compostas de pessoas que interagem dentro de redes. Reconhece que a política surge como resultado de padrões informais de associação, considerando a dinâmica

de relações complexas entre as pessoas envolvidas. A teoria das redes contribui para explicar a complexidade da arena política e sua natureza multi-dimensional. No entanto, há críticos que alegam que essas precisam ser associadas a outros fatores, tais como interesses, ideias e instituições para determinar como as redes funcionam (STEVENSON, AIREY, MILLER, 2008).

Na visão neo-marxista do Estado, a chave para entender as políticas públicas é reconhecer que a classe capitalista goza de certas vantagens estruturais (HALL, JENKINS, 2004). Estas vantagens derivam do fato de que as decisões estruturantes do sistema, o que deve ser produzido e como serão distribuídos os recursos, são feitas em grande medida pelas empresas. Essa perspectiva tem sido extremamente destacada para a valorização da economia do turismo e da avaliação do papel do Estado sobre o setor.

Empiricamente, Fayos-Sola (1996) observa que as políticas de turismo vêm sofrendo uma mudança de direção de âmbito mundial, deixando a orientação para a pura promoção do turismo e voltando-se para o desenvolvimento de produtos diversos com o objetivo de manter a competitividade.

Uma primeira geração de políticas de turismo, que abrange as décadas de 1930 e 40, a era fordista do turismo, é caracterizada pelo objetivo, implícito ou explícito, de estimular o turismo de massa a partir de um ponto de vista quantitativo. Na segunda geração, os impactos sociais, econômicos e ambientais da atividade turística são melhor compreendidos, e os instrumentos jurídicos, econômicos e financeiros são utilizados na tentativa de redefinir o objetivo de aumentar a contribuição do turismo para o bem-estar dos residentes. A competitividade da terceira geração de políticas de turismo tornou-se foco das estratégias do turismo, e o objetivo das políticas de turismo se volta para a criação e manutenção de uma estrutura turística competitiva.

Fayos-Sola (1996) sintetiza suas observações acerca das variações das públicas de turismo ao longo dos anos conforme abaixo.

Figura 3.1i Fases das políticas públicas de turismo mundiais (Europa e América do Norte)

Turismo fordista	Turismo responsável	Turismo competitivo
1930-45	1970	1980 ...

Fonte: Elaborado a partir de Fayos-Sola (1996)

Essa mudança de orientação dos governos deveu-se, segundo o autor, à mudança na própria natureza do setor turístico, seu afastamento do turismo de massa para uma maior

segmentação de mercado, ao uso de novas tecnologias, à diferenciação de produtos e adoção de novos estilos de gestão, que exigiram dos governos mudanças na substância das políticas de turismo. O processo de globalização que fortaleceu o neoliberalismo econômico e reduziu o peso do Estado, promovendo a ação privada e a redução da despesa pública, gerou novas relações público-privadas que transformaram substancialmente a gestão do turismo e deu lugar ao modelo pós-fordista de turismo²² (OWEN, 1992; FAYOS-SOLA, 1996; SCOTT, 2011). Assim, Hall (2010) afirma que o modelo de política de turismo emergente nas últimas décadas do século XX, corporativista, enfatiza a eficiência, rentabilidade dos investimentos, o papel do mercado e a relação entre os atores envolvidos. Organizações de turismo nacionais reduzem suas funções de planejamento em favor da comercialização e promoção. A centralização estatal é abandonada para permitir uma maior participação das esferas estadual e municipal, das associações profissionais, bem como de redes e parcerias entre as partes interessadas. O turismo como uma "força social" do Estado intervencionista dá lugar a "indústria" da gestão, que estrutura a atividade com base em critérios econômicos.

Neste sentido, o novo papel do Estado gera um dilema político, "por um lado menos interferência do governo no mercado, enquanto que por outro lado os grupos envolvidos esperam que o governo desenvolva políticas que favoreçam a esses grupos econômicos, incluindo a manutenção dos fundos governamentais para a promoção do desenvolvimento" (HALL, 2010, p.10). Tomando esse cenário como referência, Fayos-Solá (2004) afirma a existência de uma "nova política de turismo" na era da globalização, que visa principalmente o posicionamento de destinos turísticos e a qualidade e eficiência turística, salientando o papel decisivo das autoridades regionais e supranacionais, em detrimento dos poderes dos governos nacionais.

Esta mudança de paradigma não só transforma a política de turismo dos governos, mas também a análise acadêmica do fenômeno. Neste sentido, é interessante observar o caminho que tomou o papel dos governos, que em menos de vinte anos deixou de exaltar o papel a ser desempenhado pelo Estado, tal como recomendado pela Organização Mundial do Turismo nos seus relatórios dos anos oitenta, para dar por minimizada a intervenção do Estado na área. No final do século XX, de acordo com a filosofia neoliberal, a Organização Mundial do Comércio - OMC afirmava que a política do turismo devia limitar-se a garantir as condições de concorrência no mercado de turismo, e quando não houver concorrência, a oferecer

²² O turismo pós-fordista se caracteriza pela constante inovação e forte competição, que permitiram aumentar o peso da demanda. Supõe uma reação dos consumidores contra a oferta homogênea característica do turismo fordista ou de massa.

determinados ativos não rentáveis para o setor privado ou impor impostos, subsídios e regulamentos. O Estado tem iniciativa pública sempre e quando o mercado for manifestamente incapaz (OMT, 1998).

A política de turismo, de modo geral, apresenta considerável interdependência com as estruturas internas e as relações econômicas e políticas internacionais (GOUREVITCH, 2011). O setor turístico não escapa, e tem vinculações profundas, desde sua origem, com os processos de produção e acumulação do capitalismo e, por isso, as formas de organização da atividade produtiva nacional, assim como os dilemas do trabalho e renda, conservam semelhanças com o setor turístico (SCHENKEL, GARCIA, 2015).

Por essas razões, os objetivos das políticas de turismo são diversos, e variaram ao longo do tempo. Além disso, cada uma das perspectivas acerca da política de turismo enfatiza diferentes objetivos, o que dificulta o estabelecimento de qual seria a “essência” da política de turismo. Cada um desses objetivos está relacionado com, ou enfatiza, um papel funcional dos governos, ora de coordenação, planejamento, legislação, apoio ao empreendedorismo, estímulo, promoção ou proteção do interesse público (HALL, 2000).

De modo geral, a visão dominante quanto a política de turismo a entende como uma área da política econômica (MIR, 2000). Esta visão parte da premissa de que os governos estão interessados no turismo, explícita ou implicitamente, principalmente devido à magnitude de seus benefícios econômicos e impactos sociais. Alinhando-se a essa visão, nos países latino-americanos o turismo costuma ser tratado como um instrumento para o desenvolvimento (HALL, 2000). Neste sentido, as políticas versam sobre a criação de empregos; os efeitos do turismo sobre outros setores, como a agricultura e o comércio; a criação de oportunidades para jovens e mulheres; a abertura de pequenos negócios locais; a melhoria da qualidade de vida; a educação e capacitação profissional (SCOTT, 2011).

Contudo, alerta Burns (1999), nos países menos desenvolvidos a estratégia prioritária para o turismo costuma ser o desenvolvimento econômico, ao passo que em países desenvolvidos o turismo é tido como uma alternativa de enriquecimento social.

Scott (2011, p.14-17), em sua revisão de literatura²³, buscou identificar os objetivos das políticas públicas de turismo e a atuação dos governos em várias partes do mundo. Como resultado identificou os seguintes objetivos e papéis dos governos:

- a) Desenvolvimento econômico: Gerar receitas estrangeiras; auxiliar na balança de pagamentos; proporcionar emprego a nível nacional; melhorar economia regional / local; criar consciência sobre o país; proporcionar emprego a nível regional / localmente.

²³ Foram analisados 391 artigos.

- a. *Papel do governo*: Pesquisa e divulgação de informações sobre tendências futuras do mercado; fortalecimento da imagem do destino; garantir acesso efetivo ao mercado e prestação de consultoria e apoio aos negócios.
- b) Competitividade: Garantir a viabilidade e a competitividade dos destinos turísticos e das empresas, de modo que eles sejam capazes de continuar a prosperar e entregar benefícios a longo prazo.
- b. *Papel do governo*: Sistemas de qualidade e de classificação obrigatórios poderiam tornar-se voluntários e ser colocados nas mãos do setor privado ou terceiro setor.
- c) Prosperidade local: Maximizar a contribuição do turismo para a prosperidade do destino receptor, incluindo a proporção de gastos por visitante retida localmente; reduzir as fugas da economia local, através da utilização de mão de obra local e produtos locais no setor do turismo; reforçar as ligações entre o turismo e outras atividades locais, como a agricultura; incentivos para as empresas trabalharem em redes.
- c. *Papel do governo*: Criação de empregos em turismo; contribuição para o desenvolvimento de infraestrutura.
- d) Qualidade do emprego: Reforçar o número e a qualidade dos postos de trabalho locais criados e apoiados pelo turismo, incluindo o nível de remuneração, condições de serviço e disponibilidade para todos, sem discriminação por gênero, raça, deficiência ou de outras formas.
- d. *Papel do governo*: Fortalecer as atividades que garantem empregos de tempo inteiro e durante todo o ano, para incentivar a formação e oportunidades de progressão na carreira.
- e) Equidade social: Buscar ampla distribuição de benefícios econômicos e sociais do turismo em toda a comunidade receptora, incluindo a melhoria de oportunidades, renda e serviços disponíveis para os pobres, o que inclui uma análise da governança.
- e. *Papel do governo*: Canalizar gastos e renda para as pessoas desfavorecidas e os pobres; ajudar os pobres a participarem da oferta turística e apoiar a constituição de empresas dentro de comunidades pobres; estímulo ao turismo social.
- f) Atendimento ao visitante: Proporcionar uma experiência segura, satisfatória e gratificante para todos os visitantes, sem discriminação por sexo, raça, deficiência ou de outras formas.
- f. *Papel do governo*: Proporcionar às pessoas, incluindo a população nacional, uma experiência de viagem de qualidade, lúdica e educativa; promover o turismo como um fim em si mesmo, isto é, um direito disponível a todos sem discriminação; incentivar o turismo social para grupos de baixa renda.
- g) Controle local: Envolver e capacitar as comunidades locais no planejamento e na tomada de decisões sobre a gestão e o desenvolvimento futuro do turismo em sua área, consultando outras partes interessadas.
- g. *Papel do governo*: Garantir boa informação e empoderamento para tomar decisões sobre o desenvolvimento do turismo que possa afetar seu futuro.
- h) Bem-estar da comunidade: Manter e reforçar a qualidade de vida das comunidades locais, incluindo as estruturas sociais e acesso a recursos, serviços e sistemas de suporte de vida, evitando qualquer forma de degradação social ou exploração.
- h. *Papel do governo*: Realizar um planejamento cuidadoso para garantir que a comunidade local não sofra com o turismo, como através do congestionamento do tráfego, barulho, comportamento desrespeitoso, e a competição por recursos vitais, como a água.
- i) Riqueza cultural: Respeitar e valorizar o patrimônio histórico, cultura autêntica, tradições e distintividade das comunidades de acolhimento.

- i. *Papel do governo*: Apoiar a conservação da cultural; os sítios de patrimônio e tradições históricos, controlando o desenvolvimento do turismo e o comportamento do visitante para garantir que a riqueza cultural e a autenticidade não sejam perdidas.
- j) Integridade física: Evitar a degradação física e visual do ambiente para manter e melhorar a qualidade das paisagens urbanas e rurais.
- j. *Papel do governo*: implantação e design de novas estruturas de todos os tipos, e boa manutenção de espaços abertos, e a redução de lixo.
- k) Diversidade Biológica: Apoiar a conservação de áreas naturais, habitats e vida selvagem, e minimizar os danos as áreas protegidas.
- k. *Papel do governo*: Gestão para a conservação e para a manutenção do turismo enquanto atividade geradora de renda para a conservação.
- l) Eficiência de Recursos: Minimizar o uso de recursos escassos e não renováveis no desenvolvimento e operação de instalações e serviços turísticos.
- l. *Papel do governo*: Encorajar formas de turismo e gestão de sistemas que são eficientes, promovendo fontes de energia alternativas e incentivando a redução, reutilização e reciclagem.
- m) Pureza ambiental: Minimizar a poluição do ar, água e terra e a geração de resíduos por empresas de turismo e visitantes.
- m. *Papel do governo*: Promoção de formas menos poluentes de transporte e minimizar e controlar as descargas de esgoto em ambientes sensíveis.
- n) Sustentabilidade: Proteção do meio ambiente e dos sistemas sociais e culturais.
- n. *Papel do governo*: Investimentos diretos ou indiretos no desenvolvimento do turismo e de estratégias para a gestão ambiental.
- o) Política internacional de boa vontade e paz: Busca da paz
- o. *Papel do governo*: Boa vontade internacional.

Vale notar, contudo, que o turismo, por sua natureza complexa, em que se inter-relacionam fatores econômicos, políticos, sociais e ambientais caracteriza-se por ser um fenômeno, e um campo de estudo e de intervenção, multidisciplinar. Por isso não surpreende a diversidade, e até divergência, de concepções e, conseqüentemente, políticas de turismo. Além disso, as mudanças radicais por que passou o papel do Estado nos últimos trinta anos se refletiram nas formas de intervenção deste Estado e impactaram as formas e funções da política turística, as quais variam a depender de uma série de fatores, como a estrutura econômica e social nacional, a estrutura do setor turístico, a capacidade de intervenção do Estado, a posição político-ideológica do partido governista, dentre outros.

Devido a essa diversidade de expectativas quanto a política de turismo, e até mesmo pela juventude desse campo de investigação, o estudo da política pública e do turismo carece de uma linha teórica consistente e de uma perspectiva comparativa mais ampla (HALL, JENKINS, 2004). O que não surpreende tendo em vista que, globalmente, a pesquisa acadêmica em turismo não havia se difundido até os anos 1990, e ainda há pouca análise em profundidade das políticas de turismo em muitos países. Há poucos pesquisadores no tema e

uma ausência relativa de grupos de pesquisa formais, que analisem explicitamente a política de turismo, como há em outras áreas. Por essas razões, procurou-se reconstituir historicamente a trajetória das políticas de turismo nos países objeto deste estudo, para que, ao final, seja possível realizar a comparação entre os percursos e as características da política de turismo e da educação em turismo nessas nações.

3.1.1 Políticas públicas de turismo na Argentina

a) 1880-1929 - Coesão e modernização

O período que se estende de 1880 a 1929 é marcado pelos objetivos de coesão nacional pós-independência e pelo intuito de modernização, representada pela urbanização e integração ao mercado mundial. Complementarmente ao desenvolvimento industrial das sociedades capitalistas centrais, a Argentina integra-se à economia mundial por volta de 1880, como exportadora de produtos agropecuários. Essa produção deu origem ao primeiro ciclo de acumulação no país, que resultou numa acelerada modernização. Este processo se desenvolveu na Argentina até 1930, quando uma crise global iria demonstrar os limites do modelo dependentista²⁴.

O liberalismo e a especialização produtiva compunham a ideologia econômica dominante, mas esse liberalismo não implicava a ausência do Estado. Pelo contrário, ele desempenhou um papel importante no processo de modernização, ocupando o território, desarmando resistências e unificando a legislação básica, a educação e a moeda. Também interveio na economia através de medidas fiscais e aduaneiras que promoveram o desenvolvimento da infraestrutura necessária para uma produção orientada para o mercado mundial, disciplinou o mercado de trabalho e, ainda, desenvolveu políticas populacionais e de contratação de empréstimos (PIGLIA, 2008).

O turismo como uma preocupação pública surgiu nas primeiras décadas do século XX através de dispositivos discursivos provenientes da economia política e por ação prática de organizações civis, como o citado Touring Club Argentino e o Automóvel Clube Argentino que associavam o turismo, o automobilismo e expansão da rede rodoviária em seus objetivos.

²⁴ Formulação teórica desenvolvida por intelectuais como Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Vania Bambirra, que consiste em uma leitura crítica dos de reprodução processos do subdesenvolvimento na periferia do capitalismo mundial (SANTOS, 1998).

Além disso, essas entidades reivindicavam a intervenção do Estado para a criação de um organismo oficial do turismo, que irá ocorrer pela primeira vez em 1938.

O turismo representou um instrumento de civilização que contribuía eficazmente para a transformação da Argentina de um país rural em uma nação urbana moderna, e, aliado à expansão da rede de estradas e obras públicas, se constituía em um símbolo de ação e progresso. Para esse processo contribuiu o Touring Club Argentino, que desde 1907 pressionava pela consideração do turismo como tema público nacional e desenvolvia ações como o primeiro Congresso Sul-Americano de Turismo, em 1928, na cidade de Buenos Aires, contando com financiamento parcial do pelo Estado.

A partir dos anos 1920, o turismo foi incorporado pelo Estado como uma prática de lazer de massa. Foi-lhe atribuído uma dupla função, desprovincializar os habitantes do interior, para apagar os vestígios de regionalismos; e construir uma identidade nacional. A expansão do turismo começou durante os anos da Primeira Guerra Mundial, mas a década de vinte foi mais determinante devido à consolidação da classe média e à disseminação do automóvel.

Os primeiros destinos foram Mar del Plata, no litoral, e as serras de Córdoba. Também surgiram novos locais turísticos, como os balneários de segundas residências na costa norte da província de Buenos Aires com um público predominante de classe média (BERTONCELLO, 2006; BRUNO, 2015), e novas formas de praticar o turismo, tais como o acampamento e as rotas turísticas de inverno pelo noroeste da Argentina (PIGLIA, 2008). Este turismo de classe média continuou a crescer nos anos quarenta, cinquenta e sessenta, e a eles se somou, a partir do primeiro governo de Juan D. Peron (1945- 1955), o turismo de classe média-baixa e trabalhadora (PIGLIA, 2008).

b) 1930-1944 - Nacionalismo

De 1940 a 1944 os objetivos modernizadores perdem força em função do enfraquecimento do crescimento econômico, e a proteção da indústria nacional divide a cena com políticas de extensão de direitos trabalhistas. Com a crise de 1929, os princípios que até então tinham regido o comércio mundial e que moldaram o desenvolvimento da Argentina são derrubados por uma onda protecionista instalada nos países centrais. O encerramento do ciclo econômico forçava uma redefinição. A Argentina optou pela industrialização de substituição de importações que iria crescer sob a proteção do Estado.

No início dos anos 1930, a opinião pública argentina já entendia o turismo como uma indústria capaz de reforçar a unidade nacional e trazer progresso e civilização às regiões em atraso, o que se nota observando-se os números especiais publicados pela revista *El Hogar* celebrando o "despertar do turismo" pelo qual "o povo argentino" estava "no caminho para descobrir o país Argentina" (Novembro de 1931, p. 3, *apud* PIGLIA, 2007). Nessas edições eram oferecidas informações sobre locais turísticos, se instruía sobre as práticas recreativas modernas, como o turismo em automóvel, e se associava o turismo a um ato patriótico: "Conheça sua terra natal: viaje!" (Novembro de 1931, p. 26, *apud* PIGLIA, 2007).

O papel civilizador e nacionalista atribuído ao turismo registrou um salto qualitativo nos anos da década de 30. Manuel Alvarado, Ministro das Obras Públicas da Nação, enfatizou a dimensão ufanista do turismo e levantou a necessidade de uma ação positiva do Estado nesta área:

"muitas vezes nos queixamos da 'ignorância estrangeira' sobre a posição da Argentina entre as nações civilizadas. Era mais lógico começar por lamentar a falta de conhecimento que nós filhos do país temos da maravilhosa terra em que vivemos. (...) Temos que reagir contra essa tendência, propalar as vantagens do turismo interno, promover o seu desenvolvimento para todos os meios práticos e eficazes e criar, se necessário, um departamento especial para ser responsável de organizá-lo com a prontidão necessária" (El Hogar, novembro 1933, p. 5 *apud* PIGLIA, 2007).

As alterações legislativas como o Sábado Inglês²⁵, a jornada de trabalho de oito horas diárias e as férias pagas obrigatórias, que foram sancionados pela primeira vez em 1934, favoreceram o desenvolvimento do turismo nos setores médios, incentivando um processo que o peronismo estenderia aos trabalhadores. Mas a mudança fundamental desta década é a institucionalização lenta e crescente do turismo como política pública e da ação do Estado em seu desenvolvimento. Neste sentido, podem-se citar a expansão da rede rodoviária e da infraestrutura urbana, que foram empreendidas para o desenvolvimento do turismo em cidades como Mar del Plata. Segundo Piglia (2007), a Lei 12.699 de 1939 foi a primeira lei de fomento ao turismo da Argentina, e concedia crédito para construção de hotéis e compra de mobiliário em La Rioja, Catamarca, San Luis e Santiago del Estero. Já a lei 12.103 de 1934, da Direção Geral de Parques Nacionais, no âmbito do Ministério da Agricultura, trazia o lema: "Conhecer o país é um dever".

O crescente interesse pelo turismo se devia a uma combinação de vários fatores: a) a expansão da atividade; b) o acesso de novos setores sociais, em resposta à extensão de benefícios trabalhistas, à difusão do automóvel, à melhoria das estradas e aos efeitos ainda

²⁵ Refere-se ao descanso a partir de 12 horas no sábado. É uma referência à legislação inglesa.

limitados das ações voltadas ao desenvolvimento do turismo; c) a falta de integração do território; d) o desenvolvimento desigual da costa e do interior; e e) a crise econômica global que limitou as viagens da elite para o exterior (PIGLIA, 2012). Assim, entre 1930 e 1944 na Argentina são criados muitos órgãos governamentais específicos para o setor e começam as primeiras práticas de turismo social. Além disso, vários Congressos passam a discutir o turismo como alternativa de avanço e melhoria para o país.

O estímulo do Estado ao turismo, adotado na década de trinta em nível nacional e em algumas províncias, concentrou-se em uma série de obras públicas para dotar de estradas, instalações e atrações diversos destinos turísticos. Muitas dessas ações confiavam que quase todo espaço poderia tornar-se um destino turístico se fosse dotado de acesso, hospedagem e algum interesse natural ou histórico. A construção de estradas pavimentadas para as cidades de Córdoba e Mendoza, ainda que não predominantemente turísticas, impulsionou o turismo em automóvel. Outras estradas nacionais construídas um pouco mais tarde, como a estrada até Mar del Plata e estradas internas nos Parques Nacionais de Nahuel Huapi e Iguazú respondiam principalmente à finalidade turística.

A rota para Mar del Plata, rica em atrações visuais, teve um elevado potencial simbólico e serviu como suporte para os discursos sobre a prosperidade nacional. Segundo o Departamento de Estradas, a rota permitiria que "os cidadãos de todas as classes sociais encontrassem no mar o descanso indispensável", a estrada era um sinal da vontade do Estado em fornecer "os meios não só para o trabalho, mas também para o lazer" (Memória DNV 1937, 1938, p. 11 *apud* PIGLIA, 2007).

Construídas as estradas de acesso para as atrações turísticas, o alojamento começou a ser uma questão importante para o Estado em finais da década de 1930. Inicialmente sob a Direção de Parques Nacionais, o Estado começou a se preocupar com a regulação da qualidade e do preço da indústria hoteleira existente e a promover a construção de novos hotéis através de operações de crédito. Contudo, em 1937 optou-se por assumir de modo direto a construção de alojamentos como medida essencial para promover o turismo²⁶. Em terceiro lugar, como mostrou Ballent, o Estado interveio na produção de atrações turísticas. O trabalho da Comissão Nacional de Museus, Monumentos e Sítios ajudou na reconstrução da Casa Histórica de Tucumán (1934) e na restauração das missões jesuíticas de San Ignacio (1941-1943) (BALLENT, não publicado *apud* PIGLIA, 2007).

²⁶ Esta política teve antecedentes nos países vizinhos, como o Uruguai e no Chile (PIGLIA, 2012).

Desde as últimas décadas do século XIX, uma série de discursos científicos, literários e políticos ancoraram a identidade nacional da Argentina nas belezas e riquezas naturais do território. Assim, "ocorreu uma ação decisiva por parte do Estado, com base no objetivo de integrar a indústria do lazer e do turismo na tarefa de exploração do território nacional", começando com os parques nacionais (NASH, 2002, p. 170 *apud* PUGLIA, 2012). Assim, em 1934 a Comissão de Parques Nacionais foi constituída sob a presidência do engenheiro e cientista Angel Gallardo, que estava incumbido de redigir o projeto de lei de Parques Nacionais, promulgada no mesmo ano. A Direção Nacional de Parques recém-criada respondeu a uma dupla influência, de um lado, pelos parques americanos que combinavam a conservação da natureza com uma exploração moderada e regulamentada pelo Estado (através do turismo, exploração florestal), de outro, pelo modelo europeu de turismo, que influenciava na seleção das áreas a serem protegidas, exploradas e transformadas em atrações turísticas.

A este respeito, o impulso dado ao Parque Nahuel Huapi excedeu em muito os esforços destinados ao Parque Nacional do Iguazu, já que se julgou que o potencial econômico do Sul (Nahuel Huapi) era maior que o da floresta tropical (Iguazu) por sua semelhança com a paisagem e o turismo europeu.

"Nahuel Huapi poderia tornar-se, ao contrário, em uma estância de férias e turismo de esportes de Inverno, ao estilo das aldeias alpinas, capaz de sustentar a população e levar a um amplo desenvolvimento econômico" (Memory DPN 1937, 1938, p. 81 *apud* PUGLIA, 2007).

Para Bustillo, diretor do projeto, o turismo era a chave para realizar simultaneamente ambos os objetivos de desenvolvimento e nacionalização, a partir da transformação da região em um centro de turismo de elite nacional e internacional que poderia, em seguida, levar a um desenvolvimento turístico mais amplo. Para ele, o turismo permitiria o contato da elite argentina com paisagens nacionais emblemáticas, produzindo um sentimento de vínculo e pertencimento. Esse mesmo efeito era atingível, em certa medida, pela própria difusão entre a população das imagens nacionais, nos jornais, nas revistas e exposições de fotografias e filmes que se tornaram frequentes na década de trinta (SILVESTRI, 1999).

Assim, a Direção de Parques Nacionais foi o primeiro ensaio de uma política turística sistemática e coerente e se baseava em um modelo de turismo planejado de fomento, regulamentação e controle centralizados, com intervenção direta inclusive na construção de oferta turística. As tensões financeiras, em grande parte causadas pela Segunda Guerra Mundial, e as mudanças políticas, que levaram ao golpe de Estado de junho 1943, irão redefinir a política de turismo.

c) 1945-1955 - Direito social

De 1945 a 1955 uma coalizão populista adota medidas redistributivas que irão incorporar o turismo enquanto direito social. A coligação entre industriais, militares e sindicatos, liderada pelo populismo de Perón, irá modificar os padrões políticos vigentes, introduzindo um modelo de redistribuição econômico-social distinto do estabelecido na última década. A coalizão populista montada reforçou uma linha já esboçada, a) uma economia industrial protegida e internamente orientada, diante de uma crescente perda de posições no comércio mundial; b) a centralidade do Estado na orientação da produção e agente de redistribuição; e c) um perfil corporativista de negociação de demandas.

O Peronismo tentou criar uma forte ligação entre o regime e seus apoiadores baseado na facilitação do acesso ao consumo e ao lazer e na institucionalização do tempo livre, que se tornou um direito. São ilustra Juan Domingo Perón na revista *Automobile*:

"Vamos organizar viagens coletivas, serão construídos acampamentos e habilitados colônias de férias e hotéis econômicos na serra e no mar, para que este programa não se limite a um pequeno setor da população, possivelmente o que menos necessita oxigenar-se e aproveitar 15 ou 20 dias por ano, a um baixo custo e reparar suas energias" (AUTOMOVIL CLUB ARGENTINO, 1946, n ° 327 *apud* TRONCOSO, LOIS, 2014, p.284).

A política de turismo peronista pretende oferecer viagens de férias a preços controlados como alternativa à oferta comercial tradicional de elite. É uma política que figura explicitamente no plano quinquenal do governo, que tem como um dos aspectos centrais a expansão e melhoria da infraestrutura necessária para o turismo, bem como o aumento da capacidade hoteleira.

A ampliação e melhoria da infraestrutura foi um aspecto central para o desenvolvimento e expansão do turismo durante o governo peronista. A rede rodoviária herdada pelo primeiro governo peronista sofreu poucas modificações. A consolidação da rede rodoviária por todo o país, complementar à rede ferroviária, recebeu forte impulso durante a década de 1930, especialmente a partir de 1932 com a criação da Lei Nacional Viária, com o intuito de atender as necessidades impostas pela produção agropecuária, e coube ao turismo produzir melhorias nesta rede. Em 1938 se inaugurou a Rota Nacional N°2, que unia a Capital Federal com o principal centro turístico nesse momento, a cidade de Mar del Plata. Diferentes ações privadas, ainda, apoiaram ou complementaram o plano governamental, como foram a produção de cartografia turística que impulsionou projetos de sinalização e a implantação de

uma rede de estações de serviços, administrada pelo Automóvil Club Argentino, distribuída por todo o país (TRANCOSO; LOIS, 2004).

Outro dos pilares da promoção do turismo durante o primeiro governo peronista foi o incremento da capacidade hoteleira. O Ministério de Obras Públicas adotou a partir de 1947 amplas medidas nesse sentido, desde a construção de hotéis em distintas localidades do país, passando pela aquisição de vários hotéis preexistentes, administrados diretamente pela Administração Geral de Parques Nacionais e Turismo (AGPNyT), até a implementação de linhas de crédito para a instalação de oferta privada, das quais se utilizam também os sindicatos e o Automóvil Club Argentino (TRANCOSO; LOIS, 2004).

Além da política trabalhista e da criação de infraestrutura viária e hoteleira, a promoção da atividade turística que se realizou incluiu estímulos para induzir o deslocamento de turistas, como os descontos nas tarifas ferroviárias para grupos de turistas e a organização de viagens coletivas. A AGPNyT foi uma das dependências que organizou este tipo de viagem para trabalhadores e alunos. Também os sindicatos promoveram viagens de trabalhadores para as localidades do país onde se encontravam os hotéis administrados por essas organizações. Além disso, entre os distintos governos provinciais se realizaram acordos para o intercâmbio de turistas (TRANCOSO; LOIS, 2004).

A política turística adotada pelo primeiro governo peronista buscava “por as belezas da pátria ao alcance do povo” (LARA, 2008, p. 455) e para isto fomentou o turismo popular em distintas áreas, como em lugares já consolidados como destinos turísticos desfrutados pela oligarquia e os setores médios (fundamentalmente Mar del Plata, as serras de Córdoba e a zona ao longo do lago Nahuel Huapi), e por outro, em lugares incorporados mais recentemente (os parques nacionais e algumas localidades provinciais) (PASTORIZA, 2008).

A política peronista também incluiu incentivos para o deslocamento massivo de pessoas, oferecendo desde descontos nos transportes até a organização do turismo social, administrado pelo Estado, sindicatos e pela Fundação Eva Perón²⁷. O governo reconheceu como importante a interferência ativa do Estado na esfera do tempo livre e do lazer, fazendo isso especialmente através de políticas para promover o turismo, sobretudo, o turismo social. Isto assegurava a divulgação da sua mensagem ideológica por vias distintas aos canais tradicionais; a organização e controle das massas até na sua vida privada; e a ampliação do consenso político (TRANCOSO; LOIS, 2004).

²⁷ Criada pelo Decreto N° 20.564 de 1948 com o objetivo de oferecer serviços de assistência social.

d) 1956-1960 – Liberalização

No período de 1956 a 1960 o peronismo é subjugado e retomam-se os ideais modernizadores, que inibem a consolidação de direitos sociais, dentre eles o turismo, e redefinem o turismo como política econômica externa. Desde 1955, as forças armadas que lideraram a aliança política que derrubou o peronismo realizaram uma série de ações para "desperonizar" a sociedade Argentina. Pensava-se que as causas da crise econômica no país eram as profundas distorções causadas pela intervenção do Estado peronista nos processos de acumulação e distribuição da riqueza. A eliminação do peronismo e a proibição dos sindicatos foram as primeiras medidas tomadas. Ao mesmo tempo, o surgimento de ideias desenvolvimentistas apontava a direção a ser seguida pela política econômica, ou seja, a criação de condições para atrair investimentos de capital estrangeiro. No final dos anos 50, esses capitais foram considerados necessários para aprofundar o desenvolvimento industrial e a condição exigida era, principalmente, a estabilidade política e econômica (CAPANEGRA, 2014).

As consequências deste processo atingiram o turismo como política de governo, em paralelo com a reabertura do debate sobre a direção que devia orientar o processo econômico. Diferentes teorias, diferentes concepções sócio-políticas e grupos de interesses se expressaram abertamente dando origem a vários projetos, muitas vezes contraditórios. Isso causou instabilidade econômica que se projetou no campo político, o que implicou em quatro governos com diferentes posicionamentos, avanços e retrocessos no período de 1955 a 1966 (CAPANEGRA, 2014).

Nesses anos, as consequências da desperonização e abertura ao capital estrangeiro somados à instabilidade econômica configuram o cenário ideológico para a entrada de doutrinas de organizações internacionais no tocante ao desenvolvimento do turismo, reorientando os objetivos da política de turismo outrora associada ao turismo social. Assim, considerando-se o contexto internacional marcado pela guerra-fria, a política de turismo argentina se direcionada por duas dimensões, uma principal, para a qual pesam os objetivos econômicos; e uma secundária, que mantém o turismo na agenda social. A Argentina passa então a retificar a doutrina internacional que faz associação entre o turismo e o desenvolvimento (CAPANEGRA, 2010).

e) 1960-85 - Doutrinário internacional para o desenvolvimento

De 1960 a 1985 relatórios internacionais apontam como alternativa para os países subdesenvolvidos o desenvolvimento da indústria do turismo, que entra definitivamente, aos moldes desse doutrinário, à agenda pública argentina. Neste período, a Guerra Fria atinge altos níveis de tensão com a Revolução Cubana em 1959, a crise de Berlim em 1961 e a crise as mísseis de Cuba em 1962. Estas situações levaram aos países industrializados e especialmente aos EUA a reconsiderar a situação dos países subdesenvolvidos que, tanto pela situação interna quanto pelo cenário externo de deterioração dos termos de troca, poderiam radicalizar suas posições ideológicas e aliam-se ao bloco socialista (CAPANEGRA, 2010).

Desta conjuntura se desdobram as iniciativas de ajuda internacional para o desenvolvimento de países em “atraso”, e as Nações Unidas promovem o desenvolvimento do turismo internacional como benéfico para esses países. O argumento básico é que "o afluxo massivo de turistas e renda poderia aliviar nos países subdesenvolvidos o déficit estrutural da balança de pagamentos". Ainda, "no contexto político ideológico que vive o mundo neste momento, argumenta-se reiteradamente que o turismo é um importante veículo para alcançar a paz e a compreensão internacional" (ONU, 1963²⁸).

O documento preparado pelo professor suíço Kurt Krapf (1942) revela do que se tratava a política das Nações Unidas para o desenvolvimento turístico em países subdesenvolvidos.

"Economia e turismo se encontraram pela primeira vez na balança de pagamentos. Não foi de modo algum o aparecimento desses seres pitorescos, cujos comportamentos e feições denunciavam sua procedência estrangeira, que despertou o interesse de economistas. A eles importou mais o dinheiro que aportavam os que, sob a denominação de turistas, iniciavam a sua entrada na história da humanidade". (CAPANEGRA, 2014, p. 6).

"As belezas e riquezas da natureza que deram origem ao turismo moderno, ainda são a principal atração para estrangeiros. Além das grandes capitais, as paisagens e lugares de interesse turístico estão geralmente longe das grandes aglomerações: nas montanhas, no mar ou em lagos, ao longo dos rios no campo. Dirigindo-se a esses lugares, desviados das principais artérias comerciais, o turismo impulsiona a periferia" (CAPANEGRA, 2014, p. 5).

As citações dão uma amostra da importância dada ao turismo internacional e, acima de tudo, que o crescimento das áreas periféricas através do turismo depende do crescimento da demanda gerada na área desenvolvida, capaz de consumir a oferta turística.

Nesse ínterim, um evento fundador na história da política e planejamento do turismo na Argentina foi a promulgação da Lei 14.574 de 1958. No debate parlamentar sobre ela

²⁸ “Recomendaciones sobre Turismo y Viajes Internacionales”, Conferencia de Roma, ONU, 1963.

pode-se ler: "(...) o turismo na Argentina está longe de ser uma realidade; contribuir para seu desenvolvimento e progresso é, portanto, obra de mais saudável patriotismo ". "O turismo é, de todas as formas de exportação, a mais segura, a menos cara, a mais lucrativa que nunca se esgota. Seus benefícios alcançam todos os setores".

“Há três fontes para equilibrar e gerar excedente na balança de pagamentos do país, que são os produtos agrícolas, a indústria e o turismo. Este último, ainda não estruturado e, portanto, não impulsionado na Argentina, é o que se chama na linguagem internacional a terceira dimensão econômica. Nesta dimensão pouco tem sido feito e muito deve realizar-se. (...). E nós salientamos que o turismo é o meio mais rápido, menos difícil e que mais reativa a economia.” (CAPANEGRA, 2014 p. 10)

Da necessidade da política de desenvolvimento de contar com fortes investimentos de capital estrangeiro, não se desvinculou a política de turismo. No contexto dessas discussões é sancionada em Setembro de 1958 a Lei 14.574, que levou ao funcionamento da Direção Nacional de Turismo, até 2005. Foi essa a primeira lei abrangente do setor e o ponto inicial de um novo ciclo, em que a política de turismo passa a se configurar como estratégia de política econômica. Este modelo de desenvolvimento econômico baseado no turismo teve como exemplo outros países do mundo desenvolvido que apostaram no turismo nos anos sessenta, como a Espanha, Itália e Portugal (ALMEIDA, 2012).

Se a doutrina das organizações internacionais ganha espaço entre 1956-1966, a consolidação definitiva da sua hegemonia se estabeleceu entre 1966-1986. Nesses anos as formulações internacionais são tomadas como a referência intelectual da política de Estado. Conseqüentemente, as discussões sobre o sentido da política de turismo não serão focadas em seu porquê, mas como. Apesar da mudança no modo de acumulação que ocorreu na Argentina durante a ditadura militar, de 1976 a 1983, o sentido da política de turismo manteve-se substancialmente o mesmo do período anterior, "obter o máximo crescimento do turismo internacional para ganhar divisas, gerar emprego e beneficiar-se de seus efeitos multiplicadores" (KUPER; RAMIREZ; TRONCOSO, 2010). Para isso, a intenção é desenvolver uma oferta atrativa para atrair a demanda internacional.

Em meados dos anos 1960, a luta política ao invés de se canalizar pelos meios democráticos se dava pelo confronto direto dos atores sociais e pela luta armada. Os conflitos se agudizaram e um golpe militar derrubou o governo de Arturo Illia em 1966. A intervenção das forças armadas implementou um Estado burocrático e autoritário instituído por um acordo entre civis e militares, por considerarem que o golpe não se destinava apenas a recuperar o controle das decisões de políticas públicas, mas tinha a intenção de eliminar a influência da

política e dos políticos do controle estatal, pois estavam convencidos de que a crise da economia Argentina havia sido causada pelas lutas entre os diferentes partidos políticos.

Em 1972, diante do fracasso dos objetivos fixados pela ditadura do general Onganía e para descomprimir a situação de agitação social, foi acordada uma solução eleitoral, e o resultado foi o triunfo do peronismo (KUPER; RAMIREZ; TRONCOSO, 2010). Entre 1973 e 1976 três presidências peronistas se seguiram, permeados de violentos confrontos entre diferentes setores ideológicos do movimento peronista, o que impediu a consolidação da estabilidade política necessária para implementar o plano de reformas econômicas. Assim, em 1976, um novo golpe instalou a ditadura militar na Argentina, que adotou uma estratégia de desenvolvimento diferente de todas aquelas experienciadas no passado, com base na valorização financeira e abertura econômica plena.

Determinante na história do desenvolvimento do turismo argentino e mundial foram as considerações e recomendações elaboradas na ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre o Turismo e as Viagens Internacionais celebrada em Roma em 1963. Na ocasião se proclamou que "... o turismo pode contribuir e efetivamente faz uma contribuição vital para o crescimento econômico nos países em desenvolvimento" (KUPER; RAMIREZ; TRONCOSO, 2010). O argumento era que a chegada de muitos turistas estrangeiros forneceria as divisas necessárias para reduzir o déficit estrutural em sua balança de pagamentos e por consequência aliviar a pobreza. Ainda, as recomendações sobre o turismo de Kurt Krapf em 1962 no relatório do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento sobre o desenvolvimento econômico da Espanha tiveram um forte impacto sobre os planos de desenvolvimento argentinos. O relatório dedica 17 páginas ao turismo de um total de 567, o que sinaliza que o crescimento da atividade atraía a atenção dos governos espanhóis.

As dessas ideias podem ser percebidas analisando-se o acordo assinado em 1967 entre a Direção Nacional de Turismo e a Faculdade de Arquitetura da Universidade de Buenos Aires que estabeleceu uma equipe interdisciplinar cuja missão era estudar o impacto do turismo nas economias regionais. Esta equipe contou com o assessoramento de dois especialistas da Organização dos Estados Americanos (OEA), Celestin Georges e José Manuel Bringas. Então, em 1967 se elaborou um documento denominado "Base metodológica para o planejamento do turismo como fator de desenvolvimento regional". Ele marca uma era, porque será uma referência fundamental como capital cultural do campo de conhecimento e

de ações para a formulação de políticas e planejamento do desenvolvimento do turismo na Argentina (CAPANEGRA, 2006).

Além disso, em 1968 se elabora o "Primeiro documento de trabalho". Seu objetivo era ser a base para o planejamento do desenvolvimento do turismo no país, com tarefas como planejamento central, coordenação, assessoria e, eventualmente, a implementação de programas especiais. Ainda, a "Política de desenvolvimento do Turismo Continental e Estratégia de Implementação", elaborada na cidade de Washington em 1979, reuniu a doutrina das Nações Unidas apresentada na Conferência de Roma como a plataforma para o desenvolvimento do turismo nas Américas.

O turismo internacional passará a ser considerado um acontecimento econômico significativo para os países periféricos devido principalmente aos benefícios que alegadamente produz para a balança de pagamentos através de seu efeito multiplicador¹. Esta abordagem entende o turismo como outras operações de importação e exportação, que obedecem as "leis da oferta e da procura", sujeitas as flutuações do mercado internacional competitivo. Neste sentido, o crescimento do turismo nos países subdesenvolvidos era dependente de uma demanda internacional, o que submete esse crescimento ao caráter conjuntural e às relações de oferta e demanda então estabelecidas entre os países, ao invés de reorientar esse quadro estrutural (KUPER; RAMIREZ; TRONCOSO, 2010).

Esta visão do turismo se disseminou e deu origem a um modelo explicativo das estruturas e processos do turismo, a) apoiado no pensamento econômico clássico e na teoria dos sistemas; b) formulado pelos intelectuais de agências internacionais de assistência técnica; c) preocupado com o controle da pobreza e com a disseminação da ideologia socialista nessas áreas subdesenvolvidas. Nas palavras de Jose Ignacio Estévez, especialista em Turismo da UNESCO e da Junta do Acordo de Cartagena:

"o propósito da ajuda e da cooperação não é obter a igualdade absoluta, mas encurtar distâncias, permitindo aos países mais pobres entrar na era industrial e tecnológica para facilitar o seu desenvolvimento econômico e social e uma igualdade de oportunidades em um mundo menos desigual." (CAPANEGRA, 2006, P.55)

Em matéria de cooperação técnica, Estévez argumenta que "suas principais causas são os vínculos históricos existentes entre os países, as obrigações contraídas com os territórios, o apoio a certos regimes políticos, etc...". Neste ínterim, turismo e planejamento se fundiram em um corpo doutrinário universal de viés técnico que se espalhou através dos sistemas de ajuda internacionais.

f) 1984-2002 – Reativação econômica para o desenvolvimento

No período de 1984 a 2002 a Argentina enfrenta duras crises, e o turismo será tomado como medida de reativação econômica por seu potencial de geração de divisas para a desequilibrada balança comercial. Os anos oitenta são chamados de "década perdida" por causa de seu quase nulo crescimento econômico e alto endividamento, com sucessivos incidentes hiperinflacionários desde a presidência de Raúl Alfonsín (1983-89) ao início do governo de Carlos Menem (1989-99). A necessidade de se planejar o setor turístico para dinamizá-lo e aumentar a participação argentina na distribuição do turismo internacional levou à aprovação em 1984 do documento "Bases para um Plano Federal de Turismo", além de vários planos de marketing. Diante do cenário econômico, o envolvimento do setor privado é estimulado por meio de Reuniões Nacionais de Turismo, e surgem a Associação de Hotéis da Argentina (AHT) em 1977 e a Câmara Argentina de Tempos Compartilhados (CATC) em 1984 (SCHENKEL; GARCÍA, 2015).

Após esses estímulos, a demanda de turismo internacional cresceu significativamente, praticamente quadruplicou entre 1985 e 2011. Diferentemente, a demanda interna estagnou devido ao processo de pauperização das classes médias devido a crises, até a reativação econômica iniciada em 2002 (SCHENKEL & GARCÍA, 2015).

Em maio de 1989, Menem foi eleito presidente democraticamente após o período ditatorial. Em julho de 1989 se confirmava o pleno retorno à democracia ao transcorrer a primeira transição plenamente constitucional em 71 anos (LARA, 2008). Durante os dez anos de Francisco Mayorga à frente do turismo argentino (1990-1999) se firmou um convênio com a Comunidade Econômica Europeia que permitiu obter assistência técnica e financeira e deu origem a três Planos de Marketing Estratégicos executados nos anos 1991-1993, 1994-1996 e 1997-1999 (LARA, 2008).

Historicamente o turismo emissor na Argentina sempre superou o receptor, com raras exceções, e por isso a balança turística tradicionalmente apresenta saldo negativo (SCHENKEL; GARCÍA, 2015). Contudo, essa situação se agravou com a Lei de Convertibilidade de 1991, a qual igualou o peso argentino ao dólar estadunidense e favoreceu a saída de turistas argentinos durante a década de 1990, situação que se transformaria com a desvalorização de 2002, que termina com dez anos de paridade cambial e favorece o turismo interno.

A inflexibilidade do modelo de convertibilidade buscava justamente impedir o Estado nacional desacreditado de se valer da flexibilidade monetária e cambial para voltar a cometer abusos inflacionários (BATISTA JR, 2002). Nos anos iniciais, esse modelo parecia um regime monetário promissor. A hiperinflação foi rapidamente debelada e, até 1997, a economia cresceu a taxas significativas. O quadro modificou-se com as repercussões das crises no leste da Ásia em 1997 e da Rússia em 1998. Daí em diante, cresceram as evidências de que a Argentina era especialmente vulnerável à sucessão de choques internacionais que atingiam os mercados "emergentes".

Após a presidência de Menem, Fernando De la Rúa venceu as eleições de 1999 com mais de 48 por cento dos votos, mas iria ficar na presidência por apenas dois anos devido a um quadro de crise econômica e institucional que inflingiu seu governo desde o início. Em 2000 e 2001, o presidente De la Rúa (1999-2001), eleito em oposição ao desgastado governo Menem, insistiu em preservar o regime monetário-cambial, mas a atividade econômica deixara de crescer até finalmente colapsar no ano de 2001 provocando a renúncia de De la Rúa em dezembro de 2001.

Os crescentes déficits fiscais e comerciais e a volumosa dívida externa do final do século vinte confluíram na pior crise da história econômica argentina, que impacta duramente na sociedade com a diminuição do emprego formal, aumento do desemprego e concentração da renda, alcançando proporções sem precedentes de pobreza e indigência. Assim, o turismo passa a ocupar um lugar central na agenda pública visando atrair as almeçadas divisas internacionais para a deficitária balança de pagamentos (SCHENKEL, 2015). Sob a presidência de Fernando de la Rúa, o marketing turístico recebeu atenção destacada, apesar de seu curto governo. De modo geral, a promoção da Argentina no mundo foi realizada a partir de duas premissas, o direcionamento para os principais mercados consumidores de turismo, e a promoção de produtos específicos para mercados específicos (LARA, 2008).

Em janeiro de 2002, o ex-governador da Província de Buenos Aires e ex-candidato presidencial, Eduardo Duhalde, assumiu a presidência interinamente. Após a crise política e econômica de 2001, a renegociação da dívida externa, por meio de um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com os credores internacionais, tornou-se prioridade do governo de transição de Duhalde (2002-2003) e do governo eleito de Kirchner. A partir de 2002, a economia argentina começou a dar sinais positivos de recuperação, atingindo um crescimento de mais de 8% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2003 (VADELL, 2006).

O início da gestão de Daniel Scioli a frente da Secretaria de Turismo da Argentina, durante o governo provisório de Eduardo Duhalde, coincidiu com uma grave crise econômica e social, o que desfavoreceu o andamento do desenvolvimento do turismo. Foi neste contexto difícil que houve a necessidade de reforço da relação de colaboração que vinham mantendo os setores público e privado do turismo. (LARA, 2008). Inicia-se uma ativa política de promoção do investimento para o setor. Também se desenvolvem ações para revalorizar as festas provinciais como novas atrações para o turismo nacional. Quanto ao turismo social, foi lançado um plano em Chapadmalal e Embalse Río Tercero destinado a crianças, idosos, deficientes, e outros grupos desfavorecidos (LARA, 2008).

g) 2003-2016 - Suporte ao crescimento econômico

De 2003 a 2016 o país retoma o crescimento econômico. Os resultados das políticas de promoção do turismo receptivo começam a mostrar seus efeitos no número de chegadas de turistas e no aporte de receitas estrangeiras, e o turismo se consolida na agenda pública como um dos eixos de suporte ao crescimento. No governo de Heitor Kirchner (2003-2007), o Estado se reposiciona como ator chave no planejamento, coordenação e ação em matéria turística. A gestão Kirchner (2003-2007) esteve pautado, em grande medida, pelas dificuldades econômicas e financeiras, mas contava com o apoio popular e do Congresso. Assume a Secretaria de Turismo Carlos Enrique Meyer, quando o turismo será considerado pela primeira vez uma política de Estado e considerado, e a grande alternativa para a economia argentina (LARA, 2008). Sua gestão é marcada pela aplicação estratégica de ações e pela qualificação dos serviços, e o planejamento concebido como uma ferramenta neutra que garantiria a racionalidade e eficiência para uma tomada decisão apolítica, o que marcou uma tendência tecnicista que se prolongaria ao governo seguinte.

Durante a apresentação do Plano de Ações da Secretaria de Turismo e Esportes da Nação, o então Presidente da República destaca o lugar fundamental que ocupa o turismo na necessária reativação da economia nacional:

“...nós assentamos as possibilidades de recuperação econômica da Argentina muitíssimo no que possa gerar a mobilização do turismo, e para isso vamos fazer todos os esforços necessários (...). O turismo é prioridade do governo, nós confiamos que a economia argentina possa encontrar ali sua coluna vertebral, confiamos na dinamização rápida da economia que promove, na circulação rápida de divisas, na atividade rápida de investimento que gera” (Presidência da Nação, 8 de julho de 2003).

Em dezembro de 2005, a sancionada Lei Nacional de Turismo declarava de interesse nacional o turismo como atividade sócioeconômica, estratégica e essencial para o desenvolvimento do país, e prioritária dentre as políticas de Estado (LEMOINE, 2006). Em seu primeiro artigo a Lei demonstra que entende o turismo receptivo como “ uma atividade de exportação não tradicional para a geração de divisas, resultando a atividade privada uma aliada estratégica do Estado”. A Lei visava

“o fomento, o desenvolvimento, a promoção e a regulação da atividade turística e dos recursos turísticos mediante a determinação dos mecanismos necessários para a criação, conservação, proteção e uso dos recursos e atrações turísticos nacionais, resguardando o desenvolvimento sustentável e a otimização da qualidade, estabelecendo os mecanismos de participação e discussão dos setores público e privado na atividade” (Lei 25.997/2005).

A Lei cria o Comitê Interministerial de Facilitação Turística, para coordenar e garantir o cumprimento das funções administrativas das distintas entidades públicas de nível nacional afins ao turismo em benefício do desenvolvimento sustentável do país e sua competitividade, presidido pelo titular da Secretaria de Turismo da Presidência na Nação. A Lei também cria o Instituto Nacional de Promoção Turística para desenvolver e executar os planos, programas e estratégias de promoção do turismo receptivo internacional, e também para gerir a imagem turística do país no exterior. É criado o Programa Nacional de Investimentos em Turismo, em que previam os investimentos de interesse turístico a serem financiados pelo Estado e facilitados para investimento privado (LEMOINE, 2006). E, também, cria-se o Conselho Federal de Turismo, integrado pelas autoridades de cada província e a Cidade Autônoma de Buenos Aires, que se constitui um ente de consulta para questões específicas, visando maior efetividade na implementação da política.

Para Capanegra (2010), o processo de institucionalização do turismo como estratégia de política econômica e fator de desenvolvimento se inicia com a aprovação da Lei de 1958 e se consolida com a Lei de 2005. Neste marco se consolidam as relações público-privadas, se intensifica o investimento no setor e se incrementa a participação do país nas feiras de promoção internacionais (SCHENKEL; GARCÍA, 2015).

Com o objetivo de medir a incidência da atividade na economia do país, se firma um convênio com o Instituto Nacional de Estatística e Censos (INDEC), a partir do qual se incorpora o turismo ao Sistema Estatístico Nacional e se desenvolve o Sistema de Informação e Estatística Turística (SIET). Também se impulsiona o Programa de Fortalecimento e Estímulo a Destinos Turísticos Emergentes (PROFODE), para potencializar a atividade turística e o emprego regional. Ainda, se implementa o Sistema Argentino de Qualidade

Turística (SACT), as Normas IRAM-SECTUR de qualidade para o setor, e o Sistema de Boas Práticas, com o objetivo de otimizar a qualidade nos serviços e nos destinos turísticos.

Ainda na gestão de Meyer, e devido a inexistência de planos de longo prazo, se desenvolve o Plano Federal Estratégico de Turismo Sustentável com um horizonte de projeção inicial até 2016, passando a 2020 posteriormente. O Plano aspira transformar a Argentina em um "país turístico" e não "com turistas", líder na América do Sul na chegada de estrangeiros, em virtude da diversidade e qualidade dos serviços. Tem carácter descentralizado e visa constituir-se no principal instrumento do Ministério do Turismo para a formulação das políticas turísticas nacionais. A partir de encontros regionais, dos quais participaram os diferentes níveis de governo, o setor privado e a academia, se confeccionou um Mapa Federal de Oportunidades Turísticas, que permitiria orientar as estratégias de atuação no território, otimizar o uso de recursos e delimitar horizontes temporais, acordados de maneira participativa (SCHENKEL, 2015). O fortalecimento da oferta turística era previsto também no Plano Nacional de Investimento em Turismo²⁹, que previa o apoio a diversos produtos e segmentos do turismo, como neve, golfe, pesca esportiva, termas, aventura, vinho, etc. (LARA, 2008).

A eleição de Cristina Kirchner (2007-2015) não enfrentou grandes obstáculos. Diferentemente de seu marido, eleito por pouco mais de 20% dos eleitores argentinos, Cristina venceu as eleições com o significativo percentual de mais de 45% dos votos válidos. Baseada na popularidade do seu marido, no crescimento da economia argentina e em suspeitas de uso da máquina estatal, a sua candidatura deu pouco espaço para rivais. Além do uso da imprecisa idéia de "mudança com continuidade", sua campanha mencionou a correção de erros do governo anterior. As expectativas de maior mudança concentraram-se na condução da política externa (RIBEIRO, 2008).

O governo de Cristina Kirchner manteve, de fato, o componente mais marcante do governo anterior, o crescente intervencionismo estatal. Néstor Kirchner recorreu a uma série de instrumentos de intervenção do Estado na política econômica, sobretudo monetária e fiscal, na contramão do processo de consolidação das economias de mercado (RIBEIRO, 2008).

²⁹ O Plano Nacional de Investimento em Turismo (2005) desenvolveu mais de 150 obras no período de 2003 a 2010, financiadas em 70% pelo Ministério do Turismo e em 30% pelas províncias e municípios. Promoveu o investimento privado a partir de diferentes linhas de financiamento, como a Fonapyme e a Línea 400 – Sector Turismo (2010), e de instrumentos de estímulo como a Rede de Incubadoras de Empresas Turísticas e a Rede de Oportunidades de Investimentos Turísticos (ROIT). Buscaram-se créditos externos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para impulsionar o (a) Programa de Melhoria da Competitividade do Setor Turismo (2005), que contou com investimento de US\$ 56 milhões; (b) Programa de Gestão Integral de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios Turísticos (2007), com um montante de US\$ 75 milhões investido; e (c) Programa de Desenvolvimento de Corredores Turísticos (2012), com quase US\$ 100 milhões investidos (SCHENKEL, 2015).

Já no início do seu mandato a Presidente afirmou que “o turismo concebido como política de Estado tem se mostrado como um motor da economia” (Presidência da Nação, 1 de março de 2007). Contudo, com a crise econômica mundial o turismo apresentou forte queda entre 2008 e 2009. Neste ano, o rápido crescimento do país deu lugar a um lento avanço econômico (CAÑAS; ESTAY-NICULCAR, 2013).

Quanto a estrutura administrativa do turismo, a Secretaria de Turismo cresce em autoridade e competências, deixa a Presidência da Nação e passa a compor a estrutura do Ministério da Indústria em 2009, renomeado Ministério da Indústria e Turismo no mesmo ano e, finalmente, se converte em Ministério do Turismo em 2010, com a finalidade de incentivar o setor tendo em vista os resultados favoráveis apresentados desde 2003, órgão que se mantém na atualidade.

A Lei Nacional de Turismo continuou vigente em conformidade com a formulação de 2005, e o Ministério do Turismo propôs-se a

converter a Argentina no país melhor posicionado turisticamente da América do Sul pela qualidade e diversidade de sua oferta, baseada em desenvolvimentos territoriais equilibrados e respeitosos ao habitat e identidade de seus habitantes (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2015³⁰).

No que se refere ao turismo doméstico, também se promovem diversas iniciativas destinadas a reimpulsionar seu crescimento. Apoiam-se festas populares locais; se financiam as férias em destinos nacionais a partir de convênios com o empresariado; se oficializam os feriados e recessos com finalidade turística; se impulsiona o programa “Viaja por tu país”, em cooperação com a companhia aérea Aerolíneas Argentinas; se desenvolvem centros de promoção turística nacional no bojo do programa “Argentina es tu mundo, date una vuelta”; e se fortalecem os programas de turismo social. Quanto a estes últimos,

se orientam, por um lado, a oferecer maiores e melhores serviços de turismo ao setor da população economicamente frágil e, por outro, a diminuir o problema da sazonalidade da demanda e a promover destinos emergentes, corredores não tradicionais e fomentar a prática do mini-turismo estendendo os períodos de descanso ao longo do ano (MTUR, 2015).

O que se nota é que mesmo a política de estímulo ao turismo doméstico e social se orienta por objetivos econômicos e por uma visão estratégica de minimização dos efeitos negativos e da ociosidade dos períodos de baixa demanda internacional, e de estímulo ao fluxo de visitantes em destinos turísticos emergentes como medida de indução ao seu desenvolvimento e qualificação.

³⁰ Ver <http://www.turismo.gov.ar/institucional/acerca>.

3.1.2 Políticas públicas de turismo no Brasil

a) 1920-44 - Coesão e modernização

Similarmente à Argentina, no Brasil as políticas de 1920 a 1944 pretendiam promover a unificação nacional pós-independência e buscar a superação do atraso econômico e a modernização pela via da industrialização. Até o final da década de 1920, as políticas externas brasileiras eram definidas à luz do principal objetivo da política econômica, a manutenção da renda dos cafeeiros em um nível alto e estável (FERNANDES, 1975). Para atingir esse objetivo era necessário garantir a estabilidade da taxa de câmbio, obter o influxo requerido de capitais estrangeiros e financiar a estocagem do café. A estabilidade política e econômica dependia crucialmente da manutenção de vínculos comerciais e financeiros com a economia internacional. Com a crise de 1929, os influxos de capital e a queda do preço do café, o principal problema a ser enfrentado pelos formuladores de políticas passou a ser obter divisas suficientes para atender aos compromissos comerciais e financeiros do Brasil (DINIZ; BOSCHI, 2003).

A gravidade da crise econômica foi uma razão muito importante para a queda do então presidente Washington Luis, em outubro de 1930, e sua substituição por um governo provisório sob a liderança de Getúlio Vargas. A crise de 1929 não só afetou as exportações brasileiras como abalou a política oligárquica vigente ao estabelecer um modelo de desenvolvimento marcado por forte intervencionismo estatal. A década de 1930 é marcada por privilegiar um modelo de desenvolvimento industrial voltado à superação do atraso econômico, e pela implantação do corporativismo como forma de ordenação das relações entre público e privado (DINIZ; BOSCHI, 2003).

As medidas de centralização das ações estatais tiveram o sentido de propiciar a integração da economia nacional e regulamentar os fatores de produção. Sob a ótica do Welfare State, essa regulamentação se traduz na promulgação de leis referentes às condições de trabalho e a venda da força de trabalho (MEDEIROS, 2001). É neste período que se torna nítida a constituição de um Welfare State no Brasil, com políticas sociais de caráter conservador.

O período do Estado Novo (1937-1945) representa a passagem definitiva de uma sociedade de base agrária para uma sociedade urbano-industrial. O caráter fortemente

autoritário do Estado reprimiu a ascensão de movimentos sociais e diminuiu a autonomia das unidades estaduais ao concentrar no governo federal praticamente todo o poder decisório e administrativo.

A passagem da base econômica do setor primário para a indústria, paralelamente à regulamentação do trabalho, permitiu a articulação de novas relações externas e internas e fez surgir a ainda embrionária indústria de lazer, como consequência das condições geradas por esse processo de mudança econômica, política e social.

Diante da nova distribuição dos meios de produção e da força de trabalho no espaço urbano, serão necessárias certas condições gerais para a reprodução do capital, como a construção de rodovias, fornecimento de energia, serviços de comunicação, saneamento, instalação de bancos e outros serviços de apoio à produção, distribuição e circulação de mercadorias; bem como para a reprodução da força de trabalho, como habitação, alimentação, transporte, assistência à saúde, lazer. (CAVALCANTE, HORA, 2002). Tais condições irão favorecer o crescimento da incipiente indústria turística brasileira.

Embora não existisse a preocupação sistemática com o turismo no período, percebem-se ações estatais isoladas com o interesse de formalizar atividades tipicamente modernas. O decreto 3.616 de 1932 fixava a temporada de turismo no Distrito Federal; a Lei 25 de 1937 definia a proteção aos monumentos de interesse histórico e artístico nacionais; e o decreto-lei 2.240 de 1940 regulamentava as atividades de agências de viagem e turismo.

Incumbe ao Departamento de Imprensa e Propaganda baixar instruções relativas ao registro, ao funcionamento e à fiscalização das agências de viagens e turismo e agências de turismo, cabendo ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio a mesma atribuição no que se refere às companhias e agências de navegação e de passagens marítimas, fluviais e aéreas. (DECRETO-LEI 2.240 de 1940).

As primeiras ações estatais sobre o setor turístico são decorrentes da Divisão de Turismo no bojo do Departamento de Imprensa e Propaganda, criado em 1939. Segundo Santos Filho (2008), este Departamento nasceu como um instrumento de dispersão da ideologia do Estado sobre as classes populares de modo que lhe permitisse acumular apoio e poder político. O turismo, nesse contexto, assume dupla finalidade, a expansão da base econômica do país, ainda atrelada aos compromissos comerciais e financeiros do Brasil com o exterior, e a vinculação de uma imagem do presidente interna e externa como democrata e “pai dos pobres” (SANTOS FILHO, 2008). A política de turismo deste período volta-se para o marketing externo e ao estímulo e controle da atividade internamente. Ações como o

cadastro de informações, propaganda no exterior, facilidades aduaneiras, organização de eventos comemorativos, e estudos de novos destinos turísticos marcam o período³¹.

Assim, no período de 1930-1945 as políticas do setor visam primeiramente ao aumento do fluxo de turistas, com medidas como a promoção das riquezas econômicas brasileiras no país e no exterior e convênios internacionais de facilitação da entrada de turistas estrangeiros. Associado a isso se pretendia o aumento da arrecadação proveniente das relações com o exterior, pois disso dependia a estabilidade política e econômica do país, assim, medidas como investimentos e estímulos à ampliação da infraestrutura de portos, principal portão de entrada no país na época, e aeroportos, bem como a criação de órgãos de promoção do turismo interna e externamente, foram priorizadas pela política do período. A organização e fiscalização das atividades e serviços turísticos também foram objeto de ação estatal, principalmente agências de viagem e companhias marítimas aéreas. Ainda, se esperava que o turismo permitisse a vinculação de uma imagem positiva do Presidente, que lhe assegurasse apoio político. Outro aspecto importante do período foi o início da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937.

b) 1945-60 – Modernização nacionalista

De 1945 a 1960 objetivos desenvolvimentista-nacionalistas trazem o turismo à cena política, desde já com objetivos de atração de turistas e receitas externas com vistas ao desenvolvimento econômico. No período compreendido entre 1945 e 1964 o Brasil viveu uma fase democrática populista, marcada por tendências gerais de políticas de massa que buscavam o apoio dos trabalhadores urbanos e por objetivos modernizadores. De 1944 a 55 predomina a modernização nacionalista, e no final dos anos 1950 a política de turismo se redireciona para conformar-se ao doutrinário internacional.

No plano mundial, termina a Segunda Guerra Mundial, o que representou para a humanidade uma nova fase nas relações internacionais; em paralelo, o Plano Marshall³² tem seu alcance estendido do ambiente europeu do pós-guerra para as regiões do mundo

³¹Instalação solene da “semana da criança”, exposição do livro “Brasil pela imagem”, festa pelo aniversário de São Paulo, e outros eventos, em 1944; distribuição de cartazes e postais no exterior; construção de hotéis em lugares pitorescos com favores legais à iniciativa privada; estímulo a visita de jornalista e políticos de outros países; etc. (SANTOS FILHO, 2008)

³² Principal plano dos Estados Unidos para a reconstrução dos países aliados da Europa nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial.

subdesenvolvido; assim, decorrente das novas teias de relações entre as nações, irão se consolidar as transformações efetivadas no nível estrutural do capitalismo mundial (CRUZ, 2010). No plano nacional, os anos 1940 foram marcados pelo fim da ditadura Vargas, o que levou a redemocratização do país. A partir das prioridades estabelecidas pelo governo do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-51), a política econômica brasileira foi se moldando à associação com o capital financeiro internacional, consoante com o plano do pós-guerra de imposição de uma nova ordem mundial.

A política de turismo do Presidente Dutra se restringiu à promoção turística no exterior e à organização e fiscalização dos serviços internamente. Em 1945, houve a extinção do Departamento de Imprensa e Propaganda e sua Divisão de Turismo, e a criação do Departamento Nacional de Informações, com basicamente as mesmas atribuições. Em 1946, este Departamento também foi extinto e foi criada a Agência Nacional, com função meramente informativa das atividades nacionais relativas à vida econômica, industrial, agrícola, social, cultural e artística (DECRETO-LEI Nº 9.788, DE 6 DE SETEMBRO DE 1946.).

Com o retorno de Vargas, por meio de eleições ocorridas em outubro de 1950, a problemática nacional-desenvolvimentista é retomada, baseando-se no processo de desenvolvimento econômico ancorado nas exportações tradicionais e na substituição de importações industriais. A ideologia que dava sustentação às políticas do governo revestia-se dos valores urbano-industriais, do populismo, nacionalismo e desenvolvimentismo. O populismo varguista é marcado por três fatores primordiais: a) a massificação, provocada pela proletarização de amplas camadas de uma sociedade em processo de industrialização; b) a perda de representatividade da classe dirigente; e c) a presença de um líder dotado de carisma de massas.

Com o avanço do processo de industrialização de substituição de importações inaugura-se um modelo de industrialização baseado no aporte de recursos internacionais³³, em meados da década de 1950, mais precisamente sob a era Juscelino Kubitschek (1956-61). Para tanto, é necessário reformular o papel do Estado para dar curso às ideias desenvolvimentistas

³³ De acordo com Martins (2005), no período da Guerra Fria os primeiros países a receber recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento para investimento nos setores industrial e de infraestrutura foram Brasil, Chile, Colômbia e México, e foram oferecidos aos países aliados do bloco ocidental, liderado pelos Estados Unidos.

respaldadas em seu Plano de Metas³⁴. A partir desse contexto, passa-se a admitir a ideia de planejamento.

Somente em 1956 o turismo voltaria à cena política após a extinção da Divisão de Turismo em 1945. A criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara dos Deputados se propunha a estudar e formular medidas para o desenvolvimento desse setor no Brasil. Considerado “exportação invisível”, o turismo internacional ganhou espaço no debate público por sua influência no “ativo dos balanços de pagamentos” de muitas nações, como “México, Cuba, Uruguai, etc”. O turismo foi considerado na ocasião a “grande indústria do século” por seus efeitos econômicos, culturais e de bem-estar.

A Comissão Parlamentar de Turismo da Câmara dos Deputados, terá, a exemplo de comissões semelhantes, há muito criadas em outras países, missão relevante e oportuna, estudando matéria ainda mal compreendida entre nós, de modo a possibilitar ao Congresso Nacional a elaboração de leis que permitam à Nação transformar em manancial copioso de riquezas e benefícios múltiplos, o seu valioso capital turístico, até hoje praticamente inaproveitado (RESOLUÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 57, de 1956)

Os termos “indústria do século” e “exportação invisível” denotam a associação do turismo a política econômica do período, de industrialização e de substituição de importações, assim, o desenvolvimento do turismo vai convergir com os valores urbano-industriais, o nacionalismo e o desenvolvimentismo que marcam a época. É neste contexto que foi criada a Comissão Brasileira de Turismo – COMBRATUR, órgão consultivo e de execução interministerial para a coordenação do desenvolvimento do turismo interno e do afluxo de estrangeiros, 1958.

O formato de Comissão é reflexo do anseio da época pela criação de instrumentos legais voltados para o funcionamento de um governo democrático, em oposição ao autoritarismo. Era subordinada à Presidência da República e constituída por um presidente e vinte e cinco membros representantes de Ministérios e grupos de interesse³⁵. A Comissão tinha por “finalidade coordenar, planejar e supervisionar a execução da política nacional de turismo, com o objetivo de facilitar o crescente aproveitamento das possibilidades do país, no que respeita ao turismo interno e internacional” (DECRETO Nº 48.126, de 19 de ABRIL de 1960).

³⁴ Programa de industrialização e modernização composto por um conjunto de objetivos setoriais que daria continuidade ao processo de substituição de importações.

³⁵ Touring Club do Brasil; Automóvel Club do Brasil; Confederação Nacional do Comércio; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, etc. (DECRETO Nº 48.126, DE 19 DE ABRIL DE 1960)

É marcante no período a preocupação não apenas com a promoção do turismo, mas com o ordenamento da atividade, como a sistematização de informações, o planejamento e coordenação das atividades de desenvolvimento do turismo interno e externo; a ampliação das zonas turísticas e a definição de áreas prioritárias para melhor emprego dos recursos; promoção e estímulo à criação de equipamentos, especialmente hoteleiros; e a criação de um fundo especial para custeio de tais atividades.

A noção de planejamento passa a ser considerada devido à necessidade de reformulação do papel do Estado para dar curso às ideias desenvolvimentistas do Plano de Metas. A partir de então, a política de turismo terá seu escopo gradualmente ampliado de promoção e fiscalização para planejamento, coordenação, avaliação e controle.

c) 1960-85 - Doutrinário Internacional para o Desenvolvimento

De 1960 a 1985 relatórios internacionais apontam como alternativa para os países subdesenvolvidos o desenvolvimento da indústria do turismo, que entra definitivamente, aos moldes desse doutrinário, à agenda pública brasileira. No ano de 1961 foi criada a Divisão de Turismo e Certames junto ao Ministério da Indústria e do Comércio destinada a estudar e sugerir medidas para o desenvolvimento do turismo interno e autorizar e promover eventos no Brasil e exterior, um ano antes da extinção da Combratur, em 1962. A Divisão será extinta, porém, cinco anos depois de sua criação, em 1966.

O período de 1946-1963 é marcado pela manutenção da necessidade de aproveitamento do “capital” turístico, principalmente do capital proveniente do turismo estrangeiro, uma vez que o mercado interno ainda é débil e a política econômica brasileira se amoldou em associação com o capital internacional. Outro efeito das políticas do período foi o planejamento do turismo, que apareceu pela primeira vez com a criação da Comissão Brasileira de Turismo, em 1958. O planejamento da política nacional de turismo deveria possibilitar e facilitar o aproveitamento das potencialidades turísticas do país. Finalmente, previa-se a expansão das atividades e serviços turísticos, através do estudo das potencialidades de aproveitamento turístico do Brasil e da divisão turística do território nacional, que serviria de base para o planejamento do turismo.

No Brasil os militares não inovaram em matéria de política econômica. Com exceção dos três primeiros anos da Ditadura Militar, quando todos os esforços concentraram-se no programa de estabilização para conter as altas taxas de inflação, a política econômica do

regime militar seguiu basicamente o mesmo modelo vigente desde o governo Vargas. O chamado “milagre brasileiro” do período 1967-1973 teve como sustentáculo, por um lado, os resultados obtidos pela política de estabilização de 1964-1967 e, por outro, uma política de desenvolvimento que consolidou e intensificou o modelo de substituição de importações que reservava ao Estado um papel empreendedor ainda mais importante.

Por volta de 1974, a despeito dos sinais de que o milagre havia se desfeito, observados os impactos que a crise mundial do petróleo exerceu no Brasil, o mesmo caminho continuou a ser trilhado. Uma ambiciosa política de substituição de importações de bens de capital e matérias-primas, sustentada por investimentos do setor público e por empréstimos estrangeiros, foi a estratégia seguida (CARDOSO, 1983).

Certamente, esta estratégia teve êxito ao garantir altas taxas de investimento, porém, foi também responsável por sérios desequilíbrios, que acabaram provocando os mesmos problemas econômicos que haviam provocado a intervenção militar em 1964, a inflação alta e estagnação econômica, ressurgiram com ainda mais intensidade, que permaneceriam como pano de fundo do processo de transição a redemocratização (KINZO, 2001).

A partir do Decreto-Lei 55 de 1966 institui-se a primeira Política Nacional de Turismo, que compreendia “o conjunto de diretrizes e normas, integradas em um planejamento de todos os aspectos ligados ao desenvolvimento do turismo e seu equacionamento como fonte de renda nacional” (p. 1). Essa política estava associada à dinamização do turismo enquanto atividade econômica, e deveria adaptar-se às necessidades de desenvolvimento econômico que se vislumbrava no período. O Decreto nº 60.224, em 1967, regulamenta o Decreto-Lei nº 55 de 1966 e estabeleceu que a Política Nacional de Turismo

O mesmo Decreto-Lei de 1966 criou ainda o Conselho Nacional de Turismo (CNT) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR). O Conselho era o órgão responsável por formular, coordenar e dirigir a Política Nacional de Turismo, além de disciplinar e fiscalizar, conceder autorizações para a exploração do turismo e facilitar ou suprimir exigências para a promoção do turismo. À Empresa Brasileira de Turismo cabia executar a Política e fomentar e financiar iniciativas para o desenvolvimento do turismo, estudar o mercado, fazer registro e fiscalizar empresas, organizar e divulgar atividades, e para isso contava com recursos próprios provenientes de repasses públicos, do selo de turismo, de créditos suplementares, doações e do patrimônio. Para coordenar as ações de todos os organismos que tratavam de turismo, é instituído em 1967 o Sistema Nacional de Turismo, do qual se esperava a coordenação das

ações do CNT, da EMBRATUR e de outros Ministérios.

A influência do contexto internacional se refletiu no Sistema Nacional de Turismo, que reproduziu o modelo de desenvolvimento dos países centrais. Da articulação com a Organização dos Estados Americano (OEA) e a Organização Mundial do Turismo (OMT) foram extraídas muitas metodologias que redundaram na formação de recursos humanos, divulgação e promoção, além do estabelecimento de sistemas de informações estatísticas (PAIVA, 1995). Assim, o turismo endossava as propostas de modernização do país aos moldes internacionais, e os governos demonstravam maior preocupação com a atividade, exercendo sobre ela um controle mais rígido.

No ano de 1968, outras medidas demonstraram a ampliação do turismo na agenda pública brasileira, com a criação da Divisão de Turismo na Comissão Coordenadora de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores e a criação da Comissão Interministerial para Facilitação do Transporte Aéreo Internacional.

Já em 1971, com o intuito de prover recursos para o financiamento de obras, serviços e atividades turísticas consideradas de interesse para o desenvolvimento do turismo nacional, foi criado o Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR) a ser gerido pela EMBRATUR, do qual se esperava como resultado a criação e ampliação de infraestrutura e serviços turísticos. Este Fundo contava com recursos da EMBRATUR, do registro de empresas, de parte do imposto de renda, multas, correções monetárias, aplicações, doações e repasses diretos. Em 1973, o CNT foi vinculado ao Ministério da Indústria e Comércio como órgão da administração direta e a EMBRATUR passou a ser órgão da administração indireta.

Já em 1976, quando se tornam visíveis os sinais de recuo do “milagre econômico”, foram adotadas políticas de incentivos fiscais principalmente para meios de hospedagem, restaurantes e empreendimentos de apoio. Contando com isenções fiscais de 33,33% até 70%, a política previa a concessão de até 75% de isenção em casos excepcionais, como em regiões de baixa atividade econômica; havendo possibilidade de integração nacional (expansão econômica); carência de hotelaria; localização em áreas prioritárias; e pioneirismo em regiões de interesse turístico elevado. A delimitação dessas áreas tinha o intuito de dar aproveitamento oportuno às áreas prioritárias e áreas de reserva. É do período grande parte da hotelaria do litoral do nordeste brasileiro.

Para evitar o aguçamento dessas tensões em torno do acesso aos benefícios e pressões sociais de ordem política, o governo Geisel (1974-1979) procurou a incorporação controlada de grupos sociais até então excluídos da economia de mercado. Essa orientação está presente

no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). A partir desse momento, o Estado brasileiro passou a incluir de forma mais ampla e sistemática, na sua agenda, uma política de desenvolvimento territorial, que no turismo se reflete pela sanção em 1977 da Lei 6.513 que tratava da criação de áreas especiais e locais de interesse turístico e sobre o inventário dos bens de valor cultural e natural com finalidade turística. Nesse cenário entraram novas pautas na agenda, como o financiamento direto e incentivos fiscais a iniciativas de desenvolvimento do turismo; a celebração de contratos com entidades públicas e privadas no interesse do turismo; o zelo pela qualidade dos serviços; a formação profissional para o setor; além da destinação de recursos para a execução de tais proposições.

Refletindo as orientações do II PND sobre a desconcentração da atividade econômica, em 1979, a Embratur lança novos "portões de entrada" em Manaus, Recife, Fortaleza, Belém e Salvador, e estimula pacotes para o Norte e o Nordeste para a classe média. A Embratur, de acordo com dados do Ministério do Meio Ambiente foi responsável por notável crescimento do turismo no Brasil. De 16.313 aposentos em 1967, o país passou a ter 120 mil aposentos. No mesmo período, o número de hotéis classificados saltou de 164 para 1.980. Destaca-se o fato de que, entre 1967 e 1987, 70% dos hotéis foram construídos mediante concessão de incentivos fiscais e/ou financeiros (BECKER, 1995). Não obstante a concepção reformista do II PND e de outras medidas governamentais distributivas, quanto ao turismo estas não lograram êxito. A título de exemplo, a região Sudeste movimentou, em 1980, cerca de 80% do mercado interno de viagens.

Já no final da década de 1970 e durante os anos 1980, a economia brasileira apresentava claros sinais de debilidade e concentração econômica e de renda, acentuado desequilíbrio no balanço de pagamentos, elevada dívida externa, crescimento dependente do ingresso de capital externo, inflação elevada e ascensão dos conflitos trabalhistas, e os problemas econômicos que haviam provocado a intervenção militar em 1964, como inflação alta e estagnação econômica, ressurgiram com ainda mais intensidade.

A centralização da gestão pública que marcou, em maior ou menor grau, cada um dos governos do período militar transparece então na organização do turismo. A busca por coesão interna e por medidas de controle governamentais tornaram possível a ordenação e distribuição de atribuições para o desenvolvimento do turismo no país entre os diversos organismos criados no período, cada um deles com responsabilidades específicas e complementares. Assim, o setor de turismo, embora não prioritário na política governamental, se expandiu. Segundo Cavalcanti (2002), a expansão numérica da classe média e a sua rápida

integração aos novos padrões de consumo contribuíram para impulsionar a indústria turística e fizeram surgir novos produtos turísticos, possíveis graças à formulação de uma política urbana que beneficiou o setor.

Contudo, repetiu-se no turismo as mesmas consequências do modelo econômico brasileiro, a concentração empresarial e espacial das atividades. Segundo Barreto (1991), de 1980 a 1983 os hotéis de quatro estrelas cresceram 63%, enquanto os de uma, duas e três estrelas mantiveram-se em torno de 30%. Outro dado que reforça a observação foi a destinação dos recursos do Fungetur, no mesmo período, 63% para centro de convenções, 10% para rede hoteleira e 4% para o turismo social.

Em meio à crise, o Brasil avançou no processo de redemocratização. A necessidade de superar o autoritarismo articulou a eleição do primeiro presidente civil, após vinte e um anos de Ditadura. Influenciada por esse clima de redemocratização iniciado na década de 1980, a Embratur, em 1982, homologou convênios para implementação de terminais de turismo social e assinou um acordo com o Ministério do Trabalho com a finalidade de estimular os sindicatos a organizarem viagens turísticas na baixa temporada. Em 1983 pela primeira vez é instituída uma Comissão Permanente para o debate do turismo em âmbito legislativo. A Comissão Permanente de Esporte e Turismo na Câmara dos Deputados, tinha o propósito de opinar sobre assuntos relativos a esporte, turismo e lazer. Ainda em 1983, a EMBRATUR procurou criar outra imagem do Brasil no exterior para um público de maior poder de compra. Para atender a essa promoção, implantou-se a tarifa ponto-a-ponto, que incluía onze cidades europeias com um desconto de 40% nas tarifas (CAVALCANTI; HORA, 2002).

d) 1985-2002 - Reativação Econômica para o Desenvolvimento

No período de 1985 a 2002 o Brasil enfrenta um período de crise econômica, instabilidade política, reorientação ao mercado externo e reformas administrativas, que irão redefinir e moldar as políticas de turismo também no período seguinte. Nesse cenário o turismo será tomado como alternativa econômica por seu potencial de geração de divisas para a desequilibrada balança comercial.

Um processo de democratização totalmente finalizado envolve genericamente três etapas: o início da dissolução do regime autoritário, a criação de condições políticas democráticas e a consolidação do novo regime (ARTURI, 2001). A longa e gradual transição no Brasil permitiu, segundo Arturi (2001), distinguir com clareza esses períodos. O primeiro

vai de março de 1974 a março de 1985, e abrange as duas últimas presidências militares, dos generais Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985). A segunda etapa, a construção da democracia, desenvolve-se durante o governo civil de José Sarney (1985-1990). Quanto ao processo de consolidação do novo regime democrático, inicia-se com a presidência de Fernando Collor de Mello em março de 1990 (eleito por sufrágio universal e afastado do poder por um processo de *impeachment* em dezembro de 1992) (ARTURI, 2001).

Sarney tomou posse sem um plano de governo propriamente dito e com um sério déficit em legitimidade, uma figura política marcada por anos de vínculos com os militares que assumia o poder sem o respaldo das urnas (Sarney, vice de Tancredo Neves, assume a presidência quando da repentina doença e morte de Tancredo) e que não era das fileiras do partido que esperava desta vez governar, o PMDB. Estes fatores dificultaram sua administração, que ficou vulnerável a todos os tipos de pressão, desde as forças políticas heterogêneas que compunham seu governo até os partidos de oposição e os setores organizados da sociedade civil demandando pronta democratização em todos os sentidos do termo (KINZO, 2001).

No que tange à questão social e econômica, o caminho percorrido foi pedregoso no período que se seguiu. No plano econômico, os anos 80 foram uma “década perdida” para o país devido ao lento crescimento do PIB e a uma inflação desenfreada. Entre 1986 e 1994 o país mudou quatro vezes de moeda e teve seis experimentos em estabilização econômica, apenas o último, o Plano Real, tendo sido bem-sucedido. A sucessão de fracassos não apenas agravou a crise econômica e social, mas também comprometeu a capacidade do Estado de governar, tornando o problema da governabilidade uma realidade permanente.

No que tange à esfera política, a fase inaugurada em 1985 foi de intensificação da democratização. Os sinais mais importantes foram a instituição de condições livres de participação e contestação (com a revogação de todas as medidas que limitavam o direito de voto e de organização política) e, acima de tudo, a refundação da estrutura constitucional brasileira com a promulgação de uma nova Constituição em 1988.

Quanto ao turismo, o governo Sarney retraiu os incentivos à atividade com a publicação do Decreto-lei 93.607 de 86, limitando em 50% os fundos de investimento para implantação de novos projetos e em 40% para a ampliação de projetos já incentivados. Lastreado pelo novo projeto político-ideológico e econômico, o governo liberou o mercado para o exercício e a exploração de atividades e serviços turísticos. O mercado turístico, até então controlado pela Embratur, dava margem à clandestinidade e a verdadeiras guerras

judiciais. O resultado foi o crescimento de novos empreendimentos turísticos (CAVALCANTI, 1993).

Simultaneamente à liberalização do mercado, a Embratur lançou o Passaporte Brasil, destinado a promover o turismo interno, e estimulou a criação de Albergues da Juventude como estratégia para atrair um novo segmento à prática do turismo. Também marcou essa década o início das preocupações com o meio ambiente. As dimensões sociais e ambientais do desenvolvimento já estavam em pauta desde 1972 com a Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em Estocolmo. Nesse contexto, o Brasil passa então a incorporar a problemática ambiental nas formulações da política de turismo por meio do conceito de desenvolvimento sustentável. Neste contexto o país lança, em 1981, a Política Nacional de Meio Ambiente. Em 1987 a Embratur desenvolve um novo produto turístico, o turismo ecológico, depois denominado ecoturismo. Este programa não conseguiu adesão no primeiro momento, mas após a ECO-92 esse segmento turístico se difundiu.

Em 1986, tendo em vista a iminente reunião da Assembleia Nacional Constituinte, um seminário resultou na Carta de Intenções do Paraná para a Assembleia Nacional Constituinte, logo seguido por uma série de Simpósios de Direito no Turismo. Com a nova Constituição Federal promulgada em 1988, a promoção e o incentivo do turismo foram assumidos como “dever da União, estados e municípios, como fator de desenvolvimento social e econômico” (art. 180). Não fica clara a atuação de cada nível de governo, o que só veio acontecer com o Programa Nacional de Municipalização do turismo, em 1994.

Ao final da década de 1980, o turismo receptivo brasileiro apresentava resultados módicos comparados aos de países vizinhos como Argentina e Uruguai. Estimulado pela crise e pelas tendências neoliberais, surge o tema da competitividade do turismo brasileiro no mercado turístico internacional.

No ano de 1989, a então Comissão de Esporte e Turismo foi recomposta e instituída a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Turismo na Câmara dos Deputados. No mesmo ano esta Comissão também foi recomposta, sendo constituída uma nova Comissão para tratar exclusivamente de assuntos relativos ao turismo, a Comissão de Turismo. No ano de 1991, a EMBRATUR foi renomeada, passando a se chamar Instituto Brasileiro de Turismo, absorvendo atribuições do Conselho Nacional de Turismo, como a formulação e coordenação da Política Nacional de Turismo. Esta Política será planejada conforme disposto no Decreto 448 de 1992.

Mario Beni, catedrático do curso de graduação de turismo da Universidade de São Paulo e membro do Conselho Nacional de Turismo, em 1991 publica suas considerações sobre o desempenho do Sistema Nacional de Turismo. Ele aponta uma das principais dificuldades das instituições públicas a indefinição de uma política nacional de turismo, para ele um dos maiores entraves à definição de planos e programas de ação no âmbito das organizações. Outras dificuldades constatadas foram a falta de integração e coordenação entre os organismos oficiais de turismo em todos os níveis; a inexistência de uma ação intersetorial no desenvolvimento do turismo; e a acentuada modificação no processo diretivo a cada mudança de governo acarretando descontinuidade administrativa e indefinição de prioridades políticas para o setor. Foram apontadas também a carência de mão de obra qualificada e especializada, com a conseqüente ausência de pesquisas científicas necessárias ao conhecimento do fenômeno turístico; bem como a escassez de recursos financeiros para o exercício de uma administração pública mais profissional, o que reflete de maneira negativa sobre o grau de motivação de todos os níveis funcionais do setor (BENI, 1991, p. 161-99). Ao observarem-se as ações tomadas pelos governos seguintes, pode-se supor a importante influência do professor no campo turístico brasileiro e notar o impacto de seu diagnóstico na agenda pública na década de 1990.

A posse de Fernando Affonso Collor de Mello (1990-1992) marcava, simbolicamente, o final de um longo e complicado processo de transição democrática. Alguns fatos marcantes que tornaram o período uma sucessão de crises econômicas e políticas, que levariam ao impeachment do Presidente em 1992 (KINZO, 2001).

No governo de Fernando Collor de Mello, o Brasil aderiu aos postulados neoliberais recém consolidados no consenso de Washington, que estariam fortemente presentes no país até 2002. A ação governamental no turismo consubstancia-se em dois dispositivos legais. No bojo da reforma administrativa do governo, o primeiro foi a alteração da denominação e competências da Embratur. A Embratur passa a Instituto Brasileiro de Turismo e assume a responsabilidade de formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional de Turismo. A expectativa era de que o órgão promoveria a passagem de um capitalismo tutelado pelo Estado para um capitalismo moderno, baseado na eficiência e competitividade, em que o setor privado assumiria a função impulsionadora. Ainda, é extinto o Conselho Nacional de Turismo, sendo seu acervo, atribuições e competências transferidos para a Embratur, além de revitalizado o Fungetur, bem como os incentivos fiscais do setor.

O segundo dispositivo é regulamentação da Política Nacional de Turismo, que tinha como princípio a descentralização das ações do Estado. Para isso foram definidos os meios de planejar e executar as ações governamentais nos estados e municípios, orientando também o setor privado. Eram objetivos da Política Nacional de Turismo: “democratizar o acesso ao Turismo Nacional; reduzir as disparidades sociais e econômicas de ordem regional; aumentar os fluxos turísticos, a taxa de permanência e o gasto médio de turistas estrangeiros; difundir novos pontos turísticos” (DECRETO Nº 448, de 14 de FEVEREIRO de 1992).

A assimilação de temas como democratização do acesso ao turismo e redução de disparidades regionais à Política Nacional de Turismo refletia os compromissos assumidos com a redemocratização, como a ampliação do papel dos governos subnacionais e a diminuição da concentração econômica³⁶.

Para implementar a Política Nacional de Turismo, no mesmo ano foi criado o Plano Nacional do Turismo (Plantur), composto por sete programas: Programa Polos Turísticos, Programa Turismo Interno, Programa Mercosul, Programa Ecoturismo, Programa Marketing Internacional, Programa Qualidade e Produtividade do Setor Turístico, e Programa de Formação de Recursos Humanos. Os objetivos do Plantur, seguindo visível tendência neoliberal, foram voltados para reestruturar o turismo a partir da parceria entre o setor público e privado, contando também com o apoio dos bancos e organismos internacionais.

Dentre as ações de desenvolvimento de polos turísticos, o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Nordeste (Prodetur/NE) foi o principal instrumento de desenvolvimento regional, e não estava vinculado ao Plantur. Foi concebido pelo Governo Federal para atender aos governos estaduais do Nordeste, na tentativa de dinamizar sua economia regional. O Programa foi criado pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) com o apoio da Embratur e envolvia outros quatro Ministérios e a Presidência da República. O objetivo geral do Projeto era fortalecer o turismo no nordeste, consolidando a região como importante destinação turística nacional e internacional. Nos dois anos do governo Collor as ações no setor ficaram apenas nas intenções, e a execução da Política Nacional de Turismo só viria a ocorrer com seu sucessor.

O ano de 1992 foi marcado por profundas crises no Brasil. Algumas medidas irão tentar garantir a sustentação da Política Nacional de Turismo, demonstrando sua importância como base de apoio a política econômica e alternativa para superar o período de crise. O governo de Itamar Franco (1992-1995) criou, em novembro de 1992, a Secretaria Nacional de

³⁶ Segundo Souza e Carvalho (1999), apesar das mudanças decorrentes do processo de redemocratização, profundos desequilíbrios inter e intra-regionais persistiram.

Turismo e Serviços, vinculada ao recém-criado Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, além de realocar e reativar a Câmara Setorial de Turismo, que antes funcionava na Secretaria de Política Industrial. Para o novo governo a criação do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo e da Secretaria Nacional de Turismo e Serviços elevaria o turismo à mesma posição hierárquica de outras políticas, e facilitaria sua execução ao permitir melhor fruição das ações interministeriais, além de tornar visível a importância do setor para a comunidade internacional (CAVALCANTI; HORA, 2002). A inserção de pauta própria do turismo neste Ministério, não mais inserida na pauta do Comércio, demonstra a relevância que o setor foi adquirindo na estrutura organizacional do Estado brasileiro.

Outras medidas reforçariam a ampliação do escopo, forma e alcance da política de turismo brasileira. Em âmbito internacional, no contexto das discussões para criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), foi criada a Comissão de Turismo da América do Sul no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração – ALADI, em 1992, com o objetivo de incentivar a promoção do turismo entre os países sul-americanos e de melhor aproveitar os meios e recursos disponíveis para o desenvolvimento turístico de cada um dos países, sendo eles Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Já internamente, foi criada a Comissão Especial de Turismo Social em 1994, junto ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, para propor ao Presidente as diretrizes para uma Política Nacional de Turismo Social. No mesmo ano lançam-se as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, que objetivava ordenar o ecoturismo, harmonizando a atividade com a conservação do meio ambiente, de forma que pudesse resultar em benefícios regionais.

Também de 1994, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo, implementado no Brasil no período de 1994 a 2001, procurou introduzir uma metodologia de planejamento com enfoque participativo, formulada a partir de metodologias alemãs. O intuito era estimular o desenvolvimento turístico nacional a partir da descentralização política e do fortalecimento do planejamento turístico nos municípios. Seu objetivo era “fomentar o desenvolvimento turístico sustentável nos municípios, com base na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política”. Com o Programa, esperava-se dotar os municípios brasileiros de condições técnicas e organizacionais para que tivessem a capacidade de criar os seus Conselhos Municipais de Turismo, incluindo suas comunidades de forma participativa na formulação e na gestão do Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo

Sustentável (BRUSADIN, 2005).

Assim, nesse período de crise econômica, política e social o turismo incorporou novos discursos políticos, nos quais novas questões sociais e ambientais requerem atenção.

O primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) foi marcado por duas agendas principais: a estabilização monetária e as reformas constitucionais (COUTO; ABRUCIO, 2003). Outras ações importantes levadas a cabo pelo Executivo articularam-se e entrelaçaram-se a essas duas agendas. É o caso das privatizações, da reforma do sistema financeiro e do acordo da dívida dos estados.

A estabilização monetária, promovida pelo Plano Real, veio debelar uma inflação crônica, que acometia o país desde o início dos anos de 1980. O sucesso na política anti-inflacionária fez-se sentir ainda no segundo semestre de 1994, assegurando uma vitória relativamente fácil de FHC já no primeiro turno das eleições presidenciais (COUTO; ABRUCIO, 2003).

Segundo Couto e Abrucio (2003), ao longo do primeiro governo, dezesseis emendas constitucionais foram aprovadas pelo Congresso. As cinco primeiras emendas do período FHC eram todas referentes à desregulamentação dos mercados, à desestatização e à abertura econômica. A reeleição de Fernando Henrique era um elemento importante na estratégia política do governo, para a implementação de uma agenda que fosse além da política anti-inflacionária e das privatizações, procurando retomar o desenvolvimento. Contudo, seu segundo governo não conseguiu transitar da agenda estabilizadora para a retomada do crescimento sustentado.

Quanto ao estímulo às iniciativas públicas e privadas, já presente nas atribuições da EMBRATUR desde 1991, neste período ganhou força devido a política de desregulamentação dos mercados, desestatização e abertura econômica. Um aspecto novo é a preocupação com a melhoria da qualidade e produtividade do setor, aparente nos objetivos do Conselho Nacional de Turismo e nas reformas administrativas empreendidas na administração pública brasileira a partir da década de 1990.

Importantes medidas foram instituídas em relação à flexibilização da legislação e tiveram repercussão imediata no turismo internacional, como a dilatação de até cinco anos do prazo de validade para vistos de entrada de estrangeiros no país, atendendo, sobretudo, a antiga solicitação dos Estados Unidos; a retirada da restrição às bandeiras estrangeiras na operação cruzeiros marítimos e fluviais na costa e águas interiores brasileiras; e a desregulamentação do setor aéreo, em dezembro de 1997, que revogou o sistema de bandas

tarifárias liberando as companhias para dar descontos de até 65% nas tarifas domésticas e acabando com as restrições para o aumento de tarifas.

Para orientar o desenvolvimento do turismo, o governo Fernando Henrique Cardoso formulou a Política Nacional de Turismo 1996-1999. A Política reforça os objetivos de promoção e fortalecimento do turismo como fonte de renda, de geração de empregos e de preservação do meio ambiente. A Política salienta a necessidade de tornar o produto turístico brasileiro competitivo em nível internacional, através da busca de qualidade na prestação dos serviços e no correto gerenciamento dos recursos naturais e culturais, por todos os atores envolvidos neste processo, quer sejam públicos quer apenas privados. A política incorpora novas ideias relativas ao desenvolvimento sustentado, qualidade de vida, formação de mão de obra e satisfação do cliente como pressupostos para o desenvolvimento da atividade turística (CAVALCANTI; HORA, 2002).

Por medida provisória de 1998 foi criado o Ministério do Esporte e Turismo, com atribuições de formular e coordenar a política nacional de desenvolvimento do turismo, a promoção e divulgação do turismo no Brasil e exterior, estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo ao turismo, e o planejamento, coordenação, supervisão e avaliação de planos e programas de incentivo ao turismo. A EMBRATUR foi vinculada a este Ministério.

Já em 2002, além de ampliarem-se os membros do Conselho Nacional de Turismo, este assumiu novas tarefas, como estudar ações visando à democratização das atividades turísticas, zelar pela sustentabilidade ambiental, social e cultural, a defesa do consumidor e a melhoria da qualidade e produtividade turísticas. No mesmo ano, foram reorganizadas as Comissões da Câmara dos Deputados, sendo criada então a Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo. Ainda em 2002, com a extinção das Superintendências para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do Nordeste (SUDENE), foram estabelecidos setores prioritários para o desenvolvimento regional dessas regiões, sendo o turismo definido como um desses setores.

e) 2003-2016 - Suporte para o crescimento

De 2003 a 2016 o país retoma o crescimento econômico. Os resultados das políticas de promoção do turismo receptivo começam a mostrar seus efeitos no número de chegadas de turistas e no aporte de receitas estrangeiras, e o turismo se consolida na agenda pública como um dos eixos de suporte ao crescimento.

A tensão entre as agendas social, externa e de recuperação do desenvolvimento, de um

lado, e o enfoque ortodoxo sobre a inflação, de outro, que destina os superávits fiscais e comerciais para financiar os juros e serviços do endividamento, constitui uma importante dimensão do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) (MARTINS, 2008). O Presidente buscou recuperar a soberania externa e recuperar o papel ativo do estado em um mundo ainda fortemente neoliberal.

No primeiro ano do governo Lula foram implementadas ações no intuito de evitar o caos econômico, avançar o máximo possível na agenda de reformas e, sobretudo, manter o índice de aprovação popular num patamar alto. O governo optou por uma política econômica ortodoxa, com vistas a estabilizar a economia e restaurar a sua credibilidade, ameaçada no mercado financeiro internacional, dando continuidade àquela assumida pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), em consonância com as metas acordadas com o FMI (MARTINS, 2008). Por outro lado, a política social focalizava o combate à pobreza e a precarização do trabalho.

No ano de 2003, o turismo atingiu seu ápice institucional com a criação do Ministério do Turismo. Este Ministério foi encarregado de planejar, coordenar, supervisionar e avaliar o desenvolvimento do turismo no país. Suas atribuições eram a formulação e avaliação da política nacional de desenvolvimento sustentável do turismo, em suas dimensões econômica, social, ambiental, cultural e ética; estímulo à certificação de pessoas, atividades, empreendimentos e equipamentos no âmbito do Sistema Brasileiro de Certificação; apoio ao desenvolvimento de infraestrutura; promoção e divulgação interna e externa; estímulo às iniciativas públicas e privadas; incremento da qualidade e competitividade; e gestão do FUNGETUR.

Com sua criação, foram transferidas da EMBRATUR para o Ministério as competências relativas ao cadastramento de empresas, à classificação de empreendimentos dedicados às atividades turísticas e ao exercício da função fiscalizadora. Neste ano, o Conselho Nacional de Turismo foi mais uma vez ampliado e passou a vincular-se ao Ministério do Turismo, com atribuição de assessorar o Ministério para a formulação, implementação e avaliação da Política Nacional de Turismo. As comissões permanentes da Câmara dos Deputados foram novamente organizadas, bem como retomada a Comissão de Esporte e Turismo.

Ainda no ano de 2003 foi editado o Plano Nacional de Turismo: diretrizes, metas e programas 2003 – 2007, que definia o turismo como uma atividade estratégica com importante papel no equilíbrio da balança comercial e no ingresso de novas divisas, devido ao

aumento no fluxo de turistas estrangeiros e à atração de investimentos (PNT-2003-2007). O Plano propôs “um novo modelo de gestão descentralizada, cujo objetivo do Plano era desenvolver o produto turístico com qualidade e facilitar seu consumo nos mercados nacional e internacional. Para isso, definiram-se alguns eixos de ação, como diversificar e qualificar a oferta; ampliar e qualificar o mercado de trabalho; e aumentar a inserção competitiva no mercado internacional (PNT 2003-2007).

Parte integrante do Plano Nacional de Turismo, em 2004 o Ministério do Turismo lançou o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, como um

modelo de desenvolvimento integral, na perspectiva da inclusão social, com ênfase na igualdade de oportunidades (...), que busca reafirmar as formas de existência das comunidades (...) e uma contribuição para superar obstáculos e divergências, e pensar a geração de riqueza vinculada ao movimento de grupos sociais regionalmente organizados (...). (PRT, 2004, p.6).

O Programa foi construído pelo diálogo com os governos nacionais e municipais através de seus respectivos Fóruns de Turismo, sob a coordenação do Ministério do Turismo. O Programa de Regionalização apresentava-se como uma renovação em relação ao Programa de Municipalização anterior, pois buscava integrar municípios próximos, com características comuns ou não, transformando-os em regiões turísticas, para assim proporcionar uma maior oferta de produtos turísticos, atrair maior demanda e ainda dar oportunidade de desenvolvimento a municípios que sozinhos talvez não conseguissem destaque no mercado turísticos nacional ou internacional (PRT, 2004).

Em 2007 foi criado o Programa de Qualificação dos Serviços Turísticos, para a ampliação e aperfeiçoamento de tais serviços. Ainda em 2007, a EMBRATUR passou a ter como competências exclusivamente a promoção, marketing e apoio à comercialização dos destinos, produtos e serviços turísticos do Brasil no mercado internacional.

Segundo Araujo (2012), um balanço do PNT 2003-2007 revelou que as metas desse Plano não foram alcançadas plenamente. 2006 registrou a vinda de 5 milhões de turistas estrangeiros, 4 milhões aquém da meta estipulada; a geração de 4,3 bilhões de dólares em divisas, ao invés dos 8 bilhões de dólares almejados; a chegada de 46 milhões de passageiros em voos domésticos, contra os 65 milhões estimados; e a criação de 890 mil empregos formais e informais, ante os 1,2 milhão estipulados.

Então, no segundo mandato do Presidente Lula, o novo PNT 2007-2010 se propôs não somente a retomar as ações do plano anterior, como revigorá-las. Assim, o fortalecimento do mercado interno, a gestão descentralizada e os investimentos em infraestrutura, por meio do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), visavam dar a base para a consecução das novas

metas que previam: o crescimento do mercado interno de turismo; a geração de novos empregos e ocupações; a estruturação de destinos turísticos de padrão de qualidade internacional; e a geração de divisas. Esse Plano enfatizava a necessidade de fomentar “a consolidação de uma rede de entidades e instituições, em todo o território nacional, envolvendo o poder público nas três esferas de governo, a iniciativa privada e o terceiro setor” (PNT 2007-2010, p.). É nesse ínterim que em 2008 foi criado o Comitê de Gestão da Candidatura do Rio de Janeiro aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Neste ano as ações governamentais em turismo concentraram-se nas disposições da Lei 11.771 de 2008, sobre a Política Nacional de Turismo.

A Política Nacional de Turismo é regida por um conjunto de leis e normas, voltadas ao planejamento e ordenamento do setor, e por diretrizes, metas e programas definidos no Plano Nacional do Turismo. A Política Nacional de Turismo obedecerá aos princípios constitucionais da livre iniciativa, da descentralização, da regionalização e do desenvolvimento econômico-social justo e sustentável (Lei 11.771 de 2008).

Dentre seus objetivos figuravam: prover crédito ao setor, promover a imagem do produto turístico brasileiro no mercado nacional e internacional, promover o aumento de turistas e divisas, incorporar de novos segmentos ao mercado interno, proteger o patrimônio natural e cultural, orientar o setor privado e informar a sociedade.

A mesma Lei instituiu o Sistema Nacional de Turismo, para facilitar o alcance das metas do Plano Nacional de Turismo, ao estimular a integração dos diversos segmentos do setor e o intercâmbio com entidades nacionais e internacionais. O Sistema Nacional de Turismo é composto pelo: a) Ministério do Turismo; b) Embratur; c) Conselho Nacional de Turismo³⁷; e d) Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, cabendo aos dois últimos assessorar ao ministro de Estado na formulação e aplicação da Política Nacional de Turismo e dos planos, programas, projetos e atividades derivados. No mesmo ano foi criado o Comitê Interministerial de Facilitação Turística, para compatibilizar a execução da Política Nacional de Turismo com as demais políticas públicas.

Do período que se estende de 2003 a 2010, as políticas públicas de turismo almejam o desenvolvimento do turismo interno e o habitual incremento do fluxo externo, mas principalmente o aumento da competitividade do setor, pela busca da qualidade, produtividade e sustentabilidade. A estruturação do turismo no Estado demonstra o aumento

³⁷ O Conselho Nacional de Turismo é formado por representantes do governo federal e dos diversos segmentos do turismo, como empresas privadas, entidades de classe, organizações da sociedade. O Fórum é um colegiado formado pelos secretários de Estado de Turismo e/ou dirigentes de Órgãos Estaduais de Turismo que se reúnem para deliberar sobre os temas relevantes do turismo.

do status do setor e a permeabilidade da política às influências de entidades privadas e de outros órgãos e níveis da administração pública.

A presidente Dilma Rousseff (de 2011 à atualidade) começou seu governo com uma proposta de continuidade do governo Lula. Pretendia dar continuidade ao desempenho de seu antecessor, que combinara taxas elevadas de crescimento com redução da desigualdade econômica. Mas recebeu para governar um país cuja economia continuava a crescer a uma taxa muito inferior (BRESSER-PEREIRA, 2013).

A situação internacional, que melhorara depois da crise financeira global de 2008, voltou a se deteriorar em 2011 devido à recuperação insatisfatória da economia americana e, principalmente, à crise do euro. Em consequência, todos os países ricos apresentaram taxas de crescimento muito baixas senão negativas em 2012, e a demanda pelos bens exportados pelo Brasil diminuiu (BRESSER-PEREIRA, 2013).

Em 2012, o PIB brasileiro revelou-se decepcionante, o processo do Mensalão e posteriormente a operação Lava Jato³⁸ destruíram a imagem do partido governista e de seus aliados, como o próprio ex-presidente Lula, e a oposição passou para o ataque ao governo. Tais fatores provocaram uma grave crise política e forte instabilidade econômica. Como o setor primário não tem capacidade de absorver o desemprego, ou a falta de emprego, da indústria, o excedente de mão de obra tende a direcionar-se para o setor de serviços (BRESSER-PEREIRA, 2013). É neste contexto que a política de turismo será mais uma vez tomada como alternativa econômica e fonte de emprego e divisas.

No governo de Dilma Rouseff, a política nacional passa a priorizar os investimentos em criação e melhoria da infraestrutura de apoio, turística e esportiva para sediar os dois maiores eventos esportivos do mundo, a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e as Olimpíadas em 2016. O Plano Nacional de Turismo 2013-2016 se lança como um “esforço integrado do governo federal, iniciativa privada e terceiro setor, por meio do Conselho Nacional de Turismo, sob a coordenação do Ministério do Turismo” (PNT 2013-2016, p.8) para

sair da sexta para a terceira economia turística do planeta, ficando atrás apenas da China e dos Estados Unidos, [o que] exigirá um crescimento anual médio de mais de 8% no turismo, taxa superior ao crescimento médio dessa atividade no mundo e ao próprio crescimento do nosso PIB. (PNT 2013-2016, p. 6).

Alinhado ao Plano Plurianual 2012-2015, o PNT 2013-2016 define as contribuições do

³⁸ A investigação do esquema de compra de votos de parlamentares, chamado Mensalão, provocou forte repercussão no primeiro mandato do Presidente Lula. Já a Operação Lava Jato refere-se a investigação iniciada no governo de Dilma Rousseff, em 2014, para apurar um esquema de lavagem de dinheiro, considerado pela Polícia Federal como a maior investigação de corrupção da história do país.

setor para o desenvolvimento econômico, social e a erradicação da pobreza, baseado no índice de crescimento do setor, 18,5% entre 2007 e 2011, e na geração de empregos, quase três milhões de empregos diretos entre 2003 e 2012, de acordo com o Plano. As diretrizes que orientam sua execução são a participação e o diálogo com a sociedade; a geração de oportunidades de emprego e empreendedorismo; o incentivo à inovação e ao conhecimento, e a regionalização como abordagem territorial e institucional para o planejamento.

O objetivo do Plano é basicamente melhorar a qualidade e competitividade do turismo brasileiro para os megaeventos e incentivar tanto os brasileiros como os estrangeiros a viajarem pelo Brasil, visando incrementar a geração de divisas. Nesse contexto, alguns planos de ações foram formulados pelo Ministério para aperfeiçoar os recursos humanos; instalar e adequar a infraestrutura urbana, via Plano de Aceleração do Crescimento (PAC); realizar o marketing nacional, via Plano Cores do Brasil; e marketing internacional, via Plano Aquarela. Nota-se que o ideário de desenvolvimentismo continua a marcar a atividade turística por mais de cinquenta anos.

3.1.3 Políticas públicas de turismo no México

a) 1921-1933 – Estabilidade e modernização

O período que se estende de 1921 a 1933 é marcado por objetivos de estabilização política e social, e pelo intuito de modernização, representada pela diversificação das atividades econômicas para além da produção agrária.

Na década de 1920 do século passado, o México ainda estava lutando para construir um país economicamente forte, organizado e livre de violência. A Revolução Mexicana³⁹ parecia ter preparado o terreno para este projeto dando um novo sentido de ordem. No entanto, a luta pelo poder permaneceu em vigor entre dois grupos pós-revolucionários: os "constitucionalistas", tinham uma concepção de Estado baseado no crescimento econômico e na expansão do setor privado e eram liderados por Venustiano Carranza e Álvaro Obregon; e o "agrícola", que concebia um estado diferente, baseado em princípios de justiça social,

³⁹Durante a ditadura de Porfirio Díaz (1876-1911) o México viveu uma época de modernização econômica conservadora, isto é, que beneficiava as elites. Francisco Madero, um fazendeiro liberal, liderou o movimento de revolta popular que derrubou Porfirio Díaz (1911) e a burguesia rural mexicana tomou o poder. Se sentido mais uma vez excluída, uma massa camponesa se revoltou pelo país, liderada por Emiliano Zapata (no Sul) e Pancho Vila (no Norte), ameaçando o poder instituído pelos latifundiários. A revolução mexicana terminou com o assassinato dos líderes revolucionários (VILLA, 1993).

organizado por figuras influentes da época como Emiliano Zapata e Francisco Villa. Contudo, os assassinatos de Zapata e Carranza levaram ao fim das negociações e à tomada do poder pelo constitucionalista Alvaro Obregon (RODRIGUÉZ, 2015).

Uma das maiores aspirações da classe política no poder era transformar o México em uma nação pacífica, economicamente próspera e moderna. Este projeto parecia bastante complexo considerando o fato de que naquela época o México era um país em grande parte rural. Ambos, Obregon e seu sucessor Plutarco Elías Calles (1924 -1928), estavam cientes da grande necessidade de obter fundos econômicos necessários para realizar suas aspirações. Assim, optaram por conceder à iniciativa privada a liberdade para expandir suas atividades em todos os setores econômicos em que o Estado fora inatante. Assim, com o passar dos anos, os interesses privados gradualmente dominaram a agenda política nacional, deixando os problemas sociais do país se aprofundarem (RODRIGUÉZ, 2015).

A criação do Partido Nacional Revolucionário (PNR), em 1929, contribuiu decisivamente para o início de uma estabilidade política garantida pela força, que impediu que o poder político fosse alcançado por outros grupos. Coincidentemente, é durante este período que se inicia o desenvolvimento de um setor econômico que não tinha sido considerado até então pela classe política, o turismo (RODRIGUÉZ, 2015).

O turismo entra na agenda pública mexicana em fins da década de 1920. Este período foi crucial para a proliferação de redes público-privadas que lançaram as bases de uma indústria do turismo nascente, mas desorganizada. Devido aos episódios constantes de violência, poucos visitantes internacionais (originados principalmente dos Estados Unidos da América) ousaram entrar no país. Os primeiros destinos turísticos no México eram cidades fronteiriças como Ciudad Juarez, Matamoros, Mexicali, e Tijuana (JIMENEZ MARTINEZ, 1992). Além da proximidade geográfica entre os Estados Unidos e o México, outro fator importante a considerar no crescimento dessas cidades como destinos turísticos foi a proibição da produção e consumo de álcool pelo governo estadunidense. O fluxo constante de visitantes vindos deste país para aquelas cidades resultou na construção das primeiras redes privadas entre mexicanos e estadunidenses e culminou com criação de negócios como casas de apostas, bares, bordéis e pistas de corrida. Derivado desse sucesso econômico inicial, o interesse da classe política pelo setor de turismo começou a crescer a ponto inclusive de se envolverem diretamente com a atividade, através de parcerias com empresários ou da aquisição de empresas relacionadas (RODRIGUÉZ, 2011).

Apesar do nascente sucesso econômico do turismo, a atividade não poderia se

expandir da fronteira para o interior mexicano devido a má qualidade das estradas, infraestrutura e serviços, tendo em vista que a maioria das conexões terrestres entre o norte e centro do país ainda estavam em construção no início dos anos 1930 (JIMENEZ MARTINÉZ, 1992). Entretanto, o presidente Emilio Portes Gil (1928-1930), ainda em 1928, proferiu o primeiro discurso político oficial em referência ao turismo na ocasião da abertura do Congresso Nacional afirmando que “o fluxo intenso de turistas que nos visitaram nos últimos anos faz manifestar a necessidade que o governo preste total atenção a esta nova prosperidade” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1966; *apud* RODRIGUEZ, 2015, p. 1024).

Desde o início, a motivação principal para a incorporação do turismo à agenda pública foram suas implicações econômicas. O turismo foi considerado como um elemento impulsionador de outros setores econômicos, tais como agricultura e a indústria, capaz de reduzir a necessidade de financiamento externo e empréstimos.

No início dos anos 1930, o interesse do governo mexicano no turismo se voltou para atrair turistas internacionais devido aos supostos benefícios da entrada de moeda estrangeira na economia nacional, já que o turismo interno neste período era incipiente e concebido como uma atividade exclusiva de classes sociais privilegiadas. Assim, o turismo internacional se justificava pela proximidade geográfica com os Estados Unidos, principal emissor de turistas no mundo já naquele período, mas requeria grandes investimentos públicos para alavancar esses fluxos de visitantes para o interior do país.

Numa década em que os efeitos da Grande Depressão de 1929 causavam um grande caos econômico, era necessário justificar os grandes investimentos em turismo que não pareciam se alinhar às prioridades sociais do país. O discurso político se baseou, então, em conceitos como crescimento econômico, desenvolvimento e modernidade. O ambiente de crise serviu de base legitimadora para atividades como o turismo serem mais apoiadas do que nunca, por representarem uma alternativa econômica no curto prazo (RODRIGUÉZ, 2015).

Iniciam-se assim os investimentos públicos em infraestrutura, promoção e na construção institucional do turismo, como a Comissão Pró-Turismo e a Associação Automobilística Mexicana. De acordo com Merrill (2009, p. 66) citado por Rodríguez (2015), graças a todos estes esforços o México passou de 75.000 visitantes em 1935 para 127.000 em 1939. Neste processo, cresceu o envolvimento do governo no desenvolvimento do turismo, tanto por meio de investimentos compartilhados com o setor privado como através da participação direta do Banco do México. As obras e ações empreendidas ajudaram a criar uma imagem de modernidade e desenvolvimento, e deixaram a sensação de que essa indústria

poderia ser capaz de gerar efeitos econômicos no curto prazo. A partir de então o turismo ganharia cada vez maior atenção governamental.

b) 1934-1940 – Coesão e Nacionalismo

Similarmente à Argentina e ao Brasil, as políticas mexicana até 1944 pretendiam promover a unificação nacional e buscar a superação do atraso econômico. Nesse país, a valorização das raízes culturais da nação permitiu construir uma identidade que contribuiu para a organização interna e para a promoção de uma imagem turística no exterior. Apesar de alguns progressos em termos de estabilidade política e econômica, em meados dos anos 1930 ainda havia uma grande agitação social nos setores mais desfavorecidos da população mexicana derivado das promessas revolucionárias não cumpridas. A medida que avançaram o fluxo de investimentos estrangeiros e grandes mudanças no território tornou-se aparente que os benefícios econômicos gerados pelo turismo não seriam distribuídos uniformemente. Tal constatação deu origem à construção de um discurso alternativo ao "moderno", promovido principalmente por personagens identificados como "nacionalistas culturais" que apoiaram a ideia de construir um país de mexicanos para os mexicanos (COHN, 2002)

Desde a independência até esse período o México ainda era um país culturalmente fragmentado, com poucos elementos de coesão. A iniciativa de resgatar raízes culturais indígenas e mestiças pretendia então formatar um país mais unificado. Nesse cenário ascende ao poder Lazaro Cárdenas (1934-1940), que estabeleceu uma nova visão nacional baseada no nacionalismo e na justiça social. Desde o início do seu mandato, Lazaro Cárdenas dedicou-se à geração de mudanças estruturais que se refletiram na redistribuição de terras, expansão da indústria nacional e nacionalização de bens e recursos estrangeiros (GINZBERG, 1997). Dentre os principais objetivos de Cárdenas estava alterar a orientação do desenvolvimento do turismo para cumprir os objetivos da agenda nacionalista. Isto pode ser visto em declarações como abaixo:

Eu considero muito importante promover o fluxo de visitantes entre os diferentes países da América... além dos benefícios econômicos que esta indústria gera, o turismo também deve contribuir para a compreensão mútua entre os homens... acima de tudo, devemos ajudar a semear as sementes da boa vontade e reduzir as diferenças culturais com o intuito de unificar forças para resolver problemas comuns. (ARQUIVO GERAL DA NAÇÃO, *apud* RODRIGUÉZ, 2015, p.6).

A atividade turística no México diminuiu durante esses anos por causa dos efeitos negativos do processo de desapropriação de terras (RODRIGUÉZ, 2011). Embora o turismo

nunca tenha sido uma prioridade da administração de Cárdenas, algumas ações refletiam a vontade do governo de manter em movimento o desenvolvimento turístico, como a manutenção das linhas de crédito e incentivos fiscais pelo Banco do México, principalmente para obras de infraestrutura e construção de hotéis. Em torno de uma ideologia nacionalista e avesso ao discurso modernizador predecessor, o governo começou a utilizar as paisagens rurais da época, símbolos e imagens do passado indígena para mandar mensagens ao mundo que informassem sobre a construção de uma *mexicanidade*, que irão se refletir na imagem turística do país no exterior até hoje.

c) *1940-1946 – Retomada da Modernização*

No período de 1940 a 1946 a política nacionalista é suprimida pela prosperidade econômica promovida pelas vantajosas relações com os Estados Unidos, e os objetivos nacionalistas são substituídos por outros modernizadores, segundo os quais a promoção do turismo se apresenta como uma alternativa de diversificação da base econômica.

Uma vez concluída a administração de Lázaro Cárdenas, a continuidade de uma política nacionalista parecia estar assegurada através de uma transição de poder sem grandes disputas políticas. O presidente eleito, Manuel Avila Camacho (1940-1946), porém, não foi capaz de manter a orientação anterior devido a um fator externo que redirecionou as motivações políticas em função do novo contexto político e econômico trazido pela Segunda Guerra Mundial. A decisão dos Estados Unidos de participar da Segunda Guerra em 1941 mudou dramaticamente as relações diplomáticas e comerciais entre o país e o México, e beneficiou diretamente a economia mexicana uma vez que o país se tornou um dos principais fornecedores de produtos agrícolas e bens manufaturados nos anos da Guerra. A prosperidade econômica deste período fez com que o governo de Avila Camacho apresentasse uma atitude totalmente colaborativa com o vizinho do norte e mantivesse suas fronteiras abertas para um duplo fim, militar e comercial. Foi assim que a ideologia de justiça social conduzida por Lázaro Cárdenas foi abandonada progressivamente e redirecionada para os objetivos industrializadores e urbanizadores modernistas.

A Segunda Guerra também trouxe benefícios indiretos para o turismo no México. Os contínuos conflitos armados na Europa impediram o livre fluxo de visitantes norte-americanos para aquela região, fazendo da América Latina o principal destino, especialmente o México devido à sua proximidade geográfica. Neste período se expandiram as relações comerciais e

novas redes de cooperação. Além disso, foram abertos novos escritórios de promoção e representação do México no exterior e realizadas visitas diplomáticas para fins promocionais. Também foi implementada uma política de incentivos econômicos conhecida como "peso por peso", com um investimento igual do governo para cada peso investido pelo setor privado na indústria do turismo (JIMENEZ MARTINÉZ, 1992).

Esta nova mudança (ideológica, política e econômica) gerou na indústria do turismo uma imagem híbrida, uma moderna e outra nacionalista. Campanhas de promoção e de comercialização turística estavam determinadas a mostrar um país exótico, rural, com grande apego ao passado indígena, que pareciam trazer bons resultados na atração de visitantes. Tal foi o impacto comercial desta construção cultural que muitas destas imagens têm permanecido por décadas na oferta publicitária do México⁴⁰.

d) 1946-1952 – Reativação Econômica para o Desenvolvimento

No período de 1946 a 1952 a situação econômica mudou, o processo de industrialização foi interrompido e é declarada a importância do turismo para a economia mexicana.

Uma vez findada a Segunda Guerra Mundial, a situação econômica do México mudou drasticamente. Setores da economia dos Estados Unidos voltaram gradualmente à sua necessidade normal de produção dispensando a produção mexicana. O efeito imediato disso foi que o processo de industrialização dos anos de guerra parou intempestivamente. Diante disso, a posição assumida pela nova administração de Miguel Alemán Valdez (1946-1952) foi tentar minimizar os efeitos mais negativos da desaceleração econômica do pós-guerra adotando medidas protecionistas (RODRIGUÉZ, 2011)

Miguel Alemán foi o presidente que mais atenção direcionou para o turismo. Afirmou publicamente a importância deste setor para fazer do México uma nação industrializada e moderna⁴¹. Alemán adotou o desenvolvimento do turismo como parte de um projeto nacional para alcançar os níveis de progresso dos países desenvolvidos. As ações específicas do governo no turismo focaram a construção de infraestrutura (rede de estradas e aeroportos), regulamentação (primeira Lei Federal de Turismo, em 1948) e reorganização institucional dentro do governo (criação do Comitê Nacional Pró-turismo). Essas ações tinham a intenção

⁴⁰ Ver campanhas promocionais do Conselho de Promoção Turística do México em: <http://www.cptm.com.mx>

⁴¹ Escobar (1995) indica que a adoção das ideias de progresso e modernização pelos países da América Latina naquela época eram o resultado da penetração de intensa campanha Ideológica do presidente dos Estados Unidos, Harry S. Truman, através da criação de um discursivo sobre um "mundo desenvolvido" e um "sub-desenvolvido" (RODRIGUÉZ, 2015).

de recuperar o crescimento do turismo interrompido durante a Segunda Guerra Mundial e aparentemente indispensável para os objetivos econômicos do governo (Arquivo Geral da Nação, *apud* RODRIGUEZ, 2015).

A partir do governo de Alemán, até o final da década de 1950, se empreenderam ações para dotar o país de infraestrutura e promoção turística, além de facilitar os trâmites migratórios para os visitantes estrangeiros. A infraestrutura terrestre melhorou, e a infraestrutura aérea se fortaleceu com as melhorias dos aeroportos da Cidade do México, de Acapulco e de Tijuana, que começaram a operar linhas aéreas internacionais como Air France, KLM, Aerovías Guest e Pan Am, realizando o primeiro voo comercial para a Europa (Cidade do México-Madri) em 1948⁴².

O setor hoteleiro também foi alavancado. Enquanto em 1946 se contava com 4.200 habitações, em 1958 havia 2.998 hotéis e 82.438 quartos. Para satisfazer a demanda em crescimento, nesta época foram facilitados os financiamentos para investidores estrangeiros e nacionais e entraram em operação cadeias hoteleiras como a West Internacional e Hilton⁴³.

É importante mencionar que foi neste momento em que o México se despontou no cenário mundial do turismo com a emergência de Acapulco como destino. O governo de Miguel Alemán investiu grande quantidade de recursos públicos na construção de estradas e infraestrutura necessária para atrair a atenção internacional e o investimento privado para o destino. Apesar do sucesso de Acapulco como destino turístico, o modelo de desenvolvimento adotado refletia uma distribuição profundamente desigual da riqueza (GÓMEZ JARA, 1974).

Assim, os discursos de progresso e modernidade em torno do turismo começaram a se fragilizar, denotando que os benefícios econômicos estariam concentrados em determinadas mãos e regiões. Apesar da caracterização do turismo como uma indústria com lucros principalmente privados, o discurso e os investimentos públicos fortaleciam o entendimento do turismo associado ao desenvolvimento (RODRIGUÉZ, 2011). Desde então, o turismo no México nunca perderia a sua legitimidade e status de veículo indispensável para o desenvolvimento.

e) 1952-1958 – Liberalização e planejamento

De 1952 a 1958 o papel do Estado no desenvolvimento do turismo é reduzido, e são

⁴² Centro de Estudios Sociales y de Opinión Pública, "Antecedentes", en *Turismo* [Actualización: 23 de marzo de 2006], en www.diputados.gob.mx/cesop/

⁴³ Idem

dados estímulos para o investimento privado no setor, cabendo ao Estado a função de planejar o desenvolvimento da atividade. Em 1952, a indústria do turismo parecia estar crescendo consistentemente. A visão de Ruíz Cortines sobre o turismo, no entanto, seria completamente diferente da de seu antecessor Miguel Alemán. Para o presidente Ruíz, o papel do Estado no desenvolvimento do turismo deveria ser mínimo, devendo o setor privado assumir a maior parte das responsabilidades de planejamento e financiamento.

Ruíz transformou o discurso político em torno do turismo ao dar-lhe um tom moralista. O presidente declarou ao anunciar sua estratégia para o setor:

Embora seja meu objetivo promover esta importante fonte de renda [referindo-se ao turismo], também é necessário que as atividades turísticas respeitem os nossos costumes e princípios éticos. Devemos manter bons padrões morais nas nossas destinações turísticas, enfatizando o desfrute de atividades prazerosas e de locais de beleza natural. Devemos proibir o tipo de lucratividade que advém da comercialização de atividades que envolvem paixões e vícios humanos degradantes, e evitar dar ao nosso país uma imagem falsa e distorcida. Temos uma história como poucas outras nações possuem; isso é o que devemos mostrar ao mundo. (FONATUR, 1988, p. 9 apud RODRIGUÉZ, 2015).

Esta declaração refletiu a visão de Ruíz sobre o turismo como uma atividade econômica com custos sociais e culturais para o país, haja visto o crescimento de atividades como os jogos de azar e a prostituição em destinos como Acapulco e em outros países.

Apesar dos impactos do turismo, os técnicos dos órgãos de turismo consideraram o desenvolvimento do turismo como um elemento crucial dentro de sua agenda e pressionaram para a criação de uma base institucional mais forte (RODRIGUÉZ, 2011). Sua estratégia para ampliar a presença do Estado no turismo resultou na criação de instituições como o Fundo de Garantia e Fomento do Turismo (FOGATUR), em 1956. Segundo PEREZ (2015), o FOGATUR foi criado com o objetivo de conceder créditos para estimular o investimento em novos centros turísticos e estimular a demanda turística interna e externa.

Isto porque vários problemas preexistiam em prejuízo do crescimento do turismo no país, como procedimentos excessivos na alfândega, as más condições das estradas, a falta de promoção oficial e uma fraca regulamentação dos serviços de turismo. Além disso, a oferta turística se concentrava em quatro principais destinos, Acapulco, Ciudad Juárez, Mazatlán, e Tijuana. A falta de planejamento foi considerada o principal problema a produzir consideráveis efeitos negativos, como o crescimento descontrolado, a migração em massa, a falta de infraestrutura básica e serviços públicos, a inflação, e outros. Neste sentido, a criação do FOGATUR foi considerada uma resposta para a resolução destes problemas, ao propor a implementação do planejamento e prover suporte financeiro.

f) 1958-82 – *Doutrinário internacional para o desenvolvimento*

De 1958 a 1982 relatórios internacionais apontam como alternativa para os países subdesenvolvidos o desenvolvimento da indústria do turismo, que se estabelece definitivamente, aos moldes desse doutrinário, na agenda pública mexicana.

No final da década de 1950 e no início da década de 1960, apesar da estabilidade econômica e dos resultados positivos da economia nacional, um descontentamento social generalizado crescia derivado da distribuição desigual de riqueza produzida. Esse ambiente somado ao grande crescimento demográfico por que passou o país fez surgir enormes dificuldades em oferecer trabalho para uma grande massa de trabalhadores pouco qualificados ou mesmo desqualificados para os trabalhos industriais (RODRIGUÉZ, 2011).

Internacionalmente, a paisagem política do início da década de 1960 apresentava tensões derivadas da Guerra Fria, da Guerra do Vietnã e da Revolução Cubana que levaram à radicalização de posturas ideológicas entre dois blocos econômicos. O governo mexicano tinha o desafio de definir uma posição nessa batalha global levando em consideração as possíveis implicações econômicas dessa decisão.

Neste contexto, a administração do presidente dos Estados Unidos John F. Kennedy (1961-1963) era muito enfática na construção de um discurso de desenvolvimento sob uma política chamada "Aliança para o Progresso". Esta política tinha como objetivo principal formular um programa de desenvolvimento baseado em um plano de assistência financeira dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, especialmente na América Latina. Esta iniciativa foi interpretada como uma continuação do discurso do presidente Truman (1945-1953)⁴⁴, refletindo o interesse dos Estados Unidos em espalhar seu poder político para além das suas fronteiras.

A partir dessa visão de desenvolvimento, o turismo foi promovido internacionalmente como um veículo para se alcançar os padrões econômicos e sociais dos países centrais. O intuito desses países, porém, não era induzir a supressão da desigualdade estrutural, ao contrário, era viabilizar seu domínio ideológico, além do econômico, sobre os países subdesenvolvidos. Segundo Jiménez Martínez (1992, p.52-53),

os Estados Unidos consideraram que encorajar a comunicação por meio das viagens

⁴⁴Esteve (1996, p. 53-54.) argumenta que a noção de subdesenvolvimento foi concebida em 20 de janeiro de 1949, quando Harry S. Truman assumiu a presidência dos Estados Unidos (1945-1953) e proferiu seu discurso inaugural: "Devemos empreender um novo programa audaz que permita que os benefícios de nossos avanços científicos e nosso progresso industrial sirvam para a melhoria e o crescimento das áreas subdesenvolvidas".

internacionais era a melhor maneira de consolidar a sua posição ideológica, adotando as medidas necessárias para que o turismo e outros meios de comunicação pudessem penetrar economicamente e culturalmente nos países em desenvolvimento (...). Assim, esses países [em desenvolvimento] foram convidados a abrir suas fronteiras aos turistas, e dar prioridade ao turismo nas suas economias.

A administração do presidente mexicano Adolfo López Mateos (1958-1964) assimilou e reproduziu esse discurso desenvolvimentista, retratando o turismo não só como veículo de desenvolvimento, mas também como um instrumento de integração internacional.

Para o México, o turismo não é apenas uma indústria que é fundamental para a economia em desenvolvimento, mas também um meio importante para o fortalecimento dos laços de compreensão humana e inteligência internacional. Para nós, o turismo também tem a capacidade de aproximar diferentes povos. Nosso objetivo é apresentar aos turistas estrangeiros uma ideia correta sobre a nossa história e nossos costumes. Nós tentamos melhorar a qualidade do que é oferecido ao turista (...). Acreditamos que o turismo não deve basear-se na exploração do vício, mas sim em um conceito mais elevado que nos conduz ao enlace cultural e melhor compreensão entre os povos (FONATUR, 1988, p. 9 apud JIMÉNEZ MARTINÉZ, 1992, p.53).

A administração do presidente López Mateos, então, continuou com o processo de institucionalização do turismo criando o Departamento de Turismo, em 1959. Ao contrário do FOGATUR, o Departamento de Turismo era vinculado à Secretaria de Governo, estando mais próximo, assim, dos interesses e da agenda do grupo político. Rodríguez (2011) interpreta essa proximidade como o reconhecimento pelo grupo político da necessidade de participar mais ativamente da organização da indústria do turismo. Para o autor, tal aproximação pode representar a intenção dos políticos em equilibrar a tomada de decisões sobre o planejamento do turismo, capturada por tecnocratas de instituições como o FOGATUR.

Nesse ambiente político, a segunda Lei Federal do Turismo foi proposta pelo Departamento de Turismo, em 1961. Ao contrário da Lei anterior, de 1949, esta nova regulamentação foi orientada para dotar o Estado de uma estrutura legal mais abrangente para expandir seus poderes operacionais (JIMENEZ MARTINÉZ, 1992). Da mesma forma, uma instituição adicional foi criada para supervisionar as atividades de promoção do turismo pelo Estado, em 1961, o Conselho Nacional de Turismo. O Conselho, em coordenação com o Departamento de Turismo, tinha a atribuição de planejar a promoção do turismo internacional. À frente deste novo órgão estava a figura influente do ex-presidente Miguel Alemán, que ainda era reconhecido como um ator influente para levar a cabo esta tarefa devido a suas redes nacionais na indústria do turismo. Independente dos diferentes interesses que cercam a criação deste quadro institucional, FOGATUR, Departamento de Turismo e Conselho Nacional de Turismo, ele ajudou a criar as bases para o surgimento de uma nova estratégia política que

mudaria o funcionamento e a escala do turismo nos anos seguintes.

Uma nova agenda que pressupunha maior controle sobre o desenvolvimento do turismo se revelava neste período. O valor econômico desta indústria foi amplamente reconhecido pelo governo López Mateos em declarações como a seguinte: "com relação ao turismo, o objetivo é aumentar o número de turistas estrangeiros e nacionais em diferentes regiões do país a fim de aumentar o rendimento bruto derivado desta atividade estimado agora em 500 milhões de dólares por ano" (ARQUIVO GERAL DA NAÇÃO *apud* JIMENEZ MARTINÉZ, 1992).

Considerando o anterior, a formulação de um quadro institucional foi considerado indispensável para o desenvolvimento do turismo. Assim, um Plano Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PNDT) foi elaborado pela primeira vez no México, em 1962. O documento baseava-se nas estratégias de desenvolvimento aplicadas noutros países, como França, EUA e Espanha, tendo por objetivos principais desenvolver infraestruturas básicas e construir novos centros turísticos, realizar estudos especializados para avaliar centros turísticos em potencial e apoiar manifestações artística e culturais (JIMENEZ MARTINÉZ, 1992). É importante notar, contudo, que o Departamento de Turismo não contava com a credibilidade das diferentes associações de turismo no período, o que tornou a aplicação do plano difícil.

Apesar da aparente especialização do governo em assuntos de turismo, não se nota a existência de uma agenda comum ou coordenada nas ações das instituições - FOGATUR, Departamento de Turismo e Conselho Nacional de Turismo (RODRIGUÉZ, 2011). No entanto, o trabalho feito por estas instituições durante este período ajudou a identificar a necessidade de elaboração de uma política mais global de longo prazo para o desenvolvimento do turismo no México. A estratégia de longo prazo elaborada consistia na criação de novos centros turísticos em todo o território com uma abordagem de planejamento específica. Esta política foi chamada de Centros Integralmente Planejados⁴⁵, e tinha como premissa transformar estes locais em polos de desenvolvimento, a fim de melhorar as condições de áreas economicamente desfavorecidas.

As primeiras investigações para a seleção das áreas onde as novas estâncias turísticas deveriam ser construídas começaram em 1966 (FERREIRA; MARTINÉZ, 2011). A seleção

⁴⁵ A concepção de "Integralmente Planejado" supunha a definição não somente de um plano diretor para o componente turístico, com áreas hoteleiras, comerciais e para outros equipamentos turísticos, mas também para o centro populacional de apoio com todos os seus componentes de funcionamento, acesso, parques, escolas, centros de saúde, etc. (MADRID, 2015).

dos lugares devia cumprir os seguintes critérios: as estâncias deveriam ter custos de implementação viáveis; possuir recursos naturais excepcionais, e; ser construídas em áreas com um baixo índice de desenvolvimento econômico. Depois de um número considerável de viagens pelas zonas costeiras do país, foram selecionados cinco locais no final, Cancun (localizado na costa do Caribe), Ixtapa e Huatulco (ambos localizados no Costa do Pacífico) e, Loreto e Los Cabos (ambos localizados no Mar Cortés).

Todos os membros da equipe técnica do projeto eram vinculados ao Banco do México. A direção do projeto ficou a cargo de Antonio Enríquez Savignac, um economista mexicano formado em Harvard que já havia trabalhado para o Banco Interamericano de Desenvolvimento. O Banco do México assumiu a liderança excluindo as demais instituições responsáveis pelo desenvolvimento turístico possivelmente por duas razões, devido a fragmentação da estrutura institucional do turismo, que resultou na incapacidade de realizar um projeto dessa escala; e em função da reputação alcançada pelo Banco do México na implementação das políticas econômicas tendo em vista o sucesso do programa de estabilização econômica implementado na década de 1950 (CÁRDENAS, 2000).

A fim de consolidar a proposta dos Centros Integralmente Planejados, o Banco do México criou a Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Turístico (INFRATUR). Este novo organismo recebeu o orçamento e meios legais necessários à elaboração dos Planos Diretores e execução dos trabalhos preliminares nas áreas selecionadas. Esses Planos foram comuns em outros países em desenvolvimento, como o Egito, Sri-Lanka, Indonésia, Turquia e Malásia durante a década de 1960 (RODRIGUÉZ, 2011).

Rodríguez (2011) salienta a este respeito que os processos de decisão política no México de 1950 a 1982 tinham transcorrido de forma altamente reservada e que o poder de tomar decisões esteve centralizado em torno da presidência. Nesse sentido, a aprovação do presidente e seus colaboradores próximos foi fundamental para a continuação da política. O resultado deste arranjo foi o apoio financeiro da presidência à política, sob a condição de que o projeto fosse submetido à apreciação técnica e financeira de instituições internacionais de assistência ao desenvolvimento. Então, a INFRATUR procurou o apoio financeiro de instituições como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento apresentando os Planos Diretores preliminares de Cancún e Ixtapa. Os principais requisitos destas instituições para fornecer os empréstimos foram uma avaliação técnica dos Planos Diretores e uma inspeção física das áreas onde os projetos deviam ser desenvolvidos (RODRIGUÉZ, 2011) O presidente Gustavo Díaz Ordaz (1964-1970) ao publicizar a

implementação da política para o público no final da década de 1960 declarou o seguinte:

vamos criar centros turísticos em Quintana Roo [Cancun] e muitas outras partes do país. Temos um interesse especial na promoção do desenvolvimento do turismo, por duas razões fundamentais. Uma ... nós podemos ajudar ... nossos irmãos mexicanos a conseguir um melhor nível de vida e a obter um emprego ... e dois, porque o turismo ... traz de volta ... um rápido retorno ... sobre os investimentos que se faz para promovê-lo. (FONATUR, 1988, p. 12 apud RODRIGUEZ, 2011).

A década de 1970 é um período de prosperidade econômica para o México que se baseou no bom momento do petróleo mexicano em consequência da crise do petróleo internacional, provocada em grande medida pelos conflitos no Oriente Médio. Em menos de dez anos o México investiu na indústria petrolífera e duplicou sua produção de petróleo, para isso incorreu em importante dívida externa que mais tarde traria dificuldades para o país (RODRIGUÉZ, 2011).

No princípio dos anos setenta, um período de crise econômica mundial se reflete na diminuição do fluxo de viajantes no mundo. A decisão dos Estados Unidos de abandonar a convertibilidade de sua moeda em ouro gerou desajustes no sistema monetário internacional, o qual afetou fortemente o México ao diminuir suas exportações e aumentar os preços das importações. Diante disso, o país formulou uma nova estratégia de desenvolvimento chamada estabilizadora, a qual buscou incrementar a produção fazendo adequações políticas, econômicas e organizacionais para aumentar o nível de vida da população (RODRIGUÉZ, 2011)

Embora na época a abertura de novos centros turísticos objetivasse promover o desenvolvimento e integração de zonas de fraco desenvolvimento através do turismo internacional, diante do cenário externo, nas administrações de Luis Echeverría Alvarez (1970-1976) e José López Portillo (1976-1982) as políticas de turismo foram parcialmente reorientadas para o mercado interno. Criam-se organizações de turismo destinadas a promover a demanda doméstica e se criam Zonas de Desenvolvimento do Turismo Nacional para impulsionar o turismo interno.

O governo de Echeverría Alvarez conferiu grande importância ao turismo pelo seu aludido potencial de desenvolvimento econômico e social. O turismo vai ganhar espaço na agenda pública, manifesto com a promulgação de uma nova Lei de Fomento Turístico e com a criação do Fundo Nacional de Fomento ao Turismo, encarregado, entre outras tarefas, do impulso aos Centros Integralmente Planejados e da transformação do Departamento de Turismo em Secretaria de Turismo (MADRID, 2015).

Uma terceira Lei Federal de Turismo publicada em janeiro de 1974 nasce com a

finalidade de incluir no processo de desenvolvimento núcleos populacionais marginalizados, diminuir os desequilíbrios regionais, aumentar o número de visitantes e a duração da sua estada no país. Além disso, criou-se a Comissão Intersectorial Executiva de Turismo para coordenar e programar nas dependências do executivo as ações relacionadas à atividade. Pela primeira vez surge a preocupação com a inclusão e integração dos habitantes do país ao turismo. A Lei visava promover o intercâmbio cultural da população e contribuir para a integração social por meio do desenvolvimento do turismo popular, chamado turismo social, criando-se inclusive o Departamento de Turismo Social, em setembro de 1974. Esperava-se que as Zonas de Interesse de Desenvolvimento Turístico contribuíssem para o desenvolvimento regional ao estimular as atividades produtivas do entorno e promover assim um desenvolvimento mais equilibrado. Contudo, a política permaneceu focada no aproveitamento da demanda e investimento estrangeiro, no desenvolvimento da oferta turística e na qualidade dos serviços.

O crescimento do turismo passa a requerer altos financiamentos para apoiar a implementação dos planos e projetos em pauta. A nova Lei passa a exigir a criação de um fundo fiduciário denominado Fundo Nacional de Desenvolvimento do Turismo (FONATUR), que reúne experiências anteriores no domínio e cujo principal objetivo será o de assessorar e financiar programas de turismo. Neste novo organismo se fundem o Fundo de Garantia e Fomento ao Turismo (FOGATUR) e o Fundo de Promoção de Infraestrutura Turística (INFRATUR) em uma entidade jurídica. O mesmo decreto presidencial de 1974 criou a Secretaria de Turismo como o órgão do poder executivo da Federação, responsável pela formulação de programas turísticos nacionais e por organizar, coordenar, acompanhar e promover o seu desenvolvimento (FONATUR, 2015⁴⁶).

Durante o sexenio do presidente José López Portillo (1976- 1982) se manteve a linha de políticas de Echeverría. Devido ao período de crise econômica nacional, a política turística tendia a desestimular o egresso de mexicanos para o exterior e a estimular o turismo interno com o fim de incrementar as divisas nacionais, diminuir a saída de divisas e redistribuir a riqueza. Buscou-se fortalecer as ações de melhoria da infraestrutura turística nos centros turísticos tradicionais, sobretudo os transportes e as comunicações, e a oferta de hospedagem dirigida ao público estrangeiro para aumentar a ocupação e a permanência do turista. Ainda, abrem-se possibilidades para os investimentos privados nacional e estrangeiro, cabendo ao Estado a função de oferecer apoios fiscais e créditos para sustentar o investimento no setor.

⁴⁶ Na página online da FOGATUR em Antecedentes, Decreto de Creación.
http://www.fonatur.gob.mx/es/quienes_somos

Como complemento ao aumento da oferta, procurou-se também o aperfeiçoamento na prestação dos serviços, para o qual se estabeleceu o aumento da capacitação profissional do pessoal empregado no setor.

O Plano Global de Desenvolvimento 1980-1982 elaborado pelo governo federal continha um plano setorial para o turismo, o Plano Nacional de Turismo, com objetivos orientados especialmente para o turismo interno e pelo caráter social do fenômeno, como o direito ao descanso e a dispersão de atividades e recursos mais equilibrada nas regiões do país. Contudo, com a mudança de governo em 1983 um novo Plano Nacional de Desenvolvimento é concebido, e o turismo volta a ser tratado por seu papel estratégico como captador de divisas e gerador de empregos. Em 1982 é criado o Banco Nacional de Turismo S.A, cuja finalidade era fortalecer a atividade turística nacional, mas será extinto pelo governo seguinte. No período se autorizam os fretamentos de voos, o que promoveu um forte impulso à atividade turística. Esta autorização e o financiamento da oferta hoteleira foram determinantes para o turismo nesse período.

É evidente que desde o início o Estado teve um papel fundamental no desenvolvimento da atividade turística no México, com um objetivo geral que era a entrada de visitantes e divisas estrangeiras no país. Todavia, os anos 1960 e 1970 foram determinantes para o desenvolvimento do turismo interno. Por um lado, os Centros Integralmente Planejados e a consolidação dos destinos de sol e praia determinaram as condições da infraestrutura e a forma de operação do sistema turístico mexicano. Tal sistema entrará em crise, porém, ao se agudizar uma série de problemas sociais e ambientais.

g) 1982-2000 - Reativação econômica para o desenvolvimento

No período de 1982 a 2000 o México, como outros países latino americanos, enfrenta um período de crise econômica, reorientação ao mercado externo e reformas administrativas, que irão redefinir e moldar as políticas de turismo também no período seguinte. Nesse cenário o turismo será considerado crucial por sua contribuição para o equilíbrio e crescimento da economia mexicana.

O governo de Miguel de la Madrid Hurtado (1982-88) é marcado por dois fatos determinantes. Primeiro, buscou adequar o país ao modelo das economias centrais mundiais e abandonar a economia intervencionista e protecionista ao adotar políticas liberalizantes. Segundo, o período sofreu com uma grave inflação, perda de poder aquisitivo de grande parte

da população, e profunda crise estrutural (NÉCHAR; MARTINÉZ, 2007).

A queda dos preços do petróleo no início dos anos oitenta dificultou as possibilidades do país cumprir os compromissos assumidos com base nas projeções do alto preço do petróleo da década anterior. As importações de alimentos tinham aumentado tanto pelo crescimento da população como pela deterioração da produção agropecuária. As exportações não cresceram no mesmo ritmo que as importações, muitas empresas faliram causando demissões de trabalhadores e aumento do desemprego. O peso se desvalorizou, a insegurança econômica causou a fuga de capitais e em pouco tempo a dívida externa triplicou. Estas flutuações tiveram um impacto de longo prazo sobre o desenvolvimento nacional (SECTUR, 2000).

A política setorial manifesta no Programa Nacional de Turismo 1984-1989, integrante do Plano Nacional de Desenvolvimento, concebia o turismo como uma atividade econômica prioritária no processo de planejamento do desenvolvimento econômico porque: “contribui para a obtenção de divisas, a criação de empregos, o desenvolvimento regional e para o estímulo dos demais setores econômicos, contribuindo para a superação da crise que afetava ao país” (PNT 1984-1989).

Durante todo este período o turismo foi considerado basicamente um gerador de divisas, e as políticas estiveram voltadas para a chegada de um maior número de turistas e para o aumento do gasto médio, dirigidas principalmente ao mercado estadunidense.

Sob essa orientação, os objetivos foram e seguem sendo consolidar os centros turísticos existentes, dirigidos ao público estrangeiro, fomentar a afluência do turismo internacional principalmente, obter eficiência e qualidade na prestação dos serviços visando a competitividade, e promover a imagem do México como um dos principais atrativos do mundo (VARGAS, 2015).

Durante o governo do advogado Miguel de la Madrid é alterada pela quinta vez a Lei Federal de Turismo, em 1984, que passa a ter os seguintes objetivos: promoção do turismo; criação, manutenção, proteção e melhoria dos recursos nacionais e atrações turísticas; proteção e assistência aos turistas e regulação; e classificação e controle dos serviços turísticos. Com a morte de Miguel Alemán Valdés, em 1983, do Conselho Nacional de Turismo é extinto e as suas funções são absorvidas pela nova subsecretária de Promoção e Desenvolvimento, no âmbito da Secretaria do Turismo (TORRES, 2007).

Neste ano é lançado o Programa Nacional de Formação Turística, cujo objetivo principal era capacitar os prestadores de serviços turísticos intimamente vinculados ao turismo, como recepcionistas, garçons e camareiras, com o intuito era treinar 60.000

prestadores de serviços. Para isso, se editam manuais gratuitos para cada posto de trabalho específico.

Também se iniciam as obras de consolidação de Cancun, Ixtapa, Loreto e San Jose, e de remodelação em Acapulco. Apesar da crise, põe-se novo impulso sobre o financiamento de hotéis visando a geração de postos de trabalho no setor. Outras obras de infraestrutura começam em um novo centro de desenvolvimento turístico na Bahía de Huatulco, no estado de Oaxaca, com o objetivo de estimular a economia dessa região e diversificar a oferta turística nacional (TORRES, 2007).

O desenvolvimento contínuo de atrativos turísticos no Caribe, bem como a diversificação e promoção dos principais destinos no sul dos Estados Unidos, fez com que o produto turístico mexicano perdesse competitividade. Estes mercados desenvolveram produtos orientados para atrair os turistas que procuram destinos de praia ou circuitos que incluem atrativos diversos. No período entre 1985 e 1994 o crescimento de número turistas estrangeiros no México foi de 3,3% ao ano, enquanto nos Estados Unidos foi de 6,6% e no Caribe 6,2% (VARGAS, 2015).

Por essas razões, o presidente Carlos Salinas de Gortari (1988-1994) buscará fortalecer a promoção do turismo nos Estados Unidos e na Europa. A partir de 1988 ocorre um processo de modernização que se irradia para todos os setores, entre eles o turístico. Para Gortari, a modernização impunha a globalização e o neoliberalismo.

Desde a década de 1990, se fortalecem as políticas de abertura dos mercados e de estímulo ao investimento estrangeiro, que invadem a costa mexicana, aeroportos, principais cidades, e destinos com atrativos naturais e culturais, a fim de dotar de bens e serviços o território para uma demanda em crescimento. Grandes grupos multinacionais invadem o país, como a Best Western International, Interncontinental Hotels Group, Grupo Posadas, dentre outros (MUÑOZ; VILLARREAL; ÁLVAREZ, 2010). O intuito era oferecer condições para uma chegada massiva de visitantes, apoiado por uma política turística voltada principalmente ao mercado estadunidense e canadense.

O Programa Nacional de Modernização do Turismo 1991-1994 previa o apoio às empresas do setor, públicas, privadas e sociais, para operarem com eficiência e competitividade nos mercados nacionais e internacionais, conformando uma nova cultura empresarial que enfrentaria responsabilmente o desafio que a modernidade impunha ao desenvolvimento.

Neste período se inicia uma série de mudanças que estabeleceram novas formas de

operação e coordenação inter e intrasetorial, como maior democratização e descentralização, que redefinem os papéis dos governos (estatais e locais) e do setor privado. Neste sentido, a Lei Federal do Turismo de 1992 se orientou para a desregulamentação e a descentralização, e procurou a participação mais ativa da iniciativa privada e dos governos locais. Foram criados Conselhos Consultivos Estatais de Turismo para buscar a participação dos governos estatais e o apoio daqueles mais experientes.

No ano de 1994, com a oficialização do NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), o México confirmava a adequação das reformas implementadas com a aproximação do país ao grupo dos países mais desenvolvidos. A abertura econômica, contudo, provocou consequências negativas nos países subdesenvolvidos e provocaram diversas crises financeiras nesses países. O peso mexicano fora atrelado ao dólar e gerou um aumento expressivo das importações em comparação com as exportações, causando déficit na balança. A paridade com o dólar deixou de existir, mas o peso passou a flutuar e logo caiu drasticamente. Com a desvalorização, os capitais fugiram e a crise se instalou (LIRA ET AL, 2014).

Quanto ao Programa de Desenvolvimento do Setor Turístico 1995-2000, considerava que a atividade turística era a opção mais rápida e viável de recuperação do crescimento, uma vez que o emprego turístico é de geração rápida, custa menos, incorpora força de trabalho; o país tem vantagens relativas por sua proximidade com grandes mercados e, sobretudo, pela singularidade de seus recursos (DOF, 27 de JUNHO de 1996).

O governo de Ernesto Zedillo Ponce de Leon (1995-2000) novamente reconheceu a importância do turismo e seu impacto no desenvolvimento regional, em termos de criação de emprego e fluxo econômico. Assim, as ações foram determinadas para potencializar os destinos turísticos mais importantes, como os Centros Integralmente Planejados; destinos de praia tradicionais; as cidades fronteiriças de Tijuana e Ciudad Juarez; grandes cidades como Cidade do México, Guadalajara e Monterrey; a região do mundo maia e cidades coloniais.

Além disso, o reconhecimento da perda de posicionamento em relação aos principais concorrentes no Caribe e os Estados Unidos fez reforçar a competitividade do produto turístico mexicano apoiando-se em conceitos como "sustentabilidade", na diversificação da oferta, na articulação de circuitos e corredores a partir dos principais destinos, e na melhoria da infra-estrutura e dos serviços existentes. Quanto à infraestrutura, nos anos noventa a rede rodoviária apresentava muitas deficiências. Como alternativa optou-se pelas privatizações, que aumentaram a cobertura de estradas de quatro pistas, passando de 4.802 km em 1989 para

9.562 km em 1996, permitindo um novo impulso ao turismo doméstico.

Nota-se que é a partir desse período que a sustentabilidade passa a fazer parte dos discursos políticos acerca do turismo, que mais tarde será o eixo central do turismo alternativo ao turismo de massa. O Programa de Desenvolvimento do Setor Turismo 1995-2000 salienta o caráter estratégico da sustentabilidade para o desenvolvimento de destinos e regiões, assim como uma fonte de competitividade.

A realidade obriga-nos ao planejamento e desenvolvimento sustentável da indústria do turismo, não apenas em áreas de preservação dos nossos recursos patrimoniais, mas também em função de novas tendências, necessidades e preferências do turista, o qual agora busca o autêntico, o natural e o diferente, além de um alto nível de qualidade nos serviços. Esta realidade leva a unir os esforços turísticos com os de proteção do meio ambiente (PDST 1995-2000, p. 10).

No final do governo de Ernesto León, a Secretaria de Turismo, com a participação de outras agências governamentais e com os setores privado e social, inicia a construção de um modelo de desenvolvimento turístico sustentável que se denominará Política e Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Turístico Sustentável (Secretaria de Turismo, 2000). A política pretendia “definir diretrizes, políticas específicas e uma estratégia visando assentar as bases para transformar o modelo de desenvolvimento do setor e permitir o trânsito para a sustentabilidade” (Secretaria de Turismo, 2000, p. 2). De acordo com Madrid, contudo, a execução de tal política era infactível. Similarmente, a recém constituída Associação dos Estados do Caribe fomentará a criação da Zona de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Caribe, que segundo Madrid (2015) existirá apenas formalmente.

h) 2000-2016 – Suporte para o crescimento

De 2000 a 2016 o país retoma o crescimento econômico. Os resultados das políticas de promoção do turismo receptivo se consolidam na agenda política e como eixo de suporte ao crescimento. No ano 2000 o país experimentará com grande esperança a alternância do poder. Durante 70 anos o Partido Revolucionário Institucional (PRI) esteve no comando do executivo nacional, que durante os próximos 12 anos será comandado pelo Partido Ação Nacional (PAN). A esperança endereçava-se na ascensão de uma nova elite política sem compromissos ou cumplicidades, disposta a modificar profundamente as regras do processo político no sentido democrático. Para Crespo (2012), porém, fora do âmbito eleitoral as transformações na realidade foram limitadas.

Quanto ao turismo, o Programa Nacional de Turismo 2001-2005, do governo de

Vicente Fox Quesada (2000-2006), reafirma que o turismo pode ser considerado um dos fatores decisivos para aumentar as oportunidades, melhorar a distribuição de renda e aproveitar – através do conceito de sustentabilidade - os recursos naturais e culturais. Passa-se a considerar que o crescimento do turismo deve se dar com respeito aos ambientes naturais, culturais e sociais, contribuindo para o fortalecimento da identidade nacional (SECTUR, 2000). Contudo, segundo López (2010), neste Programa e no seguinte não há clareza quanto ao que se compreende pelo termo sustentável.

Sua elaboração contou com consulta pública, em que se destacou a participação dos empresários do turismo, autoridades estatais e municipais, organizações não governamentais, acadêmicos e outros atores. Apresenta-se como uma proposta dinâmica, adaptável ao ambiente, e não estático. Seus quatro eixos são: o turismo prioridade nacional; turistas totalmente satisfeitos; destinos sustentáveis; empresas competitivas.

Durante este período, vai-se colocar ênfase em uma nova política de turismo cujo objetivo é reverter a inércia que tem limitado o potencial deste setor. Pela primeira vez, o Programa Nacional de Turismo 2001-2005 apresenta um planejamento estratégico do turismo no México de longo prazo, para 25 anos.

No ano 2025 o México será um país líder na atividade turística, já que terá diversificado seus mercados, produtos e destinos e suas empresas serão mais competitivas nos âmbitos nacional e internacional. O turismo será reconhecido como peça chave no desenvolvimento econômico e seu crescimento se terá dado com respeito aos entornos naturais, culturais e sociais, contribuindo para o fortalecimento da identidade nacional (PNT 2001-2005, p. 4).

Com Felipe Calderon (2006-2012) implantou-se o Plano Nacional de Desenvolvimento, com o slogan "Visão do México 2030", 5 anos a mais que o antecessor. Como o Programa Nacional de Turismo anterior, a versão 2006-2012 foi formulada a partir de um processo de planejamento participativo e de estudos sobre a competitividade do setor. O objetivo era semelhante ao anterior, tornar o México “líder na atividade turística através da diversificação de mercados, produtos e destinos, assim como fomentar a competitividade das empresas do setor de forma que ofereçam um serviço de qualidade internacional” (PNT 2006-2012, 2007, p. 16). O Programa Nacional de Turismo 2006-2012 se orienta a contribuir para o alcance de objetivos nacionais como o crescimento econômico; nível de renda; emprego; competitividade; infraestrutura; equidade entre regiões e igualdade de gênero.

A eleição do presidente Henrique Peña Nieto fazia voltar o Partido Revolucionário Institucional (PRI) ao governo do país. Para alguns, tal fato representa a culminação da transição democrática no México, para outros supõe o retorno da acentuação das políticas

neoliberais e uma involução democrática. Para muitos, não houve alterações reais no exercício do poder, que continua marcado por autoritarismo, clientelismo, e repressão à dissidência. Ainda, para García (2015), a ideologia neoliberal presente desde Miguel de la Madrid permaneceu e se acentuou tanto nos governos panistas como no retorno do PRI.

Já o Programa Setorial de Turismo 2013-2018 é derivado do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2018, Neste Plano o governo expõe a rota traçada para o desenvolvimento e crescimento do país, que inclui metas para se alcançar qualidade, segurança, inclusão, sustentabilidade e prosperidade.

Este Plano tem como um de seus objetivos o "aproveitamento do potencial turístico do México para gerar maior benefício econômico para o país". Tal objetivo se desdobra do diagnóstico de que o país tem perdido participação no mercado turístico mundial e tem como principal desafio aumentar a competitividade. Deste diagnóstico se desprendem quatro estratégias: “impulsionar a organização e a transformação do setor turístico; impulsionar a inovação da oferta e aumentar a competitividade do setor; incentivar um maior fluxo de investimento e financiamento no turismo e a promoção eficaz dos destinos turísticos; impulsionar a sustentabilidade; e contribuir para que a renda gerada pelo turismo seja fonte de bem-estar social” (PST 2013-2018, p. 2).

3.2 SÍNTESE COMPARATIVA

Trajetória da política	Período	ARGENTINA	BRASIL	MEXICO
	País			
Entrada na agenda pública	1920-30	Coesão e modernização	Coesão e modernização	Estabilidade e modernização
	1930-40	Nacionalismo		Coesão e nacionalismo
	1940-45			Retomada da modernização
	1945-55	Direito social	Modernização nacionalista	Reativação econômica para o desenvolvimento
	Configuração	Coordenada nacionalista	Centralizada mista	Coordenada de exportação
Consolidação	1955-60	Liberalização	Modernização nacionalista	Liberalização
	1960-65	Doutrinário internacional para o desenvolvimento	Doutrinário internacional para o desenvolvimento	Doutrinário internacional para o desenvolvimento
	1965-85			
	1985-94	Reativação econômica para o desenvolvimento	Reativação econômica para o desenvolvimento	Reativação econômica para o desenvolvimento
	Configuração	Coordenada mista	Coordenada de exportação	Coordenada de exportação

Prioridade	1994-2002	Reativação econômica para o desenvolvimento	Reativação econômica para o desenvolvimento	Reativação econômica para o desenvolvimento
	2002-16	Suporte ao crescimento econômico	Suporte ao crescimento econômico	Suporte ao crescimento econômico
	Configuração	Coordenada mista	Coordenada mista	Liberal de exportação

Fonte: autoria própria

As políticas de turismo entram na agenda dos três países na década de 1920. As primeiras décadas do século XX foram marcadas nesses países pela alternância entre nacionalismo e modernização. Quanto às políticas nacionalistas, baseavam-se na contribuição do turismo para a unificação e coesão internas, a partir da construção de uma identidade nacional, projetada tanto interna como externamente. Já as políticas modernizadoras acreditavam no potencial do turismo de transformar os países de nações rurais, basicamente agrárias, em urbanas, de base econômica diversificada, mas ainda atrelada aos compromissos financeiros com o exterior. Essa perspectiva entende a política de turismo como política externa, voltada para o aumento da arrecadação proveniente das relações com o exterior, geradora de emprego e renda internamente.

Na Argentina, a política de turismo nasce orientada para o mercado doméstico, principalmente para a classe média. Nota-se a presença de grupos de interesse como o Touring Club e o Automóvel Clube, inicialmente, e posteriormente industriários e sindicatos, pressionando por intervenção estatal. A política turística argentina do período pode ser caracterizada como “coordenada nacionalista”, ou seja, coordenada por se configurar como um arranjo entre demandas privadas e objetivos públicos, os quais estavam voltados para a equidade social por meio da facilitação do acesso ao turismo pelos grupos menos favorecidos.

No Brasil, a política de turismo surge para atender tanto ao mercado externo como interno, consoante ao objetivo de Vargas de obter o apoio político das classes populares e o reconhecimento internacional. Nesse país, a política do período caracteriza-se como “centralizada mista”, ou seja, pela figura central do Estado na definição da política de turismo, que no período tinha objetivos políticos; e mista porque estava voltada para os mercados doméstico e externo simultaneamente.

Já no México a política emerge diante do crescimento do fluxo de visitantes vindos dos Estados Unidos, e por isso tem desde o início uma orientação ao mercado externo. No período, haja visto o cenário de crise, a política mexicana foi tomada como uma opção que oferecia retorno em curto prazo para reequilibrar a balança de pagamentos e reduzir a contratação de empréstimos. A política define-se como “coordenada de exportação”,

coordenada em função da formação de um arranjo público-privado tanto na definição da política como na operação da indústria turística, e de exportação pois durante quase todo o período analisado, exceto durante o governo de Lázaro Cárdenas (1934-40), estará voltada ao mercado internacional e ao ingresso de divisas estrangeiras.

O período de consolidação da política de turismo na agenda de Argentina, Brasil e México é marcado pela noção de desenvolvimento. A partir de então, o turismo fará parte dos projetos nacionais com o intuito de alcançar os níveis de progresso dos países desenvolvidos. E mesmo quando os primeiros efeitos negativos do turismo começam a surgir, como sua caracterização como uma indústria com lucros principalmente privados, o entendimento e discurso públicos fortalecem a associação entre o turismo e o desenvolvimento.

O discurso sobre o desenvolvimento é decorrente do processo de reorganização da economia mundial no pós-guerra em dois polos: por um lado as economias nacionais fortes, grandes oligopólios e a grande finança e, por outro, as economias dependentes, a expansão das empresas multinacionais para essas áreas periféricas, e sérios problemas de financiamento interno e externo; que redefiniu a divisão internacional do trabalho e colocou novas questões para estas nações. Em um período de Guerra Fria, os países industrializados e especialmente os Estados Unidos consideraram oferecer ajuda, por meio do capital estrangeiro, para o alívio das tensões econômicas e sociais que poderiam se radicalizar e levar ao alinhamento com o bloco socialista.

É neste contexto que se desdobram as iniciativas dos países desenvolvidos para o estímulo ao desenvolvimento do turismo nos países subdesenvolvidos. As diretrizes daqueles países baseavam-se no argumento de que o fluxo de turistas e renda estrangeiros para essas nações poderia aliviar o déficit da balança de pagamentos. Para isso foi necessário criar a infraestrutura de acesso e serviços necessários para a instalação de empresas dedicadas à prestação de serviços, o que se conseguiu através do endividamento dessas nações com o Banco Mundial, Organização dos Estados Americanos (OEA), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Por isso se reconhecem os interesses econômicos, políticos e militares dos países capitalistas hegemônicos. O que se nota é a dependência de um novo tipo de vínculo com os países desenvolvidos, principais emissores de turistas mundiais, vínculo esse que, porém, não estabelece acordos pré-fixados, deveres ou garantias.

Na América Latina, a necessidade de obter recursos para fechar o balanço de pagamentos fragiliza os governos diante do capital externo. Esse capital, para garantir o

pagamento das dívidas, procura impor políticas que garantam a capacidade de gerar crescimento do superávit. Foi com esse intuito que se desenharam as políticas de turismo nos três países, de um modo ou de outro, como será discutido. O turismo então vai se consolidar nos três países não de maneira espontânea ou desordenadamente, mas como resultado de uma intencionalidade política impulsionada pelo fomento e apoio técnico de instituições internacionais.

É comum em períodos de crise o turismo despontar como uma política estratégica para atrair as desejadas divisas internacionais para a deficitária balança de pagamentos, criar empregos e estimular outros setores, amoldando-se para isso aos principais mercados consumidores mundiais. Não há dúvida de que o turismo gera benefícios econômicos, mas em que medida e em que circunstâncias o turismo pode ser considerado uma opção para o desenvolvimento?

Tal questão não pode aceitar respostas fáceis, devido tanto à natureza complexa e dinâmica da indústria do turismo quanto à natureza multi-dimensional do desenvolvimento. De todo modo, mesmo após os esforços empreendidos para o desenvolvimento do turismo nos três países analisados, mesmo no México onde a política se consolidou mais precocemente, permanecem velhos problemas e o desenvolvimento continua sendo um porvir. Considerando o anterior, pode-se dizer que o crescimento das atividades de turismo e pode ocorrer desassociado da materialização do desenvolvimento. Então, a política de turismo que visa a captação de turistas e receitas estrangeiras pode ser considerada uma política externa, mas não necessariamente uma política de desenvolvimento. Sendo assim, os países latino-americanos que adotam o turismo como caminho para o desenvolvimento podem ter que enfrentar o desafio de repensar essas políticas como estratégias para esse fim.

Essas considerações trazem à tona outra pergunta: por que o receituário internacional trazia o turismo, e não estratégia, para desenvolvimento de nações periféricas? Talvez haja mais de uma resposta plausível para tal questão, mas tendo em vista os modos de integração das nações na nova ordem mundial, não se supõe que os países então industrializados e desenvolvidos pretendessem reverter sua posição vantajosa nesse arranjo. Sob essa perspectiva, o turismo apresentou-se como uma solução rápida de captação de divisas para a contenção de uma situação de crise econômica nos países subdesenvolvidos e uma solução política para o mundo desenvolvido, dado que o risco de dispersão da ideologia socialista ameaçava a liderança conquistada. Ao mesmo tempo, o turismo não permitiria a construção de uma vantagem competitiva sobre as nações desenvolvidas, por alguns motivos, como o

fato de que nesses países o turismo já se desenvolvia; não envolvia o desenvolvimento de tecnologia, que assegurava a hegemonia setentrional; nos países subdesenvolvidos o turismo seria dependente da demanda internacional; e o receituário seria aplicado em diversos países do terceiro mundo, que passariam a disputar entre si os turistas internacionais. Assim, o turismo internacional não se mostrava uma ameaça capaz de alterar a disposição das nações no sistema capitalismo mundial, ao contrário, configurava-se como uma alternativa para a contenção de soluções mais radicais, e mantinha a posição de dependência do capital internacional nos Estados subdesenvolvidos.

A configuração das políticas de turismo do período se assemelhou nos três países, devido a eficaz influência de agentes externos na definição da agenda de todos eles. Na Argentina, a intervenção militar que derrubou o peronismo reorientou os objetivos da política de turismo, que passa a assumir duas dimensões, a principal com objetivos econômicos e a secundária que mantém o turismo na agenda social. A dimensão econômica da política se volta ao mercado externo, em consonância com as orientações da ajuda internacional nas periferias do capitalismo. A política passa a ser definida como “coordenada mista”, coordenada pois envolveu, além do Estado e de grupos de interesse, a assimilação das doutrinas de organizações internacionais na definição da política, e mista por sua orientação tanto ao mercado externo como interno.

No Brasil, o objetivo dessas políticas passa a ser econômico, em conformidade com o doutrinário internacional para o desenvolvimento do país, e voltado para a conquista das disputadas divisas do turismo internacional. Apesar da postura centralizadora adotada pelos governos durante a Ditadura Militar (1964-85), não se pode designar ao Estado o papel central na formulação da política de turismo, devido à forte influência estrangeira na definição da agenda do turismo. Sendo assim, a política do período é considerada “coordenada de exportação”.

No México, enquanto Miguel Alemán foi coordenador do Conselho Nacional de Turismo, durante 25 anos desde 1961, a indústria do turismo tinha representação e influência na definição da política de turismo. Aliado a isso, a partir da década de 1960 essa política será redefinida em função das novas diretrizes externas. Tais diretrizes, contudo, não divergem dos objetivos já praticados, os quais continuarão a perseguir os benefícios econômicos do turismo internacional. Sendo assim, a política de turismo permanece “coordenada de exportação”.

A partir da década de 1990, o turismo irá não apenas permanecer na agenda como se tornar prioridade para os governos. As políticas de turismo a partir de então se pautam pela

competitividade internacional, através da busca de qualidade na prestação dos serviços e no correto gerenciamento dos recursos físicos, culturais e humanos. Para isso, a política incorpora objetivos como a sustentabilidade ambiental e social, a descentralização, a diversificação e qualificação da oferta, o aumento do financiamento e investimento, e a promoção. A sustentabilidade, que passa a fazer parte do escopo das políticas e se converterá no eixo do turismo alternativo, sem abandonar o turismo de massa, contudo, não parece ser um fim em si mesmo, mas um aproveitamento dos recursos naturais e culturais nacionais, uma exigência do mercado, uma resposta às novas tendências, necessidades e preferências dos turistas, que passam a exigir produtos mais personalizados, naturais e autênticos.

Os países vão buscar um melhor posicionamento no mercado turístico mundial, e depositam grande confiança nas taxas de crescimento do setor, superiores ao próprio crescimento do PIB desses países. Para isso, estabelecem planos de longo prazo orientados para atender aos objetivos nacionais mais amplos, como a inclusão e a equidade regional, bem como aqueles específicos do setor, como a qualidade e a sustentabilidade.

Na Argentina, desde os anos 2000 a política de turismo ganhou espaço institucional por seu potencial de dinamização rápida da economia, de circulação rápida de divisas, e de gerar rápidos investimentos. O marketing no exterior recebeu atenção destacada, definindo produtos específicos para os mercados adequados. Internamente se desenvolvem novos produtos para o mercado nacional e social, programas de qualificação, de informação e de promoção. Nos três países, o ideário neoliberal alcança a política de turismo, que passará por uma série de mudanças que estabeleceram novas formas de operação e coordenação intrasetorial, como maior democratização, descentralização e redefinição dos papéis públicos e privados. Do setor privado esperava-se participação mais ativa, assim como dos governos estaduais e locais. Após um período de liberalização e desregulamentação, a partir do governo Kirchner a coordenação do setor passa novamente para a tutela do Estado. Assim, a política de turismo permanece coordenada mista, e é o único dos três países onde o turismo doméstico sempre foi, além de uma política econômica de geração de emprego e renda, uma política de equidade social que visa garantir o acesso ao turismo pelas classes pobres, como um direito, e a melhoria do bem-estar da comunidade nacional.

No Brasil, a política de turismo não será prioridade como na Argentina e no México, mas ganhará relevância tamanha a ponto de ser criado um Ministério do Turismo. A política do período prevê o crescimento do mercado interno e ressalta a necessidade de tornar o produto turístico brasileiro competitivo internacionalmente. Assim como na Argentina, um

período de liberalização é seguido pelos governos de Lula e Dilma que buscarão coordenar o desenvolvimento do turismo. A dupla agenda destes governos, de retomada do crescimento e inclusão social, se espelha na política de turismo, que passa a se preocupar com a ampliação do mercado interno e com a inclusão pelo turismo, principalmente pela geração de emprego e renda, e representa uma inovação na agenda do turismo brasileiro. Por essas razões a política de turismo é “coordenada mista”.

No México, o reconhecimento da perda de posições para seus principais concorrentes do Caribe fez reforçar a importância do turismo e de seu impacto na economia do país. Assim, tomaram-se medidas para potencializar os destinos turísticos mais importantes, diversificar a oferta e melhorar a infraestrutura e os serviços. A competitividade não altera os objetivos da política, mas os amplia, ainda no sentido de garantir sua rentabilidade e contribuição para a economia nacional. Desse modo, a política se mantém configurada como “coordenada de exportação”.

Finalmente, analisando-se as trajetórias, fases e características das políticas de turismo na Argentina Brasil e México, podem-se identificar diferenças na similaridade. Apesar das políticas nacionais apresentarem muitas características semelhantes, devido a herança histórica e dilemas comuns, pode-se observar que mesmo com um objetivo geral predominante, a entrada de divisas estrangeiras, as políticas de turismo desses países não se moldaram da mesma maneira, em função principalmente da posição político/ideológica dos governantes nos casos de Argentina e Brasil, e dos arranjos público-privados no caso do México. Dois marcos determinaram os caminhos que as aproximaram, ambos contextuais, o primeiro na década de 1960, na conjuntura da Guerra Fria, que levou as organizações internacionais conduzidas pelo bloco capitalista a difundirem a via do turismo como caminho para o desenvolvimento dos países periféricos. E o segundo na década de 1990, a partir da consolidação do capitalismo como modo de produção hegemônico, global, que estabeleceu relações multilaterais entre os países e provocou um ambiente de competição mundializada, que impactou a política turística tendo em vista que vinha se conformando ao mercado internacional.

3.3 CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

Esse capítulo teve o intuito de analisar o processo de configuração das políticas em turismo na Argentina, Brasil e México a partir de uma abordagem historicamente

fundamentada, que enfatiza os contextos e os processos políticos nos quais as decisões políticas foram tomadas. Para isso buscou-se reconstituir as causas, contextos e trajetórias das políticas em turismo.

Observou-se que as políticas em turismo entram na agenda dos três países na década de 1920, mas ainda em forma de políticas governamentais isoladas, sem vínculos fortes na estrutura do Estado. Na Argentina, a política de turismo nasce orientada para o mercado doméstico, visando a equidade social por meio da facilitação do acesso ao turismo, que nesse sentido é entendido como direito social, enquanto que o Brasil e no México essa política desde o início apresenta objetivos de desenvolvimento econômico.

A partir da década de 1960 as políticas em turismo se consolidam na agenda pública, e se formaliza no arranjo organizacional estatal. A partir desse momento o turismo fará parte dos projetos nacionais dos três países com um único objetivo, o desenvolvimento econômico aos moldes das economias líderes mundiais, em conformidade com as diretrizes internacionais sobre o tema para os países subdesenvolvidos. Desde então a configuração das políticas de turismo dos três países se assemelhou.

A partir da década de 1990, o turismo irá não apenas permanecer na agenda como se tornar prioridade para os governos, e as políticas em turismo passam a se pautar pela competitividade nacional no mercado turístico globalizado. Os países vão buscar um melhor posicionamento no mercado turístico mundial e para isso definem com objetivo a viabilidade e competitividade das empresas e destinos turísticos de modo que sejam capazes de prosperar e entregar benefícios de longo prazo.

Notou-se que mesmo com objetivos semelhantes na maior parte do período, a entrada de divisas estrangeiras, as políticas em turismo desses países não se moldaram da mesma maneira ao longo do período, mas as conjunturas homogeneizantes foram determinantes para sua atual configuração.

4 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO EM TURISMO NA AMÉRICA LATINA

Antes de tratar propriamente da educação em turismo, e para localizar essa discussão em seu contexto, segue um breve reconto da história da educação na América Latina.

4.1 BREVE RECONTO SOBRE A EDUCAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

A educação é uma prática milenar. Contudo, pensar sobre a educação faz, de imediato, pensar sobre a escola. Embora a gênese da educação seja muito anterior à da escola, a associação entre ambas se naturalizou em vista da instituição da educação no âmbito escolar. Até a idade média, a educação era pouco sistematizada, relacionada à formação feita no interior das famílias, comunidades e corporações a fim de preparar seus jovens para assumirem papéis sociais de natureza relativamente simples e previsível, geralmente o ofício de seus pais ou familiares. Havia preceptores, mas seu trabalho educativo, de caráter privado, era destinado a alguns poucos, pertencentes às famílias abastadas.

A escola e o sistema de educação pública, gratuita e universal, por sua vez, só surgiram mais tarde, por volta do século XVII, já na idade moderna. Sua criação veio em resposta às novas configurações sociais originadas por um cenário marcado pela industrialização, pela consolidação e expansão do capitalismo, pelo movimento iluminista, isto é, por um conjunto de mudanças econômicas, sociais, culturais e políticas.

Na América Latina, o desenvolvimento dos sistemas educativos irá ser afetado por tais mudanças, mas desde seus primórdios será também permeado por influências dos modelos educacionais internacionais, desde a fundação das primeiras instituições de educação formal pelos jesuítas, mais tarde com a adoção do método *lancasteriano* em escolas do México, Argentina, Brasil e outros países durante os movimentos pela independência, e finalmente, no fim do século XIX e princípio do século XX, tem-se a criação dos sistemas educativos à semelhança dos modelos europeus⁴⁷ (BEECH, 2009).

A educação formal, moderna, tem então uma dupla finalidade, por um lado atender ao interesse do Estado democrático de se consolidar e legitimar, uma vez que a educação escolar poderia contribuir para a socialização, ou fusão, de identidades dispersas, fragmentadas e plurais, que se esperava pudessem ser reconstituídas em torno de um ideário político e cultural comum, genericamente designado de nação ou identidade nacional. Deste modo, a

⁴⁷ Especialmente do sistema educativo francês e das ideias do positivismo (BEECH, 2009).

intervenção do Estado teve, assim, um papel importante e decisivo na gênese e desenvolvimento da escola de massas, enquanto escola pública, obrigatória e laica, e esta não deixou de ter também reflexos importantes na própria consolidação do Estado (AFONSO, 2001). Por outro lado, corresponder ao interesse do capital de se expandir, e para isso era preciso preparar os indivíduos de modo a desenvolverem faculdades que contribuíssem para o aumento da produtividade.

Similarmente, para alguns autores (CULLEN, 2004; RAMA, 2005), as políticas educacionais desde a formação do Estado moderno na América Latina focalizaram sucessivamente uma integração homogeneizante associada com a formação das identidades nacionais, assim como as funções determinadas pelas variáveis econômicas de formação do capital humano e um rol orientado a produzir as compensações sociais das desigualdades educativas.

Nas primeiras décadas do século XX, a ampliação do aparelho escolar e, em particular, a universalização do ensino secundário⁴⁸, com as transformações que daí decorrem no plano do recrutamento de alunos e professores, dos conteúdos e processos de ensino e etc., colocavam para o Estado problemas para administrar as grandes máquinas em que se transformavam os sistemas de ensino. O período é marcado por enorme crescimento dos gastos públicos com escolas e universidades. Karabel e Halsey (1977, p.5) ilustram:

entre 1950 e o fim dos anos 60, os gastos educacionais dos países-membros da OCDE cresceram a uma média de mais de 10% ao ano, o que representava o dobro da taxa de crescimento do PNB e uma vez e meia a taxa de crescimento do total dos gastos públicos.

O período do imediato pós-guerra é pautado por discussões, controvérsias e conflitos políticos sobre as desigualdades sociais que marcam o momento, refletindo-se também nos domínios da educação, e dando origem a um aquecido debate sobre as desigualdades educacionais e as condições para uma democratização das oportunidades escolares. Novas problemáticas se instalam e passam a interrogar as primeiras gerações de sociólogos da educação, cujo foco de atenção se volta para o estudo das disparidades entre os grupos sociais face aos sistemas de ensino (NOGUEIRA, 1990).

⁴⁸ Ao longo do século XX, segundo Oliveira (2007), assistiu-se ao desenvolvimento dos sistemas escolares orientados pelos princípios de igualdade e universalidade. O ideal de igualdade de oportunidades e o interesse geral foram os princípios orientadores dos planos nacionais de educação que desenvolveram os sistemas escolares, sobretudo na segunda metade do século passado, em contraposição à formação excludente, e de excelência, das elites. Os reclamos de justiça social apontavam para a necessária universalização da educação, princípio norteador e definidor de uma concepção de política social.

Um conjunto de fatos configurou as condições sociais dos países ocidentais nos anos 1950 e 60 ou, em outros termos, a conjuntura do pós-guerra. Essa fase de cerca de trinta anos de crescimento econômico pós-guerras sofrerá uma inflexão em meados dos anos 70, com o início de uma recessão econômica mundial assinalada pelos choques do petróleo, aumento da dívida, diminuição das trocas internacionais, etc. Um dos resultados mais concretos desse estado de abundância foi a montagem de aparatos estatais de serviços e de proteção social, designados por *Welfare State* ou *Etat-providence*. O intento dominante era o da promoção da igualdade social através da luta contra as desigualdades. Políticas de combate à pobreza (*War on Poverty*) e programas de reforma social foram concebidos e implantados nesses países, com resultados diversos. As políticas de desenvolvimento econômico e de modernização tecnológica colocavam em pauta o problema da demanda de mão-de-obra qualificada, requerida pela rapidez dos avanços tecnológicos, incluindo-se as necessidades em matéria de formação de quadros administrativos, burocráticos, científicos, técnicos etc. De fato, era todo o perfil da população ativa que se transformava em ritmo acelerado, com o setor primário regredindo, o secundário estabilizando-se e o terciário ultrapassando os dois primeiros (ABRAHÃO, 2005).

A expansão e a crescente diferenciação do sistema educacional foram o resultado inevitável das mudanças tecnologicamente determinadas na estrutura ocupacional, que requeriam habilidades cada vez mais complexas" (KARABEL E HALSEY, 1977, p. 9 *apud* NOGUEIRA, 1990). Nesta "civilização do saber e da competência", tratava-se de detectar o potencial disponível de talentos com que contava cada país, de bem gerenciá-lo e de não desperdiçá-lo, enfrentando assim a concorrência internacional; e os sistemas de ensino foram então chamados a colaborar na satisfação das necessidades da sociedade tecnológica.

Por certo que a fase de prosperidade por que passavam essas sociedades até os anos 1970 responde em larga medida por esse fenômeno de "explosão escolar", através da ação política do Estado financiando os gastos públicos com instrução. As mudanças tecnológicas requeriam habilidades cada vez mais complexas, e a necessidade de formação de mão-de-obra trazia a questão da modernização dos sistemas de ensino.

Mesmo nos países latino-americanos, em que não se alcançou a plenitude do Estado de Bem-Estar Social, assistiu-se ao desenvolvimento e organização dos sistemas escolares dirigidos à universalidade, ainda que não a tenham logrado na sua maioria. A modernização da sociedade latino-americana, orientada para a superação do atraso econômico, teve nos sistemas escolares um de seus grandes baluartes. Ao mesmo tempo em que a escola formal ia

se organizando e tornando-se uma realidade a favor da melhoria das condições de vida dessas populações, traduzia-se também em condições objetivas para o desenvolvimento econômico desses países. A ideologia do nacional-desenvolvimentismo pressupunha a escolarização da população como um processo civilizatório. A educação pública como política social universal aparecia como concessão de direitos sociais outorgados pelo Estado, ainda que, em muitos casos, precedidas de grandes mobilizações de trabalhadores. Tal período representou grande prosperidade econômica, trazendo maior urbanização, escolarização, previdência social e saúde pública, mesmo não sendo tais políticas satisfatoriamente realizadas para a maioria da população. Esses anos representaram, em todo o mundo, o ápice de um modelo de regulação social em que os sindicatos foram importantes interlocutores (CASTEL, 1999 *apud* NOGUEIRA, 1990).

No princípio do século XX, os sistemas educativos latino-americanos foram conformando-se em estruturas relativamente semelhantes, constituídas pelos níveis primário, secundário e superior, sendo o primeiro destes de caráter obrigatório e gratuito. Porém, a semelhança nos princípios que orientam as políticas educativas na região não implica necessariamente uma semelhança nas políticas propriamente ditas, dado que os processos de formulação se encontram afetados por políticas institucionais e culturais diferentes em cada país. Assim, apesar das estruturas comuns, os sistemas educativos apresentavam traços bastante diferenciados, o que dava lugar a experiências educativas diferentes.

As estatísticas educativas também dão conta das profundas diferenças entre os sistemas educativos latino-americanos e, apesar dos avanços conseguidos ao longo do último século, os resultados do progresso educacional latino são decepcionantes. Nos Estados Unidos, a média de anos de estudo já era de 12 anos na geração de 1930. No decorrer das décadas esta média aumentou de 12 para 14 anos. Países como a Coreia e Taiwan apresentavam uma escolaridade média um pouco menor que 6 anos entre os nascidos em 1930, mas evoluíram rapidamente ao longo das décadas, atingindo um padrão próximo ao dos Estados Unidos para a geração de 1970. Na América Latina, em média, o padrão foi bem mais lento, com a escolaridade média aumentando em torno de 5 anos entre a geração de 30 e a de 70. O Brasil⁴⁹ evoluiu a uma taxa muito similar à média da América Latina, sendo que o nível educacional dos brasileiros sempre foi menor que o de seus parceiros regionais. A Argentina tinha, já na geração de 1930, uma média próxima a 8 anos de estudo, entre os nascidos em

⁴⁹ Vale lembrar que o ritmo do aumento no Brasil não foi acompanhado pela parcela da população com ensino superior. Como esta parcela tem uma influência grande na média de escolaridade do país, pode-se especular que este fato teve um peso importante no baixo ritmo do progresso educacional brasileiro (MENEZES-FILHO, 2001).

1970, a média do país situava-se em torno de 11 anos de estudo, o que a aproximava da Coreia e Taiwan. O caso do México também é interessante, pois houve uma transição educacional bastante rápida, partindo de uma situação próxima da brasileira no corte de 1930 para uma média em torno de 10 anos de estudo em 1970 (MENEZES-FILHO, 2001).

Já na década de 1990, no Uruguai a taxa de escolarização de nível médio alcançava 81%, enquanto na Venezuela chegava apenas aos 35%. Nesta mesma época, 40% dos estudantes de nível primário no Chile se encontravam no setor privado, mas apenas 10% destes frequentava instituições privadas, no caso da Bolívia. A taxa de alfabetização adulta alcançava apenas 40% no Haiti e 60% na Guatemala, enquanto no Paraguai chegava a 90% e aproximadamente 96% nos casos de Argentina, Cuba e Uruguai (BEECH, 2009).

Langoni (1973), ao ressaltar a importância da educação como fator explicativo para a desigualdade brasileira, mostrou que parte do aumento da desigualdade no Brasil entre 1960 e 1970 ocorreu devido ao aumento na demanda por trabalhadores qualificados associado à industrialização. Barros (1997, 2000 *apud* BEECH, 2009), na sequência, enfatizou a péssima distribuição educacional no Brasil, que se reflete tanto em termos regionais, como por etnia, ramo de trabalho e posição na ocupação.

Motivados pela insatisfação com a persistência das disparidades econômicas e a desilusão causada pelos insucessos dos programas de reforma social, a década de 1960 terminou com o levante de revoltas sociais, apesar do clima de otimismo trazido pelo entusiasmo desenvolvimentista e produtivista. Estudantes rebelavam-se contra relações autoritárias na educação; minorias étnicas contra a discriminação racial; mulheres contra a divisão sexual do trabalho e outras formas de dominação masculina; esses e outros conflitos fizeram crescer diversos grupos de extrema-esquerda, e a estabilidade social dos anos 50 cedia lugar assim a um período de crise cultural e de turbulência política que se inicia ao final dos anos 60, e se prolonga até meados da década de 70 (BEECH, 2009).

Assim, de modo geral, as avaliações das iniciativas de equalizar o acesso a educação formal e a qualificação para o mundo trabalho foram negativas. A realidade atestava que a expansão do aparelho escolar não havia correspondido a uma modificação das estruturas sociais, nem sequer uma redução significativa das desigualdades de oportunidades educacionais. Com efeito, o crescimento não beneficiava igualmente a todos, e o mito da igualdade de oportunidades e da democratização do ensino não se concretizou, e passou a ser fortemente contestado por diversos grupos sociais a partir do final da década de 1960 (CATANI, OLIVEIRA, DOURADO, 2001).

As mudanças educacionais do pós-guerra provocaram o aparecimento de toda uma corrente na pesquisa educacional, frequentemente quantitativa, nas quais se focalizam as grandes relações entre o sistema educacional e outros fatores sociais (idade, sexo, tamanho e renda da família, escolaridade dos pais, etc.), excetuando-se o interior dos processos de ensino (estabelecimento escolar, sala de aula, etc.), para se chegar a soluções compensatórias.

No início da década de 1980 e na década seguinte se intensificou na América Latina a adoção de algumas medidas que tinham como justificativa a necessidade de adaptação a “pressões externas”. Em outras palavras, a lógica dominante era que havia uma série de mudanças que estavam se dando em “nível global” (a globalização, a era da informação, as economias do conhecimento) e que, dado que os Estados nacionais latino-americanos não estavam em condições de controlá-las, as políticas educativas deveriam reformar os sistemas educativos construídos para as sociedades do final do século XIX e princípio do século XX, para adaptá-los às novas condições sociais (BEECH, 2009).

A simultaneidade e a semelhança dos princípios que orientaram tais reformas encontram sua explicação, ao menos em parte, na influência que exerceram as agências multilaterais sobre as políticas educativas da região, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Banco Mundial e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por meio do modelo universal de educação para a era da informação promovida por estes organismos no final da década de 1980 e durante a década de 1990.

Apesar de divergentes em alguns aspectos, de modo geral se podem identificar nas propostas dessas agências algumas medidas universalizantes, isto é, ideal para a maior parte dos contextos educativos, inclusive para países em diferentes estágios de desenvolvimento educativo e econômico, ou seja, um modelo de educação adaptado ao futuro, a “era da informação”. Essas medidas foram orientadas por três objetivos principais. O primeiro era situar a educação e o conhecimento no centro da estratégia de desenvolvimento econômico e social; o segundo propunha mudanças na gestão do sistema educacional, que incluía a abertura do sistema, o estabelecimento de alianças e a descentralização; o terceiro era melhorar os níveis de qualidade e equidade, com a instalação de sistemas nacionais de avaliação, de programas compensatórios de discriminação positiva, e da reforma curricular (CASASSUS, 2001)⁵⁰.

⁵⁰ Algumas análises pontuam o reducionismo presente nestas políticas. Frigotto (2011) destaca que as políticas educativas e formativas passam por uma resignificação que estreita a compreensão do educativo, do formativo e da qualificação desvinculando-os da dimensão ontológica do trabalho e da produção e reduzindo-os ao

O modelo universal de educação promovido por estas agências se baseava em (BEECH, 2009):

- Descentralização e autonomia escolar
- Educação permanente
- Currículo centralizado baseado em competências como, comunicação, criatividade, flexibilidade, aprender a aprender, trabalho em equipe, resolução de problemas
- Sistemas centralizados de avaliação
- Profissionalização docente

Em um contexto neoliberal em que os Estados perdiam grande parte de sua legitimidade e eram considerados lentos e ineficazes diante dos problemas nacionais, as agências multilaterais se convertem em uma fonte significativa de autoridade, e recursos, capazes de legitimar uma agenda de políticas (BEECH, 2009). As agências multilaterais foram importantes para internacionalização das políticas educativas na América Latina, mas há outros fatores relevantes. O aumento do fluxo de pessoas e ideias por meio das redes sociais, acadêmicas e políticas, produto da revolução tecnológica e da diminuição do espaço e do tempo, possibilita maior contato entre os acadêmicos, líderes políticos e tecnocratas que definem e implementam as políticas educativas em distintos países. Isto facilita e acelera as possibilidades de transferir “soluções” políticas de um contexto a outro, sobretudo, quando há uma sensação generalizada de que os processos de globalização econômica e cultural confrontam os países com desafios semelhantes (BEECH, 2009).

Assim, por esses e outros processos, os sistemas educativos na América Latina e em muitas outras partes do mundo estão se tornando cada vez mais semelhantes, ao menos no nível da retórica oficial, e as especificidades de cada contexto parecem ter uma influência cada vez mais frágil na definição dos princípios que orientam as reformas educativas. Contudo, sempre resta considerar a possibilidade de haver lapsos entre os discursos oficiais e a efetiva implementação das políticas.

Especificamente quanto a educação superior, como em outras partes do mundo, sua expansão na Argentina, Brasil e México em anos recentes foi bastante significativa, porém notam-se muitas diferenças entre os sistemas educacionais dos três países. Primeiramente, o

economicismo do emprego e da empregabilidade, tornando-os fundamentais ao processo de competitividade nacional.

Brasil possuía em 2007 mais de dois milhões de estudantes de nível superior, Argentina e México entre um e dois milhões. Nos três países, desde as últimas décadas do século XX, se observa o crescimento de instituições de ensino superior não universitárias, do setor privado e também da demanda por cursos de nível superior. Já em nível de pós-graduação, Brasil e México são os países com maior número de cursos na América Latina, sendo que 71% das matrículas em cursos de mestrado e doutorado são registradas nesses dois países (GUADILLA, 2007).

Para compreender como ocorreu o processo de estruturação do sistema educacional nos três países, como nele se inseriu o turismo, passa-se a analisar inicialmente o caso da Argentina, seguido de Brasil e México.

4.1.1 Políticas públicas de educação em turismo na Argentina

A educação em turismo entrará na agenda argentina na década de 1960, mas entender as razões para sua adoção e desenho nesse momento somente é possível a partir da revisão da constituição do sistema educacional no país.

a) Até 1960 - Ensino técnico como justiça social e aliado da modernização

Até 1960 o turismo está ausente da oferta educacional argentina. Nesse período o sistema educacional está se constituindo, vinculado ao anseio de homogeneização cultural e ao interesse de setores emergentes (KRAWCZYK; VIEIRA, 2006). O ensino primário público e universal se aliava aos objetivos profissionalizantes para a indústria nascente.

Consoante com o projeto econômico agroexportador adotado após a independência da Espanha, em 1816 a educação foi considerada fundamental como uma variável política. A escola primária foi instituída como um importante instrumento para a criação da cidadania, de tal modo que as funções da leitura e da escrita, de integração social, e de absorção de massas de imigrantes repercutiram no sistema educacional do país (OEI, 2015).

De acordo com Oliveira (2009, p. 51) “a distribuição e articulação de responsabilidades, obrigações e recursos entre o Estado Nacional e os Estados Provinciais para garantir o direito à educação constituiu uma fonte de conflitos desde a origem do sistema educativo argentino”. De fato, historicamente as políticas educativas desse país evidenciam a passagem de um sistema centralizado e unificado na esfera do Estado Nacional, para um

sistema formalmente “descentralizado”, diversificado e fragmentado a partir dos anos 1990 (OLIVEIRA, 2009). Nesse cenário, durante os diferentes governos argentinos se manteve como prerrogativa a necessidade de encontrar uma solução para o desenvolvimento de uma política de educação (ARGENTINA, PROYECTO MEDAR, 2015).

O primeiro censo realizado no país, em 1869, identificou que na Argentina havia um milhão e meio de pessoas, sendo 413.459 crianças em idade escolar. Neste universo, 82.671 estavam na escola (ARGENTINA, PROYECTO MEDAR, 2015). Para mudar essa situação a educação apareceu como um pilar que proporcionaria a formação necessária para o trabalho e moldaria os hábitos de vida em torno de um objetivo comum relacionado ao desenvolvimento da nação.

A ordem conservadora no âmbito político impulsionou um programa liberal para as esferas social e econômica. Assim, a produção agropecuária permitiu o crescimento do país e uma grande mobilidade social (OEI, s/d). A Argentina se tornou o primeiro país da América Latina a atingir o desenvolvimento da educação primária em massa, através da universalização assegurada pela Lei nº 1420 de 1884 (ARGENTINA, PROYECTO MEDAR, 2015). Entretanto, o impulso do Estado à educação pública universal se contrapunha ao sistema político restritivo. As consequências de tal conflito aparecem nas primeiras décadas do século XX, quando os novos setores médios se expandem e levam a derrocada do regime conservador (ARGENTINA, PROYECTO MEDAR, 2015).

Focado no processo de expansão política, iniciou-se um movimento de renovação pedagógica na escola primária, aumentou-se a influência do Estado Nacional e deflagrou-se um debate sobre a conveniência de haver uma orientação técnica ou profissional à escola média (ARGENTINA, PROYECTO MEDAR, 2015). Sobre o último tema a discussão recaiu sobre a natureza elitista do ensino secundário, a sua abordagem enciclopédica e em como transformá-lo, de acordo com as necessidades políticas e econômicas daquele momento (ARGENTINA, PROYECTO MEDAR, 2015).

Críticos ao sistema educativo consideravam-no autoritário e defendiam a existência de um sistema baseado na liberdade e na formação de um espírito crítico. Como consequência, a partir da década de 1930, uma corrente nacionalista impulsionou uma educação alternativa, baseada em uma metodologia de ensino que combinava o trabalho manual e intelectual, e outros setores sociais passam a ter acesso ao sistema educativo (SPEKTOROWSKI, 2015).

A crise mundial de 1929 teve como consequência a restauração da política conservadora, e o início de uma série de governos impopulares, que tiveram impactos no

sistema educacional (OEI, s.d.) A crise econômica fez surgir uma crise política e dividiu os espaços educativos e culturais do país conforme as suas perspectivas ideológicas (nacionalista, liberal, correntes de esquerda) (ARGENTINA, PROYECTO MEDAR, 2015). Todavia a corrente nacionalista prevaleceu na condução da educação, pautada por uma política de educação de orientação católica e moralizante. Em suma, no período que se inicia em 1930, a corrente nacionalista popular se empenha pela busca de uma identidade nacional, o que levou a institucionalização da revisão da história oficial e a valorização da cultura popular no período peronista que inicia na década de 1940 (OEI, 2015).

Apesar de alguns antecedentes que revelam a existência de inquietudes para o desenvolvimento do ensino técnico anteriores a 1930, seu crescimento se produziu a partir dessa data e, mais intensamente, a partir da década de 1940, após a crise de 1929 e a troca do modelo agrário-exportador pela industrialização de substituição de importações (TEDESCO; FAULKNER, 1986). As escolas de artes e ofícios ofertavam cursos de quatro anos de duração de nível primário e secundário, com orientações tais como mecânica, serralheria, carpintaria e outras de importância regional, como tornearia e caldeiras. No ano 1930 estas escolas contavam com 1.260 alunos matriculados em 30 estabelecimentos aproximadamente; dez anos depois havia 6.270 alunos em pouco mais de 60 estabelecimentos (TEDESCO; FAULKNER, 1986).

Apontado como uma ruptura nas esferas social, política e econômica, o peronismo representou um marco na história argentina (ARGENTINA, PROYECTO MEDAR, 2015). Em meados da década de 1940, o Estado intervencionista de Perón incorporou em suas políticas os setores pobres, proporcionou melhores condições de trabalho, infraestrutura, educação, proteção social e a expansão do consumo (BARREYRO, 2001). Sob a ideia implícita de que a justiça social solucionou as desigualdades, a expansão do sistema de ensino tinha também um objetivo político, pretendia servir como um instrumento de fortalecimento do regime e da nova ordem política (ARGENTINA, PROYECTO MEDAR, 2015).

Quanto a educação, o primeiro Plano Quinquenal de Perón estruturava-se em quatro seções, o ensino primário; o ensino secundário; o ensino técnico, e o ensino superior. O ensino técnico apresentava-se como uma compensação para aqueles que não possuíam outros meios de vida, e era oferecido como uma medida de justiça social. Era destinado a todo operário, artesão ou trabalhador que vivesse do seu trabalho. Distintivamente, o governo de Perón também criou uma instituição de ensino técnico e superior destinada exclusivamente aos jovens trabalhadores, a Universidad Obrera Nacional, em 1948. Diante da incapacidade de

alterar a situação do ensino secundário e universitário, controlado pelas elites tradicionais, esse sistema paralelo teria sido criado com o propósito de formar técnicos e engenheiros industriais para fazer frente às necessidades de formação da força de trabalho para o projeto de desenvolvimento econômico, assim como atender à demanda dos trabalhadores por acesso aos cursos profissionais de nível médio e superior (MOLLIS, 1991).

Assim, desde a segunda década do século XX, o crescimento industrial irá se refletir na prática escolar, que passa a incorporar os conhecimentos, valores e habilidades regidos pela sociedade tecnológica moderna, e a incorporar também a classe média e baixa. Além disso, em 1947 se instituiu o subsídio estatal à educação privada através da Lei nº 13.407 (OEI, 2015). Todavia a abertura do sistema de ensino à esfera privada ocorre apenas em 1955, após a queda do governo peronista.

b) 1960-90 - Doutrinário internacional na educação em turismo

De 1960 a 1990 relatórios internacionais apontam como alternativa para os países subdesenvolvidos o desenvolvimento da indústria do turismo, e a educação em turismo entra na agenda para a formação de planejadores, em nível superior, e operadores, em nível técnico, do desenvolvimento do turismo.

O governo radical de Frondizi (1958-1962), pautado em um projeto desenvolvimentista, dedicou atenção às universidades, atribuindo recursos para a promoção de pesquisas, além de incentivar a educação técnica, aprovar o Estatuto do Docente e criar medidas de caráter participativo para a gestão do ensino (CASTRO, 2007). De acordo com Sigal e Freixas (1998), em 1957 havia 141 carreiras de ensino superior, em 1983, 1.709 carreiras, e em 1993, 3.796 carreiras. Este processo se originou a partir, basicamente, de duas demandas. Uma delas proveio dos setores produtivos, como uma consequência das aceleradas transformações tecnológicas que provocaram mudanças no mercado laboral e nos perfis profissionais requeridos. A segunda demanda proveio dos ingressantes ao sistema, cujo número cresceu de maneira significativa a partir de meados dos anos 1980. Neste sentido, a diversificação da oferta é uma das respostas a este incremento da matrícula no setor.

Dentre os novos perfis profissionais requeridos no período se insere a formação em turismo. Na década de 1960, a Direção de Turismo da Nação Argentina entendia que a formação em turismo devia iniciar-se na escola primária e intensificar-se durante o ciclo secundário através da inclusão de conteúdos de turismo nos programas de determinadas disciplinas. Essa proposta teve como antecedente a criação da Escola Superior de Turismo e

Hotelaria Monte Pacheco em 1959, pioneira na educação básica em turismo no país ao oferecer cursos de capacitação destinados ao pessoal da Direção Provincial de Turismo e Transporte de Córdoba. Em 1961, o governo propôs a criação de escolas de capacitação em atividades turísticas, aprovando os planos de estudos para expedir os títulos correspondentes, conforme o Decreto 9468. Segundo este Decreto, a Direção de Turismo da Nação deveria:

Criar e apoiar a manutenção de escolas de capacitação para atividades turísticas tais como hotelaria, guias, cicerones, intérpretes, técnicos para a formação de pessoal idôneo e outras, regulamentando seu funcionamento, aprovando seu programa de ensino, fixando seus cursos letivos, cotas de inscrição, taxas de exame e demais atribuições, e expedir os títulos respectivos (...). (DECRETO N° 9.468 de 1961)

Ainda nos anos sessenta, universidades públicas e privadas começaram a oferecer os primeiros cursos de turismo em nível superior. De acordo com Suarez et.al. (2011), os cursos superiores em turismo surgiram na Argentina como ampliação dos cursos técnicos ou como pós-graduações para egressos de outras áreas de conhecimento. A província de Neuquén, fundada em 1958, tendo em vista a necessidade de planejar o território, cria em 1964 o Conselho de Planejamento e Desenvolvimento – COPADE, que desde a primeira comissão institui, dentre outros, o Plano Turístico Provincial. Mediante a resolução 062 de 1965 da Universidade de Neuquén se cria a Escola Superior de Turismo, e o curso superior técnico em Turismo. Na década de 1970 se transfere a Escola Superior de Turismo para a atual Universidade Nacional de Comahue, em 1972. Neste marco, se cria a Faculdade de Turismo onde desde 1976 se oferece o curso de Licenciatura em Turismo com duração de cinco anos.

O setor privado reconheceu a existência de demanda por formação profissional em turismo e criou cursos orientados à atuação na hotelaria e em agências de viagens (SCHUTLER, 2003). As Universidades privadas de Morón (1964), de Salvador (1966) e J.F. Kennedy (1968) acompanharam esta primeira etapa. Em 1971 se definem os conteúdos dos cursos de nível técnico e superior, bem como seus perfis profissionais.

De acordo com Capanegra (2010), o governo que se iniciou na Argentina em 1966 buscou organizar o funcionamento da economia e da sociedade sobre novas bases. Convencidos de que as crises econômicas anteriores haviam sido provocadas pelas lutas entre diferentes partidos políticos, para executar suas políticas elegeram-se homens de sólida formação técnica vinculados com empresas de capital estrangeiro que realizavam investimentos no país. Essa característica de despolitizar o tratamento das questões econômicas e sociais mediante critérios “neutros” e “objetivos” configurou um novo tipo de Estado burocrático-autoritário, cuja distinção principal era substituir a política pela administração. Assim, o modelo de desenvolvimento turístico desenvolvido pelos organismos

internacionais desembarcou na Argentina e se instituiu como matriz conceitual da política turística e seu planejamento. Assim, se estabelecia uma marcada diferenciação e verticalidade entre os distintos atores do processo de planejamento, ao mesmo tempo, se legitima os grandes investimentos na formação de planejadores e os desenvolvimentos teóricos e metodológicos específicos.

Essa corrente técnica, assim, causou um forte impacto nos modelos pedagógicos dos sistemas de educação superior em turismo, e impôs, como capital cultural básico da profissão, conhecer profundamente os processos técnicos de planejamento para desenvolver o turismo. Este tipo de conhecimento gerou um obstáculo epistemológico que impedia a compreensão crítica dos processos de desenvolvimento turístico, uma vez que produzia um profissional técnico especializado em utilizar e difundir um saber sem conotações históricas ou ideológicas, para o qual as lutas de poder representam desequilíbrios e problemas a serem corrigidos (CAPANEGRA, 2010).

A política de turismo na década seguinte se caracterizou por possuir um forte caráter tecnocrático e uma concepção notadamente desenvolvimentista da economia, já que a atividade turística era vista como uma estratégia para o desenvolvimento de áreas atrasadas e, conseqüentemente, apta a diminuir as desigualdades regionais. A formação profissional do período foi fortemente marcada pelas ideias teórico-metodológicas dos organismos financiadores de projetos desenvolvimentistas no país, como o Banco Mundial, o FMI e o BID, que exigiam determinados requisitos dos técnicos profissionais executores dos projetos. Este conjunto de instituições e profissionais delinearam o *corpus* de saberes especializados que dominaram o planejamento do turismo durante décadas (KUPER, RAMIREZ, TRONCOSO, 2010).

Em 1971, resolveu-se, mediante encontros com os diferentes atores representantes dos setores envolvidos, a homologação de planos e títulos definindo as disciplinas para os cursos de nível técnico e licenciaturas em turismo, assim como para o curso de guia turístico, aprovando-se em 1975 seus perfis profissionais. Em 1976 Buenos Aires se torna subsele do Centro Interamericano de Capacitação Turística (CICATUR), vinculado à Organização dos Estados Americanos (OEA), que se dedicou à formação de grande parte dos quadros técnicos dos órgãos nacionais e provinciais de turismo. Ainda, organizadas entre 1976 e 1980, as Reuniões Nacionais de Turismo dos órgãos provinciais de turismo oficializam metodologias e técnicas com grande influência da Cicatur para o planejamento do turismo. No período foram desenvolvidos 11 planos de turismo nas províncias (RIVERO, 2011).

Segundo Rivero (2011), a Cicatur pretendia colocar na agenda da política turística os problemas reais do turismo: a) suas consequências negativas; b) a distinção entre os diferentes agentes e interesse do turismo; c) a falácia da capacitação turística, tal como se desenvolvia na época; d) a falta de dados e estudos sobre os aspectos econômicos do turismo; entre outros.

No intuito de melhorar a qualidade da educação e de incorporar ao sistema educacional os novos setores da população, em 1978 foi iniciado um processo de transferência das escolas federais para o nível jurisdicional das províncias e da capital Buenos Aires, que passariam a se encarregar do financiamento e da gestão dos serviços educacionais (CASTRO, 2007; KRAWCZYK; VIEIRA, 2006). Nesse processo destaca-se a manutenção da tendência centralizadora da dinâmica federativa. Todavia, se rompeu com o caráter provedor-universalista e integrador na regulação da educação pública no país, de forma que a ação do Estado passou a se concentrar em populações em condições de extrema pobreza (KRAWCZYK; VIEIRA, 2006).

Assim, segundo Krawczyk e Vieira (2006), o perfil compensatório do Estado foi central na política educacional argentina em decorrência da crise econômica enfrentada naquele período, o que contribuiu para que a reforma educacional implantasse uma nova distribuição de responsabilidades entre o Estado nacional e as províncias. Ademais, a estrutura organizacional do sistema educacional foi alterada profundamente culminando com a sua fragmentação (KRAWCZYK; VIEIRA, 2006). Indicava-se que o aumento das matrículas escolares na década de 1960 foi concomitante à redução da qualidade do sistema educacional, e tal situação piorou nos anos 1980 (KRAWCZYK; VIEIRA, 2006).

É desta década o documento “Bases para um Plano Federal de Turismo”, publicado em 1984 pela Secretaria de Comércio do Ministério da Economia, que pode ser visto como um divisor de águas nas formas de pensar e executar o planejamento do turismo. Por um lado, o plano apresentava características típicas do planejamento tradicional, com objetivos desenvolvimentistas definidos inicialmente por técnicos especialistas e posteriormente implementados de maneira centralizada pelo Estado. Por outro lado, o Plano apresentava objetivos socioculturais e ambientais que excediam a visão economicista, metodologias participativas, e a definição de objetivos de curto, médio e longo prazo.

Ao longo do século XX, a maior parte dos institutos superiores não universitários foram de formação docente, até a década de 1970 quase exclusivamente de formação de professores para o ensino pré-escolar, médio e superior. A oferta deste tipo de instituições se ampliou muito fortemente a partir dos anos 1980, tanto em número como em variedade de

estudos oferecidos, e passou a dispor de carreiras vinculadas ao setor terciário e de serviços, quando então surgem os cursos superiores de turismo nessas instituições.

c) 1990-2000 - Privatização, expansão, e diversificação da oferta educacional

De 1990 a 2000 a expansão e diversificação do sistema educacional, através da oferta privada, alcança o turismo, que então passará a contar com uma variedade de cursos formativos, em diversos níveis, consoante a consolidação do turismo na agenda nacional.

Iniciadas na década de 1990, as reformas educacionais ocorreram em vários países da América Latina, em decorrência de profundas mudanças nas esferas econômica, social, cultural e política, as quais buscavam não apenas a expansão do ensino, como também a adequação da educação pública à lógica de regulação capitalista (KRAWCZYK; VIEIRA, 2006). Segundo Casassus (2001), as diretrizes que orientaram essas reformas se gestaram no cenário internacional, a partir da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em 1990 na Tailândia⁵¹. Segundo essas diretrizes, as reformas deveriam facilitar: a) a abertura do sistema, para responder as demandas da sociedade; b) a formação de alianças com novos atores para a tomada de decisões; c) a descentralização; e d) a passagem da ênfase na quantidade para a qualidade (CASASSUS, 2001).

Na Argentina, durante os dois mandatos do Presidente Carlos Menem (1989-1999) buscou-se estabelecer novas bases para o sistema educacional, pautadas em novos padrões de gestão baseados nos princípios de autonomia e responsabilidade individual, além de mudanças para a inclusão de setores socialmente marginalizados (FELDFEBER; GLUZ, 2011).

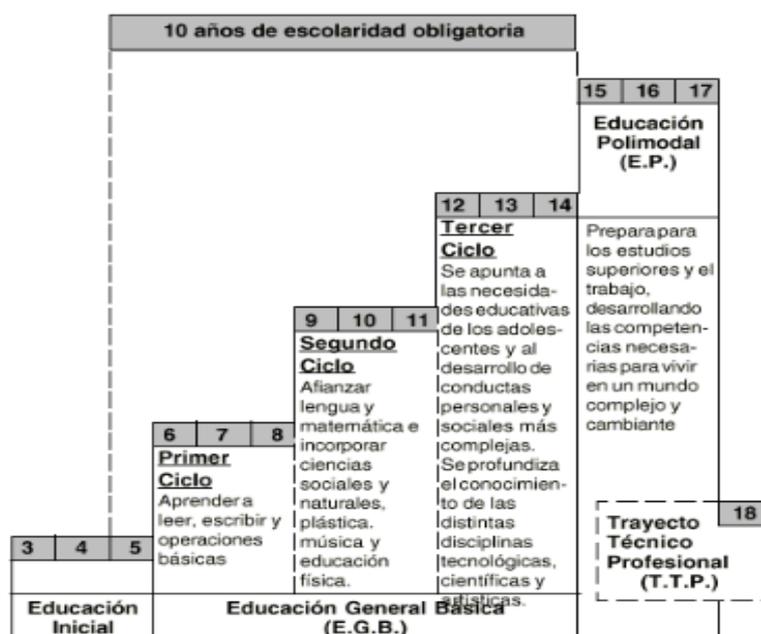
Para Krawczyk e Vieira (2006), as reformas levadas a cabo decorreram de uma indução externa justificada por pesquisas que apontavam os êxitos e as deficiências dos sistemas educacionais no contexto de uma nova ordem mundial, baseados em elementos condicionantes para a reestruturação do setor produtivo e de mudanças institucionais que modificaram a estrutura estatal e as relações sociais. Assim, a nova hegemonia que se configurou rompeu com as tentativas de redemocratização da sociedade da década de 1980, que pretendia recuperar o modelo nacional desenvolvimentista.

⁵¹ Segundo Casassus (2001), essa reunião foi convocada pela organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências, Cultura – Unesco – pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD -, Fundo das nações Unidas para a Infância – Unicef -, e o Banco Mundial; o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – atuou como um dos co-patrocinadores.

Dentre as transformações do sistema de educação argentino do período, a implementação de um conjunto de ações para reduzir o Estado nacional fez com que as 23 províncias e a Cidade Autônoma de Buenos Aires passassem a ser responsáveis por administrar todos os serviços educacionais, exceto as universidades. De fato a descentralização administrativa das escolas de educação média foi o meio encontrado para enquadrar as províncias nos termos do ajuste fiscal (BARREYRO, 2001; PEREIRA; TROJAN; FRANÇA JUNIOR, 2012). No entanto, esta transformação levou desde a reestruturação dos níveis acadêmicos até a criação de novos currículos. Nesse contexto, se destaca os princípios da gratuidade e da assistência retratados em eu artigo 39, que obriga a esfera Nacional e provincial a garantir os serviços públicos educacionais gratuitos em todos os níveis e regimes especiais (TROJAN; PEREIRA; FRANÇA JUNIOR, 2012).

A reforma da educação secundária, determinada pela Lei Federal de Educação 24.195, de 1992, apresenta a estrutura do sistema educacional formada por cinco níveis progressivos.

- Educação Inicial (de 3 a 5 anos de idade, sendo o último ano obrigatório);
- Educação Geral Básica - EGB (a partir de 6 anos, obrigatório). É organizada em três ciclos, de 3 anos de duração cada um;
- Educação Polimodal (posterior a EGB, possui 3 anos de duração). Caracterizado pela formação técnica de nível médio. Está organizada pelas modalidades: Humanidades e Ciências Sociais; Ciências Naturais, Saúde e Ambiente; Economia e Gestão das Organizações; Artes, Desenho e Comunicação; Produção de Bens e Serviços; além dos Trajetos Técnicos Profissionais.
- Educação Superior (universitária de graduação e superior profissional);
- Educação Quaternária (Pós-graduação).



Fonte: Reproduzido de OEI (2015)⁵².

Daí a concepção do nível polimodal, com um enfoque que pretende integrar, em uma mesma oferta educacional, uma preparação com valor formativo e social que abrange as funções, a) ética e de cidadania, b) propedêutica e, c) de preparação para a vida produtiva. Essas funções, por sua vez, serão desenvolvidas mediante dois tipos de formação, a) formação geral de base e, b) formação orientada para a preparação produtiva nas cinco modalidades elencadas (CUNHA, 2000).

A educação polimodal tem como aliada os trajetos técnico-profissionais - TTPs, especializados na formação para a vida produtiva, que podem ser desenvolvidos nas mesmas escolas que oferecem a educação polimodal, mas em turnos diferentes; em instituições que atendem alunos de vários estabelecimentos de ensino; ou ainda, em instituições especializadas em determinada atividade profissional. Como primeiro passo para a implantação dos TTPs, o Instituto Nacional de Educação Tecnológica – Inet - definiu os perfis profissionais dos técnicos de acordo com as novas demandas e as necessidades da produção. Para isso, realizou consultas a empresários, sindicatos, profissionais e especialistas (CUNHA, 2000).

Os TTPs pretendem, então, ser uma oferta opcional complementar à educação polimodal, destinada a substituir a educação técnico-profissional que se fazia até a década de 1990. O Inet projetou, até o momento, 12 trajetos, sendo eles: i) Produção Agropecuária, ii) Gestão Organizacional, iii) Equipamentos e Instalação Eletromecânica, iv) Indústrias de Processos, v) Eletrônica, vi) Construções (Mestre Mayor de Obras), vii) Construções (Técnico

⁵² Disponível em www.oei.es/oeivirt/fp/cuad04a01p21.htm#Argentina. Acesso em 06 abril 2015.

em Construções), viii) Informática, ix) Saúde e Ambiente, x) Comunicação em Multimídia, xi) Aeronáutica, e xii) Tempo Livre, Recreação e Turismo (CUNHA, 2000). A especialidade Tempo Livre, Recreação e Turismo é uma inovação no quadro da educação técnico-profissional argentina vigente até então. Em seu rol são oferecidos os cursos Técnico em Recreação e Turismo e Técnico em Serviços Turísticos. Os cursos técnicos de nível médio podem ser realizados concomitante ou subseqüentemente a Educação Geral básica do ensino médio.

Assim Educação Técnica Tradicional desaparece (OEI, 2015). Também, destaca-se a definição dos Conteúdos Básicos Comuns (FELDFEBER; GLUZ, 2011). Alargou-se a escolaridade obrigatória para 10 anos, introduziu-se um novo nível de educação, o terceiro ciclo da EGB, bem como o Estado passou ser responsável pela qualidade da educação a partir de um Sistema Nacional de Avaliação da Qualidade.

Quanto ao sistema de educação superior, tem um regime que tende a ser de caráter binário, já que está integrado desde princípios do século XX por dois tipos de instituições, as universidades e os institutos superiores não universitários, também denominados terciários. Há os que o consideram híbrido, já que em algumas instituições universitárias há oferta acadêmica de cursos de caráter binário. Em nível superior, são ofertados os títulos de Licenciatura em Turismo, com duração de quatro anos, e as Tecnicaturas Superiores, com três ou quatro anos de estudos terciários, em alguns casos com exigência de um trabalho final. As Tecnicaturas Superiores e as Licenciaturas podem ser realizadas por qualquer egresso do nível médio (NAKAYAMA, 2000).

d) 2000-2016 – Qualificação da indústria para competitividade

De 2000 a 2016 as políticas de educação em turismo passam a perseguir a qualidade das instituições, dos profissionais e da pesquisa e ensino em turismo, assim como a integração entre academia, governos e empresas, visando a adequação dos produtos e serviços turísticos às novas exigências da demanda.

No governo do Presidente Nestor Kirchner (2003-2007) ocorreram grandes alterações legislativas, porém pouco progresso em termos concretos para a efetivação de mudanças no sistema educativo argentino (FELDFEBER; GLUZ, 2011). Nesse período as leis sancionadas buscaram basicamente superar os problemas decorrentes das reformas dos anos 1990. A participação social foi ampliada a entidades de representação do setor educacional,

estruturada a partir de conselhos consultivos. Os Trajetos Técnicos Profissionais (TTP), por exemplo, são resultado de um processo de consulta que envolve a) o Conselho Nacional de Educação e Trabalho, composto por entidades empresariais, sindicatos e organismos estatais; b) as autoridades educativas, equipes técnicas e docentes de todas as jurisdições; e c) os especialistas em temáticas específicas.

As autoridades provinciais possuem a responsabilidade de definir a proposta técnica de cada jurisdição, porém tais entes federados apresentam diferentes estágios com respeito à implementação da reforma da educação (OEI, 2015). Com a intenção de unificar o sistema educacional, a Lei Federal de Educação foi substituída pela Lei Nacional de Educação (Lei nº 26.206, de 2007), uma vez que o sistema de níveis e ciclos havia sido implementado de forma desigual nas diferentes províncias⁵³ (FELDFEBER; GLUZ, 2011). Com esta alteração mudou-se a estrutura e a nomenclatura do sistema educacional. O ensino básico agora é ensino primário, e o ensino polimodal passou a ensino secundário. Em contrapartida aumentou-se o período do ensino obrigatório para 13 anos e tornou-se o ensino secundário obrigatório em todo o país.

Em 2004, a promulgação da Lei Nacional de Turismo no seu artigo 7º estipulava a necessidade de propiciar a investigação, formação e capacitação técnica e profissional para a atividade. Já o Plano Federal Estratégico de Turismo Sustentável 2005-2016 incluiu a gestão do conhecimento e inovação entre suas premissas para a consolidação institucional do turismo. A Câmara Argentina de Turismo (2006, p.10 *apud* FELDFEBER; GLUZ, 2011), principal agrupamento empresarial do setor, reconhecia que "para que as organizações de turismo sigam sendo competitivas nesta era de mudanças, é preciso adotar uma perspectiva baseada na gestão de conhecimentos que permita que as investigações em matéria de turismo tenham seu impacto na capacidade criativa do setor".

Com a promulgação da Lei Nacional de Turismo em 2005, coube a Secretaria de Turismo, dentre outros, a) propiciar a investigação, formação e capacitação técnica e profissional da atividade; b) Promover, coordenar, assistir e informar as instituições educativas onde se ofereçam a formação de profissionais nas atividades relacionadas com o turismo; e c) fomentar a inclusão nos programas de estudo em todos os níveis de ensino público e privado de conteúdos transversais de formação turística (LEI NACIONAL DE TURISMO N° 25.997/2005).

⁵³ Por exemplo, na Província de Buenos Aires, que responde por cerca de 40% da taxa de matrícula no país, o ensino primário e secundário tem ciclos de duração de seis anos; enquanto na Cidade de Buenos Aires, a escola primária tem duração de sete anos e a escola secundária de cinco anos, dificultando a análise do percurso escolar dos alunos nestas jurisdições (FELDFEBER; GLUZ, 2011).

No mesmo ano, o Programa de Melhoria da Qualidade das Instituições de Formação e do Emprego Turístico, vinculado ao Plano Federal Estratégico de Turismo Sustentável 2016, pretendia utilizar os aportes dos modelos nacionais e/ou internacionais⁵⁴ para fortalecer a qualidade da gestão das instituições de formação profissional para o turismo; trabalhar em cooperação interministerial para o fortalecimento e melhoria da qualidade nas instituições de formação profissional; e instrumentar qualificações demandadas para os trabalhadores do setor.

Uma atualização do Plano com horizonte ampliado até 2020 foi lançada em 2011, do qual compunha o Programa de Educação, Formação e Emprego para a Sustentabilidade, a ser executado pela Direção de Qualidade e Formação em Turismo, do Ministério do Turismo. Este Programa estabeleceu como propósito:

desenvolver ações de educação, formação, conscientização e sensibilização turística para os atores vinculados à atividade em instituições educativas, no marco da geração de redes que integrem o setor acadêmico, o setor produtivo, o terceiro setor e organismos regionais e provinciais de turismo, com o fim de melhorar a articulação federal (...) e adequar os produtos e serviços turísticos existentes às novas exigências da demanda da atividade, em um marco de busca da excelência e da qualidade (p.210).

Como se nota, o Programa visava a melhoria da qualidade dos serviços turísticos através de ações de capacitação dos recursos humanos para atender as necessidades de adaptação às mudanças do mercado. Quanto ao emprego, o Programa pretende que os recursos humanos sejam uma distinção nos destinos turísticos, para desta maneira obter maior competitividade. Pretende também atuar sobre a relação, e as diferenças, entre o perfil dos graduados em turismo e a demanda laboral dos setores da atividade.

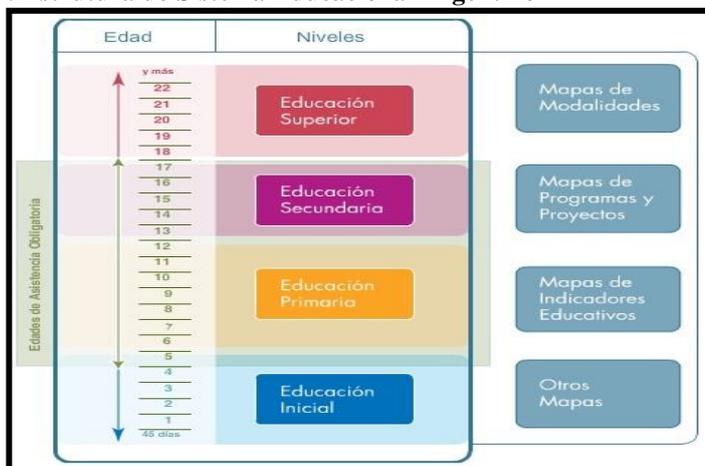
A estrutura atual do sistema educacional argentino é integrada por quatro níveis, Educação Inicial, Educação Primária, Educação Secundária e Educação Superior. É obrigatória de cinco anos de idade até a conclusão do nível secundário. Ademais, com a finalidade de assegurar o direito à educação e atender os requisitos legais, técnicos e pedagógicos de diferentes níveis educacionais, a oferta educativa é composta por oito modalidades⁵⁵, que buscam responder a necessidades de formação específicas, bem como atender em caráter permanente, temporário ou contextual toda a população do país. A formação profissional especializada, que esteve restrita a grupos minoritários, atualmente

⁵⁴ Normas ISO, IRAM, Premio Nacional à Qualidade (PLANO FEDERAL ESTRATÉGICO DE TURISMO SUSTENTÁVEL 2016).

⁵⁵ Educação Especial; Educação Rural; Educação Técnico Profissional; Educação Artística; Educação Permanente de Jovens e Adultos; Educação Intercultural Bilíngue; Educação em contextos de Privação da Liberdade; Educação Domiciliar e Hospitalar.

oferece a possibilidade de acesso a todos os cidadãos que atingirem o grau de formação requisitado ao seu ingresso. (MINISTERIO DE EDUCACION, 2015⁵⁶).

Figura 1: Estrutura do Sistema Educacional Argentino



Fonte: Reproduzido do Ministério da Educação da Argentina.

No que tange à Educação Superior, tem o objetivo de proporcionar a formação científica, profissional, humanística e técnica, a fim de promover o desenvolvimento do conhecimento por meio da pesquisa (Lei n° 24.521 de 1995). De acordo com a Lei Nacional de Educação Superior (Lei n° 24.521 de 1995, Artigo 5°), a educação superior é ofertada por a) Instituições de educação não universitária, que promovem a formação docente, humanística, social, técnico-profissional ou artística; e b) Instituições de ensino universitárias, as universidades e institutos universitários.

Conforme o artigo 7° a mesma Lei, o ingresso nas Instituições de Ensino Superior (IES) é condicionado à conclusão do nível intermediário ou do ciclo de ensino politécnico. Todavia, excepcionalmente, os maiores de 25 anos que não cumprem essa condição, têm o direito de acesso ao ensino superior garantido por meio de avaliações províncias, que comprovem a formação ou experiência de trabalho de acordo na área dos estudos a que se pretende ingressar.

A Lei Nacional de Educação define que o Sistema Universitário Nacional é composto pelas universidades nacionais, pelas universidades provinciais e privadas reconhecidas pelo Estado e pelos Institutos Universitários, estatais ou privados, também reconhecidos por lei. No âmbito das Instituições de Ensino Superior, as instituições denominadas por “Universidade” caracterizam-se por apresentar em sua oferta acadêmica uma variedade de áreas disciplinares não afins, as quais são estruturadas em faculdades, departamentos ou

⁵⁶ Ver <https://portal.educacion.gov.ar/html/sistema/la-estructura-del-sistema-educativo/>

outras unidades acadêmicas equivalentes. Por sua vez os “Institutos Universitários” concentram sua oferta acadêmica em uma única área disciplinaria.

Segundo Elías (2012), até 2009 o crescimento das instituições universitárias que oferecem o curso de turismo foi considerável. Neste ano se contabilizaram 29 universidades que ofereciam o curso de turismo no país, dentre os quais 23 eram cursos de bacharelado e 52% eram privados. A maioria das províncias tinham universidades que ofereciam esta carreira. Se não estavam em Faculdades de Turismo, os cursos encontravam-se instalados em diversas unidades acadêmicas (Faculdade, Escola, Departamento) de Humanidades, Ciências Sociais, Econômicas, Empresariais, Filosofia ou Geografia. Sendo assim, presume-se a heterogeneidade nos conteúdos curriculares e enfoques. Os cursos de pós-graduação, como especialização ou mestrado, tiveram um crescimento mais moderado, que se concentrou principalmente na primeira década do século XXI.

Em suma, Wallingre (2011) observa uma maior e melhor aproximação entre as instituições educativas, as empresas e os governos na definição do perfil e dos conteúdos dos cursos de turismo no país. Apesar disso, comenta, ainda persiste uma importante proliferação de instituições que oferecem cursos que não contam com as aprovações governamentais e tampouco garantem a qualidade da educação.

4.1.2 Políticas públicas de educação em turismo no Brasil

a) Até 1950 - Ensino técnico aliado da modernização

Até 1950 o turismo estava ausente do sistema educacional brasileiro. Quanto a formação profissional, o ensino técnico se encarregava de formar mão de obra para o mundo do trabalho.

Desde a chegada do primeiro Governador Geral, em 1549, trazendo os primeiros jesuítas, até a expulsão deles pelo Marquês de Pombal, em 1759, a Companhia de Jesus dominou o cenário educacional brasileiro, exercendo amplo trabalho de catequese dos nativos e de educação dos brancos nascidos e chegados no Brasil, principalmente das classes abastadas. A expulsão dos jesuítas criou um vazio escolar que se estendeu por décadas, até o período imperial (AZANHA, 1992).

Com a chegada da corte portuguesa, já no início do século XIX, a educação brasileira recebeu um grande impulso no que diz respeito ao ensino superior, mas a educação popular

permaneceu em segundo plano. A proclamação da República, embora tenha alterado a ordenação da educação brasileira, pouco modificou o quadro vigente. Apenas na década de 1920 o debate educacional ganhou um espaço social mais amplo. Foi nessa época que a questão educacional passou a ser percebida como um problema nacional.

O quadro social, político e econômico dessa década, com a continuidade significativa das correntes imigratórias, a urbanização, as insatisfações políticas represadas desde a Proclamação da República e a intensificação das tensões entre a industrialização nascente e as crises do comércio cafeeiro, foi altamente propício para que a questão educacional se impusesse como de interesse coletivo e de salvação nacional (AZANHA, 1992, p.71).

A crescente percepção coletiva da educação como meio importante para ascensão social se pôde notar e importantes reivindicações do período foram incorporadas ao texto constitucional de 1934, e todas as Constituições posteriores, exceto a Carta de 1937, incorporaram, implícita ou explicitamente, a ideia de um plano nacional de educação (AZANHA, 1992).

No primeiro governo do presidente Vargas, as Leis Orgânicas do Ensino Industrial e do Ensino Secundário e a criação do Senai em 1942, e Senac em 1946, determinaram a não equivalência entre os cursos propedêuticos, de formação geral, e os técnicos, de formação para o mundo produtivo. É neste período, também, que as escolas de aprendizes artífices se transformam em Escolas Técnicas Federais, com a Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942).

b) 1950-70 - Ensino técnico de apoio ao crescimento da indústria turística

De 1950 a 1970, a educação em turismo alcança o sistema educacional brasileiro, com a oferta de cursos técnicos de formação para os postos de trabalho de base em hotéis e restaurantes. Com a industrialização, acentuou-se, porém, a necessidade de se preparar as pessoas para o trabalho, predominando a função profissionalizante do ensino médio. Por força da pressão dos setores populares organizados, ao longo dos anos 1950 aprovaram-se Leis de Equivalência entre os cursos técnicos e o ensino secundário ou médio, até a equivalência plena com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 4.024/1961) (CIAVATTA, 2009).

Enquanto vigorou o projeto nacional-desenvolvimentista e a fase do pleno emprego, preparar para o mercado de trabalho foi realmente a principal finalidade do ensino médio, ainda que o acesso ao ensino superior fosse facultativo e altamente demandado. É neste

contexto que tem origem os cursos técnicos de formação profissional de trabalhadores para o setor do turismo e hospitalidade no país.

O desenvolvimento das instituições de educação em Turismo e Hotelaria na Brasil data da década de 1950 e teve seu início e forte desenvolvimento nas Regiões Sudeste e Sul do País, liderados sobretudo pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, de abrangência nacional e com administrações autônomas em cada estado da Federação. Os cursos do SENAC nos diversos estados das regiões citadas atendiam à qualificação de quadros operacionais de base para hotéis e restaurantes, em diversos restaurantes-escola. No final da década de 60, instalou, no estado de São Paulo, seu primeiro hotel-escola, também priorizando aquela qualificação. (RCNs, ÁREA PROFISSIONAL: TURISMO E HOSPITALIDADE, 2002, p. 19 *apud* CIAVATTA; RAMOS, 2012)

As políticas de desenvolvimento econômico do período vão demandar a formação dos primeiros técnicos especializados em turismo do Brasil, influenciar a estrutura programática dos cursos de graduação e pós-graduação em turismo vindouros, e orientar as metodologias que a Embratur irá adotar, como o estabelecimento de zonas prioritárias e de sistemas estatísticos (PAIVA, 1995). Segundo Acerenza (1997), as experiências e os especialistas europeus, de origem francesa, espanhola e italiana, irão afetar diretamente o planejamento do turismo e a preparação de vários planos em diversos países latino-americanos.

O primeiro intento de planejamento governamental da educação no Brasil foi proposto pelo governo de Kubitschek com o seu Plano de Metas (1956-1961), sendo a educação a meta de número 30. O primeiro plano nacional de educação, de fato, foi proposto em 1962 a partir da Lei 4024/61, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB). O plano sofreu uma revisão em 1965, após o golpe de 64, e teve um forte caráter descentralizador que estimulava a elaboração de planos estaduais. Sofreu também uma reforma em 1966, que estabeleceu a instituição de ginásios orientados para o trabalho.

c) 1970-90 - Doutrinário internacional na educação em turismo

De 1970 a 1990 relatórios internacionais apontam como alternativa para os países subdesenvolvidos o desenvolvimento da indústria do turismo, e a educação em turismo entra na agenda para a formação de planejadores, em nível superior, e operadores, em nível técnico, do desenvolvimento do turismo.

Em 1971, durante o governo militar, a equivalência entre os ramos secundário e propedêutico é substituída pela obrigatoriedade da habilitação profissional para todos os que cursassem o que passou a ser chamado de ensino de 2º grau. A educação voltada para o trabalho passa a fazer parte integrante do currículo de 1º e 2º graus. No 1º grau, a formação

tinha por objetivo a sondagem de aptidões e a iniciação para o trabalho, e no 2º grau, a habilitação profissional visava o atendimento das necessidades do mercado de trabalho local ou regional, observados levantamentos periódicos. O ensino de 1º grau, obrigatório para todos, tinha oito anos de duração, sendo as quatro últimas séries profissionalizantes. No 2º grau, universal e compulsoriamente profissional, a ideia era de que todos os alunos obtivessem no 2º grau uma habilitação como técnico ou auxiliar técnico (CUNHA, 2000).

Os cursos técnicos direcionados à atividade turística, denominados Técnicos em Turismo,

são em maior número, ainda herdeiros da profissionalização obrigatória imposta pela Lei Federal nº 5.692⁵⁷, implantados quase sempre pela facilidade e pelo baixo custo. Estes cursos, em sua grande maioria, não têm laboratórios ou ambientes especiais, nem recursos tecnológicos, nem biblioteca especializada, são distanciados do processo produtivo da área e seus docentes muitas vezes não têm experiência ou efetiva atuação no mercado de trabalho. (RCNS, ÁREA DE TURISMO E HOSPITALIDADE, 2002, p. 20 *apud* CUNHA, 2000).

Para Cunha (2000), a profissionalização universal e compulsória no 2º grau tinha a função de conter a demanda de candidatos para o ensino superior, de modo a encaminhá-los para um mercado de trabalho supostamente carente de profissionais habilitados, mercado esse que se supunha capaz de absorver esse contingente adicional de técnicos e auxiliares técnicos. Todavia, a política de profissionalização não teve sucesso. No ensino de 1º grau, a falta de recursos financeiros e a carência de pessoal qualificado determinaram o progressivo abandono da iniciação para o trabalho e da sondagem vocacional nos currículos das redes escolares estaduais e municipais. As escolas privadas jamais incorporaram essas determinações curriculares, já que a função propedêutica era sua principal razão de ser. No ensino de 2º grau, a resistência dos proprietários das escolas privadas se juntou à dos estudantes e das próprias empresas e à falta de recursos nas redes públicas de ensino, de modo que, em 1982, a lei 7.044 produziu uma total reorientação da reforma de 11 anos antes. No entanto, ao invés de revogar todo o aparato curricular da profissionalização universal e compulsória, ele permaneceu como uma das possibilidades, ao lado de um currículo exclusivamente propedêutico⁵⁸.

⁵⁷ O texto da Lei nº 5692 fornecia os parâmetros para elaboração do currículo do ensino de 2º grau, ao determinar que, nele, a parte especial, isto é, a propriamente profissionalizante, deveria prevalecer sobre a educação geral, assim como o seu objetivo geral deveria ser o de propiciar a habilitação profissional de cada aluno (CUNHA, 2000, p. 189). Sequencialmente, o Parecer 45/72 estabeleceu 130 cursos técnicos, dentre os quais constavam os cursos de Hotelaria e Turismo, na área de hospitalidade.

⁵⁸ Azanha (1992) considera que, até a década de 1990, a sucessão de planos elaborados, parcialmente executados, revistos e abandonados reflete, por um lado, a inconsistência da administração pública brasileira, e por outro, o fato de ela nunca ter sido realmente prioritária para os governos, inativos ou displicentes.

Articulada ao modelo político e econômico de então, a proposta de ensino médio profissionalizante traduziu entre seus objetivos a preparação de força de trabalho qualificada para atender às demandas do desenvolvimento econômico que se anunciava com o crescimento obtido durante o milagre. Ao longo dos anos 1980, com a crise dos empregos e o novo padrão de relacionamento entre Estado e mercado, caracterizado pela desregulamentação da economia e pela flexibilização das relações e dos direitos sociais, enfraqueceu o estímulo à formação para o mercado.

Durante todo o período militar até os anos 1990, o ensino superior brasileiro foi baseado principalmente no estímulo ao conhecimento aplicado, formando profissionais, com uma variedade restrita de cursos superiores (MEDAGLIA; SILVEIRA; GANDARA, 2011). Nascidos após a reforma universitária de 1968, promovida pelo Regime Militar, os cursos de turismo surgiram em sintonia com o projeto desenvolvimentista de então, assumindo um perfil profissionalizante visando a formação da mão de obra que daria suporte ao crescimento do setor. A orientação política do período era democratizar o acesso ao ensino superior por meio da oferta privada, que atendeu especialmente a demanda de ensino superior por parte da classe média (DENCKER, 2006). Assim, o primeiro do Brasil foi instituído na faculdade Anhembi Morumbi, na cidade de São Paulo, em 1970, e logo foi seguido por outros.

No período, a educação em turismo estava vinculada a ideia de que o turismo era um setor capaz de contribuir para o desenvolvimento do país (DENCKER, 2006). Contudo, a EMBRATUR nunca definiu como uma de suas prioridades a qualificação profissional. Segundo Cavalcanti (2002), há apenas uma orientação do seu presidente, em 1984, para que o treinamento de mão-de-obra fosse incluído entre as preocupações de infraestrutura. Os cursos no período assumiam um perfil profissionalizante, com currículos enxutos, que visavam a formação de mão de obra que daria suporte ao setor. Devido a uma opção política que promovia a democratização do ensino superior por meio de sua privatização, a grande maioria dos cursos superiores em turismo surgiu vinculada a faculdades e institutos isolados, interessados em atender a demanda de ensino superior por parte da classe média. Com essas medidas, o ensino privado passou a ser responsável por cerca de 80% do total de vagas no ensino superior.

A formação profissional se defronta, em meados da década de 1980, com desafios e problemas que não se circunscrevem à situação brasileira. A maior exposição da economia brasileira à concorrência internacional, concomitantemente a um forte período recessivo,

tornou patente a gravidade do quadro de recursos humanos no setor manufatureiro e em particular, de serviços, à medida que as empresas buscavam se tornar mais competitivas. Somente então a educação passou a preocupar mais diretamente as empresas brasileiras que, juntamente com outros setores da sociedade, passaram a reclamar maior atenção à questão. A educação, assim como uma alternativa para o aumento do bem estar da população, mostrou-se como um diferencial na competitividade global. O setor de serviços em acelerado crescimento nas últimas décadas, com oferta de trabalho em diversas áreas, passa a reivindicar a profissionalização dos trabalhadores para atividades cada vez mais complexas.

A reforma educacional brasileira da década de 1990 se consubstanciou em diferentes ações e políticas. No tocante à educação básica, destacaram-se os parâmetros curriculares nacionais e a reforma da educação profissional, tendo em vista o novo ideário de flexibilidade e de empregabilidade (CATANI, OLIVEIRA, DOURADO, 2001). Esse mesmo ideário é elemento basilar das reformas na educação superior, sobretudo a partir do primeiro mandato do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) e da instituição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), que tem a flexibilidade e a avaliação como eixos articuladores da reconfiguração deste nível de ensino (Cury, 1997 *apud* CATANI, OLIVEIRA, DOURADO, 2001). Outras análises destacam, ainda, o processo de diversificação e diferenciação da educação superior no Brasil, quer seja do ponto de vista institucional – pública ou privada, quer seja da oferta de cursos e de suas modalidades de organização (DOURADO; OLIVEIRA, 1999 *apud* CATANI, OLIVEIRA, DOURADO, 2001).

d) 1990-2000 - Privatização, expansão, e diversificação da oferta educacional

De 1990 a 2000 a expansão e diversificação do sistema educacional, através da oferta privada, alcança o turismo, que então passará a contar com uma variedade de cursos formativos, em diversos níveis, consoante a consolidação do turismo na agenda nacional.

A LDB de 1996 deve ser vista em sua relação com o processo de reforma do Estado promovida na década de 1990, em decorrência das influências da Constituição Federal aprovada em 1988, que criou um conjunto de dispositivos referentes à educação que resultou, entre outros, na edição de leis e decretos como a Lei nº 9.131/95, que regulamentou o Conselho Nacional de Educação e instituiu avaliações periódicas nas instituições e nos cursos superiores, resultando, desde a edição da Portaria nº 249/96 do MEC, nos Exames Nacionais

de Cursos, e o Decreto nº 2.026/96, definindo os procedimentos para avaliação das instituições de ensino superior e dos cursos (DOURADO, 2002).

O Plano Plurianual 1996-99 anunciava que, sobre a alocação dos recursos,

na área de turismo, a alocação dos recursos deve ser orientada preferencialmente para inversões em infraestrutura turística e capacitação de recursos humanos (LEI Nº 9.276, DE 9 DE MAIO DE 1996)

Nota-se que, após o estabelecimento de tal condição, a Embratur, por meio da Deliberação Normativa n. 390 de 28/5/98, passa a incentivar a entrada de egressos de cursos superiores de bacharel em turismo no mercado de trabalho, restringindo o apoio e incentivo a projetos turísticos, quer seja por parte do Estado (através do Fungetur), quer seja por parte dos municípios turísticos ou de potencial turísticos, àqueles que tenham o parecer técnico de um profissional bacharel em turismo. Recomenda ainda às prefeituras municipais que indiquem, para ocupar cargos em comissão das áreas de turismo, profissionais egressos de cursos superiores em bacharel de turismo.

O período foi marcado, ainda, primeiramente, por uma política de incentivo ao desenvolvimento do turismo brasileiro, apoiada na regionalização do turismo nacional e no Programa de Municipalização do Turismo, e, paralelamente, pela crescente estabilização da economia, que provocou uma intensificação da demanda por produtos relacionados ao lazer e turismo. Esse cenário teve como consequência a abertura de cursos de turismo em todo o país e de novas habilitações para suprir as demandas nas áreas de hotelaria, gastronomia e entretenimento de forma geral. Em 1996, a formação em turismo chegou a ser uma das áreas mais procuradas pelos egressos dos cursos médios (BECKER, 1995). Contudo, a partir de 2002, esses cursos passam por uma queda na demanda, o que, aliado a programas de expansão do acesso ao ensino superior em instituições públicas, resultará no encerramento de muitos cursos privados.

A super oferta de vagas de cursos superiores nessas áreas resultou em um grande contingente de profissionais formados sem que houvesse uma oferta correspondente no mercado de trabalho. Isso resultou em uma queda na procura por cursos superiores de modo geral, resultando em uma acirrada disputa no mercado de educação, forçando as instituições privadas a uma redução na oferta de vagas. Em 2001, 70% das vagas oferecidas em nível superior eram de instituições privadas (BRASIL;OEI, 2002).

e) 2000-2016 – Publicização, dispersão e qualificação para a competitividade

De 2000 a 2016 as políticas de educação em turismo vão se dispersar também em instituições públicas de ensino, em conformidade com orientação de ampliação da oferta pública de educação superior. O ensino em turismo, em vários níveis, passa a ser estimulado, visando a qualificação dos produtos e serviços turísticos para atendimento às novas exigências da demanda.

No primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), foi proposta nova reforma universitária pelo ministro Tarso Genro. A proposta tinha o propósito de reforçar o papel do Estado como garantidor do ensino superior nas Instituições Federais de Ensino Superior e reforçar o apoio do governo às instituições de ensino superior privado, um dos pilares da expansão do acesso a educação superior promovida pelo governo (DENCKER, 2006).

Nesse primeiro governo, o Plano Nacional de Turismo trazia o Programa de Qualificação Profissional, justificado pelo grande número de empregos que gera o turismo, a sazonalidade e a alta rotatividade nos postos de trabalho, que requerem um esforço especial para a qualificação dos recursos humanos. Nesse sentido, as instituições de pesquisa e de ensino superior, relacionadas ao turismo, deveriam participar da formulação e implementação dessa política (PNT 2003-2006).

No segundo mandato, o governo federal implementou o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni, o Programa Universidade para Todos – Prouni e o Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES além da Universidade Aberta do Brasil –UAB, visando a expansão do ensino superior. O Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais instituído pelo Decreto Presidencial nº 6069 de 2007 definiu como objetivo principal criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, com melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes nas universidades federais (HADDAD, 2008)

A expansão do ensino superior por meio do Reuni trouxe um expressivo crescimento não somente das universidades, mas também de campi no interior do país. Em 2003 havia 148 campi e em 2010, 274 campi/unidades, apontando um crescimento de 85%. A interiorização do ensino superior elevou o número de municípios atendidos por institutos e universidades federais, estas últimas passaram de 114 para 272, com um crescimento de 138%, no período 2003-2010 (MEC, 2012).

Também no Plano Nacional 2007-2010, do segundo governo do presidente Lula, o Programa de Qualificação Profissional entendia que a qualidade do produto turístico, mais do

que uma vantagem competitiva, é pressuposto fundamental para o sucesso dos destinos. Assim, dentre os objetivos do programa estava a promoção da capacitação, qualificação e a requalificação dos agentes atuantes em toda cadeia produtiva do turismo, nos diversos níveis hierárquicos, tanto do setor público quanto do setor privado, para fornecer ao consumidor nacional e estrangeiros produtos e serviços de qualidade (PNT, 2007-2010).

A oferta de vagas na educação superior brasileira, historicamente, esteve localizada em cursos de bacharelado e na modalidade de ensino presencial. Como resultado das políticas do governo federal frente à necessidade de rápida resposta para a formação de profissionais, e com a evolução das novas tecnologias, novos formatos de cursos foram adotados, a saber, os cursos na modalidade de ensino a distância e os cursos de menor duração voltados à formação profissionalizante de nível superior, chamados tecnológicos. Ambos tiveram importante crescimento do número de matrículas nos últimos anos (RAMOS et al, 2013).

No ano de 2008, foi lançado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, dividido em doze eixos tecnológicos, sendo um deles Hospitalidade e Lazer, com sete⁵⁹ subáreas, as quais foram incorporadas pelas instituições nas modalidades concomitante ou subsequente ao ensino médio (RAMOS et al, 2013).

Ainda, com cursos de formação em diversos⁶⁰ segmentos do turismo, foi lançado em 2008 o PRONATEC⁶¹, com uma proposta de formação curta (de 160 a 300 horas) e específica, com o objetivo de atender ao mercado tendo em vista a preparação do país para sediar os megaeventos esportivos de 2013, 2014 e 2016, Copa das Confederações, Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas, respectivamente (RAMOS ET AL, 2013).

O Plano Nacional de Turismo 2013-2016 trazia também um programa capacitação e qualificação dos profissionais e gestores do setor de turismo, com a finalidade de melhorar a qualidade dos serviços prestados ao turista e aumentar a empregabilidade e a competência dos profissionais por meio da qualificação (PNT 2013-2016).

Atualmente, a estrutura de funcionamento da educação brasileira é decorrente da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/96. De acordo com o art. 21 da Lei, a educação escolar é composta pela educação básica, que é formada pela educação infantil,

⁵⁹ Técnico em Agenciamento de Viagem, Técnico em Cozinha, Técnico em Eventos, Técnico em Guia de Turismo, Técnico em Hospedagem, Técnico em Lazer e Técnico em Serviços de Restaurante e Bar.

⁶⁰ Auxiliar de Agenciamento de Viagens, Camareira em Meios de Hospedagem, Recepcionista em Meios de Hospedagem, Conductor de Visitantes, Recepcionista de Eventos, Recepcionista de Turismo Rural, Agente de Informações Turísticas e Monitor de Recreação.

⁶¹ Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

ensino fundamental e ensino médio; e pela educação superior, tecnológica, de graduação e pós-graduação (BRASIL; OEI, 2002).

- A educação infantil, ofertada em creches (0 a 3 anos) e pré-escolas (4 a 6 anos), tem como fim o desenvolvimento dos aspectos físico, psicológico, intelectual e social.
- O ensino fundamental, tem duração de 8 anos, obrigatório e gratuito, a partir de 6 anos de idade.
- O ensino médio, etapa final da educação básica, não obrigatória, gratuito, com duração mínima de 3 anos, com ingresso a partir dos 15 anos de idade.
- A educação superior, a partir dos 18 anos. O número de anos de estudo varia de acordo com os cursos e sua complexidade, que podem ser tecnológicos, de graduação ou pós-graduação. Visa estimular o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, e da cultura pelo desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo.

Ainda, é ofertada para os indivíduos que possuem necessidades específicas algumas modalidades especiais de oferta educacional, como a Educação Escolar Indígena; Educação Especial; Educação de Jovens e Adultos; e Educação Profissional. Sobre a Educação Profissional, pode ser:

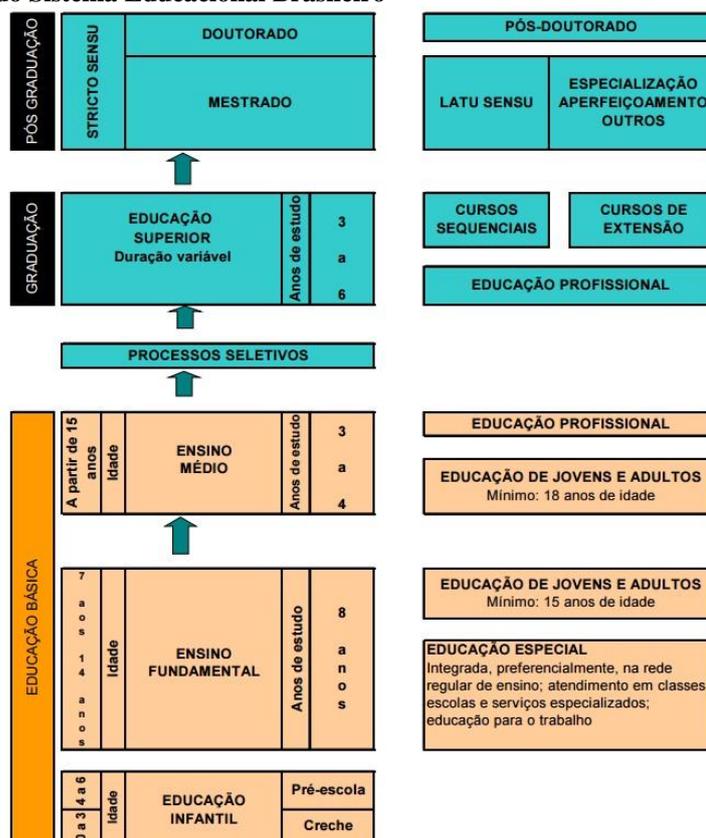
- de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou qualificação profissional;
- educação profissional técnica de nível médio;
- educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

Na modalidade de Formação Inicial e Continuada o Ministério da Educação prevê 24 modalidades⁶² de cursos na área de Turismo, Hospitalidade e Lazer. A educação profissional de ensino médio obedece ao mencionado Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Quanto a educação profissional tecnológica, na área de Turismo e Hospitalidade são cinco as opções de cursos superiores⁶³ (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2008).

⁶² Agente de Informações Turísticas; Atendente de Lanchonete; Auxiliar de Cozinha; Auxiliar de Garçom; Barista; Bartender; Camareira em Meios de Hospedagem; Cerimonialista e Mestre de Cerimônias; Churrasqueiro; Condutor Ambiental Local; Condutor Cultural Local; Condutor de Turismo De Aventura; Condutor de Turismo de Pesca; Copeiro; Cozinheiro; Garçom; Mensageiro em Meio de Hospedagem; Organizador de Eventos; Pizzaiolo; Recepcionista de Eventos; Recepcionista em Meios de Hospedagem; Salgadeira; Sommelier; Sushiman.

⁶³ Eventos; Gastronomia; Gestão de turismo; Gestão desportiva e de lazer; e Hotelaria.

Figura 2: Estrutura do Sistema Educacional Brasileiro



Fonte: Reproduzido de BRASIL; OEI (2002b, p. 37).

4.1.3 Políticas públicas de educação em turismo no México

a) Até 1945 – Ensino técnico aliado da modernização

Até 1945 a educação em turismo está ausente do sistema educacional mexicano. No período, a formação profissional era oferecida em nível técnico como suporte à indústria nascente. A partir da chegada espanhola ao México em 1521, os espanhóis empreenderam grandes esforços para impor a cultura ocidental aos indígenas. Para isso, a educação focou fundamentalmente a religião e se confundia com evangelização, pois em todos os níveis era monopolizada por ordens religiosas diversas, como franciscanos, agostinianos, jesuítas. Posteriormente, a educação se estendeu a mestiços e criolos e foram estabelecidas diversas instituições educativas. Em meados do século XVI se funda a primeira universidade mexicana, a Real e Pontificia Universidad de La Nueva España (LESCALE, 1997).

Depois da Revolução Francesa, ao lerem-se os estudos produzidos, se começa a fazer notar na sociedade da colônia a desigualdade econômica e social, assim como o injusto

sistema político. Consequentemente, o descontentamento gerado fez sentir a necessidade de independência da Espanha. Em 1814 é publicada a primeira constituição mexicana denominada Decreto Constitucional para a Liberdade da América Mexicana, a qual não chegou a ter vigência, mas traduzia as aspirações para a nação pela qual se lutava. Essa Constituição concedia notável importância à educação, e a considerava uma necessidade social (LESCALE, 1997).

A Junta provisional de governo instalada em outubro de 1821, já proclamada a independência, em dezembro constituiu uma Comissão encarregada de informar sobre o estado educativo no país e de propor melhorias. Enquanto o México tentava organizar-se como nação soberana, as instituições educacionais coloniais desfaleciam-se atingidas primeiro pelo estado da economia, afetado por acordos comerciais internacionais desfavoráveis, depois pela disputa e desorganização política, e, por isso, a condição de vida da população continuava igual ao período colonial, inclusive piorava (LESCALE, 1997).

Em suma, durante o período colonial e antes da Revolução Mexicana a educação estava, de modo geral, organizada para uma pequena elite. Ainda no século XIX, fizeram-se algumas tentativas de reformar e ampliar a educação a setores mais amplos da sociedade, com o interesse em formar recursos humanos para as principais atividades econômicas da época⁶⁴.

No início do século XX, a partir dos avanços no desenvolvimento econômico e comercial obtidos pela ditadura de Porfírio Díaz, como novas plantas industriais, extensão das vias ferroviárias, obras públicas, melhoramento de portos e construção de edifícios públicos, de investimento estrangeiro, surge a necessidade de formação dos trabalhadores. Este conjunto de mudanças exigia quadros técnicos e administrativos, e esse foi o estímulo para impulsionar a educação em todos seus níveis.

Os traços de exclusão econômica e social que permaneciam nos primeiros anos deste século vão dar início à formação de um movimento popular que culminará, a partir de 1910, com a chamada Revolução Mexicana, que tinha como uma de suas reivindicações a oferta de educação básica às populações excluídas, especialmente nas zonas rurais do México (TORRES, FANFANI, 2000). Durante os anos da Revolução a educação recebeu pouca atenção, mas com a promulgação da nova Constituição, pós-revolucionária, em 1917, a educação no país vai gradualmente adquirir importância enquanto política de Estado, e passa a ser gratuita, mas ainda sem garantia estatal de acesso a todos.

⁶⁴ Dentre as quais podem se citar Física, Ciências exatas, Ciências Morais, Ciências Políticas, Farmácia, Medicina, Química e Mineralogia (LESCALE, 1997).

Esse quadro muda com a reforma de 1934, que mantém alguns elementos de 1917, como a gratuidade, o caráter laico e oficial da educação, mas ganha destaque o papel protagonista do Estado e a limitação da instrução privada, assim como da presença de interesses comerciais e religiosos no campo da educação. É uma reforma que se dá precisamente no momento em que se estabelece um novo acordo social cujos atores principais são as cúpulas das grandes organizações camponesas, operárias e setores populares.

Desde 1921, quando é criada a Secretaria de Educação Pública, tem início um aumento substancial dos recursos para este setor, e ao mesmo tempo assiste-se à ampliação do sistema escolar. De 1930 a 1940 se duplica o número de professores, de escolas, de estudantes e de recursos, e nos anos posteriores, sobretudo com o impulso do Plano de Onze Anos (1960-70), o sistema cresce exponencialmente e aumenta sua efetividade. De 1955 a 1979 o número de estudantes passa de 4,3 a 20,2 milhões e de professores se multiplica 5,8 vezes.

Em 1922 se institui, vinculado à Secretaria de Educação Pública, o Departamento de Ensino Técnico Industrial e Comercial, com a finalidade de aglutinar e criar escolas que oferecessem essa modalidade de ensino. Posteriormente, a partir da Segunda Guerra Mundial, a adoção no México de uma política de industrialização para substituição de importações fez crescer a demanda por técnicos de diferentes níveis, e contribuiu a difusão e expansão do ensino técnico em todo o país. Em 1958 se estabelece a educação secundária com atividades técnicas, a chamada secundária técnica (ensino médio técnico). Em 1968 se criam os Centros de Estudos Tecnológicos, que ofereciam formação em nível médio superior para o setor industrial.

b) 1946-60 – Ensino técnico de apoio ao crescimento da indústria turística

De 1946 a 1960 o ensino técnico em turismo aparece como apoio à indústria do turismo, que já se desenvolvia desde as décadas iniciais do século XX, principalmente na fronteira com os Estados Unidos.

Impulsionado pelo governo do presidente Miguel Alemán Valdés, a educação em turismo entra na agenda pública mexicana ainda nos anos 1940. Em 1949 é instituído o Ato Federal de Turismo e criado o Departamento de Turismo no Ministério do Interior, encarregado da política de turismo. Em 1947 o Ministério da Economia criou a Escola de Hotelaria, de ensino técnico, que mais tarde se tornou a Escola Mexicana de Turismo; em 1949 a Comissão Nacional de Turismo foi criada e a Lei Federal de Turismo foi promulgada.

A Lei atribuía à Secretaria de Governo a competência de estabelecer um serviço nacional de guias de turismo, assim como vigiar seu funcionamento. As agências, hotéis e demais estabelecimentos do setor deveriam a partir de então utilizar somente os serviços de guias autorizados para exercer tal função, cabendo penalidades aos descumprimentos (DIARIO OFICIAL DE LA FEDERACIÓN, 31/12/1949).

Já em 1957 é criado o Fundo de Garantia e Fomento do Turismo (FOGATUR), responsável por promover a infraestrutura turística; e em 1958 cria-se o Departamento Autônomo de Turismo. Em 1958 a Universidad Autónoma del Estado de Mexico cria a escola de Guias de Turismo e em 1959 é criado o primeiro curso superior em Turismo, na mesma instituição (FOGATUR, 2015).

c) 1960-90 – Doutrinário internacional na educação em turismo

De 1960 a 1990, relatórios internacionais apontam como alternativa para os países subdesenvolvidos o desenvolvimento da indústria do turismo, e a educação em turismo se consolida em nível técnico e superior como suporte ao desenvolvimento do turismo.

Com a publicação do Plano Nacional de Desenvolvimento Turístico em 1962, a educação em turismo adquire maior presença no cenário nacional, e são fundadas instituições de ensino voltadas exclusivamente para a formação nas atividades do turismo, como a Escola Mexicana de Turismo, resultado de um esforço entre o setor público e a iniciativa privada para capacitar as pessoas que atuavam nestas atividades (PÉREZ, 2011), e o Centro de Estudios Superiores San Ángel (CESSA), a primeira instituição a oferecer cursos de graduação em Hotelaria, Administração de Restaurantes, e Gastronomia.

Em 1969 o México formula pela primeira vez uma política nacional que, como em outros países da América Latina, incluía o turismo no bojo da política de substituição de importações. A década de 1970 é marcada pela crise econômica mundial que se reflete na diminuição do fluxo de viajantes no mundo. No México, a política de turismo então destinada ao mercado internacional reorienta-se para o mercado interno, e iniciam-se projetos de diversificação da oferta de destinos turísticos, como os centros turísticos integralmente planejados⁶⁵. A partir de então se consolidam as políticas de educação e formação profissional em turismo no país. Na década de 1970 há oferta de cursos técnicos em turismo,

⁶⁵ Nos centros integralmente planejados o Estado toma a iniciativa para o desenvolvimento da área turística. Inicia-se com a aquisição de terras, a elaboração de um plano de desenvolvimento estratégico e a construção dos primeiros hotéis, para tornar o destino conhecido e torná-lo uma opção viável para investimentos privados.

em nível médio, como Hotelaria, Inglês, Preparação e Conservação de Alimentos, Recepcionista, os quais possuíam, juntos, 3.003 alunos no ano de 1978 (VELLASCO ET. AT., 2010). Em 1974 é instituído o Ministério do Turismo.

Também na década de 1970 são criados dois organismos de formação e investigação em turismo, com o intuito de promover o desenvolvimento regional pelo turismo, o Centro Interamericano de Capacitação Turística (Cicatur), dependente da Organização de Estados Americanos (OEA) e o Centro Internacional de Estudos Superiores de Turismo (CIEST), dependente da Organização Mundial do Turismo (OMT) vinculada à ONU, que visava maior capacitação para atuação no setor. Mais adiante, nos anos oitenta, se criou, com a fusão do Cicatur e do CIEST, o Centro de Estudos Superiores do Turismo (CESTUR), dependente da Secretaria de Turismo Federal, que impulsionou a determinação dos perfis profissionais em atividades turísticas e o monitoramento dos destinos mexicanos (ARÉCHIGA, 2014).

Os anos oitenta, contudo, registraram significativas quedas no gasto público em educação, conflitos sindicais e enfrentamentos entre autoridades nacionais e grupos sociais em torno do projeto educacional nacional e das propostas de organização e de reformas do currículo. Segundo, na produção acadêmica do período sobressaía o desencanto quanto ao papel da educação na sociedade e seu potencial de transformação social, documentava-se ainda o desanimador panorama em que se encontrava a educação mexicana.

A partir de meados da década de 1980 incluem-se novos interlocutores no tema da educação mexicana, os organismos internacionais, os quais, presume-se, possuem um peso importante no debate e na definição de políticas, pois suas demandas entram na agenda governamental na década seguinte. Segundo Aboites (2012), em 1983 o governo de De la Madrid aceita a política econômica recomendada por organismos como o Fundo Monetário Internacional e realiza um reajuste no gasto governamental que provoca uma redução significativa da matrícula de educação básica e reduz o crescimento de outras modalidades. Além disso, em 1988 as confederações Patronal do México (Coparmex) e Nacional das Câmaras de Comércio (Concanaco) elaboram uma detalhada agenda das mudanças que deveriam ser efetivadas e a apresentam à Presidência da República. Entre suas demandas está a descentralização e abertura da educação aos particulares; participação empresarial na revisão de planos de estudo e investigação; inclusão da moral religiosa nas escolas públicas; e outras semelhantes (ABOITES, 2012).

(...) a educação impartida por particulares não é uma concessão do governo, mas um direito, já que o papel que ao governo cabe na tarefa educativa é o de apoiar subsidiariamente o custo da educação [...] (IPE, 1988, p.147 *apud* ABOITES, 2012)

d) 1990-2000 – Privatização, expansão, e diversificação da oferta educacional em turismo

De 1990 a 2000 a expansão e diversificação do sistema educacional, através da oferta privada, alcança o turismo, que então passará a contar com uma variedade de cursos formativos, em diversos níveis, consoante a orientação neoliberal do Estado, as reformas educacionais empreendidas, e a priorização do turismo na agenda nacional.

Em 1990 se firma um convênio com o setor produtivo que abre caminho para a revisão conjunta dos programas de estudo e para a participação privada na direção de um novo tipo de instituições públicas, as universidades tecnológicas; em 1992 se acorda a descentralização da educação; em 1993 se modifica os artigos 3º e 130º da Constituição, e se aprova a Lei Geral de Educação que normatiza a descentralização, a avaliação e a criação de escolas privadas (ABOITES, 2012).

Na década de 1990, a nova condição de abertura comercial fez da educação parte central das estratégias orientadas ao melhoramento da condição econômica e da competitividade, o que levou ao aumento no gasto público em educação, apesar de ainda insuficiente para equacionar todas as deficiências do setor. Em toda a região e no mundo houve um renovado interesse pelas possibilidades de contribuição da educação ao desenvolvimento econômico. Segundo Branco (2002), o assunto retomou a relevância que teve nos anos cinquenta e sessenta na literatura internacional e nacional.

Em 1991 se cria o sistema de universidades tecnológicas, que supõe dois anos de estudos depois do ensino médio superior. Dentre as razões para a criação dessa nova opção encontram-se a diversificação da estrutura educativa; criar opções em nível superior, cujos traços principais sejam a vinculação com os setores produtivos; descentralizar os serviços educativos de nível superior para cidades em desvantagem socioeconômicas; incluir políticas educativas destinadas à superação das desigualdades socioeconômicas entre grupos sociais. Os profissionais são formados para ocupar cargos intermediários das empresas, com cursos predominantemente tecnológicos, que satisfaçam os requerimentos dos setores produtivos e de serviços. Segundo Lever e Flores-Crespo (2002), as universidades tecnológicas ofereciam, no ano 2000, 23 cursos⁶⁶, dentre eles o curso de turismo. De 1992 a 2010 foram criadas cerca de cem universidades tecnológicas e politécnicas (ABOITES, 2012).

⁶⁶ Mecânica, Mecânica e Automação Industrial, Elétrica e Eletrônica Industrial, Eletrônica e Automação, Manutenção Industrial, Processos de Produção, Metálica e Autopartes, Administração, Contabilidade Corporativa, Comercialização, Organização de Projetos Produtivos e Comercialização, Turismo, Informática,

Em 1994, o ingresso na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos (OCDE) obrigou o país a adotar as recomendações deste organismo para a educação e a colaborar com as avaliações⁶⁷ do órgão sobre as escolas públicas de nível básico e médio superior. Ainda, em meados da década de noventa, os protestos e movimentos sociais se aprofundam mais diretamente no tema do direito a educação, já que as instituições públicas não comportavam a massa de jovens estudantes. Tais movimentos contribuíram para colocar na agenda a problemática dos jovens fora da escola, tema que a partir de 2000 foi retomado pelas autoridades e, finalmente, em 2010-2011, pelos deputados e senadores, que aprovaram a obrigatoriedade da educação média superior.

Ao mesmo tempo, os movimentos estudantis desde 1996 questionavam a diferenciação entre as instituições de ensino, impulsionada pelas políticas dos organismos internacionais. A consequência dessas políticas foi que um grupo reduzido de instituições podia oferecer aos estudantes níveis bons ou excelentes de formação, enquanto que em outras a qualidade do ensino era questionável. Esta diferenciação resultou ser mais problemática porque afetou, sobretudo, aos grupos tradicionalmente marginalizados, como os indígenas, os pobres, as mulheres, os habitantes do campo e da periferia das cidades.

Em meados dos anos 2000 toma impulso o modelo de ensino por "competências". Segundo Zamudio (2015), o modelo do Banco Mundial de educação por competências foi difundido no início da década de 1990, e entendia por competência (técnica) o domínio das tarefas e conteúdos do âmbito do trabalho, e os conhecimentos e habilidades necessários para fazê-lo. A conformação⁶⁸ do sistema educacional mexicano ao modelo se generalizou como orientação oficial desde a pré-escola até o ensino superior, propondo que a formação da criança e do jovem na educação média superior e profissional consistiria, fundamentalmente, em habilitá-lo com um grau de destreza satisfatório em um conjunto de habilidades e informações específicas para o desempenho na vida e no trabalho (ABOITES, 2012).

e) 2000-2016 – Qualificação da indústria para a competitividade

Telemática, Ofimática, Processos Agroindustriais, Produção alimentícia, Agricultura Tropical, Biotecnologia, Tecnologia Ambiental, Processos Têxteis.

⁶⁷ Programme for International Student Assessment, PISA.

⁶⁸ México reestruturou seu sistema educacional em conformidade com o Conselho Nacional de Normalização e Certificação de Competências Laborais - CONOCER, buscando adequar os modelos de países como Inglaterra e França para normalizar habilidades no país (ZAMUDIO, 2015).

De 2000 a 2016 as políticas de educação em turismo passam a perseguir a qualidade das instituições, dos profissionais e da pesquisa e ensino em turismo, assim como a integração entre academia, governos e empresas, visando a adequação dos produtos e serviços turísticos às novas exigências da demanda.

O sistema educacional, e a educação em turismo, estão organizados atualmente no México em três níveis: educação básica, média superior, superior. A educação básica inclui a educação a) pré-escolar, para crianças de 3 a 6 anos; b) primária, para crianças de 7 a 12 anos, e c) secundária, destinada a jovens de 13 a 15 anos. Este último tem o objetivo de capacitar o aluno para prosseguir nos estudos superiores ou incorporar-se ao mundo laboral e é necessária para a continuação nos estudos médios profissionais ou superiores.

Quanto à educação de nível básico com formação profissionalizante em turismo, existiam 20 instituições no país em 2001, entre públicas e privadas (SECTUR, 2001). Neste nível a oferta educação visa a formação de cozinheiros, garçons, camareiras, entre outros. As escolas públicas deste nível dependem do governo federal ou estatal, como os Centros de Capacitação para o Trabalho Industrial (CECATI), e o Instituto Mexicano de Segurança Social (IMSS). Também podem ser parte das capacitações de alguns sindicatos (SALCEDO, 2013).

A educação média superior tem duração de dois ou três anos e é conhecida como *bachillerato*⁶⁹ ou *preparatoria*⁷⁰ (ou *Liceo*⁷¹). As preparatórias podem ser oferecidas em duas modalidades: terminal ou bivalente. A preparatória terminal não prepara o educando para ingressar em nível superior, o forma exclusivamente para sua incorporação ao setor produtivo. A preparatória bivalente prepara os estudantes para seu ingresso no nível superior, ao mesmo tempo em que lhe dá uma educação técnica para que, caso seja de interesse, possa incorporar-se eficientemente ao mundo do trabalho. Geralmente nas preparatórias de três anos, no último ano o aluno recebe cursos relacionados com sua área de inclinação vocacional, como ciências biológicas, ciências exatas, ciências administrativas, artes, ou outras. A educação básica e a

⁶⁹ Bachillerato é a denominação de um programa acadêmico que varia muito entre os países, tanto em sua duração como em sua categorização. Em alguns países, especialmente de língua inglesa, se mantém sua tradução (Bachelor por Bachillerato ou Bacharelado) como nome de programas de educação superior, como as instituições universitárias que os emitiam (College por Colégio Menor). Mas na maioria dos países de língua espanhola é um programa integrado no ensino secundário ou médio, obrigatório em alguns casos. No México, o bachillerato é também conhecido como preparatoria, com duração de três anos em média. Existem as preparatórias técnicas e as preparatórias abertas, todas incorporadas à Secretaría de Educación Pública ou à alguma universidade (INEGI 2010).

⁷⁰ A educación média superior, no México, é também conhecida como bachillerato ou preparatoria.

⁷¹ Un liceo é um centro de ensino geralmente institucionalizado no sistema de educação média.

média superior são obrigatórias e oferecidas por instituições públicas ou privadas em todo o território nacional.

A educação superior se distingue em níveis Técnico Superior, Graduação e Pós-Graduação, e é oferecida por diversas instituições com objetivos diferentes. O Técnico Superior requer estudos de *bachillerato* (ensino médio), e forma profissionais capacitados para o trabalho em uma disciplina específica (hotelaria, gastronomia, etc). Seus programas são de dois anos. A Graduação se pode realizar em instituições tecnológicas, universitárias ou de formação de professores, formando profissionais nas diversas áreas do conhecimento com programas de estudo de dois a quatro anos, geralmente.

Dentre as instituições de ensino superior encontram-se os Institutos Tecnológicos, estaduais ou federais; e as Universidades, que podem ser a) Tecnológicas, que oferecem aos estudantes que terminaram a educação média superior uma formação intensiva que os permite incorporar-se em curto tempo, em média dois anos, ao trabalho produtivo ou continuar os estudos em nível de licenciatura em outras instituições de educação superior; b) Interculturais, para a formação, principalmente, dos povos indígenas do país, tanto em nível de graduação, especialização, mestrado ou doutorado; c) Politécnicas, comprometidas com a geração, aplicação e difusão do conhecimento e cultura mediante a docência e a pesquisa. A maior parte das universidades públicas são autônomas, estaduais ou federais.

De modo geral, se o desenvolvimento da educação superior no México esteve acompanhado por um esforço de financiamento tanto público como privado, paulatinamente enfrentou importantes restrições em matéria de gasto público. De acordo com Lagarda e Preciado (2010), a destinação de recursos públicos federais parece guiar-se por estudos que recomendam redistribuir o gasto a favor da educação básica. Enquanto em 1980 a proporção destinada para a educação básica foi de 58%, 27,8% para a educação superior e 14,2% para a educação média, em 2007 a proporção destinada ao segmento de educação básica aumentou a 68%, enquanto para a educação superior diminuiu a 21 % e para educação media a 11 %.

Para Aboites (2012), as universidades tecnológicas são um modelo de educação que nas prioridades do Estado substituíram as grandes universidades estatais, públicas e autônomas de docência, pesquisa e difusão da cultura. O ensino tecnológico de nível superior atualmente é resultado de uma longa trajetória desde os anos 1930, com a criação do Instituto Politécnico Nacional, o posterior surgimento dos Institutos Tecnológicos nos anos 1950, as Universidades Tecnológicas nos anos 1980, e as Universidades Politécnicas na década de 1990, as últimas já conformadas segundo o modelo baseado em competências (ROSALES,

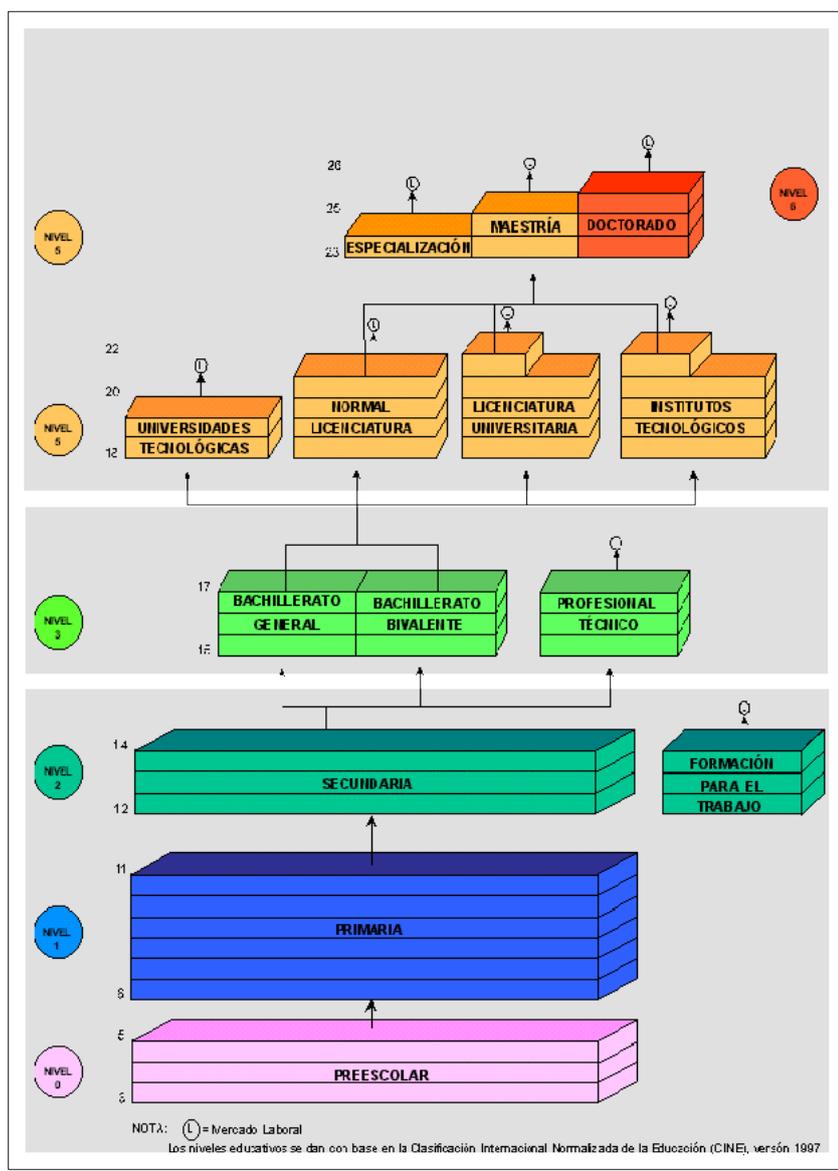
SANTOS, MERCADO, 2012). Para Aboites (2012), a conversão da educação superior em capacitação direta e rígida para o trabalho é problemática, pois é uma redução do direito à educação.

Atualmente, o sistema educacional mexicano está conformado pela educação inicial, educação básica, educação média superior e educação superior. No caso do ensino de nível superior, há uma diversidade de tipos de instituições que integram o quadro de ensino superior público, as quais podem ser identificadas como:

- Universidades Públicas Federais,
- Universidades Públicas Estaduais,
- Universidades Públicas Estaduais com Apoio Filantrópico,
- Institutos Tecnológicos Federais,
- Universidades Tecnológicas,
- Universidades Politécnicas,
- Universidades Interculturais,
- Escolas Normais Públicas;
- Outras universidades, que por suas características específicas não se enquadram em nenhuma das categorias anteriores.

Figura 3: Estrutura atual do Sistema Educacional Mexicano.

ESTRUCTURA DEL SISTEMA EDUCATIVO MEXICANO



Fonte: Secretaria de Educação Pública (2000, p. 37).

Desde a década de 1980, o desenvolvimento contínuo do destino Caribe e a diversificação e promoção dos principais destinos na América do Sul fazem com que o produto turístico mexicano perca competitividade, tendo em vista a forte dependência do país de um mercado emissor principal, os Estados Unidos. No período entre 1985 e 1994, o crescimento anual de turistas estrangeiros no país foi de 3,3% ao ano, enquanto nos Estados Unidos foi de 6,6% e no Caribe 6,2% (BID, 2006).

Desde então, a oferta educacional em turismo se dispersou. A oferta de cursos de turismo em nível superior, segundo dados de 2001 da Secretaria de Turismo do México, era de 500 cursos de Graduação e 27 cursos Técnicos Superiores. Em 2011, já eram 732

programas de nível superior em turismo e áreas afins⁷², dos quais 123 instituições públicas (17%) e 609 programas de instituições privadas (83%) (BUSTAMANTE ET. AL., 2015).

A formação profissional em turismo oferecida pela educação média superior estava disponível em 31 instituições no ano de 2001, entre públicas e privadas. É orientada a formação de postos operacionais ou de supervisão, como chefes de recepção, assistente de compras, gestor de estoques, etc. As escolas públicas incluem os centros dependentes da Direção Geral de Educação Tecnológica Industrial, da Secretaria de Educação Pública, os Colégios de Bachilleres dos estados (COBACH), as unidades do Colégio Nacional de Educação Profissional Técnica (CONALEP) e os Colégios de Estudos Científicos e Tecnológicos (CECyTES), além de instituições privadas (BUSTAMANTE ET. AL., 2015).

O atual sistema educacional mexicano, e as políticas educacionais em turismo, então, podem ser explicados por uma série de fatores, ou pela combinação deles, seja pela constante presença de especialistas provenientes de países industrializados ou de líderes nacionais letrados nos exterior, especialmente nos Estados Unidos, que garantem a travessia de medidas políticas por cenários institucionais diversos⁷³; pela operação das corporações modernas que atuam em mercados globais e requerem uma forte atenção nas competências profissionais de seus recursos humanos, como especialistas técnicos, gerentes de operações ou executivos; pela adoção de políticas neoliberais pelos governos mexicanos a partir da década de 1990, que implicaram na diminuição dos orçamentos das instituições de ensino superior públicas, seja para a dotação de infraestrutura ou para a pesquisa e a extensão (NIEVES, 2005); ou pelo posicionamento da política de turismo enquanto política de exportação⁷⁴, que supõe a adequação do setor ao mercado e às necessidades de consumo dos clientes.

4.2 QUADRO E SÍNTESE COMPARATIVA

⁷² Hotelaria, Administração Turística, Administração da Hospitalidade, Hospitalidade, Turismo, Turismo Sustentável, Administração Hoteleira, Profissional em Agência de Viagens, Gastronomia, Administração de Alimentos e Bebidas, Alta Direção Hoteleira.

⁷³ Apesar das eleições mexicanas de 2000 terem posto fim no monopólio político do Partido Revolucionário Institucional (PRI) que vigorava desde 1929, persiste a mesma tendência no manejo das políticas econômicas do país (BABB, 2005).

⁷⁴ De acordo com estatísticas da Secretaria de Turismo do México, no ano 2000 o total de ingressos de visitantes internacionais representou a metade do déficit da conta corrente da Balança de Pagamentos (BENSENY, 2007).

Trajetória da política	Período / País	ARGENTINA	BRASIL	MEXICO
Antecedentes	Até 1945		Ensino técnico aliado da modernização	Ensino técnico aliado da modernização
Entrada na agenda pública	1946-60	Ensino técnico como justiça social e aliado da modernização	Ensino técnico de estímulo ao crescimento da indústria turística	Ensino técnico de apoio ao crescimento da indústria turística
	1960-70	Doutrinário internacional na educação em turismo		Formação técnica de apoio ao turismo
	Configuração	Formação para o planejamento do desenvolvimento	Formação técnica de estímulo ao turismo	
Consolidação	1960-70			Doutrinário internacional na educação em turismo
	1970-90	Doutrinário internacional na educação em turismo	Doutrinário internacional na educação em turismo	
	Configuração	Formação para o planejamento do desenvolvimento	Formação para o planejamento do desenvolvimento	Formação para o planejamento do desenvolvimento
Prioridade	1990-2000	Privatização, expansão, e diversificação da oferta educacional	Privatização, expansão, e diversificação da oferta educacional	Privatização, expansão, e diversificação da oferta educacional
	2000-2016	Qualificação da indústria para competitividade	Publicização, dispersão e qualificação para a competitividade	Qualificação da indústria para competitividade
	Configuração	Formação para a competitividade	Formação para a competitividade	Formação para a competitividade

4.2.1 Antecedentes

A constituição do sistema educacional argentino após a independência será fundada em dois pilares principais, a criação de uma cidadania argentina e a formação para o trabalho, sendo que esta última também contribuiria para o estabelecimento de um modo de vida necessário ao desenvolvimento da nação. Desse modo, desde 1884 era assegurada a educação primária universal. Contudo, quanto ao ensino secundário era ainda elitizado, o qual passou a ser demandado por outros setores sociais, assim como os cursos de formação profissional para ingresso no mercado do trabalho. Influenciado pelo crescimento industrial do período, desde 1930 o sistema educativo argentino absorveu a tarefa de oferecer o ensino técnico profissionalizante.

No Brasil, a proclamação da República pouco alterou o quadro educacional vigente, que apenas na década de 1920 passa a ser considerado um problema coletivo. Até finais da década de 1940, a educação será percebida como uma solução para as tensões políticas e sociais que se intensificavam, e a formação profissionalizante uma medida de conversão da força de trabalho camponesa ao mundo urbano-industrial que se estabelecia.

No caso do México, durante o período colonial e antes da Revolução Mexicana a educação estava organizada para a elite. Ainda no século XIX, fizeram-se algumas tentativas de reformar e ampliar a educação a setores mais amplos da sociedade, com o interesse em formar recursos humanos para as atividades econômicas do período. A ditadura de Porfírio Díaz trouxe, junto com o crescimento econômico, a necessidade de formação de trabalhadores em diversos setores, e a educação é impulsionada em todos os níveis. Posteriormente, a Revolução Mexicana clamava pelo acesso das populações excluídas à educação. A partir da promulgação da nova Constituição, pós-revolucionária, a educação vai gradualmente adquirir importância enquanto política de Estado. O ensino técnico foi institucionalizado em 1922.

4.2.2 Entrada na agenda pública

A entrada da educação em turismo na agenda dos governos argentino, brasileiro e mexicano ocorre entre 1945 e 1960. Na Argentina tarda mais a acontecer, apenas no final dos anos 1950, quando a política desenvolvimentista, aliada às demandas tanto dos setores produtivos como do público escolar, provocaram o crescimento e a diversificação da oferta educacional profissionalizante fazendo surgir a formação em turismo.

No país, desde a década de 1920, as políticas de turismo já haviam iniciado ações para a implantação de infraestrutura de apoio, como rodovias e instalações de suporte; e de infraestrutura turística, como a construção de alojamentos e a preparação dos atrativos turísticos. O turismo social promovido desde os anos 1930 recebeu no governo de Perón maior impulso, e foi ampliada e melhorada a infraestrutura necessária ao turismo. Além do estímulo ao turismo doméstico e dos investimentos em infraestrutura, ainda, a política trabalhista de Perón e a promoção turística internacional fomentaram o crescimento da prática e da indústria turística nacional.

Contudo, até 1959 não foram encontrados registros de oferta educacional para formação profissional no setor de turismo. A formação em turismo nasce atrelada ao ensino primário e médio, como parte do conteúdo programático de certas disciplinas para a

capacitação de servidores públicos da Direção Provincial de Turismo e Transporte de Córdoba. Logo em seguida, criam-se escolas com cursos específicos de capacitação em turismo nesta e em outras províncias.

O mesmo se nota na província de Neuquén. Em 1964 a recém-criada província de Neuquén elabora o Plano Turístico Provincial. A preocupação com o desenvolvimento do turismo na província vai resultar na fundação do primeiro curso superior em turismo do país em 1965, e da Escola Superior de Turismo, na Universidade de Neuquén. No período irão surgir outros cursos superiores em instituições públicas e privadas.

Não se pode deixar de notar que essas primeiras iniciativas surgem no contexto da assimilação do ideário internacional que propalava o turismo como alternativa de desenvolvimento. Percebe-se que a afanada necessidade de conhecimentos e métodos técnicos para o planejamento do desenvolvimento do turismo se alinha, e justifica, os investimentos na instalação de oferta educacional para formação de técnicos operacionais e planejadores do turismo de nível superior.

Os conhecimentos e metodologias adotados pelos cursos superiores desde então consolidaram uma política de educação em turismo de caráter fortemente tecnocrático, baseada em uma concepção de desenvolvimento economicista, para a qual o planejamento do turismo é necessário como estratégia de superação do atraso econômico e diminuição das desigualdades. Essa visão estabeleceria o capital cultural do campo e dominaria o planejamento do turismo até finais do século XX.

Assim, apesar de haver um estímulo ao turismo doméstico na Argentina desde a década de 1920, pode-se considerar que o fator mobilizador de uma política de educação em turismo no país foram as proposições de organizações internacionais que associavam o crescimento do turismo ao desenvolvimento nacional. Por isso, nesta primeira fase a formação superior em turismo configurou-se principalmente para o planejamento do crescimento do turismo como meio para o desenvolvimento, em conformidade com os modelos importados dos países desenvolvidos.

No Brasil, a educação em turismo entra na agenda já na década de 1950, no bojo da política nacional-desenvolvimentista varguista de substituição de importações. Com a industrialização, a função profissionalizante do ensino médio acentuou-se, tendo em vista a necessidade de preparação das pessoas para o trabalho. Quanto ao ensino superior, apesar de altamente demandado, tinha oferta ainda limitada.

O turismo nesse contexto foi entendido como “a grande indústria do século” por seus efeitos econômicos e sociais, e por sua propriedade de influenciar positivamente a balança de pagamentos foi considerado capaz de gerar um tipo de “exportação invisível”. Essa indústria, para a qual se voltam as políticas públicas de maneira mais sistemática, neste momento é entendida como um manancial de riquezas não aproveitado, para o qual devem ser destinados maior atenção, estímulos e recursos. A política de turismo do período se volta então para o ordenamento da atividade, tanto em termos de sistematização das ações institucionais como na criação e ampliação da oferta turística, e a educação em turismo assume a tarefa de contribuir para dotar o setor de condições que permitam o aproveitamento do potencial turístico do país.

Ao se notar a origem dos primeiros cursos de formação em turismo, ainda em nível técnico, pode-se perceber o alinhamento dessa oferta educacional com a política industrial, primeiramente porque esses cursos foram estabelecidos nas regiões sul e sudeste do Brasil, onde se concentrava predominantemente a indústria brasileira, e também porque se voltaram para a qualificação dos quadros operacionais de base, de hotéis e restaurantes, por exemplo. Neste sentido, a política de educação em turismo no Brasil pretendia estimular o crescimento dessa “indústria”, mais que atender à uma demanda do setor produtivo por esses profissionais, como será o caso mexicano.

O México é um caso particular dentre os analisados já que no país o turismo nasce espontaneamente internacional, devido à proximidade com os Estados Unidos. Os estadunidenses iniciam a prática do turismo no país, anteriormente à existência de infraestrutura ou promoção turística. Com o crescimento do número de visitantes, o setor despertou interesses públicos e privados, e passou a ser paulatinamente objeto de intervenção estatal. O intuito era facilitar a expansão das atividades privadas; dotar o país com a infraestrutura e os serviços necessários para atrair investimentos nacionais e estrangeiros; e, assim, garantir a continuidade do crescimento do turismo e de sua contribuição para a entrada de moeda estrangeira na economia do país. A partir de então, o Estado mexicano se volta para a atração de turistas internacionais.

A educação em turismo entra na agenda pública mexicana impulsionada pelos grandes investimentos em turismo feitos pelo então presidente Miguel Alemán. Para o presidente, o turismo era considerado um setor importante para fazer do país uma nação industrializada e moderna. Contudo, a formação para o setor nesse primeiro momento era ainda limitada, especialmente destinada para o profissional de Guia de Turismo, de nível técnico. A partir de

1949, a formação como Guia de Turismo será exigida das empresas do setor e dos profissionais para o exercício da profissão. Então, o ensino em turismo nasce com o intuito de formar profissionais para apoiar o crescimento do turismo, notável desde a década de 1920. Durante os anos 1950, o governo de Ruíz Cortines considerava que o papel do Estado no desenvolvimento do turismo deveria ser mínimo, e que a responsabilidade sobre o setor cabia ao setor privado, mas não se notam grandes avanços em termos de oferta educacional em turismo.

4.2.3 Consolidação

Apesar do doutrinarismo internacional para o desenvolvimento ter alcançado a política de turismo desses países na década de 1960, seus efeitos sobre a educação em turismo brasileira ocorrerão na década de 1970. Em 1971, a formação técnica concomitante ao segundo grau tornou-se obrigatória, e os cursos Técnicos em Turismo que compunham essa oferta foram orientados para os objetivos de desenvolvimento econômico. Porém, na década de 1980, a resistência tanto das empresas em absorver todos esses profissionais, como dos próprios estudantes e das escolas privadas, aliada à crise econômica e à falta de recursos públicos, levou a uma reorientação da política a partir da qual o ensino técnico se tornaria opcional. Contudo, o ensino técnico para as atividades do turismo teria sua oferta cada vez mais ampliada, tanto na rede pública como privada.

Quanto a educação superior no Brasil, estava vinculada a ideia de que o turismo era um setor capaz de contribuir para o desenvolvimento do país. Após a reforma universitária de 1968, e em sintonia com o projeto desenvolvimentista da época, os primeiros cursos de turismo surgiram para dar suporte ao crescimento que se esperava devido ao milagre econômico. À semelhança do ensino superior em turismo argentino, os cursos brasileiros estimulavam o conhecimento aplicado, possuíam currículos enxutos e visavam a colocação em um mercado de trabalho potencial. Esse profissional deveria ser capaz de contribuir para o crescimento do setor e, assim, para o desenvolvimento nacional. Assim, a política de educação em turismo configura-se como uma política de formação de profissionais para atuação como operadores e planejadores do crescimento do turismo visando o desenvolvimento da nação. Essa perspectiva predominou na educação superior em turismo até a reforma da educação de 1996, quando novos conteúdos curriculares, metodologias e modalidades de ensino renovaram a política de educação em turismo.

Como na Argentina e no Brasil, a educação em turismo se consolida no México enquanto política pública na década de 1960. No final da década de 1950 e no início da década de 1960, apesar da estabilidade econômica, um descontentamento social crescia derivado das dificuldades de oferecer trabalho para trabalhadores pouco qualificados para a indústria em consolidação. Ainda, no contexto da Guerra Fria, os Estados Unidos, principal parceiro comercial do México, apresentou sua "Aliança para o Progresso" cujo objetivo era oferecer um plano de assistência financeira para os países em desenvolvimento. A partir de então, o turismo foi promovido como uma indústria fundamental para a economia mexicana em desenvolvimento.

Em 1959 é criado o primeiro curso superior em Turismo, vinculado à Universidad Autónoma del Estado de Mexico. Durante a década de 1960, a política de turismo de Adolfo López vai incorporar o discurso desenvolvimentista e considerar o turismo não apenas como uma indústria fundamental, mas a necessidade de qualificar essa indústria. O Departamento de Turismo, sob a liderança de Miguel Alemán, em articulação com o setor privado, criou as bases para a expansão da educação em turismo, e no período foram fundadas diversas instituições de ensino em turismo.

Durante a década de 1970, são criados centros de formação e investigação em turismo associados à organizações internacionais. Essa oferta educacional coincide com o período de consolidação da proposta de criação de Centros Integralmente Planejados, que contavam com apoio técnico e investimentos externos, cujo objetivo era facilitar o desenvolvimento de regiões desfavorecidas. Por esses fatores, a política de educação em turismo se consolida a partir da assimilação do doutrinário internacional segundo o qual a formação em turismo deveria apoiar o desenvolvimento do setor para o alcance dos objetivos de desenvolvimento.

Já na década de 1980, diagnósticos internacionais, marcados pelo ideário neoliberal insurgente, vão apontar problemas no sistema educacional mexicano e redefinir a política educacional e a política de educação em turismo.

4.2.4 Prioridade

Desde meados da década de 1980, profundas mudanças mundiais nas esferas econômica, social, cultural e política deram origem a algumas pesquisas internacionais que apontavam os êxitos e as deficiências dos sistemas educacionais latino-americanos, os quais induziram as reformas educacionais que ocorreram nos três países em estudo. A partir de

então, as novas bases para a educação atingem a educação em turismo na Argentina, que passa a incorporar novas disciplinas, que traduziam preocupações sociais e ambientais, além de econômicas; metodologias mais participativas; e novas modalidades de ensino, como o ensino à distância e a educação tecnológica. Essas mudanças vão redefinir a política de educação em turismo, que, ao mesmo tempo, ganhará um novo impulso a medida que a política de turismo se torna prioridade para os governos.

Na Argentina, a educação superior em turismo atualmente é ofertada em universidades, que oferecem cursos de graduação em turismo com duração de quatro anos; e institutos superiores não universitários, que oferecem cursos técnicos superiores de três ou quatro anos de duração. A oferta desses últimos tem origem justamente no bojo das transformações do período, quando o setor de serviços assume predominância entre os setores econômicos e a empregabilidade se torna uma prerrogativa.

Apesar dos cursos superiores existirem desde a década de 1960 em universidades, a investigação em turismo surge como preocupação política apenas em 1994, na Lei Nacional de Turismo. A qualidade das instituições e dos profissionais que atuam na formação em turismo aparece como problema de política somente em 2005, no Plano Federal Estratégico de Turismo Sustentável 2016. Já a educação e sensibilização dos atores vinculados à atividade turística emergem mais tarde, em 2011, no Plano Federal Estratégico de Turismo Sustentável 2020, visando a geração de redes entre os setores acadêmico, produtivo e público.

Todos esses novos temas relativos ao ensino em turismo eclodem não apenas em função de uma revisão da educação em turismo, mas tendo em vista também um novo olhar sobre o turismo, uma vez que sua trajetória criou a dependência da captação de fluxos turísticos internacionais, que então passam a ser disputados em esfera planetária. Nesse novo ambiente globalizado, em que destinos turísticos de todo o mundo almejam as receitas de turistas mais informados, conscientes e exigentes, qualificar os produtos e os serviços turísticos torna-se um *sine qua non*. Nesse contexto, os recursos humanos passam a ser entendidos como um fator de distinção entre os destinos turísticos, e a qualificação desses recursos humanos uma vantagem competitiva sobre os concorrentes.

Na economia brasileira da década de 1990, os impactos das crises anteriores se fizeram sentir intensamente, que agora estava mais exposta à concorrência internacional, o que tornou aparente a defasagem do quadro de recursos humanos à medida que as empresas buscavam se tornar mais competitivas. A educação então adquire relevância pública, tanto para a melhoria das condições de vida da população quanto como estratégia competitiva no

mundo globalizado. Os ditames neoliberais atingiram o sistema educacional, e provocaram uma reforma educacional que introduziu novos ideários, como a flexibilidade, a empregabilidade e a avaliação, tanto à educação profissional como à educação superior, além da diversificação da oferta e das modalidades de ensino superior.

Neste novo cenário, a partir de 1996 a capacitação de recursos humanos se torna prioridade na alocação dos investimentos no setor turístico. Ao mesmo tempo, os avanços na estabilização econômica, que levaram ao aumento da demanda por lazer e turismo, conjugados com a consolidação do turismo como alternativa política para a retomada do crescimento da economia, provocaram um grande aumento da demanda, e da oferta, em cursos de formação nas atividades do turismo em todo o país.

Desde o primeiro governo do presidente Lula, a reforma universitária implementada reforçou o papel do Estado como garantidor do ensino superior nas instituições públicas, tanto de cursos de graduação universitários, cursos de ensino à distância, e cursos tecnológicos, de menor duração, voltados à formação profissionalizante para a colocação no mercado de trabalho; e reforçou o apoio do governo às instituições de ensino privado, que se pulverizaram por todo o país. A oferta de cursos técnicos de formação curta e média também foi ampliada visando atender ao mercado de trabalho principalmente para a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas.

A educação em turismo no Brasil passa a ser vista como fator de qualificação da oferta turística e um diferencial no mercado global de turismo. Por isso, passa a ser considerada prioridade na política de turismo, o que irá provocar forte ampliação da oferta educacional, nos diversos níveis, em todo o país.

No México, durante a década de 1990, pressões externas e do setor privado nacional vão ampliar a participação privada tanto na oferta educacional como na definição dos programas de estudo, e fazer surgir um novo tipo de instituição de ensino superior, as universidades tecnológicas, cujo traço principal é o atendimento aos setores produtivos e de serviços, dentre eles o setor turístico. Ainda, acorde às políticas neoliberais, a nova Lei Geral da Educação vai normatizar a privatização, descentralização e avaliação da educação.

A educação na conjuntura de abertura comercial assumirá posição estratégica para o melhoramento da competitividade das nações. Para isso, o ensino por “competências” aos moldes do Banco Mundial será considerado pelos governos mexicanos adequado para dotar os estudantes de informações, habilidades e destreza necessárias para o desempenho social e profissional. A política neoliberal adotada pelos governos desde a década de 1990, que tornou

mais ativo o papel do setor privado no setor de turismo, se fará notar na educação em turismo devido aos seus efeitos na diversificação e dispersão da oferta privada de educação em turismo.

Diante da perda de posições na chegada de turistas internacionais desde a década de 1980, a política de turismo passa a ser pautada pela busca de qualidade e competitividade. Quanto a educação em turismo, alinhando-se a política de turismo, se volta então para a transformação do setor turístico por meio de sua qualificação e visando a inovação para o fortalecimento da indústria turística mexicana no mercado mundial de turismo.

Finalmente, pode-se perceber que nas primeiras décadas a agenda dos três países era distinta, em função dos diversos contextos econômicos, sociais e institucionais nacionais. Porém, a medida que fatores externos conformam esses contextos de modos semelhantes, aproximando-lhes, redefinem as políticas de turismo, que também se homogeneízam, e tornam muito parecidas as políticas de educação em turismo desde as últimas décadas do século XX.

4.3 CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

Finalmente, a partir da análise das políticas de turismo e de educação em turismo nos três países percebe-se que essas políticas se alinham nos três países. Aspectos históricos, políticos e institucionais, internos e externos às nações, determinantes para a configuração da política de turismo definirão de modo semelhante as políticas de educação em turismo na Argentina, no Brasil e no México. Assim, se refuta a hipótese de que existe uma falta de coordenação entre a política de turismo e a política educacional em turismo, pois, mesmo no nível superior, a educação em turismo se volta, majoritariamente, a formação de mão de obra operacional e gerencial para o atendimento à indústria do turismo, menos que para a formação de profissionais para a análise, crítica e decisão do turismo em sua complexidade e completude.

As políticas de turismo até a década de 1950 foram particulares aos contextos nacionais. Contudo, a chegada de ideias desenvolvimentistas foi determinante para a redefinição da política de turismo nos três casos, principalmente na Argentina, onde essa política tinha o objetivo de promoção do bem-estar, antes de objetivos econômicos. No Brasil e no México, os objetivos econômicos sempre dominaram a agenda pública do turismo. Desde então, influências externas determinarão a agenda do setor.

Similarmente, é possível perceber que nas primeiras décadas a agenda de educação em turismo dos três países era distinta, em função dos diversos contextos econômicos, sociais e institucionais nacionais. Porém, à medida que fatores externos conformaram esses contextos de modos semelhantes, aproximando-lhes, são redefinidas as políticas de turismo, que se homogeneízam, assim como as políticas de educação em turismo também se assemelham desde as últimas décadas do século XX.

Vale notar, contudo, que apesar das particularidades de cada caso, como o forte nacionalismo na Argentina, que permitirá uma política de turismo com preocupações sociais, a centralidade estatal na tomada de decisão política no Brasil em muitos momentos, e a proximidade geográfica do México com os Estados Unidos, que define a política de turismo desde o início; a política de educação em turismo sempre esteve atrelada ao objetivo geral da política de turismo, ao se configurar como suporte ao crescimento do turismo para, assim, contribuir para o bom desempenho das economias nacionais.

5 A OFERTA DE EDUCAÇÃO EM TURISMO NA ARGENTINA, BRASIL E MÉXICO

De modo geral, a produção de conhecimentos sobre o turismo se inicia nos anos 1950, principalmente em âmbito internacional, e suas principais preocupações se centraram no planejamento do turismo como fenômeno econômico de implicações sociais.

Já na década de 1980, no cenário acadêmico internacional se iniciam alguns questionamentos sobre novos temas, e se geram debates sobre como redimensionar o tempo social a partir da divisão do trabalho; como integrar o ócio e o lazer como parte vida social; a natureza e impactos do encontro do turista com “os outros” e com outros espaços, os significados e vivências construídos pelos turistas; em que medida os lugares turísticos são “não lugares” e carecem de identidade, história e relações sociais efetivas; que motivações e emoções estão por trás das decisões de viagem; em que medida o turismo representa uma nova forma de colonialismo; como resolver a relação entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento através da atividade turística; entre outros.

No âmbito dos países em estudo, as principais indagações dos governos nessa década eram relativas a como planejar, implementar, regular e operar atividade turística, particularmente em termos de infraestrutura e serviços; como gerar projetos produtivos; de que forma promover o turismo nacional e internacionalmente; como preparar profissionalmente gestores, operadores e trabalhadores do turismo.

A partir da década de 1990, no âmbito acadêmico mundial, o turismo passa a chamar a atenção de diversas disciplinas, e novos questionamentos ampliam as temáticas até então investigadas. Indaga-se o modelo predominante de turismo caracterizado pela oferta e o consumo de massa, a pouca preocupação ambiental e o baixo impacto econômico local. Diante disso, a produção acadêmica se volta para discussões acerca de modelos alternativos de turismo; para a participação das comunidades; para a proteção do meio ambiente e da identidade cultural; e para uma melhor distribuição do rendimento da atividade.

No período, os governos estudados se focavam em como fazer do turismo mais competitivo; como desenvolver produtos turísticos e segmentos de mercado para diversificar o turismo; como incorporar inovações tecnológicas e de marketing para o desenvolvimento do turismo; como minimizar os impactos do turismo de massa em termos econômicos, ecológicos e culturais; como alcançar um modelo de turismo sustentável ao mesmo tempo competitivo; para onde aponta o desenvolvimento do turismo no longo prazo.

Diante dessas observações, são possíveis duas considerações, a primeira é que as preocupações políticas não acompanham no mesmo ritmo as discussões acadêmicas, e a segunda é que nos países em análise as políticas públicas tem preocupações e objetivos diversos daquilo que está sendo produzido em termos de conhecimento em turismo no âmbito mundial. Ambas as hipóteses são possíveis e não se excluem.

Ainda, como foi possível perceber através da análise das políticas de turismo e de educação em turismo empreendida, nos países estudados as políticas de educação em turismo alinham-se aos eixos temáticos das políticas em turismo de modo geral. Tal vinculação faz supor que os conhecimentos em turismo produzidos e/ou reproduzidos nesses países, por isso, tenham temáticas e objetivos semelhantes aos das políticas em turismo, quer dizer, relativos à qualificação dos serviços turísticos para a inserção competitiva do turismo nacional no mercado turístico mundial, visando o aporte de receitas internacionais que contribuam para o equilíbrio das contas públicas e o desenvolvimento econômico.

Voltada para o alcance desse objetivo, a educação em turismo teria um papel instrumental, atender a necessidade crescente de profissionais para a estruturação do setor em conformidade com o novo modelo produtivo, em que pesam a qualidade, a flexibilidade e a competitividade. Contudo, resta saber como a política de educação em turismo configura, estrutura e implementa a oferta de educação superior em turismo, e se a oferta educacional, enquanto resultado da política educacional, corresponde aos objetivos projetados.

Assim, o objetivo desse capítulo é levantar e analisar a oferta de educação superior em turismo na Argentina, Brasil e México, e sua vinculação com as políticas nacionais em turismo e de educação em turismo. Para alcançá-lo, propõe-se investigar o quão presente a educação em turismo se faz no cenário educacional brasileiro; como se dispersa pelas regiões do país; que opções de cursos são oferecidas; quais os perfis temáticos predominantes; como se enquadra nas instituições de ensino; e quanto a investigação em turismo está presente nesses cursos.

Para atender a essa proposição, definiram-se categorias de análise da oferta de educação superior em turismo de Argentina, Brasil e México. A primeira, **instituições de ensino superior: existência ou não de curso de turismo**, tem o objetivo de identificar e relacionar, inicialmente, a quantidade de instituições de ensino superior de cada país analisado e, em seguida, a quantidade de instituições que ofertam algum tipo de formação em turismo, a fim de se delimitar este último conjunto como amostra empírica para a busca e estratificação

das demais categorias de pesquisa, evidenciando, ao final, a partir deste cenário, o perfil da oferta educativa em turismo em cada país.

Através da segunda categoria, **distribuição espacial da oferta educativa em turismo**, buscou-se especificamente analisar a relação entre a existência da oferta educativa em turismo (universidades que oferecem ensino superior em turismo, em alguma modalidade) e a localização espacial destas universidades, com vistas a saber: a) como se apresenta a distribuição de tal oferta no território, se há concentração ou dispersão geográfica dos cursos; b) se em determinadas regiões (mais tradicionalmente turísticas) há maior incidência de oferta educativa em turismo; c) se há sobreposição de modalidades de curso nas mesmas regiões.

A terceira, **posição do curso na estrutura organizacional**, buscou identificar em quais órgãos (institutos, faculdades, escolas ou departamentos) das universidades os cursos em turismo estão vinculados. Subjacente a esta questão está a hipótese de que haveria algum tipo de relação, direta ou indireta, entre a vinculação a uma certa área e a ênfase do curso. Para verificação da vinculação dos cursos à estrutura das IES foram estabelecidas áreas temáticas⁷⁵, pois os cursos se mostraram vinculados a uma grande variedade de áreas, com nomenclaturas distintas.

Quanto a quarta categoria, **oferta educacional de cursos de turismo**, visou discriminar a oferta educacional em turismo por áreas temáticas, níveis e modalidades de ensino, ênfases, e formações suplementares, considerando-se que, em princípio, cada IES pode ofertar mais de um curso.

Relativa a **ênfase dos cursos**, a quinta categoria buscou verificar se os cursos existentes, em suas respectivas áreas temáticas, possuem especificidades ou ênfases, por exemplo, se um curso de gestão em turismo é um curso generalista ou se possui algum enfoque específico dentro da área de gestão, como gestão em áreas naturais. A hipótese subjacente a esta caracterização é a de que os cursos identificados podem possuir alguma ênfase específica, isto é, mesmo sendo um curso de gestão, este curso pode ser especializado na gestão de áreas naturais, o que caracteriza o cruzamento de áreas temáticas.

A categoria **existência de órgão formal dedicado à pesquisa em turismo**, partiu de questionamentos sobre a participação da pesquisa na atuação docente, na formação dos

⁷⁵ As áreas temáticas foram estabelecidas após o levantamento das faculdades/unidades/institutos aos quais se vinculavam os cursos em turismo, de modo que se pudessem agrupar os diferentes cursos em categorias comuns aos três países. As áreas temáticas definidas aqui são: Ciências da Saúde, Economia e Gestão, Ciências Sociais, Educação (Formação Profissional), Entretenimento/Lazer, Esportes, Eventos, Gastronomia/Restauração, Geografia, Hospitalidade, Patrimônio Cultural, Planejamento Turístico, Recursos Naturais (e Meio Ambiente), Serviços Turísticos, Turismo Geral, Outros.

discentes e na produção de conhecimento em turismo adequado às realidades regionais e nacionais. Procurou identificar a existência de centros de pesquisa institucionalizados nas IES, assumindo como premissa o fato de que tal existência denotaria tanto a produção de pesquisas científicas, como um estágio mais avançado em termos de colaboração entre docentes e discentes e de redes de investigadores da própria IES ou entre IES nacionais e até estrangeiras, além de denotar o papel que a instituição desempenha no campo científico do turismo nacional ou internacional.

Finalmente, a categoria **existência de publicação científica periódica em turismo pela IES**, que visa identificar o espaço destinado para a difusão da produção científica e cada universidade.

5.1 ARGENTINA

5.1.1 Instituições de Ensino Superior: existência ou não de curso de turismo

Na Argentina foram encontradas 130 Instituições de Ensino Superior (IES), entre universidades (105) e não universidades (25)⁷⁶, sendo este o universo pesquisado nesse país. Após a análise das informações disponíveis nos sítios eletrônicos oficiais de cada IES, observou-se que das 130 IES 60 (46,15%) ofertam algum tipo de formação em turismo⁷⁷, sendo que 58 (96,67%) são universitários e 2 (3,33%) não universitários. Dentre as instituições identificadas 33 (55%) são públicas e 27 (45%) privadas.

O quadro abaixo apresenta as 130 IES e aquelas que possuem cursos em turismo e que, portanto, constituíram-se na amostra selecionada para o estudo.

Tabela 5.1.1.i Total de IES da Argentina e Total de IES com oferta educativa em turismo.

Educação Superior na Argentina									
Total de IES na Argentina (130)					Total de IES com cursos de Turismo (60)				
Universidade (105)	Universidade (104)	Pub. 54	Priv. 50	Mix. -	Universidade (58)	Universidade (56)	Pub. 31	Priv. 27	Mix. -
	Universidade Tecnológica (1)	Pub. 1	Priv. -	Mix. -		Universidade Tecnológica (-)	Pub. -	Priv. -	Mix. -
Não-	Centro	Pub.	Priv.	Mix.	Não-	Centro	Pub.	Priv.	Mix.

⁷⁶ Devido à suposição de que as universidades concentram a maior parte de produção de pesquisa e conhecimento, em geral, procurou-se distinguir a oferta de educação em turismo entre as universidades e as outras IES não-universitárias.

⁷⁷ Devido à natureza extensiva do levantamento, foram identificados e discriminados também, tanto quanto possível, os cursos oferecidos segundo a modalidade (presencial ou à distância), o nível (técnico, bacharelado/licenciatura/tecnologia, especialização, mestrado e doutorado), e outros suplementares como cursos de curta duração e formação complementar.

Universidade (25)	(-)	-	-	-	Universidade (2)	(-)	-	-	-
	Colégio Técnico	Pub.	Priv.	Mix.		Colégio Técnico	Pub.	Priv.	Mix.
-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Fundação/ Faculdade/ Academia (1)	Pub.	Priv.	Mix.	Fundação /Faculdade /Academia (-)	Pub.	Priv.	Mix.		
Instituto (21)	1	-	-	Instituto (-)	Pub.	Priv.	Mix.		
Outros tipos (3)	Pub.	Priv.	Mix.	Outros tipos (2)	Pub.	Priv.	Mix.		
	7	14	-		2	-	-		
	3	-	-						

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

5.1.2 Distribuição Espacial das Instituições de Ensino Superior

Destaca-se que as Instituições de Ensino Superior estão distribuídas desigualmente pelo território argentino, estando a maioria delas concentrada na região central do país. Na província de Buenos Aires está a maior concentração, com quase metade da oferta educacional de nível superior, que se estende por uma faixa de sentido leste-oeste desde a província de Buenos Aires, passando pelas províncias de Entre Rios, Santa Fé, Córdoba, La Rioja, San Luís, Mendoza e San Juan, até a divisa com o Chile. É importante ressaltar que à medida que se distancia do paralelo 30°, tanto a norte quanto a sul, há uma diminuição da presença de universidades.

Especificamente pode-se identificar 3 áreas de maior concentração, uma na capital, Buenos Aires, e sua região metropolitana; outra na região central do país, entre Córdoba, Santa Fé e San Luís; e uma terceira na região da Cordilheira dos Andes (centro-oeste em direção ao norte), desde Mendoza até Jujuy.

5.1.3 Posição do Curso na Estrutura Organizacional

Das 60 IES que ofertam algum tipo de cursos de turismo, nem todos os cursos mostraram uma vinculação explícita a um departamento específico da estrutura organizacional da IES. Isso ocorre em 57 (95%) das IES, das quais 21 (37%) oferecem cursos em turismo vinculados à área de Economia e Gestão; 12 (21%) de Ciências Sociais, 6 (11%) de Turismo Geral, 3 (5%) de Recursos Naturais (e Meio Ambiente), 2 (4%) de Esporte, 1 (2%) de Geografia. Além disso, 12 departamentos (21%) foram enquadrados à área temática “Outros”. Não se identificaram IES que vinculam sua oferta em turismo nas áreas de Ciências

da Saúde, Educação, Entretenimento/Lazer, Eventos, Gastronomia/Restauração, Hospitalidade, Patrimônio Cultural, Planejamento Turístico e Serviços Turísticos.

Tabela 5.1.3.i Distribuição da oferta educativa em turismo segundo sua vinculação a estrutura organizacional das IES por áreas temáticas.

Área temática	Vinculação a Estrutura Organizacional					
	Universidades		Não- Universidades		Geral	
Subtotal	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área
Ciências da Saúde	-	-	-	-	-	-
Ciências Sociais	12	21%	-	-	12	21%
Economia e Gestão	21	37%	-	-	21	37%
Educação (Formação Profissional)	-	-	-	-	-	-
Entretenimento/Lazer	-	-	-	-	-	-
Esportes	2	4%	-	-	2	4%
Eventos	-	-	-	-	-	-
Gastronomia/Restauração	-	-	-	-	-	-
Geografia	1	2%	-	-	1	2%
Hospitalidade	-	-	-	-	-	-
Patrimônio Cultural	-	-	-	-	-	-
Planejamento Turístico	-	-	-	-	-	-
Recursos Naturais (e Meio Ambiente)	3	5%	-	-	3	5%
Serviços Turísticos	-	-	-	-	-	-
Turismo Geral	6	11%	-	-	6	11%
Outros	12	21%	-	-	12	21%
Total	57	100%	-	-	57	100%

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Como se pode constatar, em geral, há um amplo predomínio de cursos vinculados à área de Economia e Gestão, seguida da área de Ciências Sociais, Outros e Turismo Geral, sendo que as duas últimas áreas juntas representam 32% da oferta (18 universidades), o que demonstra um desenraizamento desses cursos.

Destaca-se que uma mesma universidade pode ofertar mais de um curso, como é o caso da Universidad Nacional del Comahue, que oferta os cursos de Tecnicatura en Gestión del Desarrollo Turístico Local, Tecnicatura en Empresas de Servicios Turísticos, Guia Universitario de Turismo, Licenciatura en Turismo, Maestría en Teorías y Políticas de la Recreación. Também se observou o caso de uma mesma IES oferecer diferentes cursos de turismo vinculados a departamentos diferentes. Este foi o caso da Universidad de Belgrano que possui o curso Tecnicatura en Agente de Viajes y Turismo, vinculado à Facultad de Humanidades; e de Administracion con Orientacion en Hotelería, bem como de Licenciatura en Hotelería, vinculados à Facultad de Ciencias Económicas. Por outro lado, houve IES que

não vinculou o curso de turismo a qualquer área específica, pelo menos não em suas páginas institucionais na *web*, como é o caso da Universidad Católica de Santiago del Estero.

5.1.4 Oferta Educacional de Cursos de Turismo

As 60 instituições de ensino em turismo argentinas ofertam 176 cursos, dos quais apenas 5 são não universitários. Esses 176 cursos foram distribuídos em 3 conjuntos distintos: **graduação**, técnico de nível superior, tecnológico, licenciatura ou bacharelado; **pós-graduação** *lato sensu*, sendo estes de especialização ou MBA, e *strictu sensu*, subdivididos em mestrado e doutorado; e **outros**, como formação complementar, cursos de curta duração e ensino à distância.

No conjunto foram encontrados **145 cursos de graduação**, (técnico superior, tecnólogo, licenciatura, bacharelado e outros). Dessa oferta total foram identificados **73 cursos técnicos superiores** sendo 21 (31%) em Turismo Geral, 16 (22%) em Serviços Turísticos, 14 (19%) em Economia e Gestão, 10 (14%) em Hospitalidade, 4 (5%) em Eventos, 3 (4%) em Gastronomia/Restauração, 2 (3%) em “Outros”, 1 (1%) em Planejamento Turístico, e 1 (1%) em Recursos Naturais (e Meio Ambiente)⁷⁸.

No que corresponde aos demais cursos de **graduação** foram encontrados **72 cursos**, sendo 40 (56%) em Turismo Geral, 13 (18%) em Hospitalidade e 12 (17%) em Economia e Gestão, ao passo que existe 2 (3%) cursos em Gastronomia/Restauração e 1 (2%) curso em cada uma das categorias Esportes, Geografia, e “Outros”⁷⁹.

Portanto neste nível se observam tanto cursos técnicos superiores quanto outros cursos de graduação em turismo que se concentram nas áreas de Turismo Geral, Economia e Gestão e Hospitalidade. Além destas áreas destaca-se a formação em Serviços Turísticos entre os cursos técnicos superiores. A tabela abaixo sintetiza a distribuição amostral dos 145 cursos de graduação levantados segundo a classificação temática.

Tabela 5.1.4.i Distribuição dos cursos de graduação por áreas temáticas

Área temática	Graduação					
	Universidades		Não- Universidades		Geral	
Subtotal	Números Absolutos	% em relação ao	Números Absolutos	% em relação ao	Números Absolutos	% em relação ao

⁷⁸ Não se identificou oferta em Ciências da Saúde, Ciências Sociais, Educação (Formação Profissional), Entretenimento/Lazer, Esportes, Geografia, Patrimônio Cultural.

⁷⁹ Por outro lado, quanto a formação nas áreas de Ciências da Saúde, Ciências Sociais, Educação (Formação Profissional), Entretenimento/Lazer, Eventos, Patrimônio Cultural, Planejamento Turístico, Recursos Naturais (e Meio Ambiente) e Serviços Turísticos não foram encontrados cursos de graduação.

		total da área		total da área		total da área
Ciências da Saúde	-	-	-	-	-	-
Ciências Sociais	-	-	-	-	-	-
Economia e Gestão	22	17%	4	33%	26	18%
Educação (Formação Profissional)	-	-	-	-	-	-
Entretenimento/Lazer	-	-	-	-	-	-
Esportes	1	1%	-	-	1	1%
Eventos	4	3%	-	-	4	3%
Gastronomia/Restauração	2	2%	3	25%	5	3%
Geografia	1	1%	-	-	1	1%
Hospitalidade	22	17%	1	8%	23	16%
Patrimônio Cultural	-	-	-	-	-	-
Planejamento Turístico	1	1%	-	-	1	1%
Recursos Naturais (e Meio Ambiente)	1	1%	1	8%	2	1%
Serviços Turísticos	15	11%	2	17%	17	12%
Turismo Geral	61	46%	1	8%	62	43%
Outros	3	2%	-	-	3	2.1%
Total	133	100%	12	100%	145	100%

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

A oferta existente em nível de **pós-graduação** se compõe por 7 cursos *lato sensu* e 6 cursos *strictu sensu*, sendo todos em nível de mestrado. Não foram encontrados cursos de doutorado no país.

No subitem cursos de pós-graduação *lato sensu*, encontraram-se 7 cursos de especialização, sendo 3 (43%) em Economia e Gestão, 2 (29%) em Recursos Naturais (e Meio Ambiente), 1 (14%) em Hospitalidade, 1 (14%) em “Outros”⁸⁰. Todos os cursos existentes são ofertados em IES da categoria universidade.

Tabela 5.1.4.ii Distribuição dos cursos de pós-graduação *lato sensu* por áreas temáticas.

Área temática	Especialização/MBA					
	Universidades		Não Universidades		Geral	
Subtotal	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área
Ciências da Saúde	-	-	-	-	-	-
Ciências Sociais	-	-	-	-	-	-
Economia e Gestão	3	43%	-	-	3	43%
Educação (Formação Profissional)	-	-	-	-	-	-
Entretenimento/Lazer	-	-	-	-	-	-
Esportes	-	-	-	-	-	-
Eventos	-	-	-	-	-	-
Gastronomia/Restauração	-	-	-	-	-	-
Geografia	-	-	-	-	-	-
Hospitalidade	1	14%	-	-	1	14%

⁸⁰ Não foram identificados cursos de pós-graduação *lato sensu* ligados às áreas de Ciências da Saúde, Ciências Sociais, Educação (Formação Profissional), Entretenimento/Lazer, Esportes, Eventos, Gastronomia/Restauração, Geografia, Patrimônio Cultural, Planejamento Turístico, Serviços Turísticos, Turismo Geral.

Patrimônio Cultural	-	-	-	-	-	-
Planejamento Turístico	-	-	-	-	-	-
Recursos Naturais (e Meio Ambiente)	2	29%	-	-	2	29%
Serviços Turísticos	-	-	-	-	-	-
Turismo Geral	-	-	-	-	-	-
Outros	1	14%	-	-	1	14%
Total	7	100%	-	-	7	100%

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Quanto aos cursos *strictu sensu*, há 6 cursos de mestrado em turismo, e não há oferta de doutorado em turismo. Entre os cursos encontrados 4 (67%) são em Economia e Gestão, 1 (17%) em Recursos Naturais (e Meio Ambiente) e 1 (17%) em Turismo Geral⁸¹. Nessa categoria também se destaca a predominância dos cursos em Universidades.

Tabela 5.1.4.iii Distribuição dos cursos de pós-graduação *strictu sensu* por áreas temáticas.

Área temática	Mestrado					
	Universidades		Não Universidades		Geral	
Subtotal	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área
Ciências da Saúde	-	-	-	-	-	-
Ciências Sociais	-	-	-	-	-	-
Economia e Gestão	4	67%	-	-	4	67%
Educação (Formação Profissional)	-	-	-	-	-	-
Entretenimento/Lazer	-	-	-	-	-	-
Esportes	-	-	-	-	-	-
Eventos	-	-	-	-	-	-
Gastronomia/Restauração	-	-	-	-	-	-
Geografia	-	-	-	-	-	-
Hospitalidade	-	-	-	-	-	-
Patrimônio Cultural	-	-	-	-	-	-
Planejamento Turístico	-	-	-	-	-	-
Recursos Naturais (e Meio Ambiente)	1	17%	-	-	1	17%
Serviços Turísticos	-	-	-	-	-	-
Turismo Geral	1	17%	-	-	1	17%
Outros	-	-	-	-	-	-
Total	6	100%	-	-	6	100%

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Nota-se que enquanto existe 1 curso na área de Recursos Naturais (e Meio Ambiente) em nível de graduação, em nível de pós-graduação há 3 cursos, sendo 2 *lato sensu* e 1 *strictu sensu* (mestrado).

⁸¹ Portanto não se identificou cursos nas áreas de Ciências da Saúde, Ciências Sociais, Educação (Formação Profissional), Entretenimento/Lazer, Esportes, Eventos, Gastronomia/Restauração, Geografia, Hospitalidade, Patrimônio Cultural, Planejamento Turístico, Recursos Naturais (e Meio Ambiente), Serviços Turísticos, Turismo Geral, e Outros.

Na terceira subcategoria, outros cursos, identificou-se a existência de 11 cursos na modalidade *online* e 7 cursos na modalidade formação complementar. Dos 11 cursos online, todos são ofertados por universidades, e 1% é em nível de pós-graduação (Postgrado en Turismo Rural, ofertado pela Universidad de Bueno Aires). Desses cursos online, 3 (27%) são na área de Hospitalidade (Licenciatura en Turismo y Hotelería, da Universidad Nacional de Quilmes, Tecnicaturas en Hotelería y Turismo e Licenciatura en Hotelería y Turismo, da Universidad de Belgrano), 2 (18%) são em Economia e Gestão (Tecnicatura en Administración de Empresa Turística e Licenciatura en Gestión del Turismo, da Universidad Blas Pascal), 2 (18%) em Turismo Geral (Licenciatura en Turismo, da Universidad de la Fraternidad de Agrupaciones Santo Tomás de Aquino, Licenciatura en Turismo, da Universidad Blas Pascal), 1 (9%) em “Outros” (Tecnico en Comunicación y Turismo, ofertado pela Universidad Nacional de Córdoba), 1 (9%) em Eventos (Tecnicatura Universitaria en Ceremonial y Protocolo, da Universidad Católica de Salta), 1 (9%) em Recursos Naturais (e Meio Ambiente) (Licenciatura en Turismo Sustentable, da Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires)⁸².

Tabela 5.1.4.iv Distribuição dos outros tipos de cursos (*online*) por áreas temáticas

Área temática	Online					
	Universidades		Não Universidades		Geral	
	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área
Subtotal						
Ciências da Saúde	-	-	-	-	-	-
Ciências Sociais	-	-	-	-	-	-
Economia e Gestão	2	18%	-	-	2	18%
Educação (Formação Profissional)	-	-	-	-	-	-
Entretenimento/Lazer	-	-	-	-	-	-
Esportes	-	-	-	-	-	-
Eventos	1	9%	-	-	1	9%
Gastronomia/Restauração	-	-	-	-	-	-
Geografia	-	-	-	-	-	-
Hospitalidade	3	27%	-	-	3	27%
Patrimônio Cultural	-	-	-	-	-	-
Planejamento Turístico	-	-	-	-	-	-
Recursos Naturais (e Meio Ambiente)	1	9%	-	-	1	9%

⁸² Portanto, no geral, não se encontraram nesta modalidade cursos nas áreas de Ciências da Saúde, Ciências Sociais, Educação (Formação Profissional), Entretenimento/Lazer, Esportes, Geografia, Patrimônio Cultural Planejamento Turístico e Serviços Turísticos.

Serviços Turísticos	-	-	-	-	-	-
Turismo Geral	2	18%	-	-	2	18%
Outros	2	18%	-	-	2	18%
Total	11	100%	-	-	11	100%

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Dos 2 cursos de formação complementar, identificou-se que 1 (50%) é oferecido na área de Serviços Turísticos (Guía de Turismo, ofertado pela Universidad Provincial del Sudoeste) e 1 (50%) na área “Outros” (Projeto Web 2.0 en la Gestión de la Información Turística, ofertado pela Universidad Nacional del Comahue). De tal modo nas demais áreas não foram identificados cursos de turismo nessa modalidade.

No que corresponde às instituições não-universitárias, os 5 cursos identificados são ofertados pelo Cesytt, especificamente 1 (20%) em Economia e Gestão (Administración de Servicios Gastronómicos), 1 (20%) Gastronomía/Restauración (Enología y Maridaje), 1 (20%) em Hospitalidade (Formación Operativa en Hotelería), 1 (20%) em Patrimônio Cultural (Curso de Patrimonio Cultural) e 1 (20%) em Serviços Turísticos (Curso Operativo Turístico). Porém, possivelmente a oferta deste tipo de formação seja oferecida também em outras instituições de ensino não abrangidas pelo universo desta pesquisa⁸³.

Tabela 5.1.4.v Distribuição dos cursos de formação complementar por áreas temáticas.

Área temática	Formação Complementar					
	Universidades		Não Universidades		Geral	
Subtotal	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área
Ciências da Saúde	-	-	-	-	-	-
Ciências Sociais	-	-	-	-	-	-
Economia e Gestão	-	-	1	20%	1	14%
Educação (Formação Profissional)	-	-	-	-	-	-
Entretenimento/Lazer	-	-	-	-	-	-
Esportes	-	-	-	-	-	-
Eventos	-	-	-	-	-	-
Gastronomia/Restauração	-	-	1	20%	1	14%
Geografia	-	-	-	-	-	-
Hospitalidade	-	-	1	20%	1	14%
Patrimônio Cultural	-	-	1	20%	1	14%
Planejamento Turístico	-	-	-	-	-	-
Recursos Naturais (e Meio Ambiente)	-	-	-	-	-	-
Serviços Turísticos	1	50%	1	20%	2	29%
Turismo Geral	-	-	-	-	-	-
Outros	1	50%	-	-	1	14%
Total	2	100%	5	100%	7	100%

⁸³ Nesta modalidade não se identificou cursos nas áreas de Ciências da Saúde, Ciências Sociais, Educação (Formação Profissional), Esportes, Eventos, Geografia, Planejamento Turístico, Recursos Naturais (e Meio Ambiente), Turismo Geral e Outras áreas.

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

A tabela 5.1.4vi sintetiza a distribuição amostral dos cursos levantados por área temática, por nível e modalidade de curso.

Tabela 5.1.4.vi Distribuição da Oferta de Educação Superior em Turismo por nível, modalidade e área temática.

Área temática	Pós-graduação												Outros						
	Graduação			<i>Lato sensu</i>			<i>Strictu sensu</i>						Cursos de extensão			Cursos à distância			
				Especialização / MBA			Mestrado			Doutorado									
Subtotal	145	% em 145	% em 176	7	% em 7	% em 176	6	% em 6	% em 176	0	% em 0	% em 176	7	% em 7	% em 176	11	% em 11	% em 176	
Ciências da Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ciências Sociais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Economia e Gestão	26	17.9%	14.8%	3	43%	1.7%	4	66.7%	2.3%	-	-	-	1	14.3%	0.6%	2	18.2%	1.1%	
Educação (Formação de Professores)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entretenimento/Lazer	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Esportes	1	0.7%	0.6%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eventos	4	2.8%	2.3%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	9.1%	0.6%	
Gastronomia/Restauração	5	3.4%	2.8%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	14.3%	0.6%	-	-	-	
Geografia	1	0.7%	0.6%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Hospitalidade	23	15.9%	13.1%	1	14%	0.6%	-	-	-	-	-	-	1	14.3%	0.6%	3	27.3%	1.7%	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	28.6%	1.1%	-	-	-	
Patrimônio Cultural	1	0.7%	0.6%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Planejamento Turístico	2	1.4%	1.1%	2	29%	1.1%	1	16.7%	0.6%	-	-	-	-	-	-	1	9.1%	0.6%	
Recursos Naturais (e Meio Ambiente)	17	11.7%	9.7%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	28.6%	1.1%	-	-	-	
Serviço Turístico	62	42.8%	35.2%	-	-	-	1	16.7%	0.6%	-	-	-	-	-	-	2	18.2%	1.1%	
Turismo Geral	3	2.1%	1.7%	1	14%	0.6%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	18.2%	1.1%	
Total	176 cursos																		

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

5.1.5 Ênfase dos cursos

Cabe mencionar que nem todos os cursos mencionam formalmente possuir certa ênfase. Nesse sentido, tomaram-se em consideração somente os cursos em que foi possível detectá-las, o que pode não representar de forma exata o total de cursos nesta situação. Agrupando os cursos por ênfases, no conjunto de universidades foram encontradas 27 IES em que os cursos em turismo possuem uma ênfase específica, independentemente do nível ou modalidade dos cursos ofertados. Predominam como ênfases a Hospitalidade, no total de 9 (33,33%). Em seguida, 4 (14,81%) cursos com ênfase em Recursos Naturais (e Meio Ambiente), assim como 4 (14,81%) cursos com ênfase em Serviços Turísticos. Também, observou-se 3 (11,11%) cursos com ênfase em Economia e Gestão, 2 (7,41%) em Planejamento Turístico e 2 (7,41%) em Turismo Geral, além de 1 (3,7%) em Gastronomia/Restauração, 1 (3,7%) em Patrimônio Cultural e 1 (3,7%) em Outros.

Tabela 5.1.5i Distribuição dos cursos segundo suas ênfases e por áreas temáticas.

Área temática	Ênfases					
	Universidades		Não- Universidades		Geral	
	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área
Ciências Sociais	-	-	-	-	-	-
Economia e Gestão	3	12,5%	-	-	3	11,11%
Educação (Formação Profissional)	-	-	-	-	-	-
Entretenimento/Lazer	-	-	-	-	-	-
Esportes	-	-	-	-	-	-
Eventos	-	-	-	-	-	-
Gastronomia/Restauração	-	-	1	33,33%	1	3,7%
Geografia	-	-	-	-	-	-
Hospitalidade	8	33,33%	1	33,33%	9	33,33%
Patrimônio Cultural	1	4,17%	-	-	1	3,7%
Planejamento Turístico	2	8,33%	-	-	2	7,41%
Recursos Naturais (e Meio Ambiente)	4	16,67%	-	-	4	14,81%
Serviços Turísticos	4	16,67%	-	-	4	14,81%
Turismo Geral	2	8,33%	-	-	2	7,41%
Outros	-	-	1	33,33%	1	3,7%
Total	24	100%	3	100%	27	100%

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

5.1.6 Existência de órgão formal dedicado à pesquisa em turismo

Identificaram-se 9 Centros de Pesquisa⁸⁴ em turismo, com temáticas variadas, os quais estavam concentrados em apenas 6 universidades do subconjunto das 60 instituições com oferta educativa em turismo, sendo eles:

- Centro de Estudio del Conocimiento e Innovación Empresarial Turístico (CECIET), com ênfase em Economía e Gestão, vinculado a Universidad Nacional del Comahue. Este centro é também vinculado a Red Latinoamericana RELICISSET, da qual faz parte a Facultad de Turismo y Gastronomía da Universidad Autónoma del Estado de México; a Universidad de Matanzas CSMA, em Cuba; e a Universidad Autónoma de Nicaragua, em León, entre outras;
- Centro de Estudios para la Planificación y el Desarrollo Turístico Sustentable (CEPLADES), com ênfase em Planejamento Turístico, vinculado a Universidad Nacional del Comahue;
- Centro de Investigación y Desarrollo del Turismo (CIDeTur-EEyN), com ênfase em Economía e Gestão, vinculado a Universidad Nacional de General San Martín;
- Centro de Investigaciones Turísticas, com ênfase em Turismo Geral, vinculado a Universidad Nacional de Mar del Plata;
- Centro Internacional de Estudios sobre Turismo y Desarrollo (CIETyD), com ênfase em Planejamento Turístico, vinculado a Universidad Nacional de Lanús;
- Instituto de Investigaciones en Turismo, com ênfase em Turismo Geral, vinculado à Universidad Nacional de la Plata;
- Observatorio de Economía y Administración del Turismo (OBSECATUR – GETACE), com ênfase em Economía e Gestão, vinculado a Universidad Nacional de la Patagonia San Juan Bosco;
- Observatorio Económico y Social, um centro de pesquisa multidisciplinar da Facultad de Ciencias Empresariales, com linha de pesquisa em Turismo, vinculado a Universidad de la Cuenca del Plata;
- Observatório Turístico de Argentina (Observatur), com ênfase na área de Economía e Gestão, vinculado a Universidad Nacional de Lanús.

⁸⁴Utilizou-se a denominação Centro de Pesquisa como uma categoria genérica para designar o órgão formal da IES dedicado a produção de pesquisa, informação e/ou conhecimento turístico.

Também se identificou o Consejo de Decanos y Directores de Unidades Académicas Relacionadas con la Enseñanza del Turismo (CONDET), como uma associação sem fins lucrativos, formada por 14 Universidades nacionais de gestão pública⁸⁵. Foi encontrado também o Centro de Investigaciones y Estudios Turísticos (CIET), que publica a Revista Científica Estudios y Perspectivas en Turismo e realiza convênios com algumas IES, como a Universidad Nacional de General San Martín. Por fim, menciona-se o Centro de Documentación Turística del Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires, que realiza pesquisas estatísticas sobre o turismo argentino.

No âmbito do setor privado foi encontrado o OEA.TUR (Observatorio Económico de Agencias de Viajes de República Argentina), vinculado a Federación Argentina de Asociaciones de Empresas de Viajes y Turismo – FAEVIT, que disponibiliza dados sobre a economia do turismo no país.

Portanto, foram contabilizados 13 centros de pesquisas no país. Todavia, esses quatro últimos não estão na tabela 5.1.6.i por não terem sede em uma IES, tendo sido este critério tomado como procedimento de pesquisa para possibilitar a homogeneidade das informações e a comparação entre os países.

Pode-se constatar que cinco centros de pesquisa possuem como temática central “Economia e Gestão”, dois deles possuem como eixo central de atuação o “Planejamento Turístico”, e dois o tema Turismo Geral.

Ainda, foi possível identificar que o Centro de Investigación y Desarrollo del Turismo da Universidad Nacional de General San Martín possui convênios e cooperação com instituições acadêmicas internacionais e nacionais. Quanto aos convênios internacionais, pode-se assinalar que o centro possui relações com duas universidades da Espanha:

- *Convenio Marco com a Universidade de Málaga* (Espanha), firmado em 2009, para desenvolver programas de estudos em conjunto, intercâmbio e cooperação no campo da docência, formação de estudantes e pesquisa;

⁸⁵ A saber: 1) Universidad Nacional de la Patagonia San Juan Bosco; 2) Universidad Nacional de La Plata; 3) Universidad Nacional de Lanús; 4) Universidad Nacional de Mar del Plata; 5) Universidad Nacional de Misiones; 6) Universidad Nacional de Quilmes; 7) Universidad Nacional de Río Negro; 8) Universidad Nacional de San Juan; 9) Universidad Nacional de San Luis; 10) Universidad Nacional de San Martín; 11) Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires; 12) Universidad Nacional del Comahue; 14) Universidad Nacional del Sur.

- *Convenio Marco com a Universidade de La Coruña (Espanha)*, desde novembro de 2008, para realização de um programa de intercâmbios entre professores, estudantes, material científico e realização de projetos de pesquisa em matéria de turismo.

A distribuição dos centros de pesquisa vinculados as IES pode ser vista na tabela 5.1.6.i.

Área temática	Instituição	Nome	Tipo (centro, grupo, comitê)	Quantidade / Área temática	Principais feitos
Ciências da Saúde	-	-	-	-	-
Ciências Sociais	-	-	-	-	-
Economia e Gestão	Universidad Nacional de General San Martín	Centro de Investigación y Desarrollo del Turismo (CIDeTur-EEyN)	Observatório	5	-
	Universidad Nacional de la Patagonia San Juan Bosco	Observatorio de Economía y Administración del Turismo (OBSECATUR – GETACE)	Observatório		-
	Universidad de la Cuenca del Plata	Observatorio Económico y Social	Observatório		-
	Universidad Nacional de Lanús	Observatorio Turístico de Argentina (Observatur)	Observatório		-
	Universidade de Comahue	Centro de Estudio del Conocimiento e Innovación Empresarial Turístico (CECIET)	Centro		-
Educação (Formação Profissional)	-	-	-	-	-
Entretenimento/lazer	-	-	-	-	-
Esportes	-	-	-	-	-
Eventos	-	-	-	-	-
Gastronomia/Restauração	-	-	-	-	-
Geografia	-	-	-	-	-
Hospitalidade	-	-	-	-	-
Patrimônio Cultural	-	-	-	-	-
Planejamento Turístico	Universidad Nacional de Lanús	Centro Internacional de Estudios sobre Turismo y Desarrollo (CIETyD)	Centro	2	-
	Universidad Nacional del Comahue	Centro de Estudios para la Planificación y el Desarrollo Turístico Sustentable – CEPLADES	Centro		-
Recursos naturais e meio ambiente	-	-	-	-	-
Serviços Turísticos	-	-	-	-	-
Turismo Geral	Universidad Nacional de Mar del Plata	Centro de Investigaciones Turísticas	Centro	2	-
	Universidad Nacional de la Plata	Instituto de Investigaciones en Turismo	Instituto		-
Outros	-	-	-	-	-
TOTAL	9 CENTROS DE PESQUISA				

Tabela 5.1.6.i Distribuição dos Centros de Pesquisa, por universidades vinculadas e área temática.

Nota: O país contabiliza o total de 13 centros de pesquisas. Todavia quatro não estão apresentados na tabela, pois não tem sede em uma IES, a saber: 1) Centro de Documentación Turística (Governo da Cidade de Buenos Aires); 2) CONDET; 3) CIET; 4) OEA.TUR (Observatorio Económico de Agencias de Viajes de la República Argentina – Federación Argentina de Asociaciones de Empresas de Viajes y Turismo - FAEVIT).

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

5.1.7 Existência de Publicação Periódica Científica em Turismo pela IES

Na amostra das 60 Instituições de Ensino Superior ofertantes de cursos em turismo foi possível identificar 8 publicações periódicas. Cabe esclarecer que, conforme a metodologia adotada na pesquisa, não foi contabilizada entre as publicações os Anuários Estatísticos do Turismo publicados pelo Governo Federal da Argentina, os informes sobre economia do turismo publicados pela OEA.TUR, bem como as publicações do CONDET. Igualmente, a Revista Científica Estudios y Perspectivas en Turismo, publicada pelo Centro de Investigaciones y Estudios Turísticos (CIET), e não vinculada diretamente a uma IES não foi contabilizada entre as publicações periódicas em turismo do país.

foram identificados ainda 2 periódicos interdisciplinares vinculados às instituições de ensino superior pesquisadas, com aceitação de temas relacionados ao turismo. Todavia estas revistas não foram contabilizadas, pois não tem o turismo como tema central de seu escopo. As publicações que se enquadram neste caso são a Revista Tiempo de Gestión (Revista Multidisciplinar da Facultad de Ciencia y la Gestión), da Universidad Autónoma de Entre Ríos; e a Revista FACES (Revista Multidisciplinar da Facultad de Ciencias Económicas e Sociales), da Universidad Nacional de Mar del Plata.

Área temática	Instituição	Nome	Tipo (Científica, magazine...)	Quantidade / Área temática	Observações relevantes
Ciências da Saúde	-	-	-	-	-
Ciências Sociais	-	-	-	-	-
Economia e Gestão	Universidad Nacional del Comahue	Anuario de Estudios en Turismo	Anuário Estatístico	2	ISSN 1850-1206
	Universidad Nacional de la Plata	Notas en Turismo y Economía	Revista Científica		ISSN: 1853-1504
Educação (Formação Profissional)	-	-	-	-	-
Entretenimento/Lazer	-	-	-	-	-
Esportes	-	-	-	-	-
Eventos	-	-	-	-	-
Gastronomia/ Restauração	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-
Geografia	-	-	-	-	-
Hospitalidade	-	-	-	-	-
Patrimônio Cultural	-	-	-	-	-
Planejamento Turístico	-	-	-	-	-
Recursos Naturais (e Meio Ambiente)	-	-	-	-	-
Serviços Turísticos	-	-	-	-	-
Turismo Geral	Universidad de Palermo	International Journal of Safety and Security in Tourism/Hospitality (IJSSTH)	Revista Científica	4	ISSN: 2250-5105
	Universidad Nacional del Comahue	Revista Eletrónica CECIET (Centro de Estudios del Conocimiento e Innovación Empresarial Turístico)	Revista Científica		ISSN: 1852-4583
	Universidad Nacional del Comahue / Condet	Realidad, Tendencias y Desafíos en Turismo	Revista Científica		ISSN: 1666-1206
	Universidad Nacional de Mar del Plata	Revista APORTES Y TRANSFERENCIAS. Tiempo Libre, Turismo y Recreación	Revista Científica		ISSN: 0329-2045/ 1669-8479
Outros					
TOTAL	6 PERIÓDICOS CIENTÍFICOS				

Tabela 5.1.7.i Distribuição das publicações científicas periódicas em turismo de IES com Oferta Educacional em Turismo por IES, tipo e área temática.

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

5.1.8 Outras Informações Relevantes

- O levantamento das informações foi realizado entre os meses de junho e julho de 2015 e revisado em outubro de 2015.
- Não há discriminação detalhada do corpo docente das universidades.
- Dados sobre o curso, plano do curso estão ausentes em boa parte das universidades, desatualizados em outras e há muitas lacunas nas informações apresentadas nos sítios institucionais.

5.1.9 Considerações Provisórias

Em síntese, na Argentina foi identificada a existência de 176 cursos superiores componentes da oferta educativa em turismo. O estudo examinou as categorias graduação, pós-graduação (*lato sensu* e *stritu sensu*). Os cursos ofertados são vinculados a 60 Instituições de Ensino Superior do país. Por sua vez, os cursos em turismo estão vinculados a 57 departamentos, sendo que dentre os 176 cursos apenas 27 apresentam ênfase em áreas.

Vinculados às Instituições de Ensino Superior foram encontrados 9 Centros de Pesquisa, e a estes 8 Revistas Acadêmicas regulares com publicação sobre os temas relacionados à área de estudos do turismo.

5.2 BRASIL

5.2.1 Instituições de Ensino Superior: existência ou não de curso em turismo

No Brasil foram encontradas **2.429 Instituições de Ensino Superior (IES)**⁸⁶, entre universidades (193) e não-universidades (2.236), constituindo assim o universo a ser pesquisado neste país. Considerando as informações disponíveis nos sítios eletrônicos oficiais de cada uma das IES, observou-se que **das 2.429 IES pesquisadas 370 (15,23%) ofertam algum tipo de formação em turismo**, das quais 82 (22,16%)

⁸⁶ Conforme dados disponíveis na plataforma do governo federal E-Mec, do Ministério da Educação. *Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados*. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em 18 de abril de 2015.

são universidades e 288 (77,83%) não universidades. Das 370 instituições identificadas 92 (24,86%) são públicas e 278 (75,14%) privadas.

O quadro abaixo apresenta as 2.429 instituições de ensino superior identificadas e que serviram de base para a realização desta pesquisa, bem como aquelas que possuem cursos em turismo e que, portanto, constituíram-se na amostra selecionada para o estudo.

Tabela 5.2.1.i Total de IES do Brasil e total de IES com oferta educativa em turismo.

Educação Superior no Brasil									
Total de IES (2429)					Total de IES (370)				
Universidade (193)	Universidade e (193)	Pub .	Priv .	Mix .	Universidade (82)	Universidade e (82)	Pub .	Priv .	Mix .
		96	97	-			45	37	-
	Universidade e Tecnológica (-)	Pub .	Priv .	Mix .		Universidade e Tecnológica (-)	Pub .	Priv .	Mix .
		-	-	-		-	-	-	
Não-Universidade (2236)	Centro (193)	Pub .	Priv .	Mix .	Não-Universidade (288)	Centro (44)	Pub .	Priv .	Mix .
		3	190	-				2	42
	Colégio Técnico (-)	Pub .	Priv .	Mix .		Colégio Técnico (-)	Pub .	Priv .	Mix .
		-	-	-				-	-
	Fundação / Faculdade / Academia (1757)	Pub .	Priv .	Mix .		Fundação / Faculdade / Academia (180)	Pub .	Priv .	Mix .
		-	175 7	-				12	168
	Instituto (207)	Pub .	Priv .	Mix .		Instituto (60)	Pub .	Priv .	Mix .
		52	155	-				33	27
	Outros tipos (79)	Pub .	Priv .	Mix .		Outros tipos (4)	Pub .	Priv .	Mix .
		3	76	-				-	4

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

5.2.2 Distribuição Espacial da Oferta Educativa em Turismo

Quanto à distribuição das instituições universitárias, destaca-se que, tais universidades estão distribuídas desigualmente pelo território brasileiro, sendo a maioria delas concentrada na extensão de toda a faixa litorânea do país e o eixo sul-sudeste. Na região nordeste existe uma concentração de instituições de ensino no litoral e poucas IES à medida que se desloca para a região do sertão e do agreste. Em contraste nas regiões norte e centro-oeste há pouquíssimas IES, sendo que seu estabelecimento predomina nas regiões das capitais dos estados, onde há maior concentração populacional. Finalmente, na região sudeste-sul se observa que existe maior número de IES, as quais estão distribuídas de forma mais uniforme neste território.

5.2.3 Posição da Oferta Educativa na Estrutura Organizacional

Quanto à vinculação da oferta educativa junto à estrutura organizacional das IES, e conforme a sua distribuição em áreas temáticas, observou-se que das 370 IES que ofertam algum tipo de curso de turismo, **a vinculação explícita** na estrutura institucional (departamento, faculdade, instituto, escola, etc.) **ocorre em 98 delas (26,48%)**⁸⁷, das quais 32 (33%) na área de Ciências Sociais, 30 (31%) em Economia e Gestão, 17 (17%) em Turismo Geral, 8 (8%) em Hospitalidade, 4 (4%) Outras Temáticas, 3(3%) em Entretenimento/Lazer, 2 (2%) em Ciências da Saúde, 1 (1%) em Geografia, 1 (1%) em Planejamento Turístico. Não foram identificadas IES que vinculassem sua oferta educativa às áreas de Educação (Formação profissional), Esportes, Eventos, Gastronomia/Restauração, Patrimônio Cultural, em Recursos Naturais (e meio ambiente) e Serviço Turístico.

No caso das **82 universidades** que ofertam cursos em turismo, 55 estão alojados em **departamentos**, ou seja, os cursos estão vinculados de forma explícita em um departamento específico de cada universidade. Destes departamentos, **20 (36%) em Ciências Sociais**, 14 (25%) em Economia e Gestão, 11(20%) em Turismo Geral, 4 (7%) em Hospitalidade, 2 (4%) em Ciências da Saúde, 2 (4%) em Outras Áreas, 1(2%) em Entretenimento/Lazer e 1(2%) em Geografia. Não foram identificados departamentos vinculados às áreas de Educação (Formação profissional), Eventos, Gastronomia/Restauração, Patrimônio Cultural, Planejamento Turístico e Serviço Turístico.

Quanto às **288 IES não universitárias**, identificou-se que 43 localizam os cursos em turismo em **departamentos**, dos quais **16 (37%) em Economia e Gestão**, 12 (28%) em Ciências Sociais, 6 (14%) em Turismo Geral, 4 (9%) em Hospitalidade, 2

⁸⁷ Regularmente cada universidade possui sua oferta educativa em turismo centralizada em uma mesma unidade. Contudo houve casos em que duas ou mais áreas ofertam cursos iguais ou distintos. Por outro lado, em muitas IES não há, nas informações disponíveis em seus sítios institucionais, a informação precisa de onde estão lotados os cursos. Assim, no(s) curso(s) oferecidos por cada instituição buscou-se identificar em qual área da universidade – departamento, faculdade, instituto– ele(s) estava(m) vinculado(s) e, para tanto, foram computadas as áreas diferentes em que ele(s) estava(m). Assim, por exemplo, se na Universidade de São Paulo há dois cursos de graduação em turismo, um na Escola de Comunicação e Artes e ou na Escola de Artes/ECA, Ciências e Humanidades/EACH, computou-se 2 vezes sua vinculação organizacional, uma relativa a cada escola. Por outro lado, ainda na mesma instituição, porém, no caso de mais de um curso ofertado pela mesma área da IES, no caso específico os cursos de graduação e mestrado ambos ofertados pela EACH, contabilizou-se apenas uma vez a vinculação à mesma posição organizacional.

(5%) em Entretenimento/Lazer, 2 (5%) em Outras Áreas, 1 (2%) em Planejamento Turístico. Não foram encontrados vínculos explícitos as áreas de Ciências da Saúde, Educação (Formação profissional), Esportes, Eventos, Gastronomia/Restauração, Geografia, Patrimônio Cultural, Recursos Naturais (e meio ambiente) e Serviço Turístico.

Cabe destacar que se presume que um mesmo departamento de uma mesma universidade oferece mais de um curso, como é o caso da IES Universidades Anhembi Morumbi. Por outro lado, possivelmente alguma IES que não faz menção à localização do curso na estrutura da IES, ao menos nas informações coletadas em seus sítios institucionais, como é o caso da IES Universidade Regional do Cariri (URCA).

Como se pode constatar, em geral, há um amplo predomínio de cursos vinculados (departamentos, faculdades, escolas ou institutos) às áreas de Ciências Sociais e Economia e Gestão. Por outro lado, quase não se encontram cursos de turismo vinculados às áreas de Geografia e Planejamento Turístico. Não foram encontrados cursos vinculados as áreas de Educação (Formação profissional), Esportes, Eventos, Gastronomia/Restauração, Patrimônio Cultural, em Recursos Naturais (e meio ambiente) e Serviço Turístico.

Tabela 5.2.3.i Distribuição da oferta educacional segundo sua vinculação à estrutura organizacional das IES por áreas temáticas.

Área temática	Vinculação à Estrutura Organizacional					
	Universidades		Não Universidades		Geral	
Subtotal	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área
Ciências da Saúde	2	4%	-	-	2	2%
Ciências Sociais	20	36%	12	28%	32	33%
Economia e Gestão	14	25%	16	37%	30	31%
Educação (Formação profissional)	-	-	-	-	-	-
Entretenimento/Lazer	1	2%	2	5%	3	3%
Esportes	-	-	-	-	-	-
Eventos	-	-	-	-	-	-
Gastronomia/Restauração	-	-	-	-	-	-
Geografia	1	2%	-	-	1	1%
Hospitalidade	4	7%	4	9%	8	8%
Patrimônio Cultural	-	-	-	-	-	-
Planejamento Turístico	-	-	1	2%	1	1%

Recursos Naturais (e meio ambiente)	-	-	-	-	-	-
Serviço Turístico	-	-	-	-	-	-
Turismo Geral	11	20%	6	14%	17	17%
Outros	2	4%	2	5%	4	4%
Total	55	100%	43	100%	98	100%

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Assim, de forma geral a oferta educacional em turismo no país está centrada no eixo Ciências Sociais e Economia e Gestão, que concentra 64% da vinculação institucional dos cursos. Somando-se a área de Turismo Geral esse percentual sobe para 81%. As demais áreas, no entanto, aparecem apenas de forma marginal, reunindo os 19% restantes.

5.2.4 Oferta Educacional de Cursos em Turismo

A partir das 370 instituições ofertantes de cursos em turismo, buscou-se identificar esses cursos e classificá-los por níveis e modalidades. Ao final identificaram-se **735 cursos em turismo** nas 370 IES brasileiras com essa oferta formativa. Foram encontrados 192 cursos nas universidades e 542 cursos nas não universidades.

Esses 735 cursos foram distribuídos entre **graduação; pós-graduação e; outros**. Na **graduação** foram encontrados 539 cursos, 110 deles em universidades e 429 em não universidades. Dessa oferta de 539 cursos, 255 (47%) em Turismo Geral, 91 (17%) em Economia e Gestão, 77 (14%) em Hospitalidade, 74 (14%) em Eventos, 29 (5%) em Serviços Turísticos, 6 (1%) em Gastronomia/Restauração, 3(1%) em Entretenimento/Lazer, 3 (1%) Recursos Naturais (e Meio Ambiente), 1 (0,2%) em Outras áreas. Não foram identificados cursos de graduação ligados às áreas de Ciências da Saúde, Ciências Sociais, Educação (Formação Profissional), Esportes, Geografia, Patrimônio Cultural e Planejamento Turístico.

Nas universidades observou-se que 52 (47%) dos cursos de graduação estão na área de Turismo Geral, 19 (17%) de Hospitalidade, 15 (14%) de Economia e Gestão, 15 (14%) de Eventos, 3 (3%) de Gastronomia/Restauração, 2 (2%) de Recursos Naturais (e Meio Ambiente), 2 (2%) de Serviço Turístico, 1 (1%) de Entretenimento/ Lazer, 1 (1%) em Outras áreas. Não foram identificados cursos nas áreas de Ciências da Saúde, Ciências Sociais, Educação (Formação profissional), Esportes, Geografia, Patrimônio Cultural e Planejamento Turístico.

Nas não universidades foram identificados 203 (47,3%) em Turismo Geral, 76 (17,7%) em Economia e Gestão, 59 (13,8%) em Eventos, 58 (13,5%) em Hospitalidade, 27 (6,3%) em Serviço Turístico, 3 (0,7%) em Gastronomia/Restauração, 2 (0,5%) em Entretenimento/Lazer, 1 (0,2%) em Recursos Naturais (e Meio Ambiente). Não foram identificados cursos de graduação nas áreas de Ciências da Saúde, Ciências Sociais, Educação (Formação profissional), Esportes, Geografia, Patrimônio Cultural, Planejamento Turístico e Outras áreas temáticas.

Tabela 5.2.4.i Distribuição dos cursos de graduação por áreas temáticas.

Área temática	Graduação					
	Universidades		Não Universidades		Geral	
Subtotal	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área
Ciências da Saúde	-	-	-	-	-	-
Ciências Sociais	-	-	-	-	-	-
Economia e Gestão	15	14%	76	17.7%	91	17%
Educação (Formação profissional)	-	-	-	-	-	-
Entretenimento/Lazer	1	1%	2	0.5%	3	1%
Esportes	-	-	-	-	-	-
Eventos	15	14%	59	13.8%	74	14%
Gastronomia/Restauração	3	3%	3	0.7%	6	1%
Geografia	-	-	-	-	-	-
Hospitalidade	19	17%	58	13.5%	77	14%
Patrimônio Cultural	-	-	-	-	-	-
Planejamento Turístico	-	-	-	-	-	-
Recursos Naturais (e meio ambiente)	2	2%	1	0.2%	3	1%
Serviço Turístico	2	2%	27	6.3%	29	5%
Turismo Geral	52	47%	203	47.3%	255	47%
Outros	1	1%	-	-	1	0.2%
Total	110	100%	429	100%	541	100%

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

A oferta existente em nível de **pós-graduação** integra 109 cursos *lato sensu* e 14 *strictu sensu*, sendo estes últimos subdivididos em 10 cursos de mestrado e 4 de doutorado. No subitem *lato sensu*, há 109 cursos de especialização/MBA, dos quais 30 (28%) em Economia e Gestão, 19 (17,4%) em Eventos, 18 (16,5%) em Hospitalidade, 10 (9,1%) em Planejamento Turístico, 8 (7%) em Outras áreas, 7 (6,4%) em Recursos Naturais (e Meio Ambiente), 6 (5,5%) em Patrimônio Cultural, 3 (3%) em

Entretenimento/Lazer, 3 (3%) em Gastronomia/Restauração, 2 (2%) em Serviço Turístico, 1 (1%) em Esportes, 1 (1%) em Geografia, 1 (1%) em Turismo Geral. Dentre os cursos *lato sensu* não foram encontrados cursos nas áreas de Ciências da Saúde, Ciências Sociais e Educação (Formação Profissional).

Nas universidades foram encontrados 27 cursos *lato sensu*, sendo 7 (26%) em Eventos, 4 (15%) em Economia e Gestão, 4 (15%) em Hospitalidade, 3 (11%) Gastronomia/Restauração, 3 (11%) em Planejamento Turístico, 2 (7%) em Recursos Naturais (e meio ambiente), 1 (4%) Entretenimento/Lazer, 1 (4%) em Geografia, 1 (4%) em Turismo Geral, 1 (4%) em Outras áreas. Não foram identificados cursos ligados às áreas de Ciências da Saúde, Ciências Sociais, Educação (formação profissional), Esportes, Patrimônio Cultural e Serviço Turístico.

Quanto às não universidades foram encontrados 82 cursos *lato sensu*, entre eles 26 (32%) em Economia e Gestão, 14(17%) em Hospitalidade, 12 (15%) em Eventos, 7 (9%) em Planejamento Turístico, 7 (9%) em Outras áreas, 6 (7%) em Patrimônio Cultural, 5(6%) em Recursos Naturais (e meio ambiente), 2 (2%) em Entretenimento/Lazer, 2 (2%) em Serviço Turístico, 1 (1%) em Esportes. Não foram identificados cursos ligados às áreas de Ciências da Saúde, Ciências Sociais, Educação (formação profissional), Gastronomia/Restauração, Geografia e Turismo Geral.

Tabela 5.2.4.ii Distribuição dos cursos de pós-graduação *lato sensu* por áreas temáticas.

Área temática	Especialização/MBA					
	Universidades		Não Universidades		Geral	
Subtotal	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área
Ciências da Saúde	-	-	-	-	-	-
Ciências Sociais	-	-	-	-	-	-
Economia e Gestão	4	15%	26	32%	30	28%
Educação (Formação profissional)	-	-	-	-	-	-
Entretenimento/Lazer	1	4%	2	2%	3	3%
Esportes	-	-	1	1%	1	1%
Eventos	7	26%	12	15%	19	17%
Gastronomia/Restauração	3	11%	-	-	3	3%
Geografia	1	4%	-	-	1	1%
Hospitalidade	4	15%	14	17%	18	17%
Patrimônio Cultural	-	-	6	7%	6	5.5%
Planejamento Turístico	3	11%	7	9%	10	9%

Recursos Naturais (e meio ambiente)	2	7%	5	6%	7	6.4%
Serviço Turístico	-	-	2	2%	2	2%
Turismo Geral	1	4%	-	-	1	1%
Outros	1	4%	7	9%	8	7%
Total	27	100%	82	100%	109	100%

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Em todas as IES foram identificados apenas 14 cursos *strictu sensu*, sendo 10 em nível de mestrado e 4 de doutorado. Dos cursos de mestrado, todos são oferecidos em universidades, dentre os quais 5 (50%) em Turismo Geral, 1 (10%) em Economia e Gestão, 2 (20%) em Hospitalidade, 1 (10%) em Patrimônio Cultural e 1 (10%) em Serviços Turísticos. Não foram identificados cursos ligados às áreas de Ciências da Saúde, Ciências Sociais, Educação (formação profissional), Entretenimento/lazer, Esportes, Gastronomia/Restauração, Eventos, Geografia, Planejamento Turístico, Recursos Naturais (e meio ambiente), e outras áreas.

Tabela 5.2.4.iii Distribuição dos cursos de pós-graduação *strictu sensu* (mestrado) por áreas temáticas.

Área temática	Mestrado					
	Universidades		Não Universidades		Geral	
Subtotal	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área
Ciências da Saúde	-	-	-	-	-	-
Ciências Sociais	-	-	-	-	-	-
Economia e Gestão	1	10%	-	-	1	10%
Educação (Formação profissional)	-	-	-	-	-	-
Entretenimento/Lazer	-	-	-	-	-	-
Esportes	-	-	-	-	-	-
Eventos	-	-	-	-	-	-
Gastronomia/Restauração	-	-	-	-	-	-
Geografia	-	-	-	-	-	-
Hospitalidade	2	20%	-	-	2	20%
Patrimônio Cultural	1	10%	-	-	1	10%
Planejamento Turístico	-	-	-	-	-	-
Recursos Naturais (e meio ambiente)	-	-	-	-	-	-
Serviço Turístico	1	10%	-	-	1	10%
Turismo Geral	5	50%	-	-	5	50%

Outros	-	-	-	-	-	-
Total	10	100%	-	-	10	100%

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Dos cursos de doutorado, igualmente todos são ofertados em universidades, 2 (50%) em Hospitalidade, 1 (25%) em Serviços Turísticos e 1 (25%) em Turismo Geral. Não foram identificados cursos ligados às áreas de Ciências da Saúde, Ciências Sociais, Educação (formação profissional), Entretenimento/Lazer, Esportes, Eventos, Gastronomia/Restauração, Geografia, Patrimônio Cultural, Planejamento Turístico, Recursos Naturais (e meio ambiente), Serviço Turístico e Outras áreas temáticas.

Tabela 5.2.4.iv Distribuição dos cursos de pós-graduação *strictu sensu* (doutorado) por áreas temáticas.

Área temática	Doutorado					
	Universidades		Não Universidades		Geral	
Subtotal	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área
Ciências da Saúde	-	-	-	-	-	-
Ciências Sociais	-	-	-	-	-	-
Economia e Gestão	-	-	-	-	-	-
Educação (Formação profissional)	-	-	-	-	-	-
Entretenimento/Lazer	-	-	-	-	-	-
Esportes	-	-	-	-	-	-
Eventos	-	-	-	-	-	-
Gastronomia/Restauração	-	-	-	-	-	-
Geografia	-	-	-	-	-	-
Hospitalidade	2	50%	-	-	2	50%
Patrimônio Cultural	-	-	-	-	-	-
Planejamento Turístico	-	-	-	-	-	-
Recursos Naturais (e meio ambiente)	-	-	-	-	-	-
Serviço Turístico	1	25%	-	-	1	25%
Turismo Geral	1	25%	-	-	1	25%
Outros	-	-	-	-	-	-
Total	4	100%	-	-	4	100%

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Na terceira subcategoria, **outros** cursos, identificou-se a existência de 28 cursos na modalidade *online* e 45 cursos na modalidade formação complementar. Dos cursos 28 *online*, 9 (32%) são em Eventos, 6 (21%) em Economia e Gestão, 6 (21%) em Hospitalidade, 3 (11%) em Serviço Turístico, 2 (7%) em Turismo Geral, 1(4%) em Educação (Formação profissional), 1(4%) em Entretenimento/Lazer. Não foram encontrados cursos nesta modalidade nas áreas de Ciências da Saúde, Ciências Sociais, Esportes, Gastronomia/Restauração, Geografia, Patrimônio Cultural, Planejamento Turístico, Recursos Naturais (e meio ambiente) e Outras áreas temáticas.

Nas universidades foram encontrados 5 cursos *online*, 2 (40%) em Turismo Geral, 1 (20%) em Economia e Gestão, 1 (20%) em Educação (Formação profissional) e 1 (20%) em Eventos. Não foram identificados cursos nas áreas de Ciências da Saúde, Ciências Sociais, Entretenimento/Lazer, Esportes, Gastronomia/Restauração, Geografia, Hospitalidade, Patrimônio Cultural, Planejamento Turístico, Recursos Naturais (e meio ambiente), Serviço Turístico e Outras áreas temáticas.

No que corresponde às não universidades, foram encontrados 23 cursos *online*, sendo 8 (35%) em Eventos, 6 (26%) em Hospitalidade, 5 (22%) em Economia e Gestão, 3 (13%) em Serviço Turístico, 1 (4%) em Entretenimento/Lazer. Não foram identificados cursos ligados às áreas de Ciências da Saúde, Ciências Sociais, Educação (formação profissional), Esportes, Gastronomia/Restauração, Geografia, Patrimônio Cultural, Planejamento Turístico, Recursos Naturais (e Meio Ambiente), Turismo Geral e Outros.

Tabela 5.2.4.v Distribuição da categoria “outros cursos”, subitem “online” por áreas temáticas.

Área temática	On line					
	Universidades		Não Universidades		Geral	
Subtotal	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área
Ciências da Saúde	-	-	-	-	-	-
Ciências Sociais	-	-	-	-	-	-
Economia e Gestão	1	20%	5	22%	6	21%
Educação (Formação profissional)	1	20%	-	-	1	4%

Entretenimento/Lazer	-	-	1	4%	1	4%
Esportes	-	-	-	-	-	-
Eventos	1	20%	8	35%	9	32%
Gastronomia/Restauração	-	-	-	-	-	-
Geografia	-	-	-	-	-	-
Hospitalidade	-	-	6	26%	6	21%
Patrimônio Cultural	-	-	-	-	-	-
Planejamento Turístico	-	-	-	-	-	-
Recursos Naturais (e meio ambiente)	-	-	-	-	-	-
Serviço Turístico	-	-	3	13%	3	11%
Turismo Geral	2	40%	-	-	2	7%
Outros	-	-	-	-	-	-
Total	5	100%	23	100%	28	100%

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Dos 45 cursos de formação complementar, 10 (22%) estão em Outras áreas, 7 (16%) em Hospitalidade, 6 (13%) em Serviço Turístico, 4 (9%) e, Eventos, 4 (9%) em Planejamento Turístico, 3 (7%) em Patrimônio Cultural, 3 (7%) em Recursos Naturais (e meio ambiente), 2 (4%) em Economia e Gestão, 2 (4%) em Entretenimento/Lazer, 2 (4%) Geografia, 1 (2%) Educação (formação profissional) e 1 (2%) Gastronomia/Restauração. Não foram encontrados cursos na modalidade de formação complementar nas áreas de Ciências da Saúde, Ciências Sociais, Esporte e Turismo Geral.

Nas universidades foram encontrados 37 cursos de formação complementar, sendo 8 (22%) em Outras áreas, 6 (16%) em Hospitalidade, 5 (14%) em Serviço Turístico, 4 (11%) em Eventos, 4 (11%) em Planejamento Turístico, 3(8%) Patrimônio Cultural, 2 (5%) em Economia e Gestão, 2 (5%) em Entretenimento/Lazer, 2 (5%) em Recursos Naturais (e meio ambiente), 1 (3%) em Educação. Não foram identificados cursos ligados às áreas de Ciências da Saúde, Ciências Sociais, Esportes, Gastronomia/Restauração, Geografia e Turismo Geral.

No que corresponde aos 8 cursos de formação complementar encontrados nas não universidades constata-se que 2 (25%) estão na área de Geografia, 2 (25%) em Outras áreas, 1 (13%) em Gastronomia/Restauração, 1 (13%) em Hospitalidade, 1 (13%) em Recursos Naturais (e Meio Ambiente), 1 (13%) em Serviço Turístico. Não foram identificados cursos ligados às áreas de Ciências da Saúde, Ciências Sociais,

Economia e Gestão, Educação (formação profissional), Entretenimento/Lazer, Esportes, Eventos, Patrimônio Cultural, Planejamento Turístico e Turismo Geral.

Tabela 5.2.4.vi Distribuição da categoria “outros cursos”, subitem “formação complementar ” por áreas temáticas.

Área temática	Formação Complementar					
	Universidades		Não Universidades		Geral	
	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área
Subtotal						
Ciências da Saúde	-	-	-	-	-	-
Ciências Sociais	-	-	-	-	-	-
Economia e Gestão	2	5%	-	-	2	4%
Educação (Formação profissional)	1	3%	-	-	1	2%
Entretenimento/Lazer	2	5%	-	-	2	4%
Esportes	-	-	-	-	-	-
Eventos	4	11%	-	-	4	9%
Gastronomia/Restauração	-	-	1	13%	1	2%
Geografia	-	-	2	25%	2	4%
Hospitalidade	6	16%	1	13%	7	16%
Patrimônio Cultural	3	8%	-	-	3	7%
Planejamento Turístico	4	11%	-	-	4	9%
Recursos Naturais (e meio ambiente)	2	5%	1	13%	3	7%
Serviço Turístico	5	14%	1	13%	6	13%
Turismo Geral	-	-	-	-	-	-
Outros	8	22%	2	25%	10	22%
Total	37	100%	8	100%	45	100%

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

A tabela abaixo sintetiza a distribuição amostral dos cursos levantados por nível, modalidade e área temática dos cursos.

Área temática	Graduação			Pós-graduação									Outros					
				<i>Lato sensu</i>			<i>Strictu sensu</i>						Cursos de extensão			Cursos à distância		
				Especialização/MBA			Mestrado			Doutorado								
Total				735 cursos														
Subtotal	539	% em 539	% em 735	109	% em 109	% em 733	10	% em 10	% em 735	4	% em 4	% em 735	45	% em 45	% em 735	28	% em	% em 735
Ciências da Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ciências Sociais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Economia e Gestão	91	16.9%	12.4%	30	27.5%	4.1%	1	10%	0.3%	1	25.0%	0.1%	2	4.4%	0.3%	6	21.4%	0.8%
Educação (Formação profissional)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2.2%	0.1%	1	3.6%	0.1%
Entretenimento/Lazer	3	0.6%	0.4%	3	2.8%	0.4%	-	-	-	-	-	-	2	4.4%	0.3%	1	3.6%	0.1%
Esportes	-	-	-	1	0.9%	0.0%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eventos	74	13.7%	0.0%	19	17.4%	0.0%	-	-	-	-	-	-	4	8.9%	0.5%	9	32.1%	1.2%
Gastronomia/Restauração	6	1.1%	0.8%	3	2.8%	0.4%	-	-	-	-	-	-	1	2.2%	0.1%	-	-	-
Geografia	-	-	-	1	0.9%	0.1%	-	-	-	-	-	-	2	4.4%	0.3%	-	-	-
Hospitalidade	77	14.3%	10.5%	18	16.5%	2.5%	2	20%	0.2%	2	50.0%	0.3%	7	15.6%	1.0%	6	21.4%	0.8%
Patrimônio Cultural	-	-	-	6	5.5%	0.8%	1	10%	0.1%	-	-	-	3	6.7%	0.4%	-	-	-
Planejamento Turístico	-	-	-	10	9.2%	1.4%	-	-	-	-	-	-	4	8.9%	0.5%	-	-	-
Recursos Naturais (e meio ambiente)	3	0.6%	0.4%	7	6.4%	1.0%	-	-	-	-	-	-	3	6.7%	0.4%	-	-	-
Serviço Turístico	29	5.4%	4.0%	2	1.8%	0.3%	1	10%	0,1%	-	-	-	6	13.3%	0.8%	3	10.7%	0.4%
Turismo Geral	255	47.3%	34.8%	1	0.9%	0.1%	5	50%	0.5%	1	25.0%	0.1%	-	-	-	2	7.1%	0.3%
Outros	1	0.2%	0.1%	8	7.3%	1.1%	-	-	-	-	-	-	10	22.2%	1.4%	-	-	-
Total	735																	

Tabela 5.2.4.vii Distribuição da Oferta Educacional em Turismo das Instituições de Ensino Superior do Brasil, por nível, modalidade e área temática.

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

5.2.5 Ênfase dos Cursos

Foram encontrados apenas **36 cursos** que apresentam uma ênfase específica, independente do nível ou modalidade do curso, dos quais 9 cursos com ênfase em Hospitalidade (25%), 7 (19%) em Recursos Naturais (e meio ambiente), 5 (14%) em Economia e Gestão, 3 (8%) em Gastronomia/Restauração, 3 (8%) em Serviço Turístico, 3 (8%) em Outras áreas, 2 (6%) em Entretenimento/Lazer, 2 (6%) em Eventos, 1 (3%) em Patrimônio Cultural, 1 (3%) em Turismo Geral. Não foram identificadas ênfases em Ciências da Saúde, Ciências Sociais, Educação (Formação profissional), Esportes, Geografia, Planejamento Turístico.

No conjunto de universidades foram encontradas 16 ênfases, sendo 5 (31%) em Turismo Geral, 2(13%) em Hospitalidade, 2(13%) em Recursos Naturais (e meio ambiente), 1 (6%) em Patrimônio Cultural, 1 (6%) em Entretenimento/Lazer, 1 (6%) em Turismo Geral e 1 (6%) em Outras áreas. Não foram observadas ênfases em Ciências da Saúde, Ciências Sociais, Educação (Formação profissional), Esportes, Eventos, Gastronomia/Restauração, Geografia e Planejamento Turístico.

Nas não universidades foram encontradas 20 ênfases, sendo 7 (35%) em Hospitalidade, 5 (25%) em Recursos Naturais (e meio ambiente), 3 (15%) em Gastronomia/Restauração, 2 (10%) em Eventos, 2 (10%) em Outras áreas, 1 (5%) em Entretenimento/Lazer. Não foram observadas ênfases em Ciências da Saúde, Ciências Sociais, Economia e Gestão, Educação (Formação profissional), Esportes, Geografia, Patrimônio Cultural, Planejamento Turístico, Serviço Turístico e Turismo Geral.

Tabela 5.2.5.i Distribuição dos cursos segundo suas ênfases e por áreas temáticas.

Área temática	Ênfase					
	Universidades		Não Universidades		Geral	
	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área
Subtotal						
Ciências da Saúde	-	-	-	-	-	-
Ciências Sociais	-	-	-	-	-	-
Economia e Gestão	5	31%	-	-	5	14%
Educação (Formação profissional)	-	-	-	-	-	-
Entretenimento/Lazer	1	6%	1	5%	2	6%

Esportes	-	-	-	-	-	-
Eventos	-	-	2	10%	2	6%
Gastronomia/Restauração	-	-	3	15%	3	8%
Geografia	-	-	-	-	-	-
Hospitalidade	2	13%	7	35%	9	25%
Patrimônio Cultural	1	6%	-	-	1	3%
Planejamento Turístico	-	-	-	-	-	-
Recursos Naturais (e meio ambiente)	2	13%	5	25%	7	19%
Serviço Turístico	3	19%	-	-	3	8%
Turismo Geral	1	6%	-	-	1	3%
Outros	1	6%	2	10%	3	8%
Total	16	100%	20	100%	36	100%

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

5.2.6 Existência de Órgão Formal Dedicado à Pesquisa em Turismo

Foram identificados 96 centros de pesquisa em turismo no Brasil, com temáticas variadas, os quais estão concentrados em apenas 39 (10.5%) IES das 370 IES ofertantes de cursos em turismo. Especificamente, os centros de pesquisa se vinculam a 23 universidades e 16 não universidades, sendo eles:

Tabela 5.2.6i Centros de Pesquisa por IES.

Nome do Órgão de Pesquisa	IES	Nome do Órgão de Pesquisa	IES
UNIVERSIDADES		NÃO UNIVERSIDADES	
1. GECIT	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)	1. Laboratório de Turismo	Centro Federal de Educação Tecnológica Suckow da Fonseca (CEFET – RJ)
2. A pesquisa brasileira em hospitalidade: análise temática e de conteúdo	Universidade Anhembi Morumbi	2. LABTUR - Laboratório de Turismo	Faculdade Cenecista de Joinville (FACE – FCJ)
3. Concentração e dispersão em São Paulo: os imigrantes entrados no pós-segunda guerra mundial – Observatório das Metrópoles	Universidade Anhembi Morumbi	3. Núcleo de Planejamento Turístico	Faculdade Cristo Rei
4. Ensino e pesquisa em Hospitalidade e Turismo	Universidade Anhembi Morumbi	4. Laboratório de Turismo - Labotur	Faculdade Cuiabá (FAUC)
5. Espaços de Hospitalidade	Universidade Anhembi Morumbi	5. ENTRATRIVI	Faculdade de Tecnologia do Ipiranga (FATECIP)
6. Evolução da alimentação e da gastronomia no Brasil	Universidade Anhembi Morumbi	6. Núcleo de Planejamento Turístico	Faculdade Educacional de Cornélio Procópio (FACED)
7. Hospitalidade em Turismo de Negócios e Turismo de Saúde	Universidade Anhembi Morumbi	7. Laboratório de Hospedagem	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
8. Hospitalidade Urbana	Universidade Anhembi Morumbi	8. Núcleo de Pesquisa em Turismo e Hospitalidade	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB)
9. Laboratório de Planejamento Turístico e Geoprocessamento	Universidade Anhembi Morumbi	9. Núcleo de Estudos em Hospitalidade	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC)
10. Mobilidade Corporativa na América Latina	Universidade Anhembi Morumbi	10. Gestão do Turismo e da Hospitalidade nos Territórios	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
11. Pesquisa científica em turismo: comunicação, produtividade e posicionamento – fase 2 (1990 a 2010)	Universidade Anhembi Morumbi	11. Grupo de Estudo em Geografia, História e Turismo	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
12. Práticas de hospitalidade	Universidade Anhembi Morumbi	12. ICTA - Identidades Culturais, Turismo e Alimentos	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
13. Requalificação do espaço: aspectos arquitetônicos, históricos e urbanísticos	Universidade Anhembi Morumbi	13. Turismo e Hospitalidade	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
14. Turismo: Desenvolvimento Humano e Social, Linguagem e Processos Educacionais	Universidade Caxias do Sul (UCS)	14. Políticas Públicas do Turismo	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pernambuco
15. Centro de Excelência em Turismo (CET)	Universidade de Brasília (UNB)	15. Hospitalidade, Turismo e Educação Profissional	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande

			do Norte
16. Observatórios para o Turismo Sustentável	Universidade de Brasília (UNB)	16.NETUS: Núcleos de Estudos em Educação, Turismo e Sustentabilidade	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO)
17. UNDB Tur	Universidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB)	17.Turismo e Hospitalidade	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFarroupilha)
18. Cultura e Arte no Lazer e Turismo	Universidade de São Paulo (USP)		
19. GIEL/USP - Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer	Universidade de São Paulo (USP)		
20. Grupo de Pesquisa Avaliação Pedagógica Permanente em Relações Públicas, Propaganda e Turismo	Universidade de São Paulo (USP)		
21. Grupo de Pesquisa Memória, Patrimônio Cultural e Natural e Desenvolvimento Local	Universidade de São Paulo (USP)		
22. Pesquisa, Educação e Atuação Profissional em Turismo e Hospitalidade	Universidade de São Paulo (USP)		
23. Planejamento Territorial do Turismo	Universidade de São Paulo (USP)		
24. TCI - Turismo, Conhecimento e Inovação	Universidade de São Paulo (USP)		
25. Turismo Internacional	Universidade de São Paulo (USP)		
26. Laboratório de Alimentos e Bebidas (Cozinha e Restaurante Pedagógicos e Bar Pedagógicos)	Universidade do Estado da Bahia (UNEB)		
27. Laboratório de Hospitalidade (Governança e Recepção)	Universidade do Estado da Bahia (UNEB)		
28. Grupo de Pesquisa Gestão Organizacional e Pesquisa Quantitativa em Turismo – GOPTUq	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte		
29. GOPQTu / Gestão e Planejamento Sustentável do Turismo	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)		
30. Grupo de Pesquisa em Lazer, Turismo e Trabalho - GEPLAT/UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)		
31. A & B - Laboratório de Alimentos e Bebidas	Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)		
32. Acatur - Agência Acadêmica de Turismo	Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)		
33. Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Comunicação, Turismo e Lazer	Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)		
34. HOGAST- Grupo: Hotelaria, Gastronomia e Serviços Turísticos	Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)		
35. Laboratório de Hospedagem	Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)		

36. PLAGET- Grupo: Planejamento do Destino Turístico	Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)		
37. TES- Grupo: Turismo, Espaço e Sociedade	Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)		
38. Gestão Integrada da Zona Costeira	Universidade Estadual do Ceará (UECE)		
39. Grupo de Pesquisa Turismo Território e Cultura	Universidade Estadual do Ceará (UECE)		
40. Grupo de Pesquisa Turismo, Território e Cultura	Universidade Estadual do Ceará (UECE)		
41. Desenvolvimento, Planejamento e Turismo	Universidade Federal da Paraíba		
42. Grupo de Cultura e Estudos em Turismo	Universidade Federal da Paraíba		
43. LAESTUS - Laboratório de Estudos em Lazer, Esporte, Turismo e Sociedade	Universidade Federal da Paraíba		
44. COGITO	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)		
45. Observatório Econômico e Social do Turismo	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)		
46. Laboratório de Pesquisa	Universidade Federal de Pelotas		
47. A História da Hotelaria em Pelotas na Primeira Metade do Século XX	Universidade Federal de Pelotas (UFPel)		
48. A Pesquisa Acadêmica na Área de Turismo no Rio Grande do Sul no Período 2000-2010	Universidade Federal de Pelotas (UFPel)		
49. Competitividade Turística das Variáveis “Atrativos Turísticos” no Destino Pelotas/RS	Universidade Federal de Pelotas (UFPel)		
50. Espaços de Sociabilidade em Pelotas no Século XIX (1870-1899)	Universidade Federal de Pelotas (UFPel)		
51. Lagoas Costeiras II – Linha de Ação: Turismo	Universidade Federal de Pelotas (UFPel)		
52. O Estudo da Gastronomia das Etnias que Compõem o Legado Cultural de Pelotas e sua Inserção na Cadeia Produtiva do Turismo	Universidade Federal de Pelotas (UFPel)		
53. Produção Acadêmica em Turismo: Monografias do Curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal de Pelotas (2004 a 2011)	Universidade Federal de Pelotas (UFPel)		
54. Teatro Guarany: histórias e memórias	Universidade Federal de Pelotas (UFPel)		
55. Laboratório de Turismo, Ecologia e Meio Ambiente	Universidade Federal de Roraima (UERR)		
56. DemandaTur - Fatores Determinantes e	Universidade Federal de São		

Condicionantes da Demanda Turística	Carlos (UFSCar)		
57. Grupo de Pesquisa Gestão de Turismo e Hospitalidade	Universidade Federal de Sergipe		
58. Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Turismo – LEITur	Universidade Federal de Sergipe		
59. Laboratório de Planejamento e Organização de Eventos	Universidade Federal de Sergipe		
60. Labortur	Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)		
61. Planejamento, gestão e controle do desenvolvimento	Universidade Federal do Paraná		
62. Enoturismo, Cultura, Patrimônio do Vinho e Desenvolvimento	Universidade Federal do Paraná (UFPR)		
63. Obstur	Universidade Federal do Paraná (UFPR)		
64. Turismo e Sociedade	Universidade Federal do Paraná (UFPR)		
65. Turismo, Tecnologia, Informação, Comunicação e Conhecimento	Universidade Federal do Paraná (UFPR)		
66. Grupo de Pesquisa Espaço, Imagem e Turismo	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)		
67. Grupo de Pesquisa Transportes e o Turismo	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)		
68. INTERTUR - Pesquisas Interdisciplinares em Turismo e Cidades Turismo e Sociedade	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)		
69. Turismo, Ciências Sociais e Patrimônio	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)		
70. Turismo, Direito e Desenvolvimento	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)		
71. Base Interdisciplinar de Pesquisa em Turismo e Sociedade	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)		
72. Educação, Turismo e Hospitalidade	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)		
73. ESCRITUR - Estudos Críticos em Turismo	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)		
74. GEPPOT - Grupo de Pesquisa, planejamento e organização do turismo	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)		
75. Gestão, Turismo e Políticas Públicas – GEPOLISTUR	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)		
76. Grupo de Estudos em Gestão do Turismo	Universidade Federal do Rio		

	Grande do Norte (UFRN)		
77. Destinos Turísticos e Sustentabilidade	Universidade Federal dos Vale do Jequitinhonha e Mucuri		
78. Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	Universidade Potiguar		
79. Netur - Núcleo de Estudos Turísticos	Universidade Veiga de Almeida/UVA		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de pesquisa

Pode-se constatar que 14 (14,5%) desses centros de pesquisa possuem como temática central a Hospitalidade, 13 (13,5%) Turismo Geral, 10 (10,5%) Planejamento Turístico, 9 (9,37%) Outras áreas temáticas, 8 (8,33%) de Economia e Gestão, 8 (8,33%) de Patrimônio Cultural, 7 (7,29%) Ciências Sociais, 6 (6,25%) de Recursos Naturais (e Meio Ambiente), 5 (5,20%) de Educação (Formação Profissional), 4 (4,16%) de Entretenimento/Lazer, 4 (4,16%) de Gastronomia/Restauração, 4 (4,16%) de Serviços Turísticos, 2 (2,08%) de Eventos e 2 (2,08%) de Geografia. Nas áreas temáticas Ciências da Saúde e Esporte não foram encontrados centros de pesquisa ativos.

A distribuição dos centros de pesquisa pode ser vista no quadro que segue abaixo.

Tabela 5.2.gii Distribuição dos Centros de Pesquisa por IES, tipo e área temática.

Área temática	Instituição	Nome	Tipo (centro, grupo, comitê...)	Quantidade / Área temática	Principais feitos
Total	96 Centros de Pesquisa				
Ciências da Saúde	-	-	-	-	
Ciências Sociais	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pernambuco	Políticas Públicas do Turismo	Grupo	7	
	Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)	TES- Grupo: Turismo, Espaço e Sociedade	Grupo		
	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Observatório Econômico e Social do Turismo	Observatório		
	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	COGITO	Grupo		
	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Turismo e Sociedade	Grupo		
	Universidade Federal de Pelotas (UFPel)	Espaços de Sociabilidade em Pelotas no Século XIX (1870-1899).	Projeto de pesquisa		
	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Base Interdisciplinar de Pesquisa em Turismo e Sociedade	Grupo		
Economia e Gestão	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	DemandaTur - Fatores Determinantes e Condicionantes da Demanda Turística	Grupo	8	
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	Gestão do Turismo e da Hospitalidade nos Territórios	Grupo		
	Universidade Federal de Sergipe	Grupo de Pesquisa Gestão de Turismo e Hospitalidade	Grupo		
	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Gestão, Turismo e Políticas Públicas – GEPOLISTUR	Grupo		
	Universidade de Brasília (UNB)	Observatórios para o Turismo Sustentável	Observatório		
	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	Grupo de Pesquisa Gestão Organizacional e Pesquisa Quantitativa em Turismo – GOPTUq	Grupo		
	Universidade Federal de Pelotas (UFPel)	Competitividade Turística das Variáveis “Atrativos Turísticos” no Destino Pelotas/RS.	Projeto de pesquisa		
	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Grupo de Estudos em Gestão do Turismo	Grupo		
Entretenimento/ Lazer	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)	Grupo de Pesquisa em Lazer, Turismo e Trabalho - GEPLAT/UERN	Grupo	4	
	Universidade de São Paulo (USP)	GIEL/USP - Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer	Grupo		
	Universidade de São Paulo (USP)	Cultura e Arte no Lazer e Turismo	Grupo		
	Universidade Federal da Paraíba	LAESTUS - Laboratório de Estudos em Lazer, Esporte, Turismo e Sociedade	Laboratório		
Educação (formação profissional)	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	Hospitalidade, Turismo e Educação Profissional	Grupo	5	
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)	GECIT	Grupo		
	Universidade Caxias do Sul (UCS)	Turismo: Desenvolvimento Humano e Social, Linguagem e Processos Educacionais	Grupo		
	Instituto Federal de Educação, Ciência e	NETUS: Núcleos de Estudos em Educação, Turismo e	Núcleo de		

	Tecnologia do Tocantins (IFTO)	Sustentabilidade	pesquisa	
	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Educação, Turismo e Hospitalidade	Grupo	
Esportes	-	-	-	-
Eventos	Universidade Anhembi Morumbi	Mobilidade Corporativa na América Latina	Grupo	2
	Universidade Federal de Sergipe	Laboratório de Planejamento e Organização de Eventos	Laboratório	
Gastronomia e restauração	Universidade Anhembi Morumbi	Evolução da alimentação e da gastronomia no Brasil	Grupo	4
	Universidade do Estado da Bahia/UNEB	Laboratório de Alimentos e Bebidas (Cozinha e Restaurante Pedagógicos e Bar Pedagógicos)	Laboratório	
	Universidade do Vale do Itajaí/UNIVALI	A & B - Laboratório de Alimentos e Bebidas	Laboratório	
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	ICTA - Identidades Culturais, Turismo e Alimentos	Grupo	
Geografia	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	Grupo de Estudo em Geografia, História e Turismo	Grupo	2
	Universidade Anhembi Morumbi	Concentração e dispersão em São Paulo: os imigrantes entrados no pós-segunda guerra mundial – Observatório das Metrópoles	Grupo	
Hospitalidade	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas	Laboratório de Hospedagem	Laboratório	14
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília/IFB	Núcleo de Pesquisa em Turismo e Hospitalidade do IFB	Núcleo de pesquisa	
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina/IFSC	Núcleo de Estudos em Hospitalidade	Núcleo de pesquisa	
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	Turismo e Hospitalidade	Grupo	
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha/IFFarroupilha	Turismo e Hospitalidade	Grupo	
	Universidade Anhembi Morumbi	Hospitalidade em Turismo de Negócios e Turismo de Saúde	Grupo	
	Universidade Anhembi Morumbi	Práticas de hospitalidade	Grupo	
	Universidade Anhembi Morumbi	Hospitalidade Urbana	Grupo	
	Universidade Anhembi Morumbi	Espaços de Hospitalidade	Grupo	
	Universidade Anhembi Morumbi	Ensino e pesquisa em Hospitalidade e Turismo	Grupo	
	Universidade Anhembi Morumbi	A pesquisa brasileira em hospitalidade: análise temática e de conteúdo	Grupo	
	Universidade do Vale do Itajaí/UNIVALI	Laboratório de Hospedagem	Laboratório	
	Universidade Federal de Pelotas/UFPel	A História da Hotelaria em Pelotas na Primeira Metade do Século XX.	Projeto de pesquisa	
	Universidade de São Paulo/USP	Pesquisa, Educação e Atuação Profissional em Turismo e Hospitalidade	Grupo	
Patrimônio Cultural	Universidade Estadual do Ceará	Grupo de Pesquisa Turismo, Território e Cultura	Grupo	8
	Universidade Federal do Paraná/UFPR	Enoturismo, Cultura, Patrimônio do Vinho e Desenvolvimento	Grupo	
	Universidade Anhembi Morumbi	Requalificação do espaço: aspectos arquitetônicos, históricos e urbanísticos	Grupo	
	Universidade de São Paulo (USP)	Grupo de Pesquisa Memória, Patrimônio Cultural e Natural e Desenvolvimento Local	Grupo	

	Universidade Estadual do Ceará/UECE	Grupo de Pesquisa Turismo Território e Cultura	Grupo	
	Universidade Federal de Pelotas/UFPel	Teatro Guarany: histórias e memórias.	Projeto de pesquisa	
	Universidade Federal de Pelotas/UFPel	O Estudo da Gastronomia das Etnias que Compõem o Legado Cultural de Pelotas e sua Inserção na Cadeia Produtiva do Turismo.	Projeto de pesquisa	
	Universidade Federal da Paraíba	Grupo de Cultura e Estudos em Turismo	Grupo	
Planejamento do turismo	Universidade Anhembi Morumbi	Pesquisa científica em turismo: comunicação, produtividade e posicionamento – fase 2 (1990 a 2010)	Grupo	10
	Universidade Anhembi Morumbi	Laboratório de Planejamento Turístico e Geoprocessamento	Laboratório	
	Universidade Federal de Pelotas/UFPel	Lagoas Costeiras II – Linha de Ação: Turismo.	Projeto de pesquisa	
	Faculdade Cristo Rei	Núcleo de Planejamento Turístico	núcleo de pesquisa	
	Faculdade Educacional de Cornélio Procópio/FACED	Núcleo de Planejamento Turístico	Laboratório	
	Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN	GEPPOT - Grupo de Pesquisa, planejamento e organização do turismo	Grupo	
	Universidade do Vale do Itajaí/UNIVALI	PLAGET- Grupo: Planejamento do Destino Turístico	Grupo	
	Universidade de São Paulo/USP	Planejamento Territorial do Turismo	Grupo	
	Universidade Federal da Paraíba	Desenvolvimento, Planejamento e Turismo	Laboratório	
	Universidade Estadual do Ceará/UECE	Gestão Integrada da Zona Costeira	Grupo	
Recursos naturais e meio ambiente	Faculdade de Tecnologia do Ipiranga/FATECIPI	ENTRATRIVI	Projeto de Extensão	6
	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN	GOPQTu / Gestão e Planejamento Sustentável do Turismo	Grupo	
	Universidade Federal de Roraima/UERR	Laboratório de Turismo, Ecologia e Meio Ambiente	Laboratório	
	Universidade Federal do Paraná	Planejamento, gestão e controle do desenvolvimento sustentável do turismo	Grupo	
	Universidade Federal dos Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Destinos Turísticos e Sustentabilidade	Grupo	
	Universidade Potiguar	Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	Projeto de Extensão	
Serviços Turísticos	Universidade do Vale do Itajaí/UNIVALI	HOGAST- Grupo: Hotelaria, Gastronomia e Serviços Turísticos	Grupo	4
	Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ	Grupo de Pesquisa Transportes e o Turismo	Grupo	
	Universidade do Vale do Itajaí/UNIVALI	Acatu - Agência Acadêmica de Turismo	Projeto de Extensão	
	Universidade do Estado da Bahia/UNEB	Laboratório de Hospitalidade (Governança e Recepção)	Laboratório	
Turismo Geral	Centro Federal de Educação Tecnológica Suckow da Fonseca/CEFET-RJ	Laboratório de Turismo	Laboratório	13
	Faculdade Cenecista de Joinville/FACE-FCJ	LABTUR - Laboratório de Turismo	Laboratório	
	Faculdade Cuiabá/FAUC	Laboratório de Turismo - Labotur	Laboratório	
	Fundação Universidade Federal do Pampa/UNIPAMPA	Labotur	Laboratório	
	Universidade de Brasília/UNB	Centro de Excelência em Turismo (CET)	Centro	

	Universidade de Ensino Superior Dom Bosco/UNDB	UNDB Tur	Projeto de Extensão	
	Universidade Federal de Pelotas	Laboratório de Pesquisa	Laboratório	
	Universidade Federal de Pelotas/UFPel	A Pesquisa Acadêmica na Área de Turismo no Rio Grande do Sul no Período 2000-2010.	Projeto de pesquisa	
	Universidade Federal de Pelotas/UFPel	Produção Acadêmica em Turismo: Monografias do Curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal de Pelotas (2004 a 2011).	Projeto de pesquisa	
	Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ	Turismo, Ciências Sociais e Patrimônio	Grupo	
	Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN	ESCRITUR - Estudos Críticos em Turismo	Grupo	
	Universidade do Vale do Itajaí/UNIVALI	Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Comunicação, Turismo e Lazer	Centro	
	Universidade Veiga de Almeida/UVA	Netur - Núcleo de Estudos Turísticos	Núcleo de pesquisa	
Outros	Universidade de São Paulo/USP	Grupo de Pesquisa Avaliação Pedagógica Permanente em Relações Públicas, Propaganda e Turismo	Grupo	9
	Univerisdade Federal de Sergipe	Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Turismo – LEITur	Laboratório	
	Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ	Turismo, Direito e Desenvolvimento	Grupo	
	Universidade de São Paulo/USP	TCI - Turismo, Conhecimento e Inovação	Grupo	
	Universidade de São Paulo/USP	Turismo Internacional	Grupo	
	Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ	INTERTUR - Pesquisas Interdisciplinares em Turismo e Cidades Turismo e Sociedade	Grupo	
	Universidade Federal do Paraná/UFPR	Obstur	Observatório	
	Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ	Grupo de Pesquisa Espaço, Imagem e Turismo	Grupo	
	Universidade Federal do Paraná/UFPR	Turismo, Tecnologia, Informação, Comunicação e Conhecimento	Grupo	
Total				96

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

5.2.7 Existência de Publicação Periódica Científica em Turismo pelas IES

Na amostra das 370 Instituições de Ensino Superior ofertantes de cursos em turismo foi possível identificar 15 publicações periódicas, em 11 instituições, sendo 9 Universidades e 4 Não Universidades:

1. Centro Universitário FACEX (UNIFACEX) – Revista Carpe Diem;
2. Faculdade de Ciência e Tecnologia (FACITEC) – Revista Eletrônica de Turismo;
3. Faculdade de Ciências Humanas de Garça (FAHU) – Revista Científica Eletrônica de Turismo;
4. Faculdade São José – FSJ – Ciência Atual - Revista Científica Multidisciplinar da Faculdade São José;
5. Universidade de São Paulo – Turismo em Análise;
6. Universidade do Estado do Amazonas – Revista Arboré;
7. Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO) – Capital Científico;
8. Universidade Federal de Juiz de Fora – Revista ABET;
9. Universidade Federal de Pelotas – Revista Eletrônica de Administração e Turismo;
10. Universidade Federal do Paraná – Revista Eletrônica Turismo e Sociedade;
11. Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) – Revista Turismo: Visão e Ação;
12. Universidade Anhembi Morumbi – Revista Hospitalidade;
13. Universidade Anhembi Morumbi – Jornal do curso de Hotelaria - Info Express 2010;
14. Universidade Anhembi Morumbi – Jornal do Curso de Turismo: Highlight;
15. Universidade de Caxias do Sul – Revista Rosa dos Ventos;

Tabela 5.2.7.i Distribuição das publicações periódicas científicas de turismo das IES com oferta educacional em Turismo por IES, tipo e área temática.

Área temática	Instituição	Nome	Tipo (Científica, magazine...)	Quantidade / Área temática	Observações relevantes
Ciências da Saúde	-	-	-	-	-
Ciências Sociais	Universidade Federal do Paraná	Revista Eletrônica Turismo e Sociedade	Científica	1	-
Economia e Gestão	Universidade Federal de Pelotas (UFPel)	Revista Eletrônica de Administração e de Turismo	Científica	1	-
Educação (Formação Profissional)	-	-	-	-	-
Entretenimento/Lazer	-	-	-	-	-
Esportes	-	-	-	-	-
Eventos	-	-	-	-	-
Gastronomia/Restauração	-	-	-	-	-
Geografia	-	-	-	-	-
Hospitalidade	Universidade Anhembi Morumbi	Revista Hospitalidade	Científica	2	-
	Universidade Anhembi Morumbi	Jornal do curso de Hotelaria - Info Express 2010	Jornal do curso		-
Patrimônio Cultural	-	-	-	-	-
Planejamento Turístico	-	-	-	-	-
Recursos Naturais (e Meio Ambiente)	-	-	-	-	-
Serviços Turísticos	-	-	-	-	-
Turismo Geral	Faculdade de Ciência e Tecnologia (FACITEC)	Revista Eletrônica de Turismo	Científica	7	-
	Faculdade de Ciências Humanas de Garça (FAHU)	Revista Científica Eletrônica de Turismo	Científica		-
	Universidade de São Paulo (USP)	Revista Turismo em Análise	Científica		-
	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Revista Anais Brasileiros de Estudos Turísticos/ABET			-
	Universidade Caxias do Sul (UCS)	Rosa dos Ventos	Científica		-
	Universidade do Vale do Itajaí	Revista Turismo - Visão e Ação	Científica		-
	Universidade do Estado do Amazonas	Revista Arboré	Científica		-
Outros	Faculdade São José – FSJ	Ciência Atual - Revista Científica Multidisciplinar da Faculdade São José	Científica	4	-
	Universidade Estadual do Centro Oeste	Capital Científico	Científica		-

	(UNICENTRO)			
	Centro Universitário FACEX (UNIFACEX)	Revista Carpe Diem	Científica	-
	Universidade Anhembi Morumbi	Jornal do Curso de Turismo: Highlight	Jornal do curso	-
Total	15 publicações periódicas			

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

5.2.8 Outras Informações Relevantes:

- O levantamento das informações foi realizado entre os meses de junho e julho de 2015 e revisado em outubro de 2015.
- Não há discriminação detalhada do corpo docente das universidades.
- Dados sobre o curso, plano do curso estão ausentes em boa parte das universidades, desatualizados em outras e há muitas lacunas nas informações apresentadas nos sítios institucionais.

5.2.9 Considerações Provisórias

Em síntese, no Brasil foram identificadas 735 cursos de ensino superior em turismo. O estudo examinou as categorias graduação, graduação, pós-graduação (*latu sensu e strictu sensu*). Os cursos ofertados são vinculados a 370 instituições do país. Por sua vez, os cursos em turismo estão vinculados a 98 departamentos, e 36 desses cursos apresentam ênfase em áreas específicas. Vinculados às instituições de ensino superior foram encontrados 96 Centros de Pesquisa, e a estes 15 Revistas Acadêmicas regulares com publicação sobre os temas relacionados à área de estudos do turismo.

5.3 MÉXICO

5.3.1 Instituições de Ensino Superior: existência ou não de curso de turismo

No México foram encontradas **2.844 Instituições de Ensino Superior (IES)**⁸⁸, das quais 609 (21,41%) universidades e 2.235 (78,59%) não universidades, constituindo assim o universo a ser pesquisado neste país. Destas 2.844 constatou-se que 644 (22,64%) IES são públicas, dentre universidades, escolas, institutos. O restante das 2.200 (77,36%) IES são privadas.

Após a análise das informações disponíveis nos sítios eletrônicos de cada IES, observou-se **255 (8,96%) ofertam algum tipo de formação em turismo**, das quais 179

⁸⁸ Conforme dados disponíveis na plataforma da Secretaria de Educación Pública para a identificação das instituições de ensino superior públicas existentes no México e da plataforma de “Reconocimiento de Validez Oficial de Estudios Superiores Federales y Estatales” (SIRVOES) para a identificação das instituições de ensino superior privadas do país.

(70,20%) instituições são universidades e 76 (29,80%) não universidades. Dentre estas instituições identificadas 79 (30,98%) são públicas e 176 (69,02%) privadas.

Tabela 5.3.1i Total de IES do México e Total de IES com oferta educativa em turismo.

Educação Superior no México										
Total de IES no México (2.844)					Total de IES com cursos de Turismo (255)					
Universidade e (609)	Universidade (435)	Pub.	Priv.	Mix.	Universidade e (179)	Universidade (179)	Pub.	Priv.	Mix.	
		20	415	-			71	108	-	
	Universidade Tecnológica (174)	Pub.	Priv.	Mix.		Universidade Tecnológica (-)	Pub.	Priv.	Mix.	
		156	18	-			-	-	-	
Não-Universidade e (2.235)	Centro (630)	Pub.	Priv.	Mix.	Não-Universidade e (76)	Centro (25)	Pub.	Priv.	Mix.	
		47	583	-				-	25	-
	Colégio Técnico (3)	Pub.	Priv.	Mix.			Colégio Técnico (-)	Pub.	Priv.	Mix.
		-	3	-				-	-	-
	Fundação/Faculdade/Academia (16)	Pub.	Priv.	Mix.			Fundação/Faculdade/Academia (-)	Pub.	Priv.	Mix.
		2	14	-				-	-	-
Instituto (918)	Pub.	Priv.	Mix.		Instituto (40)	Pub.	Priv.	Mix.		
	177	741	-			7	33	-		
Outros tipos (668)	Pub.	Priv.	Mix.		Outros tipos (11)	Pub.	Priv.	Mix.		
	242	426	-			1	10	-		

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

5.3.2 Distribuição Espacial da Oferta Educativa em Turismo

Segundo a distribuição geográfica observa-se que o Estado de Veracruz concentra a maior quantidade de IES que oferecem educação superior em Turismo, com um total de 37 instituições, portanto, bem acima da média geral de 10,78 IES por estado⁸⁹. Por outro lado, o estado que possui oferta educacional em turismo mais restrita é Colima, com somente 1 instituição. Em posição intermediária tem-se o estado de Puebla, com 30 IES, seguido pelo de Chiapas e Tamaulipas, cada um deles com 25 e 24 instituições respectivamente. De forma geral, observa-se que cada estado conta com mais de uma instituição de nível superior que oferece algum curso de turismo, a exceção do estado de Colima.

⁸⁹ Considerando-se os 31 estados mais o distrito federal.

Assim, de forma geral, no caso do México, a maior concentração de IES com oferta educativa em turismo encontra-se na parte centro-sul do país, onde destacam-se os estados de Veracruz, Puebla, Chiapas, Yucatán e Quintana Roo, nos quais a atividade turística é uma das principais atividades econômicas.

5.3.3 Posição do Curso na Estrutura Organizacional

Das 255 IES que ofertam algum tipo de curso em turismo observou-se uma **vinculação explícita** à estrutura dessas instituições de ensino **em 106 delas (41,5%)**, ou seja, 149 (48,5%) cursos não estão vinculados a departamentos/institutos/escolas de uma área específica⁹⁰. Das 106 (31,37%), 49 (46,23%) em Economia e Gestão, 19 (17,92%) em Turismo Geral, 18 (16,98%) em Outras Áreas, 12 (11,32%) em Ciências Sociais, 4 (3,77%) em Gastronomia/Restauração, 2 (1,89%) em Recursos Naturais (e Meio Ambiente) e 2 (1,89%) em Hospitalidade. Não se identificaram IES que vinculam sua oferta educativa de turismo às áreas de Educação (Formação Profissional), Entretenimento/Lazer, Esportes, Eventos, Geografia, Patrimônio Cultural, Planejamento Turístico e Serviços Turísticos a nenhum curso.

Na Universidad Autónoma de Quintana Roo há dois cursos de graduação em turismo, um vinculado ao Departamento de Ciencias Económico Administrativas e outro a División de Desarrollo Sustentable, por isso computou-se 2 vezes sua vinculação organizacional, uma relativa a cada escola. Por outro lado, na mesma instituição existe mais de um curso ofertado, um de graduação e um de mestrado, por isso contabilizou-se apenas uma vez a vinculação à mesma posição organizacional.

Além disso, se presume que um mesmo departamento de uma mesma universidade pode vincular mais de um curso, como é o caso da Universidad Autónoma de Querétaro, que oferta os cursos de Licenciatura en Gestión del Turismo Cultural y Natural y Licenciatura en Negocios Turísticos, vinculados a Facultad de Contaduría y Administración, enquanto a Licenciatura en Gastronomía está vinculada a Facultad de Filosofía. Por outro lado, pode haver instituições que não atribuem, ao menos nas informações coletadas em seus sítios institucionais, uma vinculação específica ao curso de turismo ofertado, como é o caso da Universidad Intercultural de Chiapas.

⁹⁰ Neste caso, durante a investigação se identificou que a maioria das instituições que oferecem algum curso em turismo não menciona em sua página na internet a vinculação institucional ou não se incorpora a um departamento específico.

No caso das 179 universidades que ofertam cursos em turismo, foram identificados 90 departamentos ofertantes, nesses casos os cursos em turismo estão vinculados de forma explícita a um departamento específico. Destes departamentos, 44 (48,89%) em Economia e Gestão, 15 (16,67%) em Turismo Geral, 12 (13,33%) em Ciências Sociais, 11 (12,22%) em Outras Áreas, 4 (4,44%) em Gastronomia/Restauração, 2 (2,22%) em Hospitalidade, 2 (2,22%) em Recursos Naturais (e Meio Ambiente). Não foram identificados departamentos vinculados às áreas de Educação (Formação profissional), Entretenimento/Lazer, Esportes, Eventos, Geografia, Patrimônio Cultural, Planejamento Turístico, Serviço e Turístico.

Quanto às 76 IES não-universidades que ofertam cursos de turismo identificou-se a localização institucional destes em 16 departamentos, dos quais 7 (43,75%) em Outras Áreas Temáticas, 5 (31,25%) em Economia e Gestão e 4 (25%) em Turismo Geral. Não foram encontrados vínculos explícitos as áreas de Ciências Sociais, Educação (Formação Profissional), Entretenimento/Lazer, Esportes, Eventos, Gastronomia/Restauração, Geografia, Hospitalidade, Patrimônio Cultural, Planejamento Turístico, Recursos Naturais (e Meio Ambiente) e Serviço Turístico.

Tabela 5.3.3i Distribuição da oferta educativa segundo sua vinculação a estrutura organizacional e a áreas temáticas.

Área temática	Vinculação a Estrutura Organizacional					
	Universidades		Não- Universidades		Geral	
	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área
Ciências Sociais	12	13,33%	-	-	12	11,32%
Economia e Gestão	44	48,89%	5	31,25%	49	46,23%
Educação (Formação Profissional)	-	-	-	-	-	-
Entretenimento/Lazer	-	-	-	-	-	-
Esportes	-	-	-	-	-	-
Eventos	-	-	-	-	-	-
Gastronomia/Restauração	4	4,44%	-	-	4	3,77%
Geografia	-	-	-	-	-	-
Hospitalidade	2	2,22%	-	-	2	1,89%
Patrimônio Cultural	-	-	-	-	-	-
Planejamento Turístico	-	-	-	-	-	-
Recursos Naturais (e Meio Ambiente)	2	2,22%	-	-	2	1,89%
Serviços Turísticos	-	-	-	-	-	-
Turismo Geral	15	16,67%	4	25%	19	17,92%
Outros	11	12,22%	7	43,75%	18	16,98%
Total	90	100%	16	100%	106	100%

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Como se pode constatar, em geral, há um amplo predomínio de cursos vinculados às áreas (departamentos, faculdades, escolas ou institutos) de Economia e Gestão (46,23%), seguido pela vinculação institucional dos cursos nas áreas de Turismo Geral e Outras Áreas Temáticas que juntas representam 34,9% da vinculação institucional dos cursos do país. A área de Ciências Sociais agrega 11,32% da oferta identificada, enquanto Gastronomia/Restauração, Hospitalidade e Recursos Naturais (e Meio Ambiente) representam apenas 7,54% da vinculação a oferta de formação em turismo nas IES do México.

5.3.4 Oferta Educacional de Cursos de Turismo

A partir das 255 instituições que ofertam cursos de turismo, foram identificados e classificados os cursos em modalidades e áreas. Em princípio, cada IES pode ofertar mais de um curso, motivo pelo qual constatou-se, ao final, **a oferta existente de 507 cursos de turismo** no total das IES identificadas. Desses 507 cursos identificados observou-se a seguinte distribuição entre as categorias de classificação identificadas, por 3 tipos distintos: **graduação** (técnico superior, tecnólogo, licenciatura, bacharelado e outros); **pós-graduação** (*lato sensu*, sendo estes de especialização ou MBA, e *strictu sensu*, subdivididos em mestrado e doutorado); **outros** (que engloba as modalidades de extensão, cursos de curta duração e ensino à distância).

No conjunto foram encontrados **406 (79,92%)** cursos de **graduação**. Dessa oferta total foram identificados **57 cursos técnicos superiores**⁹¹ (50 deles em universidades e 7 em não-universidades), sendo 23 (40,35%) em Turismo Geral, 20 (35,09%) em Gastronomia/Restauração, 6 (10,53%) em Economia e Gestão, 3 (5,26%) em Recursos Naturais (e Meio Ambiente), 2 (3,51%) em Hospitalidade, 2 (3,51%) em Serviços Turísticos e 1 (1,75%) em Outra Áreas. Não se identificou oferta em Ciências Sociais, Educação (Formação Profissional), Entretenimento/Lazer, Esportes, Eventos, Geografia, Patrimônio Cultural e Planejamento Turístico.

No que corresponde a graduação dos tipos **licenciatura, bacharelado, tecnológico**⁹² foram encontrados **349 cursos** (255 deles em universidades e 94 em não-universidades), sendo 128 (36,68%) em Economia e Gestão, 94 (26,93%) em Turismo

⁹¹ Aproximadamente dois em anos de duração.

⁹² De 3 a 5 anos de duração aproximadamente.

Geral, 69 (19,77%) em Gastronomia/Restauração. Além disso foram encontrados 18 (5,16%) cursos em Planejamento Turístico, 14 (4,01%) em Recursos Naturais (e Meio Ambiente), 10 (2,87%) em Hospitalidade, 10 (2,87%) em Outras Áreas⁹³, 3 (0,86%) em Serviços Turísticos, bem como 1 (0,29%) em Entretenimento/Lazer, 1 (0,29%) em Eventos e 1 (0,29%) em Patrimônio Cultural.

Portanto, neste nível se observa que no conjunto dos cursos de graduação a oferta dos cursos de turismo do México se concentra nas áreas de 134 (33%) em Economia e Gestão (134 cursos), Turismo Geral (117 cursos) e Gastronomia/Restauração (89 cursos), que juntos correspondem a 340 (83,74%) dos cursos deste nível. A formação em Planejamento Turístico (18 cursos), Recursos Naturais (e Meio Ambiente) (17 cursos), Hospitalidade (12 cursos), Outras Áreas (11 cursos), Serviços Turísticos (5 cursos), Entretenimento/Lazer, Eventos e Patrimônio (1 curso em cada área) representam no somatório 16,25% da oferta de cursos técnicos e de graduação em turismo do país. Não foram identificados nenhum curso no nível de graduação nas áreas de Ciências Sociais, Educação (Formação profissional), Esportes e Geografia.

Especificamente nas universidades foram identificados 97 (31,8%) cursos em Economia e Gestão, 77(25,25%) cursos em Turismo Geral, 71(23,28%) em Gastronomia/Restauração, 18(5,9%) em Planejamento Turístico, 15(4,92%) em Recursos Naturais e Meio Ambiente, 12 (3,93%) em Hospitalidade, 10 (3,28%) em Outras Áreas, 3 (0,98%) em Serviço Turístico, 1(0,33%) em Entretenimento/Lazer e 1 (0,33%) em Patrimônio Cultural. Não foram identificados cursos de graduação nas áreas de Ciências Sociais, Educação (Formação profissional), Esportes, Eventos e Geografia.

Nas não universidades observou-se que 40 (39,6%) dos cursos de graduação estão na área de Turismo Geral, 37 (36,63%) de Economia e Gestão, 18 (17,82%) de Gastronomia/Restauração, 2 (1,98%) de Recursos Naturais (e Meio Ambiente), 2 (1,98%) de Serviço Turístico, 1 (0,99%) de Eventos e 1 (0,99%) de Outras Áreas. Não foram identificados cursos nas áreas de Ciências Sociais, Educação (Formação Profissional), Entretenimento/Lazer, Esportes, Geografia, Hospitalidade, Patrimônio Cultural e Planejamento Turístico.

⁹³ Cursos que não se enquadravam na lista de categorias analíticas previamente definida, com base em estudos anteriores.

A tabela abaixo sintetiza a distribuição amostral dos 406 cursos de **graduação**, levantados, segundo sua classificação temática.

Tabela 5.3.4i Distribuição dos cursos de graduação por áreas temáticas.

Área temática	Graduação					
	Universidades		Não- Universidades		Geral	
	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área
Ciências Sociais	-	-	-	-	-	-
Economia e Gestão	97	31,8%	37	36,63%	134	33%
Educação (Formação Profissional)	-	-	-	-	-	-
Entretenimento/Lazer	1	0,33%	-	-	1	0,25%
Esportes	-	-	-	-	-	-
Eventos	-	-	1	0,99%	1	0,25%
Gastronomia/Restauração	71	23,28%	18	17,82%	89	21,92%
Geografia	-	-	-	-	-	-
Hospitalidade	12	3,93%	-	-	12	2,96%
Patrimônio Cultural	1	0,33%	-	-	1	0,25%
Planejamento Turístico	18	5,90%	-	-	18	4,43%
Recursos Naturais (e Meio Ambiente)	15	4,92%	2	1,98%	17	4,19%
Serviços Turísticos	3	0,98%	2	1,98%	5	1,23%
Turismo Geral	77	25,25%	40	39,6%	117	28,82%
Outros	10	3,28%	1	0,99%	11	2,71%
Total	305	100%	101	100%	406	100%

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

A oferta existente em nível de **pós-graduação** engloba os cursos de *lato sensu* (35 cursos) e *strictu sensu* (41 cursos), sendo estes subdivididos em mestrado (36 cursos) e doutorado (5 cursos).

No subitem cursos de pós-graduação de *lato sensu*, em especialização/MBA, encontraram-se no total 35 cursos (todos Especializações e nenhum MBA), sendo 11 (31,43%) em Economia e Gestão, 7 (20%) em Gastronomia/Restauração, 5 (14,29%) em Eventos, 4 (11,43%) em Outros, 3 (8,57%) em Serviços Turísticos, 2 (5,71%) em Hospitalidade, 2 (5,71%) em Turismo Geral e 1 (2,86%) em Planejamento Turístico. Não foram identificados cursos nas áreas de Ciências Sociais, Educação (Formação Profissional), Entretenimento/Lazer, Esportes, Geografia, Patrimônio Cultural, e Recursos Naturais (e Meio Ambiente).

Especificamente, 24 cursos pós-graduação de *lato sensu* foram identificados nas universidades, sendo 10 (41,67%) cursos em Economia e Gestão, 5 (20,83%) em

Gastronomia/Restauração, 3 (12,5%) em Outras Áreas, 2 (8,33%) em Eventos, 2 (8,33%) em Serviços Turísticos, 1 (4,17%) em Planejamento Turístico. Não se identificou cursos de pós-graduação de *lato sensu* nas universidades nas áreas de Ciências Sociais, Educação (Formação Profissional), Entretenimento/Lazer, Esportes, Eventos, Geografia, Hospitalidade, Patrimônio Cultural e Recursos Naturais (e Meio Ambiente).

Quanto às não-universidades foram encontrados 11 cursos *lato sensu*, sendo 3 (27,27%) em Eventos, 2 (18,18%) em Gastronomia/Restauração, 2 (18,18%) em Hospitalidade, 1 (9,09%) em Economia e Gestão, 1 (9,09%) em Serviço Turístico, 1 (9,09%) em Turismo Geral, 1 (9,09%) em Outras Áreas. Não se identificou cursos ligados às áreas de Ciências Sociais, Educação (Formação Profissional), Entretenimento/Lazer, Esportes, Geografia, Patrimônio Cultural, Planejamento Turístico e Recursos Naturais (e Meio Ambiente).

Tabela 5.3.4ii Distribuição dos cursos de pós-graduação lato sensu por áreas temáticas.

Área temática	Especialização/MBA					
	Universidades		Não- Universidades		Geral	
	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área
Ciências Sociais	-	-	-	-	-	-
Economia e Gestão	10	41,67%	1	9,09%	11	31,43%
Educação (Formação Profissional)	-	-	-	-	-	-
Entretenimento/Lazer	-	-	-	-	-	-
Esportes	-	-	-	-	-	-
Eventos	2	8,33%	3	27,27%	5	14,29%
Gastronomia/Restauração	5	20,83%	2	18,18%	7	20%
Geografia	-	-	-	-	-	-
Hospitalidade	-	-	2	18,18%	2	5,71%
Patrimônio Cultural	-	-	-	-	-	-
Planejamento Turístico	1	4,17%	-	-	1	2,86%
Recursos Naturais (e Meio Ambiente)	-	-	-	-	-	-
Serviços Turísticos	2	8,33%	1	9,09%	3	8,57%
Turismo Geral	1	4,17%	1	9,09%	2	5,71%
Outros	3	12,5%	1	9,09%	4	11,43%
Total	24	100%	11	100%	35	100%

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

No conjunto das IES pesquisadas foram identificados 41 cursos de *strictu sensu*, sendo 36 em nível de mestrado⁹⁴ e 5 de doutorado. Dos cursos de mestrado, 29 são oferecidos em universidades e 7 em não-universidades, dentre os quais 18 (50%) em Economia e Gestão, 8 (22,22%) em Planejamento Turístico, 4 (11,11%) em Recursos Naturais (e Meio Ambiente) e 3 (8,33%) em Turismo Geral. Não foram identificados cursos ligados às áreas de Ciências Sociais, Educação (Formação Profissional), Entretenimento/Lazer, Esportes, Eventos, Geografia, Hospitalidade, Patrimônio Cultural, Serviços Turísticos e Outras Áreas.

Tabela 5.3.4iii Distribuição dos cursos de pós-graduação *strictu sensu* (mestrado) por áreas temáticas.

Área temática	Mestrado					
	Universidades		Não- Universidades		Geral	
	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área
Ciências Sociais	-	-	-	-	-	-
Economia e Gestão	13	44,83%	5	71,43%	18	50%
Educação (Formação Profissional)	-	-	-	-	-	-
Entretenimento/Lazer	-	-	-	-	-	-
Esportes	-	-	-	-	-	-
Eventos	-	-	-	-	-	-
Gastronomia/Restauração	3	10,34%	-	-	3	8,33%
Geografia	-	-	-	-	-	-
Hospitalidade	-	-	-	-	-	-
Patrimônio Cultural	-	-	-	-	-	-
Planejamento Turístico	6	20,69%	2	28,57%	8	22,22%
Recursos Naturais (e Meio Ambiente)	4	13,79%	-	-	4	11,11%
Serviços Turísticos	-	-	-	-	-	-
Turismo Geral	3	10,34%	-	-	3	8,33%
Outros	-	-	-	-	-	-
Total	29	100%	7	100%	36	100%

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

No nível de doutorado identificou-se um total de 5 cursos sendo todos ofertados em universidades, 2 (40%) em Recursos Naturais (e Meio Ambiente) (), 2 (40%) em Turismo Geral e 1 (20%) em Economia e Gestão. Não foram identificados cursos ligados às áreas de Ciências Sociais, Educação (Formação Profissional), Entretenimento/Lazer, Esportes, Eventos, Gastronomia/Restauração, Geografia,

⁹⁴ Apesar de ter sido identificado o curso de Mestrado em Cultura e Turismo ofertado, vinculado ao Departamento de Economia da Universidade Estadual de Santa Cruz, não foi contabilizado por não ter sido encontrada informação sobre processos seletivos desde o ano de 2011.

Hospitalidade, Patrimônio Cultural, Planejamento Turístico, Serviços Turísticos e Outras áreas.

Tabela 5.3.4iv Distribuição dos cursos de pós-graduação *strictu sensu* (doutorado) por áreas temáticas.

Área temática	Doutorado					
	Universidades		Não-Universidades		Geral	
	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área
Ciências Sociais	-	-	-	-	-	-
Economia e Gestão	1	20%	-	-	1	20%
Educação (Formação Profissional)	-	-	-	-	-	-
Entretenimento/Lazer	-	-	-	-	-	-
Esportes	-	-	-	-	-	-
Eventos	-	-	-	-	-	-
Gastronomia/Restauração	-	-	-	-	-	-
Geografia	-	-	-	-	-	-
Hospitalidade	-	-	-	-	-	-
Patrimônio Cultural	-	-	-	-	-	-
Planejamento Turístico	-	-	-	-	-	-
Recursos Naturais (e Meio Ambiente)	2	40%	-	-	2	40%
Serviços Turísticos	-	-	-	-	-	-
Turismo Geral	2	40%	-	-	2	40%
Outros	-	-	-	-	-	-
Total	5	100%	-	-	5	100%

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Na terceira subcategoria, **outros** cursos, identificou-se a existência de 17 cursos na modalidade *online* e 8 cursos na modalidade formação complementar⁹⁵.

Dos cursos 17 *online*, 10 (58,82%) são em Economia e Gestão, 3 (17,65%) em Turismo Geral, 1(5,88%) em Educação (Formação Profissional), 1(5,88%) em Eventos, 1(5,88%) em Gastronomia/Restauração e 1 (5,88%) em Recursos Naturais (e Meio Ambiente). Não foram encontrados cursos nesta modalidade nas áreas de Ciências Sociais, Entretenimento/Lazer, Esportes, Geografia, Hospitalidade, Patrimônio Cultural, Serviço Turístico e Outras Áreas.

Nas universidades foram encontrados 10 cursos, 7 (70%) em Economia e Gestão, 2 (20%) em Turismo Geral e 1 (10%) Educação (Formação Profissional). Não

⁹⁵ Por formação complementar foram agregados os cursos de curta duração (até 12 meses) e também os projetos de extensão, que proporcionam uma formação voltada a atividades práticas em projetos temporários e que possuem o objetivo de oferecer a oportunidade ao aluno de colocar em prática os conteúdos curriculares dos cursos em turismo, fundamentalmente relacionados às disciplinas que envolvem as áreas temáticas de serviços turísticos e hospitalidade.

foram identificados cursos nas áreas de Ciências Sociais, Entretenimento/Lazer, Esportes, Eventos, Gastronomia/Restauração, Geografia, Hospitalidade, Patrimônio Cultural, Planejamento Turístico, Recursos Naturais (e Meio Ambiente), Serviço Turístico e em Outras Áreas.

No que corresponde às não universidades, foram encontrados 7 cursos, sendo 3 (42,86%) em Economia e Gestão, 1 (14,29%) em Eventos, 1 (14,29%) em Gastronomia/Restauração, 1 (14,29%) em Recursos Naturais (e Meio Ambiente) e 1 (14,29%) em Turismo Geral. Não foram identificados cursos ligados às áreas de Ciências Sociais, Educação (Formação Profissional), Entretenimento/Lazer, Esportes, Geografia, Hospitalidade, Patrimônio Cultural, Planejamento Turístico, Serviço Turístico e em Outras Áreas.

Tabela 5.3.4v Distribuição da categoria “outros cursos”, subitem “online” por áreas temáticas.

Área temática	Online					
	Universidades		Não- Universidades		Geral	
	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área
Ciências Sociais	-	-	-	-	-	-
Economia e Gestão	7	70%	3	42,86%	10	58,82%
Educação (Formação Profissional)	1	10%	-	-	1	5,88%
Entretenimento/Lazer	-	-	-	-	-	-
Esportes	-	-	-	-	-	-
Eventos	-	-	1	14,29%	1	5,88%
Gastronomia/Restauração	-	-	1	14,29%	1	5,88%
Geografia	-	-	-	-	-	-
Hospitalidade	-	-	-	-	-	-
Patrimônio Cultural	-	-	-	-	-	-
Planejamento Turístico	-	-	-	-	-	-
Recursos Naturais (e Meio Ambiente)	-	-	1	14,29%	1	5,88%
Serviços Turísticos	-	-	-	-	-	-
Turismo Geral	2	20%	1	14,29%	3	17,65%
Outros	-	-	-	-	-	-
Total	10	100%	7	1	17	100%

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Dos 8 cursos de formação complementar todos são ofertados por universidades, sendo 3 (37,5%) em Gastronomia/Restauração, 3 (37,5%) em Serviço Turístico, 1 (12,5%) em Eventos e 1 (12,5%) em Recursos Naturais (e Meio Ambiente). Não foram encontrados cursos na modalidade de formação complementar nas áreas de Ciências

Sociais, Economia e Gestão, Educação (Formação Complementar), Entretenimento/Lazer, Esportes, Geografia, Hospitalidade, Patrimônio Cultural, Planejamento Turístico, Turismo Geral e Outras Áreas.

Tabela 5.3.4vi Distribuição dos cursos de formação complementar (extensão) por áreas temáticas.

Área temática	Formação Complementar					
	Universidades		Não- Universidades		Geral	
	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área
Ciências Sociais	-	-	-	-	-	-
Economia e Gestão	-	-	-	-	-	-
Educação (Formação Profissional)	-	-	-	-	-	-
Entretenimento/Lazer	-	-	-	-	-	-
Esportes	-	-	-	-	-	-
Eventos	1	12,5%	-	-	1	12,5%
Gastronomia/Restauração	3	37,5%	-	-	3	37,5%
Geografia	-	-	-	-	-	-
Hospitalidade	-	-	-	-	-	-
Patrimônio Cultural	-	-	-	-	-	-
Planejamento Turístico	-	-	-	-	-	-
Recursos Naturais (e Meio Ambiente)	1	12,5%	-	-	1	12,5%
Serviços Turísticos	3	37,5%	-	-	3	37,5%
Turismo Geral	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Total	8	100%	-	-	8	100%

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

A tabela 5.3.4vii sintetiza a distribuição amostral dos cursos levantamentos, em relação à sua composição em termos de oferta temática e também dos tipos e subtipos de modalidade e nível de curso.

Tabela 5.3.4vii Distribuição da Oferta Educativa em Turismo das Instituições de Ensino Superior do México, por tipo (modalidade de ensino), nível e área

Área temática	Graduação						Pós-graduação						Outros						
	Graduação			<i>Lato sensu</i>			<i>Strictu sensu</i>			Cursos de extensão			Cursos à distância						
				Especialização / MBA			Mestrado			Doutorado									
Subtotal	406	% em 406	% em 507	35	% em 35	% em 507	36	% em 36	% em 507	5	% em 5	% em 507	8	% em 8	% em 507	17	% em 17	% em 507	
Ciências Sociais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Economia e Gestão	134	33%	26,43%	11	31,43%	2,17%	18	50%	3,55%	1	20,00%	0,20%	-	-	-	10	58,82%	1,97%	
Educação (Formação de Professores)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5,88%	0,2%	
Entretenimento/Lazer	1	0,25%	0,2%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Esportes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Eventos	1	0,25%	0,2%	5	14,29%	0,99%	-	-	-	-	-	-	1	12,5%	0,2%	1	5,88%	0,2%	
Gastronomia/Restauração	89	21,92%	17,55%	7	20,00%	1,38%	3	8,33%	0,59%	-	-	-	3	37,5%	0,59%	1	5,88%	0,2%	
Geografia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Hospitalidade	12	2,96%	2,37%	2	5,71%	0,39%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Patrimônio Cultural	1	0,25%	0,2%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Planejamento Turístico	18	4,43%	3,55%	1	2,86%	0,20%	8	22,22%	1,58%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos Naturais (e Meio Ambiente)	17	4,19%	3,35%	-	-	-	4	11,11%	0,79%	2	40,00%	0,39%	1	12,5%	0,2%	1	5,88%	0,2%	
Serviço Turístico	5	1,23%	0,99%	3	8,57%	0,59%	-	-	-	-	-	-	3	37,5%	0,59%	-	-	-	
Turismo Geral	117	28,82%	23,08%	2	5,71%	0,39%	3	8,33%	0,59%	2	40,00%	0,39%	-	-	-	3	17,65%	0,59%	
Outros	11	2,71%	2,17%	4	11,43%	0,79%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total	507 cursos																		

temática.

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa

5.3.5 Ênfase dos Cursos

Agrupando os cursos ofertados por ênfases foram encontradas **128 no total**, das 255 IES em turismo, independente do tipo/nível de cursos ofertados. Predominam os cursos voltados para Hospitalidade, 44 (34,38%), seguidos por 19 (14,84%) em Recursos Naturais (e Meio Ambiente), 18 (14,06%) em Gastronomia/Restauração e 17 (13,28%) em Economia e Gestão. Também se observou 8 (6,25%) dos cursos com ênfase em Planejamento Turístico, 7 (5,47%) em Turismo Geral, 6 (4,69%) em Outras Áreas, 5 (3,91%) em Serviços Turísticos, 3 (2,34%) em Eventos e 1 (0,78%) em Patrimônio Cultural. Não foram identificadas ênfases em Ciências Sociais, Educação (Formação profissional), Entretenimento/Lazer, Esportes e Geografia.

No conjunto de universidades foram encontradas 104 ênfases, sendo 37 (35,58%) em Hospitalidade, 15 (14,42%) em Economia e Gestão, 15 (14,42%) em Gastronomia/Restauração, 15 (14,42%) em Recursos Naturais (e Meio Ambiente), 8 (7,69%) em Planejamento Turístico, 4 (3,85%) em Serviços Turísticos, 4 (3,85%) em Turismo Geral, 3 (2,88%) em Outras Áreas, 2 (1,92%) em Eventos e 1 (0,96%) em Patrimônio Cultural. Não foram observadas ênfases em Ciências Sociais, Educação (Formação Profissional), Entretenimento/ Lazer, Esportes e Geografia.

Nas não-universidades foram encontradas 24 ênfases, sendo 7 (29,17%) em Hospitalidade, 4(16,67%) em Recursos Naturais (e Meio Ambiente), 3 (12,5%) em Gastronomia/Restauração, 3 (12,5%) em Turismo Geral, 3 (12,5%) em em Outras Áreas, 2 (8,33%) em m Economia e Gestão, 1 (4,17%) em Eventos, 1 (4,17%) em Serviços Turísticos. Não foram observadas ênfases em Ciências Sociais, Educação (Formação Profissional), Entretenimento/Lazer, Esportes, Geografia, Patrimônio Cultural e Planejamento Turístico.

Tabela 5.3.5i Distribuição dos cursos segundo suas ênfases e por áreas temáticas.

Área temática	Ênfases					
	Universidades		Não-Universidades		Geral	
	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área	Números Absolutos	% em relação ao total da área
Ciências Sociais	-	-	-	-	-	-
Economia e Gestão	15	14,42%	2	8,33%	17	13,28%
Educação (Formação Profissional)	-	-	-	-	-	-
Entretenimento/Lazer	-	-	-	-	-	-
Esportes	-	-	-	-	-	-

Eventos	2	1,92%	1	4,17%	3	2,34%
Gastronomia/Restauração	15	14,42%	3	12,50%	18	14,06%
Geografia	-	-	-	-	-	-
Hospitalidade	37	35,58%	7	29,17%	44	34,38%
Patrimônio Cultural	1	0,96%	-	-	1	0,78%
Planejamento Turístico	8	7,69%	-	-	8	6,25%
Recursos Naturais (e Meio Ambiente)	15	14,42%	4	16,67%	19	14,84%
Serviços Turísticos	4	3,85%	1	4,17%	5	3,91%
Turismo Geral	4	3,85%	3	12,5%	7	5,47%
Outros	3	2,88%	3	12,5%	6	4,69%
Total	104	100%	24	100%	128	100%

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

5.3.6 Existência de Órgão Formal Dedicado à Pesquisa em Turismo

Foi possível identificar a existência de 6 centros de pesquisa⁹⁶, com temáticas variadas, os quais estavam concentrados em apenas 4 (1,56%) instituições da amostra estudada, das quais todas são universidades, sendo eles:

- 1) Centro de Estudios para el Desarrollo Sustentable Turístico (CEDESTUR), (com ênfase em Ciências Sociais) vinculado a Universidad de Guadalajara;
- 2) Centro de Innovación y Desarrollo del Turismo (CIDETUR), (com ênfase em economia e gestão) vinculado a Universidad Autónoma de Quintana Roo;
- 3) Centro de Investigación y Estudios Turísticos (CIETUR), (com ênfase em Turismo Geral) vinculado a Universidad Autónoma del Estado de México;
- 4) Instituto de Turismo, (com ênfase em planejamento turístico) vinculado a Universidad del Mar;
- 5) Observatorio del Turismo, (com ênfase em economia e gestão) vinculado a Universidad Autónoma de Quintana Roo;
- 6) Red de Investigadores de Turismo Alternativo (RITA), (com ênfase em Recursos Naturais e Meio Ambiente) vinculado a Universidad Autónoma de Quintana Roo.

Observou-se que dos 6 centros de pesquisa encontrados, 2 se posicionam na área de Economia e Gestão, 1 na área de Ciências Sociais, 1 na área de Planejamento, 1 na área de Recursos Naturais (e Meio Ambiente) e 1 na área de Turismo Geral.

⁹⁶ Por centro de pesquisa foi considerado Centros, Observatórios, Laboratórios, Núcleos de Pesquisa e Grupo de Pesquisa.

Tabela 5.3.6i Distribuição dos Centros de Pesquisa, por universidades vinculadas e área temática.

Área temática	Instituição	Nome	Tipo (centro, grupo, comitê...)	Quantidade / Área temática	Principais feitos
Ciências Sociais	Universidad de Guadalajara	Centro de Estudios para el Desarrollo Sustentable Turístico (CEDESTUR)	Centro	1	-
Economia e Gestão	Universidad Autónoma de Quintana Roo	Centro de Innovación y Desarrollo del Turismo (CIDETUR)	Centro	2	-
	Universidad Autónoma de Quintana Roo	Observatorio del Turismo	Observatório		-
Educação (Formação Profissional)	-	-	-	-	-
Entretenimento/lazer	-	-	-	-	-
Esportes	-	-	-	-	-
Eventos	-	-	-	-	-
Gastronomia/Restauração	-	-	-	-	-
Geografia	-	-	-	-	-
Hospitalidade	-	-	-	-	-
Patrimônio Cultural	-	-	-	-	-
Planejamento Turístico	Universidad del Mar	Instituto de Turismo	Instituto	1	-
Recursos naturais e meio ambiente	Universidad Autónoma de Quintana Roo	Red de Investigadores de Turismo Alternativo (RITA)	Grupo	1	-
Serviços Turísticos	-	-	-	-	-
Turismo Geral	Universidad Autónoma del Estado de México	Centro de Investigación y Estudios Turísticos (CIETUR)	Centro	1	-
Outros	-	-	-	-	-
TOTAL	6 CENTROS DE PESQUISA				

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

5.3.7 Existência de Publicação Periódica Científica em Turismo pela IES

Na amostra das 255 Instituições de Ensino Superior ofertantes de cursos de turismo foi possível identificar 4 publicações periódicas específicas em turismo, em 3 instituições, sendo todas da categoria Universidades:

- 1) Revista Teoría y Praxis, com publicação semestral, vinculado a Universidad Autónoma de Quintana Roo;
- 2) El Periplo Sustentable, vinculado a Universidad Autónoma del Estado de México;
- 3) Revista Conexión de Hospitalidad y Gastronomía, Universidad de Valladolid.

Todavía não foram contabilizadas as publicações que não tem caráter científico, ou não são publicadas por uma IES, conforme o escopo metodológico adotado como procedimento de pesquisa para possibilitar homogeneidade e comparação entre os países, como nos casos

- 1) Boletín Informativo Turístico, publicado pela Universidad de Guanajuato, que informa sobre temas relacionados ao turismo na região.
- 2) Boletín Turístico de Cancún, publicado Departamento de Turismo Sustentable, Hotelería y Gastronomía da Universidad del Caribe em conjunto com a Asociación de Hoteles de Cancún, cujo foco é a apresentação de dados estatísticos sobre o turismo em Cancún.
- 3) Revista CESSA Investiga, Trabajos del Centro de Investigación, vinculado a CESSA Universidad, se trata de um meio de divulgação de investigações apenas provenientes desta IES, ou seja, não recebe submissões externas.
- 4) Culinaria. Revista virtual especializada en Gastronomía, vinculada a Universidad Autónoma del Estado de México, que não apresenta caráter científico;
- 5) No âmbito do setor público destaca-se a existência das publicações do Sistema Nacional de la Información Estadística del Sector Turismo de México (DATATUR), vinculado a SECTUR (Secretaría de Turismo), como o Compendio Estadístico del Turismo en México e Documentos de Investigación

Estadística y Económica, com enfoque nas estatísticas do turismo nacional e internacional do México.

Portanto, foi considerado para esta análise o total de 3 publicações científicas que possuem como escopo central o tema do turismo publicadas por instituições de ensino superior.

Tabela 5.3.7i Distribuição das publicações periódicas científicas de turismo das IES com Oferta Educativa em Turismo por universidade, tipo e área temática.

Área temática	Instituição	Nome	Tipo (Científica, magazine...)	Quantidade / Área temática	Observações relevantes
Ciências Sociais	-	-	-	-	-
Economia e Gestão	Universidad Autónoma de Quintana Roo	Revista Teoría y Praxis	-	-	ISSN 1870-1582
Educação (Formação Profissional)	-	-	-	-	-
Entretenimento/Lazer	-	-	-	-	-
Esportes	-	-	-	-	-
Eventos	-	-	-	-	-
Gastronomia/Restauração	-	-	-	-	-
Geografia	Universidad de Valladolid	Revista Conexión de Hospitalidad y Gastronomía	-	-	ISSN: 2007 - 848X
Hospitalidade	-	-	-	-	-
Patrimônio Cultural	-	-	-	-	-
Planejamento Turístico	-	-	-	-	-
Recursos Naturais (e Meio Ambiente)	-	-	-	-	-
Serviços Turísticos	-	-	-	-	-
Turismo Geral	Universidad Autónoma del Estado de México	El Periplo Sustentable	-	-	ISSN 1870-9036
Outros	-	-	-	-	-
Total	3 PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS				

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

5.3.8 Outras Informações Relevantes

- O levantamento das informações foi realizado durante o mês de novembro de 2014 e revisado em janeiro de 2016.
- Não há discriminação detalhada do corpo docente das universidades.
- Dados sobre o curso, plano do curso estão ausentes em boa parte das universidades, desatualizados em outras e há muitas lacunas nas informações apresentadas nos sítios institucionais.
- Em alguns casos, as IES privadas foram identificadas apenas os dados registrados na plataforma SIRVOES, mas a sua página de internet não funcionava, ainda assim foram consideradas no universo de análise por constar no Registro Oficial de IES do país.

5.3.9 Considerações Provisórias

Em síntese, no México foi identificada a existência de 509 cursos superiores componentes da oferta educativa em turismo. O estudo examinou as categorias graduação, graduação, pós-graduação (*lato sensu* e *strictu sensu*). Os cursos ofertados são vinculados a 255 Instituições de Ensino Superior do país. Por sua vez, os cursos em turismo estão vinculados a 106 departamentos, e 128 cursos apresentam ênfase em áreas específicas. Vinculados às Instituições de Ensino Superior foram encontrados 6 Centros de Pesquisa, e a estes 4 Revistas Acadêmicas regulares com publicação sobre os temas relacionados à área de estudos do turismo.

5.4 SÍNTESE COMPARATIVA

Na Argentina foram encontradas 130 Instituições de Ensino Superior, das quais 60 (46,15%) ofertam algum tipo de formação em turismo. Essa informação mostrou-se bastante relevante devido ao fato de que quase metade das instituições de ensino superior argentinas oferecem cursos de formação em turismo, o que demonstra a importância que o setor vem adquirindo no país e a relevância atribuída a educação em turismo como suporte ao crescimento da atividade. Dentre as instituições com oferta educacional em turismo identificadas, 33 (55%) são públicas e 27 (45%) privadas, ou seja, metade da oferta educacional em turismo provém do setor público, o que revela a relevância do setor, e da educação em turismo, enquanto política pública.

No Brasil foram encontradas 2.429 Instituições de Ensino Superior, entre universidades (193) e não universidades (2.236), dentre elas 370 (15,23%) ofertam algum tipo de formação em turismo, das quais 82 (22,16%) são universidades e 288 (77,83%) não universidades.

Das 370 instituições ofertantes, 92 (24,86%) são públicas e 278 (75,14%) privadas, ou seja, existem três vezes mais instituições privadas de ensino em turismo, a maior parte delas não universidades. Considerando-se apenas as universidades, as quais são em sua maioria públicas, percebe-se que quase metade das universidades brasileiras oferece algum tipo de formação superior em turismo, o que demonstra a relevância da educação em turismo enquanto política pública.

No México foram encontradas 2.844 Instituições de Ensino Superior, destas constatou-se que a grande maioria é de instituições privadas (77,36%). As instituições educacionais em turismo são 255 (8,96%) no país, das quais 70,2% são universidades, e 69% são privadas. Considerando-se apenas as instituições públicas, das 644 existentes no México, 79 (12,2%) oferecem cursos em turismo, uma baixa incorporação do turismo por essas instituições comparando-se a Argentina e Brasil, o que denota que a política de educação em turismo mexicana ancorou-se fortemente na oferta privada instalada, consoante a orientação neoliberal das políticas em turismo desse país.

Quanto a distribuição da oferta educacional em turismo no território, destaca-se que está distribuída desigualmente, com maior concentração numa faixa central que se estende no sentido leste-oeste de Buenos Aires a Mendoza. A província de Buenos Aires conta com quase metade dos cursos superiores em turismo, mas a presença de

cursos em turismo também é notória na região central do país, entre Córdoba, Santa Fé e San Luís, e na região da Cordilheira dos Andes (noroeste), desde Mendoza até Jujuy, regiões turísticas importantes para o país. Pode-se notar que a oferta de ensino superior no país se localiza nas áreas de maior concentração populacional.

No Brasil, as instituições universitárias estão distribuídas desigualmente pelo território brasileiro, sendo a maioria delas concentrada na extensão de toda a faixa litorânea do país e no eixo sul-sudeste. No caso do México, a maior concentração de oferta educativa em turismo encontra-se na parte centro-sul do país, onde se destacam os estados de Veracruz, Puebla, Chiapas, Yucatán e Quintana Roo, nos quais a atividade turística é uma das principais atividades econômicas.

Na Argentina quase todos os cursos mostraram uma vinculação explícita a um departamento específico da estrutura organizacional da IES, isso ocorreu em 57 (95%) das 60 instituições com oferta em turismo, das quais 21 (37%) oferecem cursos vinculados à área de Economia e Gestão; 12 (21%) de Ciências Sociais, e 12 (21%) à área temática “Outros”. Como se pode constatar, há um predomínio de cursos vinculados à área de Economia e Gestão, seguida da área de Ciências Sociais e Outros, sendo que as duas últimas áreas juntas representam 32% da oferta (18 universidades), o que demonstra um desenraizamento desses cursos.

Para além da hegemonia relativa da área de Economia e Gestão, supõe-se que pode haver uma dupla explicação para esse desprendimento temático e institucional, a primeira referente a uma diversidade de cursos em turismo, de fato, que pressupõe sua vinculação a diferentes unidades/departamentos/institutos/escolas em conformidade com o perfil assumido por cada curso; e a segunda devido a certa heterogeneidade na interpretação sobre o turismo e, conseqüentemente, sobre o perfil formativo dos cursos em turismo, e assim, de seu “lugar institucional”.

É importante observar que uma mesma universidade pode ofertar mais de um curso com perfis formativos diferentes, como a Universidad Nacional del Comahue, que oferece os cursos de Tecnicatura em Empresas de Serviços Turísticos, a Licenciatura em Turismo e o Mestrado em Teorias e Políticas da Recreação, por exemplo. Ainda, uma instituição pode ofertar cursos com perfis formativos semelhantes em departamentos diferentes, como a Universidade de Belgrano que possui o curso Tecnicatura em Agente de Viajes e Turismo, vinculado à Faculdade de Humanidades, e o curso de Administração com Orientação em Hotelaria, vinculado à Faculdade de

Ciências Econômicas. Tal fato demonstra ao mesmo tempo a variedade de perfis formativos em turismo e, talvez por isso, a dificuldade de se consolidar um campo temático de conhecimentos e atuação próprios, capazes de definirem a identidade do campo e seu posicionamento dentre as demais áreas disciplinares.

No Brasil, observou-se que das 370 IES que ofertam algum tipo de curso em turismo, a vinculação explícita na estrutura das instituições ocorre em apenas 98 delas (26,48%). 81% dos cursos se vinculam às áreas de Ciências Sociais, Economia e Gestão, ou Turismo Geral. Pode-se constatar que, em geral, há um predomínio de cursos vinculados às áreas de Ciências Sociais (36%) no caso das universidades, seguido pelos cursos lotados nas áreas de Economia e Gestão. Já no caso das não universidades ocorre precisamente o inverso, ou seja, há um predomínio de cursos vinculados nas áreas de Economia e Gestão (37%), seguido pelos cursos nas áreas de Ciências Sociais, guardadas as mesmas proporções. A terceira vinculação mais recorrente é inespecífica, ou seja, na área considerada como Turismo em Geral⁹⁷.

Caso se possa considerar que a vinculação institucional a determinada área temática tem, de alguma maneira, implicações sobre a área temática dos cursos, infere-se que nas não universidades os aspectos gerenciais da indústria do turismo predominam na formação do profissional em turismo. Enquanto que nas universidades, além desse tipo de oferta, outra orientação se faz mais determinante, para a qual os aspectos humanos e sociais do fenômeno turístico ganha centralidade na formação desses profissionais.

No México, das 255 instituições que ofertam algum tipo de curso em turismo observou-se uma vinculação explícita à estrutura organizacional em 106 delas (41,5%), predominantemente à área temática de Economia e Gestão (46,23%), seguida de Turismo Geral e Outras áreas, tanto nas universidades como nas não universidades, à semelhança da oferta educacional argentina. Tal fato indica que a educação em turismo no México visa majoritariamente a formação de mão de obra para os níveis operacional e gerencial da indústria do turismo.

As 60 instituições de ensino em turismo argentinas ofertam 176 cursos, dos quais apenas 5 são não universitários. Do total, 145 são cursos de graduação, e desses

⁹⁷ Área considerada para os casos em que há um departamento/instituto próprio ao turismo ou quando esse departamento/instituto possui vários outros cursos agregados como, por exemplo, turismo, hospitalidade, gastronomia, etc., impossibilitando assim a definição clara de sua vinculação a uma área específica.

73 são cursos técnicos superiores, aproximadamente a metade dos cursos de graduação, nos quais predominam as áreas temáticas Turismo Geral, Serviços Turísticos, e Economia e Gestão, que juntas somam 67% da oferta. A ênfase na gestão dos serviços turísticos é justificável nesses cursos já que, de fato, visam formar profissionais para o trabalho. Nos demais 72 cursos de graduação predominam as áreas de Turismo Geral, Hospitalidade e Economia e Gestão, que representam 91% do conjunto. Assim, é notório na Argentina o perfil tecnicista da formação em turismo, e a ênfase na formação de profissionais para as posições operacionais do setor turístico.

No nível de pós-graduação existem 7 cursos *lato sensu* e 6 cursos *strictu sensu*, estes últimos em nível de mestrado, pois não foram encontrados cursos de doutorado no país. Nos cursos *lato sensu* predomina a área temática Economia e Gestão, com 43% da oferta, e todos são ofertados em universidades. Essa oferta mostrou-se bastante reduzida comparativamente aos outros países, considerando-se que as reformas políticas implementadas na década de 1990 nos três países tiveram princípios semelhantes, e possibilitaram a abertura do ensino superior às instituições privadas, interessadas em capturar os egressos de cursos de turismo, de áreas afins e de outros cursos. Quanto aos cursos *strictu sensu*, há apenas 6 cursos de mestrado em turismo, 4 (67%) deles na área de Economia e Gestão. Sendo assim, uma análise superficial dos cursos de pós-graduação argentinos indica que mesmo nesse nível uma abordagem operacional do turismo, dedicada a gestão das empresas e destinos turísticos, sobressai a outras abordagens. Contudo, uma análise em profundidade dos objetivos e planos de estudos desses cursos será empreendida para investigar a potencial contribuição do ensino de pós-graduação para o turismo como campo de estudos e enquanto indústria.

Na subcategoria Outros, identificou-se a existência de 11 cursos na modalidade *online* e 7 cursos na modalidade de formação complementar. Nos cursos online predominam as áreas temáticas Hospitalidade e Economia e Gestão, com 45% da oferta total. Os 7 cursos de formação complementar se dedicam a 6 áreas temáticas diferentes.

No Brasil identificaram-se 735 cursos em turismo nas 370 IES brasileiras com essa oferta formativa, dos quais 539 cursos de graduação em áreas temáticas como Turismo Geral, Economia e Gestão, Hospitalidade e Eventos, que representam juntas 92% da oferta. Nas universidades predominam as áreas de Turismo Geral e Hospitalidade (64%), e nas não universidades as áreas de Turismo Geral e Economia e Gestão (65%).

Quanto à pós-graduação, existem 125 cursos de pós-graduação, 109 *lato sensu* e 14 *strictu sensu*, desses 10 cursos de mestrado e 4 de doutorado. É evidente a superioridade da oferta de cursos *lato sensu*, principalmente em não universidades (75,2%), e a reduzida oferta de cursos *strictu sensu* em turismo, comparativamente a oferta de cursos de graduação. Nos cursos *lato sensu* universitários predomina a área de Eventos (26%), e nos não universitários a área de Economia e Gestão (32%). Contudo, há uma grande variedade de áreas temáticas nesses cursos. Já os programas de pós-graduação *strictu sensu* são ofertados exclusivamente em universidades, públicas e privadas. Nos cursos de mestrado predomina a área temática Turismo Geral (50%), e nos 4 programas de doutorados aparecem 3 áreas temáticas, Hospitalidade, Serviços turísticos e Turismo Geral. Assim, diferentemente da Argentina, percebe-se inicialmente uma maior variedade de áreas temáticas nos cursos de pós-graduação brasileiros, comparativamente a esse nível de ensino naquele país. Contudo, uma análise em maior profundidade será empreendida.

Nos cursos online e de formação complementar, identificaram-se 73 cursos. Nos cursos online predomina a área de Eventos (32%), e na modalidade de formação complementar a Hospitalidade e outras áreas (36%). Contudo, há uma grande variedade de áreas temáticas nessa oferta educativa, de modo geral.

No México, como em princípio cada instituição de ensino pode ofertar mais de um curso, constatou-se a existência de 507 cursos de turismo nas 255 IES ofertantes. Foram encontrados 406 (79,92%) cursos de graduação, dos quais 57 (14%) cursos técnicos superiores, voltados para a colocação profissional no mercado de trabalho. Nos demais 349 cursos predominam as áreas temáticas de Economia e Gestão, Turismo Geral, e Gastronomia/Restauração, que juntas correspondem a 83,74% dos cursos deste nível.

Em nível de pós-graduação existem 35 cursos *lato sensu* e 41 *strictu sensu*, estes últimos divididos em 36 cursos de mestrado e 5 de doutorado. Nos cursos *lato sensu* predominam as áreas de Economia e Gestão, e Gastronomia/Restauração, que somam 51,43% da oferta, assemelhando-se à oferta de graduação. Nos cursos *strictu sensu* de mestrado a área de Economia e Gestão representa 50% do conjunto ofertado, seguida de Planejamento Turístico. No nível de doutorado a temática muda, e passa a predominar a área de recursos Naturais (e Meio Ambiente) (40%). É relevante salientar que até o

nível de mestrado há forte ênfase dos cursos em turismo na área de Economia e Gestão, apesar de existir em paralelo uma oferta de cursos em uma variedade de áreas temáticas.

Quanto aos Outros cursos, identificou-se a existência de 17 cursos na modalidade *online* e 8 cursos na modalidade formação complementar. Dos cursos 17 *online*, 10 (58,82%) são em Economia e Gestão. Dos 8 cursos de formação complementar, 3 (37,5%) são em Gastronomia/Restauração, 3 (37,5%) em Serviços Turísticos. Nesse tipo de oferta encontra-se maior liberdade temática, nos três países.

Por não serem muitas vezes explícitas, foram contabilizadas como ênfases somente quando foi possível identifica-las. Assim, das 60 instituições ofertantes de cursos em turismo, 27 possuem ênfases específicas, independente do nível ou modalidade de oferta. Por representarem menos da metade dos cursos, não se pode afirmar que essas ênfases sejam representativas da oferta educacional em turismo, mas revelam informações interessantes. Destacam-se como ênfases Hospitalidade (33,33%) e Recursos Naturais (e Meio Ambiente) (14,81%). Sobre essa última destacam-se os cursos em que a sustentabilidade ganha notoriedade, o que vai de encontro com a ascensão do tema tanto nos círculos acadêmicos mundiais como na agenda das políticas de turismo nacionais, a partir da década de 1990. Contudo, como se observou na análise dessas políticas, a sustentabilidade muitas vezes aparece mais como uma estratégia de adaptação às novas demandas do mercado consumidor que como medida efetiva de preservação dos recursos naturais ou culturais. Quanto a hospitalidade, pode ser tratada por seus aspectos humanistas, quando se dedica ao estudo das relações entre o sujeito em movimento e o local de acolhimento, ou mercadológicos, quando a hospitalidade aparece como valor agregado aos serviços turísticos. Como não se realizou, porém, uma análise em profundidade desses cursos, não se pode definir os propósitos da adoção dessa ênfase.

No Brasil, dos 370 cursos em turismo foram encontrados apenas 36 cursos com uma ênfase específica, dentre elas Hospitalidade (25%) e Recursos Naturais (e meio ambiente) (19%), as mesmas ênfases encontradas no caso argentino. Contudo, essas ênfases não são representativas da oferta educacional brasileira, já que se referem a menos de 10% do total.

No México, das 255 instituições de ensino superior em turismo foram encontrados 128 (50,2%) cursos com uma ênfase específica, independente do nível ou modalidade de curso. Predominam nas universidades e não universidades os cursos

voltados para Hospitalidade, Recursos Naturais (e Meio Ambiente), Gastronomia/Restauração, e Economia e Gestão, que somam 76,3% da oferta.

Quanto a existência de órgãos de pesquisa institucionalizados, na Argentina foram identificados 9 Centros de Pesquisa em turismo, com temáticas variadas, em apenas 6 (10%) universidades. Cinco centros de pesquisa possuem como temática central a Economia e Gestão, dois deles possuem como eixo central de atuação o Planejamento Turístico, e dois o tema Turismo Geral. Pode-se perceber que os centros de pesquisa dedicam-se a três frentes de investigação. A primeira visa o desenvolvimento do turismo enquanto indústria, e neste sentido os centros buscam respostas para a qualificação, a inovação e desenvolvimento da indústria turística, com vistas ao crescimento econômico. A segunda se dedica ao planejamento do desenvolvimento do turismo, com atenção aos diferentes ambientes envolvidos nesse processo, como o ambiente físico, social, cultural e econômico, e traz à tona a discussão sobre a sustentabilidade. E a terceira se preocupa com o estudo para a construção de conhecimento em turismo, de modo geral. Desses centros de pesquisa universitários, apenas uma vincula-se a outros centros ou redes internacionais de pesquisa, o Centro de Estudio del Conocimiento e Innovación Empresarial Turístico, da Universidad Nacional del Comahue.

Independente de seus objetivos, a existência desses centros de pesquisa demonstra a preocupação dessas instituições de ensino com a produção, renovação e aplicação de conhecimentos seja para a solução de problemas regionais e nacionais, para a docência e formação de profissionais, ou para o avanço do turismo enquanto área do conhecimento.

Complementarmente a investigação sobre os centros de pesquisa, buscou-se analisar a disseminação do conhecimento em turismo por meio de publicações científicas em turismo. Na amostra das 60 IES em turismo foi possível identificar 8 publicações periódicas.

No Brasil foram identificados 96 centros de pesquisa em turismo, com temáticas variadas, os quais estão concentrados em 39 (10.5%) IES das 370 ofertantes de cursos em turismo. Esses centros de pesquisa se vinculam a 23 universidades e 16 não universidades, uma distribuição bem equilibrada entre as instituições que demonstra o interesse de ambas pelo desenvolvimento de pesquisas teóricas ou aplicadas em turismo no Brasil. Predominam as áreas temáticas Hospitalidade, Turismo Geral, Planejamento

Turístico, e outras temáticas, com 46% da oferta. O Brasil, apesar de apresentar um número bastante superior de Centros de Pesquisa em turismo comparativamente à Argentina, assemelha-se a esse país quanto à concentração desses centros em apenas 10% das IES em turismo.

Quanto às publicações científicas em turismo, foram identificadas 15 delas, em 11 instituições, sendo 9 universidades e 4 não universidades, as quais também contam com Centros de Pesquisa em turismo, ou seja, as publicações científicas em turismo alinham-se a trajetória de pesquisa desenvolvida nessas instituições de ensino.

No México identificaram-se apenas 6 centros de pesquisa, com temáticas variadas, os quais se localizam em 4 (1,56%) instituições da amostra estudada, todas universidades. De modo semelhante, identificou-se apenas 4 publicações científica em turismo, em 3 universidades. Revela-se um número muito reduzido de centros de pesquisa e de publicações científicas em turismo no país, considerando-se que a oferta de cursos de pós-graduação é a maior dos três países, o que demonstra que até o momento a oferta de graduação e pós-graduação no país tem se dedicado muito modestamente a pesquisa como meio de construção, renovação e divulgação dos conhecimentos do campo científico do turismo ou como meio de identificação, análise e intervenção nas realidades locais.

5.5 CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

A educação superior em turismo demonstrou-se relevante enquanto política pública principalmente na Argentina e no Brasil. Na Argentina, a metade da oferta de ensino superior em turismo está instalada em instituições públicas, e no Brasil, metade das instituições públicas oferecem cursos em turismo. Já no México, diferentemente, apenas 12,2% das instituições de ensino superior oferecem formação em turismo, sendo o setor privado o grande responsável pela oferta instalada, em conformidade com a orientação neoliberal que seguem as políticas em turismo no país.

De modo geral, percebeu-se que, nas instituições privadas, a oferta de educação superior em turismo se volta à formação de mão de obra para os níveis operacional e gerencial da indústria do turismo. Nesse sentido, os três países analisados se adequam às suas políticas nacionais em turismo, para as quais o turismo é entendido como uma indústria geradora de receitas provenientes de relações exteriores que contribuem para o

equilíbrio comercial e o crescimento econômico, e às políticas de educação em turismo, de suporte e qualificação do crescimento do turismo. Então, se refuta a hipótese de que existe uma desvinculação entre as políticas de educação em turismo e a oferta de ensino superior em turismo. Especificamente no caso do México, onde predomina a oferta educacional privada, a educação em turismo está predominantemente vinculada aos objetivos da política nacional de educação em turismo.

Já nas instituições públicas, existe uma maior heterogeneidade temática e de ênfases nos cursos, referentes às áreas de Economia e gestão, Ciências Sociais, Turismo Geral e Hospitalidade, principalmente na Argentina e no Brasil. Desse modo, se confirma a hipótese de que a diversidade de abordagens do turismo permite o crescimento de uma oferta educacional heterogênea, que pode não se vincular aos objetivos gerais das políticas de educação em turismo, e se pautar por outros perfis formativos, com objetivos científicos, práticos ou funcionais.

Em síntese, observou-se que a educação superior em turismo, de modo geral, nos três países, tem três objetivos específicos, pretende formar mão de obra nos níveis operacional e gerencial, garantir certa qualificação visando a empregabilidade dos profissionais, e a qualidade desse setor da economia para garantir competitividade internacional, além de outros menos incidentes, como a formação de docentes e servidores públicos. Assim, a análise da oferta educacional instalada permite verificar que seu intuito é contribuir para os objetivos das políticas em turismo, atrelados ao desenvolvimento do turismo enquanto setor da economia. Porém, por isso, sua contribuição parece menos determinante para a produção de novos conhecimentos, capacidades e técnicas em turismo, ao reproduzir as habilidades requeridas pelo mercado turístico, e desse modo compromete a própria retroalimentação do processo educacional, isto é, compromete a qualidade da pesquisa e do ensino e, assim, o próprio desenvolvimento do turismo nessas nações.

6 O TURISMO NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTU SENSU*

6.1 O ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ARGENTINA, BRASIL E MÉXICO

Dentro das instituições de ensino superior, embora a importância quantitativa da pós-graduação em relação a oferta total seja relativamente pequena, o seu significado qualitativo é, em princípio, de extrema relevância por seu papel na formação de professores e pesquisadores de alta capacitação. Assim, a pós-graduação pode funcionar como um instrumento fundamental para melhorar o nível de qualidade da graduação e reforçar o desenvolvimento da pesquisa e de novos conhecimentos. A importância crescente que hoje tem o conhecimento científico e tecnológico para os processos de produção e bem-estar da sociedade explica o espaço privilegiado que hoje tende a ser atribuído ao ensino de pós-graduação.

De acordo com Martínéz (1998), embora bastante atrasado em relação ao mundo desenvolvido, foi notável o crescimento das instituições de ensino superior em décadas recentes na Argentina, Brasil e México, como também foi notório, apesar de mais recente, o crescimento da oferta educacional em nível de pós-graduação. Esse crescimento quantitativo, no entanto, deve ser acompanhado de esforços e estímulos para assegurar, ao mesmo tempo, a qualidade necessária aos programas. Se eles surgem e crescem apenas por impulso de interesses econômicos e acadêmicos momentâneos, embora legítimos, desvinculados da busca pela excelência, pode ser que o crescimento da pós-graduação não cumpra as funções que, em teoria, lhe são atribuídas.

Segundo Marquis (1998), na Argentina os cursos de pós-graduação estão em franca expansão. Tradicionalmente, a pós-graduação era sinônimo de doutorado para as ciências físico-naturais e especializações especialmente para as ciências da saúde, enquanto que na maioria das profissões a pós-graduação não era disseminada. Hoje, o desenvolvimento notável dos cursos de mestrado está mudando essa tradição e estendendo a pós-graduação para todas as disciplinas. O público que está buscando os mestrados é de dois tipos, pessoas com expectativas acadêmicas e aqueles que querem melhorar a formação e colocação profissional. Para esta diversidade de demandas corresponde uma oferta de mestrados acadêmicos e mestrados profissionais.

A Argentina passa uma expansão da oferta de programas de pós-graduação relativamente tardio em comparação com outros países da região como o Brasil e

México. Apenas em 1995 o Ministério da Cultura e Educação, em acordo com o sistema universitário, estabeleceu processos de acreditação da oferta de pós-graduação. A Lei do Ensino Superior de 1995 incorpora a exigência da acreditação desses programas, uma tarefa que está a cargo da Comissão Nacional de Avaliação e Acreditação (CONEAU), criado pelo mesmo instrumento legal. O Ministério da Cultura e Educação instituiu, através do Fundo para a Melhoria da Qualidade Universitária (FOMEC), mecanismos visando a consolidação e o desenvolvimento de programas de pós-graduação acreditados (MARQUIS, 1998).

No Brasil, conforme Sander, Spagnolo e Nigrini (1998), os cursos de pós-graduação *strictu sensu* (mestrado e doutorado) foram regulamentados em meados dos anos 1960, e em 1975 havia 490 mestrados e 183 doutorados. De acordo com Balbachevsky (2005), os programas de pós-graduação foram uma alternativa de qualificação dos professores da rede federal de universidades, que passava por uma forte expansão naqueles anos, sendo essa etapa avançada de formação percebida como uma potencialidade estratégica consoante à forte orientação nacionalista do período. O salto de qualidade da pós-graduação no Brasil se deu quando esses programas foram definidos como foco privilegiado das políticas de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, no início dos anos 1970, aliado ao período de grande expansão econômica que possibilitou a criação de agências de fomento à pesquisa, que favoreceram o crescimento da pós-graduação brasileira.

Para garantir a qualidade da educação, em 1976 foi organizado o primeiro processo de avaliação dos programas de pós-graduação, e atualmente, todos os cursos de mestrado e doutorado, tanto de instituições públicas como privadas, são sistemática e compulsoriamente avaliados a cada dois anos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agência que coordena e apoia os programas de pós-graduação, vinculada ao Ministério da Educação. A pós-graduação brasileira está sujeita a este controle há mais de trinta anos o que, junto com os investimentos feitos na área, explica a qualidade e respeitabilidade desse nível de estudos, o que contrasta com o fraco desempenho de outros níveis.

Por sua vez, a partir dos anos 1970 a educação superior no México passa a ocupar um lugar importante na agenda governamental. No ano de 1970 o total dos programas de pós-graduação passou de 226 para 1.232 em 1980, e quanto aos centros de investigação, quadruplicaram no mesmo período (NIGRINI, 2003). O próprio

crescimento do sistema de educação superior na década de 1970, aliado a carência de profissionais com formação avançada, foi responsável pelo avanço dos programas de pós-graduação no sentido de responder a crescente demanda por pessoal qualificado. Contudo, Nigrini (2003) argumenta que a oferta de pós-graduação no país, quantitativa e qualitativamente, ainda é inferior à demanda por esse nível de estudos. Mais recentemente, em 1991, o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CONACYT) estabeleceu o Padrão de Excelência no nível de pós-graduação, que funciona como um sistema de acreditação dos programas.

Neste sentido, ao analisar a evolução do desenvolvimento do ensino de pós-graduação mexicano, Nigrini (2003) aponta cinco orientações que explicam os ajustes e desajustes da pós-graduação no país, e que podem ajudar a elucidar questões nos demais países em estudo. A primeira orientação tem caráter compensatório, quer dizer, os programas de pós-graduação foram criados e impulsionados para compensar as carências de formação geradas pelas deficiências de qualidade do ensino de graduação. A segunda responde aos interesses de grupos cujo objetivo era conquistar recursos e espaços de poder legitimados. A terceira se centrava em oferecer mecanismos para a promoção hierárquica dos profissionais da acadêmica. A quarta se constituiu para atender aos interesses de ascensão e mobilidade do mercado de trabalho extrauniversitário. A quinta orientação teria o propósito de criar espaços institucionais de produção e de formação científica e tecnológica de excelência. Nota-se que apenas esta última está preocupada em contribuir, de fato, para a qualidade do ensino, da pesquisa e para o desenvolvimento das nações.

Especificamente quanto ao turismo, como se pode perceber pelas discussões apresentadas ao longo deste trabalho, existe uma defasagem entre o desenvolvimento da atividade turística e os estudos e investigações sobre ele, de modo que esse desenvolvimento tem sido predominantemente mais rápido que a sua compreensão. Considera-se que esta situação, porém, é desacertada, pois à medida que a investigação oriente, suporte ou acompanhe o desenvolvimento das múltiplas atividades econômicas, estas poderão direcionar-se mais propriamente para seus objetivos de crescimento e em conformidade com seu potencial de desenvolvimento social. O turismo não é exceção, e seu impacto na economia deveria lançá-lo como um tema estratégico de investigação que deve recuperar as várias décadas perdidas para, assim, sanar o déficit entre a prática

e o que se sabe sobre ela, e então dotar de maior consciência as ações empreendidas pelos múltiplos atores sociais que incidem e atuam nesta matéria.

Para Ramos, Molina e Tresserras (2006), a falta de uma tradição de pesquisa em turismo, juntamente com abordagens predominantemente técnicas e econômicas das iniciativas nesse sentido, desfocou a visão do potencial do turismo como fator humano, social e cultural. Para os autores, dificilmente se pode reconhecer que o turismo tornou-se um instrumento para o desenvolvimento, um modo de diálogo intercultural e um meio para a paz, como assinala a Organização Mundial do Turismo (OMT), vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), assim como também não se pode estimar que o turismo seja uma das principais estratégias de redução da pobreza, tal como se reflete nos programas do Banco Mundial e seus parceiros, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e as agências internacionais de cooperação para o desenvolvimento, como o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD); Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID); Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI), Agência Alemã Cooperação internacional (GTZ), entre outras.

Nos países analisados, os problemas de produção de conhecimento em turismo repercutem a orientação dos cursos de graduação em turismo, reduzidos a uma formação técnica para a prestação e exploração de serviços de turismo. Nessas nações, o ensino superior em turismo delimitou as perspectivas de uma educação universitária genuína, isto é, capaz de desenvolver o pensamento reflexivo, o espírito científico, e o desenvolvimento das regiões e da sociedade, e deu origem a uma educação profissional caracterizada por uma natureza técnica para o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Contudo, a medida que se torna um consenso a ideia de que a educação em todos os níveis é essencial à sustentação do crescimento econômico e à melhoria da qualidade de vida, e que o ensino de pós-graduação, por sua finalidade de incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, pode contribuir para o entendimento do homem e do mundo, e para o desenvolvimento de ambos, o ensino de pós-graduação se expande e alcança a educação em turismo. Contudo, pouco se sabe sobre a educação em turismo em nível de pós-graduação, mesmo porque é bastante recente no Brasil. Em teoria, poder-se-ia esperar que essa oferta educacional fosse capaz de contribuir para a reversão parcial do cenário educativo em turismo, por ser, a princípio, menos preocupada com a

capacitação técnica e mais alinhada com a investigação, a análise e explicação dos fenômenos.

Este último capítulo se dedica, então, a analisar os programas de pós-graduação *strictu sensu* em turismo (mestrado e doutorado) na Argentina, Brasil e México, suas áreas temáticas, objetivos, planos de estudos, corpo docente, perfil de egressos, e grupos/projetos de pesquisa, para então analisar como essa oferta contribui para a qualidade do ensino, da pesquisa e para produção de novos conhecimentos em turismo, e, assim para o desenvolvimento do turismo e para as sociedades argentina, brasileira e mexicana.

Visando alcançar esse objetivo, a coleta de dados foi realizada a partir dos endereços eletrônicos das instituições de ensino de pós-graduação em turismo de cada país, com base em dados específicos para o objetivo da pesquisa, tais como: **instituição**, para a identificação da instituição educacional de ensino; sua caracterização enquanto pública ou privada; e a unidade na qual se localizam os cursos, assumida como um indicador da orientação dos cursos. **Ano de criação** da instituição ou unidade assim como do programa de pós-graduação. A **justificativa** dada para a criação o programa, assim como o **objetivo** ao qual visa atender. As **áreas temáticas** criadas no capítulo anterior foram mantidas, considerando que demonstram as perspectivas de estudo do turismo nas instituições. Quanto aos **planos de estudos**, foram examinadas as disciplinas, e as ementas quando disponíveis, obrigatórias e optativas/eletivas, oferecidas pelas instituições de ensino com o intuito de analisar as opções formativas dos cursos a partir da grade curricular estruturante. Para isso as disciplinas foram subdivididas em três domínios, o turismo enquanto ciência, experiência e indústria, além dos valores desejáveis ao turismo, de acordo com sua nomenclatura, área temática ou ementa. Com relação ao **corpo docente**, investigaram-se as áreas de formação/atuação como indicação da competência instalada nos cursos de pós-graduação em turismo e, sua adequação à formação oferecida. As **linhas de pesquisa** indicam a área de conhecimento científico produzido e/ou debatido nos programas. Neste capítulo não foram compiladas outras informações relativas à pesquisa e publicação por que tal intento já se realizou no capítulo anterior.

6.2 PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTU SENSU* EM TURISMO NA ARGENTINA

Na Argentina existem seis programas de pós-graduação *strictu sensu* em turismo, todos em nível de mestrado, então, não há oferta de cursos de doutorado em turismo no país. Porém, o curso de mestrado em Gestão Turística, da Universidad Nacional de la Plata, não tem data definida para a abertura de novas turmas. Já o mestrado em Políticas da Recreação, da Universidad Nacional del Comahue, não disponibiliza informações em sua página *online*.

ARGENTINA					
Mestrado em Desenvolvimento e Gestão do Turismo					
Instituição	Universidad Nacional de Quilmes				
Gestão	Pública				
Unidade	Departamento de Economia e Administração				
Criação da Unidade	1989				
Criação do PPG	2010				
Modalidade	Virtual				
Área temática	Economia e Gestão				
Duração	2 anos				
Sede	Cidade Autônoma de Buenos Aires				
Justificativa	As tendências no campo do turismo apontam para as abordagens interdisciplinares de enfrentamento dos desafios que colocam seu estudo.				
Objetivo	Promover a formação teórica, metodológica e prática de profissionais, tornando-os capazes de elaborar análises críticas sobre a complexidade do desenvolvimento do turismo, de gerir e inovar destinos e empreendimentos turísticos para o desenvolvimento local.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória		.	- Planejamento do turismo. - Desenvolvimento local e integral. - Finanças. - Marketing. - Projetos. - Qualidade. - Território.	
	Optativa				
Perfil docente	Multidisciplinar (Graduação: Psicologia, Turismo, Administração, etc.) Pós-graduação: Ciência Política, Geografia, Ciências Sociais, etc.)				
Formação docente	Mestrado (predominantemente)				
Linhas de pesquisa	Desenvolvimento e gestão de destinos turísticos. Desenvolvimento e gestão de empresas turísticas.				
Perfil do egresso	Investigar, analisar, planejar e executar ações no campo do desenvolvimento e da gestão do turismo em instituições públicas ou privadas, como planejador, gestor, docente ou pesquisador.				
Mestrado em Desenvolvimento Turístico Sustentável					
Instituição	Universidad Nacional de Mar del Plata				
Gestão	Pública				
Unidade	Faculdade de Ciências Econômicas e Sociais				

Criação da Unidade	1978				
Criação do PPG	2015				
Modalidade	Presencial				
Área temática	Planejamento Turístico				
Duração	2 anos				
Sede	Mar del Plata				
Justificativa	Contribuir para o desenvolvimento do território e da comunidade, atendendo à plena satisfação do turista.				
Objetivo	Formar profissionais para a formulação de políticas, planejamento e gestão pública, privada e social do desenvolvimento do turismo.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Evolução da atividade. - Atualidade do conhecimento. - Investigação e educação em turismo.	Sociologia do turismo.	Economia e política do turismo. Gestão e parceria pública e privada. Planejamento do desenvolvimento do turismo. Desenvolvimento. Informação e comunicação em turismo. Território.	Identidade. Ética e responsabilidade. Endogeneidade. Sustentabilidade.
	Optativa			Qualidade. Direito.	
Perfil docente	Multidisciplinar (Graduação: geografia, direito, sociologia, turismo) Pós-graduação: geografia, economia, sociologia, turismo)				
Formação dos docentes	Mestrado (predominantemente)				
Linhas de pesquisa	-				
Perfil do egresso	Refletir sobre a problemática do desenvolvimento turístico, programar ações para sua concretização, e tomar a sustentabilidade como valor para sua realização.				
	Mestrado em Economia e Desenvolvimento do Turismo				
Instituição	Universidad Nacional de San Martín				
Gestão	Pública				
Unidade	Escola de Economia e Negócios				
Criação da Unidade	1992				
Criação do PPG	2010				
Modalidade	Presencial				
Área temática	Economia e Gestão				
Duração	Dois anos				
Sede	San Martín				
Justificativa	Necessidade de uma visão estratégica do turismo.				
Objetivo	Formar profissionais capazes de atuar com responsabilidade e eficácia.				
Plano de estudos		Turismo como	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores

		ciência			
	Obrigatória		- Sociologia.	- Desenvolvimento local e integral. - Planejamento do desenvolvimento do turismo. - Informação e comunicação. - Economia. - Política e legislação. - Qualidade. - Marketing. - Projetos.	- Sustentabilidade.
	Optativa				
Perfil docente	Multidisciplinar (Graduação: economia, história, direito, turismo, etc. Pós-graduação: economia, história, administração, turismo, etc.)				
Formação docente	Mestrado (predominantemente)				
Linhas de pesquisa	-				
Perfil do egresso	Investigar, planejar, gerenciar e avaliar projetos para o desenvolvimento sustentável do turismo em entidades públicas, privadas ou de maneira independente.				
Mestrado em Gestão Turística					
Instituição	Universidad Nacional de la Plata				
Gestão	Pública				
Unidade	Faculdade de Ciências Econômicas				
Criação da Unidade	1953				
Criação do PPG	2007				
Modalidade	Presencial				
Área temática	Economia e Gestão				
Duração	2 anos				
Sede	La Plata				
Justificativa	Capacitar profissionais para gerenciar a complexidade do fato turístico.				
Objetivo	Formar pessoal de alto nível para atuar na direção de empresas turísticas, a partir de conhecimentos interdisciplinares necessários à gestão de organizações públicas e privadas.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória		- Sociologia.	- Economia. - Finanças. - Qualidade. - Marketing. - Técnicas de criatividade. - Política e planejamento do turismo. - Gestão hoteleira.	- Sustentabilidade.
	Optativa				
Perfil	Sem informações				

docente					
Formação docente	Sem informações				
Linhas de pesquisa	-				
Perfil do egresso	Sem informações				
Mestrado em Teorias e Políticas da Recreação					
Instituição	Universidad Nacional del Comahue				
Gestão	Pública				
Unidade	Faculdade de Turismo				
Criação da Unidade	1975				
Criação do PPG	1997				
Modalidade	Virtual				
Área temática	Entretenimento/Lazer				
Justificativa	Sem informações				
Objetivo	Sem informações				
Síntese do PPG		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Vida cotidiana e recreação. - Investigação científica. - Tempo livre.	- Psicologia da vida cotidiana. - Psicossociologia do tempo livre. - Sociologia da vida cotidiana.	- Programação de atividades recreativas. - Políticas da recreação. - Vida urbana e espaços de recreação.	
	Optativa				
Perfil docente	Sem informações				
Formação docente	Sem informações				
Linhas de pesquisa	-				
Perfil do egresso	Sem informações				
Mestrado em Economia e Gestão do Turismo					
Instituição	Universidad de Buenos Aires				
Gestão	Pública				
Unidade	Faculdade de Ciências Econômicas				
Criação da Unidade	1913				
Criação do PPG	2015				
	Presencial				
Área temática	Economia e Gestão				
Duração	2 anos				
Sede	Ciudad de Buenos Aires				
Justificativa	Satisfazer a uma demanda crescente de profissionais, investigadores e docentes por uma formação adaptada ao contexto internacional e à evolução do mercado de viagens e turismo.				
Objetivo	Formar pessoal com domínio de métodos de pesquisa e habilidades para o trabalho como docente, pesquisador e técnico profissional para atuação em organizações turísticas				

públicas ou privadas.					
Classificação do plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória				- Marketing. - Logística e operações. - Política e planejamento do turismo. - Economia do turismo e das empresas turísticas.
Optativa			- Psicologia das viagens e do turismo. - Sociologia e antropologia do turismo.	- Tecnologias de informação e comunicação. - Qualidade.	- Sustentabilidade
Perfil docente	Multidisciplinar (Graduação: Direito, Administração, Psicologia, Turismo, etc.) Pós-Graduação: Geografia, Administração, História, Turismo, etc.)				
Formação docente	Graduação (predominantemente)				
Linhas de pesquisa	-				
Perfil do egresso	Formular, implementar e controlar políticas e programas de ação orientados a melhorar a efetividade econômica e a qualidade do serviço em empresas e zonas turísticas.				

Diante do exposto, pode-se perceber que a oferta educativa de pós-graduação instalada na Argentina é ainda muito pequena, apenas 6 cursos de mestrado em turismo em todo o país e nenhum curso de doutorado, ao passo que em nível de graduação existem 145 cursos. É também muito recente, uma vez que a grande maioria dos programas tem menos de 10 anos de existência.

A maioria dos programas está vinculada a Faculdades/Departamentos de Economia, e tem como objetivo predominante formar profissionais que possam contribuir para o desenvolvimento das regiões. Essa orientação se nota ao analisarem-se as justificativas e os objetivos apresentados pelos programas, como “formar profissionais capazes de gerir empreendimentos e destinos turísticos para o desenvolvimento local” ou “contribuir para o desenvolvimento do território e da comunidade”. O curioso é que essa orientação dos programas de pós-graduação em turismo não foi apontada por Nigrini (1998) como razão para a emergência do ensino de pós-graduação no México, e talvez possa ser explicada pela especificidade da trajetória político-institucional do turismo, nos três países, onde a incorporação de referências teóricas e metodológicas foi determinada pela associação entre turismo e

desenvolvimento econômico, o que levou as políticas de turismo a se consolidarem perseguindo ideais de desenvolvimento.

Também se nota a preocupação com a qualificação dos profissionais de turismo quando se apresenta como justificativa “satisfazer a uma demanda por profissionais, investigadores e docentes para atuação em organizações públicas o privadas”. Aqui se nota a orientação compensatória dos programas de pós-graduação em turismo, não apenas na Argentina, mas também no Brasil e no México, que busca superar as imperfeições do ensino de graduação em turismo e capacitar os profissionais para lidar com os desafios colocados pelo campo de trabalho em turismo.

Os programas contam com equipes docentes multidisciplinares, como nos demais países, devido inclusive a uma carência de oferta educacional própria em turismo. Mesmo formados em outras áreas, esses docentes apresentam predominantemente formação em nível de mestrado, o que não surpreende ao se considerar que o ensino de pós-graduação na Argentina ganhou impulso apenas a partir de 1995.

Nos planos de estudos dos cursos de mestrado em turismo argentinos predominam disciplinas que discutem os temas relativos à “indústria” do turismo, como Economia do turismo e das empresas turísticas; Planejamento do turismo; Qualidade; Competitividade ou Marketing. O turismo enquanto ciência, enquanto experiência, e os valores desejáveis ao turismo, em alguns programas, tem participação apenas complementar à formação principal, qual seja, a capacitação para a gestão da indústria turística. Assim, não se pode considerar que os programas tenham se constituído com a finalidade de se firmarem como espaços para a investigação, produção e renovação científica do turismo. Quanto à investigação em turismo, não foram encontrados projetos de pesquisa desenvolvidos ou em desenvolvimento nas instituições.

Neste sentido, entende-se que para que a educação em turismo possa de fato contribuir para a formação de profissionais capazes de compreender o turismo em sua totalidade, construir conhecimentos sobre ou a partir dele, e intervir na realidade, os novos programas de pós-graduação em turismo devem incorporar outras abordagens, novos temas de investigação e metodologias diversas, mais adequados aos problemas e perspectivas do turismo no país. Desse modo, se amplia a oferta e tipos de formação para os profissionais e docentes em turismo, atuais e futuros, e se ampliam também a qualidade do ensino, do profissional, e conseqüentemente, da indústria do turismo.

6.3 PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTU SENSU* EM TURISMO NO BRASIL

No Brasil existem 14 cursos de pós-graduação *strictu sensu*, dos quais 10 cursos de mestrado, profissionais e acadêmicos, e 4 de doutorado, todos os programas em universidades, públicas e privadas.

BRASIL					
Mestrado Profissional em Turismo					
Instituição	Universidade de Brasília				
Gestão	Pública				
Unidade	Centro de Excelência em Turismo				
Criação da Unidade	1998				
Criação do PPG	2006				
Modalidade	Presencial				
Área temática	Turismo Geral				
Duração	2 anos				
Sede	Brasília				
Justificativa	Análise das tendências de mercado e preparo para funções executivas e de planejamento.				
Objetivo	Formar pesquisadores capazes de proporcionar conhecimentos reflexivos e críticos ao campo do turismo e da hospitalidade.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Epistemologia do turismo. - Metodologia. - Turismo, trabalho e gênero. - Patrimonialização.	- Memória e gastronomia. - Cultura, identidade, memória e turismo.	- Hospitalidade. - Sistema turístico. - Política pública. - Desenvolvimento.	- Responsabilidade - Endogeneidade - Sustentabilidade
	Optativa				
Perfil docente	Multidisciplinar (Graduação: Biologia, Administração, Ciências Sociais, etc.) Pós-graduação: Comunicação, Antropologia, Sociologia, etc.)				
Formação docente	Doutorado (exclusivamente)				
Linhas de pesquisa	Cultura e Sustentabilidade no Turismo. Políticas Públicas e Gestão no Turismo.				
Perfil do egresso	Profissionais capazes de elaborar e implementar pesquisas aplicadas, tanto na esfera pública como privada, com vistas a contribuir para o desenvolvimento de um turismo sustentável.				
Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos					
Instituição	Universidade Estadual do Ceará				
Gestão	Pública				
Unidade	Centro de Estudos Sociais Aplicados/Centro de Ciências e Tecnologia				

Criação da Unidade	1977				
Criação do PPG	2000 (abertura anual de turmas até 2004). Reabertura em 2012.				
Modalidade	Presencial				
Área temática	Economia e Gestão				
Duração	2 anos				
Sede	Mar del Plata				
Justificativa	Carência de profissionais de alto nível, que se traduz numa forte ausência de gestores públicos e privados para o planejamento e gestão sustentável de seus territórios para o desenvolvimento da atividade turística.				
Objetivo	Capacitar gestores públicos e privados de negócios e de territórios turísticos aumentando a capacidade de desenvolvimento da atividade turística na região.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Metodologia. -		- Desenvolvimento local. - Marketing. - Recursos Humanos. - Políticas públicas. - Economia.	- Sustentabilidade.
	Optativa				
Perfil docente	Multidisciplinar (Graduação: geografia, história, direito, turismo) Pós-graduação: geografia, comunicação, sociologia, ócio/lazer)				
Formação dos docentes	Doutorado (exclusivamente)				
Linhas de pesquisa	Política, estratégia e gestão dos negócios turísticos. Turismo, território e desenvolvimento local				
Perfil do egresso	Profissionais capazes de analisar e gerir negócios e territórios turísticos comprometidos com o desenvolvimento em bases sustentáveis.				
Mestrado em Turismo					
Instituição	Universidade Federal do Rio Grande do Norte				
Gestão	Pública				
Unidade	Centro de Ciências Sociais Aplicadas				
Criação da Unidade	1953				
Criação do PPG	2010				
Área temática	Turismo Geral				
Duração	2 anos				
Sede	Natal				
Justificativa	Capacitar profissionais para gestionar a complexidade do fato turístico.				
Objetivo	Formar pessoal de alto nível para atuar na direção de empresas turísticas, a partir de conhecimentos interdisciplinares necessários à gestão de organizações públicas e privadas.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Metodologia. - Teoria do turismo. - Educação		- Desenvolvimento. - Gestão de projetos e	

		profissional prática docente. - Ambiente, cultura e sociedade.		destinos turísticos. - Marketing.	
	Optativa				
Perfil docente	Multidisciplinar (Graduação: Administração, Economia, Computação, Turismo. Pós-graduação: Ciências Contábeis; Geografia, Educação, Engenharia Ambiental)				
Formação docente	Doutorado (exclusivamente)				
Linhas de pesquisa	Gestão em Turismo. Turismo e Desenvolvimento Regional.				
Perfil do egresso	Sem informações				
Doutorado em Turismo					
Instituição	Universidade Federal do Rio Grande do Norte				
Gestão	Pública				
Unidade	Centro de Ciências Sociais Aplicadas				
Criação da Unidade	1953				
Criação do PPG	2014				
Área temática	Turismo Geral				
Duração	4 anos				
Sede	Natal				
Justificativa	Capacitar profissionais para gerenciar a complexidade do fato turístico.				
Objetivo	Formar pessoal de alto nível para atuar na direção de empresas turísticas, a partir de conhecimentos interdisciplinares necessários à gestão de organizações públicas e privadas.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Metodologia. - Teoria do turismo. - Educação profissional prática docente. - Ambiente, cultura e sociedade.		- Desenvolvimento. - Gestão de projetos e destinos turísticos. - Marketing.	Ética e hospitalidade.
	Optativa				
Perfil docente	Multidisciplinar (Graduação: Administração, Economia, Computação, Turismo. Pós-graduação: Ciências Contábeis; Geografia, Educação, Engenharia Ambiental)				
Formação docente	Doutorado (exclusivamente)				
Linhas de pesquisa	Gestão em Turismo. Turismo e Desenvolvimento Regional.				
Perfil do egresso	Sem informações				
Mestrado em Turismo					
Instituição	Universidade de São Paulo				
Gestão	Pública				
Unidade	Escola de Artes, Ciências e Humanidades				

Criação da Unidade	2005				
Criação do PPG	2014				
Área temática	Turismo Geral				
Duração	2 anos				
Sede	São Paulo				
Justificativa	Necessidade de elevar a qualidade dos serviços, de melhor planejamento e gestão das empresas e dos destinos e, conseqüentemente, de melhor atuação do profissional em turismo.				
Objetivo	Proporcionar, ao acadêmico, conhecimentos para análise sistêmica da realidade, com base nos paradigmas de socialização das responsabilidades e das oportunidades do desenvolvimento do turismo.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Investigação em turismo. - Teoria e fundamentos do turismo.			
	Optativa	- Produção científica em turismo. - Formação e qualificação profissional. - Concepções sobre a viagem.		- Política de lazer e Turismo. - Gestão de empresas e destinos turísticos. - Economia do turismo.	- Ética e hospitalidade. - Sustentabilidade.
Perfil docente	Multidisciplinar (Graduação: Geografia, Comunicação, Educação Física, Turismo. Pós-graduação: Comunicação; Geografia, Educação)				
Formação docente	Doutorado (exclusivamente)				
Linhas de pesquisa	Turismo: Conhecimento e Tendências. Turismo: Processos e Inovação.				
Perfil do egresso	Capacidade crítica nas propostas de formação e qualificação profissional em turismo; inovação na criação de produtos, serviços e prospecção de mercados turísticos; e consistência e eficácia na elaboração de políticas e projetos em turismo.				
Mestrado em Turismo					
Instituição	Universidade Federal Fluminense				
Gestão	Pública				
Unidade	Faculdade de Turismo e Hotelaria				
Criação da Unidade	2013				
Criação do PPG	2015				
Área temática	Turismo Geral				
Duração	2 anos				
Sede	Niterói				
Justificativa	Suprir relevante demanda na busca pelo conhecimento sobre o turismo, ampliando a formação e qualificação dos profissionais que atuam na área do turismo, seja na pesquisa e docência, seja na capacitação de profissionais para exercício de funções estratégicas em organizações públicas e privadas.				

Objetivo	Formação, aperfeiçoamento e qualificação de profissionais comprometidos com a construção de conhecimento, a partir da análise e reflexão sobre os processos sociais, econômicos, culturais e ambientais relacionados ao turismo.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- História do turismo. - Cultura e meio ambiente. - Metodologia. - Epistemologia. - Relações de trabalho.	- Aspectos socioculturais do turismo.	- Comportamento do consumidor. - Economia. - Empreendedorismo. - Desenvolvimento local. - Tecnologia da informação. - Gestão de pessoas.	- Endogeneidade.
	Optativa				
Perfil docente	Multidisciplinar (Graduação: Geografia, Economia, Turismo. Pós-graduação: História; Geografia, Administração, Ciências Sociais)				
Formação docente	Doutorado (exclusivamente)				
Linhas de pesquisa	Turismo, planejamento e gestão. Turismo, cultura e ambiente.				
Perfil do egresso	Profissionais comprometidos com a construção de conhecimento, aptos a analisar e refletir sobre os processos sociais, econômicos, culturais e ambientais relacionados ao turismo em organizações públicas e privadas de ensino, pesquisa ou gestão do turismo.				
Mestrado em Turismo					
Instituição	Universidade Federal do Paraná				
Gestão	Pública				
Unidade	Departamento de Turismo				
Criação da Unidade	2000				
Criação do PPG	2012				
Área temática	Turismo Geral				
Duração	2 anos				
Sede	Curitiba				
Justificativa	Necessidade de se buscar a sustentabilidade do desenvolvimento da atividade turística, entendida como uma estratégia de desenvolvimento local e nacional que requer qualificação e responsabilidade.				
Objetivo	Aprofundar a formação teórico-prática de estudantes, professores, pesquisadores e técnicos no campo do conhecimento turístico e de áreas afins.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Metodologia. - Análise do desenvolvimento.	- Sociedade, meio ambiente, cultura e turismo.	- Organizações públicas e privadas.	
	Optativa	- Gestão do conhecimento.		- Organização e produção espacial do turismo. -	- Endogeneidade.

				Desenvolvimento local e rural. - Tecnologia da informação e comunicação. - Qualidade. - Marketing.	
Perfil docente	Multidisciplinar (Graduação: Geografia, Filosofia, Turismo. Pós-graduação: Geografia, Comunicação, Engenharia e Gestão do Conhecimento)				
Formação docente	Doutorado (exclusivamente)				
Linhas de pesquisa	Turismo, Sociedade e Meio Ambiente. Organizações Turísticas Públicas e Privadas.				
Perfil do egresso	Profissionais com capacidade de analisar criticamente as relações entre o turismo, a sociedade e as organizações; atuar na promoção do ensino, da pesquisa, da extensão; e no desenvolvimento de organizações e destinos turísticos.				
Mestrado em Cultura e Turismo					
Instituição	Universidade Estadual de Santa Cruz				
Gestão	Pública				
Unidade	Departamentos de Administração. Departamento de Letras e Artes. Departamento de Ciências Econômicas. Departamento de Filosofia e Ciências Humanas.				
Criação da instituição	1991				
Criação do PPG	2001				
Área temática	Turismo Geral				
Duração	2 anos				
Sede	Ilhéus				
Justificativa	A conjugação entre tendências do mercado global e necessidades locais fez surgir o empenho pela formação de mão-de-obra altamente qualificada e pelo desenvolvimento de pesquisas que gerem conhecimento para auxiliar na resolução de problemas regionais.				
Objetivo	Aperfeiçoar os profissionais do turismo, considerando-se que a capacitação, nesta relação Cultura e Turismo, de forma articulada, se constitui uma inovação, de modo que possam desenvolver projetos e pesquisa que contribuam para o desenvolvimento social da região.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Sociedade, cultura e turismo. - Fundamentos teóricos do turismo. - Metodologia.			
	Optativa		- Patrimônio. - Representações culturais.	- Arqueologia, política cultural e turismo. - Economia. - Desenvolvimento local. - História e	- Sustentabilidade.

				cultura como vetores turísticos. - Marketing. - Políticas patrimoniais.	
Perfil docente	Multidisciplinar (Graduação: Administração, História, Turismo. Pós-graduação: Geografia, Comunicação, Educação)				
Formação docente	Doutorado (exclusivamente)				
Linhas de pesquisa	Memória, identidade e representações culturais. Políticas, planejamento e configuração de produtos e serviços turísticos.				
Perfil do egresso	Profissional altamente qualificado e competente para a análise e gestão da cultura e do turismo para o desenvolvimento sustentável da região.				
Mestrado em Hospitalidade					
Instituição	Universidade Anhembi Morumbi				
Gestão	Privada				
Unidade	Escola de Turismo e Hospitalidade				
Criação da Unidade	1997				
Criação do PPG	2002				
Área temática	Hospitalidade				
Duração	2 anos				
Sede	São Paulo				
Justificativa	O campo da hospitalidade vem ganhando importância dentro da área de turismo, enquanto estudo das formas de hospedagem, porém ampliando sua abrangência para outros aspectos além da infraestrutura hoteleira, como aqueles relacionados com a infraestrutura urbana.				
Objetivo	Discutir as dimensões conceituais e epistemológicas da hospitalidade e do turismo; estudar os modelos de gestão das organizações envolvidas com o receber humano; e compreender as relações do espaço com seus usuários.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Fundamentos teóricos da hospitalidade. - Metodologia.		- Planejamento e gestão da hospitalidade.	
	Optativa	- Dimensões da hospitalidade. - Ensino e formação em hospitalidade.	- Hospitalidade e memória. - Hospitalidade e urbanidade. - Gastronomia, cultura e hospitalidade.	- Sistema de hospitalidade. - Marketing. - Turismo receptivo.	
Perfil docente	Multidisciplinar (Graduação: Ciências Sociais, Economia, Turismo. Pós-graduação: Administração, Comunicação, História, Sociologia)				
Formação docente	Doutorado (exclusivamente)				
Linhas de pesquisa	Hospitalidade na Competitividade em Serviços. Dimensões e Contextos da Hospitalidade.				
Perfil do egresso	Profissionais com uma visão integrada de diferentes aspectos da hospitalidade: negócios, relações humanas e sustentabilidade.				
Doutorado em Hospitalidade					
Instituição	Universidade Anhembi Morumbi				

Gestão	Privada				
Unidade	Escola de Turismo e Hospitalidade				
Criação da Unidade	1997				
Criação do PPG	2015				
Área temática	Hospitalidade				
Duração	4 anos				
Sede	São Paulo				
Justificativa	O campo da hospitalidade vem ganhando importância dentro da área de turismo, enquanto estudo das formas de hospedagem, porém ampliando sua abrangência para outros aspectos além da infraestrutura hoteleira, como aqueles relacionados com a infraestrutura urbana.				
Objetivo	Discutir as dimensões conceituais e epistemológicas da hospitalidade e do turismo; estudar os modelos de gestão das organizações envolvidas com o receber humano; e compreender as relações do espaço com seus usuários.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Epistemologia da hospitalidade. - Metodologia. - Produção e comunicação científica.	- Acolhimento.	- Hospitalidade e competitividade.	
	Optativa	- Ensino e formação em hospitalidade. - Fundamentos teóricos da hospitalidade.	- Hospitalidade e memória. - Hospitalidade e urbanidade. - Gastronomia, cultura e hospitalidade.	- Sistema de hospitalidade. - Marketing. - Turismo receptivo.	
Perfil docente	Multidisciplinar (Graduação: Ciências Sociais, Economia, Turismo. Pós-graduação: Administração, Comunicação, História, Sociologia)				
Formação docente	Doutorado (exclusivamente)				
Linhas de pesquisa	Hospitalidade na Competitividade em Serviços. Dimensões e Contextos da Hospitalidade.				
Perfil do egresso	Profissionais com uma visão integrada de diferentes aspectos da hospitalidade: negócios, relações humanas e sustentabilidade.				
	Mestrado em Turismo e Hospitalidade				
Instituição	Universidade de Caxias do Sul				
Gestão	Privada				
Unidade	Centro de Ciências Sociais				
Criação da Unidade	-				
Criação do PPG	2001				
Área temática	Hospitalidade				
Duração	2 anos				
Sede	Caxias do Sul				
Justificativa	Atender a necessidades no âmbito do planejamento e da gestão do turismo, como também de formação de profissionais para o ensino superior e para a pesquisa.				
Objetivo	Desenvolver reflexões teórico-práticas para a produção de conhecimentos e competências				

	em Turismo e Hospitalidade, considerando as dimensões epistemológica, teórica, metodológica e técnica.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Epistemologia - Metodologia. - Evolução histórico-conceitual do turismo. - Educação e prática pedagógica.	- Acolhimento.	- Desenvolvimento regional.	
	Optativa	- Turismo e hospitalidade.	- Psicologia.	- Organização e gestão do turismo. - Planejamento urbano e regional.	- Sustentabilidade
Perfil docente	Multidisciplinar (Graduação: Ciências Sociais, Administração, Turismo. Ciências Biológicas, Pós-graduação: Ciências Sociais, Comunicação, Educação, Geografia)				
Formação docente	Doutorado (exclusivamente)				
Linhas de pesquisa	Hospitalidade na Competitividade em Serviços. Dimensões e Contextos da Hospitalidade.				
Perfil do egresso	Comprometimento, na prática da pesquisa, com princípios éticos e científicos, bem como com as demandas humanas e sociais; atitude crítica e propositiva em relação à produção do conhecimento em Turismo e Hospitalidade; e capacidade de confluência das dimensões teórica, metodológica e técnica.				
Doutorado em Turismo e Hospitalidade					
Instituição	Universidade de Caxias do Sul				
Gestão	Privada				
Unidade	Centro de Ciências Sociais				
Criação da Instituição	1967				
Criação do PPG	2015				
Área temática	Hospitalidade				
Duração	4 anos				
Sede	Caxias do Sul				
Justificativa	Atender a necessidades no âmbito do planejamento e da gestão do turismo, como também de formação de profissionais para o ensino superior e para a pesquisa.				
Objetivo	Desenvolver reflexões teórico-práticas para a produção de conhecimentos e competências em Turismo e Hospitalidade, considerando as dimensões epistemológica, teórica, metodológica e técnica.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Epistemologia - Metodologia. - Evolução histórico-conceitual do	- Acolhimento.	- Desenvolvimento regional.	

		turismo. - Educação e prática pedagógica.			
	Optativa	- Turismo e hospitalidade.	- Psicologia.	- Organização e gestão do turismo. - Planejamento urbano e regional.	- Sustentabilidade
Perfil docente	Multidisciplinar (Graduação: Ciências Sociais, Administração, Turismo. Ciências Biológicas, Pós-graduação: Ciências Sociais, Comunicação, Educação, Geografia)				
Formação docente	Doutorado (exclusivamente)				
Linhas de pesquisa	Hospitalidade na Competitividade em Serviços. Dimensões e Contextos da Hospitalidade.				
Perfil do egresso	Comprometimento, na prática da pesquisa, com princípios éticos e científicos, bem como com as demandas humanas e sociais; atitude crítica e propositiva em relação à produção do conhecimento em Turismo e Hospitalidade; e capacidade de confluência das dimensões teórica, metodológica e técnica.				
Mestrado em Turismo e Hotelaria					
Instituição	Universidade do Vale do Itajaí				
Gestão	Privada				
Unidade	Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Comunicação, Turismo e lazer				
Criação da Instituição	1989				
Criação do PPG	1997				
Área temática	Serviços turísticos				
Duração	2 anos				
Sede	Camboriú				
Justificativa	Os cursos de graduação em turismo embora apresentassem um crescimento quantitativo, ressentiam-se da reduzida formação de quadros técnicos necessários ao seu desenvolvimento qualitativo, situação esta que perdura até os dias atuais.				
Objetivo	Incentivar a pesquisa e o aprofundamento de estudos relacionados ao campo do turismo; Criar um corpo de pesquisadores e de docentes de alto nível; e Capacitar recursos humanos para o ensino do turismo nos níveis técnico, de graduação e de pós-graduação.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Abordagens teóricas e tendências em turismo. - Metodologia.		- Gestão e tendências em hotelaria.	
	Optativa	- Ensino e formação em hospitalidade. - Fundamentos teóricos da hospitalidade.	- Antropologia. - Aspectos culturais da gastronomia.	- Ordenamento espaço turístico. - Planejamento e gestão de destinos. - Logística. - Marketing. - Estatística. - Finanças.	- Sustentabilidade.
Perfil	Multidisciplinar				

docente	(Graduação: Arquitetura, Comunicação, Turismo. Pós-graduação: Administração, Engenharia de Produção, Comunicação, Sociologia)				
Formação docente	Doutorado (exclusivamente)				
Linhas de pesquisa	Planejamento do Destino Turístico. Gestão das Empresas de Turismo.				
Perfil do egresso	Profissionais para o ensino superior e para a pesquisa.				
Doutorado em Turismo e Hotelaria					
Instituição	Universidade do Vale do Itajaí				
Gestão	Privada				
Unidade	Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Comunicação, Turismo e lazer				
Criação da Instituição	1989				
Criação do PPG	2015				
Área temática	Serviços turísticos				
Duração	4 anos				
Sede	Camboriú				
Justificativa	Os cursos de graduação em Turismo embora apresentassem um crescimento quantitativo, ressentiam-se da reduzida formação de quadros técnicos necessários ao seu desenvolvimento qualitativo, situação esta que perdura até os dias atuais.				
Objetivo	Incentivar a pesquisa e o aprofundamento de estudos relacionados ao campo do turismo; Criar um corpo de pesquisadores e de docentes de alto nível; e Capacitar recursos humanos para o ensino do turismo nos níveis técnico, de graduação e de pós-graduação.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Epistemologia do turismo e da hospitalidade. - Educação em turismo e hospitalidade.			
	Optativa	- Metodologia. - Evolução histórico-conceitual do turismo. - Educação e prática pedagógica contemporânea.	- Psicologia. - Cultura e meio ambiente.	- Organização e gestão do turismo. - Desenvolvimento regional.	- Sustentabilidade.
Perfil docente	Multidisciplinar (Graduação: Arquitetura, Comunicação, Turismo. Pós-graduação: Administração, Engenharia de Produção, Comunicação, Sociologia)				
Formação docente	Doutorado (exclusivamente)				
Linhas de pesquisa	Planejamento do Destino Turístico. Gestão das Empresas de Turismo.				
Perfil do egresso	Profissionais para o ensino superior e para a pesquisa.				

No Brasil existem 14 cursos de pós-graduação, dos quais 10 de mestrado e 4 de doutorado. Contudo, essa oferta é muito limitada ao se considerar que existem 539 cursos de graduação em turismo no país. A maior parte dos programas de pós-graduação em turismo brasileiros se inicia nos anos 2000, quando o turismo se consolida enquanto política pública, e posteriormente aos primeiros estímulos de ampliação da oferta de educação em turismo da década anterior, principalmente após a implementação do programa de Expansão das Universidades Federais, a partir de 2007. Diferentemente da Argentina, aonde a pós-graduação vai fortemente estimulada a partir da década de 1990, a criação de uma oferta de educação em nível de pós-graduação no Brasil é bastante anterior. Por isso, pode-se dizer que o ensino em nível de pós-graduação em turismo se expande no contexto de crescimento da educação em turismo, especificamente, com o intuito de qualificar os profissionais do turismo para a qualificação e o desenvolvimento do setor, consoante aos objetivos das políticas de turismo, e para a formação do pessoal da carreira acadêmica, em forte expansão.

Os programas de pós-graduação *strictu sensu* em turismo no Brasil se vinculam majoritariamente a Faculdades/Departamentos de Ciências Sociais, ou mesmo a Faculdades/Escolas de Turismo, diferentemente dos programas argentinos. Essa inserção na estrutura organizacional das instituições de ensino denota um reconhecimento do turismo enquanto fenômeno não apenas econômico, mas também humano e social, que transparece também nos planos de ensino dos cursos. Nos programas, as disciplinas se distribuem mais uniformemente entre as perspectivas do turismo enquanto ciência, experiência e indústria, e quanto aos valores desejáveis ao turismo. Vale notar que 28,5% do ensino de pós-graduação em turismo no país é oferecido em nível de doutorado, que são ainda muito recentes, sem turmas formadas.

No Brasil, o principal objetivo dos programas é qualificar os profissionais do campo turístico, justificado por uma carência de especialistas de alta competência. Neste sentido os programas se orientam por recompor as habilidades necessárias, porém deficitárias, ao egresso do ensino superior em turismo. De modo menos relevante, alguns programas se orientam por outros objetivos, como a formação de profissionais para o mercado, a formação de docentes e produção de pesquisas e novos conhecimentos. Quanto aos docentes, têm perfil multidisciplinar, e com formação em nível de doutorado, obrigatoriamente.

No Brasil cerca de metade dos programas de pós-graduação publicam periódicos científicos, além de também disponibilizarem informações sobre os grupos e projetos de pesquisa vinculados. Percebeu-se maior preocupação dos programas com os objetivos de formar pesquisadores e produzir conhecimentos para a qualificação dos estudos, dos profissionais, e do setor turístico de modo geral. O que se percebe é que existe um esforço, bastante inicial, de se romper no nível de pós-graduação com o viés predominantemente economicista dos estudos e da educação em turismo no país.

6.4 PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTU SENSU* EM TURISMO NO MÉXICO

No México existem 41 programas de pós-graduação *strictu sensu*, dos quais 36 de mestrado e 5 de doutorado. O mestrado em Ciências: Gestão Sustentável do Turismo, da Universidade Autônoma de Guerrero; o mestrado em Direção de Restaurantes e Hotéis, da Cozinha+Arte Universidade; foram contabilizados, porém como não disponibilizam informações para consulta eletrônica não constam no descritivo abaixo. Já o mestrado em Administração de Negócios com Orientação em Hospitalidade, da Universidad del Valle de Mexico, é oferecido em dois *campus*, Lomas Verdes e Guadalajara Sur, em duas cidades diferentes, e por isso foi contabilizado duas vezes.

		MÉXICO			
		Mestrado em Direção e Consultoria Turística			
Instituição	Fundación Universitaria Iberoamericana				
Gestão	Privada				
Unidade	-				
Criação da instituição	1997				
Criação do PPG	-				
Modalidade	Virtual				
Área temática	Economia e Gestão				
Duração	2 anos				
Sede	Ciudad de Mexico				
Justificativa	Dar resposta aos grandes desafios do mundo moderno, utilizando as mais modernas tecnologias da informação e da comunicação, permitindo o acesso a uma formação superior de qualidade.				
Objetivo	Desenvolver o pensamento estratégico e dotar os alunos de técnicas de direção, liderança e desenvolvimento pessoal.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Fundamentos do turismo.		- Marketing. - Gestão de	- Sustentabilidade

				empresas e destinos turísticos. - Tecnologias da informação e comunicação. - Qualidade. - Economia - e-Comércio.	
	Optativa				
Perfil docente	Multidisciplinar (Graduação: Computação, Administração, Turismo. Economia, Pós-graduação: Projetos, Direito, Educação, Geografia)				
Formação docente	Doutorado (predominantemente)				
Linhas de pesquisa	-				
Perfil do egresso	Profissionais aptos aos exercício na direção e administração de empresas turísticas, tanto públicas como privadas.				
Mestrado em Gestão Sustentável do Turismo					
Instituição	Universidad de Quintana Roo				
Gestão	Privada				
Unidade	Divisão de Desenvolvimento Sustentável				
Criação da instituição	1998				
Criação do PPG	2011				
Modalidade	Presencial				
Área temática	Recursos Naturais (e Meio Ambiente)				
Duração	2,5 anos				
Sede	Cozumel				
Justificativa	A crescente preocupação com as pressões humanas sobre o ambiente natural tem aumentado o interesse pela gestão sustentável do turismo, e as organizações do setor tem um papel não apenas em termos de assegurar o mínimo dano, mas também estabelecer esforços de proteção dos destinos.				
Objetivo	Formar recursos humanos com capacidade de investigação, capazes de reconhecer e integrar os fatores socioeconômico, cultural e ambiental no estudo do turismo e capazes de conceber e implementar soluções que contribuam para a sustentabilidade do seu desenvolvimento.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Fundamentos e tendências do turismo. - Bases conceituais, dimensões e indicadores de sustentabilidade. - Metodologia.		- Gestão de áreas naturais protegidas. - Teorias e tendência na gestão sustentável de empresas.	- Sustentabilidade
	Optativa	- Entorno sociocultural, político e ambiental da		- Gestão de projetos com responsabilidade social.	

		empresa turística. - Biodiversidade. - Turismo de natureza.		- Marketing. - Finanças. - Qualidade. - Instrumentos de gestão ambiental. - Manejo de áreas naturais protegidas. - Certificação ambiental.	
Perfil docente	Multidisciplinar (Graduação: Biologia, Ciências Sociais, Pós-graduação: Economia, Química)				
Formação docente	Doutorado (exclusivamente)				
Linhas de pesquisa	Gestão sustentável de empresas turísticas. Gestão turística sustentável de espaços protegidos.				
Perfil do egresso	Profissionais com conhecimentos, habilidades e atitudes que permitam identificar, analisar e diagnosticar problemas de organizações de turismo, e propor e implementar ações preventivas e corretivas para corrigir esses problemas de modo sustentável.				
Mestrado em Ciências para o Desenvolvimento, a Sustentabilidade e o Turismo					
Instituição	Universidad de Guadalajara				
Gestão	Privada				
Unidade	Centro Universitario de la Costa				
Criação da instituição	1997				
Criação do PPG	-				
Modalidade	Presencial				
Área temática	Recursos Naturais (e Meio Ambiente)				
Duração	2 anos				
Sede	Puerto Vallarta				
Justificativa	O turismo enfrenta a contradição de uma sociedade interessada na preservação da natureza e cultural e a degradação resultante da atividade, nesse sentido, a educação de alto nível contribui para a formação de profissionais para esta instituição e para a promoção do desenvolvimento sustentável do país.				
Objetivo	Formar profissionais a partir de uma perspectiva teórica e prática, para desenvolver competências de investigação que lhes permitam gerar novos conhecimentos e propor soluções a partir de uma perspectiva holística, e que contribuam para a formação de recursos humanos.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Teoria do desenvolvimento. - Introdução às ciências sociais. - Recursos naturais e sustentabilidade. - Metodologia. - Cidadania e participação social. - Impactos		- Estatística - Planejamento do desenvolvimento. - Competitividade. - Projetos. - Organização territorial.	

		socioculturais. - Estudos de conjuntura do turismo. - Globalização.			
	Optativa	- Sistemas de informação geográfica.		- Estatística. - Avaliação de recursos turísticos. - Estudo de mercado. - Certificação.	- Sustentabilidade
Perfil docente	Multidisciplinar (Graduação: Ciências Sociais, Letras, Turismo. Economia, Pós-graduação: Ciências Sociais, Economia, Educação, Desenvolvimento Sustentável)				
Formação docente	Doutorado (exclusivamente)				
Linhas de pesquisa	Desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Regional Sociedades em transição.				
Perfil do egresso	Profissionais aptos a elaborar e executar projetos de investigação para a resolução de problemas relativos ao desenvolvimento a sustentabilidade e o turismo; assessorar m projetos públicos ou privados de investimentos; e atuar como docente u investigador; de modo ético, responsável e com respeito a diversidade.				
Doutorado em Ciências para o Desenvolvimento, a Sustentabilidade e o Turismo					
Instituição	Universidad de Guadalajara				
Gestão	Privada				
Unidade	Centro Universitario de la Costa				
Criação da unidade	1994				
Criação do PPG	-				
Modalidade	Presencial				
Área temática					
Duração	3 anos				
Sede	Puerto Vallarta				
Justificativa	O turismo enfrenta a contradição de uma sociedade interessada na preservação da natureza e cultural e a degradação resultante da atividade, nesse sentido, a educação de alto nível contribui para a formação de profissionais para esta instituição e para a promoção do desenvolvimento sustentável do país.				
Objetivo	Formar pesquisadores de alto nível capazes de gerar conhecimentos científicos, com competências para analisar, interpretar e avaliar com rigor científico os problemas do desenvolvimento, da sustentabilidade e do turismo, considerando o contexto local, regional e nacional.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Filosofia e epistemologia. - Teoria do desenvolvimento. - Metodologia.			
	Optativa	- Sistemas de informação		- Estatística. - Avaliação de	- Sustentabilidade

		geográfica.		recursos turísticos. - Estudo de mercado. - Certificação.	
Perfil docente	Multidisciplinar (Graduação: Ciências Sociais, Letras, Turismo. Economia, Pós-graduação: Ciências Sociais, Economia, Educação, Desenvolvimento Sustentável)				
Formação docente	Doutorado (exclusivamente)				
Linhas de pesquisa	Desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Regional Sociedades em transição.				
Perfil do egresso	Profissionais aptos a elaborar e executar projetos de investigação e intervenção social através de políticas públicas, processos comunitários ou projetos produtivos; capacidade de gerar, estimular e difundir novos conhecimentos a partir de investigações originais; com ética, responsabilidade social e rigorosidade profissional.				
Mestrado em Turismo					
Instituição	Universidade Internacional de América				
Gestão	Privada				
Unidade	-				
Criação da instituição	1995				
Criação do PPG	-				
Modalidade	Presencial, Semi-presencial e Virtual				
Área temática	Turismo Geral				
Duração	2 anos				
Sede	Ciudad Victoria				
Justificativa	Em um contexto internacional e multicultural que permite desfrutar das experiências acadêmicas e profissionais, o programa se dirige a desenvolver o pensamento estratégico e dotar os alunos de técnicas de gestão, liderança e desenvolvimento pessoal para o setor turístico.				
Objetivo	Formar quadros de profissionais para docência e pesquisa que sejam capazes de operar como agentes de mudanças nas instituições de ensino superior em turismo.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Metodologia. - Turismo internacional. - Turismo social. - O turismo no México. - Turismo atividade econômica e social.		- Serviços ao turista. - Exploração racional do turismo. - Valor agregado ao turismo. - Recursos e organizações. - Marketing.	
	Optativa				
Perfil docente	Sem informações				
Formação docente	Sem informações				
Linhas de pesquisa	-				
Perfil do	Docentes capazes de detectar os aspectos do turismo que requerem investigação e de				

egresso	empreende-la; de coordenar e organizar as atividades necessárias ao desenho, revisão e atualização dos programas de estudo, além do ensino em turismo.				
Mestrado em Ciências para o Desenvolvimento, Sustentabilidade e Turismo					
Instituição	Universidad Autónoma de Nayarit				
Gestão	Pública				
Unidade	Unidade Acadêmica de Turismo				
Criação da instituição	1969				
Criação do PPG	2012				
Modalidade	Presencial				
Área temática	Recursos Naturais (e Meio Ambiente)				
Duração	2 anos				
Sede	Tepic				
Justificativa	Sem informações				
Objetivo	Formar docentes de alto nível acadêmico-científico com atitude ética e responsabilidade social, capazes de investigar e resolver aspectos relativos ao desenvolvimento sustentável do turismo, com um enfoque multi e interdisciplinar.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Turismo e desenvolvimento. - Ecologia. Biodiversidade. - Ciências sociais. - Metodologia.		- Gestão da informação. - Estatística - Sistema turístico.	- Sustentabilidade.
	Optativa	- Epistemologia - Turismo, migração e pobreza. - Novas teorias e paradigmas do século XXI.	- Antropologia. - Sociologia.	- Economia, e desenvolvimento regional. - Planejamento de espaços turísticos.	
Perfil docente	Multidisciplinar (Graduação: Filosofia, Ciências Biológicas, Pós-graduação: Ciências Biológicas, Economia, Ecologia)				
Formação docente	Doutorado (predominantemente)				
Linhas de pesquisa	Sociedade, Turismo e Desenvolvimento. Recursos naturais, turismo e sustentabilidade.				
Perfil do egresso	Profissionais capazes de investigar e gerar conhecimento a partir de processos complexos para coadunar o desenvolvimento sustentável do turismo, a partir de instituições públicas ou privadas, e incidir nos distintos setores da sociedade.				
Mestrado em Administração e Inovação do Turismo					
Instituição	Instituto Politécnico Nacional				
Gestão	Pública				
Unidade	Escola Superior de Turismo				
Criação da Unidade	1998				
Criação do	2014				

PPG					
Modalidade	Presencial				
Área temática	Economia e Gestão				
Duração	2 anos				
Sede	Cancun				
Justificativa	Sem informações				
Objetivo	Formar profissionais para atividades públicas, privadas ou sociais capazes de dar alternativas de solução para os problemas que apresentam as organizações, de forma inovadora e competitiva, como motor de transformação do país para o desenvolvimento sustentável.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória			- Administração estratégica. - Inovação turística. - Modelos de tomada de decisões.	
	Optativa	- Paradigmas turísticos.		- Inovação na administração turística.	- Sustentabilidade.
Perfil docente	Multidisciplinar (Graduação: Administração, Turismo Pós-graduação: Administração, Educação)				
Formação docente	Doutorado (predominantemente)				
Linhas de pesquisa	Inovação na administração do turismo. Sociedade, sustentabilidade e turismo. Paradigmas turísticos.				
Perfil do egresso	Capacidade de análise e síntese no desenho de estratégias; propor modelos inovadores no manejo de recursos humanos e financeiros; e implementar novos procedimentos para aumentar a eficiência e produtividade da organização.				
Mestrado em Turismo Cultural					
Instituição	Universidade do Tepeyac				
Gestão	Privada				
Unidade	-				
Criação da Instituição	1975				
Criação do PPG	2009				
Modalidade	Presencial				
Área temática	Patrimônio Cultural				
Duração	2 anos				
Sede	Ciudad de México				
Justificativa	Na América Latina existe uma enorme riqueza e diversidade de recursos tanto naturais como culturais, entretanto existe uma defasagem na formação de capital humano preparado para enfrentar este grande desafio.				
Objetivo	Formar especialistas em turismo capazes de gerar e promover produtos turísticos assim como administrar e operar empresas de turismo cultural, ambos dirigidos tanto ao mercado nacional como ao receptivo.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Turismo e		- Desenho de	- Ética.

		cultura. - Geografia e patrimônio. - História da cultura e da arte. - História do México. - Grupos étnicos. - Museologia.		produtos para o turismo cultural.	
	Optativa			- Comercialização em turismo cultural. - Gestão de empresas.	
Perfil docente	Sem informações				
Formação docente	Sem informações				
Linhas de pesquisa	Turismo de aventura. Turismo educativo.				
Perfil do egresso	Capacidade investigação relativa ao turismo e à cultura; de análise da herança histórica e artística mexicana; análise da integração da cultura dos grupos étnicos; e de integrar a sustentabilidade no desenvolvimento do turismo cultural.				
Mestrado em Gestão do Turismo Regional Sustentável					
Instituição	Colegio de Tlaxcala				
Gestão	Privada				
Unidade	-				
Criação da instituição	1998				
Criação do PPG	2011				
Modalidade	Presencial				
Área temática	Planejamento Turístico				
Duração	2 anos				
Sede	San Pablo Apetatitlán				
Justificativa	O aumento de visitantes estrangeiros no país e o incremento de investimentos privadas e públicas para a prestação de serviços necessitam de planejamento e gestão, especialmente para minimizar os impactos sociais e culturais nos diferentes destinos do país.				
Objetivo	Formar recursos humanos profissionais com capacidades técnicas e científicas, para compreender a problemática socioeconômica e cultural do turismo, sob um enfoque regional sustentável, que lhes permitam gerar novos conhecimentos sobre a atividade, assim como melhorar as condições de vida dos habitantes de Tlaxcala e região.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Geografia do turismo. - Epistemologia. - Gastronomia, hotelaria e transporte. - Cultura, ambiente e desenvolvimento.		- Métodos de análise regional. - Economia. - Desenvolvimento de produtos. - Marketing. - Planejamento. - Estatística.	- Sustentabilidade.

	Optativa	- Turismo regional e atores. - Turismo de natureza.		- Recursos turísticos. - Políticas públicas.	- Boas práticas do turismo.
Perfil docente	Multidisciplinar (Graduação: Psicologia, Economia, Pós-graduação: Arquitetura, Economia, Desenvolvimento Regional)				
Formação docente	Doutorado (exclusivamente)				
Linhas de pesquisa	Desenvolvimento regional e turismo. Formação interdisciplinar. Desenvolvimento profissional. Formação vocacional turística; Formação investigativa.				
Perfil do egresso	Profissionais capazes de investigar e gerar conhecimento a partir de processos complexos para coadunar o desenvolvimento sustentável do turismo, a partir de instituições públicas ou privadas, e incidir nos distintos setores da sociedade.				
Mestrado em Agroindústria Rural, Desenvolvimento territorial e Turismo Agroalimentar					
Instituição	Universidad Autónoma do Estado do México				
Gestão	Pública				
Unidade	Instituto de Ciências Agropecuárias e Rurais (sede) Faculdade de Ciências Agrícolas Faculdade de Turismo e Gastronomia				
Criação da Unidade	1986 (Instituto de Ciências Agropecuárias e Rurais)				
Criação do PPG	2009				
Modalidade	Presencial				
Área temática	Outros				
Duração	2 anos				
Sede	Toluca				
Justificativa	Ajudar o setor agropecuário a oferecer opções reais de desenvolvimento territorial.				
Objetivo	Formar docentes de alto nível capazes de gerar ambientes favoráveis á ativação de concentrações de agroindústrias rurais, mediante o desenho de políticas nacionais o a formulação e gestão de planos e programas regionais e locais.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Território e territorialidade . -Agroindústria e desenvolvimento rural. - Identidades e culturas alimentares. - Aplicação inovadora do conhecimento.	- Consumo, consumidores.	- Políticas de desenvolvimento rural. - Economia. - Qualidade. - Gestão da produção. - Agroturismo e desenvolvimento. - Produtos turísticos. - Patrimônio agropecuário.	
	Optativa				
Perfil docente	Multidisciplinar (Graduação: Engenheiro Agrônomo, Turismo Pós-graduação: Geografia, Educação)				
Formação	Mestrado (predominantemente)				

docente					
Linhas de pesquisa	Agroindústria rural, território e sistemas agroalimentares localizados. Qualidade, qualificação e diferenciação de produtos agroalimentares. Agroturismo com visão territorial e do meio ambiente.				
Perfil do egresso	Profissionais com conhecimentos e ferramentas metodológicas para identificar o contexto no qual se desenvolvem as atividades primárias, secundárias e terciárias, assim como a capacidade de analisar diferentes cenários a partir dos quais podem propor e construir alternativas de desenvolvimento territorial local.				
Mestrado em Docência em Turismo					
Instituição	Universidad Autónoma de Estado de México				
Gestão	Pública				
Unidade	Faculdade de Turismo e Gastronomia				
Criação da Unidade	1973				
Criação do PPG	2008				
Modalidade	Virtual				
Área temática	Educação (Formação Profissional)				
Duração	2 anos				
Sede	Toluca				
Justificativa	O turismo requer fluxos intensivos de capital humano, que tem a capacidade e profissionalismo de atender às demandas do setor e ao mesmo tempo requer propostas criativas para a inovação e o uso eficiente de recursos turísticos e gastronômicos, para a manutenção da atividade e para o desenvolvimento e bem-estar das comunidades.				
Objetivo	Formar docentes inovadores no ensino do turismo, capazes de instrumentalizar processos educativos.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Prática docente. - Conhecimento em turismo. - Ethos da docência. - Interação e avaliação da aprendizagem. - Cenário da profissão em turismo. - Modelos curriculares. - Didática.			
	Optativa				
Perfil docente	Multidisciplinar (Graduação: Ciências Sociais, Turismo Pós-graduação: Administração, Ciências Políticas e Sociais, Ciências Sociais)				
Formação docente	Doutorado (exclusivamente)				
Linhas de pesquisa	Currículo e conhecimento profissional em turismo. Desenho institucional de programas de formação em turismo.				
Perfil do egresso	Profissionais capazes de gerar inovações na prática docente nos âmbitos disciplinar, pedagógico e didático que contribuam para a formação de profissionais em turismo com apego ao ethos profissional.				
Mestrado em Estudos Turísticos					

Instituição	Universidad Autónoma de Estado de México				
Gestão	Pública				
Unidade	Faculdade de Turismo e Gastronomia				
Criação da Unidade	1973				
Criação do PPG	1997				
Modalidade	Presencial				
Área temática	Turismo Geral				
Duração	2 anos				
Sede	Toluca				
Justificativa	O turismo requer fluxos intensivos de capital humano, que tem a capacidade e profissionalismo de atender às demandas do setor e ao mesmo tempo requer propostas criativas para a inovação e o uso eficiente de recursos turísticos e gastronômicos, para a manutenção da atividade e para o desenvolvimento e bem-estar das comunidades.				
Objetivo	Formar docentes de alto nível acadêmico em investigação turística, a partir de perspectivas inter e transdisciplinares, capazes de gerar e aplicar novos conhecimentos para a explicação e solução das problemáticas do turismo.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Metodologia. - Investigação turística. - Epistemologia e metodologia em turismo.			
	Optativa	- Epistemologia e teoria do turismo. - Metodologia. - Pedagogia. - Educação e formação em turismo. - Gastronomia mexicana. - Políticas educativas em turismo.	- Antropologia - Etnogastronomia. -	- Desenvolvimento turístico. - Planejamento estratégico e participativo. - Qualidade. - Desenho de produtos e serviços turísticos. - Biotecnologia dos alimentos.	- Sustentabilidade.
Perfil docente	Multidisciplinar (Graduação: Ciências Sociais, Turismo Pós-graduação: Administração, Ciências Políticas e Sociais, Ciências Sociais)				
Formação docente	Doutorado (exclusivamente)				
Linhas de pesquisa	Turismo, desenvolvimento local e sustentabilidade. Construção do conhecimento e formação em turismo. Estudo biocultural do patrimônio gastronômico.				
Perfil do egresso	Profissionais capazes de propor e desenvolver projetos de investigação focados na resolução de problemas do turismo em organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas.				
	Doutorado em Estudos Turísticos				
Instituição	Universidad Autónoma de Estado de México				
Gestão	Pública				
Unidade	Faculdade de Turismo e Gastronomia				
Criação da	1985				

Unidade					
Criação do PPG	2009				
Modalidade	Presencial				
Área temática	Turismo Geral				
Duração	4 anos				
Sede	Toluca				
Justificativa	O turismo requer fluxos intensivos de capital humano, que tem a capacidade e profissionalismo de atender às demandas do setor e ao mesmo tempo requer propostas criativas para a inovação e o uso eficiente de recursos turísticos e gastronômicos, para a manutenção da atividade e para o desenvolvimento e bem-estar das comunidades.				
Objetivo	Formar investigadores de alto nível acadêmico, capazes de compreender e explicar a complexidade da realidade turística em suas diversas manifestações, com o propósito de gerar novos paradigmas, metodologias e conhecimentos próprios o desenvolvimento científico e social.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória				
	Optativa	- Epistemologia e teoria do turismo. - Metodologia. - Pedagogia. - Educação e formação em turismo. - Políticas educativas em turismo. - Gastronomia mexicana.	- Antropologia - Etnogastronomia. -	- Desenvolvimento turístico. - Planejamento estratégico e participativo. - Qualidade. - Desenho de produtos e serviços turísticos. - Biotecnologia dos alimentos.	- Sustentabilidade.
Perfil docente	Multidisciplinar (Graduação: Ciências Sociais, Turismo Pós-graduação: Administração, Ciências Políticas e Sociais, Ciências Sociais)				
Formação docente	Doutorado (exclusivamente)				
Linhas de pesquisa	Turismo, desenvolvimento local e sustentabilidade. Construção do conhecimento e formação em turismo. Estudo biocultural do patrimônio gastronômico.				
Perfil do egresso	Investigador de alto nível, com sólida formação teórica e metodológica que permita gerar conhecimento original encaminhado para melhorar a compreensão do fenômeno turístico e suas implicações.				
Mestrado em Gestão de Destinos Turísticos					
Instituição	Universidade Anáhuac				
Gestão	Privada				
Unidade	Faculdade de Turismo e Gastronomia				
Criação da unidade	1980				
Criação do PPG	2016				
Modalidade	Presencial e semipresencial				
Área temática	Economia e Gestão				
Duração	2 anos				
Sede	Huixquilucan				
Justificativa	Resposta a necessidade de contar com profissionais de tenham a capacitação adequada				

	para enfrentar os desafios do crescimento do turismo de maneira responsável e sustentável.				
Objetivo	Formar profissionais com alta especialização técnica, com uma visão ampla e integral das temáticas mais importantes do desenvolvimento turístico e da gestão de destinos turísticos, com ênfase no pensamento estratégico, na competitividade e na inovação, com ética e responsabilidade social.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Teoria do turismo.	- Desenho de experiências turísticas.	- Política e planejamento turístico. - Estatística - Inteligência comercial. - Economia. - Desenvolvimento de produtos turísticos. - Marketing. - Qualidade. - Inovação. - Competitividade.	- Sustentabilidade. - Ética.
	Optativa			- Tendências. - Animação. - Comportamento do consumidor.	- Responsabilidade social.
Perfil docente	Multidisciplinar (Graduação: Geografia, Turismo, Psicologia Pós-graduação: Administração, Turismo, Psicologia, Economia)				
Formação docente	Doutorado (exclusivamente)				
Linhas de pesquisa	-				
Perfil do egresso	Profissionais com sólida formação acadêmica para atuação como líderes sociais, políticos o empresariais inovadores, com valores éticos e que fomentem o desenvolvimento com qualidade e sustentabilidade.				
Mestrado em Direção de Negócios Gastronômicos					
Instituição	Universidad Anáhuac				
Gestão	Privada				
Unidade	Faculdade de Turismo e Gastronomía				
Criação da unidade	1980				
Criação do PPG	-				
Modalidade	Presencial				
Área temática	Gastronomia/Restauração				
Duração	2 anos				
Sede	Huixquilucan				
Justificativa	Nos últimos anos a indústria gastronômica tem crescido e demanda capital humano com formação profissional e habilidades para atender aos gostos e necessidades de uma sociedade mais exigente.				
Objetivo	Formar talentos que aportem um valor agregado aos desafios que enfrenta a indústria gastronômica atual, através de soluções culinárias e empresariais inovadoras que permitam a criação, crescimento e desenvolvimento de empresas, projetos e produtos com ética e compromisso social.				

Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Teoria do turismo.		- Técnicas de culinária e confeitaria. - Técnicas avançadas. - Administração estratégica. - Contabilidade e finanças - Higiene e segurança dos alimentos. - Marketing.	- Ética na hospitalidade. - Responsabilidade social.
	Optativa	- Enologia. - Viticultura.		- Controle de qualidade.	
Perfil docente	Multidisciplinar (Graduação: Química dos alimentos, Turismo, Psicologia Pós-graduação: Ciência e Tecnologia dos Alimentos, Filosofia, Psicologia, Inovação)				
Formação docente	Mestrado (predominantemente)				
Linhas de pesquisa	-				
Perfil do egresso	Profissionais com novas oportunidades de crescimento na indústria de alimentos e bebidas, com um perfil empreendedor para atuar em nível operativos, administrativo ou gerencial para melhorar os processos e a tomada de decisões				
Doutorado Internacional em Turismo					
Instituição	Universidad Anáhuac				
Gestão	Privada				
Unidade	Faculdade de Turismo e Gastronomia				
Criação da unidade	1980				
Criação do PPG	2015				
Modalidade	Presencial				
Área temática					
Duração	4 anos				
Sede	Huixquilucan				
Justificativa	Um mundo globalizado demanda profissionais e investigadores de nível mundial.				
Objetivo	Formar profissionais capazes de realizar investigação científica de alto nível na área turística, afim de formular respostas para as grandes questões que predominam na atividade turística.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Teoria e epistemologia do turismo. - Técnicas de investigação. - Fenômeno e sistema turístico.		- Economia. - Desenvolvimento turístico. - Competitividade e inovação.	-Sustentabilidade. - Ética da hospitalidade.
	Optativa	- Temas da atualidade em turismo.		- Desenho e avaliação de políticas públicas.	

Perfil docente	Multidisciplinar (Graduação: Zootecnia, Turismo, Economia Pós-graduação: Biotecnologia, Estatística, Filosofia, Turismo)				
Formação docente	Doutorado (exclusivamente)				
Linhas de pesquisa	-				
Perfil do egresso	Profissionais com formação humana e moral, com conhecimentos e habilidades suficientes para o exercício profissional em organizações de turismo e afins, em perspectiva tanto global como local, para a geração de riqueza e bem-estar social.				
Mestrado em Alta Direção de Hotéis e Restaurantes					
Instituição	Instituto Suizo de Gastronomía y Hotelería				
Gestão	Privada				
Unidade	-				
Criação da instituição	2004				
Criação do PPG	-				
Modalidade	Virtual				
Área temática	Serviços Turísticos				
Duração	2 anos				
Sede	Puebla				
Justificativa	Resposta à crescente demanda por diretores na indústria da hospitalidade nacional e internacional.				
Objetivo	Proporcionar ao participante as habilidades e destrezas para desenvolver um estilo de direção baseado no pensamento estratégico de grande flexibilidade, com o fim de enfrentar a complexidade de equipes multiculturais, focados na excelência em serviços.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória			- Administração estratégica. - Finanças. - Recursos Humanos. - Informação em turismo. - Estratégia, liderança e competitividade. - Plano de negócios.	- Ética na hospitalidade.
	Optativa	.			
Perfil docente	Multidisciplinar (Graduação: Administração, Comunicação, Filosofia, Pós-graduação: Ciências Sociais, Marketing, Economia)				
Formação docente	Doutorado (predominantemente)				
Linhas de pesquisa	-				
Perfil do egresso	Capacidade de desenvolver o pensamento estratégico orientado para a excelência no serviço, apoiado em métodos de investigação moderna e na interpretação de dados para a tomada de decisões assertiva, de modo ético.				
Mestrado em Turismo Sustentável					
Instituição	Universidad del Medio Ambiente				
Gestão	Privada				
Unidade	-				

Criação da instituição	2006				
Criação do PPG	2006				
Modalidade	Semipresencial				
Área temática					
Duração	2 anos				
Sede	San Mateo Acatitlán				
Justificativa	Enfrentamento de problemas ambientais e sociais que exigem ações transformadoras em direção à sustentabilidade, para a qual é indispensável profissionais com formação especializada.				
Objetivo	Oferecer as ferramentas práticas para o desenvolvimento, operação, comercialização e avaliação de projetos e produtos turísticos baseados no potencial do lugar, no desenho de instalações e infraestrutura adequada, e na responsabilidade social e ambiental.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Turismo, ecoturismo e sustentabilidade. - Ecologia. - Problemas socioambientais. - Pensamento sistêmico - Pensamento crítico.	- Turismo biocultural.	- Infraestrutura para o turismo sustentável. - Estudos de mercado. - Desenho de produtos e manejo de riscos. - Modelos de negócios. - Qualidade. - Projetos.	- Ética.
	Optativa	.			
Perfil docente	Multidisciplinar (Graduação: Arquitetura, Comunicação, Pós-graduação: Direito Ambiental, Administração, Turismo Sustentável)				
Formação docente	Mestrado (predominantemente)				
Linhas de pesquisa	-				
Perfil do egresso	Compreender o marco teórico do turismo sustentável; conhecer as estratégias de comercialização de produtos e destinos turísticos sustentáveis; formatar projetos de turismo sustentável; criação de valor biocultural; valorização de estratégias mercadológicas apropriadas e respeitadas aos contextos culturais e ambientais.				
	Mestrado em Turismo Sustentável				
Instituição	Universidad Latina				
Gestão	Privada				
Unidade	-				
Criação da instituição	1967				
Criação do PPG	2012				
Modalidade	Presencial				
Área temática	Recursos Naturais (e Meio Ambiente)				
Duração	2 anos				
Sede	Cuernavaca				
Justificativa	Enfrentamento de problemas ambientais e atendimento das necessidades atuais dos consumidores.				
Objetivo	Formar profissionais capazes de formular planos de desenvolvimento sustentáveis para o aproveitamento e conservação dos recursos turísticos do México.				

Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Paradigmas do desenvolvimento turístico. - Espaços turísticos. - Metodologia. - Direitos humanos.		- Projetos para o desenvolvimento sustentável. - Estatística. - Desenho e gestão de projetos sustentáveis. - Interpretação do patrimônio. - Qualidade. - Imagem e marketing do produto turístico.	- Sustentabilidade.
	Optativa	.			
Perfil docente	Sem informações				
Formação docente	Sem informações				
Linhas de pesquisa	-				
Perfil do egresso	Gerar produtos turísticos sustentáveis que atendam o setor turístico de uma perspectiva humanística e mercadológica; promover destinos sustentáveis, e proteger os recursos naturais e culturais.				
Mestrado em Paisagem e Turismo Rural					
Instituição	Colegio de Postgraduados				
Gestão	Pública				
Unidade	-				
Criação da instituição	1959				
Criação do PPG	2015				
Modalidade	Presencial				
Área temática	Recursos Naturais (e Meio Ambiente)				
Duração	2 anos				
Sede	Amatlán de los Reyes				
Justificativa	Enfrentamento de problemas regionais e nacionais como a pobreza de povo rurais e indígenas e o desenvolvimento territorial rural.				
Objetivo	Desenvolver competências, conhecimentos, habilidades e atitudes com um enfoque multidisciplinar em profissionais da Paisagem e Turismo Rural, que realizam investigação científica básica e aplicada orientada a resolver problemas de conservação e aproveitamento da biodiversidade e contribuam para o desenvolvimento sustentável.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Metodologia. - Filosofia da ciência. - Divulgação da ciência. - Biodiversidade. - Ecologia e paisagem.		- Economia. - Estatística. - Legislação. - Planejamento territorial. - Inovação para o desenvolvimento. - Comercialização de produtos não tradicionais.	- Sustentabilidade. - Ética.
	Optativa	.			
Perfil	Multidisciplinar				

docente	(Graduação: Agronomia, Arquitetura, Biologia Pós-Graduação: Ciências Naturais, Agronomia, Genética)				
Formação docente	Doutorado (exclusivamente)				
Linhas de pesquisa	Paisagem rural. Turismo sustentável para o desenvolvimento regional.				
Perfil do egresso	Profissional capaz de desenvolver projetos de turismo rural de acordo com as leis e normas ambientais; de aplicar princípios teóricos e metodológicos de sustentabilidade; de aplicar metodologias para avaliação do estado da biodiversidade; de modo ético e com responsabilidade social.				
Mestrado em Gestão de Empresas Turísticas					
Instituição	Universidad Regiomontana				
Gestão	Privada				
Unidade	-				
Criação da instituição	1969				
Criação do PPG	2011				
Modalidade	Presencial				
Área temática	Economia e Gestão				
Duração	2 anos				
Sede	Monterrey				
Justificativa	Ampliar e melhorar a formação profissional com um enfoque funcional e racional para satisfazer as novas necessidades técnicas, sociais e culturais do estado e do país.				
Objetivo	Formas profissionais capazes de planejar, desenhar, desenvolver e avaliar estratégias para empresas turísticas.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Metodologia.		- Economia. - Estatística. - Qualidade. - Legislação. - Contabilidade. - Recursos humanos. - Estratégia. - Operações.	- Sustentabilidade.
	Optativa	.			
Perfil docente	-				
Formação docente	Sem informações				
Linhas de pesquisa	Sem informações				
Perfil do egresso	Capacidade de manejar novas tecnologias de informação, além de preparo teórico e prático sobre a empresa turística em contextos nacionais e internacionais, com liderança, eficiência e qualidade.				
Mestrado em Gestão Sustentável do Turismo					
Instituição	Instituto Suizo de Gastronomía y Hotelería				
Gestão	Privado				
Unidade	-				
Criação da instituição	2004				
Criação do PPG	-				
Modalidade	Virtual				

Área temática	Economia e Gestão				
Duração	1,5 ano				
Sede	Puebla				
Justificativa	Enfrentamento de problemas sociais, ambientais e econômicos da gestão sustentável do turismo.				
Objetivo	Profissionais para o desenho, planejamento e aplicação de técnicas de medição do turismo sustentável para determinar rentabilidade dos projetos turísticos, e recuperação e dinamização dos recursos em âmbito nacional e internacional.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Entorno socioeconômico e político.		- Gestão sustentável. - Planejamento e gestão do turismo. - Tecnologias da informação e comunicação. - Avaliação da sustentabilidade. - Competitividade. - Legislação. - Cadeia de valor. - marketing.	- Sustentabilidade.
	Optativa	.			
Perfil docente	Sem informações				
Formação docente	Sem informações				
Linhas de pesquisa	-				
Perfil do egresso	Conhecimentos, habilidades e atitudes para identificar, analisar, diagnosticar e propor ações preventivas e corretivas relativas à problemática turística das empresas e organizações em um marco de sustentabilidade.				
Mestrado em Marketing para Hotéis e Restaurantes					
Instituição	Instituto Suizo de Gastronomía y Hotelería				
Gestão	Privado				
Unidade	-				
Criação da instituição	2004				
Criação do PPG	-				
Modalidade	Virtual				
Área temática	Economia e Gestão				
Duração	1,5 ano				
Sede	Puebla				
Justificativa	Enfrentamento de problemas sociais, ambientais e econômicos da gestão sustentável do turismo.				
Objetivo	Formar profissionais aptos a identificar oportunidades de negócios e elaborar e dirigir projetos de desenvolvimento para o setor hoteleiro e de restaurantes				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Entorno socioeconômico e político.		- Gestão ambiental. - Projetos. - Tecnologias da	

				informação e comunicação. - Pesquisa de mercado. - Marketing.	
	Optativa	.			
Perfil docente	Sem informações				
Formação docente	Sem informações				
Linhas de pesquisa	-				
Perfil do egresso	Especialistas capacitados para analisar e formular as estratégias de comercialização, tomando em conta os recursos disponíveis e as tendências internacionais.				
Mestrado em Gestão Financeira para Hotéis e Restaurantes					
Instituição	Instituto Suizo de Gastronomía y Hotelería				
Gestão	Privado				
Unidade	-				
Criação da instituição	2004				
Criação do PPG	-				
Modalidade	Virtual				
Área temática	Economia e Gestão				
Duração	1,5 ano				
Sede	Puebla				
Justificativa	Compreensão do funcionamento das finanças na indústria da hospitalidade para melhoria da rentabilidade e valor da empresa.				
Objetivo	Profissionais capazes de analisar e planejar financeiramente hotéis e restaurantes, com o fim de tomar decisões responsáveis e oportunas para a rentabilidade da empresa.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Entorno socioeconômico e político.		- Modelos de negócios. - Estatística. - Contabilidade financeira. - Projetos. - Tecnologias da informação e comunicação. - Matemática financeira. - Marketing.	
	Optativa	.			
Perfil docente	Sem informações				
Formação docente	Sem informações				
Linhas de pesquisa	-				
Perfil do egresso	Especialista capacitado para analisar e propor estratégias financeiras necessárias, tomando em conta os projetos de investimentos necessários e a avaliação dos possíveis riscos.				
Mestrado em Alta Direção de Hotéis e Restaurantes					
Instituição	Universidad Anáhuac Mexico Sur				
Gestão	Privado				

Unidade	-				
Criação da instituição	1981				
Criação do PPG	2014				
Modalidade	Virtual				
Área temática	Economia e Gestão				
Duração	2 anos				
Sede	Ciudad de Mexico				
Justificativa	Aperfeiçoamento profissional com os conhecimentos, habilidades e competências sobre a direção e controle de empresas que demanda a globalização dos negócios turísticos.				
Objetivo	Formar especialistas na administração, direção e controle de empresas da indústria da hospitalidade, otimizando recursos e processos, com ética e responsabilidade social.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Alta direção de hotéis e restaurantes.		- Planejamento estratégico. - Finanças. - Tecnologias da informação e comunicação. - Marketing. - Recursos Humanos. - Compras, operações e qualidade.	
	Optativa	.			
Perfil docente	Sem informações				
Formação docente	Sem informações				
Linhas de pesquisa	-				
Perfil do egresso	Especialista capacitado para planejar os recursos humanos e métodos de trabalho; gestão financeira e de marketing; com qualidade, inovação e liderança.				
Mestrado em Produção Panificadora, Doceria e Confeitaria Internacional					
Instituição	Instituto Suizo de Gastronomía y Hotelería				
Gestão	Privado				
Unidade	-				
Criação da instituição	2004				
Criação do PPG	-				
Modalidade	Virtual				
Área temática	Economia e Gestão				
Duração	1,5 ano				
Sede	Puebla				
Justificativa	Aperfeiçoamento profissional para bom desempenho na indústria alimentícia.				
Objetivo	Formar especialistas em processos e técnicas empregadas na alta panificação e doceria internacional necessários para que possam desempenhar funções na indústria alimentícia, atendendo as exigências e necessidades do mercado.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória			- Confeitaria e	

				doceria internacional. - Panificação internacional. - Controle de custos dos alimentos. - Administração de empresas. - Marketing.	
	Optativa				
Perfil docente	Sem informações				
Formação docente	Sem informações				
Linhas de pesquisa	-				
Perfil do egresso	Especialista capacitado em diferentes tipos de panificação, confeitaria e doceria; com capacidade de direção de estabelecimentos alimentícios; com qualidade e inovação.				
Mestrado em Política e Gestão Turística					
Instituição	Escuela Jacobea de Postgrado				
Gestão	Privado				
Unidade	-				
Criação da instituição	2009				
Criação do PPG	2009				
Modalidade	Virtual				
Área temática	Economia e Gestão				
Duração	2 anos				
Sede	Xalapa				
Justificativa	Aperfeiçoamento profissional para a investigação e inovação em turismo.				
Objetivo	Proporcionar uma formação acadêmica especializada nos aspectos fundamentais ao mundo do ócio e do turismo, facilitando as ferramentas e técnicas de gestão e direção de empresas e organismos relacionados com a atividade turística.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Conceitos gerais do turismo - Direito do trabalho e turismo. - Impactos do turismo. - Metodologia.	- Sociologia do turismo	- Legislação turística. - Patrimônio, equipamentos e gestão turística. - Qualidade - Informática. - Marketing. - Inglês.	
	Optativa				
Perfil docente	Multidisciplinar (Graduação: Direito, Tecnologia da Informação, Pós-graduação: Direito, Geografia)				
Formação docente	Doutorado (exclusivamente)				
Linhas de pesquisa	-				
Perfil do egresso	Profissionais orientados à gestão integral da empresa turística, e ao desenho, formulação e aplicação de políticas em turismo.				

Mestrado em Desenvolvimento Estratégico do Turismo					
Instituição	Universidad de Occidente				
Gestão	Pública				
Unidade	-				
Criação da instituição	1982				
Criação do PPG	1996				
Modalidade	Semipresencial				
Área temática	Economia e Gestão				
Duração	2 anos				
Sede	Mazatlán				
Justificativa	O turismo é um dos setores da economia mais promissores do estado de Sinaloa, e Mazatlán um dos destinos turísticos mais antigos e conhecidos do país, fazendo necessária a formação de profissionais competentes no campo.				
Objetivo	Formar profissionais que desenvolvam competências para a análise, a sistematização, a interpretação e a solução de problemas derivados da gestão estratégica do turismo, gerando propostas de solução dos mesmos, a partir de uma perspectiva crítica, integral e socialmente responsável.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Abordagens no estudo do turismo. - Investigação em turismo. - Metodologia.		- Estatística. - Economia. - Desenvolvimento turístico. - Prospecção de mercado. - Marketing. - Inovação.	- Sustentabilidade.
	Optativa				
Perfil docente	Multidisciplinar (Graduação: Matemática, Agronomia) Pós-graduação: Estudos Organizacionais, Educação, Ciências da Computação)				
Formação docente	Doutorado (predominantemente)				
Linhas de pesquisa	Competitividade organizacional nas empresas do setor turístico. Organizações familiares no setor turístico. Desenvolvimento turístico regional sustentável.				
Perfil do egresso	Profissionais dotados de base teórico-conceitual, tecnológica e valorativa necessária para discutir a viabilidade de projetos turístico acordes com o desenvolvimento sustentável, suas alcances e limitações, como também alternativas de conservação e aproveitamento do patrimônio natural e cultural.				
Doutorado em Gestão do Turismo					
Instituição	Universidad de Occidente				
Gestão	Pública				
Unidade	Unidade Mazatlán				
Criação da instituição	1982				
Criação do PPG	2012				
Modalidade	Presencial				
Área temática	Economia e Gestão				
Duração	4 anos				
Sede	Mazatlán				

Justificativa	O turismo é um dos setores da economia mais promissores do estado de Sinaloa, e Mazatlán um dos destinos turísticos mais antigos e conhecidos do país, fazendo necessária a formação de investigadores com a capacidade de compreensão do fenômeno turístico e dos conhecimentos para abordar diferentes temáticas relacionadas com este sector.				
Objetivo	Formar profissionais na investigação da gestão do turismo com alto sentido ético e humanista, que gerem novos paradigmas e contribuam para a compreensão do fenômeno turístico e sua relação com a gestão da atividade turística, em benefício da sociedade.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Perspectivas e modelos turísticos. - Contexto e estudos do turismo. - Metodologia.		- Estatística. - Gestão e competitividade. - Tendências do turismo.	
	Optativa				
Perfil docente	Multidisciplinar (Graduação: Matemática, Agronomia) Pós-graduação: Estudos Organizacionais, Educação, Ciências da Computação)				
Formação docente	Doutorado (exclusivamente)				
Linhas de pesquisa	Gestão e competitividade do turismo. Inovação e tomada de decisões em organizações turísticas. Desenvolvimento turístico sustentável.				
Perfil do egresso	Profissionais capazes de produzir conhecimento inovador no campo acadêmico e científico do turismo.				
Mestrado em Desenvolvimento de Negócios Turísticos					
Instituição	Universidad de los Altos de Chiapas				
Gestão	Privada				
Unidade	-				
Criação da instituição	1993				
Criação do PPG	2007				
Modalidade	Presencial				
Área temática	Economia e Gestão				
Duração	2 anos				
Sede	San Cristóbal de las Casas				
Justificativa	Promover o desenvolvimento econômico e social, com capacidade de adaptação ante as circunstancias globais.				
Objetivo	Formar docentes de alto nível capazes de administrar e criar negócios relacionados com a atividade turística nacional e internacional, desenvolvendo investigação dentro dos diferentes campos de oportunidades do setor turístico.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Metodologia.		- Administração de empresas. - Análise de mercados. - Economia. - Legislação turística. - Negócios turísticos. - Contabilidade. - Finanças.	

				- Marketing.	
	Optativa				
Perfil docente	Sem informações				
Formação docente	Sem informações				
Linhas de pesquisa	-				
Perfil do egresso	Docentes capazes de identificar as áreas de oportunidade nos negócios turísticos, utilizando as ferramentas necessárias de planejamento, avaliação de projetos de investimento, estratégias de conhecimento e manejo de mercado, considerando as tendências atuais.				
Mestrado em Administração de Negócios com Orientação em Hospitalidade					
Instituição	Universidad del Valle de México				
Gestão	Privada				
Unidade	Campus Lomas Verdes/Guadalajara Sur				
Criação da instituição	1960				
Criação do PPG	-				
Modalidade	Virtual				
Área temática	Economia e Gestão				
Duração	2 anos				
Sede	Naucalpan de Juárez/Tlaquepaque				
Justificativa	Para profissionais do setor que pretendem desenvolver sua capacidade gerencial e diretiva para coordenar e administrar projetos relacionados com a hospitalidade.				
Objetivo	Formar diretores e executivos com conhecimentos, habilidades e competências para gestionar eficazmente os recursos materiais, humanos e financeiros de empresas e projetos relacionados com a hospitalidade.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	-		- Administração estratégica. - Finanças. - Economia. - Comunicação. - Recursos humanos. - Indústria da hospitalidade	
	Optativa				
Perfil docente	Sem informações				
Formação docente	Sem informações				
Linhas de pesquisa	-				
Perfil do egresso	Profissionais capazes de Planejar, organizar, dirigir e controlar estrategicamente as organizações e instituições do setor e/ou afins.				
Mestrado em Gestão de Empresas Turísticas					
Instituição	Instituto Campechano				
Gestão	Privada				
Unidade	Escola de Turismo				
Criação da unidade	1981				
Criação do	2008				

PPG					
Modalidade	Presencial				
Área temática	Economia e Gestão				
Duração	2 anos				
Sede	San Francisco de Campeche				
Justificativa	Para profissionais para solucionar os problemas das empresas do setor turístico.				
Objetivo	Formar profissionais competentes para a gestão de empresas turísticas.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Investigação turística.		- Estrutura das empresas turísticas. - Administração estratégica. - Sistema de informação. - Recursos humanos. - Qualidade.	
	Optativa				
Perfil docente	Multidisciplinar (Graduação: Pedagogia, Turismo Pós-graduação: Educação, Administração)				
Formação docente	Mestrado (predominantemente)				
Linhas de pesquisa	-				
Perfil do egresso	Profissionais comprometidos com a qualidade e o desenvolvimento dos serviços e empresas turísticas.				
Mestrado em Desenvolvimento Regional e Turismo Sustentável					
Instituição	Universidade Riviera				
Gestão	Pública				
Unidade	-				
Criação da instituição	1991				
Criação do PPG	2014				
Modalidade	Presencial				
Área temática	Turismo Geral				
Duração	2 anos				
Sede	Playa del Carmen				
Justificativa	O turismo em Quintana Roo vem vivendo um grande aumento, mas permanecem subaproveitadas oportunidades potenciais de desenvolvimento. Por este motivo, é importante formar expertos que permitam melhorar o padrão de desenvolvimento na região e gerar novas oportunidades de desenvolvimento.				
Objetivo	Formar profissionais com uma visão inovadora capazes de desenvolver, desenhar, dirigir, avaliar e melhorar projetos aplicáveis e de investigação, que contribuam para o turismo sustentável e o desenvolvimento da região, obtendo como resultado a melhoria da qualidade de vida dos habitantes.				
Plano de estudos		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores
	Obrigatória	- Impacto e risco ambiental.		- Políticas turísticas. - Desenvolvimento.	- Sustentabilidade.

				- Administração estratégica. - Competitividade. - Finanças.	
	Optativa				
Perfil docente	Sem informações				
Formação docente	Sem informações				
Linhas de pesquisa	-				
Perfil do egresso	Profissionais com capacidade de desenvolver, planejar e implementar adequadamente projetos de desenvolvimento regional e turístico sustentável multinacional, nacional, regional e local.				
Mestrado em Administração de Eventos e Direção de Operações de Alimentos e Bebidas					
Instituição	Universidad Panamericana				
Gestão	Privado				
Unidade	Escola de Administração de Instituições				
Criação da Unidade	1968				
Criação do PPG	2011				
Modalidade	Presencial				
Área temática	Economia e Gestão				
Duração	-				
Sede	Ciudad de México				
Mestrado em Gestão e Operação de Estabelecimentos de Alimentos e Bebidas					
Instituição	Universidad Panamericana				
Gestão	Privado				
Unidade	Escola de Administração de Instituições				
Criação da Unidade	1968				
Criação do PPG	2011				
Modalidade	Presencial				
Área temática	Economia e Gestão				
Duração	-				
Sede	Cidade do México				
Mestrado em Relações Públicas e Gestão de Eventos					
Instituição	Universidad Panamericana				
Gestão	Privado				
Unidade	Escola de Administração de Instituições				
Criação da Unidade	1968				
Criação do PPG	2010				
Modalidade	Presencial				
Área temática	Economia e Gestão				
Duração	-				
Sede	Cidade do México				
		Turismo como ciência	Turismo como experiência	Turismo como indústria	Valores

	Obrigatória		- Antropologia da hospitalidade.	- Finanças. - Gestão de eventos. - Recursos Humanos. - Alimentos e bebidas. - Marca e imagem. - Desenho de conceitos e campanhas publicitárias.	- Ética.
	Optativa				
Mestrado em Organização de Eventos					
Instituição	Universidad Panamericana				
Gestão	Privado				
Unidade	Escola de Administração de Instituições				
Criação da Unidade	1968				
Criação do PPG	2011				
Modalidade	Presencial				
Área temática	Economia e Gestão				
Duração	-				
Sede	Cidade do México				

No México, assim como na Argentina e no Brasil, os programas de pós-graduação em turismo datam dos anos 2000, com poucas exceções. Mais uma vez a oferta de pós-graduação é muito inferior aos 403 cursos de graduação em turismo. É notória a intensiva presença de instituições privadas na pós-graduação em turismo mexicana, que pode ser explicada pela adoção de políticas neoliberais no período, que levaram à diminuição dos orçamentos das instituições de ensino superior públicas e a abertura do mercado às instituições privadas, as quais implicam numa adequação da oferta educacional às necessidades do mercado e dos clientes, ou seja, uma formação voltada para o mercado de trabalho.

Os programas se vinculam a Departamentos/Faculdades diversos, e muitas vezes posicionam-se independentes de Departamentos/Faculdades. Nota-se maior vinculação a Faculdades de Turismo no caso do México comparativamente a Argentina e Brasil, o que demonstra maior formalização do ensino superior em turismo na estrutura das instituições de ensino mexicanas, que se justifica pela alongada trajetória e relevância do setor no país.

O principal objetivo dos cursos de pós-graduação em turismo é a formação de profissionais para o mercado de trabalho extrauniversitário, para atuação principalmente na gerência ou direção de empresas turísticas. Nesses programas predominam as disciplinas que se propõem a discutir os temas relativos à indústria do turismo, e os planos de estudos se compõem por disciplinas como Estratégia, Inovação, Competitividade, Qualidade e Marketing. Nesses cursos, os docentes são predominantemente doutores formados em diversas áreas.

Porém, a resolução de problemas regionais e a formação de docentes também aparecem como justificativas para os programas. Para a resolução de problemas, a capacidade de análise e diagnóstico das questões relativas ao turismo, bem como a aquisição de habilidades para solucioná-las, visando a promoção do desenvolvimento regional, são perfis desejados dos egressos. Nesse sentido, a educação de pós-graduação em turismo se vincula às políticas nacionais em turismo e reforça a concepção do turismo como alternativa de desenvolvimento para regiões em situações de fragilidade econômica ou social, ao propor-se formar tanto a mão-de-obra capacitada para a gestão da indústria do turismo como os profissionais com habilidades teóricas e técnicas para solucionar as questões relativas ao desenvolvimento do turismo, dos territórios e das comunidades.

Quanto a formação de docentes, muitos cursos se voltam para formar os quadros profissionais para a docência em instituições de ensino em turismo públicas ou privadas com o intuito de suprir uma carência do mercado por capital humano qualificado. De fato, cerca de 10% dos programas se destinam a contribuir para a qualidade do ensino, da pesquisa e para o desenvolvimento das nações. Esses se propõem a formar docentes e investigadores capazes de gerar conhecimentos para a construção do campo científico do turismo, para a difusão, por meio da pesquisa e da docência, de novos conhecimentos adequados às realidades locais, e para a intervenção e transformação da realidade.

No que se refere ao corpo docente dos programas de pós-graduação em turismo, tem formação em nível de doutorado predominantemente, em diversas áreas do conhecimento. Quanto à pesquisa, poucas revistas científicas foram identificadas vinculadas aos programas de pós-graduação em turismo, e poucos grupos e projetos de pesquisa foram encontrados. Constatou-se que os programas, talvez por serem em grande parte privados, visam atender a uma demanda dos profissionais por qualificação para colocação ou ascensão no mercado de trabalho, mais que voltar-se para a

investigação das questões relevantes ao fenômeno turístico para a construção, difusão ou renovação dos conhecimentos do campo.

6.5 SÍNTESE COMPARATIVA

Com se pode perceber, a educação em turismo vem passando por profundos avanços, tanto em termos de sua ampliação quantitativa como relativos ao seu desenvolvimento enquanto área do conhecimento. Analisar a oferta educacional em nível de pós-graduação e sua contribuição para a qualidade do ensino, da pesquisa e para produção de novos conhecimentos em turismo, e, assim, para o desenvolvimento do turismo e para as sociedades argentina, brasileira e mexicana, foi o intuito desse capítulo.

De acordo com Weber (1982), a educação é uma dimensão de processos de racionalização que tem o papel de desenvolver códigos simbólicos e perfis profissionais, que no caso do turismo se amoldaram acordes aos contornos políticos e econômicos estabelecidos a partir da década de 1960, em que o turismo, e as teorias e metodologias usados na sua formulação e execução, se configurou como política econômica para o desenvolvimento dos países em situação de subdesenvolvimento. Nesse sentido, a educação em turismo, utilizando-se dessas bases teóricas e metodológicas, se alinhou às políticas em turismo e consolidou esses parâmetros como códigos profissionais que sobrevivem até hoje, em nível de graduação e mesmo na pós-graduação.

Desse modo, as políticas de educação em turismo na Argentina, Brasil e México, mesmo em nível de pós-graduação, obedecem ao que Mannheim definiu como uma dupla função da educação, a manutenção da ordem e a alteração desta ordem. Pode-se perceber que os programas de pós-graduação em turismo conservam muitas das diretrizes definidas ainda na década de 1960, e neste sentido funcionam como mantenedoras de um modelo de turismo internacional, receptivo, dependente da demanda dos países desenvolvidos, e assim se voltam para a qualificação de mão-de-obra visando aumentar a qualidade e competitividade das nações no mercado global de turismo. Nesse sentido, em conformidade com Bourdieu, pode-se dizer que a educação em turismo constitui-se como um capital cultural que reforça a dominação e reproduz a ordem social. Entendida dessa maneira, a política nacional de turismo menos que uma

alternativa para o desenvolvimento, que segundo Darcy Ribeiro ocorre por meio de um processo de aceleração evolutiva, isto é, um modo autônomo das nações dirigirem-se a si próprias, reforça a perseguição de formas exógenas de produção econômica.

Por outro lado, notam-se algumas iniciativas, ainda muito recentes, no sentido de oferecer uma educação em turismo para a reflexão, crítica e reconstrução dos conhecimentos e modelos predominantes no campo científico do turismo, por meio da discussão de novos temas, do esforço de construção de uma tradição em pesquisa, e da formação de docentes e investigadores para a redefinição e atualização dos códigos simbólicos e do capital cultural da profissão.

Consoante a essa perspectiva, Adorno defende que a educação deve favorecer o esclarecimento, a reflexão crítica e a resistência à exigência de adaptação do ensino às demandas do mercado, que impõem a conformação e negam as possibilidades de emancipação dos indivíduos. Complementarmente, Habermas rejeita a prioridade dos conhecimentos legitimados pelo costume e a tradição, e defende o estímulo ao conhecimento produzido com base em argumentos e reflexão autônomos.

Assim, o que se constata é que diferenças nos sistemas educativos, nas orientações políticas e nos objetivos das instituições de ensino definiram diferentemente as ofertas de ensino de pós-graduação em turismo nesses países. Quanto aos sistemas educativos, na Argentina o ensino de pós-graduação se desenvolve apenas a partir da década de 1990, enquanto que no Brasil a educação nesse nível já vinha se consolidando desde os anos 1960, já no México a pós-graduação se expande nos anos 1980, em consonância com a ampliação do ensino superior de modo geral. Em termos de qualidade do ensino, órgãos de acreditação dos programas de pós-graduação foram criados visando estabelecer padrões e critérios de avaliação e controle da qualidade do ensino, mais precocemente no Brasil e apenas recentemente na Argentina e no México, o que esclarece a orientação científica mais proeminente na pós-graduação brasileira.

No que se refere aos objetivos das instituições de ensino, nota-se que na Argentina se voltaram para a resolução de problemas regionais, reforçando a associação entre turismo e desenvolvimento. No Brasil, o objetivo é a qualificação profissional, para suprimento das deficiências e o aprimoramento da qualidade da formação superior em turismo. No México, a maior parte da oferta se dedica a formação de profissionais para o mercado de trabalho. No que tange às orientações políticas, na Argentina, a pós-graduação a partir dos anos noventa torna-se assunto estratégico para a competitividade

nacional, e desde então se assiste a uma ampliação desse nível de ensino, para atendimento de expectativas acadêmicas e de colocação profissional. No Brasil, a política de expansão da oferta pública de ensino superior possibilitou a formação e ampliação de quadros docentes para a abertura de programas de pós-graduação em turismo nas instituições federais. Quanto o México, a adoção de políticas neoliberais desde os anos noventa permitiu o surgimento de uma ampla oferta educacional privada, orientada ao atendimento das demandas dos profissionais e do mercado de trabalho. Essa oferta parece fazer válidos os argumentos que atribuem a ampliação da oferta de pós-graduação em turismo à tentativa de capturar o grande número de egressos de cursos superiores em turismo e áreas afins.

Pode-se perceber que a abordagem gerencialista que passou a dominar o ensino superior em turismo alcançou também a pós-graduação, principalmente na Argentina e no México, devido principalmente aos fatores políticos e institucionais citados. Na pós-graduação, essa abordagem incorporou temas como o planejamento estratégico, o marketing turístico e a gestão da qualidade em empresas e destinos turísticos. As novas temáticas levantadas posteriormente foram também incorporadas pela pós-graduação, como a responsabilidade ambiental e social, a sustentabilidade e a endogeneidade na tomada de decisões e na distribuição dos benefícios advindos da atividade. Assim, mesmo a pós-graduação em turismo corrobora os imperativos científicos positivistas do campo, sustentados pela performatividade e rentabilidade, explicados também pela notável identificação do turismo enquanto indústria e sua decorrente vinculação nas escolas de negócios.

Apesar de se reconhecer que existem duas abordagens na educação em turismo, a acadêmica e a vocacional, que requer especialidades formativas distintas consoantes aos diferentes objetivos de atuação profissional, deve-se fortalecer o entendimento de que a qualidade do profissional e do setor, de modo, geral se amolda de acordo com os conhecimentos e habilidades presentes no campo, ou seja, com o capital cultural disponível. A educação em turismo tal qual ela é predominantemente ofertada, porém, não parece ser capaz de contribuir para a renovação dos conhecimentos do campo científico, necessário para seu avanço seja enquanto área do conhecimento, seja para a formação de profissionais para a reflexão e emancipação, ou seja para a revisão do modelo de produção econômica externamente baseado.

Dessa maneira, a dispersão da atividade turística na América Latina, e especificamente nos países em estudo, ainda não encontra correspondência na educação em turismo e na produção de conhecimento sobre o fenômeno turístico em sua totalidade, nem mesmo em nível de pós-graduação. Contudo, a dispersão desse nível de estudos é ao mesmo tempo recente e crescente nesses países, e por isso apresenta-se como potencial para a renovação dos conhecimentos, abordagens, teorias e técnicas de concepção e intervenção sobre o turismo nessas nações.

Para que esse potencial se realize, defende-se que a educação em turismo deva contemplar cinco eixos fundamentais: científico, experiencial, contextual, funcional e valorativo, pesadas as devidas proporções em conformidade com a importância contextual de cada eixo e com os objetivos formativos, de modo que a relevância atribuída a um eixo formativo não implique a supressão dos demais. Considera-se que por meio dessa abordagem poder-se-ia revisar o conhecimento sobre o turismo construído sob as diversas perspectivas e em sua totalidade, de modo a permitir identificar os novos rumos que deveriam seguir as investigações considerando-se os dilemas e prerrogativas implícitas em cada nação. Tudo isso permitiria construir políticas públicas em turismo formuladas com base em um modelo de desenvolvimento do turismo próprio, sustentado e adequado às realidades nacionais, e capazes de orientar o desenvolvimento das nações.

Considera-se que a implementação de políticas e programas nesse sentido será efetiva na medida em que haja um melhor conhecimento sobre os aportes teóricos, as experiências dos sujeitos e as práticas da indústria do turismo que embasem o desenvolvimento de estratégias regionais, nacionais ou transnacionais capazes de promover a gestão responsável do ambiente natural, da diversidade cultural, dos recursos econômicos e da vida humana, tanto nas empresas como nos governos.

6.6 CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

A análise da oferta de pós-graduação em turismo nos três países permitiu perceber que diferenças nos sistemas educativos, nas orientações políticas e nos objetivos das instituições de ensino definiram diferentemente as ofertas de ensino de pós-graduação em turismo nesses países. As distintas políticas de estímulo à educação em nível de pós-graduação fazem com que a pós-graduação em turismo nos três países

se desenvolva em momentos distintos, o que implica em diferentes graus de institucionalização desse nível educacional em cada um deles.

De modo semelhante, os programas de turismo perseguem objetivos também diversos, ora para a resolução de problemas regionais, ora para a qualificação profissional, e ora para a formação de profissionais para o mercado de trabalho. Nesse sentido, se confirma a hipótese de que o ensino superior em turismo é heterogêneo, justificada por fatores como os contextos nos quais se inserem os programas e os objetivos das instituições de ensino. Nesse nível de ensino se confirma a hipótese de que existe uma desvinculação entre as políticas de educação em turismo e a oferta educacional instalada, uma vez que se observou que as políticas de educação em turismo se alinham com as políticas em turismo, em geral, e encaram o turismo como uma indústria benéfica ao equilíbrio comercial.

Em nível de pós-graduação, as discussões sobre a indústria do turismo estão presentes, mas com propósitos diversos, não limitados a empregabilidade, capacitação para acesso ao mercado de trabalho, ou qualificação para a competitividade do setor. O profissional tem responsabilidades mais amplas, de análise, compreensão e intervenção para a solução de problemas locais e regionais, ou conhecimentos mais profundos e críticos para a docência.

Por isso, considera-se que a qualidade do ensino em nível de pós-graduação seja superior ao ensino de graduação, uma vez que oferece uma formação mais ampla, ao considerar não apenas o domínio da indústria, mas também, mesmo que em menor medida como se constatou na análise dos planos de estudos, o turismo como ciência, experiência e os valores desejáveis ao turismo; e ao mesmo tempo, mais profunda e analítica do fenômeno do turismo.

Ainda, os órgãos de acreditação dos programas de pós-graduação criados nos países, mais precocemente no Brasil e apenas recentemente na Argentina e no México, podem contribuir para o zelo pela qualidade do ensino de pós-graduação em turismo e favorecer seu aperfeiçoamento, o que, no Brasil, esclarece uma orientação mais científica que nos demais países.

Contudo, a oferta de pós-graduação em turismo nos países estudados contribui de modo ainda incipiente para a renovação dos conhecimentos do campo científico, e assim para uma turismologia, para a formação de profissionais com capacidade de análise e crítica, e desse modo, para a revisão do modelo de produção do turismo. A

pesquisa ainda não é uma tradição, os programas de pós-graduação são bastante recentes, os graduados em turismo ainda estão sendo formados nos níveis de mestrado e doutorado, e os docentes ainda são provenientes de diversas áreas do conhecimento.

Considera-se que esses caminhos ainda devem ser persistentemente construídos e percorridos pelos profissionais, docentes e investigadores do turismo, mas vislumbram-se novas perspectivas neste sentido nos três países, mais avançadas no Brasil e no México.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho se orientou pela indagação sobre como se configuraram as políticas públicas de educação em turismo na América Latina, mais especificamente na Argentina, Brasil e México. Desse questionamento se desdobrou o objetivo de *analisar o processo de ascensão, consolidação e implementação da política de educação em turismo na agenda pública desses países*.

Para alcançar esse objetivo se buscou delimitar um corpus teórico e um esquema metodológico de análise compatíveis que permitissem a averiguação da questão. Nesse sentido recorreu-se aos estudos acerca do turismo enquanto objeto de conhecimento, da educação e da educação em turismo; das políticas públicas e das políticas em turismo.

Constatou-se que não há uma definição universalmente aceita de turismo, mas que predomina uma concepção de turismo enquanto indústria, principalmente de âmbito internacional. Durante muito tempo se construiu um entendimento do turismo ligado às trocas econômicas em que são privilegiados os benefícios econômicos do turismo, o qual se faz notável até o momento, apesar da entrada de novos temas no debate.

A fragmentação e as divergências conceituais possibilitaram a identificação de princípios essenciais ao turismo fundamentais para a construção de um novo entendimento, mais abrangente, por tentar apresentar o turismo como um único domínio de estudo e conciliar aspectos presentes em diferentes abordagens, conceituais, subjetivas, objetivas e ideais. A partir de então, se buscou construir uma epistemologia do turismo a partir da noção de viagem, ou movimento, pois se acredita que essa perspectiva suscita uma reflexão mais ampla do turismo, enquanto fenômeno social, com potencial para o conhecimento sobre o comportamento social contemporâneo.

Quanto a educação, partiu-se de um breve transcurso pela sociologia da educação com vistas a situar o debate acerca da educação em turismo. A educação é percebida pelos primeiros estudos sociológicos como contribuição para o processo de civilização, que é lento, com avanços e retrocessos. Posteriormente, a manutenção ou alteração da ordem passam a ser entendidas como funções da escola, e as teorias do poder e da dominação são articuladas no campo da sociologia da educação, que passa a questionar o conhecimento legítimo ou tradicional. Na atualidade, dentre outros temas, a sociologia da educação questiona a formação centrada no atendimento às demandas do

mercado, discute a formação para a cidadania, e as demandas e alternativas para a formação de nível superior.

Desse panorama surgiram questionamentos referentes aos avanços, entraves ou retrocessos da educação em turismo; sobre a sua contribuição para a manutenção ou revisão do estado atual das coisas; sobre os conhecimentos priorizados; e sobre o potencial de reflexão e crítica emancipatória. Após revisão de literatura, se percebeu que, de modo geral, os cursos apresentam majoritariamente uma orientação técnica para os níveis operacionais e de supervisão para atendimento ao mercado de trabalho.

Constatou-se que a educação em turismo se origina na América Latina na década de 1970, no contexto em que publicações de organizações internacionais propalam os benefícios da educação e do turismo para o desenvolvimento das nações. Desde então, uma vasta oferta desde cursos de nível médio, superior e de pós-graduação, pública e privada, tem sido instalada, com o intuito, principalmente de atender a indústria turística nascente. Contudo, os programas de pós-graduação em turismo latino-americanos datam dos anos 1980, *lato e stricto sensu*, e não acompanharam o desenvolvimento do setor, que cresce rapidamente enquanto os cursos de mestrado e doutorado ainda são poucos. Considera-se, entretanto, que o ensino de pós-graduação apresente-se como um dos maiores desafios para a melhoria da qualidade do turismo, enquanto ciência, prática e setor econômico, e sua efetiva contribuição para as nações latino-americanas.

Em sua maioria, os cursos têm como objetivo a preparação de profissionais para atuação na indústria turística, mas em uma minoria os objetivos são diversos. Quanto à seriedade dos cursos, enquanto alguns defendem a capacidade dos cursos de habilitar os egressos com as habilidades requeridas pelo mercado de trabalho, outros questionam que, apesar de ser essa a essência dos cursos, muitos não conseguem oferecer programas de qualidade e colocar os estudantes no mercado.

A dificuldade de empregabilidade dos egressos pode ter outras causas alheias a academia. Por um lado, a dificuldade de se criar um entendimento comum do que deve constituir a graduação em turismo para os acadêmicos, para a indústria e para os governos dificulta a aceitação do profissional titulado. Por outro, como a indústria turística é composta em grande parte por pequenos negócios, que utilizam mão de obra semi ou desqualificada, a formação acadêmica não é vista como um requisito necessário para o emprego.

Considerando-se os diferentes resultados dos países em termos de participação

no mercado turístico internacional, a discussão sobre as políticas públicas e as políticas em turismo partiu da indagação sobre como explicar o contraste entre as políticas em turismo em diferentes nações, especificamente na América Latina, em que os países apresentam histórias, desenvolvimento e desafios semelhantes. Para buscar responder a tal indagação, teoricamente tomaram-se em consideração os cinco estágios do ciclo das políticas públicas, e foram investigados três deles, a definição da agenda, a tomada de decisão e a implementação. Metodologicamente partiu-se de uma abordagem historicamente fundamentada, que enfatiza os contextos e os processos políticos nos quais as decisões políticas foram tomadas.

As diferentes concepções da política de turismo refletem as influências de uma multiplicidade de diferentes perspectivas, conceituações e metodologias em políticas públicas. Contudo, alguns pesquisadores acreditam que as abordagens dominantes são desenvolvidas a partir do paradigma racional, consideradas por outros como reducionista, por produzir uma descrição que ignora a dinâmica do ambiente e não possui ferramentas analíticas para investigar o contexto. Notou-se, porém, que os objetivos das políticas em turismo são diversos, e variaram ao longo do tempo, e que cada uma das perspectivas acerca dessas políticas, pluralista, racional, institucional ou outra, persegue diferentes propósitos, o que dificulta o estabelecimento de qual seria a “essência” da política de turismo. Contudo, alguns alertam para o predomínio de uma visão dominante que a entende como uma área da política econômica.

Nos países analisados, observou-se que as políticas em turismo entram na agenda dos três países na década de 1920, mas ainda em forma de políticas governamentais isoladas, sem vínculos fortes na estrutura do Estado. Na Argentina, a política de turismo nasce orientada para o mercado doméstico, entendida como um direito social, enquanto que no Brasil e no México a política desde o início apresenta objetivos de desenvolvimento econômico. A partir da década de 1960 as políticas em turismo se consolidam na agenda pública, e se formaliza no arranjo organizacional estatal. A partir desse momento o turismo fará parte dos projetos nacionais dos três países com um único objetivo, o desenvolvimento econômico aos moldes das economias líderes mundiais, em conformidade com as diretrizes internacionais sobre o tema para os países subdesenvolvidos. Desde então a configuração das políticas de turismo dos três países se assemelhou. A partir da década de 1990, o turismo irá não apenas permanecer na agenda como se tornar prioridade para os governos,

principalmente para a Argentina e o México, e as políticas em turismo passam a se pautar pela competitividade nacional no mercado turístico globalizado.

Sobre a educação na América Latina, desde seus primórdios será afetada pelas mudanças econômicas, sociais, culturais e políticas dos tempos, e também permeada por influências dos modelos educacionais internacionais. Mais recentemente, os sistemas educativos latino-americanos foram conformando-se em estruturas relativamente semelhantes, constituídas pelos níveis primário, secundário e superior, sendo o primeiro destes de caráter obrigatório e gratuito. Porém, a semelhança nos princípios que orientam as políticas educativas na região não implica necessariamente uma semelhança nas políticas ou nos resultados, devido a traços culturais e institucionais particulares.

Quanto às políticas de educação em turismo, constatou-se que se alinham às políticas em turismo mais gerais nos três países. Foi possível perceber que nas primeiras décadas a agenda de educação em turismo dos três países era distinta, em função dos diversos contextos econômicos, sociais e institucionais nacionais. Porém, à medida que fatores externos conformaram esses contextos de modos semelhantes, aproximando-lhes, são redefinidas as políticas de turismo, que se homogeneízam, assim como as políticas de educação em turismo se assemelham desde décadas finais do século XX.

Aspectos históricos, políticos e institucionais, internos e externos às nações, determinantes para a configuração das políticas em turismo definirão de modo semelhante as políticas de educação em turismo na Argentina, no Brasil e no México. Por isso, se refuta a hipótese de que existe uma falta de coordenação entre a política de turismo e a política educacional em turismo, pois, mesmo no nível superior, a educação em turismo se volta, majoritariamente, para a formação de mão de obra operacional e gerencial para o atendimento à indústria do turismo, menos que para a formação de profissionais para a análise, crítica e decisão acerca do turismo em sua totalidade.

Já no estágio de implementação, partiu-se do argumento de que frequentemente os resultados e impactos reais de certas políticas não correspondem aos impactos projetados na fase da sua formulação. Por isso, se pretendeu saber como a política de educação em turismo configura, estrutura e implementa a oferta de educação superior em turismo, e se a oferta educacional, enquanto resultado da política educacional, corresponde aos objetivos projetados.

A educação superior em turismo demonstrou-se relevante enquanto política pública principalmente na Argentina e no Brasil. Na Argentina, a metade da oferta de

ensino superior em turismo está instalada em instituições públicas, e no Brasil, metade das instituições públicas oferecem cursos em turismo. Já no México, diferentemente, o setor privado é o grande responsável pela oferta instalada, em conformidade com a orientação neoliberal que seguem as políticas em turismo no país.

Percebeu-se que, nas instituições privadas, a oferta de educação superior em turismo se volta à formação de mão de obra para os níveis operacional e gerencial da indústria do turismo. Nesse sentido, os três países analisados se adequam às suas políticas nacionais em turismo, para as quais o turismo é entendido como uma indústria, e às políticas de educação em turismo, de suporte ao crescimento do turismo. Então, se refuta a hipótese de que existe uma desvinculação entre as políticas de educação em turismo e a oferta de ensino superior em turismo. Já nas instituições públicas, existe uma maior heterogeneidade temática e de ênfases nos cursos, e por isso, se confirma a hipótese de que a diversidade de abordagens do turismo permite o crescimento de uma oferta educacional heterogênea, que pode não se vincular aos objetivos gerais das políticas de educação em turismo, e se pautar por outros perfis formativos, com objetivos científicos, práticos ou funcionais.

Em síntese, observou-se que a educação superior em turismo, de modo geral, nos três países, tem três objetivos principais, pretende formar mão de obra nos níveis operacional e gerencial, garantir certa qualificação visando a empregabilidade dos profissionais, e a qualidade desse setor da economia para garantir competitividade internacional, além de outros menos incidentes, como a formação de docentes e de servidores públicos. Assim, a análise da oferta educacional instalada permite verificar que seu intuito é contribuir para os objetivos das políticas em turismo, atrelados ao desenvolvimento do turismo enquanto setor da economia. Porém, por isso, sua contribuição parece menos determinante para a produção de novos conhecimentos, capacidades e técnicas em turismo, ao reproduzir as habilidades requeridas pelo mercado turístico, e desse modo compromete a própria retroalimentação do processo educacional, isto é, compromete a qualidade da pesquisa e do ensino e, assim, o próprio desenvolvimento do turismo nessas nações.

Por considerar que a pós-graduação pode funcionar como um instrumento fundamental para melhorar a qualidade do ensino, estimular a pesquisa e renovar os conhecimentos do campo, seguiu-se para a análise dos programas de pós-graduação em turismo. Dentre as instituições de ensino superior, a pós-graduação tem participação

ainda modesta em relação à oferta total, porém seu significado qualitativo tem maior relevância que sua expressão quantitativa, por seu papel na construção científica do turismo, formação de docentes em domínios mais abrangentes do fenômeno turístico, e preocupação com a resolução de problemas regionais, apesar da abordagem gerencial da indústria do turismo ainda estar muito presente, principalmente no México.

Nesse nível de ensino se confirma a hipótese de que existe uma desvinculação entre as políticas de educação em turismo e a oferta educacional instalada, uma vez que se observou que as políticas de educação em turismo e as políticas em turismo, em geral, encaram o turismo como uma indústria e a formação em turismo como suporte ao crescimento e qualificação dessa indústria, enquanto que, em nível de pós-graduação, as discussões sobre a indústria do turismo estão presentes, mas com propósitos diversos, não limitados a empregabilidade, capacitação para acesso ao mercado de trabalho, ou qualificação para a competitividade do setor. O profissional tem responsabilidades mais amplas, de análise, compreensão e intervenção para a solução de problemas locais e regionais, ou conhecimentos mais profundos e críticos para a docência.

Por isso, considera-se que a qualidade do ensino em nível de pós-graduação seja superior ao ensino de graduação, uma vez que oferece uma formação mais ampla, ao considerar não apenas o domínio da indústria, mas também, mesmo que em menor medida como se constatou na análise dos planos de estudos, o turismo como ciência, experiência e os valores desejáveis ao turismo; e ao mesmo tempo, mais profunda e analítica do fenômeno do turismo.

Contudo, a oferta de pós-graduação em turismo nos países estudados contribui de modo ainda incipiente para a renovação dos conhecimentos do campo científico, e assim para uma turismologia, para a formação de profissionais com capacidade de análise e crítica, e desse modo, para a revisão do modelo de produção do turismo. A pesquisa ainda não é uma tradição, os programas de pós-graduação são bastante recentes, os graduados em turismo ainda estão sendo formados nos níveis de mestrado e doutorado, e os docentes ainda são provenientes de diversas áreas do conhecimento.

Em síntese, conclui-se que a educação em turismo, que se origina no continente europeu, chega à América Latina na esteira do desenvolvimento de investigações que, na década de 1960, vão dar publicidade aos benefícios econômicos desta atividade produtora de receita e de emprego. A partir de então, à medida que turismo vai gradualmente alcançando *status* público entre os países da região, a educação em

turismo é incorporada à agenda dos governos. O reconhecimento de como ocorreu esse processo, isto é, quais os determinantes políticos internos e externos que fizeram da educação em turismo, desde seu despontar como tema público, uma política que hoje está presente em diversos países da região como se fora imprescindível e inadiável, foi o intuito desse trabalho.

A alteração dos sistemas educacionais dos países na década de 1990, para conformarem-se às orientações internacionais de adequação às mudanças econômicas e sociais, no marco de políticas neoliberais, fizeram imperativo o investimento na formação de recursos humanos de forma ampliada, atribuindo-se ao processo de produção e distribuição de conhecimento a capacidade de aumentar a produtividade em todos os setores.

Nesse íterim que emerge a necessidade de estruturação da educação em turismo, que passava pela definição de objetivos coerentes com as estratégias de desenvolvimento do turismo em andamento, de forma a satisfazer a necessidade de profissionais para a sustentação do setor, em conformidade com o novo modelo produtivo e as novas exigências do mercado de trabalho. Se por um lado a segmentação dos mercados pressupõe uma maior especialização dos recursos humanos, por outro a flexibilidade exige currículos abrangentes e uma formação contínua ao longo da vida. O modelo de turismo tradicional do pós-guerra então dará lugar a um novo modelo, em que a educação e profissionalização serão tomadas como pilares, juntamente com a qualidade, sustentabilidade e competitividade.

Conclui-se também que a vinculação das políticas de educação em turismo, e da oferta de ensino superior, especialmente em nível de graduação, com as políticas em turismo mais gerais é uma limitação à própria educação em turismo, já que essas políticas mais gerais tem uma visão estreita do fenômeno do turismo, voltada principalmente para o domínio do turismo enquanto indústria.

Apesar de não ter sido objeto de investigação nesse trabalho, a configuração da educação em turismo faz notar que a burocracia, entendida como uma das âncoras institucionais para o funcionamento do Estado e representada nesse trabalho pelas instituições de ensino superior e seu corpo docente, que teoricamente deve ser neutra e profissional para garantir a continuidade e coerência das políticas públicas, tem participação na implementação das políticas de educação em turismo ao definir as áreas temáticas, ênfases e objetivos de alguns cursos de graduação e pós-graduação em

turismo, desvirtuados das orientações projetadas pelas políticas, e, por isso, caracterizando-se como “déficits de implementação”.

Considera-se que a burocracia, e o desvio, tem papel mais determinante para a qualidade do ensino, pesquisa e intervenção em turismo que as políticas orientadoras do ensino em turismo, pois incorporaram outros domínios do fenômeno do turismo, como o científico, experiencial, e valorativo, além do domínio funcional. Então, se aponta como linha de investigação o papel da burocracia na implementação das políticas de ensino em turismo e na estruturação dessa oferta educacional.

Finalmente, como limitação desse trabalho, aponta-se a suposição inicial, de que as políticas de educação em turismo na América Latina se apoiam operacionalmente na estrutura das instituições de ensino de nível superior, uma vez que se identificou uma grande oferta em outros níveis de ensino não pesquisados.

REFERENCIAS

- ABOITES, H. El derecho a la educación en México: del liberalismo decimonónico al neoliberalismo del siglo XXI. *Revista mexicana de investigación educativa*, v. 17, n. 53, p. 361-389, 2012.
- ABRAHÃO, J. Financiamento e gasto público da educação básica no Brasil e comparações com alguns países da OCDE e América Latina. *Educação & Sociedade*, 26(92), 841-58, 2005.
- ACERENZA, M. Reflexiones sobre la Planificación del Turismo en Latinoamérica. *Aportes y Transferencias*, v. 1, n. 2, p. 47-64, 1997.
- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- AFONSO, A. Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-nação e a emergência da regulação supranacional. *Educação & Sociedade*, 22(75), pp. 15-32, 2001.
- AIREY, D. From here to uncertainty. Critical Issues in Tourism Education. In: Conference of the Association for Tourism in Higher Education. *Proceedings* Missenden Ab bey, Buckinghamshire UK 1-3 December, 2004.
- AIREY, D.; JOHNSON, S. *The profile of Tourism Studies Degree Courses in the UK: 97/98*. Guideline n. 7. London: National Liaison Group for Higher Education, NGL, 1998.
- AIREY, D.; TRIBE, J. Education for Hospitality. In: LASHLEY, C.; MORRISON, A. *Search for Hospitality*. Oxford: Ed. Butterworth-Heineman, 2000.
- AIREY, D.; TRIBE, J. (Orgs.). *An International Handbook of Tourism Education*. Oxford: Elsevier, 2005.
- ALMEIDA, F. A. B. Viagens turísticas como experiências de fronteiras. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 6 (01), 2013.
- ALTÉS, C. *El turismo en América Latina y el Caribe y la experiencia del BID*. Serie de informes técnicos del Departamento de Desarrollo Sostenible - BID. Washington, D. C. 2006.
- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- AMOAHA, V., BAUM, T. Tourism education: policy versus practice. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, vol. 9, n. 1, pp. 5-12, 1997.
- ANSARAH, M. G.; REJOWSKI, M. Panorama do ensino em Turismo no Brasil: graduação e pós-graduação. *Revista Turismo em Análise* 7 (1), pp. 36-61, 1996.

- ANSARAH, M. *Turismo: como aprender, como ensinar*. São Paulo: Senac, 2001.
- ANSARAH, M.; REJOWSKI, M. Panorama do ensino em turismo no Brasil: graduação e pós-graduação. *Revista Turismo em Análise*, v 7, n. 1, 1996.
- APOSTOLOPOULOS, Y. Introduction: reinventing the sociology of tourism. p. 1-14. In: APOSTOLOPOULOS, Y.; LEIVADI, S.; YIANNAKIS, A. (Eds.). *The sociology of tourism: theoretical and empirical investigations*. London and New York: Routledge, 2001.
- ARAUJO, C. P. Da Embratur à política nacional de turismo. *Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/USP*, v. 19, n.31, pp. 146-163, 2012.
- ARAÚJO, G.; GELBCKE, D. L. Turismo comunitário: uma perspectiva ética e educativa de desenvolvimento. *Turismo: Visão e Ação*, v. 10, n. 3, p. 357-377, 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.14210/rtva.v10n3.p358-377>. Disponível em: <<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/770>>. Acesso em: 14 de maio de 2016.
- ARDOSO, F. H. O papel dos empresários no processo de transição: o caso brasileiro. *Revista Dados*, v.26, n.1, 1983.
- ARECHIGA, J. Atisbos a la investigación turística en México: origen, evolución y situación actual. *Turismo y Patrimonio*, N. 8, 2014.
- ARGENTINA. CAMARA DOS DEPUTADOS. Lei Federal de Educação 24.195, de 1992.
- ARGENTINA. CAMARA DOS DEPUTADOS. Ley Nacional de Educación Superior nº 24.521, de 20 de julio de 1995. Disponível em: <http://portal.educacion.gov.ar/sistema/files/2009/12/Ley-nacional-de-educacion-superior-24.521.pdf> Acesso em 07 abril 2015.
- ARGENTINA. CAMARA DOS DEPUTADOS. Ley 25.997 de 2005. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.ar/institucional/acerca>>. Acesso em: 14 de maio de 2016.
- ARGENTINA. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. PROYECTO MEDAR – Memoria de la Educación Argentina - 1810-1880. Disponível em: http://www.bnm.me.gov.ar/proyectos/medar/historia_investigacion/1810_1850/. Acesso em 15 de agosto de 2015.
- ARGENTINA. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. PROYECTO MEDAR – Memoria de la Educación Argentina - 1880-1910. Disponível em: http://www.bnm.me.gov.ar/proyectos/medar/historia_investigacion/1880_1910/index.php. Acesso em 18 de agosto de 2015.

ARGENTINA. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. PROYECTO MEDAR – Memoria de la Educación Argentina - 1910-1930. Disponível em: http://www.bnm.me.gov.ar/proyectos/medar/historia_investigacion/1910_1930/index.php. Acesso em 15 de agosto de 2015.

ARGENTINA. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. PROYECTO MEDAR – Memoria de la Educación Argentina - 1930-1945. Disponível em: http://www.bnm.me.gov.ar/proyectos/medar/historia_investigacion/1930_1945/index.php. Acesso em 15 de agosto de 2015.

ARGENTINA. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. PROYECTO MEDAR – Memoria de la Educación Argentina - 1945-1955. Disponível em: http://www.bnm.me.gov.ar/proyectos/medar/historia_investigacion/1945_1955/index.php. Acesso em 15 de agosto de 2015.

ARGENTINA. MINISTERIO DA EDUCACIÓN. Buscador de títulos oficiales, 2015. Disponível em: <<http://titulosoficiales.siu.edu.ar/>>. Acesso em 13 de abril de 2015.

ARGENTINA. MINISTERIO DO TURISMO. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.ar/institucional/acerca>>. Acesso em: 14 de maio de 2016.

ARGENTINA. MINISTERIO DO TURISMO. Plan Federal Estratégico de Turismo Sustentable 2020, 2011.

ARGENTINA. PRESIDENCIA DE LA NACIÓN, 8 de julio de 2003. Presidencia de la Nación, 2003, Políticas de Estado. Presidencia de la Nación, [en línea]. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.ar/>>. Acesso em: 14 de maio de 2016.

ARGENTINA. PRESIDENCIA DE LA NACIÓN. DECRETO N° 9.468 de 1961.

ARRETCHE, Marta T. S. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas. *Revista brasileira de ciências sociais*. v. 11, n.31, pp.44-66, 1996.

ARTURI, C. S. O debate teórico sobre mudança de regime político. *Revista de Sociologia e política*, V. 17, N. 11, 2001.

ATELJEVIC, I.; PRITCHARD. A.; MORGAN, N. (Eds.). The critical turn in tourism studies: Innovative research methods. Oxford: Elsevier, pp. 29-40, 2007.

AZANHA, J. M.. *Uma idéia de pesquisa educacional*. Edusp, 1992.

BABB, S. Del nacionalismo al neoliberalismo: El ascenso de los nuevos Money Doctors en México. *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*, 2005.

- BALBACHEVSKY, E. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem sucedida. In: *Os desafios da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
- BALL, S. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. *Revista Currículo sem Fronteiras*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 2001.
- BATISTA JR, P. N. Vulnerabilidade externa da economia brasileira. *Estudos Avançados* 16 (45), pp. 173-185, 2002.
- BARREYRO, G. B. *Políticas Educativas en la Argentina a Fines del Siglo XX: un estudio del Plan Social Educativo*. Tesis de Maestría en Ciencias Sociales, 2001.
- BECKER, B. K. *Levantamento e avaliação da política federal de turismo e seu impacto na região costeira*. Vol. 3. Programa Nacional do Meio Ambiente, 1995.
- BEECH, J. A internacionalização das políticas educativas na América Latina. *Currículo sem fronteiras*, 9(2), 32-50, 2009.
- BENI, M. C. *Análise Estrutural do Turismo*. Editora Senac, São Paulo, 1988.
- BENI, MC. *Análise do desempenho do sistema nacional de turismo instituído na administração pública. 1991*. Diss. Tese (Livre docência). Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo-USP, São Paulo: USP, 1991.
- BENI, M. A política do turismo. *Turismo: como aprender, como ensinar*. São Paulo: SENAC, 2001.
- BENSENY, Gr. El turismo en México. Apreciaciones sobre el turismo en espacio litoral. *Aportes y Transferencias*, v. 11, n. 2, p. 13-34, 2007.
- BERTONCELLO, R. Turismo, territorio y sociedad. El mapa turístico de la Argentina. 2006.
- BIANCHI, R. Critical turn in tourism studies: a radical critique. *Tourism Geographies*, v. 11, p. 427- 443, nov. 2009.
- BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento. *La cohesión social en América Latina y el Caribe. Análisis, acción Análisis, acción y coordinación*. Editora del BID, 2006.
- BOTTERILL, D.; GALE, T.; HAVEN, C. A survey of doctoral theses accepted by universities in the UK and Ireland for studies related to tourism, 1990-1999. *Tourist Studies*, 2(3), pp.283-311, 2002.
- BOTTERILL, D.; GALE, T. Postgraduate and Ph.D. Education. pp. In: AIREY, D.; TRIBE, J. *An International Handbook of Tourism Education*. 2005.

- BOULLÓN, R. *Planificación del Espacio Turístico*. México: Trillas, 1999.
- BOURDIEU, P. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BOWE, R.; BALL, S. *Reforming education and changing schools: case studies and policy sociology*, London: Routledge. 1992. Disponível em: <<http://books.google.com.br>>. Acesso em: 09 mai. 2014.
- BOYER, M. *História do turismo de massa*. Bauru, SP: Edusc, 2003.
- BRACHO, T. Desigualdad social y educación en México. Una perspectiva sociológica. *Educar*, n. 29, p. 031-54, 2002.
- BRASIL. CAMARA DOS DEPUTADOS. Decreto Nº 48.126, de 19 de Abril de 1960.
- BRASIL. CAMARA DOS DEPUTADOS. Decreto-Lei Nº 2.240, De 28 De Maio De 1940.
- BRASIL. CAMARA DOS DEPUTADOS. Decreto-Lei Nº 9.788, de 6 de Setembro de 1946.
- BRASIL. CAMARA DOS DEPUTADOS. Resolução da Câmara dos Deputados Nº 57, de 1956.
- BRASIL. Decreto Nº 48.126, De 19 De Abril De 1960.
- BRASIL. CAMARA DOS DEPUTADOS. Decreto nº 448, de 14 de fevereiro de 1992
- BRASIL. EMBRATUR. Deliberação Normativa n. 390 de 1998.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/ORGANIZACIÓN DE ESTADOS IBEROAMERICANOS. Educação Superior, (Capítulo 12), pp.142-154. . In: BRASIL. Ministério da Educação de Brasil (MEC/INEP); Organización de Estados Iberoamericanos/OEI (Dirección de Educación y Organización de Estados Iberoamericanos). *Sistema Educativo Nacional do Brasil*. [informe realizado por José Roberto Rus Perez (et al.)]. Ministério da Educação de Brasil, Brasília (DF), 2002 L. Disponível em: <http://www.oei.es/quipu/brasil/educ_superior.pdf> Acesso em 30 de junho de 2015.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/ORGANIZACIÓN DE ESTADOS IBEROAMERICANOS. Estrutura geral do sistema educacional . (Capítulo 4), pp.35-41. In: BRASIL. Ministério da Educação (MEC/INEP); Organización de Estados Iberoamericanos/OEI (Dirección de Educación y Organización de Estados Iberoamericanos). *Sistema Educativo Nacional de Brasil*. [informe realizado por José Roberto Rus Perez (et al.)]. Ministério da Educação de Brasil, Brasília (DF), 2002b. Disponível em: <<http://www.oei.es/quipu/brasil/estructura.pdf>> Acesso em 30 de junho de 2015.

- BRASIL. MINISTERIO DO TURISMO. Plano Nacional de Turismo 2003-2006, 2003.
- BRASIL. MINISTERIO DO TURISMO. Programa de Regionalização do Turismo 2004.
- BRASIL. MINISTERIO DO TURISMO. Plano Nacional de Turismo 2007-2010, 2007.
- BRASIL. MINISTERIO DO TURISMO. *Anuário Estatístico 2014 - Ano Base 2013*.
- BRASIL. MINISTERIO DO TURISMO. Plano Nacional de Turismo 2013-2016, 2013.
- BRASIL. PRESIDENCIA DA REPUBLICA. Decreto-Lei Nº 9.788, 6 de Setembro de 1946.
- BRASIL. PRESIDENCIA DA REPUBLICA. Lei 4.024 de 1961.
- BRASIL. PRESIDENCIA DA REPUBLICA. Decreto-Lei 55 de 1966.
- BRASIL. PRESIDENCIA DA REPUBLICA. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. PRESIDENCIA DA REPUBLICA. Decreto No 448, de 14 de Fevereiro de 1992.
- BRASIL. PRESIDENCIA DA REPUBLICA. Lei 9.276 de 1996.
- BRASIL. PRESIDENCIA DA REPUBLICA. Lei 11.771 de 2008
- BRASIL. RESOLUÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Nº 57, de 1956.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. O governo Dilma frente ao ‘tripé macroeconômico’ e à direita liberal e dependente. *Novos Estudos-CEBRAP*, 95, pp. 5-15, 2013.
- BRUNO, P. Del turismo escolar y sanitario infantil al turismo social: colonias de vacaciones en la Provincia de Buenos Aires, Argentina. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. 22 (4), pp. 1467-1490, 2015.
- BRUSADIN, L. B. Estudo da avaliação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo–PNMT na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. *Revista Hospitalidade* 2 (2), pp. 87-112, 2005.
- BURKART, A. J.; MEDLIK, S. *Tourism. Past, Present and Future*. London: Heinemann, 1974.
- BURNS, P. Paradoxes in planning tourism elitism or brutalism?. *Annals of Tourism Research*, 26(2), 329-348, 1999.

- BUSBY, G. The Concept of Sustainable Tourism within the Higher Education Curriculum: A British Case Study. *Journal of Hospitality, Leisure, Sport and Tourism Education*. University of Plymouth, 2003.
- BUSBY, G. Experiência de trabalho e vínculos com a indústria. *Educação internacional em turismo* 16 (2), p. 1135, 2008.
- BUSTAMANTE, L.; NECHAR, M. VALDÉS, R. SALCEDO, A. La visión crítica en el construir del conocimiento turístico. *Revista de análisis turístico*, n. 19, p. 33-44, 2015.
- CAPANEGRA, C. A. La política turística en la Argentina en el siglo XX. *Aportes y Transferencias*, Vol. 10, Núm. 1, pp. 43-61, 2006.
- CAPANEGRA, C. El desarrollo turístico como estrategia política del Estado: de la política en turismo a la política turística Argentina 1900-1975. *Aportes y Transferencias*, v. 14, n. 1, 2010.
- CAPANEGRA, C. Política turística argentina 1956-1976: de la agenda social a la agenda económica. *VI Congreso latino-americano de Investigación Turística*. Neuquen, 25 a 27 de septiembre de 2014.
- CÁRDENAS, E. The Process of Accelerated Industrialization in Mexico, 1929-82. *An Economic History of Twentieth-Century Latin America*. Oxford, Palgrave, 2000.
- CARDOSO, F. H. *Las políticas sociales en la década de los años ochenta: ¿Nuevas opciones?* México: Fondo de Cultura Económica. 1983.
- CASASSUS, J. A reforma educacional na América Latina no contexto de globalização. *Cadernos de Pesquisa*, v. 114, pp. 7-28, 2001.
- CASTRO, M. L. O. Brasil e Argentina: Estudo Comparativo das Respektivas Leis Gerais sobre Educação. *Texto para Discussão n° 32*. Senado Federal: Brasília, junho / 2007. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-32-brasil-e-argentina-estudo-comparativo-das-respektivas-leis-gerais-da-educacao>. Acesso em 30 mar. 2015.
- CATANI, A. M., OLIVEIRA, J. F. D., DOURADO, L. F. Política educacional, mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular dos cursos de graduação no Brasil. *Educação e Sociedade*, 22(75), 67-83, 2001.
- CAVALCANTI, K. B. Turismo urbano e intervenção do Estado. *Revista Turismo em Análise*, 4 (1), pp. 46-55, 1993.
- CAVALCANTI, K. B.; HORA, A. S. Política de turismo no Brasil. *Revista Turismo em Análise* 13 (2), pp. 54-73, 2002.

- CHIZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. *Revista Portuguesa de Educação*, Braga, v. 16, n. 2, 2003.
- CIAVATTA, Ma. Trabalho como princípio educativo. *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. Rio de Janeiro, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, p. 408-415, 2009.
- CIAVATTA, M.; RAMOS, M. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. *Retratos da Escola*, v. 5, n. 8, p. 27-41, 2012.
- COHEN, E. Contemporary tourism: trends and challenges. In: *Tourism critical concepts in the social sciences*, 2004.
- COHEN, E. Pilgrimage centers, concentric and excentric. *Annals of Tourism Research*, 19 (1): 33-50, 1992.
- COHEN, E. The Sociology of Tourism: approaches, issues, and findings. *Review of Sociology*, 10, pp. 373-392, 1984.
- COHEN, I. Teoría de la estructuración y praxis social. pp. 351-397. Giddens, A.; Turner, J. H. (Eds.) *La Teoría Social Hoy*. Madrid, Alianza Editorial, 1990.
- COHN, D. La construcción de la identidad cultural en México: nacionalismo, cosmopolitismo e infraestructura intelectual, 1945-1968. *Foro hispánico* 22 (1), pp.89-103, 2002.
- COLES, T.; DUVAL, D.; HALL, C. Sobre el turismo y la movilidad en tiempos de movimiento y conjetura posdisciplinar. *Política y sociedad*, 42(2), 181-198, 2005.
- COOPER, C.; FLETCHER, J.; GILBERT, D.; WANHILL, S. London: Pitman, 1993.
- CORBUCCI, P. R. Avanços, limites e desafios das políticas do MEC para a educação superior na década de 1990: ensino de graduação. 2002.
- CORSI, F. A Questão do Desenvolvimento à Luz da Globalização da Economia Capitalista. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 19, p. 11-29, nov. 2002
- COUTO, C. G.; ABRUCIO, F. O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições. *Tempo social* 15 (2), pp. 269-301, 2003.
- CRUZ, S. C. V. *O Brasil no mundo: ensaios de análise política e prospectiva*. UNESP, 2010.
- CULLEN, C. A. *Autonomía moral, participación democrática y cuidado del otro*. Noveduc Libros, 2004.
- CUNHA, L. *Economia e política do turismo*. Lisboa: McGraw-Hill Lisboa, 1997.

- CUNHA, L. A. Mid level schooling and vocational training in Latin America: Brazil, Argentina and Chile. *Cadernos de Pesquisa*, (111), 47-69, 2000.
- CUNHA, L. Licenciatura em Turismo da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. *Revista de Humanidades e Tecnologias*, 9, pp. 77-88, 2003.
- CUNHA, L. Desenvolvimento do turismo em Portugal: Os primórdios. *Revista online. Fluxos e Riscos*, no 1, p.127-149, 2010.
- DA SILVA, F. de P. S. Educação superior sustentável: uma análise de cursos de turismo. *Tese de Doutorado*. UFBA. 2005.
- DALE, C.; ROBINSON, N. The theming of tourism education: A three-domain approach. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 13(1), pp.40-34, 2001.
- DENCKER, A. de F. M. Estado e educação no Brasil: o caso do ensino de Turismo. *Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. 2006.
- DENZIN, N. K. LINCOLN, Y. *Handbook of Qualitative Research*. London: Sage, 1994.
- DINIZ, E.; BOSCHI, R. R. Empresariado e estratégias de desenvolvimento. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18 (52), pp. 15-33, 2003.
- DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. *Educação & Sociedade*, v. 23, n. 80, p. 234-252, 2002.
- DREDGE, D.; JENKINS, J. Destination place identity and regional tourism policy. *Tourism Geographies*, 5(4), pp. 383-407, 2003.
- DURHAM, E.; SAMPAIO, H. O setor privado de ensino superior na América Latina. *Cadernos de Pesquisa*, n. 110, pp. 7-37, 2000.
- DURKHEIM, É. *A evolução pedagógica na França*. Por Alegre: Artes Médicas, 2002.
- DUVAL, D. T. Mobile migrants: Travel to second homes. In: HALL, C. M.; MÜLLER, D. K. (Eds.). *Tourism, mobility and second homes: between elite landscape and common ground*. Clevedon: Channel View Publications, 2004.
- DYE, T. *Understanding public policy*. 13 Ed. New York: Longman, 2009.
- CAÑAS, L. M.; ESTAY-NICULCAR, C. El Rol del Turismo en la Consolidación de la Marca País de Argentina. *Revista Científica Visión de Futuro*, 17 (2), pp. 186-200, 2013.
- ECHTNER, C. M. Tourism education in developing nations a three pronged approach. *Tourism Recreation Research*, V. XX, n.2, p. 32-41, 1995.

- ELLIOT, James. *Tourism: politics and public sector management*. Londres: Routledge, 1997.
- ESTEVA, G. Dicionario del desarrollo: una guía del conocimiento como poder. In: SACHS, W. (Ed.). *Diccionario del desarrollo: una guía del conocimiento como poder*. PRATEC, Perú (1ª Ed. en inglés en 1992), 1996.
- EVANS, J. Tourism Graduates: a case of over production. *Tourism Management*, v. 14, n. 4, pp. 243-246, 1993.
- FARAH, M. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. *Revista de administração pública*, 35(1), 119-144, 2001.
- FARIA, C. A. P. de. Ideias, Conhecimento e Políticas Públicas: um inventário sucinto das principais correntes analíticas recentes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, 2003.
- FARIA, M. A. P. de. A Política da Avaliação de Políticas Públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 59, 2005.
- FAYOS-SOLÁ, E. Política turística en la era de la globalización. *Mediterráneo Económico*, N. 5. 2004.
- FAYOS-SOLÁ, E. Tourism Policy: A Midsummer Night's Dream? *Tourism Management*, V. 17, N. 6, 1996.
- FELDFEBER, M.; GLUZ, N. Las políticas educativas en Argentina: herencias de los '90, contradicciones y tendencias de "nuevo signo". *Educação & Sociedade*, 32(115), 339-356, 2011.
- FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- FERREIRA, A. P.; MARTÍNEZ, A. J. La política turística em Cancun como destino turístico maduro renovar ou replicar? Seminário Internacional: Renovação e reestruturação de destinos turísticos consolidados do litoral. Universidad de Alicante. 24-25 de Novembro de 2011.
- FRENCH-DAVIS, R.; LEIVA, P.; MADRID, R. Trade liberalization and growth: the Chilean experience. In: AGOSIN, M. R.; TUSSIE, D. (Eds.) *Trade and growth: new dilemmas in trade policy*. St. Martin's Press, New York, 1993.
- FREY, K. Análise de Políticas Públicas: algumas reflexões conceituais e suas implicações para a situação brasileira. *Cadernos de Pesquisa*, Florianópolis, n.18, 1999.
- FRIGOTTO, G. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 16(46), 235-254, 2011.

- FUSTER, L. F. *Teoria e técnica de turismo*. Madri: Nacional, vol. I, 2ª edição, 1971.
- FÚSTER, L. *Introducción a la teoría y técnica del turismo*. Alianza Universidad textos. Madrid, 1991.
- GARDELLA, R.; LUPO, F.; AGUAYO, E. Mercado turístico argentino; análisis de su demanda internacional. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, v. 14, n. 2, 2005.
- GASTAL, S. *Um outro turismo é possível*. Editora Contexto, 2004.
- GEE, C.; FAYOS-SOLÁ, E. *International Tourism: a global perspective*. Madrid, Spain: World Tourism Organization, 1997.
- GERHARDT, T.; SILVEIRA, D. (Org.). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- GILBERT, D.C. (1990). Conceptual issues in the meaning of tourism. In: COOPER, C. P. (ed.), *Progress in Tourism, Recreation and Hospitality Management*, Vol. 2. London: Pitman Publishing.
- GINZBERG, E. Ideología, política y la cuestión de las prioridades: Lázaro Cárdenas y Adalberto Tejeda, 1928-1934. *Mexican Studies/Estudios Mexicanos* 13 (1), pp. 55-85, 1997.
- GOELDNER, C. R.; RITCHIE, J. R. B.; MCINTOSH, R. W. *Turismo: princípios, práticas e filosofias*. 8 Ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.
- GOHN, M. G. Sociologia da Educação: Campo de Conhecimento e Novas Temáticas. *Educação & Linguagem*, 15 (26), pp. 95-117, 2012.
- GÓMEZ JARA, F. Acapulco: despojo y turismo. *Problemas del Desarrollo. Revista Latinoamericana de Economía*, 5 (19), 1974.
- GOUREVITCH, P. La 'segunda imagen' invertida: los orígenes internacionales de las políticas domésticas, en Jefatura de Gabinete de Ministros de la Nación (comp.), *Lecturas sobre el Estado y las políticas públicas: Retomando el debate de ayer para fortalecer el actual*, Buenos Aires, JGM, 2011.
- GARCÍA, A. *El regreso autoritário del PRI: invesntario de uma nación em crisis*. Ciudad de Mexico: editorial Grijalbo, 2015.
- GARDELLA, R., LUPO, F.; AGUAYO, E. Mercado turístico argentino: Análisis de su demanda internacional. *Estudios y perspectivas en turismo*, 14(2), 127-138, 2005.

- GRABURN, N. Tourism: the sacred journey. pp. 21-36. In: SMITH, V. (Eds) *Host and Guest: the anthropology of tourism*. University of Pennsylvania Press, Philadelphia, 1989.
- GREENWOOD, D. J. Tourism as an agent of change: a Spanish Basque case. *Ethnology*, v. 11, n. 1, p. 80-91, 1972.
- GUADILLA, C. Financiamiento de la educación superior en América Latina. *Sociologias*, 9(17), 50-101, 2007.
- HABERMAS, J. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- HABERMAS, J. Teoría de la acción comunicativa. v. 2. Madrid: Taurue, 1987.
- HADDAD, F. *O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*. MEC--Ministério da Educação, INEP--Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.
- HALL, C. *Tourism Planning*. Policies, Processes and Relationships, Harlow, Prentice Hall, 2000.
- HALL, M. *Tourism: Rethinking the Social Science of Mobility*, Harlow: Pearson, 2005.
- HALL, C. Changing paradigms and global change: From sustainable to steady-state tourism. *Tourism Recreation Research* 35 (2), pp. 131-143, 2010.
- HALL, C.; JENKINS, J. Tourism and public policy. *A companion to tourism*, 2004.
- HALL, C.; PAGE, S. *The Geography of Tourism and recreation: environment, place and space*. London: Routledge, 2000.
- HAWKINS, D.; MANN, S. El papel del Banco Mundial en el desarrollo turístico. *Annals of Tourism Research en español*, 9 (1), pp. 115-132, 2007.
- HECLO, H. Issue networks and the executive establishment. In: KING, A. *The new American political system*. Washington, American Institute for Public Policy Research, 1978.
- HIERNAUX, D. La promoción inmobiliaria y el turismo residencial: el caso mexicano. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. IX, (194 (05)), 2005. Disponível em: <http://www.albasud.org/noticia/es/704/la-propagacion-del-conocimiento-cientifico-cr-tico-del-turismo#sthash.Tq6XmrRq.dpuf>. Acesso em: 14 de maio de 2016.
- HIERNAUX-NICOLAS, D. La promoción inmobiliaria y el turismo residencial: el caso mexicano. *Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. v. IX, n. 194, 2005.

- HIGGINS-DESBIOLLES, F. More than an “industry”: The forgotten power of tourism as a social force. *Tourism Management*, n. 27, n. 6, pp. 1192-1208, 2006.
- HOERNER, J.-M.; SICART, C. *La science du tourisme: précis franco-anglais de tourismologie*, Baixas, Balzac Éditeur. 2003.
- HOLLINSHEAD, K. Tourism, hybridity, and ambiguity: the relevance of Bhabha's third space cultures. *Journal of Leisure Research*. v. 30, n. I, pp. 121-156, 1998.
- HONG, S. *Competitiveness in the tourism sector: a comprehensive approach from Economic and Management points*. Springer Science & Business Media, 2008.
- HOWLETT, M; RAMESH, M. *Studing Public Policy: policy cycles and policy subsystems*. Ontario: Oxford University Press, 1995.
- HUNZIKER, W., KRAPF, K. *Grundriss der Allgemeinen Fremdenverkehrslehre* [The Outline of General Tourism Science]. Zürich: Polygraphischer Verlag, 1942.
- IANNI, O. Globalização e Transculturação. *Revista de ciências humanas*, 14(20), 139-170, 1996.
- INSKEEP, E. *Tourism Planning: an integrated planning approach*. Van Nostrand Reinhold, 1991.
- INUI, Y.; WHEELER, D. Rethinking tourism education: what should schools teach? *Journal of Hospitality, Leisure, sport and Tourism Education*, V. 5, N. 2, 2006.
- JAFARI, J. Editor's page. *Annals of Tourism Research*, 5 (Supplement issue 1), pp. 6-11, 1997.
- JIMÉNEZ MARTÍNEZ, A. J. *Turismo: estructura y desarrollo. La estructura funcional del turismo internacional y la política turística de México, desarrollo histórico*. Interamericana: México, 1992.
- KARABEL, J.; HALSEY, A. H. Power and ideology in education. *Sociology of Education*, V. 50, N. 2, 1977.
- KINZO, M. D'A. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 4, 2001.
- KNOWLES, T.; TEIXEIRA, R. M.; EGAN, D. Tourism and hospitality education in Brazil and the UK: a comparison. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 15(1), 45-51, 2003.
- KORSTANJE, M. Aportes de los Viajes a las Ciencias Sociales: un relevamiento bibliográfico para un análisis teórico. *Gestión Turística* 8, pp. 25-46, 2007.

- KORSTANJE, M. Mitologia y turismo
La exégesis como interpretación hermenêutica. *Estud. perspect. tur.* vol.20 no.6 Ciudad Autónoma de Buenos Aires, dic., 2011.
- KRAWCZYK, N. R.; VIEIRA, V. L. Homogeneity and heterogeneity on education systems in Argentine, Brazil, Chile and Mexico. *Cadernos de Pesquisa*, 36(129), 673-704, 2006.
- KRIPPENDORF J. *Sociologia do Turismo*. São Paulo. Editora Aleph, 1985.
- KRIPPENDORF J. *Sociologia do turismo: para uma compreensão do lazer e das viagens*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- KUPER, D.; RAMÍREZ, L.; TRONCOSO, C. Política turística y planificación: ¿ de las estrategias centralizadas a las estrategias participativas? *Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, (14), 41, 2010.
- LANGONI, C. Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil: uma reafirmação. *Revista Estudos Econômicos*, V. 2, N. 5, 1972.
- LARA, A. *Cien años de turismo argentino*. Buenos Aires, Proia, 2008.
- LEED, E. J. *The mind of the traveler: from Gilgamesh to global tourism*. Estados Unidos: Basic Books, 1991.
- LEHER, R. Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. *Outubro*, 1(3), 19-30, 1999.
- LEIPER, N. The framework of tourism: Towards a definition of tourism, tourist and the tourism industry. *Annals of Tourism Research*, vol. 4, nº6, pp.309-407, 1979.
- LESCALE, M. *Legislación educativa mexicana de la colonia a 1876*. UPN, 1997.
- LEVER, L.; FLORES-CRESPO, P. Las universidades tecnológicas mexicanas en el espejo de los institutos universitarios de tecnología franceses. *Revista Mexicana de Investigación Educativa*, v. 7, n. 14, p. 17-49, 2002.
- LEWIS, A. Rationalising a Tourism Curriculum for Sustainable Tourism Development in Small Island States: A Stakeholder Perspective. *Journal of Hospitality, Leisure, Sports and Tourism Education*, Vol. 4(2), pp4-15, 2005.
- LICKORISH, L. J. (Ed.). *Developing Tourism Destinations*. Longman: Harlow, UK, 1991.
- LICKORISH, L. J.; JENKINS, C. L. *Una introducción al turismo*. Madrid: Síntesis, 1997.
- LIRA, G.; CATÃO, L.; FONSECA, L.; DIAS, M.; LIRA, N. Da Revolução Mexicana à Ortodoxia Neoliberal: Um Estudo de Caso sobre a História Econômica

Mexicana. Congreso uruguayo de Ciência Política, “¿Qué ciencia política para qué democracia? Asociación Uruguaya de Ciencia Política, 7 a 10 de outubro de 2014.

- LÓPEZ, E. Los Planes Institucionales y el Desarrollo Turístico Alternativo de Tacotalpa, Tabasco. *Tecsis-tecatl*, México, v. 2, n.8. 35, 2010.
- LOWI, T. American business, public policy, case-studies, and political theory. *World Politics*, Baltimore, v. 16, n. 4, 1964.
- MacLAURIN, D. Tourism Education in Canada: Past, Present and Future Directions. In: HSU, C. (Ed.) *Global tourism higher education: past, present and future*. Binghamton, NY, USA: The Haworth Hospitality Press, 2005.
- MADRID, F. La sostenibilidad en la política turística mexicana. *Rural Tourism Experiences*, 13 (6), p. 1301, 2015.
- MAFFESOLI, M. *Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas*. Record, 2001.
- MAHONEY, J. Path dependence in historical sociology. *Theory and society* 29 (4), pp. 507-548, 2000.
- MALHOTRA, N. K. *Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada*. São Paulo: Artmed Editora S.A., 2004.
- MANNHEIM, K.; STEWART, W. A. C. *Introdução à sociologia da educação*. São Paulo: Cultrix, 1972.
- MANSANO, S. R. V. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. *Revista de Psicologia da UNESP*, 8 (2), 2010.
- MARQUES, E. "Redes sociais e poder no Estado brasileiro: aprendizados a partir das políticas urbanas." *Revista Brasileira de Ciências Sociais* V. 21, N.60, 15-41, 2006.
- MARQUIS, C. Acreditación y desarrollo de los posgrados en la Argentina. In: Marquis, C.; Spagnolo, F.; Nigrini, G. *Desarrollo y acreditación de los posgrados en Argentina, Brasil y México*. Textos para una mirada comparativa, Buenos Aires, Ministerio de Cultura y Educación-SPU, p. 1-25, 1998.
- MARTINS, M. D. O Banco Mundial e as Políticas Públicas na América Latina. *XXV Congresso da Associação Latino Americana de Sociologia*. Porto Alegre. 2005.
- MARTINS, C. O Brasil e a dimensão econômico-social do governo Lula: resultados e perspectivas. *Revista katálysis* 10 (1), pp. 35-43, 2008.
- MEDAGLIA, J.; SILVEIRA, C.; GANDARA, J. Quatro Décadas de Ensino Superior de Turismo no Brasil: Dificuldades na formação e consolidação do mercado de

trabalho e a ascensão de uma área de estudo como efeito colateral. *Turismo-Visão e Ação*, v. 14, n. 1, p. 006-018, 2012.

- MEDEIROS, M. A trajetória do Welfare State no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990. Brasília: IPEA, 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0852.pdf>. Acesso em: 14 de maio de 2016.
- MENEZES-FILHO, N. A. A evolução da educação no Brasil e seu impacto no mercado de trabalho. *Instituto Futuro Brasil*, 1-43, 2001.
- MEXICO. DIARIO OFICIAL DE LA FEDERACIÓN. MEXICO. 31 d Dezembro de 1949.
- MEXICO. DIARIO OFICIAL DE LA FEDERACIÓN. 27 de JUNHO de 1996.
- MEXICO SECRETARIA DE EDUCACIÓN PÚBLICA. La Estructura del Sistema Educativa Mexicano. Outubro de 2000. Disponível em: http://www.sep.gob.mx/work/models/sep1/Resource/1447/1/images/sistemaedu_mex09_01.pdf. Acessado em 03 de setembro de 2015.
- MEXICO. SECRETARIA DE TURISMO. FOGATUR. Disponível em: http://www.fonatur.gob.mx/es/quienes_somos/. Acesso: 23 de maio de 2015.
- MEXICO. SECRETARIA DE TURISMO. Plano Nacional de Turismo, 2001.
- MEXICO. SECRETARIA DE TURISMO. Programa Nacional de Turismo 1984-1988, 1985.
- MEXICO. SECRETARIA DE TURISMO. Programa de Desenvolvimento do Setor Turismo 1995-2000, 1995.
- MEXICO. SECRETARIA DE TURISMO. Programa Nacional de Turismo 2001-2005, 2002.
- MEXICO. SECRETARIA DE TURISMO. Programa Nacional de Turismo 2006-2012, 2007.
- MEXICO. SECRETARIA DE TURISMO. Programa Setorial de Turismo 2013-2018, 2014.
- MEXICO. SECRETARIA DE TURISMO. Centro de Estudios Superiores em Turismo. *Estudio de Gran Visión del Turismo em México: Perspectiva 2020*. Reporte Analítico. Ciudad de México, 2000.
- MILANI, C. R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. *Revista de Administração Pública*, 42 (3), pp. 551-579, 2008.

- MILHEIRO, E.; MELO, C. O Grand Tour e o advento do turismo moderno. *Revista Turismo e Desenvolvimento*. Escola Superior de Educação de Porto Alegre, pp. 114-118, dez. 2005. Disponível em: <http://www.academia.edu/17341202/O_Grand_Tour_e_o_advento_do_turismo_moderno>. Acesso em: 14 de maio de 2016.
- MIR, V. M. M. La política turística: una aproximación. *Cuadernos de turismo*, v. 6 (s/n), pp.7-28, 2000.
- MOESCH, M. Epistemologia social do turismo. *Tese (Doutorado) – ECA/USP*. São Paulo, 2004.
- MOLINA, S. *O pós-turismo*. São Paulo: Aleph, 1995.
- MOLLIS, M. La historia de la Universidad Tecnológica Nacional: una universidad para hombres y mujeres que trabajan. *Realidad Económica*, no. 99 (1991), p. 91-110, 1991.
- MÜELLER, D. K. Reinventing the countryside: German second-home owners in southern Sweden. *Current Issues in Tourism*, 5, pp. 426-446, 2002.
- MÜLLER, D.K., 2004, Second homes in Sweden: patterns and issues. pp. 244-258. In: HALL, C.M.; MÜLLER, D.K. (Eds), *Tourism, Mobility and Second Homes: between elite landscape and common ground*. Clevedon: Channel View Publications, 2004.
- MUÑOZ, A.; VILLARREAL, L.; ÁLVAREZ, E. El turismo como eje de acumulación: caso del sector hotelero en México. *Multiciencias*, 10(2), 2010.
- NAKAYAMA, L. La formación de técnicos en disciplinas turísticas. *Aportes y Transferencias*, 4(1), 109-121, 2000.
- NASH, D. Tourism as a form of Imperialism. pp. 37-54. In: SMITH, V. (Eds) *Host and Guest: the anthropology of tourism*. University of Pennsylvania Press, Philadelphia, 1989.
- NÉCHAR, M.; MARTÍNEZ, E. Breve recuento de la modernización de la política turística mexicana. *Teoría y Praxis*, (3), 9-34, 2007
- NIEVES, S. Los nuevos desafíos de la educación superior y de la investigación turística en México. *Turismo y Sociedad*, v. 4, p. 39-54, 2005.
- NIGRINI, G. La evaluación y el cambio em el sistema de educación superior: balance de uma década. *Las Ciências Sociais, Universidad y Sociedade: tema para uma agenda de posgrado*. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma, 2003.
- NOGUEIRA, M. A sociologia da educação do final dos anos 60/início dos anos 70: o nascimento do paradigma da reprodução. *Em aberto*, 9(46), 49-59, 1990.

- OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. *Tourism Trends and Policies*, OECD Publishing. 2012.
- OEI - ORGANIZAÇÃO DE ESTADOS IBEROAMERICANOS. La Educación Técnico-Profesional en Iberoamérica. *Cuaderno de Trabajo*, Número 4. Biblioteca Digital de la OEI. Disponível em <http://www.oei.es/oeivirt/fp/cuad04a01p21.htm#Argentina>. Acesso em 30 mar. 2015.
- OLIVEIRA, D. A. Política educacional e a re-estruturação do trabalho docente: reflexões sobre o contexto latino-americano. *Educação & Sociedade, Campinas*, 28(99), 355-375, 2007.
- OMT - ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE TURISMO. Conferencia Internacional de Estadísticas de Turismo y Viajes. Canadá, 1991.
- OMT - ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE TURISMO. *Datos esenciales*. Madrid, 1996. p.1-5.
- OMT - ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE TURISMO. Necesidad de intervención pública en el mercado turístico. *Introducción al turismo*, Madrid, 1998.
- OMT. *Tourism Highlights 2015 Edition* – Ano Base 2014.
- OWEN, C. Building a Relationship between Government and Tourism, *Tourism Management*, vol. 13, n. 4, 1992.
- PAES DE PAULA, A. P. *Por uma Nova Gestão Pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- PAIVA, M. G. M. *Sociologia do turismo*. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- PAIVA, P. Desafios à gestão das políticas públicas: velhos e novos temas. In: Primeiro Seminário Internacional de Gestão de Políticas Públicas, 1, 2010, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: DCP/UFMG, 2010.
- PANAZZOLO, F. de B. Turismo de Massa: um breve resgate histórico e a sua importância no contexto atual. In: III Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. *Anais...* Universidade de Caxias do Sul, Editora EDUCS, 2005. Disponível em: < <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/gt8-turismo-de-massa.pdf> >. Acesso em: 14 de maio de 2016.
- PANOSSO NETO, A. What is tourism? Definitions, theoretical phases and principles. In: TRIBE, J. (Ed.) *Philosophical issues in Tourism*. Bristol, Buffalo, Toronto: Channel View Publications, 2009.
- PANOSSO NETTO, A; TRIGO; L. G. G. *Cenários do turismo brasileiro*. Aleph, 2009.
- PASTORIZA, E. El Turismo social en la Argentina durante el primer peronismo. Mar

- del Plara, la conquista de las vacaciones y los nuevos rituales obreiros, 1943-1955. *Revista eletrônica Novo Mundo*, 2008.
- PÉREZ, R. M. I. Diagnóstico de la calidad y competitividad del sector turístico en México. *Cuadernos de turismo*, v. 28, pp. 121-143, 2011.
- PÉREZ, R. M. Competitividad Turística en México. *TURyDES*, vol. 8, n. 18, p1-26, 2015.
- PIGLIA, M. El despertar del turismo: primeros ensayos de una política turística en la Argentina (1930-1943). *I Congreso Latinoamericano de Historia Económica*. 2007.
- PIGLIA, M. La incidencia del Touring Club Argentino y del Automóvil Club Argentino en la construcción del turismo como cuestión pública: 1918-1929. *Estudios y perspectivas en turismo* 17(1), pp. 51-70, 2008.
- PIGLIA, M. En torno a los Parques Nacionales: primeras experiencias de una política turística nacional centralizada en la Argentina (1934-1950). *Pasos: Revista de turismo y patrimonio cultural* 10 (1), pp. 61-73, 2012.
- PIMENTEL, T. V. C. Viajar e narrar: toda viagem destina-se a ultrapassar fronteiras. *Revista Varia História*. Universidade Federal de Minas Gerais, n. 25, p. 81-120, 2001.
- PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 114, 2001.
- RAMA, C. La política de educación superior en América Latina y el Caribe. *Revista de la educación superior*, 33, p.134, (3), 2005.
- RAMOS, R.; MOLINA, S.; TRESSERRAS, J. HACIA UN ESTADO DE LA CUESTIÓN EN INVESTIGACIÓN TURÍSTICA. *Estudios multidisciplinares en turismo*. Secretaría de Turismo. Centro de Estudios Superiores de Turismo. Red de Investigadores y Centros de Investigación en Turismo. México, p. 17-68, 2006.
- RAMPAZZO, L. *Metodologia científica*. Edições Loyola, 2005.
- REJOWSKI, M. *Turismo no percurso do tempo*. Editora Aleph: San Pablo, 2002.
- REJOWSKI, M. Produção científica em turismo: análise de estudos referenciais no exterior e no Brasil. *Revista Turismo em Análise* 21 (2), pp. 224-246, 2010.
- REN, C.; PRITCHARD, A.; MORGAN, N. Constructing tourism research. *Annals of Tourism Research*, v. 37 (4), pp. 885-904, 2010.
- RIBEIRO, M. P. de A. Cambio con continuidad o continuidad sin cambio: um balanço dos 150 dias de governo de Cristina Kirchner. *Meridiano* 47, 9 (93), p. 55, 2008.

- RICHTER, L. K.; Tourism politics and political science: A case of not so benign neglect, *Annals of Tourism Research*, 10, (1), 313-335, 1983.
- RICHTER, L. K. *The politics of tourism in Asia*. Honolulu: University of Hawaii Press, 1989.
- RIVERO, A. intelectuales y expertos de la política turística Argentina las ideas del grupo Cicatur OEA. *Tiempo Libre, Turismo y recreación*, V. 1, Año 15, 2011.
- RODRÍGUEZ, R. G. Understanding the policy process: actors, discourses and power relations in the political arena of tourism. *Tese de Doutorado*, University of East Anglia, 2011.
- RODRIGUEZ, R. G. La construcción de una identidad cultural y el desarrollo del turismo en México. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 13(5), pp. 1019-1036, 2015
- RUA, M. G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. *Programa de Apoio à Gerência Social no Brasil*. Brasília: BID, 1997.
- SAAB, W. Considerações sobre o desenvolvimento do setor de turismo no Brasil. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, N. 10, 1999.
- SANCHO, A. Calidad y educación: un reto para el sector turístico. *Estudios Turísticos*, n. 119-120, 1993.
- SANTOS, T. La teoría de la dependencia: un balance histórico y teórico. *Los retos de la globalización. Ensayo en homenaje a Theotonio Dos Santos*, 1998.
- SANTOS FILHO, J. Política nacional de turismo: descaso e desrespeito para com o povo brasileiro. *Revista espaço acadêmico*, 86, 2008.
- SCHENKEL, E. La politica turistica como alternativa económica en la Argentina. *Pasos. Revista de Turismo y patrimônio Cultural*. vol. 13, n. 3. pp. 619-628, 2015.
- SCHENKEL, E.; GARCÍA, F. La política turística y la intervención del Estado. El caso de Argentina. *Revista Perfiles Latinoamericanos*, [S.l.], v. 23, n. 46, p. 197-221, jun. 2015.
- SCHLÜTER, R. G. El turismo en Argentina: Del balneario al campo. *Centro de Investigaciones y Estudios Turísticos*, 2003.
- SCOTT, N. *Tourism Policy: A Strategic Review*. Oxford, Goodfellow, 2011.
- SGUISSARDI, V. O Banco Mundial e a educação superior: revisando teses e posições. *Universidade e Sociedade* 10 (22), 2000.

- SIGAL, V.; FREIXAS, J. Orientación de la oferta de educación superior técnico profesional no universitaria en la Argentina. *Problemática, dimensiones, tendencias*, 241, 1998.
- SIGALA, M.; BAUM, T. Trends and issues in tourism and hospitality higher education: Visioning the future. *Tourism and hospitality research*, 4(4), 367-376, 2003.
- SILVESTRI, G. Postales argentinas. In: ALTAMIRANO, C. (Ed.). *La Argentina en el siglo XX*, Ariel-UNQui, Buenos Aires, 1999.
- SOGAYAR, R. L.; REJOWSKI, M. Ensino Superior em Turismo em Busca de Novos Paradigmas Educacionais: problemas, desafios e forças de pressão. *Turismo-Visão e Ação* 13 (3), pp.282-298. 2011.
- SORENSEN, A. Backpacker ethnography. *Annals of Tourism Research*, V 30, I. 4, 2003.
- SORENSEN, A. Backpacker ethnography. *Annals of Tourism Research*, v. 30, n. 4, 2003.
- SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, v. 8, n. 16, 2006.
- SOUZA, C.; CARVALHO, I. M. M. de Reforma do Estado, descentralização e desigualdades. *Lua Nova* 48, pp.187-212, 1999.
- SANDLER, C; SPAGNOLO, F; NIGRINI, G. *Desarrollo y acreditacion de los posgrados en Argentina, Brasil y Mexico: textos para una mirada comparativa*. 1998.
- SPEKTOROWSKI, A. Argentina 1930-1940 nacionalismo integral, justicia social y clase obrera. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, 2(1), 2015.
- STEVENSON, N.; AIREY, D.; MILLER, G. Tourism policy making: the policymakers' perspectives. *Annals of Tourism Research*, 35, 2008.
- STONE, D. Global public policy, transnational policy communities, and their networks. *Policy studies journal*, v.36, n., pp. 19-38, 2008.
- SUÁREZ, L., CUEVAS, J. L., MÁRQUEZ, A., LEYVA, R. La profesión turística: ejes de explicación en su relación con la formación académica. *Revista de la educación superior*, 40(160), 95-118, 2011;
- TEDESCO, J. C.; FAULKNER, W. La crisis de la hegemonía oligárquica y el sistema educativo argentino 1930-1945. *Revista Colombiana de Educación*, 4, 1986.

- TORRES, R.; FANFANI, E. *Equidad y calidad en la educación básica: la experiencia del CONAFE y la Telesecundaria en México*. Consejo Nacional de Fomento Educativo, 2000.
- TOWNER, J. What is tourism's history? *Tourism Management*, v. 16, n. 5, p. 339-343, 1995.
- TRIBE, J. The Indiscipline of Tourisme. *Annals of Tourism Research*, vol. 24, nº 3 pp. 638-657, 1997.
- TRIBE, J. *Economía del ocio y el turismo*. Madrid Síntesis, 1999.
- TRIBE, J. Overview of Research. (pp. 26-43). In: AIREY, D.; TRIBE, J. (Eds.), *An international handbook of tourism education* Oxford: Elsevier, 2005.
- TRIBE, J. The Truth About Tourism, *Annals of Tourism Research*, vol. 33, nº2 pp. 360-381, 2006.
- TRIBE, J. Critical Tourism: Ruls and resistance. In: ATELJEVIC, I.; PRITCHARD, A.; MORGAN, N. *The critical turn in Tourism studies*. Oxford: Elsevier, 2007.
- TRIBE, J. Tourism: a critical business. *Journal of Travel Research*, V. 46 (3), pp. 245-255, 2008.
- TRIBE, J. Tribes, territories and networks in the tourism academy. *Annals of Tourism Research*. vol. 37, n. 1, p. 7-33, 2010.
- TRIGO, L. G. G. *Cronologia do Turismo no Brasil*. São Paulo: CTI. Terra, 1991.
- TRIGO, L. G. G. *A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo*. Papirus Editora, 1998.
- TROJAN, R. M.; PEREIRA, G. A. M.; FRANÇA JUNIOR, A. C. As Políticas de Avaliação no Brasil e na Argentina: o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes sob o Prisma das Reformas Educacionais dos Anos de 1990. 5º Encontro Internacional da Sociedade Brasileira de Educação Comparada. 2012. *Anais ... Observatório de Gestão Escolar Democrática*, Universidade Federal do Pará, Sociedade Brasileira de Educação Comparada, fevereiro de 2012.
- TRONCOSO, C.; LOIS, C. Políticas turísticas y Peronismo. Los atractivos turísticos promocionads em Visión de Argentina (1950). *Pasos. Revista de Turismo y patrimonio Cultural*, v.2, n. 2, 2004.
- TULIK, O. Residências secundárias: as fontes estatísticas e a questão conceitual. *Revista Turismo em Análise* 6 (2), pp. 26-34, 1995.
- URRY, J. *O olhar do turista*. Studio Nobel, 1996.

- VADELL, J. A. A política internacional, a conjuntura econômica e a Argentina de Néstor Kirchner. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.49, n. 1, pp. 194-214, 2006.
- VAN DOORN, J. Can futures research contribute to tourism policy? *Tourism Management*, 3 (3), 149- 166, 1982.
- VARGAS, H.; CERNA, M. El turismo: sector estratégico en el nuevo proyecto de nación. In: ARREDONDO, A. (Coord.) *La Reforma del Estado em Blanco y Negro: agenda para la reforma del Estado*. Ciudad de México: UNAM, 2015.
- VELASCO, M.; PALACIOS, L.; GOMÉZ, T.; MORALES, A. TENORIO, I. La educación técnica en México desde la Independencia, 1810-2010. *Repositorio Digital Institucional*, Instituto Politécnico Nacional, 2011.
- VILLA, M. A. *A revolução mexicana*. São Paulo: Ática, 1993.
- WADA, E. K. Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo no Brasil. *RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo*, v.1, n.1, pp. 3-9, 2011.
- WAHAB, S. E. *Tourism management: an introduction to the scientific study of tourism*. Londres: Tourism Internat. Press, 1975.
- WALLINGRE, N. Avances en la construcción del conocimiento del turismo: Pensando la disciplina del turismo desde una perspectiva integral. *Estudios y perspectivas en turismo*, 20(1), 149-170, 2011.
- WEBER, M. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.
- WILLIAMS, A.; SHAW, G. Tourism and Development Introduction. pp. 1-11. In: WILLIAMS, A.; SHAW, G. (Eds.). *Tourism and Economic Development*. London, Belhaven Press, 1988.
- YOUNG, G. *Tourism: blessing or blight?* London/Harmondsworth: Penguin Books, 1973.
- YOUNG, M. *O currículo do futuro: da 'nova sociologia da educação' a uma teoria crítica do aprendizado*. Campinas: Papyrus, 2000.
- ZAMUDIO, M. Referentes de formación en educación superior. Área de conocimiento: Turismo. *Sophia*, Junho de 2015.